

UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS – UNISINOS
UNIDADE ACADÊMICA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
ESCOLA DE HUMANIDADES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

NIVEL DOUTORADO

RODRIGO LUIS DOS SANTOS



**UM CAMINHO, MÚLTIPLAS ESCOLHAS: CARLOS DE SOUZA MORAES E
SUA ATUAÇÃO POLÍTICO-INTELCTUAL NO RIO GRANDE DO SUL
(1930-1950)**

SÃO LEOPOLDO

2021

RODRIGO LUIS DOS SANTOS

**UM CAMINHO, MÚLTIPLAS ESCOLHAS: CARLOS DE SOUZA MORAES E
SUA ATUAÇÃO POLÍTICO-INTELLECTUAL NO RIO GRANDE DO SUL
(1930-1950)**

**Tese apresentada como requisito para
a obtenção do título de Doutor em
História, pelo Programa de Pós-
graduação em História da
Universidade do Vale do Rio dos Sinos
– UNISINOS.**

**Orientador: Prof. Dr. Marcos Antônio
Witt**

SÃO LEOPOLDO

2021

S237c

Santos, Rodrigo Luis dos.

Um caminho, múltiplas escolhas: Carlos de Souza Moraes e sua atuação político-intelectual no Rio Grande do Sul (1930-1950) / Rodrigo Luis dos Santos. – 2021.

415 f. : il. color. ; 30 cm.

Tese (doutorado) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Programa de Pós-Graduação em História, São Leopoldo, 2021.

“Orientador: Prof. Dr. Marcos Antônio Witt.”

1. Biografia. 2. Historiografia. 3. Micro-história. 4. Moraes, Carlos de Souza, 1908-2003. I. Título.

CDU 929

RODRIGO LUIS DOS SANTOS

**UM CAMINHO, MÚLTIPLAS ESCOLHAS: CARLOS DE SOUZA MORAES E
SUA ATUAÇÃO POLÍTICO-INTELECTUAL NO RIO GRANDE DO SUL
(1930-1950)**

**Tese apresentada como requisito para
a obtenção do título de Doutor em
História, pelo Programa de Pós-
graduação em História da
Universidade do Vale do Rio dos Sinos
– UNISINOS.**

**Orientador: Prof. Dr. Marcos Antônio
Witt**

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Marcos Antônio Witt – UNISINOS (Orientador)

Profa. Dra. Andrea Helena Petry Rahmeier – FACCAT

Profa. Dra. Maíra Ines Vendrame – UNISINOS

Prof. Dr. Daniel Luciano Gevehr – FACCAT

Prof. Dr. Glen Goodman – ASU

Este trabalho é dedicado a minha mãe, Maria,
e ao meu pai, Pedro (*in memoriam*).

Com amor!

AGRADECIMENTOS

Se eu ajudar uma pessoa a ter esperança, não terei vivido em vão.

Martin Luther King, Jr.

A escrita de uma tese marca o findar de um ciclo. Não se trata apenas de um árduo trabalho acadêmico, mas de uma “colcha” costurada ao longo de quatro anos, onde ao lado dos documentos, livros, rascunhos, estão presentes horas e mais horas de dedicação, cansaço, esforço, incertezas e alegrias. Embora seja, na maior parte do tempo, um trabalho solitário, ele não foi construído sozinho. E aqui quero tecer algumas breves palavras de agradecimento. A ordem de menção é apenas uma formalidade, pois a importância que cada um teve nessa trajetória é o mais importante.

À CAPES, pela concessão da Bolsa de Doutorado, pois sem ela esta etapa de minha vida não poderia ter sido realizada. E aqui reforço a importância do investimento em Educação e Ciência, pois só assim poderemos ter esperança de dias melhores em nosso país.

Ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS, casa que me acolheu ao longo destes dozes anos como estudante, desde a Graduação, passando pelo Mestrado e encerrando este ciclo com o Doutorado. Muitos foram os momentos vividos nos corredores e salas desta instituição.

Ao meu orientador e confrade no Instituto Histórico de São Leopoldo, Prof. Marcos Antônio Witt, pela orientação segura e ponderada, desde os tempos da Graduação, além da amizade e incentivo nesta minha trajetória acadêmica.

Aos professores do PPGH da UNISINOS, por colaborarem com meu crescimento enquanto acadêmico e, mais que isso, como ser humano.

Às meninas da Secretaria Compartilhada de Humanidades, pelo apoio e carinho que sempre me foram dispensados ao longo desses anos, além do café, é claro!

Às professoras Andrea Helena Petry Rahmeier e Máira Ines Vendrame e aos professores Daniel Luciano Gevehr e Glen Goodman, por terem participando da Banca

de Qualificação, pelas sugestões e críticas colocadas, pelas contribuições e por aceitarem fazer parte da Banca de Defesa deste trabalho.

Aos confrades e congreiras do Instituto Histórico de São Leopoldo e colegas da Associação Nacional de Pesquisadores da História das Comunidades Teuto-Brasileiras, pela convivência, troca de ideias, espaços de diálogo e de oportunidade para que eu me desenvolvesse como pesquisador e professor – processo que não se encerra com a escrita e defesa desta tese.

Ao Museu Histórico Visconde de São Leopoldo, pela receptividade e disponibilidade, sempre que possível, permitindo que pudesse realizar minhas pesquisas e me aventurar por entre os documentos, fotografias, jornais e livros lá salvaguardados.

Aos amigos e amigas. Aqui não citarei nomes, mas isso não diminui o sentimento e gratidão e carinho que tenho para com vocês, especialmente pela força em momentos de dificuldade, incertezas e desânimo, mas também nos momentos de descontração – afinal, todos somos humanos!

Aos meus pais, Maria e Pedro, por todo o amor dedicado. Embora meu pai já não esteja mais presente fisicamente, sei que de onde estiver, ele está comigo. Não me alongarei nesse agradecimento, pois as lágrimas insistem em rolar...

E por fim, mas de forma alguma menos importante, ao Deus de minha Fé... muitas vezes sei que foi Ele que me deu forças para continuar, mesmo diante de batalhas pesadas.

Encerro essa oração de agradecimento retomando o sentido da frase de Martin Luther King: que possamos fazer de nossa vida algo de bom, para nós e para os outros... e que deixemos, em nossa partida, a lembrança não do que tínhamos, mas de quem fomos!

Força Sempre!

RESUMO

Carlos de Souza Moraes (Montenegro/RS, 1908 – São Leopoldo/RS, 2003) iniciou sua trajetória profissional no Direito, que exerceu por grande parte de sua vida, mas atuou principalmente nos campos da política e da intelectualidade. Em São Leopoldo, exerceu as funções de secretário da Prefeitura Municipal (1937-1944), diretor de Instrução Pública (1939-1944), diretor do jornal oficial *Correio de São Leopoldo* (1938-1944), prefeito (1944-1945/1946-1947) e vereador (1948-1951). Ainda na década de 1930, iniciou sua trajetória intelectual, ingressando na Academia Rio-grandense de Letras, em 1938, passando a integrar, posteriormente, o Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul e o Instituto Histórico de São Leopoldo, do qual foi um dos fundadores, em 1975. Nosso objetivo é analisar criticamente esta trajetória, à luz da historiografia atual, sobretudo àquela que se refere aos estudos biográficos, utilizando-se do instrumental metodológico da Micro-história. Ao mesmo tempo, buscamos compreender a trajetória e a atuação de Carlos de Souza Moraes dentro de uma perspectiva que também amplia o leque de análise, visando também perceber a construção sociopolítica e cultural da qual este agente histórico participa em nível regional, estadual e nacional, seja por meio das relações que estabeleceu, dos cargos que ocupou, das instituições da qual participou e das obras intelectuais que produziu.

Palavras-chave: Carlos de Souza Moraes. Trajetória. Política. Intelectualidade.

ABSTRACT

Carlos de Souza Moraes (Montenegro / RS, 1908 - São Leopoldo / RS, 2003) began his professional career in law, which he exercised for a large part of his life, but he worked mainly in the fields of politics and intellectuality. In São Leopoldo, he served as secretary of the City Hall (1937-1944), director of Public Instruction (1939-1944), director of the official newspaper *Correio de São Leopoldo* (1938-1944), mayor (1944-1945 / 1946-1947) and councilman (1948-1951). Still in the 1930s, he began his intellectual trajectory, joining the Rio-grandense Academy of Letters in 1938, later joining the Historical and Geographic Institute of Rio Grande do Sul and the Historical Institute of São Leopoldo, of which he was one of the founders, in 1975. Our objective is to critically analyze this trajectory, in the light of current historiography, especially that which refers to biographical studies, using the methodological instruments of Microhistory. At the same time, we seek to understand the trajectory and performance of Carlos de Souza Moraes within a perspective that also expands the range of analysis, also aiming to understand the socio-political and cultural construction in which this historical agent participates at the regional and state level, whether by through the relationships he established, the positions he held, the institutions he participated in and the intellectual works he produced.

Keywords: Carlos de Souza Moraes. Trajectory. Policy. Intellectuality.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Carlos de Souza Moraes.....	17
Figura 2 – Coronel Felisberto Porfírio de Souza.....	65
Figura 3 – Coronel José Álvaro Pereira de Moraes.....	85
Figura 4 – <i>Nu</i> , pintura de Jacintho de Souza Moraes.....	99
Figura 5 – <i>Natureza Morta</i> , de Jacintho de Souza Moraes.....	99
Figura 6 – Sátira sobre a Imigração Japonesa na Revista <i>O Malho</i>	191
Figura 7 – Cerimônia em homenagem a Alberto Torres (1939)	213
Figura 8 – Sessão de Inauguração da Sociedade dos Amigos de Alberto Torres no Rio Grande do Sul.....	223
Figura 9 – Exposição em Homenagem ao Trabalho Teuto-Brasileiro (São Leopoldo, 1934)	283
Figura 10 – Comício realizado em São Leopoldo (23 de agosto de 1942)	338
Figura 11 – Capa do livro <i>A ofensiva japonesa no Brasil</i>	347
Figura 12 – Contracapa do livro <i>A ofensiva japonesa no Brasil</i>	348
Figura 13 – Marlene Fuke	356

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Clubes Agrícolas Escolares no Rio Grande do Sul (1937)	268
Tabela 2: Origem étnica da população escolar no Município de São Leopoldo (1942)	323
Tabela 3: Organização do Acervo Documental de Carlos de Souza Moraes.....	400

SUMÁRIO

1. Introdução.....	14
2. Os caminhos pregressos e a memória deixada: emaranhados sociais no campo do poder.....	38
2.1 A São Leopoldo pós-Estado Novo: os sujeitos e as disputas políticas.....	40
2.2 Uma família de coronéis: o município de Montenegro e a atuação política de Porfírio Felisberto de Souza e José Álvaro Pereira de Moraes.....	64
2.3 Cartografia de uma trajetória em seus primeiros passos: o acadêmico, o juiz e o bacharel.....	86
3. O pensamento nacionalista e as questões sobre imigração nas décadas de 1930 e 1940.....	134
3.1 “Em busca de um Brasil genuinamente brasileiro”: nacionalismo e construção identitária.....	136
3.2 A Sociedade dos Amigos de Alberto Torres e sua atuação no cenário efervescente dos anos 1930 e 1940: trajetória, discursos e ações.....	142
3.3 O núcleo sul-rio-grandense da Sociedade dos Amigos de Alberto Torres: articulações, agenda e inserção política.....	220
4. Ideias sob a direção dos ventos: São Leopoldo no contexto da política estadual e nacional e a atuação político-intelectual de Carlos de Souza Moraes.....	278
4.1 Sob o signo do Estado Novo: aspectos do projeto nacionalista em nível local.....	280
4.2 O livro <i>A ofensiva japonesa no Brasil</i> : materialização de um agenda política.....	346
5. Considerações Finais.....	369
Acervos consultados	374
Referências.....	376
Anexos.....	400

*A poesia da História repousa no fato quase milagroso de que,
por esta mesma terra, por este mesmo chão familiar,
já caminharam outros homens e mulheres, tão reais quanto nós,
com pensamentos próprios, levados pelas próprias paixões,
todos mortos agora, gerações e gerações completamente desaparecidas,
da mesma forma que nós muito em breve desapareceremos,
como fantasmas no raiar do dia.*

G. M. Trevelyan

1. INTRODUÇÃO

O enigma biográfico sobrevive à escrita biográfica. A porta permanece escancarada para sempre, oferecida a todos em revisitações sempre possíveis das efrações individuais e de seus traços no tempo (DOSSE, 2009, p. 410).

Ancorado nesta reflexão, este trabalho visa mais que narrar e analisar criticamente a trajetória de Carlos de Souza Moraes, político e intelectual sul-rio-grandense, que iniciou sua trajetória de forma mais incisiva no começo da década de 1930, estendendo-a até início dos anos 2000, pouco antes de seu falecimento. Almeja compreender o panorama social e político do Brasil e do Rio Grande do Sul no qual este agente social estava inserido. Apropriando-se da assertiva de Jorge Ferreira (2011, p. 18), buscamos através de uma robusta reflexão teórica e de uma metodologia atualizada sobre este campo historiográfico, utilizar a análise biográfica e de trajetórias sociais como “janela para visualizar o passado”, verticalizando o olhar com o objetivo de ser perceber os detalhes muitas vezes não contemplados em um ambiente macro.

Nascido na cidade de Montenegro, no Rio Grande do Sul, em 1908, Carlos de Souza Moraes faleceu em São Leopoldo, no mesmo estado, em 2003. Advém de duas famílias tradicionais da região de Montenegro, cujo destaque político foi acentuado no início do período republicano. Seu avô materno, Porfírio Felisberto de Souza, integrou os primeiros governos republicanos de Montenegro e exerceu a liderança do diretório local do Partido Republicano Rio-grandense (PRR). Foi homem de confiança de Júlio de Castilhos, presidente do Rio Grande do Sul entre 1893 e 1898, e chefe unipessoal do PRR até seu falecimento, em 1903. O pai de Carlos de Souza Moraes, José Álvaro Pereira de Moraes, foi intendente de Montenegro entre 1900 e 1908 e chefe do diretório local do PRR, tendo a confiança de Borges de Medeiros, que assumiu a chefia do governo estadual em 1898 e a liderança partidária após a morte de Júlio de Castilhos.

Carlos de Souza Moraes bacharelou-se em Direito na Faculdade Livre de Direito de Porto Alegre em 1933.¹ Posteriormente, exerceu a função de juiz municipal na região de Herval, município localizado na região Sudeste do Rio Grande do Sul. Também residiu em Porto Alegre, onde exerceu a advocacia. Em 1937, é nomeado secretário da Prefeitura Municipal de São Leopoldo, onde ocupou também, entre 1939 e 1943, o cargo de diretor de Instrução Pública. Também exerceu, entre 1938 e 1943, o cargo de diretor do jornal

¹ Atualmente pertencente à Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS.

Correio de São Leopoldo, noticioso oficial do governo leopoldense. Em novembro de 1944, o coronel Theodomiro Porto da Fonseca, então prefeito de São Leopoldo, renuncia, após 16 anos, ao cargo de chefe do Executivo leopoldense. Para seu lugar, sugere o nome de seu principal colaborador na administração municipal: Carlos de Souza Moraes. A sugestão foi aceita pelas autoridades estaduais e, ainda em novembro de 1944, Carlos de Souza Moraes assume como chefe do Executivo leopoldense.

Permaneceu no cargo até 1945, quando, com o fim do Estado Novo, deixou o cargo de prefeito. Recebeu novamente a incumbência de governar o município em 1946, exercendo a função executiva até 1947, quando renuncia para candidatar-se ao cargo eletivo de vereador pelo Partido Social Democrático (PSD). Sendo eleito, exerceu mandato na vereança leopoldense entre 1948 e 1951.

Ainda na esfera política e ideológica, Carlos de Souza Moraes teve forte atuação dentro de uma organização de cunho nacionalista: a Sociedade dos Amigos de Alberto Torres, também conhecida pela sigla SAAT. A fundação da SAAT ocorreu em 10 de novembro de 1932, no Rio de Janeiro, na sede do *Jornal do Comércio*. No mesmo ano, no mês de outubro, Plínio Salgado (que posteriormente também ingressaria na SAAT), efetiva a fundação da Ação Integralista Brasileira (AIB). Sua existência perdurou até o final da década de 1940.

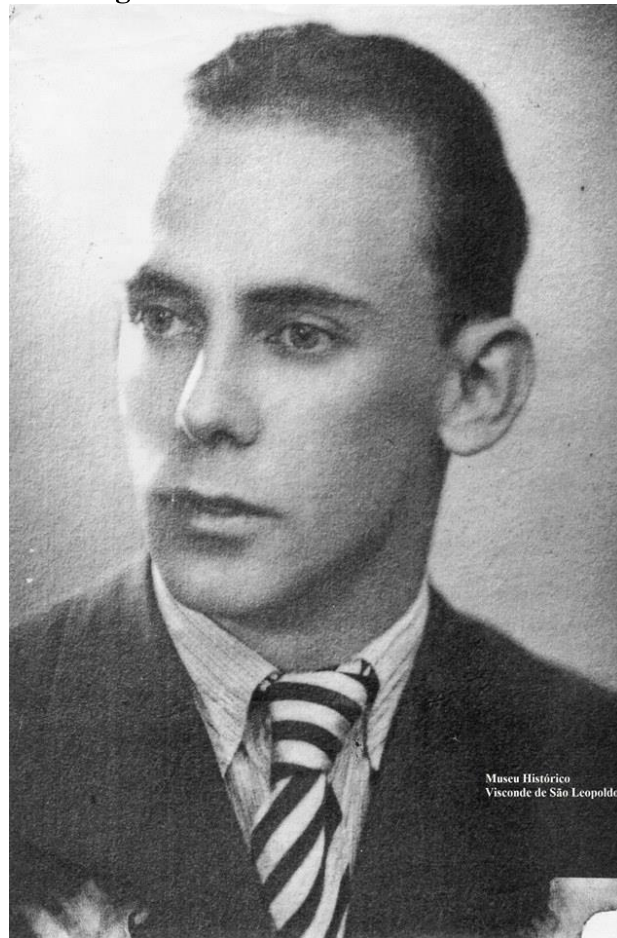
Concomitantemente com a trajetória política, Carlos de Souza Moraes também conduziu uma trajetória intelectual, que exerceu até os últimos anos de vida. Em 1937, Carlos de Souza Moraes publica, com financiamento pessoal, obra *A ofensiva japonesa no Brasil*, obra esta que lhe rendeu a indicação e posterior posse na Academia Rio-grandense de Letras, em 1938, ocupando a cadeira de número 21. Em 1942, é lançada a segunda edição desse livro, pela Livraria do Globo, com um alcance maior em nível nacional. Essa edição é dedicada especialmente à Sociedade dos Amigos de Alberto Torres. Carlos de Souza Moraes ingressou, posteriormente, no Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul.

Também foi um dos fundadores, em 1975, do Instituto Histórico de São Leopoldo. Em 1946, quando prefeito de São Leopoldo, foi responsável pela realização do I Congresso de História e Geografia de São Leopoldo, que contou com a participação de membros do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul. Em sua trajetória, dedicou obras à temática da imigração, tanto italiana quanto alemã, da história de São Leopoldo e crônicas sobre temas diversos do cotidiano.

A análise crítica da trajetória deste agente histórico permite compreender de forma mais ampliada aspectos importantes relacionados com a história política e intelectual do Rio Grande do Sul. A escolha de Carlos de Souza Moraes se justifica por alguns motivos: a) a doação de seu acervo particular ao Museu Histórico Visconde de São Leopoldo, em outubro de 2013, onde foi possível perceber uma riqueza documental bastante importante acerca de aspectos da História regional e também estadual; b) uma nova compreensão sobre o uso da biografia no campo historiográfico e o interesse pela análise da trajetória de agentes históricos com atuação em diferentes dimensões, entre elas as locais e regionais, pois permitem apreender aspectos diversos da realidade social de uma forma mais dinâmica e complexa e c) por este agente histórico poder ser enquadrado em uma categoria que podemos chamar de *mediador*,² relacionando-se com diferentes ambientes sociais, culturais e políticos, em nível regional, estadual e nacional, atuando também de forma ativa na articulação dessas relações e interações sociopolíticas, intelectuais e culturais.

² A noção de *mediador* aqui empregada está vinculada diretamente com o conceito de *habitus*, desenvolvido por Pierre Boudieu. Para o sociólogo francês, *habitus* “são princípios geradores de práticas distintas e distintivas — o que o operário come, e sobretudo sua maneira de comer, o esporte que pratica e sua maneira de praticá-lo, suas opiniões políticas e sua maneira de expressá-las diferente sistematicamente do consumo ou das atividades correspondentes do empresário industrial; mas são também esquemas classificatórios, princípios de classificação, princípios de visão e de divisão e gostos diferentes. Eles estabelecem as diferenças entre o que é bom e mau, entre o bem e o mal, entre o que é distinto e o que é vulgar etc., mas elas não são as mesmas. Assim, por exemplo, o mesmo comportamento ou o mesmo bem pode parecer distinto para um, pretensioso ou ostentatório para outro e vulgar para um terceiro” (BOURDIEU, 1997, p. 22). Dentro deste panorama, de distinção e classificação dentro do tecido social, marcado por diferentes visões de mundo e de inserção e atuação social, os mediadores são aqueles que estabelecem conexões entre estas variáveis, atuando no intercâmbio relacional entre diferentes esferas. No campo político, por exemplo, o mediador exerce uma função de conectar as conjunturas local e regional, articulando as formas como estar se imbricam e se retroalimentam. O mediador coopera para os arranjos de demarcações sociais e espaços classificatórios de grupos e indivíduos. Edoardo Grendi (2009), identifica a figura dos *broker*, ou seja, “mediadores entre a comunidade e as sociedades mais amplas”, atuando em diferentes espaços e escalas no mecanismo social.

Figura 1 – Carlos de Souza Moraes



Fonte: Coleção Carlos de Souza Moraes – Museu Histórico Visconde de São Leopoldo

Empreendida essa exposição inicial sobre alguns elementos biográficos do agente social eleito para engendrar a condução desta tese, me deterei agora em alguns pontos relacionados com o embasamento teórico e conceitual que sustenta esta pesquisa. Destaco que não irei limitar o debate teórico-conceitual apenas ao capítulo introdutório. Estes serão incutidos também na narrativa dos demais capítulos, possibilitando um diálogo entre teoria e análise empírica. Neste primeiro momento, trago quatro conceitos fundamentais para a compreensão dos objetivos delineados para este trabalho: *política, intelectuais, biografia e trajetória*.

A historiografia dedicada aos estudos políticos tem vivenciado significativa e frutífera renovação. Diálogos substanciosos entre a chamada História Política e outros campos disciplinares têm possibilitado uma ruptura com um modelo analítico tradicional, focado nas figuras proeminentes, nas conduções administrativas, nos acontecimentos de maior destaque e nas delimitações estritamente partidárias. Essa perspectiva formatava o

estudo do político em um panorama elitista e restritivo, não possibilitando vislumbrar o fenômeno social e a atuação de seus múltiplos atores.

Um dos destacados contribuintes para esse avanço na historiografia política foi o historiador francês René Rémond. A obra por ele organizada, intitulada *Pour une histoire politique*, publicada em 1988, é considerada um dos divisores de águas nas perspectivas deste campo de pesquisa. Publicada no Brasil, *Por uma História Política* traz uma visão múltipla e diversificada, indicando aos pesquisadores a necessidade de contemplar, em seus estudos, os mecanismos relacionais desenvolvidos entre os indivíduos e seu meio social, as escolhas pessoais e coletivas, assim como os instrumentos empregados para conquista, exercício e manutenção das formas de poder.

Conforme a definição dada por Persio de Oliveira (2002), o objetivo central da estrutura política é o exercício do poder. Um conceito mais geral de poder é encontrado no *Dicionário de Política*, organizado por Norberto Bobbio:

Em seu significado mais geral, a palavra Poder designa a capacidade ou possibilidade de agir, de produzir efeitos. Tanto pode ser referida a indivíduos e a grupos humanos como a objetos ou a fenômenos naturais (como na expressão Poder calorífico, Poder de absorção) (BOBBIO, 1995, p. 933)

Na perspectiva na qual esta pesquisa está alicerçada, a principal forma de poder que necessita ser sopesada é aquela que se enquadra nas tentativas de ação dentro do espectro social. O *poder social* não deve ser entendido como algo pronto, um elemento inerente ao indivíduo ou ao grupo. Ele é construído justamente na fluidez e complexidade das relações entre os sujeitos. Entrementes, o exercício do poder ocorre nos mais diferentes espaços ocupados pela sociedade, marcada pela multiplicidade de elementos envolvidos. Sendo assim, não encontramos essas conjecturas apenas no ambiente da burocracia política ou administrativa do Estado ou nos bastidores partidários. Nos espaços religiosos, nos clubes sociais, nas instituições culturais ou nos debates intelectuais... aí estão significativos meios de disputas e construções de poder. Claude Lefort, em suas formulações sobre política, enfatiza a existência do que denomina de “lugar de poder”, que orienta e direciona a constituição de espaços e interações sociais. Deste modo, “o político remete, assim, a um domínio anterior e superior de todos os outros modos de vinculação social, que acaba por permitir conformá-la e, como tal, gerir as suas divisões; em outras palavras, ele é um “modo de instituição social” (1972, p. 24).

O sociólogo alemão Max Weber também pontua considerações pertinentes sobre as relações entre política e poder. Segundo este teórico, política é “a aspiração a participar no poder ou a influir na distribuição do poder entre os diversos estados ou, dentro de um mesmo Estado, entre os diversos grupos de homens que o compõe” (WEBER, 1979, p. 09). Carlos de Souza Moraes, seja em decorrência de sua atuação mais direta no âmbito burocrático-administrativo, partidário ou de elucubrações intelectuais-culturais, conforme será possível perceber ao longo das páginas desta tese, foi um homem que buscou exercer formas de poder social, na perspectiva de que atuou em múltiplos meios, buscando sustentar, defender e implantar suas posições ideológicas, convicções pessoais e visões de mundo. Concernente, essa busca não pode ser vislumbrada de uma forma retilínea e coesa. A política e as trajetórias pessoais são marcadas por insucessos, avanços e recuos, mudanças de mentalidade e posturas, continuidades e rupturas. E são essas incongruências que transformam a análise desses fenômenos em algo dinâmico, interessante e contributivo para a pesquisa histórica e social.

Ainda sobre o conceito de política e a renovação deste espectro historiográfico, as contribuições de Pierre Rosanvallon tem um espaço reconhecido para os avanços destes campos teóricos e investigativos. Metodologicamente, Rosanvallon admoesta uma preocupação mais intensa com as práticas, representações e estratégias adotadas pelos indivíduos, assim como uma contextualização pormenorizada e crítica dos contextos sociais imbricados. Ao se dedicar ao prisma da *cultura política*,³ Pierre Rosanvallon busca lançar luzes sobre as formas de se fazer política, os valores sociais de um grupo, os modelos ou regimes de governo, a mentalidade e as instituições presentes em um país ou sociedade em um determinado período. Quando objetivamos compreender a trajetória de um agente social olhando para o ambiente no qual interagiu, é possível descortinarmos esses elementos e perceber a forma de constituir-se socialmente em determinado momento histórico.

Conforme destacado anteriormente, Carlos de Souza Moraes possuía, mesmo que subjetivamente, um capital social pregresso, oriundo das influências sociopolíticas deixadas por seu pai e pelo avô materno. Mais adiante, iremos analisar a utilização deste capital de forma prática, almejando a construção do mesmo e a influência deste na fase inicial da trajetória política de Moraes. Por agora, me aterei ao conceito de capital social,

³ Pierre Rosanvallon afirma usar esta perspectiva conectada em um sentido weberiano, o que implica, por seu turno, na reconstrução do caminho percorrido pelos atores (ROSANVALLON, 2010).

adotando uma perspectiva *bourdiana*, estritamente vinculada com o campo político e seu processo de construção.

Segundo Pierre Bourdieu (1998, p. 67), a definição de capital social pode ser conceituada como:

[...] o conjunto dos recursos reais ou potenciais que estão ligados à posse de uma rede durável de relações mais ou menos institucionalizadas de interconhecimento e de inter-reconhecimento mútuos, ou, em outros termos, à vinculação a um grupo, como o conjunto de agentes que não somente são dotados de propriedades comuns (passíveis de serem percebidas pelo observador, pelos outros e por eles mesmos), mas também que são unidos por ligações permanentes e úteis.

Este capital social pode ser exercido e estruturado de diferentes formas, se destacando os meios econômicos, culturais e de sociabilidade. Neste interim, os ambientes político-partidários e intelectuais podem ser enquadrados, sem melindres, como eficientes espaços de cooptação e assentamento de redes pessoais profícuas, visando, entre outros pontos, a participação e o exercício do poder social. O êxito deste empreendimento depende, contudo, da extensão e da força presente nas redes de relações mobilizadas pelos indivíduos. Quanto maior a capacidade de arregimentação e influência dos atores sociais, mais alargada e consolidada será a rede social na qual ele atua, beneficiando-se desta e transpondo estes dividendos àqueles que julgar merecedores. Ou, como veremos no caso de Carlos de Souza Moraes, capitalizar, *a posteriori*, a rede política na qual sua família estava inserida, usando da *herança simbólica* de seus antepassados para ingressar no campo político sul-rio-grandense. Buscou nele a legitimidade para poder ser reconhecido como apto para fazer parte deste intenso ambiente sociopolítico.

Esta herança simbólica – ou poder – também é conceituada por Bourdieu. Para ele, o *poder simbólico* “é um poder de construção da realidade que tende a estabelecer uma ordem gnoseológica: o sentido imediato do mundo e em particular do mundo social” (1989, p. 9). Em outras palavras, são os instrumentos utilizados pelos sujeitos sociais para demonstrar seu poder e dinamismo, direcionando e tentando controlar os dispositivos sociais aos quais está atrelado, com a finalidade de manter-se estável em dado patamar do cenário em que vive. É este poder simbólico que classifica e regulariza as relações de poder, conforme a existência ou ausência de um código de valores.

Diametralmente conexo aos conceitos e práticas de política e poder, insere-se o de *intelectuais*. Usualmente, é atribuído ao político, jornalista e médico francês Georges Clemenceau⁴ a introdução do termo como um substantivo. Contudo, acredita-se que a utilização da expressão já era corrente desde a década de 1880, cabendo a Clemenceau torna-la mais conhecida na França oitocentista, no contexto de uma discussão política e jurídica marcante: o chamado *Caso Dreyfus*.

Em 1894, o militar de origem judaica Alfred Dreyfus, que ocupava a patente de capitão do Exército francês, foi acusado e condenado por traição, com a alegação de espionagem e repasse de informações sobre a França ao governo alemão.⁵ Os principais dados divulgados se relacionavam com a aquisição de armamentos por parte do exército francês. Embasados em critérios nacionalistas e xenófobos, em um processo jurídico secreto e fraudulento, Dreyfus foi sentenciado à prisão perpétua e expulso das Forças Armadas. A sentença gera uma clima de indignação, especialmente entre alguns políticos e escritores, como Émile Zola,⁶ expoente do naturalismo literário francês, autor de *O Germinal*.⁷ Até mesmo Ruy Barbosa, que naquele período encontrava-se em Londres, saiu em defesa de Dreyfus.

Em 1897, Georges Clemenceau e Ernest Vaughan fundam o jornal *L'Aurore*. Foi neste periódico que Clemenceau destacou o termo *intelectuais*, no artigo intitulado *À la derive*, em 1898. Naquele mesmo ano, Émile Zola publicou o texto *J'accuse* (“Eu

⁴ Nascido no ano de 1841, faleceu em Paris em 1929. Foi deputado atuante na Assembleia Nacional francesa, além de ter ocupado o cargo de senador. Ideologicamente, suas posições se caracterizaram pelo republicanismo e o anticlericalismo, vinculados com o espectro da extrema esquerda. Foi integrante dos grupos partidários *Republicanos Radicais* e *Radicais Socialistas*. Exerceu em duas oportunidades o cargo de primeiro-ministro da França, entre 1906 e 1909 e, posteriormente, de 1917 a 1920, concomitante com o de ministro da Guerra. Foi chefe da delegação francesa que atuou junto à Conferência de Paris, onde foi estabelecido o Tratado de Versalhes, em 1919, após o término da Primeira Grande Guerra Mundial.

⁵ O Caso Dreyfus ocorreu dentro de um período conturbado da história política francesa, marcado pela *Guerra Franco-Prussiana*, onde o Reino da Prússia foi vitorioso, exigindo ressarcimento financeiro da França e anexando os territórios de Alsácia e Lorena. O conflito miliar culminou em um colapso político, social e econômico, que conduziu à instituição da *Terceira República Francesa*. Posteriormente, o país foi atingido pelo *Escândalo de Panamá*, relacionado com desvio bilionário por parte do governo francês na construção do Canal do Panamá. A medida foi adotada para encobrir os problemas financeiros de continuidade do empreendimento, que foi assumido no início do século XX pelos Estados Unidos. Por fim, havia uma forte discussão em torno da separação entre Igreja e Estado, uma das principais agendas políticas da Terceira República Francesa, visando diminuir o poder da Igreja Católica no país.

⁶ Nascido em Paris no ano de 1840, Émile Zola se caracterizou como um escritor alinhado com os problemas sociais e crítico aos modelos políticos da França do século XIX. Sua visão política era libertária, sendo reconhecido como um nome importante do anarquismo francês. Morreu em 1902, por asfixia, em circunstâncias que indicam, com grande plausibilidade, assassinato, cometido por inimigos políticos.

⁷ Publicado em 1885, o romance de fundo histórico contempla fase inicial da organização sindical e política da classe operária na França, influenciada – e dividida – pelas ideias marxistas e anarquistas. Zola retrata, a partir da experiência pessoal, pois trabalhou dois meses como mineiro em uma mina de extração de carvão, a violência, a miserabilidade e as situações degradantes aos quais os operários eram submetidos.

acuso”), em forma de carta destinada ao presidente da França de então, Felix Faure. O tom provocativo e colérico da narrativa fez com que Zola fosse condenado a um ano de prisão e pagamento de multa. No ano de 1906, Alfred Dreyfus é definitivamente considerado inocente das denúncias de traição e espionagem, sendo, inclusive, reabilitado para retornar ao serviço militar. Mesmo assim, as desconfianças continuaram pairando sobre ele, sendo até mesmo vítima de um atentado em 1908, quando da cerimônia de transferência das cinzas de Émile Zola para o Panteão de Paris. Dreyfus faleceu em julho de 1935, aos 75 anos de idade.

A concepção de intelectual dada pelo deputado francês fazia menção aos especialistas de diferentes áreas do conhecimento humano, que teriam o direito e o dever de se mobilizar em defesa de valores importantes para o bem-estar da sociedade e dos indivíduos, sobretudo em momentos em que estas estivessem sob forte ameaça. Dentro de sua perspectiva radical, essa defesa deveria ser atuante principalmente diante de ações indevidas por parte das autoridades constituídas, como os governos e as igrejas. Em conjunto, intelectuais seriam detentores de um poder que, eventualmente, faria contraposição ao poder de origem política. Diante do exposto, a configuração teórica cunhada por Clemenceau para o termo intelectual estava em consonância com política e poder.

A intelectualidade e seus agentes também foram algo presente na Rússia durante os anos anteriores à Revolução de 1917. É neste contexto que surge o termo *intelligentsia*, expressão utilizada para designar um grupo de pessoas diretamente enredadas com o trabalho de formação intelectual e cultural da população, especialmente da classe trabalhadora. Alguns destes intelectuais tinham suas ideias influenciadas pelo Iluminismo, enquanto outros já adotavam o discurso marxista e socialista. Régis Debray, ao analisar essa conjectura do início do século XX, coloca os intelectuais em um patamar mais elevado dentro dessa estrutura de constituição sociocultural e política, classificando-os como *la haute intelligentsia*, ou seja,

[...] o conjunto de indivíduos socialmente legitimados para exprimir publicamente suas opiniões pessoais acerca de questões públicas, independentemente dos procedimentos regulamentares a que se devem submeter os cidadãos comuns (DEBRAY, 1979, p. 43-44).

A formulação conceitual de Debray sustenta que os intelectuais possuíam uma atuação social alargada, não ficando submetidos aos mesmos mecanismos de controle que

os demais cidadãos. De certa forma, essa concepção aponta para a formação de uma *elite intelectual* dentro da sociedade. Esta visão se aproxima da ideia de intelectualidade proposta por Bourdieu. Para ele, é necessário que haja um distanciamento entre os intelectuais e as demais classes sociais, especialmente as mais populares, para o desenvolvimento do pensamento crítico sobre a própria sociedade. Em síntese, Bourdieu argumentava que

[...] quanto mais um campo é heterônomo, mais a concorrência é imperfeita e é mais lícito para os agentes fazer intervir forças não-científicas nas lutas científicas. Ao contrário, quanto mais um campo é autônomo e próximo de uma concorrência pura e perfeita, mais a censura é puramente científica e exclui a intervenção de forças puramente sociais [...] e as pressões sociais assumem a forma de pressões lógicas (BOURDIEU, 2004, p. 32).

A relação entre intelectuais e sociedade, ou melhor, os múltiplos grupos que formam o tecido social, também foi explorada por Antonio Gramsci, formulador do conceito de *intelectual orgânico*. Na perspectiva gramsciana, os intelectuais podem ser divididos em duas vertentes: os tradicionais e os orgânicos. Representante do marxismo, Gramsci se dedicou a compreender e analisar o papel da ideologia nas lutas de classes, assim como o papel desempenhado pelos intelectuais neste contexto de lutas pelo poder. Doravante, a partir de uma estrutura que define uma classe dominante (burguesia) e uma classe dominada (proletariado), os intelectuais assumem um papel ativo para arregimentar e incutir valores ideológicos para seus grupos e para outros meios sociais.

O *intelectual tradicional* é definido como aquele que se vincula e representa determinado grupo, instituição ou corporação, expressando e catalisando os interesses defendidos por estes, formulando ideários que fomentem as ações perante os demais membros da sociedade. As igrejas, partidos políticos, instituições educacionais, forças militares, entre outros, são exemplos de espaços aos quais os intelectuais tradicionais estão vinculados. Já os *intelectuais orgânicos* advêm de uma classe social (como os operários, por exemplo), mantêm fortes laços com suas origens e se transformam em propulsores das ideias defendidas por este grupo.

As visões de Bourdieu e Gramsci sobre os intelectuais e seu papel social são opostas. Para o primeiro, o distanciamento é imprescindível para o efetivo exercício da prática intelectual, enquanto, para o segundo, é do meio social que emergem os intelectuais, sendo influenciados por ele e agindo como formuladores de ideologias e

visões de mundo, que retornam para a sociedade, numa relação ambivalente. Refletindo sobre a atuação política-intelectual de Carlos de Souza Moraes, embora não o considere como um intelectual orgânico em sua essência, ele se aproxima mais desta concepção, tendo em vista que suas produções literárias defendiam, em grande parte, o ideário das instituições e entidades nos quais atuara, compartilhando de percepções e visões de sociedade advindas dos diálogos com seus pares. Isso será exposto e analisado com maior consistência nos capítulos seguintes, especialmente ao se abordar a Sociedade dos Amigos de Alberto Torres e as demais entidades culturais e intelectuais das quais Moraes participou, assim como suas principais obras publicadas.

Norberto Bobbio destaca que, embora o termo intelectual tenha ganhado uma conotação substantiva e maior uso a partir do final do século XIX, essa figura social esteve presente na história humana ao longo dos séculos. Contemplando as relações de poder, Bobbio destaca que esse grupo era o detentor e manipulador do poder ideológico:

[...] embora com nomes diversos, os intelectuais sempre existiram, pois sempre existiu, em todas as sociedades, ao lado do poder econômico e do poder político, o poder ideológico, que se exerce: não sobre os corpos, como o poder político, jamais separado do poder militar; não sobre a posse de bens materiais, dos quais se necessita para viver e sobreviver, como o poder econômico; mas sobre as mentes pela produção e transmissão de ideias, de símbolos, de visões de mundo, de ensinamentos práticos, mediante o uso da palavra (o poder ideológico é extremamente dependente da natureza do homem como animal falante). Toda sociedade tem os seus detentores do poder ideológico, cuja função muda de sociedade para sociedade, de época para época, cambiantes sendo também as relações, ora de contraposição ora de aliança, que eles mantêm com os demais poderes (BOBBIO, 1997, p. 11).

Sintetizando as funções dos intelectuais no mecanismo social, cabe a esse agente a reflexão sobre os fatos e estruturas, as manipulações de práticas e símbolos culturais, os dispositivos econômicos e políticos. Ainda no tocante das definições conceituais sobre os intelectuais, Bobbio propõe uma divisão em dois tipos: “em um debate que tenha por tema fundamental a relação entre política e cultura, os tipos relevantes de intelectuais são sobretudo dois: que denomino, para que possamos nos entender, *ideólogos* e *expertos*” (Bobbio, 1997, p. 71-72). Diferente da concepção de Gramsci, Norberto Bobbio não enquadra os intelectuais enquanto seu *lugar de fala* (quem este representa ou defende), mas sim, de sua função enquanto agente ideológico político. Deste modo, entende-se que

[...] os ideólogos são aqueles que elaboram os princípios com base nos quais uma ação é justificada e, portanto, aceita – em sentido forte, a ação é “legitimada” –, pelo fato de estar conforme os valores acolhidos como guia da ação; os expertos são aqueles que, indicando os conhecimentos mais adequados para o alcance de um determinado fim, fazem com que a ação que a ele se conforma possa ser chamada de racional segundo o objetivo [...] quem, levando em conta todas as informações que os expertos podem oferecer, escolhe esse meio e não um outro realiza uma ação racional com respeito ao objetivo (BOBBIO, 1997, p. 73-74).

A trajetória de Carlos de Souza Moraes, realizando uma interação entre sua atuação política com a intelectual, indica que o mesmo atuou em maior proximidade com a definição dada aos intelectuais expertos. Ele buscou indicar, sobretudo na construção de ideários de sustentação de ações políticas, a estruturação de uma base calcada em concepções sólidas e julgadas racionais – dentro das perspectivas científicas, mesmo que polêmicas ou hoje refutadas, do período em que foram vivenciadas. Esses elementos se tornam mais evidentes nas abordagens que Moraes estabelece sobre processos migratórios, problemas sociais e a constituição de um tipo ideal de nação e nacionalismo, presentes de forma mais incisiva em sua obra *A ofensiva japonesa no Brasil*. Ao conformar suas ideias com a agenda sociopolítica e cultural da Sociedade dos Amigos de Alberto Torres, Carlos de Souza Moraes, especialmente nas décadas de 1930 e 1940, dialogou com uma intelectualidade de renome nacional, como Oliveira Vianna, Cândido Motta Filho, Xavier de Oliveira, Rafael Xavier, entre outros.

A partir desta apreciação teórica sobre as definições e problemáticas relacionadas com os conceitos de política e intelectuais, adentro agora na reflexão sobre *trajetórias* e *biografia*, elementos que, em conformidade com o exposto anteriormente, junto à política e intelectualidade, serão os pontos conceituais aprofundados nesta introdução.

A complexidade do ser humano e da condução de sua existência devem ser levadas em conta ao remontar a trajetória de um indivíduo. A percepção dos contrastes e das múltiplas faces que um sujeito histórico adota durante a vida possibilita uma dimensão dos estudos biográficos que foge do discurso heroicizante e linear. Além do mais, a dimensão histórica dos indivíduos se dá em sua relação com o todo social, nas dinâmicas estabelecidas entre o pessoal e o coletivo. Deste modo, a trajetória de alguém pode servir de fio-condutor para compreensão de pormenores de um grupo, uma comunidade e um contexto. Afastar-se de um modelo biográfico centrado nas virtudes e grandes feitos dos personagens, não levando em conta suas imperfeições e singularidades, compreende um

grande desafio para aqueles que se lançam nas aventuras de analisar criticamente uma trajetória de vida. Sobre esses aspectos, Sabina Loriga aponta que

[...] enquanto a biografia heroica coloca como óbvia uma harmonia entre o particular e o geral (e, poder-se-ia dizer, uma extensão, como na sinédoque), a biografia coral concebe o singular como um elemento de tensão: o indivíduo não tem como missão revelar a essência da humanidade; ao contrário, ele deve permanecer particular e fragmentado. Só assim, por meio dos diferentes movimentos individuais, é que se pode romper as homogeneidades aparentes (por exemplo, a instituição, a comunidade ou o grupo social) e revelar os conflitos que presidiram à formação e à edificação das práticas: penso nas inércias e na ineficácia normativas, mas também nas incoerências que existem entre as diferentes normas, e na maneira pela qual os indivíduos, “façam” eles ou não a história, moldam e modificam as relações de poder (LORIGA, 1998, p. 249).

Françoise Dosse, historiador e sociólogo francês, especialista no campo da História dos Intelectuais, dedicou uma de suas principais obras aos estudos do gênero biográfico. Publicado originalmente em 2005, *Le Pari biographique: Écrire une vie* (O desafio biográfico: escrever uma vida), se tornou uma referência nesta área de pesquisa. Em seu livro, Dosse pontua a evolução do gênero biográfico em três modalidades constitutivas: a *idade heroica*, a *idade modal* e, por fim, a *idade hermenêutica*. Conforme o autor, “se conseguirmos detectar uma evolução cronológica entre essas três idades, veremos claramente que os três tipos de tratamento da biografia podem combinar-se e aparecer no curso de um mesmo período” (DOSSE, 2009, p. 13).

A chamada *idade heroica* remonta ao período da Antiguidade até a Idade Moderna, com o enaltecimento de virtudes, constituindo exemplos para modelos moralizantes de vida. Se na Antiguidade o heroísmo era o elemento destacado, com o advento do Cristianismo, os valores religiosos e de vivência radical da fé eram os preceitos edificados como modelares. Nesta mudança contextual, a *hagiografia* (escrita da vida dos santos) ocupou espaço que antes era destinado aos heróis. O segundo tempo da biografia, conforme Dosse, é a *idade modal*, da transição do século XIX para o XX. Os estudos biográficos são renegados ao grupo dos subgêneros literários. Outros campos de análise e objetos se tornam atraentes aos historiadores e cientistas sociais, deixando a biografia em um período de ostracismo, em um “demorado eclipse, porque o mergulho da história nas águas das ciências sociais, graças à escola dos Annales, [...] contribuiu para a radicalização de seu desaparecimento em proveito das lógicas massificantes e quantificáveis” (DOSSE, 2009, p. 181). Nesta conjuntura, o indivíduo deixa de ser o

ponto analisado, almejando-se ver no mesmo uma amostra da coletividade, do meio ao qual ele representa.

Por fim, a terceira fase, ou *idade hermenêutica*, consiste em uma retomada do gênero biográfico por parte dos pesquisadores, mas com uma conotação diferente dos antigos protocolos de exaltação ou busca pela evidencia de um modelo exemplar de vida. A partir de uma crítica reflexiva, advinda da quebra de paradigmas estruturantes – inclusive relacionados ao próprio ofício do historiador e da narrativa historiográfica –, a biografia passou a ser revalorizada, como possibilidade de vislumbrar o indivíduo em situações diversas.

Esse impulso de retomada da biografia pelos historiadores está entrelaçada com a atração que uma nova metodologia teve sobre estes: a Micro-história italiana. A noção de sujeito foi redimensionada, assim como os pontos de partida para se compreender uma trajetória de vida ou um contexto social, pois, “em vez de partir do indivíduo médio ou típico de uma categoria socioprofissional, a micro-história [...] ocupa-se de estudos de caso, de microcosmos, valorizando as situações-limite de crise” (DOSSE, 2009, p. 254). Essa imbricação é decorrente das próprias premissas da Micro-História, de percepção das incoerências e quebras de paradigmas sociais, conforme a assertiva de Giovanni Levi:

[...] ao contrário da ênfase do funcionalismo na coerência social, os micro-historiadores concentraram-se nas contradições dos sistemas normativos e por isso na fragmentação, nas contradições e na pluralidade dos pontos de vista que tornam todos os sistemas fluidos e abertos. As mudanças ocorrem por meio de estratégias e escolhas minuciosas e infinitas que operam nos interstícios de sistemas normativos contraditórios (LEVI, 1992, p. 154-155).

Esse diálogo, segundo Dosse, determina que a biografia histórica tenha um patamar de criticidade e capacidade reflexiva sobre os sujeitos e a sociedade, desprendendo-se da “ânsia de dar sentido, de refletir a heterogeneidade e a contingência de uma vida para criar uma unidade significativa e coerente traz em si boa dose de engodo e ilusão” (DOSSE, 2009, p. 14).

Não obstante, visando o espectro das possibilidades, os estudos biográficos forneceram aos historiadores um campo fecundo para experimentações teóricas, metodológicas e empíricas. Em grande parte, isso se deve ao fato de que “os estudos atuais se caracterizam pela variação do enfoque analítico [...]. O quadro unitário da

biografia foi desfeito, o espelho se quebrou para deixar aflorar mais facilmente [...] a pluralidade das identidades, o plural dos sentidos da vida” (DOSSE, 2009, p. 344).

Mas quais são os critérios que conduzem para a escolha de um indivíduo? Quais razões justificam a eleição de alguém para se biografar? Sobre esses questionamentos, Benito Schmidt argumenta que

[...] uma das primeiras perguntas que deve ser feita pelo historiador interessado em realizar uma biografia é: por que vale a pena biografar este indivíduo? Ou, melhor ainda: que dimensões do passado são possíveis de se conhecer pesquisando a trajetória de determinado indivíduo? Deseja-se com isso dizer que uma biografia não se justifica por si só, mas pelo que ela pode contribuir para o avanço das discussões próprias ao conhecimento histórico (SCHMIDT, 2012, p. 195).

A prerrogativa exposta por Schmidt não deve ser entendida como um fator limitador ao escopo de indivíduos que possam ser biografados. Não se tratam de critérios de privilégios, onde apenas aqueles de renome ou já conhecida visibilidade social merecem ter suas trajetórias analisadas. O que a citação destaca é justamente a possibilidade de compreensão do passado que uma determinada história pessoal pode oferecer. Não se trata de escrever uma biografia apenas pelo biografado em si. Mas escrever algo que nos permite vislumbrar os caminhos que ele percorreu no meio social no qual vivenciou os seus dias. Deste modo, os mais diferentes agentes sociais podem ser passíveis de uma análise biográfica, independente dos critérios de status ou reconhecimento social – ou político, econômico, familiar – prévio. Ainda neste tocante, Vavy Borges (2005) é enfática ao assinalar que os historiadores, ao enfocar uma análise de trajetórias pessoais, devem vislumbrar estes indivíduos como possibilidade de acesso para a época em que viveram.

Ao me aproximar da finalização deste debate conceitual, cabe destacar as diferenças entre biografia e trajetórias. Em linhas gerais, segundo Alexandre Karsburg,

[...] o uso do termo trajetória parece ter sido uma saída para quem tinha receio de utilizar o termo biografia em seus estudos – muito pelo baixo prestígio que biografias tinham no meio acadêmico, como citei anteriormente. Porém, talvez exista outra explicação para que os historiadores começassem a usar o termo trajetória em vez de biografia. Ainda que não seja regra, a biografia costuma seguir o sujeito do “nascimento à morte”, ou, ao contrário, da morte ao nascimento. Não é vedado ao pesquisador privilegiar este ou aquele período da vida do biografado, mas, por princípio, a biografia deve contemplar a totalidade da vida do indivíduo, problematizar os vários momentos da existência. Isso, obviamente, exigirá um período de pesquisa muito grande e que

ultrapassa os dois anos de um mestrado ou quatro de um doutorado (KARSBURG, 2015, p. 33).

Ciente destes aspectos e dos perigos decorrentes das escolhas realizadas, busco unir os aspectos teóricos da análise biográfica histórica com o referencial instrumental e metodológico da Micro-história. A interação do recurso biográfico com a Micro-história vai, conforme acreditamos, ao encontro da proposta de Carlo Ginzburg e Carlo Poni, pois, conforme estes historiadores, “[...] as séries documentais podem sobrepor-se no tempo e no espaço de modo a permitir encontrar o mesmo indivíduo ou grupos de indivíduos em contextos sociais diversos. O que liga os pontos, guiando o historiador, é o nome das pessoas” (1991, p. 173-174).

A trajetória política e intelectual de Carlos de Souza Moraes também dialoga expressivamente com a História da Imigração. Isso se deve ao fato de que, politicamente, em uma parcela significativa de sua trajetória, principalmente entre as décadas de 1930 e 1940, Carlos de Souza Moraes atuou dentro de uma perspectiva de restrições e até mesmo combate ao processo imigratório, sobretudo ao que se relacionava com a vinda de japoneses ao Brasil. Ao mesmo tempo, para com outros grupos étnicos também era incorrida essa percepção, como aos alemães e descendentes do Rio Grande do Sul. Essa visão restritiva resultou também em obras intelectuais, como o já referido livro *A ofensiva japonesa no Brasil*, com edições publicadas em 1937 e 1942. Posteriormente, Carlos de Souza Moraes modificou sua atuação para com alguns desses grupos étnicos e para a questão imigratória, passando inclusive a adotar outro discurso político e intelectual, muitas vezes de cunho elogioso. Dentro das novas perspectivas temáticas, teóricas e metodológicas usadas pela História da Imigração, a análise crítica da trajetória de Carlos de Souza Moraes também fornece novos elementos que contribuem para a ampliação das possibilidades interpretativas desse campo historiográfico. Os autores que se dedicam a esta área serão abordados ao longo do trabalho, quando oportuno.

Considero importante também, nesta parte introdutória, relatar meu contato e interação com o acervo pessoal de Carlos de Souza Moraes, complementando com algumas questões conceituais e metodológicas pertinentes a este tipo de documentação e seu uso na pesquisa história.

Em outubro de 2013, uma reportagem do *Jornal Vale dos Sinos*,⁸ mais conhecido popularmente como *Jornal VS* ou simplesmente *VS*,⁹ destacou a doação do acervo pessoal e de grande parte da biblioteca de Carlos de Souza Moraes ao Museu Histórico Visconde de São Leopoldo. A cedência do material foi realizada pela família de Moraes, tendo à frente da iniciativa sua filha primogênita, Madeleine Rossi de Moraes Hilbk. As tratativas para a transferência das pastas com documentos, fotos e os exemplares de livros iniciou alguns meses antes. Realizados os primeiros contatos e confirmado o interesse por parte da instituição de memória, a segunda fase do processo foi a triagem básica do material.

Ao chegarem à casa que pertencera ao constituinte do acervo, os responsáveis pela triagem do material encontraram uma biblioteca com mais de 600 livros, de temas diversos, mas, especialmente, vinculados com as áreas do Direito, História e Literatura. Além da considerável biblioteca, também existia uma gama de documentos, dos mais variados tipos, grande parte condicionados em pastas oriundas do escritório de advocacia do agente histórico que formou aquela massa documental. Cartas, cartões de Boas Festas, recortes de jornais, mapas, recibos, rascunhos e esboços de livros e artigos, documentos oficiais, fotografias, relatórios, entre outros tipos, puderam ser encontrados naquelas pastas. Embora sem ter uma dimensão mais ampla da potencialidade e das descobertas possíveis por meio daqueles documentos, as pastas e os livros foram levados para o Museu Histórico Visconde de São Leopoldo, com o intuito de receberem uma verificação mais detalhada e a devida organização arquivística.

Aqui tomo a liberdade de abordar minha relação pessoal com as fontes, ou melhor, com o acervo que se transformou em minha base documental de pesquisa. Julgo pertinente essa abordagem tendo em vista que, metodologicamente, a partir das considerações de Levi (2009) e Ginzburg (1989), demonstrar os *caminhos percorridos* durante a construção da pesquisa, as descobertas e os percalços, contribui para uma compreensão do *fazer historiográfico* e das dimensões do trabalho realizado pelos historiadores.

No segundo semestre de 2013, iniciei trabalho voluntário junto ao Museu Histórico Visconde de São Leopoldo. Quando da chegada do acervo de Carlos de Souza

⁸ Ao se buscar dados completos para a citação desta reportagem, junto à Hemeroteca do Museu Histórico Visconde de São Leopoldo, foi visto que o número da página e de edição foram recortadas, não constando no fragmento arquivado. Ainda assim, é possível aferir que a data de publicação foi 23 de outubro de 2013.

⁹ Fundado em dezembro de 1957, pelos irmãos Mário Alberto e Paulo Sérgio Gusmão, originalmente com denominado *Jornal São Leopoldo* e conhecido como *SL*. Posteriormente, recebeu o título atual, sendo um dos jornais publicados pelo Grupo Editorial Sinos, sediado na cidade de Novo Hamburgo.

Moraes, fui convidado a fazer uma análise mais detalhada dos documentos, para fazer uma pré-catalogação do que realmente havia naquelas diversas pastas e envelopes. Aceitando o convite, o processo de inventário e a execução do trabalho se deu da seguinte forma: analisar os documentos que havia em cada pasta, sem distinção de assunto, deixando os mesmos organizados conforme vieram da casa da família Moraes. Posteriormente, cada pasta e envelope recebeu uma numeração, assim como uma descrição básica das temáticas contidas na documentação em seu interior. Para fornecer uma visão mais ampla do conteúdo geral do acervo doado, disponibilizo, junto aos anexos deste trabalho,¹⁰ uma tabela com o levantamento efetivado.

Na época em que realizei este trabalho, estava finalizando minha graduação em licenciatura em História, preparando meu projeto para a seleção de mestrado. A experiência de escrita do trabalho de conclusão de curso e do mencionado projeto me forneceram embasamentos importantes para visualizar, na medida em que tomava maior contato com aqueles documentos, a potencialidade dos mesmos, das informações ali presentes. Em um primeiro momento, por não ter maior familiaridade com a biografia de Carlos de Souza Moraes, a percepção que tive sobre aquelas fontes é de uma importância maior para com a história de São Leopoldo e do Vale do Rio dos Sinos. Entretanto, na medida em que surgiram dados sobre temas os quais desconhecia, como a Sociedade dos Amigos de Alberto Torres, e iniciei a coleta de informações sobre essas entidades e relações sociopolíticas e culturais solidificadas por Moraes, percebi que a abrangência desse acervo poderia ajudar a compreender muito mais do que São Leopoldo e região, mas revelar as percepções que se faziam sobre imigrantes e a construção do nacionalismo brasileiro nas décadas de 1930 e 1940.

Durante a realização do mestrado, a ideia de se trabalhar com a trajetória de Carlos de Souza Moraes posteriormente foi ganhando uma dimensão mais ampla. O contato com o acervo deixado por ele permitiu ver que ali se encontrava um frutífero campo para sopesar sua ação enquanto político e intelectual, especialmente no campo das questões de imigração. Conforme já enfatizado na parte introdutória deste trabalho, o objetivo não é *lançar luzes* sobre o personagem em si mesmo, ou seja, sobre Carlos de Souza Moraes e sua vida. Mas busca-se, a partir dele, compreender o mundo social no qual estava vinculado e atuava. Não se almeja transformá-lo na finalidade primordial da pesquisa,

¹⁰ A opção de colocar esta tabela como um anexo se dá em decorrência da dimensão desta, que ocuparia muitas páginas no corpo do trabalho. Todos os documentos utilizados receberão a indicação da pasta onde se encontram, o que auxilia na conferência das mesmas junto aos dados constantes na tabela citada.

mas utilizá-lo como veículo para vislumbrar um emaranhado de relações, ideias, trocas, e conflitos construídos em diferentes espaços e múltiplas pessoas.

O contato inicial com Carlos de Souza Moraes e seus caminhos enquanto intelectual e político teve como cenário a interpelação com sua *herança histórica*, ou seja, a massa documental que este acumulou e organizou durante sua vida. A historiografia, com seus desdobramentos e mudanças paradigmáticas, retomou a questão dos arquivos e das fontes documentais, oferecendo novas perspectivas. Foge-se do reducionismo positivista e regozija-se um leque multifacetado de possibilidades advindas da pesquisa nestes espaços arquivístico e de memória.

Todavia, adentrar nos bastidores de um acervo pessoal exige cuidados, pois é bastante fácil deixar-se *enamorar* pelas narrativas que aquele conjunto de papeis, fotos, recortes de jornais e tantos outros tipos de documentos trazem impregnados em si. Não é exagero dizer que os *perigos apaixonantes* dos arquivos privados residem em detalhes, como as possibilidades que estes podem descortinar aos pesquisadores. Fazendo uso de uma linguagem representativa, acabam por desempenhar a função dupla de *chave e porta*: por meio de papeis esmaecidos e fotos amareladas pelo tempo, seria possível acessar aspectos mais íntimos da vida e da trajetória daquele que originou e, em muitos casos, organizou o acervo. Sobre isso, Luciana Heymann assevera que

[...] a sedução exercida pelos arquivos privados pessoais sobre os pesquisadores parece repousar exatamente na expectativa deste contato com a experiência de vida dos indivíduos cuja memória, imaginamos, fica acessível aos que examinam sua “papelada”, vista como repositório seguro dos registros de sua atuação, pensamento, preferências, pecados e virtudes (HEYMANN, 1997, p. 41-42).

Mas, efetivamente, onde reside o perigo nos acervos pessoais? Nossa interpretação analítica ressalta que um dos fatores mais problemáticos está em não se questionar o acervo em si. Ou seja, está em não perceber a construção personalista que está contida no bojo acumulativo dos documentos selecionados. Em suma, a escolha e descarte de determinados documentos, a forma de organização e direcionamentos posteriores, fazem parte de uma memória que os sujeitos objetivam construir de si mesmos e que, por meio dos acervos pessoais que constituíram, possam ser perpetuadas futuramente. Corroborando com essa percepção, é pertinente a colocação de Philippe Arières, ao sustentar que

[...] essa exigência do arquivamento de si não tem somente uma função ocasional. O indivíduo deve manter seus arquivos pessoais para ver sua identidade reconhecida. Devemos controlar as nossas vidas. Nada pode ser deixado ao acaso, devemos manter arquivos para recordar e tirar lições do passado, para preparar o futuro, mas sobretudo para existir no cotidiano (ARTIÈRES, 1998, p. 14).

Adentrando nesta perspectiva, a elaboração de um discurso representativo de si está ancorada em uma intencionalidade efetiva, onde memória pessoal e memória coletiva se colocam em debate contínuo. Em outras palavras, a imagem que se busca afirmar deve ser aquela que será acionada e difundida socialmente. Para tanto, todas as formas discursivas utilizadas devem partir de um processo de seleção individual por parte do sujeito. Ele é que busca definir o que vale ser ressaltado e o que deve ser deixado em segundo plano. Instrumentalmente, o sujeito faz uso, desta forma, de um recurso que Michel Pollak (1989) conceituou como *enquadramentos da memória*.

Façamos um exercício imaginativo: um fotógrafo profissional, contratado para registrar um determinado evento, irá buscar materializar a memória daquele acontecimento de forma mais criteriosa, escolhendo os momentos mais importantes. Para tanto, ele se utiliza de procedimentos técnicos, levando em conta fatores como luminosidade, distanciamentos, os ângulos mais corretos. Neste panorama, o processo de registro visual passa por um enquadramento. Da mesma forma, a definição das memórias que devem ser enaltecidas e aquelas que devem ser desconsideradas também passa por um crivo, por um ajuste. E quando nos atentamos ao processo de acumulação documental, isso fica evidenciado, pois existem fatores objetivos e subjetivos que definem o que permanece e o que se torna supérfluo.

Mas a memória individual estabelece um jogo de forças com o meio social e com a memória coletiva. E é importante reforçar a argumentação de Maurice Halbwachs (2013) sobre esta relação entre as duas memórias, dado que o individual está em muito baseado no meio social no qual está inserido. Afinal, quando um determinado sujeito busca construir uma memória de si, é visando a sua presença em um meio coletivo, em um âmbito social. Há, portanto, a necessidade de subsidiar elementos que estabeleçam um elo entre os diferentes indivíduos.

Com base nesta assertiva, podemos induzir que o indivíduo pensa no coletivo e naquilo que, sendo evidenciado ou rejeitado, melhor sirva como elo de ligação para com o grupo, visando, posteriormente, que esse conjunto social perpetue uma determinada

memória, construída criteriosamente pelo indivíduo. E a materialização de memórias se dá, também, no campo documental.

É preciso destacar que ainda existe uma discussão no campo historiográfico e arquivístico, analisando a importância dos acervos pessoais e dos agentes históricos que merecem ter seus arquivos conservados, disponíveis e investigados. Refletindo sobre o papel social da disciplina histórica, ela vem sofrendo significativas mudanças ao longo das últimas décadas, buscando colocar-se mais próxima da sociedade e abarcando os diferentes agentes que a compõe. Acerca destas mudanças, Carlos Pereyra ressalta:

[...] durante muito tempo a história foi concebida como se sua tarefa consistisse apenas em manter viva a recordação de acontecimentos memoráveis [...] A função da disciplina se limitou primeiramente a conservar na memória social um conhecimento perdurável de sucessos decisivos para a coesão da sociedade, a legitimação de seus governantes, o funcionamento das instituições políticas e eclesiásticas (PEREYRA, 1982, p. 18).

Hoje, o debate em torno da função historiográfica, mesmo diante de conturbadas tentativas de retrocesso, já está mais amplo, alargando o espectro dos sujeitos e meios sociais contemplados. Contudo, é diante desse prisma que o debate em torno da importância dos acervos pessoais persiste, pois hoje há a defesa de uma postura diferente: de que os arquivos pessoais, provenientes dos mais diversos sujeitos, advindos de múltiplas esferas sociais, proporcionam condições de, por meio da análise da visão de mundo de quem os constituiu, perceber as nuances e complexidades do meio coletivo o qual estes sujeitos integravam. Desta forma, por exemplo, sujeitos que atuaram em uma camada mediana da sociedade, e que deixaram acervos documentais organizados, tem se tornado objeto de pesquisa por parte de historiadores e outros cientistas sociais.

Em linhas gerais, conceitualmente, o

arquivo pessoal é entendido como o [...] conjunto de papéis e material audiovisual ou iconográfico resultante da vida e da obra/atividade de estadistas, políticos, administradores, líderes de categorias profissionais, cientistas, escritores, artistas, etc. Enfim, pessoas cuja maneira de pensar, agir, atuar e viver possa ter algum interesse para as pesquisas nas respectivas áreas onde desenvolveram suas atividades; ou ainda, pessoas detentoras de informações inéditas em seus documentos que, se divulgadas na comunidade científica e na sociedade civil, trarão fatos novos para as ciências, a arte e a sociedade (BELLOTO, 2004, p. 266).

Essa compreensão nos possibilita dimensionar a riqueza de informações que podem advir de um acervo de cunho pessoal, desde que observadas as limitações existentes, assim como a necessidade do pesquisador fazer uso de um arcabouço teórico e metodológico adequado para o trato destas fontes. Concomitante a isso, a forma de sistematização, a organicidade destes acervos pessoais também é um elemento vital, pois através dela é possível perceber as faces dos sujeitos produtores destes. Corroborando com esta concepção, nos valem da elucubração de Priscila Fraiz sobre esse tema, ao definir que

[...] uma característica essencial dos arquivos pessoais reside na preponderância do valor informativo de seus documentos, isto é, seu valor de uso para fins históricos. O valor de prova legal, característica essencial dos documentos públicos, perde esse sentido estrito para os papéis privados. Mas se alargarmos esse conceito, também podemos dizer que, na organicidade de um arquivo pessoal, na maneira como os documentos foram organizados e mantidos em seu local de origem, é que reside seu valor de prova. Essa maneira atesta, por exemplo, as intenções e os sentidos emprestados pelo titular do arquivo relativos ao uso dos documentos acumulados (FRAIZ, 1998, p. 62).

Na perspectiva destas dimensões teóricas e conceituais, assim como os panoramas metodológicos, fundamento a concepção deste trabalho no tocante da investigação e análise do acervo pessoal de Carlos de Souza Moraes. Busco, com isso, evitar cair nas mencionadas armadilhas ou perder-se no labirinto de informações e narrativas edificadas, mesmo que involuntariamente, na organicidade do arquivo.

Concluindo este capítulo de apresentação desta tese, dedicarei as páginas seguintes na abordagem dos capítulos que irão compor este trabalho. Do ponto de vista estrutural, esta tese de doutorado está organizada em cinco capítulos, além das *Considerações finais*. O primeiro capítulo é a *Introdução*, cujo objetivo é apontar para algumas das bases teóricas e metodológicas que utilizaremos, assim como trazer um panorama geral sobre os principais conceitos que servem de norteadores para este trabalho. É possível verificar que nesta parte introdutória a densidade na reflexão teórica recaiu sobre alguns conceitos escolhidos, que foram *política, intelectuais, trajetórias e biografia*. Estes conceitos são aqueles que elegi como os *norteadores gerais* no desenvolvimento da tese. Também há uma escolha de cunho didático e metodológico, que é justamente realizar, em concordância com a pesquisa e análise empírica, a discussão de conceitos e referenciais teóricos e metodológicos alinhados com as abordagens

presentes em cada capítulo, não delimitando apenas ao capítulo introdutório esse empreendimento.

O segundo capítulo, que recebeu o título *Os caminhos pregressos e a memória deixada: emaranhados sociais no campo do poder*, será dividido em três subcapítulos. Neste capítulo irei apresentar e tecer análises sobre as potencialidades da documentação encontrada neste acervo, reconstituindo criticamente a organização e os bastidores políticos leopoldenses entre 1945 e 1952, especialmente aspectos que remetem ao Partido Social Democrático e a participação de Moraes enquanto agente partidário neste contexto. Na sequência, abordo a vinculação política e a influência social dos coronéis Felisberto Porfírio de Souza e José Álvaro Pereira de Moraes, respectivamente avô materno e pai do biografado, sopesando as redes sociais que foram constituídas por estes indivíduos e as possibilidades de inserção sociopolíticas advindas deste capital social deixado à Carlos de Souza Moraes. O caminho trilhado nesse capítulo também abordará sua inserção política, a partir da nomeação como juiz distrital no município de Herval, assim como partidária, ao adentrar nas fileiras do Partido Republicano Liberal. A partir deste panorama, serão contempladas as articulações, estratégias e conflitos existentes, tanto em nível local quanto estadual e nacional, abarcando também uma análise comparativa com o cenário de São Leopoldo durante a década de 1930, cidade na qual Carlos de Souza Moraes passou a residir e exercer poder social em 1937.

No capítulo *O pensamento nacionalista e as questões sobre imigração nas décadas de 1930 e 1940*, a atenção se volta para as questões do nacionalismo brasileiro, que atingiu seu ápice neste período, assim como as discussões intelectuais e de plataforma política acerca das imigrações – e da classificação de grupos étnicos considerados indesejados. Será abordado o papel que a Sociedade dos Amigos de Alberto Torres ensejou nesta conjuntura, a agenda e redes políticas formadas por seus integrantes e as dinâmicas imbricadas com as realidades nacionais e internacionais dos anos 1930 e 1940, apreciando criticamente esta entidade em nível nacional e sul-rio-grandense. Desta forma, se empreenderá uma análise vinculando múltiplas dimensões que se entrelaçaram em um contexto de convulsões sociopolíticas, culturais, econômicas e étnicas. Em decorrência das fontes arroladas e de se perceber, com isso, a possibilidade de contribuições inéditas para a historiografia acerca deste tema, o capítulo é mais extenso que os demais, pois buscou esmiuçar detalhes sobre a existência da Sociedade dos Amigos de Alberto Torres e sua dinâmica de atuação.

O quarto e último capítulo, *Ideias sob a direção dos ventos: São Leopoldo no contexto da política estadual e nacional e a atuação político-intelectual de Carlos de Souza Moraes*, contempla São Leopoldo no período entre 1937 e 1945, durante o regime do Estado Novo, marcado pela ascensão de uma política nacionalista e de forte desconfiança e repressão para com imigrantes e descendentes. A conjuntura local leopoldense estava alinhada com os acontecimentos em nível estadual, nacional e internacional. Busco, neste capítulo, trazer elementos que também contribuam para a historiografia política e imigratória deste recorte temporal, não apenas em São Leopoldo, mas numa perspectiva que possa dimensionar os horizontes do Rio Grande do Sul naquele período e a atuação político-intelectual de Carlos de Souza Moraes naquela conjuntura.

2. OS CAMINHOS PREGRESSOS E A MEMÓRIA DEIXADA: EMARANHADOS SOCIAIS NO CAMPO DO PODER

*“A invenção, devo modestamente admiti-lo,
não consiste em criar disciplinadamente,
mas sim em criar a partir do caos”.*

Mary Shelley

A frase escolhida como epígrafe para abertura deste capítulo, de autoria da escritora britânica Mary Shelley, não é fortuita. Ela, de certo modo, sintetiza o desafio de se lançar na busca da reconstituição de uma trajetória pessoal, a partir dos rastros deixados por alguém. Não obstante, utilizar uma citação literária é também ressaltar uma das faces do indivíduo aqui analisado: sua imersão no mundo da leitura e do debate intelectual.

Passar longas horas entre prateleiras e caixas repletas de documentos. Afastar a poeira e manter a atenção diante de folhas de papel antigo. Perceber o que está escrito nas entrelinhas, o que é silenciado. Entrever as intenções, os limites, o caminho percorrido entre remetente e destinatário. Valorizar as anotações que parecem mero detalhe, os escritos a lápis no canto de uma página. Um ofício que parece monótono, mas que é parte exaustiva de uma grande meta: juntar, mesmo que minimamente, as peças que formam o quebra-cabeças da vida de um personagem histórico. Mais que isso... através do que é disperso e até caótico, construir um caminho coerente, ao mesmo tempo que evidenciando incongruências, disparidades, erros e virtudes.

E compreender a trajetória de alguém é algo deveras profundo, pois permeia a intenção de compreender a própria particularidade de um indivíduo, seus caminhos, suas escolhas, percalços, incoerências e ações. Quando alguém busca criar uma *memória de si*, ele tenta ajustar as peças dentro de uma engrenagem que contemple ao máximo suas expectativas. E quando nos lançamos no desafio de reconstruir elementos da trajetória de um indivíduo, também esperamos conquistar o domínio pleno desta engrenagem – ou, mantendo o raciocínio inicial, da obra que estamos construindo. Entretanto, os resultados obtidos podem ser diferentes do que realmente esperávamos.

Os arquivos são formas materializadas de alguém reunir chaves de suas memórias. É transmigrar para papeis, livros, fotografias e objetos, partes de si... é deixar algo que pode ser cristalizado. Mas, longe de ser estático e imutável, os acervos podem dizer muito mais do que se espera e fornecerem uma imagem para além da representação desejada.

Costuro nesta reflexão-explicação inicial outro pilar que julgo importante: a abordagem da trajetória familiar pregressa do sujeito social. Tanto do ponto de vista genético quanto cultural, carregamos em nós características de nossos antepassados. E, ao analisarmos trajetórias pessoais, é comum percebermos que elementos de parentesco, reconhecimento social, influência e configuração de redes interpessoais são utilizados como estratégias de inserção e ação. E no caso de Carlos de Souza Moraes isso não foi diferente, como veremos no decorrer deste trabalho. Com isso, justifico minha escolha de neste capítulo, além de abordar aspectos do acervo pessoal deixado por Moraes, também retomar a estrutura familiar de onde procedeu, especialmente a partir da importância sociopolítica que tiveram Felisberto Porfírio de Souza e José Álvaro Pereira de Moraes, seu avô materno e seu pai, respectivamente.

2.1 A SÃO LEOPOLDO PÓS-ESTADO NOVO: OS SUJEITOS E AS DISPUTAS POLÍTICAS

Os arquivos constituem, juntamente com outros artefatos, parte integrante do que ficou perpetuado por sucessivos atores sociais. Conhecemos alguns: o individual, o coletivo, o organizacional, o institucional, entre vários outros, certos de que desconhecemos, ainda, seu vastíssimo território. Conhecemos os trilhos; não vislumbramos, contudo, a grande alameda e nem a tanto nos permitimos aspirar. Nesta perspectiva, os contextos podem revestir-se de especial significado e fornecer-nos uma das chaves para acesso aos arquivos, enquanto espelhos refletores de uma informação potencial e potenciadora, que a cada um competirá explorar de acordo com os seus objetivos, capacidades e olhares múltiplos (LACERDA, 2012, p. 11).¹¹

A analogia que Silvestre Lacerda faz sobre os arquivos, trilhos e alamedas, enquadra-se nos desafios que permeiam as tentativas dos pesquisadores em ver nos conjuntos documentais que investigam mais que simples conjuntos de papeis, fotografias e recortes. A própria dimensão dos contextos é algo complexo, não podendo ficar reduzida meramente ao panorama sociocultural, político, econômico e ideológico nos quais os sujeitos estão inseridos. Não podem ser significados como elementos estáticos ou etéreos. Os contextos possuem dinamicidades, camadas múltiplas de realidades e distinções, onde os sujeitos sociais sofrem interferências diversas, mas também atuam para incutir variações nestas elipses contextuais. Diante disso, analisar a trajetória de um indivíduo, partindo daquilo que este produziu ao longo de sua vida, buscando compreender sua visão de mundo, seu agir social e suas múltiplas faces, se mostra como uma tarefa árdua e incerta.

Doravante, quando os sujeitos sociais acumulam e organizam, ao seu modo, multifacetadas tipologias de documentos, a reconstituição biográfica pode mostrar para além daquela individualidade. Fornece subsídios que, a partir da leitura atenta e no cruzamento de informações, revelam detalhes que, muitas vezes, são despercebidos. Se torna possível uma decodificação social encoberta pela poeira do tempo, das intenções e dos ambientes.

No desenvolvimento deste trabalho, conforme já mencionado, há o estabelecimento de recortes sobre determinados aspectos e momentos da trajetória de

¹¹ Foi mantida a grafia original do texto.

Carlos de Souza Moraes. No que está dimensionado com sua atuação político-partidária, o período entre 1948 e 1951, onde atuou como vereador na Câmara Municipal de São Leopoldo, pelas fileiras do Partido Social Democrático, não será esmiuçado com maior profundidade. Tomei a liberdade de escolher, dentro do panorama de objetivos desta tese, sopesar os cargos de caráter executivos ocupados por Moraes – como de secretário municipal e prefeito –, tendo em vista o poder e espaço maiores que estes lhe forneciam para implementar suas concepções ideológicas.

Entretanto, uma varredura e leitura mais atenta da documentação ajuntada por Moraes entre 1945 e 1952, evidencia uma importante – e interessante – perspectiva sobre as articulações partidárias na fase de redemocratização do país, pós-Estado Novo. Especialmente no cerne da estruturação do diretório leopoldense pessedista.¹² Merecem destaque os conflitos pessoais e as rupturas decorrentes, sobretudo em períodos eleitorais. Para além dos atritos locais, também se evidenciam aspectos das relações entre os pessedistas leopoldenses e as lideranças partidárias estaduais.

Carlos de Souza Moraes reuniu uma quantidade expressiva de documentos relacionados com os primeiros anos do PSD em nível local – lembrando que, nesta época, além da sede, São Leopoldo possuía mais nove distritos.¹³ Deste modo, além do diretório municipal, haviam diretórios distritais do partido. Chamo a atenção para uma questão que julgo pertinente: a análise quantitativa do material referente ao PSD¹⁴ permite, com plausibilidade, aferir que a maior parte da documentação do diretório leopoldense ficou em posse de Moraes, que se tornou uma espécie de *guardião* desta história partidária em sua fase nascente.

Este acervo, referente ao partido ao qual ajudou a fundar localmente em 1945, não se constitui no único conjunto de documentos públicos¹⁵ salvaguardados por Moraes, entre cópias e originais. Várias pastas contém material referente à Prefeitura Municipal e Câmara de Vereadores de São Leopoldo. Embora não tenha sido possível ainda avaliar a totalidade destes documentos e aqueles que integram o acervo destes poderes, depositados

¹² Termo utilizado para se referir ao PSD e seus correligionários.

¹³ Os distritos leopoldenses eram: Araricá, Campo Bom, Dois Irmãos, Genuíno Sampaio (Estância Velha), Guianuba (Sapucaia), Ivoti, Joaneta, Padre Eterno (Santa Maria do Herval) e Sapiranga.

¹⁴ Foram encontradas seis pastas referentes ao PSD, no período datado entre 1945 e 1952, com um volume documental contendo mais de 300 documentos. As pastas possuem a seguinte numeração (identificação): 09, 10, 48, 74, 89 e 91.

¹⁵ Conforme o artigo 7º da Lei Federal nº 8.159, de 8 de janeiro de 1981, são definidos como arquivos públicos “os conjuntos de documentos produzidos e recebidos, no exercício de suas atividades, por órgãos públicos de âmbito federal, estadual, do Distrito Federal e municipal em decorrência de suas funções administrativas, legislativas e judiciárias”.

sob responsabilidade do Museu Histórico Visconde de São Leopoldo, já é possível vislumbrar que alguns dos documentos presentes do acervo de Moraes não possuem seu original ou cópia no acervo público.¹⁶ O que confere mais um fator de importância para a preservação e investigação do acervo particular aqui contemplado como fonte de pesquisa. Outro documento que se enquadra nessa perspectiva é o Livro de Atas de Votantes da Vila de São João de Montenegro,¹⁷ datada de 1890. Possivelmente, essa documentação estivera sob guarda de seu avô materno, Felisberto Porfírio de Souza e, posteriormente, de seu pai, José Álvaro Pereira de Moraes, que comandaram a política republicana montenegrina entre 1889 e 1921. Embora se trate de um documento de origem pública, se tornou um objeto familiar, que atravessou três gerações.

Essa abordagem da propriedade de documentação da esfera pública por parte de indivíduos, em uma dimensão particular, constitui um ponto de debate na definição e constituição dos arquivos. Não é possível revelar as verdadeiras intencionalidades que motivaram a posse destes documentos por agentes sociais. Mas, o fato de atuarem politicamente e estarem inseridos e transitarem entre a burocracia administrativa e partidária, admoesta uma facilitação para que o limite entre o público e o privado seja distendido. Conforme Christophe Prochasson,

Os historiadores da política sabem que a distinção entre "arquivos públicos" e "arquivos privados" com frequência esbarra no amálgama que tanto políticos quanto funcionários às vezes fazem na gestão de seus papéis pessoais (PROCHASSON, 1998, p. 106).

Em uma análise fundamentada em discussões de caráter mais ético, por exemplo, essa apropriação poderia ser enquadrada como algo, no mínimo, imprudente e inapropriado. Todavia, esse debate possui limitações, tendo em vista que as próprias fontes documentais fornecem informações restritas sobre seu processo de constituição. Aos pesquisadores, muitas vezes é cabível apenas aventar possibilidades, a partir dos dados disponíveis e entrecruzados. Nem sempre é possível adentrar nos bastidores das

¹⁶ Cabe destacar que, o fato de não haver originais ou cópias de alguns documentos junto aos acervos da Prefeitura Municipal e Câmara de Vereadores de São Leopoldo, pode ter sido ocasionado por diversos fatores: a falta de cuidados maiores por parte destes órgãos públicos para com seus arquivos; as mudanças de locais de salvaguarda; a deterioração e descarte – mesmo sem critérios técnicos embasado –, entre outros aspectos, também podem ter colaborado para essa situação encontrada. Dentre os tipos documentais que formam esses conjuntos, podemos destacar correspondências, relatórios, projetos de leis, pareceres, atas, entre outros. Esse material está alocado nas pastas de número 4, 7, 11, 28, 31, 45, 59, 82, 83, 86 e 112.

¹⁷ Museu Histórico Visconde de São Leopoldo (MHVSL) – Coleção Carlos de Souza Moraes – Pasta 78 – Livro de Atas de Votantes da Vila de São João de Montenegro.

negociações que envolvem a rede de interações entre sujeitos e instituições. Por conta disso, a tendência é que as discussões em torno desse aspecto prossigam e, eventualmente, não resultem em uma conclusão definitiva. Por fim, cabe trazer as considerações de Luciana Heymann acerca desta reflexão conceitual e paradigmática:

O limite que separa os documentos públicos daqueles de caráter privado, em se tratando de titulares que atuaram como homens públicos, é bastante tênue e objeto de constantes reflexões. [...] é possível encontrar documentação que deveria integrar fundos de arquivos públicos, mas que foi “privatizada” pelos agentes que estiveram à frente de cargos por um determinado período, passando a integrar sua documentação pessoal, demonstrando nessa *mélange* de esferas e confusões, imbricações e impropriedades que caracterizam as relações entre público e privado nesse domínio (HEYMANN, 1997, p. 64-65).

Retomando a análise da crise política no diretório municipal do PSD em São Leopoldo, no final da década de 1940, ela parte da investigação de uma informação desencontrada, fornecida pelo próprio Carlos de Souza Moraes.

Em agosto de 2019, o Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul lançou uma publicação intitulada *Banco de depoimentos de historiadores/escritores: concepção e escrita da História Sul-rio-grandense*.¹⁸ Esta obra, organizada pela historiadora Ieda Gutfreind, reúne entrevistas com diversos pesquisadores, na sua maioria sem formação efetiva na área de História, que se dedicaram ao estudo de aspectos sociais, culturais, étnicos, políticos do Rio Grande do Sul. Dentre os entrevistados, encontra-se Carlos de Souza Moraes. Conforme Gutfreind, os depoimentos foram coletados nos dias 2 e 6 de abril de 1998, quando Moraes estava prestes a completar 90 anos de idade. A transcrição das entrevistas rendeu um total de onze páginas, que encerram o livro.

Estes depoimentos serão analisados com mais verticalização em capítulos posteriores, no sentido de confrontar as informações fornecidas por Moraes com as presentes em documentações por ele arquivadas, especialmente no que tange sua atuação no período do Estado Novo, a criação e inserção da Sociedade dos Amigos de Alberto Torres no Rio Grande do Sul e suas visões sobre o processo imigratório no Brasil, sobretudo a vinculada com o grupo étnico alemão.

Entrementes, uma pequena afirmativa feita por Moraes, transcrita no último parágrafo na página 288 do referido livro, me despertou a atenção. Neste trecho, ele

¹⁸ Publicação lançada em formato ebook, disponível no site do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, através do link: <https://www.ihgrgs.org.br/ebooks/Ebook%20-%20Ieda%20Gutfriend%20-%20Banco%20de%20Depoimentos%20de%20Escritores%20Historiadores.pdf>

afirma que, após ter ocupado o cargo de prefeito de São Leopoldo, foi eleito deputado estadual. Ou melhor, suplente de deputado, corrigindo-se. É preciso considerar, contudo, que ao prestar estes depoimentos, como já visto, Moraes tinha quase noventa anos de idade. Com isso, a precisão das informações pode sofrer inconstâncias e, ao fornecer este dado, pode ter cometido um lapso. Mas, é no mínimo de se estranhar essa assertiva, se levando em conta que, ao mencionar os outros cargos que ocupara, ele demonstra plena clareza.

A citação se torna algo exponencial no sentido de que, parte da crise política no cerne pessedista em São Leopoldo ocorrera, justamente, pela não inclusão do nome de Carlos de Souza Moraes e outros indicados locais, na nominata de candidatos do PSD ao legislativo estadual em 1947.

Dentre os documentos arrolados, encontrei a cópia de missiva escrita pelo coronel Theodomiro Porto da Fonseca, datada de 31 de outubro de 1946, endereçada a Oscar Carneiro da Fontoura, que naquele momento ocupava o cargo de vice-presidente em exercício da Comissão Executiva Estadual do PSD.¹⁹ Na presidência da agremiação estava Firmino Paim Filho, que integrara, ao lado de Fonseca, as hostes do Partido Republicano Rio-grandense, até 1932. Naquele ano, Theodomiro Porto da Fonseca ingressou no Partido Republicano Liberal (PRL), fundado pelo interventor federal no estado, José Antônio Flores da Cunha, enquanto Paim Filho permaneceu fiel ao PRR. Com a reconstituição partidária, em 1945, novamente estavam filiados ao mesmo partido, inclusive integrando a Comissão Executiva do PSD sul-rio-grandense. É justamente a esse cargo que Fonseca renuncia na carta que enviara aos chefes partidários.

O principal motivo para tal atitude é a “desconsideração por parte da Executiva estadual”, deixando de incluir os nomes solicitados pelo Diretório Municipal do PSD de São Leopoldo ao cargo de deputado estadual nas eleições previstas para 02 dezembro de 1946. Até aquele momento, havia a possibilidade das eleições estaduais ocorrerem conjuntamente com as federais. Contudo, as eleições para a Assembleia Legislativa e governo estadual foram remanejadas para janeiro de 1947.

No documento, os nomes citados como indicações “preferenciais” eram de Alfredo Lino Dias e Remi Fonseca. Este último, filho de Theodomiro Porto da Fonseca. Em outro trecho, argumenta que a Comissão Executiva Estadual havia “adotado uma

¹⁹ Museu Histórico Visconde de São Leopoldo (MHVSL) – Coleção Carlos de Souza Moraes – Pasta 48 – Documentação do Partido Social Democrático (PSD) – Carta de Theodomiro Porto da Fonseca ao vice-presidente estadual do PSD.

injusta e prejudicial praxe, desejando absorver e anular respeitáveis correntes eleitorais dos municípios”. Por fim, declara que “em decorrência dos compromissos partidários, se afastava da Comissão, na qual servira com sinceridade”. Dentre estes compromissos, além do cargo de deputado federal, estava a tomada de posição nas disputas internas que o PSD enfrentava em São Leopoldo, embates estes que se arraigavam nas querelas que o partido vivenciava em nível federal e estadual.

De modo geral, podemos dizer que os principais partidos que surgiram em 1945 estavam situados em torno de uma figura central: Getúlio Vargas. O PSD e o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) constituíram frentes de apoio ao então presidente. Pela oposição, a principal força em nível nacional era a União Democrática Nacional. No Rio Grande do Sul, PSD e PTB assumiram o protagonismo, com o refundado Partido Libertador em terceiro lugar. A UDN, em nível estadual, não teve grande destaque, embora tivesse uma articulação importante nos municípios. Acerca desta articulação entre apoiadores e contrários ao comando de Vargas, Thomas Skidmore (1975) afirma que existiam dois grupos: aqueles que denominara como os “de dentro”, ou seja, grupos vinculados com a burocracia estadonovista, assim como industriais, fazendeiros e banqueiros que obtiveram vantagens durante a permanência de Getúlio no poder. Na outra ponta deste eixo, estava a classe trabalhadora, especialmente urbana, que apoiava o presidente em decorrência dos benefícios obtidos com a legislação social e trabalhista. A oposição, por seu turno, era formada por uma camada mais conservadora e baseada nas ideias do liberalismo.

Fundado em 17 de julho de 1945, a organização do PSD foi articulada primeiramente nos estados, tendo nos interventores federais nomeados por Vargas seus principais agentes catalisadores. Além destes, prefeitos e outros integrantes do aparato administrativo dos estados e municípios se coadunaram em torno desta nova agremiação política, com o apoio de forças econômicas que progrediram durante os oito anos do Estado Novo. Conforme Lisandre Oliveira,

a mobilização das forças governistas por parte do PSD foi garantida porque, durante o Estado Novo, as bases socioeconômicas que apoiavam o regime permaneceram associadas ao poder oligárquico, e não se destruiu o poder estabelecido, nem em nível municipal, nem estadual, o que facilitou a estruturação do partido (OLIVEIRA, 2008, p. 44).

No caso do Rio Grande do Sul, esteve à frente da organização do PSD o secretário do Interior Cilon Rosa. Outros envolvidos com a formação do partido foram Protásio Vargas – irmão de Getúlio –, o interventor federal Ernesto Dornelles – primo de Getúlio e Protásio –, o secretário estadual de Obras Walter Jobim – que até 1937 havia integrado o Partido Libertador – e Oscar Carneiro da Fontoura – secretário da Fazenda.

Lisandre Oliveira (2008), em sua pesquisa, traz um panorama sobre os passos iniciais do PSD sul-rio-grandense. Neste trabalho não irei aprofundar esta questão partidária em nível estadual, mas cabe ressaltar que, diferentemente do que ocorreu com outros diretórios estaduais, no Rio Grande do Sul o partido assumiu um distanciamento significativo para com Getúlio Vargas, inclusive assumindo um papel de oposição mais incisiva ao mesmo. Entretanto, não se tratava de um pensamento homogêneo, pois dentro do PSD estadual havia uma facção mais alinhada ao *getulismo*, como Protásio Vargas, Ernesto Dornelles, José Diogo Brochado da Rocha, José Loureiro da Silva e João Neves da Fontoura. Tanto que, algum tempo depois, Dornelles, Brochado da Rocha e Loureiro da Silva ingressaram nas fileiras do PTB – incentivados pelo próprio Getúlio Vargas. Mesmo com a transferência deste grupo, O PSD ainda continuou contando com uma *ala getulista* em seu interior, contrapondo a maioria dos principais dirigentes estaduais, que romperam politicamente com Vargas.

Retomando a situação específica em São Leopoldo, no dia 27 de agosto de 1948, um relatório elaborado pela Comissão Executiva Municipal do PSD leopoldense foi encaminhado ao então presidente estadual do partido, Cilon Rosa²⁰ – ex-interventor federal do Rio Grande do Sul entre fevereiro de 1946 e março de 1947, nascido em Montenegro, assim como Carlos de Souza Moraes. Na correspondência de onze páginas datilografadas, é feito um relato da situação política leopoldense – pela ótica do grupo situacionista partidário – desde as eleições federais de 1946, passando pelo pleito estadual de janeiro de 1947 e o municipal, em novembro do mesmo ano.

Tendo em vista o sucesso eleitoral obtido, com a vitória de Theodomiro Porto da Fonseca ao posto de deputado federal, o diretório leopoldense fez a indicação de mais um nome para a chapa pessedista ao legislativo estadual. Além de Remi Fonseca e Alfredo Lino Dias, foi acrescido o nome de Carlos de Souza Moraes. Entretanto, o primeiro nome sugerido era outro: o do empresário Frederico Guilherme Schmidt.

²⁰ Museu Histórico Visconde de São Leopoldo (MHVSL) – Coleção Carlos de Souza Moraes – Pasta 79 – Documentação do Partido Social Democrático (PSD) – Relatório do Diretório Municipal do PSD de São Leopoldo ao presidente estadual do PSD.

Nascido em São Leopoldo em 23 de novembro de 1898, Frederico Guilherme Schmidt se casou em 1921 com Irma Corrêa. Esta, por sua vez, filha do destacado empresário no ramo da construção e engenharia, João Corrêa Ferreira da Silva, e de Bertha Hoffmann, de tradicional família luterana local.

Em 1924, o coronel João Corrêa foi eleito intendente de São Leopoldo, ocupando o cargo até março de 1928, quando faleceu em decorrência de um infarto, sem concluir o mandato executivo. Em sua gestão, grandes obras foram empreendidas no município – sendo algumas inauguradas postumamente. Destacam-se, entre outras, a Hidráulica Municipal e da Usina Hidrelétrica da Toca, localizada em São Francisco de Paula. Em 1925, Frederico Guilherme Schmidt assume a presidência da Associação Comercial de São Leopoldo, ocupando este cargo até 1930. No mesmo período, Leopoldo Hoffmann Filho, primo de Bertha Hoffmann, assume como presidente do Conselho Municipal, exercendo o ofício até 1928. É presumível que, durante esse período, o poder político e econômico leopoldense gravitava em torno das figuras de Corrêa, Hoffmann Filho e Schmidt.

No final de 1927, antes mesmo da morte de João Corrêa – que ocorrera de forma inesperada –, já havia espaço para formulações relacionadas com as eleições municipais do ano seguinte. Em decorrência das mudanças na Constituição Estadual após a Guerra Civil de 1923, os intendentess locais, assim como o presidente do Estado, não mais poderiam tentar a reeleição. Deste modo, assim como Borges de Medeiros teve que indicar um sucessor, recaindo a escolha – e eventual eleição – sobre Getúlio Vargas, o coronel Corrêa e o PRR deveriam indicar um sucessor para comandar o Executivo de São Leopoldo. Os nomes de Frederico Guilherme Schmidt e Leopoldo Hoffmann Filho foram aventados, mas a decisão foi tomada beneficiando outro republicano: Theodomiro Porto da Fonseca.

Passados dezoito anos, Fonseca granjeou um cargo na esfera pública federal. Schmidt, que havia recebido indicação do PSD leopoldense para a Assembleia Legislativa sul-rio-grandense, declina da candidatura – ou, melhor dizendo, declina de integrar aquele grupo indicado. Objetivando a viabilidade e consequente eleição dos nomes indicados pelo diretório local – especialmente Frederico Guilherme Schmidt – o próprio Theodomiro Porto da Fonseca dirigiu uma articulação com outros vinte diretórios locais, que se comprometeram em respaldar e também ensejar apoio aos pessedistas

leopoldenses. Entre os municípios que externaram seu apoio, estavam Flores da Cunha e Caxias do Sul, na área de imigração italiana, e Santa Cruz do Sul, antiga colônia alemã.²¹

Com a desistência de Schmidt, o diretório local lança os nomes de Remi Fonseca, Alfredo Lino Dias e Carlos de Souza Moraes – todos com fortes vinculações pessoais com o coronel Fonseca. Doravante, ao publicar a relação da nominata de candidatos do PSD na eleições estaduais de janeiro de 1947, os três indicados são rejeitados e, para surpresa de Theodomiro Porto da Fonseca e seu grupo, surge o nome de Frederico Guilherme Schmidt. Realizado o pleito, Schmidt é eleito deputado, representando o município de São Leopoldo. Mais que isso, é convidado para integrar a Comissão Executiva Estadual do PSD, ingressando na vaga que estava acéfala desde a resignação de Theodomiro da Fonseca, em outubro de 1946.

Em trecho do relatório destinado à Cilon Rosa, os signatários expressam claramente que Frederico Guilherme Schmidt se coadunou com a direção estadual do partido, almejando desestruturar o diretório pessedista leopoldense, desmantelado a influência do coronel Theodomiro Porto da Fonseca sobre o mesmo. Conforme a transcrição a seguir, a denúncia recai sobre o então vice-presidente da legenda, Oscar Carneiro da Fontoura:

Reportando-nos á arbitrária imposição do nome do atual Dep. Schmidt pela Executiva daquela época, entendemos de acentuar o irresgatável êrro político perpetrado tão gratuitamente, registramos a completa ausência de conveniência e justiça partidária e o escuso e inocultável objetivos de seus mentores de ferir a unidade do PSD leopoldense, visando sobretudo desprestigiar o Presidente do Diretório Local e seus demais membros, tudo isso com reflexos fatais incorrigíveis sobre nossa organização partidária. Sobre essa desastrada e prepotente decisão da Executiva, então sob a Presidência do atual Deputado Carneiro da Fontoura, dispensamo-nos de tecer mais comentários, por isso que com o imediato afastamento de Theodomiro Porto da Fonseca da mesma Executiva Estadual, bem como da Presidência do Diretório Municipal, no que foi acompanhado pelos demais membros do Diretório – muito mais e melhor do que nossas palavras, falam as cifras eleitorais de 19 de janeiro, frias e inalteráveis em sua expressiva manifestação.²²

De fato, concomitante com a renúncia de Theodomiro Porto da Fonseca ao cargo que ocupava na Comissão Executiva Estadual do PSD, também ocorreu o esfacelamento

²¹ Conforme documentos disponíveis em: Museu Histórico Visconde de São Leopoldo (MHVSL) – Coleção Carlos de Souza Moraes – Pasta 48 – Documentação do Partido Social Democrático (PSD).

²² Foi mantida a grafia original do documento.

do diretório leopoldense, que contava em seu rol, além dos nomes dos três indicados para as eleições estaduais, outros como Germano Hauschild, capitão Mário Fonseca (filho do coronel Theodomiro Porto da Fonseca), Antônio Theobaldo Justo e João Batista Kieling da Costa. Essa situação se estendeu por quase um ano, até que em 8 de outubro de 1947, a Comissão Executiva Estadual do PSD, presidida por Firmino Paim Filho, reconhece a reestruturação do núcleo local e a posse de nova direção.²³ Na composição, a presidência retornava para Theodomiro Porto da Fonseca, tendo como primeiro vice-presidente Germano Hauschild. Os outros dois vices foram João Batista Kieling da Costa e José Justo. Como primeiro secretário foi nomeado Carlos de Souza Moraes, auxiliado por Ramiro Frota Barcelos e Antonio Garcia. Os tesoureiros foram Antônio Theobaldo Justo, Amandio Groth e Trajano Santos. A nominata do conselho fiscal era composta por representantes dos diretórios distritais: Balduino Schmidt, Willy Schaumlöffel, Alfredo Wendling, Mauricio Barany, Jorge de Souza Moraes (irmão de Carlos de Souza Moraes), Alfredo Spitzer, Lauro José Martins, Balduino Hoff, Celestino Coutinho e Walter Hermann.

Antes do reconhecimento desta nova composição, outras tentativas foram empreendidas, sendo estas refutadas pela chefia partidária em nível estadual. Ainda conforme o relatório, isso ocorrera em virtude da influência de Frederico Guilherme Schmidt para que o grupo de Theodomiro Porto da Fonseca fosse mantido afastado do poder partidário local. Neste ínterim, iniciaram as articulações visando o pleito municipal de novembro de 1947, onde seriam eleitos, após doze anos, os prefeitos e vereadores municipais.

Há um elemento em particular que merece apreciação, antes de se avançar nas disputas eleitorais em São Leopoldo: a relação que o grupo alinhado com Theodomiro Porto da Fonseca mantém com seu líder. Os documentos viabilizam comparar esse relacionamento partidário com aquele empreendido no Rio Grande do Sul da Primeira República – uma relação quase que devocional para com o chefe político. Considerável parte dos republicanos sul-rio-grandenses da última década do século XIX e primeiros trinta anos do XX, embebidos de uma versão “gauchesca” do pensamento positivista, constituíram uma perspectiva de fidelidade e obediência quase plena aos chefes unipessoais do PPR. Júlio de Castilhos, após a sua morte, em 1903, foi alçado ao patamar de uma figura quase religiosa – apesar da racionalidade científica inerente ao Positivismo

²³ Conforme correspondência depositada em: Museu Histórico Visconde de São Leopoldo (MHVSL) – Coleção Carlos de Souza Moraes – Pasta 48 – Documentação do Partido Social Democrático (PSD).

–, recebendo a alcunha de *Patriarca*. Borges de Medeiros, embora não possuísse o carisma de seu mestre político, também manejava formas de controle do poder republicano e de lealdade em torno de si. Traçando um paralelo entre esta realidade e a dinâmica em torno de Theodomiro Porto da Fonseca, é possível assegurar que a antiga prática republicana castilhistaborgista foi suplantada para o ambiente partidário pós-Estado Novo.

A União Democrática Nacional em São Leopoldo, durante convenção realizada em maio de 1947, escolheu como candidato a prefeito Mário Sperb. Estando o PSD leopoldense sem comissão executiva, Frederico Guilherme Schmidt passou a articular apoio ao candidato udenista. Sofrendo oposição por parte do grupo de Theodomiro Porto da Fonseca, Schmidt conseguiu formar um grupo dissidente dentro do partido. Esse grupo engendrou uma aliança com o PTB, UDN, PL e PRP, constituindo assim a *Aliança Democrática Leopoldense*. Entre fevereiro de 1946 e julho de 1947, a chefia do Executivo leopoldense estava sob responsabilidade de Carlos de Souza Moraes. Em julho daquele ano, Moraes foi substituído por Arthur Ferreira Filho. Em oposição ao coronel Theodomiro Porto da Fonseca e ao ex-prefeito Carlos de Souza Moraes, Frederico Guilherme Schmidt funda o *Diretório Dissidente* do PSD em São Leopoldo, inclusive com a composição de uma comissão executiva. Schmidt ficou como presidente, contando com João Batista Oliveira Melo na primeira vice-presidência e Emílio Maximiliano Müller na segunda. Ari Andreazza e Armin Carlos Thorell secretariavam o grupo, enquanto a tesouraria era composta por Djalmo Stumpf e Felipe Alberto Schweitzer. Os oradores eram Victor Otto Schmidt, Eduardo Steimer e Romeu Vargas.²⁴ Essa divisão pessedista leopoldense fez com que, nas primeiras eleições municipais após o fim do Estado Novo, o poder local não estivesse alinhado diretamente com Theodomiro da Fonseca e seu círculo de apoiadores. A vitória ficou com o udenista Mário Sperb,²⁵ tendo Othon Blessmann, do Partido Libertador, como vice-prefeito.

A dinâmica das redes familiares também permeia a configuração destes grupos. Frederico Guilherme Schmidt era cunhado de Germano Hauschild, tendo em vista que este era casado com Zaira, irmã de Schmidt. Hauschild era um dos principais líderes do

²⁴ Informações obtidas através de recorte do jornal Diário de Notícias, sem identificação de data, edição e página, encontrada na documentação do PSD. Museu Histórico Visconde de São Leopoldo (MHVSL) – Coleção Carlos de Souza Moraes – Pasta 48 – Documentação do Partido Social Democrático (PSD).

²⁵ O pai de Mário Sperb, José Carlos Sperb, foi membro do Partido Republicano Rio-grandense, ocupando durante muitos anos vaga no Conselho Municipal de São Leopoldo, presidindo-o entre 1917 e 1924 e de 1928 até 1930, quando os legislativos municipais, estaduais e federal foram fechados, após o golpe que conduziu Getúlio Vargas ao poder.

bloco favorável ao comando de Theodomiro Porto da Fonseca no diretório pessedista leopoldense. Deste modo, estavam assim os cunhados em oposição um ao outro. Entrementes, Germano Hauschild também possuía vínculos parentais com Theodomiro: sua filha Herma era casada com o capitão Mário Fonseca, filho do ex-prefeito. Victor Otto Schmidt, por sua vez, era irmão do deputado Frederico Guilherme, sendo os mesmos cunhados de Frederico Alberto Schweitzer (casado com Yedda Schmidt). A recorrente relação entre parentesco e partidarismo, tão presente durante a Primeira República, continuava presente na articulação dos partidos políticos em diferentes níveis.

Ainda em uma tentativa desesperada de reverter o quadro que se apresentava, o grupo situacionista do PSD consegue lançar uma chapa para o pleito municipal. Como candidato majoritário, o filho do coronel Theodomiro da Fonseca, capitão Mário Fonseca, é apresentado, tendo como seu vice o então prefeito Arthur Ferreira Filho. Para o legislativo, são indicados Carlos de Souza Moraes, Antônio Theobaldo Justo, João Klauck, Brasil Camoretto Gall, Adolfo Lindenmeyer, Antônio Teixeira de Souza, Reinaldo Enzweiler, Alfredo Stoffel, Balduino Sander, Antônio Pedro da Silva, Alfredo Spitzer, Walter Michaelsen, Walter Hermann, Nilson Costa e Celestino Coutinho. Além da derrota para o Executivo, o PSD conseguiu eleger apenas três das quinze vagas disponíveis para a vereança municipal. Antônio Theobaldo Justo, João Klauck e Carlos de Souza Moraes formaram o grupo pessedista alinhado com a liderança de Theodomiro Porto da Fonseca no quadriênio de 1948 a 1951.²⁶

Além de eleger prefeito e vice, a Aliança Democrática Leopoldense também contou com maioria na Câmara de Vereadores, elegendo doze correligionários. Pelo PRP, os eleitos foram Arthur Fritsch, representando o distrito de Ivoti, e Helmuth Rudi Brusius, por Sapiranga. O candidato Arthur Fritsch foi o mais votado, o que pode indicar uma forte articulação local por parte dos *perrepistas* ivotienses. Avelino João Ritzel (Campo Bom) e Theobaldo Schuler (Esteio) foram os nomes escolhidos do PTB. O PL fez um vereador, na pessoa de Carlos Tristão Bier. O grupo dissidente do PSD elegeu cinco representantes: Edwino Holler (Dois Irmãos), Victor Otto Schmidt, Emílio Maximiliano Müller e Maria Emília de Paula (São Leopoldo) e Oscar Balduino Petry (Sapiranga). Quanto aos eleitos Edwino Alberto Schmidt (Pinhal Alto) e Laurillo Fleck (Herval), não encontrei registros dos partidos aos quais eram filiados. Entretanto, acredito que também tenham integrado

²⁶ Embora as eleições para prefeito, vice-prefeito e vereadores tenham ocorrido na mesma data, em 15 de novembro de 1947, a posse do prefeito e seu vice se deu em 8 de dezembro daquele ano. O vereadores tomaram posse no início de 1948.

a corrente dissidente do PSD. A presidência da Câmara de Vereadores ficou sob responsabilidade da dissidência pessedista: Emílio Maximiliano Müller no biênio 1948-1949 e Victor Otto Schmidt em 1950 e 1951.

Observando a composição *aliancista*, percebemos que a UDN não articulou a indicação de nomes para vereança, mas buscou subsidiar, através da coligação, maior força para o candidato à chefia do Executivo, Mário Sperb. Dos doze eleitos pela Aliança Democrática Leopoldense para o Legislativo local, provavelmente sete eram provenientes do grupo capitaneado por Frederico Guilherme Schmidt dentro do PSD de São Leopoldo, sendo os outros cinco membros dos partidos que aderiram ao projeto original da coligação, ou seja, UDN, PL, PRP e PTB. Essa representatividade vinculada ao *Diretório Dissidente* do deputado Schmidt acentuou uma força maior deste grupo dentro do partido, ao menos nesta primeira fase pós-eleitoral. Assim como a animosidade desta corrente com os vereadores pró-Theodomiro Porto da Fonseca.

Sobre a Aliança Democrática Leopoldense, não foi necessário muito tempo para que as primeiras tensões surgissem entre os partidos daquela coligação eleitoral. Ainda em 1948, severas críticas foram lançadas contra os vereadores do PRP, Arthur Fritsch e Helmuth Rudi Brusius. A celeuma teve início por conta de uma proposição dos referidos legisladores municipais, para que se fizesse moção de congratulações ao fundador do partido, Plínio Salgado, escolhido para representar uma entidade religiosa em congresso que seria realizado na Espanha.

Em reportagem publicada pelo jornal caxiense *A Época*, em outubro daquele mesmo ano, há uma pormenorização do ocorrido, assim como uma transcrição do manifesto lançado por lideranças leopoldenses opositoras à moção sugerida – e como poderemos ver, aprovada na Câmara Municipal.²⁷ Transcreverei as partes que julgo mais pertinentes da referida publicação, para ajudar no entendimento e análise do caso.

A nota inicia da seguinte forma:

Conforme noticiado pela imprensa, os vereadores integralistas de São Leopoldo propuseram na Câmara uma moção de congratulações ao seu “fürher” Plínio Salgado, por motivo de sua recente partida para a Espanha.

A moção foi aprovada por escassa maioria de votos, que lhe foram dados por vereadores de vários partidos que, esquecendo seus deveres para com a democracia, com o propósito de ferir o deputado Theodomiro Porto da Fonseca, que, na Câmara Federal assumiu atitude

²⁷*A Época*, 4/10/1948, Ano X, n. 556, p. 57. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/882089/1435>, acesso em: 30 jul. 2020.

digna ao fascismo brasileiro, apoiaram-na no Legislativo Municipal, não se sabe se por ignorância ou má fé.²⁸

Avaliando a publicação, esta se divide em duas partes. A primeira – reproduzida acima – trata de uma escrita posterior ao texto de protesto original, datado de 15 de setembro de 1948. Neste trecho, dois aspectos merecem atenção. Ao se observar a alusão feita a Theodomiro Porto da Fonseca, enfatizando que a atitude dos vereadores perrepistas, além de ser “bajulatória” para com Plínio Salgado, salienta que era uma afronta articulada contra o deputado do PSD. Essa afirmativa aponta que estes parágrafos foram acrescentados por pessedistas apoiadores de Theodomiro. Na lista de signatários do manifesto original não consta o nome de nenhum vereador do bloco *theodomorista* no PSD leopoldense. O segundo aspecto, por seu turno, abre caminho para sopesar quais vereadores aprovaram a moção.

Além dos dois vereadores do PRP, proponentes do voto de congratulação, possivelmente os representantes da ala de Frederico Guilherme Schmidt no PSD tenham votado favoravelmente. Os votos contrários de Carlos de Souza Moraes, Antônio Theobaldo Justo e João Klauck receberam o apoio vindo do representante do PL, Carlos Tristão Bier. Essa perspectiva é razoável ao verificarmos a lista dos que assinaram o manifesto de 15 de setembro, encaminhado ao presidente da Câmara Municipal, Emílio Maximiliano Schmidt. Buscando a vinculação partidária dos signatários – embora não tenha sido possível de todos –, uma parcela importante estava relacionada com o Partido Libertador, além de alguns adeptos do Partido Trabalhista Brasileiro e União Democrática Nacional.

Dentro os libertadores mapeados, além do vice-prefeito Othon Blessmann, constam João e Joaquim Blessmann (sobrinhos de Othon), Ernesto Dutra, José Grinberg, Alfredo Nabinger e Lauro José Weber (casado com uma sobrinha do vice-prefeito). Do PTB, Edgar Fayet Coelho (que ingressaria no PSD em 1951) foi o representante. E da UDN, as assinaturas são de Rubem Corrêa, Dante Paganelli e Antonio Bemfica Filho – destacando que este atuava politicamente em Novo Hamburgo, além de seu exercício profissional no Fórum daquela cidade, onde foi colega de Mário Sperb anos antes. Também encontramos filiados ao PSD apoiando o manifesto. Pelo grupo de Theodomiro Porto da Fonseca, consta o nome de João Batista Kieling da Costa. Mas pela *Diretoria*

²⁸ *A Época*, 4/10/1948, Ano X, n. 556, p. 57. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/882089/1435>, acesso em: 30 jul. 2020.

Dissidente também havia assinante: o advogado Ari Andreazza. Embora não possa ser apontado como principal motivo, é plausível que o incidente tenha contribuído para as rearticulações partidárias que ocorreram nas eleições municipais de 1951.

A narrativa também evidencia que, transcorridos mais de dez anos, as marcas da presença da Ação Integralista Brasileira na região ainda eram fortes. O Partido da Representação Popular deu prosseguimento ao pensamento integralista, com modificações decorrentes ao momento sociopolítico vivido a partir de 1945. Neste interim, discursos e práticas acerca desta agremiação foram reforçadas por apoiadores e opositores. Enquanto o PRP demonstrava uma força mobilizadora nos distritos de São Leopoldo, elegendo o candidato de Ivoti como vereador mais votado no pleito de 1947, além do representante de Sapiranga, os partidos adversários alegavam o caráter fascista do partido, sublimando sua origem integralista. E a origem também se revelava na relação de seus integrantes. Helmuth Rudi Brusius, o perrepista sapiranguense eleito, foi chefe do Núcleo da AIB de Sapiranga, fundado em abril de 1935. Além deste, outros ex-integralistas foram eleitos vereadores nos anos seguintes, representando os distritos leopoldenses – e que, na década de 1930, sediaram núcleos da AIB –, como o caso de Adriano Dias (Campo Bom), eleito em 1951 e 1955, e Benno Kaeffer (Dois Irmãos), em 1955.

A segunda parte da publicação, conforme relatei, trata da reprodução do manifesto, que constava com o seguinte texto:

Exmo. Sr. Presidente da Câmara de Vereadores de São Leopoldo. Os abaixo assinados, independente de cor partidária, veem perante essa Colenda Câmara protestar veementemente contra a aprovação de uma indicação do Partido da Representação Popular, pedindo que fosse enviado um telegrama congratulatório a Plínio Salgado por ter sido escolhido por uma entidade religiosa para representa-la em um Congresso que se realiza atualmente na Espanha. Os motivos dos signatários se justificam porque além de muitas outras razões, contamos as seguintes:

- a) Plínio Salgado é chefe de um partido nitidamente fascista, atualmente as voltas com a Justiça;
- b) por ser sua missão essencialmente de caráter religioso, não cabendo ao Legislativo do Município intervir;
- c) por ser o Brasil filiado a Organização das Nações Unidas e caber a esta Instituição o estudo dos problemas dos quais Plínio Salgado pretende se arvorar em líder;
- d) e, finalmente, por ser a Espanha sede de um governo que contraria os princípios democráticos, não podendo, assim, ser teatro de discussões que impliquem em liberdade do indivíduo, onde esta é tolhida.

São Leopoldo, 15 de setembro de 1948.²⁹

É importante contextualizar alguns dos itens de sustentação da missiva encaminhada ao presidente do Legislativo de São Leopoldo. Em 1947, o Partido Comunista Brasileiro (PCB) teve seu registro cassado pelo Superior Tribunal Eleitoral (TSE). A decisão foi subsidiada pelo texto constitucional que proibia a existência de partidos políticos que apoiassem regimes antidemocráticos. Em decorrência da antiga relação do PCB com a União Soviética, que vivia sob égide do *comunismo stalinista*, foi alegado que o partido não se “enquadrava nas perspectivas democráticas adotados no Brasil”. Com isso, além de ser declarado ilegal, seus filiados eleitos para cargos públicos em 1945 e 1947 tiveram seus mandatos cassados. Por ser o PRP originário do integralismo – de inspirações fascistas –, o deputado federal Edmundo Barreto Pinto, do PTB do Rio de Janeiro ingressou no TSE com ação pedindo a cassação do registro eleitoral do PRP, alegando que o mesmo defendia regimes ditatoriais como os que existiram na Itália, Alemanha e ainda vigorava na Espanha. Quando do lançamento da manifestação em São Leopoldo, em setembro de 1948, essa ação ainda estava em julgamento no referido tribunal, servindo como um dos argumentos dos missivistas. Entretanto, houve uma decisão unânime por parte do TSE, rejeitando o requerimento de Barreto Pinto e garantindo a legalidade do PRP. Cabe destacar que o mesmo deputado Barreto Pinto foi quem, ainda em abril de 1946, solicitou a suspensão e ilegalidade do PCB, que foi aprovado pelo STE em 1947, após a promulgação da nova Constituição brasileira, em setembro de 1946.

Quanto ao segundo argumento, do não envolvimento do Legislativo em questões religiosas, o mesmo se baseia na separação entre Igreja e Estado, previsto pela Constituição de 1946, além de levar em conta uma realidade própria de São Leopoldo, com forte presença de igrejas protestantes, especialmente evangélico-luteranos – e que detinham influência política, social e econômica significativa. Os pontos seguintes referenciam aspectos internacionais, como o fato do Brasil ser membro da Organização das Nações Unidas (ONU) – inclusive com Oswaldo Aranha presidindo a II Assembleia Geral, em 1947. E, por fim, ao referenciar a Espanha como um país antidemocrático, por conta da ditadura imposta por Francisco Franco desde 1939, buscou associar a figura de

²⁹ *A Época*, 4/10/1948, Ano X, n. 556, p. 57. Disponível em <http://memoria.bn.br/DocReader/882089/1435>, acesso em: 30 jul. 2020.

Plínio Salgado e, conseqüentemente, de seu partido, com a política *franquista* – e de bases amplamente fascistas, não condizentes com o Brasil que iniciava sua redemocratização.

No ambiente político de São Leopoldo, mesmo com severas críticas por parte de adversários de outros partidos, o PRP sempre galgou espaço, até o pleito de 1960 na Câmara de Vereadores, elegendo, principalmente, representantes distritais.³⁰ Para o Executivo, conseguiu eleger um vice-prefeito, nas eleições de 1951.

Sobre o caso de Carlos de Souza Moraes em particular, vemos que este foi eleito vereador em 1947. Porém, a informação de que exercera também a suplência de deputado na Assembleia Legislativa não é procedente. Para confirmar essa questão, pesquisei os materiais históricos disponíveis no site do Legislativo sul-rio-grandense, especialmente as informações sobre as legislaturas iniciadas em 1947 e 1951. Tanto na relação de deputados efetivos quanto suplentes, não consta o nome de Moraes nesses períodos. Infelizmente, não é possível saber com exatidão a razão que levou o mesmo a enunciar essa afirmação, na entrevista dada cinco anos antes de seu falecimento.

O relatório de 1949 indica que as feridas decorrentes das disputas partidárias iniciadas em 1946 ainda não haviam cicatrizado. Mas também nos fornecem indícios para pensar a relação entre as diferentes escalas partidárias envolvidas. Ao longo das páginas do documento, fica nítido o distanciamento e desconforto que os líderes pessedistas do grupo de Theodomiro Porto da Fonseca tem para com os chefes partidários estaduais anteriores, especialmente Oscar Carneiro da Fontoura. Essa belicosidade reside no fato de Fontoura ser mais próximo de Frederico Guilherme Schmidt e, por conta disso, no período em que esteve provisoriamente conduzindo o partido, beneficiou Schmidt e seu grupo, dilapidando o poder que os partidários de Fonseca detinham e implementavam em São Leopoldo.

Com a mudança no comando estadual do partido, assumindo Cilon Rosa, o grupo de Theodomiro Porto da Fonseca buscou espaço maior para recuperar o domínio sobre o PSD de São Leopoldo – e sua representatividade em nível de Rio Grande do Sul. No caso de Carlos de Souza Moraes, tudo indica que a relação deste para com Rosa era, no mínimo, de cordialidade e reciprocidade. Com o fim do período do Estado Novo, em outubro de 1945, o então interventor federal do Rio Grande do Sul, Ernesto Dorneles, foi

³⁰ Em 1954, ocorreu a emancipação do distrito de Sapiranga, levando consigo Araricá e parte de Picada Hartz (Nova Hartz, atualmente). Em 1959, foram emancipados os distritos de Campo Bom, Dois Irmãos (incluindo os territórios de Morro Reuter e Santa Maria do Herval) e Estância Velha (incluindo Ivoti). Com isso, os vereadores do PRP eleitos em 1960, entre estes Maria Emília de Paula – que ingressou no partido naquele ano –, representavam a sede municipal.

substituído pelo desembargador Samuel Figueiredo da Silva. Em São Leopoldo, Moraes, que governava o município desde novembro de 1944, foi substituído pelo advogado Arthur Ebling, em novembro de 1945. Em fevereiro do ano seguinte, Samuel Figueiredo da Silva é substituído por Cilon Rosa. Neste mesmo mês, Carlos de Souza Moraes é reconduzido à chefia do Executivo leopoldense. É plausível que essa retomada do poder tenha sido possível graças ao empenho de Moraes, que desde a fundação do PSD, em 1945, mobilizou a criação e consolidação do mesmo na sede municipal e nos distritos de São Leopoldo, arregimentando eleitores e lideranças partidárias. Recebendo apoio dos deputados federais pessedistas Dâmaso Rocha³¹ e Theodomiro Porto da Fonseca, ainda naquele ano foram fundados, além do diretório municipal, vários diretórios distritais.

O empenho de Moraes em prol do PSD não foi alvo apenas do reconhecimento por parte de correligionários. Também foi utilizado como instrumento por parte da oposição – dentro e fora de seu partido. A edição do jornal *Diário de Notícias* de 15 de janeiro de 1947, traz uma denúncia efetivada pelo Partido Libertador local, através de seu diretório, acusando Carlos de Souza Moraes de utilizar a máquina governamental e seu status político de forma irregular, beneficiando o PSD. Conforme a publicação,

[...] realizada no salão nobre da prefeitura, presidida pelo prefeito Dr. Moraes, o Dr. Oscar da Fontoura com a palavra apelou para o prefeito no sentido do mesmo trabalhar com mais eficiência pela vitória do PSD local. O prefeito declarou que não podia imiscuir-se em política devido á circular do ministro da Justiça, declarando então o Dr. Oscar da Fontoura que a referida circular proibia apenas que agissem os prefeitos como se fazia antigamente, isto é, levar o eleitor a uma urna à ponta de faca ou a cabresto. Diante dessa explicação e da sui generis interpretação dada aquela circular o prefeito resolveu empregar-se a fundo na campanha pela vitória do partido chamado majoritário. Neste momento, os alto-falantes da cidade convidam o povo para um grande comício que vai se realizar hoje à noite no salão nobre da prefeitura (DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 15/01/1947, p. 2).

Em parte, o texto indica que Moraes foi induzido ao erro, por conta da explicação dada por Oscar Carneiro da Fontoura – o mesmo que foi acusado de imiscuir-se com

³¹ Natural de Porto Alegre, nasceu em 1909. Foi jornalista, advogado e promotor de Justiça. Em 1945, foi um dos deputados federais eleitos pelo PSD para a Assembleia Nacional Constituinte. Encerrados os trabalhos e promulgada a Constituição de 1946, seu mandato passou a ser exercido de forma ordinária. Destacou-se como um ferrenho crítico do comunismo, inclusive sendo favorável ao processo de cancelamento de registro do Partido Comunista Brasileiro (PCB), que entrou na ilegalidade em maio de 1947. Rocha ainda se mostrou antipático ao direito de greve, dando seu apoio irrestrito ao interventor Cilon Rosa na repressão aos movimentos operários sul-rio-grandenses no período. Faleceu no ano de 1963.

Frederico Guilherme Schmidt na tentativa de desbaratar a liderança de Theodomiro Porto da Fonseca e enfraquecer seu grupo de apoiadores. Sendo assim, se pode até lançar um questionamento: não teria o deputado Fontoura agido de forma proposital, com a intenção de efetivamente causar danos à carreira política do prefeito leopoldense e, por consequência, do deputado federal Theodomiro da Fonseca? No momento não foi possível comprovar essa possibilidade, mas esta não deixa de ter plausibilidade.

Outras acusações contra Carlos de Souza Moraes fazem menção do uso de veículo da prefeitura com finalidades partidárias. Moraes, juntamente com os subprefeitos, percorria os distritos – inclusive nas localidades mais distantes –, visando à qualificação de eleitores. Além disso, circulavam insinuações de perseguições políticas contra adversários – inclusive atingindo familiares destes.

Um destes casos de uso de propriedade pública para fins partidários teria ocorrido no distrito de Campo Bom. Desde os anos 1920, Campo Bom se destacava como um crescente distrito industrial, marcado sobretudo pela indústria coureiro e calçadista, que iniciava sua expansão. Em 1926, a localidade é desmembrada do 2º Distrito – que abarcava além de Campo Bom, Novo Hamburgo e Hamburgo Velho –, sendo elevada à 10º distrito de São Leopoldo. Com a emancipação de Novo Hamburgo – levando consigo Hamburgo Velho – em 1927, Campo Bom se tornou o segundo distrito leopoldense. Na década de 1940, a economia distrital colaborava fortemente com a arrecadação financeira de São Leopoldo, especialmente no que competia aos impostos. Veremos, em capítulo vindouro, que Campo Bom – e suas lideranças políticas, econômicas e sociais –, em vários momentos das décadas de 1920 e 1930, esteve envolta em disputas e ensejos ideológicos.

Um documento emitido pela Prefeitura Municipal de São Leopoldo no dia 12 de junho de 1947,³² tinha como destinatários Gustavo Vetter, Olindo Flores da Silva e os irmãos Ernesto e Arno Kunz. Na escrita do documento, Carlos de Souza Moraes solicita que os correligionários e amigos mencionados atestem se, em algum momento, foram testemunhas de que o prefeito leopoldense utilizou carro oficial da prefeitura para campanha partidária no distrito. Também solicita confirmação de que o subprefeito de Campo Bom – naquele momento, Pedro Corrêa da Silva – tenha sido orientado para articulação de movimento político na localidade.

Para resposta, foi utilizado o mesmo documento, sendo emitido em 20 de junho daquele ano. Com a assinatura de Gustavo Vetter e Ernesto Kunz – aqui destacando que

³² Museu Histórico Visconde de São Leopoldo (MHVSL) – Coleção Carlos de Souza Moraes – Pasta 48 – Documentação do Partido Social Democrático (PSD).

Vetter é sogro de Kunz, pois este se casou com sua filha Lilly –, os remetentes afirmaram desconhecer qualquer atitude irregular por parte de Moraes ou do subprefeito Pedro Corrêa. Declararam também não ter ciência de qualquer perseguição política orientada pelo prefeito leopoldense. Um fato, no mínimo interessante, ocorreu nas eleições municipais ocorridas cinco meses após esse episódio. Dentre os candidatos da Aliança Democrática Leopoldense ao cargo de vereador estava Walter Thoen. Ex-subintendente de Campo Bom, Thoen era também genro de Gustavo Vetter. Enquanto o sogro apoiava o grupo do coronel Fonseca, o genro lançava seu nome para integrar as fileiras da dissidência pessedista liderada por Schmidt.

Sobre as acusações que foram atribuídas ao prefeito Carlos de Souza Moraes, se, ao mesmo tempo, não podemos afirmar que efetivamente ocorreram perseguições ou ações irregulares, também podemos questionar a proximidade de Moraes e as lideranças campobonenses, o que atenua a validação das afirmativas destes.

O ano de 1950 foi perpassado pela continuidade da crise pessedista e tentativas de garantir a continuidade partidária em nível local. Em ofício encaminhado ao secretário do diretório leopoldense, o comandante do 19º Regimento de Infantaria do Exército de São Leopoldo³³ comunica que não participará de reunião partidária convocada para aquela data, em decorrência de suas funções militares e restrições das mesmas. O comandante daquele regimento era o coronel Olimpio Mourão Filho, o mesmo militar que em 1937, quando participava do serviço secreto da Ação Integralista Brasileira e atuava no Estado-Maior do Exército, forjou o Plano Cohen, documento cuja redação falsificada serviu como pretexto para a implantação do Estado Novo. Conforme o plano articulado pelas Forças Armadas e com apoio da AIB, o suposto plano era atribuído a Komintern (Internacional Comunista), com o objetivo de deflagrar um golpe comunista no Brasil, derrubando o governo constitucional de Getúlio Vargas. E, alguns anos mais tarde, em 1964, já tendo alcançado o generalato, Mourão Filho comandou as tropas que partiram de Minas Gerais em 31 de março, confluindo para a deposição do presidente João Goulart e instalação do regime militar, com apoio de parte da sociedade civil.

Aquele mês de junho também foi marcado por nova intervenção no diretório leopoldense do PSD. A Executiva Estadual do partido nomeou como agente “pacificador” o deputado estadual Moacyr Dorneles. Suas primeiras medidas foram constituir uma

³³ Antigo 8º Batalhão de Caçadores (8º BC), instalado em São Leopoldo desde 1922. Em 1949, o batalhão recebeu a denominação mencionada no documento analisado. Atualmente, é denominado 19º Batalhão de Infantaria Motorizada, nomenclatura designada em 1972.

comissão provisória, da qual assumiu como presidente, nomeando os três vereadores pessedistas eleitos – Carlos de Souza Moraes, Antônio Theobaldo Justo e João Klauck – como demais integrantes. Entretanto, conforme encontrado em um recorte do jornal *Folha da Tarde*, com data de 21 de junho, Moraes e Justo não aceitaram a nova intervenção e solicitaram renúncia aos seus cargos de vereadores. O então presidente da Câmara de Vereadores de São Leopoldo, Victor Otto Schmidt, deixou os pedidos em suspenso, aguardando uma possível desistência de ambos em deixar a vereança.

Anexada ao recorte, está um pequeno telegrama endereçado a Carlos de Souza Moraes, que naquele momento não se encontrava em São Leopoldo.³⁴ Não foi possível averiguar a procedência, mas creio que a assinatura que consta no documento possa ser de Germano Hauschild. O teor da missiva é crítico e permeado pela informalidade, o que indica uma proximidade entre o remetente e o destinatário. As primeiras linhas da correspondência contém as seguintes palavras:

Moraes amigo!

Recebi tua carta. Apresso-me em mandar-te as últimas notícias da nossa política. Nada responderam os energúmenos até agora... Nem responderão. Junto recorte da “Folha” de hoje, por onde verás se estribam até em Estatutos para dar o golpezinho sujo...

As críticas aos correligionários, considerados inimigos, em face ao processo intervencionista na direção partidária local, receberam adjetivações jocosas, assim como a alcunha de golpistas. Mas o documento também apresenta um cenário de articulação sobre os passos seguintes que a ala de Theodomiro da Fonseca deveria dar. O interlocutor reforça com Moraes a necessidade de que o coronel Fonseca determine ao vereador João Klauck que este também renuncie ao seu cargo. A medida poderia forçar a Executiva Estadual do PSD a rever suas ações perante o grupo situacionista.

Em outro trecho, abordando a cooptação dentro do partido, o documento fornece dados que demonstram cisões mais amplas, envolvendo lideranças em nível estadual e nacional:

Temos recebidos convites dos autonomistas, que estão nos namorando... Eu fui abordado pelo Obino que tentou levar-me a presença do João Neves e Kieling recebeu visita de um outro do bando queremista! Nada faremos isoladamente. O bloco é uno e indivisível!

³⁴ Visconde de São Leopoldo (MHVSL) – Coleção Carlos de Souza Moraes – Pasta 48 – Documentação do Partido Social Democrático (PSD).

Desde o final de 1949, havia uma cisão entre os diretórios municipais do PSD sul-rio-grandense. De um lado, os chamados *dutristas*, que apoiavam o presidente Eurico Gaspar Dutra; de outro, aqueles que ficaram conhecidos como *autonomistas*, que criticavam as interferências de Dutra e simpatizavam com Nereu Ramos, presidente nacional do partido naquela ocasião. Os autonomistas, primeiramente, apoiavam a candidatura de Ramos ao cargo de presidente da República. Diante dos conflitos internos do PSD, Nereu Ramos deixa a chefia da agremiação. A partir desse momento, os esforços do grupo autonomista se engendram na figura de Getúlio Vargas, presidente honorário do PTB, como candidato ao posto Executivo federal. No decorrer do ano de 1950, os atritos entre os diretórios municipais no Rio Grande do Sul se tornaram mais acirrados. Não apenas entre estes, mas no interior das próprias Executivas locais.

Além das eleições para a presidência do Brasil, também estavam marcadas eleições para o cargo de governador do Estado. O PTB lançara o nome do senador Joaquim Pedro Salgado Filho como candidato ao posto. Naquele período, havia uma dissidência dentro do PSD, que ficou denominada como PSD Autonomista, liderado por Ernesto Dorneles, senador representante do Rio Grande do Sul. A ala dutrista do PSD se articulava em torno de Cilon Rosa como candidato oficial do partido ao governo estadual.

Em 30 de julho daquele ano, o avião que conduzia Salgado Filho para uma reunião com Getúlio Vargas em São Borja, sofre um grave acidente na cidade de São Francisco de Assis. Todos os ocupantes da aeronave foram vitimados fatalmente pelo sinistro. Passada a comoção decorrente da morte de Salgado Filho, Vargas convidou seu primo Ernesto Dorneles para disputar o cargo de governador no lugar do falecido senador. Dentro do PSD, a ala getulista – que contava com nomes como João Neves da Fontoura e Batista Luzardo – passou a defender a chapa Vargas-Dorneles, enquanto a maioria do partido fechou questão em torno de Cilon Rosa.

Nas eleições de 3 de outubro de 1950, as urnas deram vitória ao candidato Ernesto Dorneles, que concorrera pelo PTB – ingressando neste partido de forma oficial posteriormente. Dorneles venceu os concorrentes do PSD, Cilon Rosa, do PL, que foi Edgar Luís Schneider, e do Partido Socialista Brasileiro (PSB), Bruno de Mendonça Lima. Getúlio Vargas foi eleito presidente, derrotando os candidatos Eduardo Gomes, da UDN e Cristiano Machado, do PSD.

A partir do extrato contido na carta remetida a Carlos de Souza Moraes, é perceptível que o grupo ao qual este, João Klauck, Antônio Theobaldo Justo, Germano

Hauschild e Theodomiro Porto da Fonseca pertenciam, estava alinhado ideologicamente com a ala mais conservadora do PSD estadual, contrária ao nome de Vargas – e ao chamado *queremismo*. Deste modo, os conflitos internos que transpassavam o PSD leopoldense desde 1946 ganhavam mais um elemento: a ruptura pessedista estadual diante das eleições federal e estadual de 1950.

Quanto ao caso das renúncias de Justo e Moraes, a análise que foi possível empreender na documentação da Câmara Municipal de São Leopoldo indica que os mesmos concluíram o seu quatriênio. Diante disso, a conclusão é de que, ainda em 1950, os dois vereadores pessedistas desistiram de capitular de seus cargos. Na eleições municipais de 1951, o ambiente político local recebeu inflexões, possibilitando que o PSD leopoldense chegasse ao Poder Executivo, assim como obtivesse a maioria na Câmara Municipal.

O pleito de 1951 marcou a pulverização das coligações partidárias em São Leopoldo. As disputas mais acirradas gravitaram em torno do PSD e PL – embora os partidos de maior força no Rio Grande do Sul naquele momento fosse o PSD e PTB, com o PL em terceira posição. Como candidato pessedista foi escolhido o nome de Germano Hauschild, tendo como vice Ignácio Schwertner, oriundo de uma dissidência dentro do PRP. Não devemos desconsiderar a crise envolvendo o partido em setembro de 1948, quando da proposta de congratulação à Plínio Salgado. Oficialmente, o PRP apoiou o nome de Nelson Rossi (cunhado de Carlos de Souza Moraes), do PTB, como prefeito, indicando o vice, Benno Kaeffer. O PL não formou coalização, indicando candidatos próprios para prefeito e vice: Othon Blessmann e Carlos Rausch, respectivamente. Pela UDN, a dupla majoritária era Rubem Corrêa (filho do coronel João Corrêa e cunhado de Frederico Guilherme Schmidt) e Dante Paganelli. O Partido Republicano (PR) lançou Donário de Oliveira e Julião Rodrigues de Moura. E, por fim, o PSB indicou Othomar Ataliba Dillenburg como candidato a prefeito e Eni Silveira para vice.

Eleitos em 1º de novembro, Gerardo Hauschild e Inácio Schwertner tomaram posse em 31 de dezembro de 1951, exercendo o mandato até dezembro de 1955. Entre os vereadores pessedistas, foram reeleitos João Klauck e Antônio Theobaldo Justo. Carlos de Souza Moraes não tentou um novo mandato. Embora afastado de cargos eletivos, Moraes voltaria a ser convocado para auxiliar seu partido no ano seguinte.

Gaston Englert – ex-deputado federal constituinte –, vice-presidente em exercício do PSD no Rio Grande do Sul em 1952, encaminhou um ofício para Carlos de Souza

Moraes e Victor Otto Schmidt³⁵ – que havia tentado novo mandato legislativo, sem sucesso. Neste documento, a Comissão Executiva Estadual do partido encarregava Moraes e Schmidt de, mais uma vez, realizar um trabalho de reestruturação da Executiva leopoldense do PSD. É importante lembrar que, nos seis anos anteriores, a dupla incumbida de sedimentar as bases partidárias ocupava lados opostos na disputa pelo poder.

O arrolamento das fontes documentais não permite delinear com exatidão as consequências da atuação de Carlos de Souza Moraes no período a partir de 1952. Todavia, no que se vincula com as fontes por ele conservadas, associadas com a trajetória leopoldense do Partido Social Democrático em seus primeiros anos, é condizente afirmar que a presença – mesmo que intercalada – em funções diretivas no mesmo, possibilitou criar condições para a posse destes documentos – sejam em suas versões originais, sejam a partir de reproduções.

Na finalização deste subcapítulo, trago três considerações que julgo importantes. A primeira delas, imbricada com o acervo pessoal de Carlos de Souza Moraes em si, evidencia as tensionalidades e melindres ainda existentes nas discussões entre os limites do público e do privado na posse e gestão de documentos. A análise empírica sobre os conflitos envolvendo o PSD em São Leopoldo, a partir das fontes arroladas, mantidas por Moraes, colaboram para a ampliação do debate em torno desse tema.

O segundo ponto reflete aspectos sobre a atuação política de Moraes. Embora a ênfase deste trabalho, no tocante de sua atuação enquanto agente público, seja dada para os cargos de caráter executivo que ocupou, apreciar criticamente o período em que atuou no legislativo leopoldense nos ajudam, de antemão, a perceber o emaranhado de relações estabelecidas, de aproximações e distanciamentos, assim como a rede social na qual o mesmo estava inserido. Já se vislumbra o modo pelo qual Carlos de Souza Moraes fazia política, dentro dos jogos de poder daquele período. Ao mesmo tempo, os demais agentes sociais envolvidos na querela não eram neófitos no ambiente e nas práticas políticas. Suas atuações denotam de períodos anteriores. Theodomiro Porto da Fonseca, por exemplo, além de ocupar o posto de chefe do Executivo leopoldense por 16 anos, possuía uma trajetória política local datada desde os primeiros anos do século XX. Frederico Guilherme Schmidt, Germano Hauschild, entre outros citados, também faziam parte deste

³⁵ Museu Histórico Visconde de São Leopoldo (MHVSL) – Coleção Carlos de Souza Moraes – Pasta 48 – Documentação do Partido Social Democrático (PSD) – Ofício número 34 (Correspondência de Gaston Englert para Carlos de Souza Moraes e Victor Otto Schmidt – 4/06/1952).

círculo, que envolvia não apenas aspectos partidários, mas uma dimensão política aplicada também aos espaços sociais, econômicos, culturais e religiosos.

Por fim, o terceiro ponto recai sobre o recorte temporal deste subcapítulo, delimitado entre 1945 e 1952. Os desdobramentos desta fase de redemocratização, marcada pela reabertura partidária e a criação das grandes agremiações políticas em nível nacional, também mobilizou forças destoantes, ocasionando dissidências, especialmente no âmbito de São Leopoldo. Não podemos pensar essa fragmentação, que colocou em lados opostos agentes sociais até então próximos, como algo aleatório. O que aqui trazemos salienta uma corrosão mais antiga, que foi gerida nos anos anteriores, entre as décadas de 1930 e 1940. Dentro da narrativa deste trabalho, optei por inverter a cronologia dos fatos: neste capítulo, trago alguns resultados e, no decorrer dos próximos capítulos, através do exame crítico da trajetória de Carlos de Souza Moraes, suas redes sociais e formas de atuação, lanço luzes sobre a feitura destes processos.

Ainda sobre iniciais curiosidades trazidas pelos documentos, surgiram informações sobre a família de Moraes. Não apenas a que ele formou a partir de seu casamento com a professora Odette Rossi, mas a da qual se originou. Esses dados ligam Carlos de Souza Moraes ao grupo dos primeiros mandatários republicanos da cidade de Montenegro, detentores de influência regional e de uma rede sociopolítica mais ampla, tornando-se homens de confiança de Júlio de Castilhos e Borges de Medeiros no final do século XIX e primeiras duas décadas do XX. O capital social e simbólico deixado pelos coronéis Felisberto Porfírio de Souza e José Álvaro Pereira de Moraes rendeu bons dividendos para Moraes, auxiliando no estabelecimento de uma plataforma interpessoal com políticos e intelectuais nas décadas seguintes, como veremos no decorrer deste trabalho.

2.2 UMA FAMÍLIA DE CORONÉIS: O MUNICÍPIO DE MONTENEGRO E A ATUAÇÃO POLÍTICA DE FELISBERTO PORFÍRIO DE SOUZA E JOSÉ ÁLVARO PEREIRA DE MORAES

No final do ano de 1894, duas lojas maçônicas foram fundadas na cidade de São João de Montenegro: União e Luz e União.³⁶ A primeira tem sua data de criação em 30

³⁶Nomenclatura vigente entre 1873 e 1916, quando a denominação do município é alterada para Montenegro, permanecendo assim até os dias atuais.

de novembro, enquanto a segunda consta de 16 de dezembro.³⁷ Dentre os membros da primeira diretoria da Loja União, a secretaria foi exercida por José Álvaro Pereira de Moraes. Enquanto isso, Felisberto Porfírio de Souza integrava o quadro de irmãos da Luz e União, além de ter feito parte de outro grupo maçônico em Porto Alegre, a Luz e Ordem.³⁸ Em 1902, as duas lojas se fundem, prevalecendo a nomenclatura Luz e União para a mesma. Na história política e social do Brasil, o espaço da Maçonaria pode ser compreendido como um *locus* de articulação de interesses e estratégias, estabelecendo laços de sociabilidade, permitindo a interação inclusive de sujeitos que, no âmbito confessional ou partidário, por exemplo, se encontram em oposição.

Figura 2 – Coronel Felisberto Porfírio de Souza



Fonte: KAUTZMAMM, Maria Eunice Müller. *Montenegro de ontem e de hoje*. 1º vol. São Leopoldo: Rotermond, 1979, p. 191.

³⁷ Uma série de informações sobre as lojas maçônicas do Rio Grande do Sul foram compiladas em quatro volumes, organizados por Carlos Dienstbach, em 1993, na coletânea intitulada *A Maçonaria Gaúcha*.

³⁸ Boletim do Grande Oriente do Brasil. Jornal Oficial da Maçonaria Brasileira, ano 10, n. 19, dez. 1894. Sessão ordinária do Conselho Geral de Kadosch de 18 de dezembro de 1894, p. 283. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/709441/8209>. Acesso em: 24. jun. 2019.

Existem múltiplos espaços onde os indivíduos podem estabelecer vínculos com outros sujeitos. Para além dos espaços, é importante salientar que se sobressaem formas de relação, modalidades que estabelecem graus de interação, diante de objetivos e interesses a serem alcançados e estratégias que são instrumentalizadas. Acerca destas estratégias, utilizo a definição conceitual que Jean Paul Zúñiga aplica para este termo, afirmando que se trata de

[...] um conjunto de práticas e comportamentos que permitem alcançar ou chegar a uma posição de privilégio como resultado de um esforço realizado. São habilidades postas em prática seja de forma individual, seja através de um grupo familiar para alcançar ou manter um status social, político e também econômico (ZÚÑIGA Apud VIVÓ, 2009, p. 265-266).

Dentro da perspectiva trazida por esse trabalho, os agentes sociais que são por mim analisados efetivam suas estratégias dentro das redes sociais nas quais estão articulados. Em um panorama conceitual, existem algumas considerações importantes sobre a constituição e aplicabilidade das redes sociais, que cabem ser trazidas para a discussão. Conforme Michel Bertrand,

se puede definir entonces a la red social como un complejo sistema relacional que permite la circulación de bienes y servicios, tanto materiales como inmateriales, dentro de un conjunto de relaciones establecidas entre sus miembros, que los afecta a todos, directa o indirectamente y muy desigualmente (BERTRAND, 2000).

Dentro de um grupo, independente da proporção numérica de indivíduos que estejam inseridos no mesmo, encontram-se elementos que permitem visualizar aqueles que estão mais efetivamente à frente, liderando as iniciativas, assim como os sujeitos que acabam por assumir um papel mais secundário. Em uma agremiação partidária, por exemplo, isso é demonstrado de maneira mais clara. Entretanto, essas diferenciações se tornam características importantes para a manutenção do poder, estabelecendo uma certa hierarquização, mas que não impedem a interação entre seus membros em formatos diferenciados de relações, onde os interesses coletivos e individuais buscam ser atendidos. Os sujeitos, desta forma, fazem uso de módulos de intercâmbio social vários, desde sociedades econômicas, partilha de confessionalidade religiosa, laços parentais, companheirismo em espaços de sociabilidade e lazer, entre outros. É importante salientar

que, neste ambiente, os conflitos, discordâncias e até mesmo ataques mais diretos estão presentes. Veremos, na prática, esses elementos mais adiante.

Ainda sobre o conceito de redes sociais, argumenta o historiador Renato Pinto Venâncio que

[...] trata-se de uma noção que se contrapõe à de “grupo social: em um grupo organizado, os indivíduos componentes formam um todo social mais abrangente, tendo objetivos comuns, papéis interdependentes e uma subcultura peculiar. Na formação de rede, por outro lado, somente alguns, e não todos os indivíduos componentes, têm relações uns com os outros” (VENÂNCIO, 2009, p. 240).

A partir da proposta deste trabalho, visando compreender as relações e atuações políticas e intelectuais de Carlos de Souza Moraes, abarcando também as origens do capital social que este utiliza, dentro da perspectiva de Bourdieu (1989), retomando os antecedentes familiares, a escolha da utilização conceitual das redes sociais como um elemento condutor se mostra bem fundamentada e acertada. José Maria Imízcoz (2009) assevera que o conceito de redes é adequado e contributivo quando utilizado nas tentativas de se analisar e compreender “los grupos de poder, facciones políticas, oligarquias locales [...], grupos mercantiles e financiemos”. O mesmo Imízcoz, ao abordar os laços de amizade que perpassam gerações familiares, acentua a construção destas nas gerações anteriores e a tentativa contínua de reforça-las por parte dos indivíduos no presente (2009, p. 91) E somado a isso, Zacaria Moutokias (2000) argumenta que, neste emaranhado social, alguns indivíduos possuem uma atuação que lhes confere uma ação de conexão, servindo como mediadores. Esses mediadores possuem vinculações dentro da rede, mas não ficam restritas ao âmbito familiar. Outros elementos se tornam ponto agregador, contribuindo para a formação e efetivação destas redes e seus objetivos.

Neste sentido, além de unidos pelos laços maçônicos, Felisberto e Álvaro também possuíam vínculos bem sólidos de interesses econômicos. O jornal *A Federação*, em edição de janeiro de 1890,³⁹ destaca o início da sociedade entre os dois líderes republicanos montenegrinos, onde Álvaro é aceito como parceiro da firma comercial de Felisberto. A empresa, que posteriormente contou com o incremento de José Pedro Daudt como societário, dedicou-se ao comércio de fazendas, secos e molhados e miudezas.

³⁹ Jornal *A Federação*, 9/01/1890, ano VII, número 7, p. 4. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/388653/5254>. Acesso em 24 jun. 2019.

Nascido em Montenegro no ano de 1873, José Pedro Daudt, filho de Frederico Daudt e Rita Martins, além de comerciante, exerceu cargos públicos no município, como o ofício de escrivão, ocupando a função até 1913. Posteriormente, foi coletor federal, desempenhando essa nomeação até, pelo menos 1928. No período entre 1904 e 1908, integrou o Conselho Municipal montenegrino, eleito pelo Partido Republicano Rio-grandense. Sua família possuía conexões com outros grupos familiares de destaque regional, seja no âmbito político como no econômico. O próprio José Pedro se casou com Idalina Saticq, sobrinha de Maria Saticq, esposa de Augusto Brochier, colonizador da região que recebeu posteriormente seu sobrenome como denominação. Uma das irmãs de José, Estela, contraiu núpcias com Jacob Lampert, irmão dos intendentes de Montenegro Frederico Gabriel e Amandio Fidêncio Lampert. O primeiro governou interinamente a cidade em dois períodos, nos anos de 1906 e 1907, quando de afastamentos temporários de José Álvaro Pereira de Moraes – para resolver questões partidárias em outras localidades, em nome de Borges de Medeiros. O segundo foi intendente entre 1908 e 1916, sucedendo ao coronel Moraes – e indicado por este como candidato oficial. Concomitante com a vida partidária, os irmãos fundaram, em 1901, o jornal *O Progresso*, que se tornou o principal noticioso de Montenegro nas primeiras décadas do século XX. Além disso, um dos filhos de Daudt, chamado Clotário se casou com Olinda Lampert, filha do coronel Frederico Gabriel.

Ao observarmos este panorama, percebemos que os vínculos de Daudt com os coronéis Souza e Moraes também eram permeados pelo ideário partidário, tendo em vista que estes também integravam as fileiras do PRR. Aliás, Felisberto Porfírio de Souza foi um dos fundadores e principais propagandistas republicanos em Montenegro, além de ser um dos idealizadores do Clube Abolicionista montenegrino, em 1884. Foi eleito para a Câmara de Vereadores local durante a fase final do império brasileiro. Com o advento da República, em novembro de 1889, Souza é nomeado pelo governador, general Câmara, para a primeira Junta de Governo de Montenegro no novo regime⁴⁰, tendo como companheiros de comissão o capitão Antônio Pires da Cruz, que assim como Souza era membro da Guarda Nacional e exercera o cargo de vereador, e Bento Rodrigues da Rosa, advogado e agrimensor, que atuara na fundação do Clube Republicano local, em 1888.

⁴⁰ Jornal *A Federação*, 7/01/1890, ano VII, número 5, p. 1. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/388653/5243>. Acesso em 24 jun. 2019.

Antônio Pires da Cruz nasceu na localidade de Lajeado, interior de Montenegro, em 1838. Quando ocorreu a emancipação montenegrina em 1873 e as eleições para a primeira legislatura, Cruz foi eleito vereador, tendo sido escolhido como presidente da Câmara de Vereadores para o período entre 1873 e 1877 o nome de José Luís Rodrigues da Rosa, pai de Bento Rosa, seu colega na primeira administração republicana do município. Foi comandante do 44º Corpo de Cavalaria da Guarda Nacional. Em 1892, após o retorno do grupo castilhistas ao governo estadual sul-riograndense, foi nomeado intendente de Montenegro por Júlio de Castilhos, substituindo Felisberto Porfírio de Souza, exercendo seu mandato até 1895, quando solicitou exoneração. Também integrou a Comissão Executiva do PRR local, ao lado de Souza, capitão Porfírio das Chagas Cidade, Jacob Ely, Albano Coelho de Souza, Henrique Pedro Boos e Candido Peixoto de Carvalho.

Integrando por um período curto a primeira gestão republicana de Montenegro – em torno de dez dias –,⁴¹ Bento Rodrigues da Rosa também foi nomeado delegado de Polícia do município, ocupando o posto temporariamente, sendo substituído pelo capitão Cruz em abril de 1890.⁴² Deixando os referidos cargos, dedicou-se ao trabalho de agrimensor, concentrando sua atuação na região de Taquari, Estrela e Lajeado, onde exercera essa atividade anteriormente. Conforme as pesquisas de Cristiano Christillino (2010), Rosa foi um dos principais articuladores de *grilagem* de terras naquela região durante os últimos anos do período imperial. Nas palavras deste historiador,

[...] o advogado Bento Rodrigues da Rosa também atuou no mercado de terras, no vale do Taquari. A maioria das grilagens efetuadas por meio de processos de legitimação de terras esteve ligada, direta e indiretamente, à ação desse advogado. Bento Rosa “fez carreira” em torno da regularização do acesso a terras. Rosa também se valeu do nome de terceiros, para a legalização de áreas que, mais tarde, ele próprio loteou (CHRISTILLINO, 2010, p. 227-228).⁴³

⁴¹ Para substituí-lo, foi escolhido Guilherme Einloft, nascido na Alemanha por volta de 1848. Sua família emigrou para o Brasil em 1857, estabelecendo-se em *Kaffeeschneiss* (atual município de Picada Café), na Vila de São Leopoldo. Casando-se com Carolina Suzana Petersen, mudou-se em 1875 em Montenegro, iniciando atividades comerciais e criação de gado bovino, suíno e equino. Também foi membro da Guarda Nacional e vinculado ao grupo republicano montenegrino, ocupando o cargo de intendente provisório em 1896. *Jornal A Federação*, 18/01/1890, ano VII, número 15, p. 2. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/388653/5284>. Acesso em 24 jun. 2019.

⁴² *Jornal A Federação*, 17/04/1890, ano VII, número 88, p. 2. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/388653/5576>. Acesso em 24 jun. 2019.

⁴³ Como fonte para essa afirmativa, Christillino utilizou informações constantes no Auto de Medição de número 1616, salvaguardado no Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul – AHRs, de processo ocorrido no ano de 1885.

A ligação de Bento Rodrigues da Rosa com o vale do Taquari também se desenvolveu em termos políticos, assim como ocorrera em Montenegro. Entre agosto de 1890 e fevereiro de 1891, foi presidente da Junta de Governo do município de Estrela, assumindo, posteriormente, como intendente nomeado de Lajeado, que se emancipara de Estrela em 26 de janeiro de 1891. Rosa cumpriu seu mandato executivo entre 1892 e 1894. Mais tarde, foi eleito para o Conselho Municipal de Taquari para o quadriênio 1896 a 1900. Foi ele que sugeriu, em 1890, que o governo estadual do Rio Grande do Sul adotasse a bandeira farroupilha como bandeira oficial do estado, o que acabou sendo acatado e permanecendo até a atualidade. Nascido na localidade de Harmonia, (atualmente município, que foi distrito de Triunfo e Montenegro) em 1852, faleceu no ano de 1926. Casado com Antônia Maria de Oliveira, teve quatro filhos, dentre eles, Othelo Rodrigues da Rosa. Como veremos mais adiante, Otelo Rosa foi um dos agentes políticos e intelectuais com os quais Carlos de Souza Moraes teve trocas significativas.

Assim como Bento Rosa, Souza e Moraes também estiveram envolvidos com posse e transações de terras. O avô do coronel José Álvaro, o português José Apolinário Pereira de Moraes (1757-1827), adquiriu grande área de terras na região do Caí por volta de 1814, nas proximidades do arroio Maratá. José Apolinário contraiu primeiras núpcias com Senhorinha Eufrázia Maria da Conceição, matrimônio do qual nasceram os filhos José e Apolinário Pereira de Moraes. O segundo casamento foi com Leandra Thomázia de Almeida, tendo como herdeiros Enéas Apolinário e Apolinária Pereira de Moraes. Sobre estes irmãos, não conseguimos averiguar maiores detalhes até o momento.

José Pereira de Moraes, nascido em 1816, se casou em São Leopoldo com Anna Maria Mombach, filha do imigrante Mathias Mombach, considerado o primeiro morador de Morro Reuter⁴⁴ (pertencente à Colônia e, posteriormente, Vila e Município de São Leopoldo), mais precisamente da localidade de Walachai. Apolinário, dois anos mais jovem que o irmão, teve seu enlace com Francisca Ramos. Assumindo o comando da propriedade, que recebeu a denominação de Fazenda Maratá, Apolinário, aproveitando o excedente populacional de imigrantes e descendentes de alemães na área da Vila de São

⁴⁴ A denominação da localidade em língua alemã era *Reutersberg*, que tem o mesmo significado da nomenclatura em português. Pesquisadores acentuam que a colonização alemã no local teve início por volta de 1829, mesma época em que iniciara o processo na Picada de São Miguel de Dois Irmãos, também chamada de *Baumschneis* (Picada dos Baum). Entre 1952 e 1959, Morro Reuter foi o 6º Distrito de São Leopoldo. Em 1959, com a emancipação do distrito de Dois Irmãos, Morro Reuter foi anexado ao território do novo município, como 2º Distrito. A emancipação política de Morro Reuter ocorreu no ano de 1992, sendo elevada à categoria de município pela lei estadual n. 9.583, de 20 de março, pelo então governador Alceu Collares.

Leopoldo, empreende o comércio de lotes nas terras de sua família. Para coordenar as negociações com os colonos, ele contrata três moradores da Picada de São Miguel de Dois Irmãos: Andreas Kochenborger e os irmãos Friedrich e Johann Peter Schreiner. Em 1856, inicia o empreendimento imobiliário que deu origem ao atual município de Maratá, emancipado em 1982 da cidade de Brochier.

José Álvaro, filho de Apolinário, continuou como proprietário de terras em Montenegro e região, assim como o coronel Felisberto Porfírio de Souza. Inclusive os dois tinham propriedades em outras áreas do estado, como em Alfredo Chaves (atual município de Veranópolis), na área de colonização italiana do Rio Grande do Sul. Em documento datado de 1908, Souza e Moraes vendem uma área de terras para Rafael Cherubini.

Cherubini, juntamente com Antonio Velho e J. A. Barros, empreenderam no final do século XIX uma sociedade comercial, com o objetivo de colonização de terras na Colônia Alfredo Chaves, junto da estrada Buarque de Macedo, em terras pertencentes ao município de Lagoa Vermelha.⁴⁵ Entretanto, os objetivos do trio de empresários não foi bem sucedido, tendo em vista a concorrência com outro povoado que se formara na região: São João Batista do Herval, atual cidade de Nova Prata. Embora sem evidências conclusivas, é plausível aferir que foi neste contexto, da alocação de imigrantes italianos na região mais ao norte do Rio Grande do Sul, no último quartel do século XIX, que Souza e Moraes adquiriram terras naquela região. Posteriormente, com a estruturação das regiões policiais no estado, Lagoa Vermelha, Alfredo Chaves e demais localidades daquele quadrante integrariam a área da 1ª Região Policial. A sede desta seccional era inicialmente São Leopoldo, sendo transferida posteriormente para Montenegro, no período em que o coronel Álvaro era o subchefe de Polícia – cargo de caráter mais vinculado com a gestão político-partidária

A inserção política de Felisberto Porfírio de Souza teve início logo que o município de São João de Montenegro foi instalado, em 1873. Menos de dois anos após, em 1º de maio de 1875, a Assembleia Provincial do Rio Grande do Sul aprova a criação da Comarca de São João do Caí,⁴⁶ formada por São Sebastião do Caí e Montenegro. Na organização desta comarca, Felisberto é nomeado subdelegado de Polícia da região.

⁴⁵ Esse empreendimento localizava-se no atual bairro de Retiro, no município de Nova Prata. Naquele período, Nova Prata, denominada Capoeiras, era um distrito de Alfredo Chaves, elevado a município em 1898.

⁴⁶ Antiga grafia utilizada tanto para o nome do rio como na denominação da cidade de São Sebastião do Caí.

Deixando o cargo em 1878, é nomeado em 1883 delegado de Polícia, ocupando o posto até meados do ano seguinte.

Em 18 de novembro de 1889, o governador republicano do Rio Grande do Sul, general José Antônio Corrêa da Câmara, visconde de Pelotas, encaminhou ofício ao vereadores da Câmara Municipal de Montenegro, informando que a mesma deveria ser dissolvida, sendo nomeada, em substituição, uma comissão provisória, para dirigir a administração local. Um mês após, em 20 de janeiro de 1890, o Livro de Atas registra a cerimônia de posse da Junta de Governo, composta por Felisberto Porfírio de Souza, nomeado presidente da mesma, Antônio Pires da Cruz e Bento Rodrigues da Rosa.⁴⁷ Com a desistência de Bento Rosa, recai sobre Guilherme Einloft a escolha para compor o triunvirato. Uma das primeiras medidas do novo grupo dirigente foi a nomeação de funcionários públicos. Um dos indicados chamava-se Gustavo Apolinário Pereira de Moraes. Verificamos que o mesmo fizera parte do grupo fundante do Clube Abolicionista de Montenegro, em 1884.⁴⁸ Não foi possível determinar o grau de parentesco do mesmo com José Álvaro, mas acredito que sejam primos, tendo em vista que nas pesquisas feitas até o momento, não encontramos os registros de possíveis irmãos seus.

Cabe destacar que o ambiente político montenegrino nos primeiros meses da era republicana não foi de todo pacífico. As sucessivas trocas de governantes estaduais e o acirramento dos ânimos entre castilhistas, dissidentes republicanos e a oposição se refletiu em uma dimensão local.

Em fevereiro de 1890, com a renúncia do visconde de Pelotas ao cargo de governador do estado, é nomeado para substituí-lo o general catarinense Júlio Anacleto Falcão da Frota. A gestão de Frota também é curta, resignando ao cargo em 1º de maio do mesmo ano. Deodoro da Fonseca, presidente da República, encarrega Francisco da Silva Tavares, até então integrante do PRR, para a função de vice-governador, solicitando que o mesmo assuma o exercício efetivo da administração estadual, o que ocorre em 6 de maio. Contudo, havia uma ruptura entre Tavares e o grupo castilhista do partido. Em decorrência, este grupo passou a tecer severas críticas e ações contra o governante provisório.

O ápice da crise ocorreu durante as comemorações do segundo aniversário da abolição da escravidão, em Porto Alegre. Naquele 13 de maio de 1890, membros do

⁴⁷ Livro de Atas da Câmara Municipal de Montenegro (anos de 1888 a 1890), p. 67.

⁴⁸ Jornal *A Federação*, 26/08/1884, ano I, número 196, p. 2. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/388653/594>. Acesso em 27 jun. 2019.

grupo castilhista entraram em conflitos com a polícia estadual, onde foi empreendido um tiroteio. Dentre os feridos, estava João de Barros Cassal, que até aquele momento era vinculado diretamente com Júlio de Castilhos. Em decorrência do fato, o próprio Castilhos liderou um grupo de correligionários e alunos do Colégio Militar, dirigindo-se ao Palácio do Governo e exigindo que Tavares deixe o cargo. Diante da instabilidade reinante e sentindo-se sem apoio, Francisco da Silva Tavares deixa o cargo, entregando-o ao comandante de Armas no Rio Grande do Sul, general Carlos Machado Bittencourt.⁴⁹ Ainda no mês de maio, no dia 24, Bittencourt transfere o governo ao novo mandatário nomeado, general Cândido José da Costa. Quanto a Francisco da Silva Tavares, este rompe com Castilhos e o PRR, passando para a oposição.

O 13 de maio de 1890 também representou a ebulição das disputas políticas em Montenegro. E, a exemplo do que ocorrera em Porto Alegre, também com atentados. Conforme noticia o jornal *A Federação* no dia 16 do mesmo mês,⁵⁰ as comemorações alusivas ao aniversário da abolição serviram como *blindagem* para uma tentativa de assassinato, cujo alvo era o coronel Felisberto Porfírio de Souza. A narrativa do noticioso comenta que um grupo de negros libertos realizava uma passeata festiva, comemorando o segundo aniversário de sua plena alforria. No trajeto, ao passarem pela residência do coronel Felisberto, pararam para cumprimentá-lo e fazer-lhe homenagens, tendo em vista sua atuação como abolicionista naquela cidade. Neste momento, dois indivíduos que participavam da passeata dispararam contra Souza e outro republicano, capitão Figueiredo Moreira. Souza e Moreira não foram atingidos, mas ficaram feridos Manoel Adriano Gonçalves, Pedro e Frederico Schneider e Dario de Moraes. Houve perseguição, mas os atiradores não foram capturados.

Aqui é cabível uma consideração: o jornal *A Federação* era o órgão oficial do PRR, sendo, deste modo, porta voz do ideário do partido e um instrumento de ataque direto aos adversários. A partir desse panorama, a argumentação utilizada busca induzir o leitor, para que apenas a visão do jornal e do PRR seja concebida como verdade. A reportagem vincula diretamente o atentado sofrido por Souza e correligionários com o

⁴⁹ Futuro ministro da Guerra durante o governo presidencial de Prudente de Moraes. Ocupava este posto durante a Guerra de Canudos. Foi acusado, posteriormente, de ordenar que os rebeldes aprisionados fossem mortos, em decorrência de não haver possibilidade de alimentar tamanho número de pessoas. Carlos Machado Bittencourt morreu em decorrência de ferimentos, ao receber uma punhalada, quando defendeu o presidente Prudente de Moraes de um atentado, em 1897, em cerimônia que homenageava os militares que atuaram em Canudos.

⁵⁰ Jornal *A Federação*, 16/05/1890, ano VII, número 110, p. 2. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/388653/5664>. Acesso em 24 jun. 2019.

conflito ocorrido no mesmo dia em Porto Alegre. Não são apresentados maiores detalhes e, embora cite os supostos autores – Luiz Machado e Ernesto da Silva Oliveira –, não oferece maiores considerações sobre a dinâmica política local. Mesmo assim, essa abordagem nos oferece, historiograficamente, dois elementos interessantes: a primeira, nos ajudando a compreender um pouco mais sobre os primeiros meses da República no Rio Grande do Sul, olhando para além dos fatos centralizados na capital do estado. E, a segunda, diretamente ligada com essa perspectiva, evidencia a necessidade de aprofundamento sobre as pesquisas em âmbito local e regional, colocando-as em complemento com os estudos que se dedicam à implantação da República no estado, vislumbrando as características particulares, as redes sociais, continuidades, rupturas e a complexidade política da mudança de regime.

Mesmo diante do ambiente conflituoso, poucas mudanças dentro da estrutura burocrática e administrativa local se seguiram até novembro de 1891. O triunvirato governamental ganhou o acréscimo de mais dois integrantes. Em outubro de 1890, Ignácio Garcia de Azevedo e Carlos Klinger de Oliveira⁵¹ assumem sua função na Junta Municipal. Em novembro do ano seguinte, em decorrência da crise política nacional, que culminou com o fechamento do Congresso Nacional e renúncia de Deodoro da Fonseca ao cargo de presidente da República, o ambiente sociopolítico sul-rio-grandense também passe por um processo tumultuado de trocas no poder.

Júlio de Castilhos, que fora eleito presidente do Rio Grande do Sul em 15 de julho daquele ano, inicialmente tentou manter uma postura de neutralidade diante das medidas enérgicas tomados por Deodoro. Entretanto, optou por dar seu apoio ao presidente. A medida desagradou parte dos republicanos – que se alinhavam cada vez mais em um bloco dissidente – e membros da oposição – que pouco tempo depois, em março de 1892, fundariam o Partido Federalista, liderado por Gaspar da Silveira Martins, um dos mais expressivos inimigos políticos de Castilhos. Em 12 de novembro, Júlio de Castilhos é obrigado a renunciar ao governo estadual. Ao ser questionado sobre quem indicaria para sucedê-lo, um Castilhos enfurecido asseverou: “A quem? A ninguém... à anarquia! E tenham a certeza de que aqui voltarei pelo voto dos meus amigos políticos, senão reclamado por todos vós!” (BARBOSA, 1983, p. 193). Entre aquela data e 17 de junho de 1893, o comando governativo sul-rio-grandense é exercido por diferentes agentes. Foi o período conhecido como *Governicho* – alcunha depreciativa forjada pelos republicanos

⁵¹ Carlos Klinger de Oliveira foi pai do intendente montenegrino que ocupara a administração local entre 1916 e 1920: o médico Joaquim Klinger de Oliveira.

castilhistas. Imediatamente após a renúncia de Castilhos, foi empossada uma Junta de Governo, presidida pelo general Domingos Alves Barreto Leite, sendo composta ainda pelo general Manoel Luís da Rocha Osório, João de Barros Cassal e Joaquim Francisco de Assis Brasil (estes dois últimos republicanos que romperam com Júlio, sendo que Assis Brasil, além do vínculo partidário, foi cunhado de Castilhos).⁵²

Uma das primeiras medidas tomada pelos novos governantes foi a destituição dos governos locais, substituindo os integrantes nomeados por Castilhos por homens mais alinhados com suas propostas – republicanos dissidentes ou até mesmo agentes oposicionistas. Na cidade de Taquara, por exemplo, um dos nomeados foi o coronel Jorge Fleck, chefe oposicionista local, membro do Partido Federalista. Em Montenegro, foi empossada uma junta composta pelo coronel Antônio Ignácio de Oliveira, tenentes Narciso Pires Garcia e Henrique Kochenborger e João Luís Schreiner. Oliveira e Schreiner integravam a legislatura municipal deposta após 15 de novembro de 1889, com a instalação da República. Pouco tempo após assumirem, os membros da junta dispensaram os funcionários públicos até então atuantes, como o procurador municipal Gustavo Apolinário Pereira de Moraes. O argumento para seu afastamento foi o de realizar constantes ataques e injúrias contra o novo governo local.⁵³

Em 3 de junho de 1892, a Junta Municipal de Montenegro é dispensada pelo presidente estadual, general Barreto Leite. Um dos nomes indicados para assumir como substituto na nova comissão foi Carlos Klinger de Oliveira, que se recusou por afirmar fidelidade aos colegas republicanos. Diante dos empasses, Montenegro permaneceu por vinte cinco dias, até 28 de junho, sem administração local. Neste interim, Barreto Leite passa o governo estadual ao visconde de Pelotas, em 8 de junho. Entretanto, a forte oposição castilhista e a aproximação de Castilhos com o presidente marechal Floriano Peixoto (que embora adversário do líder do PRR, via como mais perigosa a possibilidade de Silveira Martins assumir o poder) dinamitavam a estabilidade política do *Governicho*. Em 17 de junho, o visconde passa o governo para o general João Nunes da Silva Tavares, conhecido como Joca Tavares, nomeando-o vice-presidente do estado e transferindo a capital para Bagé. Joca era irmão de Francisco da Silva Tavares, que presidiu o estado

⁵² Em pouco tempo, o poder da Junta Governativa se tornou unipessoal, cabendo ao general Barreto Leite o governo de fato. No início de 1892, passa a chefia do estado para Barros Cassal, que permaneceu até março daquele ano, reintegrando Barreto Leite como mandatário. O general governou até 8 de junho daquele ano, entregando o poder ao marechal José Antônio Correia da Câmara, o visconde de Pelotas (que foi o primeiro governador republicano do estado, entre novembro de 1889 e fevereiro de 1890).

⁵³ Livro de Atas da Câmara Municipal de Montenegro (anos de 1891 a 1892), p. 13.

interinamente em maio de 1890. Os irmãos Silva Tavares foram aliados de primeira hora de Silveira Martins na fundação do Partido Federalista.

Neste mesmo dia, Júlio de Castilhos retoma o poder em Porto Alegre, autoproclamando-se presidente do Rio Grande do Sul (com aval de Floriano Peixoto). Contudo, ainda em 17 de junho, Castilhos nomeia Vitorino Ribeiro Carneiro Monteiro como primeiro vice-presidente e Fernando Abbott como segundo. Diante do acordo estabelecido entre os castilhistas e Peixoto, Castilhos não deveria assumir de fato a presidência do estado. Deste modo, o cargo foi transferido para Vitorino Monteiro, que governou o Rio Grande do Sul até setembro de 1893, quando entregou a chefia do Executivo para Abbott. Entre 17 de junho e 04 de julho, o Rio Grande do Sul vivenciou uma dualidade de governos: Vitorino Ribeiro em Porto Alegre e Joca Tavares em Bagé. Com a ameaça de intervenção armada por parte de tropas federais, Tavares e seu grupo resignaram do poder.

Outrossim, Joca Tavares articulava a formação de milícias armadas na região, assim como Gumercindo Saraiva arregimentava tropas no Uruguai. Neste contexto, Castilhos, sem adversários concorrentes, era eleito presidente estadual. Diante do agrupamento de forças oposicionistas, Fernando Abbott empreende a reestruturação de uma força militar estadual, criando assim a Brigada Militar, conforme o Ato nº. 315, de 15 de outubro de 1892. Em 25 de janeiro de 1893, Júlio de Castilhos toma posse como governante estadual e, na sequência, em 9 de fevereiro, as tropas de Gumercindo Saraiva invadem o Rio Grande do Sul, unindo-se com o contingente de Joca Tavares, deflagrando uma guerra civil que perdurou até 1895, sendo conhecida como *Revolução Federalista* ou *Guerra da Degola*.

Retomando a questão política em Montenegro, em 28 de junho de 1892 a administração é reassumida interinamente por Felisberto Porfírio de Souza⁵⁴, que se encarrega de desbaratar resistências locais ao reingresso dos castilhistas no governo sul-rio-grandense. Em 9 de julho seguinte, os demais membros da Junta Municipal, que haviam sido destituídos em novembro de 1892, foram reempossados em seus cargos.

Além de debelar republicanos dissidentes e federalistas, coronel Porfírio e seus aliados conduziram o processo eleitoral para a constituição do primeiro Conselho

⁵⁴ Jornal *A Federação*, 29/06/1892, ano IX, número 145, p. 1. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/388653/7569>. Acesso em 24 jun. 2019.

Municipal republicano.⁵⁵ Realizado o pleito, a posse dos conselheiros municipais ocorreu em 16 de agosto de 1892, sendo estes: Guilherme Schuler, Felipe Kerber, Carlos Klinger de Oliveira, Pedro Weisheimer, João Dihl, Matias José Lutz e Pedro Franzen. Os suplentes que assumiram posteriormente foram os coronéis Frederico Daudt (pai de José Pedro, o mencionado sócio de Souza e Moraes em empreendimento comercial), Adão Luís Kauer (considerado braço direito do coronal José Álvaro) e Tristão Manuel da Mota. Imediatamente após assumirem, o Conselho Municipal apresenta uma moção ao coronel Felisberto Porfírio de Souza, solicitando que o mesmo permaneça à testa do Executivo local, como intendente.⁵⁶ Souza permanece interinamente no cargo, tendo em vista que em 27 de agosto do mesmo ano, Vitorino Monteiro nomeia um novo intendente para Montenegro, recaindo a escolha sobre o tenente-coronel Antônio Pires da Cruz, que tomou posse em 5 de setembro de 1892.

Embora afastado do governo, coronel Porfírio continuou com a chefia do PRR Montenegrinho, sendo homem de confiança de Júlio de Castilhos. Entrementes, a influência política de Souza ajudou a alavancar o reconhecimento para com seu sócio e genro, José Álvaro Pereira de Moraes, que passara a ter uma carreira partidária ascendente. Outros nomes locais, imbricados com a rede política montenegrina, capitaneada por Souza e Moraes, ganharam destaque em um cenário mais amplo. Foi o caso de Albano Coelho de Souza, já mencionado anteriormente.

Nascido em Porto Alegre em 30 de outubro de 1860, era filho de Carlos Coelho de Souza e Delfina Rosaldo Coelho de Souza. Adveio de uma família ligada com a área de Direito e funcionalismo público estadual. Carlos era irmão de João Coelho de Souza, este, por sua vez, casado com Lélia Berlick. Do matrimônio de João e Lélia nasceu Paulino Berlick Coelho de Souza, em 13 de abril de 1872.

Paulino formou-se em Direito, atuando em Montenegro, posteriormente nomeado promotor público da Comarca de Caí, juiz distrital em São Leopoldo e juiz de Comarca em Taquara (1900 a 1915). Retornou como juiz distrital em Montenegro no período entre 1915 e 1921. Foi desembargador do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul, ocupando esse cargo em 1928. Foi filiado ao PRR até o ano de 1932. Faleceu em Porto Alegre a 8 de julho de 1934, aos 62 anos de idade. Casou-se duas vezes: a primeira, com Ana Eulália

⁵⁵ Essa denominação vigorou entre 1892 e 1930, durante a chamada Primeira República. Com a Constituição Federal de 1934, foi retomada a nomenclatura de Câmara de Vereadores, a mesma utilizada nas vilas e municípios durante o Império.

⁵⁶ Livro de Atas do Conselho Municipal de Montenegro (anos de 1892 a 1894), p. 1-2.

Barreto Pereira, união onde nasceram José Pereira Coelho de Souza e Lúmina Pereira de Souza. O segundo enlace foi com Antonieta Gomes, com quem teve os filhos Antônio, Filotéia e Tereza Gomes Coelho de Souza. Dos cinco filhos de Paulino, o mais conhecido é José Pereira Coelho de Souza, importante agente político sul-rio-grandense durante o período do Estado Novo (1937-1945), de quem retomaremos detalhes mais adiante. Aqui destaco que, durante o período estadonovista, ocorreram aproximações entre Coelho de Souza e Carlos de Souza Moraes, especialmente no tocante à nacionalização e políticas restritivas para com imigrantes e descendentes.

Primo de Paulino, Albano Coelho de Souza, transferiu residência ainda jovem para Montenegro. Lá teve seu enlace matrimonial com Idalina Brochier (filha de Augusto Brochier, um dos fundadores da cidade que hoje denomina-se Brochier). As terras da família Brochier divisavam com as da família Pereira de Moraes, da qual descendia o coronel José Álvaro. Foram quinze os filhos nascidos deste casamento: Coriolano, Carlos Augusto, Leônidas, Licurgo, Sólon, Djalma, Herculano, Alda, Áurea, Albano, Diva, Alba, Corinta, Jaci e Judith. Com o falecimento de Idalina, Albano teve como segunda esposa Adelina Jonson. O filho mais velho de Albano, Coriolano Coelho de Souza, se casou com Antônia Machado da Rosa. Antônia, por sua vez, foi tia de Cilon (ex-interventor federal no Rio Grande do Sul entre 1946 e 1947) e Jacinto Marinho Fernandes da Rosa (prefeito de Montenegro entre 1944 e 1945, novamente em 1946, além de deputado estadual por duas legislaturas). Jacinto se casou com uma das filhas de Albano, chamada Diva Coelho de Souza. A família de Albano também se vinculou com outra tradicional família montenegrina: os Lampert. Alba Coelho de Souza se casou com Carlos Lourival Lampert, filho de Frederico Gabriel Lampert, vice-intendente e intendente provisório de Montenegro durante os governos do coronel Moraes (1900 – 1908).

Albano foi promotor público em Montenegro e, como anteriormente mencionado, um dos líderes republicanos locais, inclusive integrando seu diretório. Colaborou na construção da estrada de ferro entre Montenegro e Caxias do Sul (inaugurada em 1910). Integrou a Guarda Nacional montenegrina (chegando ao posto de tenente-coronel) e o Tiro de Guerra instalado na cidade. Conforme pesquisa realizada no acervo pessoal de José Álvaro Pereira de Moraes,⁵⁷ salvaguardado no Instituto Histórico e Geográfico do

⁵⁷ O Acervo José Álvaro Pereira de Moraes abarca documentação datada de 1895 a 1919, abarcando três séries documentais, acondicionadas em cinco pastas. Acredito que a doação deste acervo ao Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul tenha sido feita por Carlos de Souza Moraes, tendo em vista o contato que o mesmo tinha com a instituição e seus sócios, além de ter integrado a mesma, tomando posse em novembro de 1973.

Rio Grande do Sul (IHGRGS), verifiquei que havia uma proximidade grande entre Moraes e Albano.

No final do século XIX, José Álvaro já exercia liderança política regional, abarcando uma área que abrangia para além de Montenegro, alcançando regiões como Lagoa Vermelha e Caxias do Sul. Quando da emancipação da Colônia de Alfredo Chaves, então integrante do território lagoense, e sua elevação à categoria de município, em 1898, o primeiro intendente nomeado foi Albano Coelho de Souza. Escolhido por Júlio de Castilhos e Borges de Medeiros (que já ocupava a presidência do estado, enquanto Castilhos mantinha o poder unipessoal sobre o PRR), houve petições de Moraes junto aos mandatários sul-rio-grandenses para que a nomeação recaísse sobre o Albano. O primeiro governo de Alfredo Chaves perdurou por um ano e oito meses, pois o tenente-coronel pediu exoneração do cargo em 05 de setembro de 1899.

Albano Coelho de Souza foi nomeado novamente intendente de Alfredo Chaves, governando até meados de 1904, quando outra vez resigna do cargo. Conforme Sérgio da Costa Franco (2002, p. 135-136), Albano buscou sua indicação para outros cargos junto a Borges de Medeiros, porém não obteve êxitos maiores em suas tentativas (embora ainda tenha atuado na construção do ramal ferroviário Montenegro-Caxias do Sul). Talvez as duas renúncias solicitadas pelo tenente-coronel tenham desagradado o presidente estadual e agora chefe do PRR (ao assumir esta função após a morte de Castilhos, em 1903, embora sem divergências dentro do mesmo).⁵⁸ Não pela desistência em si, mas pelas consequências político-partidárias para a localidade, gerando um período de instabilidade. Para substituir Coelho de Souza no cargo de intendente, Borges de Medeiros nomeou o engenheiro João Leivas de Carvalho, funcionário público estadual. Ainda conforme Franco,

[...] na mesma noite de sua posse como vice-intendente substituto, incendiou-se o prédio da Intendência, com fortes indícios de incêndio proposital... E embora eleito intendente municipal para o quadriênio de 1906-10, já em 1907 afastou-se do cargo (FRANCO, 2002, p. 136).

⁵⁸ Segundo o historiador Gunter Axt (2012, p. 42): “Porém, ao contrário do sugerido por Leal como tendência natural do sistema, após a morte de Castilhos, o oficialismo estadual entrou em rota de colisão com as correntes dominantes em muitos municípios, contribuindo no fomento a um clima de irritação. Castilhos levava para a sepultura o vínculo de solidariedade que articulava as lideranças, nos municípios, no estado e na Nação. Fernando Abbott, Cassiano do Nascimento e Pinheiro Machado disputaram a chefia com Borges de Medeiros. Enquanto o primeiro partiu para o embate em 1907, os dois outros entraram em acordo, cuidando doravante de dirigir a inserção da política estadual no âmbito nacional. Borges preferiu confrontar muitas das situações nos municípios, tentando fabricar correntes leais à sua rede de reciprocidade”.

Acredito que aqui houve um equívoco de Sergio Costa Franco, quanto ao período do quadriênio. Creio que o mesmo deveria iniciar em 1904, sendo concluído em 1908. Doravante esse detalhe, chamo a atenção para a atuação de José Álvaro Pereira de Moraes diante da crise que se estabelecia em Alfredo Chaves – e conforme levantamento, em outras cidades da região serrana, como será exposto.

Em junho de 1907, o coronel José Álvaro, que havia solicitado afastamento temporário do cargo de intendente de Montenegro,⁵⁹ a fim de tratar de assuntos de interesses partidários em outras cidades do nordeste sul-rio-grandense, concentrando-se, naquele momento, nas questões que ocorriam em Alfredo Chaves.⁶⁰ Com a desistência e renúncia do engenheiro Carvalho do posto de chefe do Executivo municipal, assumiu o cargo o vice-intendente, capitão Pellegrino Guzzo.

Entrementes, a posse de Guzzo não garantia a continuidade do mesmo à testa da comunidade de Alfredo Chaves. E justamente nesse ponto residia o conflito que perdurava no município. Desde sua criação, em 1898, Alfredo Chaves teve como intendentes agentes políticos nomeados pelo governo estadual. Estes, por seu turno, eram forasteiros naquela comunidade – prática comum ensejada por Borges de Medeiros, conforme Loiva Félix (1987), nas nomeações para as intendências municipais, visando com isso impedir o fortalecimento de lideranças locais e garantir o poder do governo estadual centralizado. Albano Coelho de Souza, Alfredo Lima e João Leivas de Carvalho eram funcionários do Estado, sem vinculações com a região. Essas ações passaram a desagradar lideranças e a população local. Em 1907, após três intendentes solicitarem afastamento, houve uma pressão maior por parte da população para a indicação de alguém oriundo daquela região.

A missão do coronel Moraes, enquanto subchefe de Polícia da região, era apaziguar os ânimos e buscar um acordo para aquela situação, visando garantir a posse de um intendente em consonância com os interesses de Borges de Medeiros. Entretanto, José Álvaro repassa ao chefe do PRR que, diante da crise, a solução mais prudente era nomear realmente alguém de “sobrenome italiano e proveniente daquela comunidade”.

⁵⁹ Livro de Atas do Conselho Municipal de Montenegro (anos de 1905 a 1908), p. 48. Conforme os registros, a autorização para o afastamento ocorreu em 25 de abril de 1907, com o prazo solicitado de três meses. Este afastamento não cancelava o recebimento de proventos por parte de Moraes, provenientes de seu cargo de intendente municipal.

⁶⁰ Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul (IHGRGS) – Acervo José Álvaro Pereira de Moraes (JPM) – Séries 40 a 59 – Pasta 3 – Documento AP-49.

Sem outras alternativa, Borges acaba por abrandar sua política intervencionista, acatando um nome local para a intendência. Conforme Márcio Biavaschi,

Com a finalidade de apaziguar os ânimos no seio do PRR no município de Alfredo Chaves (atual Veranópolis), Borges força-se a nomear um italiano para o posto intencional, Pellegrino Guzzo, de modo que sua atitude é bem recebida até mesmo por federalistas na região, a comprovar que um elemento de origem italiana era mais bem recebido na comunidade do que um coronel burocrata que não possuía uma forte base de apoio na região colonial italiana (BIAVASCHI, 2009, p. 9).

Os conflitos político-partidários da região serrana permearam o ano de 1907. Antes de agir em missão arbitrária em Alfredo Chaves, José Álvaro teve que mediar questões graves que ocorriam em Caxias do Sul.⁶¹ Em maio daquele ano, o intendente caxiense Serafim Terra, no poder desde 1904, solicita licença do cargo. Assume, em seu lugar, Vicente Rovea, vice-intendente. Líder comercial – considerado o mais rico da cidade – e um dos fundadores da Associação Comercial, Rovea possuía um histórico de rebeldia para com ações do PRR e governo estadual na região.

Em 1891, pouco mais de um ano após Caxias do Sul ser elevada à categoria de município, a Junta de Governo local foi deposta por revoltosos, liderados por Affonso Amabile e o delegado Francisco Januário Salerno. O conflito ficou conhecido como *Revolta dos Colonos*. Em 14 de dezembro daquele ano, ocorrera a pacificação da querela, com a nomeação de um novo conselho, integrando ao mesmo dois líderes revoltosos: Domingos Maineri e Luiz Pieruccini. A medida visando pacificar os ânimos não surtiu os efeitos desejados. Em 25 de junho de 1892 – oito dias após o grupo castilhistas retomar o poder estadual –, uma segunda revolta eclode, depondo o Conselho Municipal. Uma Junta Revolucionária de Governo toma o poder, composta por Domingos Maineri, Luiz Pieruccini e Vicente Rovea, novamente com apoio do delegado Francisco Salerno. Em 5 de julho, o presidente estadual Vitorino Monteiro nomeia Antônio Xavier da Luz como intendente caxiense, visando dar fim ao conflito. Momentaneamente, os ânimos políticos são serenados na localidade.

Desde a *Revolta dos Colonos*, Rovea passou a exercer importante liderança local, principalmente entre os comerciantes, sendo um dos mais obstinados defensores do

⁶¹ Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul (IHGRGS) – Acervo José Álvaro Pereira de Moraes (JPM) – Séries 20 a 39 – Pasta 2 – Documentos AP-38 e AP-39.

interesse desta classe, inclusive angariando atritos com autoridades municipais e estaduais. Ao assumir a intendência em maio de 1907, Borges de Medeiros vê com relutância a permanência de Rovea no poder, dado seu temperamento afrontoso. Além disso, ocorre uma cisão do diretório local do PRR, com a formação do grupo pró-Rovea e a articulação de uma dissidência. O intendente provisório conta com o apoio da Associação dos Comerciantes, cujos integrantes detêm o poder econômico do município.

José Álvaro busca mediar a cisão interna do diretório caxiense, buscando para auxiliá-lo no intento o coronel Avelino Paim, chefe político de Vacaria. Após insistentes argumentações e obtenção de promessas junto ao governo estadual, o diretório estabelece um acordo de pacificação interna. Mas seria por pouco tempo.

Em 1906 o coronel Moraes também precisou mediar querelas partidárias, desta vez em Lagoa Vermelha. O PRR lagoense havia cindido em dois grupos: os partidários do intendente e chefe local, coronel Heleodoro de Moraes Branco, e o grupo que lhe fazia oposição, tendo em vista o mesmo estar no poder municipal desde 1892. Buscando um acordo, José Álvaro assumiu provisoriamente a direção partidária na localidade.⁶² No caso de Lagoa Vermelha, a balança política pende para o grupo do coronel Heleodoro, que se reelegera intendente em 1908, permanecendo no cargo até 1912, completando vinte anos como chefe do Executivo daquele município.

Mas uma trajetória política não é feita apenas de resultados positivos. Também ocorrem momentos de retrocesso e insucessos. Duas situações ocorreram com o coronel Moraes, uma em 1906, envolvendo indicação para cargo público, e outra em 1907, relacionada com pleito eleitoral.

O primeiro caso envolve a construção da linha férrea entre Montenegro e Caxias do Sul. Em correspondência de Moraes a Borges de Medeiros, ele indica um nome para assumir o cargo de inspetor telegráfico, abarcando a região compreendida entre Montenegro e Alfredo Chaves.⁶³ A indicação de José Álvaro recai sobre seu amigo Albano Coelho de Souza. Embora já envolvido com a construção da ferrovia, assumir uma função de maior importância ajudaria o tenente-coronel Albano em sua promoção social. Porém, Borges de Medeiros retorna a correspondência, informando que o cargo fora preenchido, por nome de “sua estrita confiança”. O argumento do presidente estadual

⁶² Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul (IHGRGS) – Acervo José Álvaro Pereira de Moraes (JPM) – Séries 01 a 19 – Pasta 2 – Documento AP-28.

⁶³ Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul (IHGRGS) – Acervo José Álvaro Pereira de Moraes (JPM) – Séries 1 a 19 – Pasta 2 – Documento AP-30.

leva a crer que, mesmo o pedido tendo partido de alguém pelo qual nutre apreço, a renúncia de Albano Coelho de Souza ao cargo de intendente de Alfredo Chaves, ocorrido dois anos antes, ainda não foi devidamente perdoada por Borges.

Em 1907, Borges de Medeiros, por conta dos dispositivos legais da Constituição Estadual de 1891, estava proibido de tentar nova eleição para a presidência do estado, buscando um terceiro mandato consecutivo – a lei permitia apenas dois mandatos. Para sucedê-lo, indicou o nome do médico jaguarense Carlos Barbosa Gonçalves. Como candidato de oposição, lançou-se o nome de Fernando Abbott, republicano dissidente, que rompeu com Borges no ano anterior. Abbott contou com o apoio de outros dissidentes, de Assis Brasil, então distante das questões político-partidárias sul-rio-grandenses, além de membros da oposição federalista. Uma intensa campanha ocorrera no estado. Por parte dos republicanos, um grupo de jovens, em sua maioria alunos da Faculdade de Direito de Porto Alegre, fundaram o *Bloco Acadêmico Castilhistas*, fomentando a campanha de Carlos Barbosa, a fidelidade ao PRR e ao legado de Júlio de Castilhos, assim como obediência ao chefe Borges de Medeiros. Também conhecida pela alcunha de *Geração de 1907*, contava com nomes como João Neves da Fontoura, Maurício Cardoso, Firmino Paim Filho, Odon Cavalcanti Carneiro Monteiro e Getúlio Vargas. A oposição também se articulou, tendo o candidato Fernando Abbott visitado diversas cidades.

Realizado o pleito, as urnas deram a vitória para Carlos Barbosa Gonçalves, que assumiu o governo em janeiro de 1908, para o quinquênio 1908-1913. Contudo, alguns fatos ocorridos durante as votações desagradaram Borges de Medeiros. Conforme os estudos de René Gertz (2001, p. 963-964), o candidato de oposição recebeu expressiva votação nas áreas de colonização, especialmente alemã. Montenegro estava inserida neste contexto.⁶⁴

Borges de Medeiros encaminhou correspondência para o intendente José Álvaro, datada de 29 de novembro de 1907, cobrando o chefe republicano local pela “falta de maior empenho no alistamento eleitoral e na campanha de convencimento dos eleitores locais”.⁶⁵ O coronel Moraes dá retorno ao chefe republicano, informando que, “diante do ocorrido, não encontra outra alternativa mais honrosa do que renunciar ao cargo de

⁶⁴ Conforme Gertz (2001, p. 964), Fernando Abbott obteve 47,5% dos votos em Montenegro.

⁶⁵ Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul (IHGRGS) – Acervo José Álvaro Pereira de Moraes (JPM) – Séries 20 a 39 – Pasta 2 – Documento AP-66.

intendente de Montenegro e chefe político local”.⁶⁶ Mesmo descontente com o resultado e, consequentemente, com o empenho do intendente e do diretório republicano montenegrino, Borges aconselha que José Álvaro não renuncie, tendo em vista a crise partidária que isso poderia ocasionar. Moraes detinha influência sobre grande parte dos republicanos de Montenegro e região. E uma desavença de Borges de Medeiros com essa liderança poderia fomentar, inclusive, uma dissidência partidária regional. E, para aquele momento, já havia um movimento político – a candidatura oposicionista de Fernando Abbott – que, embora não tenha modificado significativamente os resultados eleitorais, acentuava as dificuldade de manter o controle pleno das lideranças municipais e regionais.

Embora com certo desgaste por conta dos problemas ocorridos nas eleições de novembro de 1907, coronel José Álvaro ainda recebera novas incumbências partidárias no ano seguinte. Borges sabia das qualidades de Moraes e que, diante de algumas desconfianças recaídas sobre Carlos Barbosa Gonçalves, era necessário contar com republicanos de confiança para garantir a sustentação do novo presidente estadual e a hegemonia do PRR sem maiores percalços.

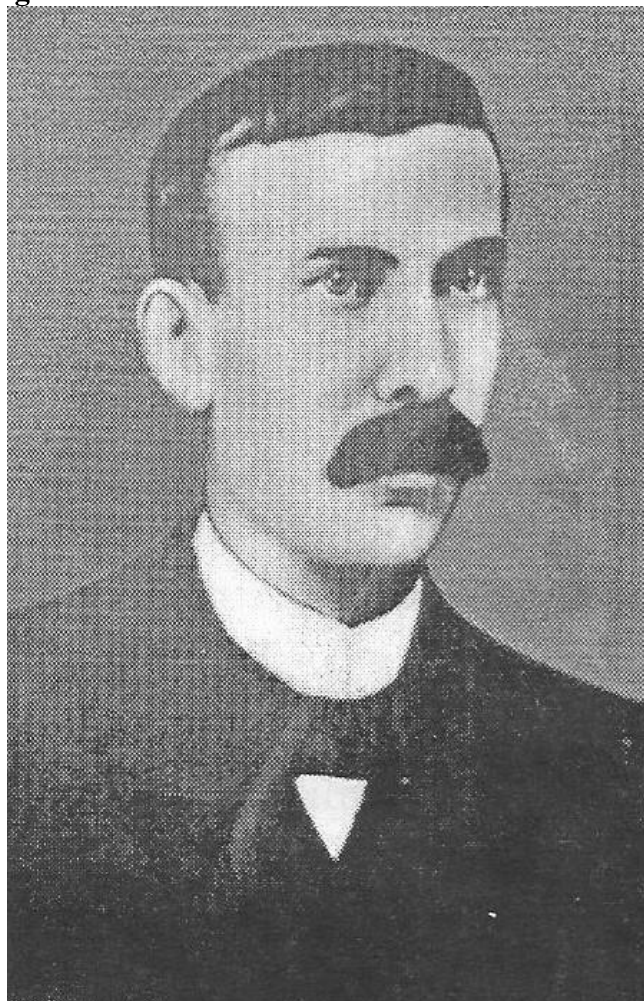
Em março de 1908, nova licença foi concedida por parte do Conselho Municipal de Montenegro, desta vez por tempo indeterminado, a fim de cumprir “determinações políticas advindas do chefe republicano estadual”.⁶⁷ No mesmo ano, ocorreram eleições intencenciais. José Álvaro Pereira de Moraes não tentou sua reeleição. Fato semelhante, segundo Gertz (2001, p. 975), ocorreu nas cidades de colonização imigrante onde Abbott fora bem votado, como Estrela, Lajeado e Caxias do Sul. Consequências da prática política de Borges de Medeiros, de mexer as peças do tabuleiro conforme a atuação das lideranças partidárias locais. O PRR montenegrino indicou como candidato Amândio Fidêncio Lampert, que durante dois quatriênio administrou a cidade, até 1916.

Ao deixar a intendência de Montenegro, Moraes continuou exercendo liderança partidária, assim como permaneceu como subchefe de Polícia da 1ª Região do Estado. Com a extinção das subchefias de Polícia, promovidas pelo governo do estado em 1914, Moraes foi destituído do cargo. Entretanto, foi nomeado funcionário público, ocupando a função de oficial do Registro Eleitoral do Estado, em Porto Alegre, exercendo o mesmo até 1920, aproximadamente.

⁶⁶ Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul (IHGRGS) – Acervo José Álvaro Pereira de Moraes (JPM) – Séries 20 a 39 – Pasta 2 – Documento AP-67.

⁶⁷ Livro de Atas do Conselho Municipal de Montenegro (anos de 1905 a 1908), p. 83-86.

Figura 3 – Coronel José Álvaro Pereira de Moraes



Fonte: Biblioteca Pública Municipal Hélio Alves de Oliveira – Montenegro
Disponível em: <http://bibliotecapublicademontenegro.blogspot.com/2018/01/personagem-da-rua-coronel-alvaro-de.html>. Acesso em: 5 ago. 2019.

Sobre aspectos mais pessoais do coronel Felisberto Porfírio de Souza, este nascera em 22 de maio de 1844, em Porto Alegre. Ficando órfão, mudou-se para Montenegro em 1858, residindo com Porfírio das Chagas Cidades. Tornou-se adepto de ideias republicanas e abolicionistas, impulsionando pela influência de seu tutor.

Contraiu núpcias com Rita de Souza, da qual ficou viúvo, não tendo filhos deste enlace. O segundo casamento foi com Isabel Ramos, tendo o casal dois filhos: Leovegildo (que foi escrivão do cartório de Montenegro e conselheiro municipal pelo PRR, inclusive presidindo o Legislativo local) e Jacinta Ramos de Souza (esposa do coronel José Álvaro de Pereira de Moraes).

Comerciante e proprietários de terras, seus negócios abrangiam o vale do rio Caí, região serrana e também Porto Alegre. Mesmo com a liderança republicana em

Montenegro passando para seu genro, José Álvaro, continuou exercendo influência até 1919, quando de seu falecimento, no dia 10 de agosto.

José Álvaro Pereira de Moraes nasceu na Fazenda Maratá, em 28 de maio de 1868. Estudara em Porto Alegre, passando a residir, posteriormente, em Montenegro. Além das atividades políticas, era administrador de negócios comerciais e de terras, sendo associado de seu sogro, coronel Souza, conforme abordei anteriormente.

Casou-se com Jacinta Ramos de Souza, tendo este enlace gerado dez filhos: Júlio, José, Rosinha, Manoel, Ermelina, Jorge, Carlos, Álvaro, Dulce e Jacintho. Alguns de seus filhos também seguiram trajetória política, como foi o caso de Manoel, Jorge e Carlos de Souza Moraes.

Trabalhando como oficial eleitoral em Porto Alegre, ficou bastante doente, retornando para Montenegro, nos idos de 1920. Faleceu naquela cidade em 10 de janeiro de 1921. Alguns anos após a morte de Álvaro de Moraes, seu filho Carlos transfere sua residência para Porto Alegre, a fim de realizar seus estudos preparatórios visando ingresso na Faculdade de Direito da capital sul-rio-grandense. Fato esse que se concretizou no ano de 1930.

2.3 CARTOGRAFIA DE UMA TRAJETÓRIA EM SEUS PRIMEIROS PASSOS: O ACADÊMICO, O JUIZ E O BACHAREL

Em uma das pastas do acervo pessoal de Carlos de Souza Moraes, encontrei um papel amarelado⁶⁸ – marcado com a ferrugem de um clipe e manchas de algumas décadas que passaram –, cuja leitura indica ser uma correspondência que seria encaminhada para alguma comissão estadual, não mencionada. Em síntese, Moraes requeria, naquele documento, sua nomeação para juiz distrital ou cargo semelhante, em alguma cidade do Rio Grande do Sul.

Porém, no canto esquerdo desta folha, com escrita feita a lápis e de próprio punho pelo signatário, encontrei uma informação que considero importante – e que aponta para algumas questões políticas posteriores. Nas breves linhas, Carlos de Souza Moraes anota a seguinte lembrança: “Desisti de pleitear meu retorno ao cargo, para continuar na

⁶⁸ Museu Histórico Visconde de São Leopoldo (MHVSL) – Coleção Carlos de Souza Moraes – Pasta 82 – Manuscrito de Carlos de Souza Moraes (esboço de correspondência – ano de 1933).

advocacia exclusivamente à margem de função pública, enquanto governar Flores da Cunha”.

O tom adotado por Moraes em sua nota indica um distanciamento – e certa mágoa – para com o então interventor federal no estado, general José Antônio Flores da Cunha. Aparentemente, o principal motivo para esta ruptura é a demissão de Carlos de Souza Moraes da função de juiz distrital no município de Herval, através de ato assinado por Flores em 5 de outubro de 1933. Sendo que, pouco mais de dois anos antes, o mesmo Flores da Cunha, por maio do ato número 24, de 7 de janeiro de 1931, publicava a nomeação do jovem acadêmico de Direito para o juizado distrital hervalense.⁶⁹

A interventoria federal sul-rio-grandense foi assumida por Flores da Cunha em 28 de novembro de 1930. Pouco mais de um mês após iniciar seu governo, Flores nomeia um jovem de apenas 22 anos para atuar na Comarca de Jaguarão, destacando-o para a cidade de Herval. Quando de sua nomeação, Carlos de Souza Moraes ainda tinha pela frente mais dois anos de graduação no curso de Direito da Faculdade Livre de Direito de Porto Alegre. Embora ainda jovem e passando a residir em uma localidade distante de Montenegro, onde residia sua família, ou Porto Alegre, onde realizava seus estudos, Moraes logo demonstrou o interesse de inserção social e política na comunidade hervalense – e até mesmo regional.

Reportagem do jornal *A Federação*, datada de 19 de fevereiro de 1931,⁷⁰ destacava que Carlos de Souza Moraes foi orador em uma atividade pública realizada no município, onde uma das principais ruas locais, até então denominada de 7 de Setembro, foi rebatizada como Oswaldo Aranha, homenageando um dos líderes do movimento de 1930 – e que naquele momento ocupava o cargo de ministro da Justiça do governo provisório de Getúlio Vargas. Além de Moraes, o outro orador principal da cerimônia foi Antônio Vieira de Almeida Peres, que já exercia a advocacia e, dentre os cargos que ocupou, estava o de promotor público em Santa Vitória do Palmar. Integrou, entre 1929 e 1930, o Comitê Liberal da Mocidade Jaguareense, que apoiou a candidatura de Getúlio Vargas ao cargo de presidente do Brasil, sendo o orador oficial da entidade.⁷¹ Almeida Peres era filho do influente comerciante e vice-cônsul de Portugal em Pelotas, Joaquim

⁶⁹ *A Federação*, 7/01/1931, ano XLVIII, número 6, p. 5. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/388653/68306>, acesso em 20/01/2019.

⁷⁰ *A Federação*, 19/02/1931, ano XLVIII, número 42, p. 2. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/388653/68551>, acesso em 30/09/2019.

⁷¹ *A Federação*, 17/10/1929, ano XLVI, número 242, p. 3. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/388653/67680>, acesso em 30/09/2019.

Eleutherio de Almeida Peres, e de sua esposa Maria Pacífica Vieira Peres. Em pouco tempo, o jovem juiz Carlos de Souza Moraes ganhou proximidade com nomes destacados da região, além de estabelecer uma atuação para além da magistratura, mas galgando espaços no campo da política – na qual sua família esteve vinculada desde a segunda metade do século XIX.

Com a morte do coronel José Álvaro Pereira de Moraes, em 1921, a verve política da família – e a formação de redes sociais – não foi extinta. Alguns de seus filhos ocuparam cargos públicos e exerceram influência em setores da sociedade, não restringindo-se apenas ao núcleo de Montenegro. Em 1924, ano de eleições municipais na maior parte das cidades do Rio Grande do Sul, encontramos Manoel e Júlio de Souza Moraes, irmãos de Carlos, atuando ativamente junto ao diretório montenegrino do PRR. Entre 1920 e 1924, a intendência municipal foi conduzida por Afonso Aurélio Porto, funcionário público e escritor que, de 1910 até 1917, governara o município de Garibaldi, por indicação de Borges de Medeiros. Assim como ocorreu naquele município serrano, Aurélio Porto também era um político forasteiro aos meandros montenegrinos. A ordem que lançou seu nome como candidato republicano ao posto de chefe do Executivo local foi uma nova imposição de Borges.

Nascido em Cachoeira do Sul, em 25 de janeiro de 1879, Aurélio Porto era filho de Júlio Gomes Porto e Aurélia Guedes da Luz. Júlio era irmão de Luiza Mariana Porto, esposa de Marcos Gonçalves da Fonseca Ruivo. Dentre os filhos do casal, destacam-se Gregório Porto da Fonseca, que dentre os postos públicos que ocupou, estava o de secretário da Presidência da República entre 1930 e 1934, e Theodomiro Porto da Fonseca, intendente e prefeito leopoldense entre 1928 e 1944 e deputado federal entre 1946 e 1950. Deste modo, Gregório e Theodomiro eram primos de Aurélio Porto.

Conforme René Gertz (2002), os quatro anos do mandato de Aurélio Porto foram marcados por controvérsias. Em grande parte essa situação se devia ao fato de Porto ser um agente político sem laços efetivos com as lideranças de Montenegro. Ao mesmo tempo, era crescente o descontentamento de alguns setores do PRR com as intervenções locais impostas por Borges de Medeiros, seja por conta da imposição de um nome externo para o governo, seja por polarizações fomentadas dentro dos próprios diretórios republicanos. Em minha dissertação de mestrado – posteriormente publicada em formato de livro –, demonstrei como essa política intervencionista de Borges gerou cisões proeminentes, como a que ocorreu em São Leopoldo no ano de 1920, com o lançamento

de candidatos dissidentes unidos aos opositores federalistas.⁷² Com a mudança na Constituição Estadual, determinando o fim da possibilidade de reeleição direta do presidente do estado e dos intendentess municipais, o ano de 1924 foi marcado pela reorganização dos bastidores locais, embora ainda sob supervisão de Borges.

Os republicanos de Montenegro, se articularam em torno do ex-intendente Amândio Lampert, indicando-o como candidato ao pleito vindouro. Seu nome foi aceito pelos partidários em convenção ocorrida em maio de 1924, presidida pelo próprio Amândio e por Aurélio Porto, contando com a presença do deputado Lindolfo Collor, representando Borges de Medeiros. Contudo, por exercer o cargo público de notário, o nome de Lampert foi considerado impedido de elegibilidade. Diante deste ocorrido, o coronel Lampert, chefe republicano local, indicou o médico Maximiliano Schmitz para a intendência e do major Pedro Keller como vice.

Maximiliano Schmitz nasceu em Curitiba no ano de 1889. Depois de estudar no Ginásio Nossa Senhora da Conceição, mantido pelos jesuítas em São Leopoldo, ingressou na Faculdade de Medicina de Porto Alegre, bacharelando-se em 1913. No mesmo ano transferiu residência para Montenegro, onde passou a clinicar. Pouco tempo depois, ingressaria na vida política local, nas fileiras republicanas, inclusive participando da Comissão Executiva municipal. E, quando de sua indicação para o cargo de intendente, era próximo do chefe do PRR montenegrino, coronel Amândio Lampert – que desde a morte de José Álvaro de Moraes tomou para si o encargo da liderança partidária.

O jornal *A Federação*⁷³ traz uma listagem dos participantes da segunda convenção municipal, ocorrida em 16 de maio. De nomes já mencionados anteriormente, no segundo capítulo deste trabalho, vinculados com a segunda geração do PRR em Montenegro, estão Jacob Lampert, José Pedro Daudt e Leovegildo Ramos de Souza (cunhado do falecido coronel Álvaro). Mas cabe destacar que, naquele momento, ingressava na vida partidária um jovem grupo, herdeiros de famílias tradicionais. Ressaltam-se os nomes de Coriolano⁷⁴ e Leônidas Coelho de Souza⁷⁵ (filhos de Albano Coelho de Souza, amigo

⁷² Maiores informações estão detalhadas no segundo capítulo de minha dissertação, assim como em sua versão em livro, no formato ebook.

⁷³ *A Federação*, 27/05/1924, ano XLI, número 122, p. 2. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/388653/53493>, acesso em 12/10/2019.

⁷⁴ Nascido em Brochier no ano de 1887, foi major da Guarda Nacional em Montenegro, subintendente, subdelegado de Polícia, escrivão e coletor estadual. Republicano, comandou um esquadrão de soldados no território montenegrino durante a Guerra Civil de 1923. Casou-se com Antônia Machado Rosa, tia de Jacinto e Cilon Rosa. Faleceu em 1940.

⁷⁵ Engenheiro Agrônomo, nasceu em Montenegro em 1889. Atuou na empresa familiar, responsável por obras em diversas localidades do Rio Grande do Sul. Em 1924, foi eleito conselheiro municipal de

peçoal de José Álvaro), Cilon Rosa (que foi secretário daquela reunião partidária) e Manoel e Júlio de Souza Moraes⁷⁶ (irmãos mais velhos de Carlos). Estes integravam a chamada Mocidade Republicana – mesmo grupo político em que, alguns anos mais tarde, Moraes participou em Herval.

Nascido em 3 de maio de 1903, Manoel de Souza Moraes – ou “Maneca”, como era conhecido – se casou com Edith Daudt de Azevedo, vinda de tradicionais famílias da região. Edith era filha de João Batista Pinto de Azevedo e Maria Luiza Daudt, irmã de José Pedro Daudt, antigo companheiro político e comercial do coronel José Álvaro Pereira de Moraes. Manoel foi gerente do Banco da Província em Montenegro durante vinte e cinco anos. Participou da vida social daquela municipalidade, integrando sociedades, clubes e entidades assistenciais, como o Rotary Club e Associação Comercial (das quais foi presidente), Clube do Comércio, Clube Riograndense e do Tiro de Guerra 87. Durante o período em que participou do Tiro, na década de 1920, era colega de seu irmão Júlio e de Cilon Rosa.⁷⁷ Como visto, a relação entre estes não se deteve apenas ao ambiente partidário, mas se coadunava em outros espaços da vida social.

Um ano após a convenção municipal e eleição de Maximiliano Schmitz, Manoel assumiu o posto de amanuense (escrevente/secretário) da Delegacia de Polícia de Montenegro, galgando posteriormente os cargos de juiz Municipal e de Paz. Enquanto isso, Júlio de Souza Moraes inicia sua trajetória como escrivão do cartório local em 1928, permanecendo na função até 1935. Posteriormente, se tornaria investigador e delegado de Polícia, atuando inclusive em São Leopoldo, nos anos 1950,⁷⁸ ganhando destaque ao comandar as investigações do *Caso Kliemann*, na década de 1960.⁷⁹

Montenegro pelo PRR, permanecendo no cargo até 1926, quando se mudou para a cidade catarinense de Caçador. Apoiou a Aliança Liberal e o golpe de Estado que conduziu Vargas ao poder em 1930. Foi prefeito de Joaçaba e Caçador (SC). Foi eleito deputado para a Assembleia Legislativa de Santa Catarina em 1934, mas não assumiu o cargo. Retornando ao Rio Grande do Sul, trabalhou para as prefeituras de Erechim e Montenegro, nessa exercendo o cargo de Diretor de Obras Públicas, durante a Gestão de Carlos Corrêa da Silva (1940-1944). Foi nomeado prefeito dos municípios de Bom Jesus (1943-1945) e Marcelino Ramos (1945). Faleceu em Caxias do Sul, em 31 de janeiro de 1976.

⁷⁶ Sobre aspectos da trajetória de Júlio de Souza Moraes, não foi possível encontrar detalhes mais pormenorizados.

⁷⁷ *A Federação*, 12/12/1928, ano XLV, número 284, p. 10. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/388653/65441>, acesso em 12/10/2019.

⁷⁸ *Diário de Notícias*, 24/01/1954, ano I, número 137, p. 20. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/093726_03/3047, acesso em 29/04/2020.

⁷⁹ Resumidamente, o Caso Kliemann envolveu o deputado estadual Euclydes Nicolau Kliemann, eleito pelo PSD em 1958, acusado de matar a esposa, Margit Irene Mailaender, em 20 de junho de 1962 – dia em que completavam dezoito anos de matrimônio. Margit foi atacada com objeto pontiagudo, tendo o rosto desfigurado e o corpo jogado da escada. O crime ocorreu na residência do casal, na rua Barão de Santo Ângelo, em Porto Alegre. Kliemann foi quem encontrou o corpo da vítima. Embora as investigações descobrissem algumas evidências que apontavam para a inocência do deputado, o delegado Júlio de Souza

Júlio integrou a direção do Tiro de Guerra 87 em 1923, ano em que a presidência da entidade era exercida pelo seu tio Leovegildo Ramos de Souza. Era conselheiro fiscal, juntamente com Maximiliano Schmitz. Na tesouraria da entidade estava Ariovaldo Galvão dos Santos, sogro de Schmitz. Permaneceu na diretoria nos anos seguintes, onde os cargos eram ocupados por republicanos históricos e da nova geração, como os coronéis Amândio Lampert e Pedro Carvalho⁸⁰ (este, juiz em Montenegro quando da nomeação de Júlio para escrivão), Campos Netto (secretário da Intendência Municipal) e Cilon Rosa (conselheiro municipal entre 1924 e 1928).

Em 1928, a Mocidade Republicana de Montenegro, a qual pertenciam Manoel e Júlio, teve um papel importante na eleição municipal realizada. Se para o quadriênio anterior a escolha dos candidatos oficiais republicanos havia sido mais tranquila, as prévias do pleito daquele ano foram marcadas pelos atritos internos do diretório montenegrino. O duelo de forças entre os mandatários do partido gerou nova querela, com a difusão de um cisma local.

De um lado, o coronel Amândio Lampert tencionava retornar ao Executivo, por isso buscava impor seu nome como candidato do PRR. Entretanto, o intendente Schmitz tinha outros objetivos. Como, pela mudança na constituição estadual, não poderia tentar a reeleição, deu apoio ao nome de José Boll Filho para a chefia do município. Boll Filho se dedicava ao comércio e indústria, estando associado ao libertador Arthur Renner em sua empresa e à casa comercial José Norberto Boll & Cia, além da Cerâmica Aita, Boll & Cia.,⁸¹ todas Montenegro.

Diante do impasse gerado em torno do nome que seria escolhido como representante republicano, Borges de Medeiros, que ao deixar o governo estadual após quinze anos, se dedicava ao comando partidário, envia seu genro e homem de confiança,

Moraes indicava Euclides Kliemann como responsável pelo assassinato. Contudo, até hoje o crime permanece sem elucidação. Em 1963, reeleito deputado estadual, Kliemann é assassinado nos estúdios de um emissora de rádio de sua cidade natal, Santa Cruz do Sul, após uma discussão com o vereador local Floriano Peixoto Karan de Menezes (PTB). O fato ocorreu em 31 de agosto daquele ano, sendo transmitido ao vivo pela Rádio Santa Cruz. Karan foi julgado e absolvido no primeiro julgamento, tendo como advogado de defesa o deputado estadual Pedro Jorge Simon, também filiado ao PTB. Em segundo julgamento, foi condenado a seis anos e meio de prisão em regime fechado, mas permaneceu pouco tempo preso. Para maiores detalhes sobre o caso, queira ver: DE GRANDI, Celito. *Caso Kliemann: a história de uma tragédia*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC; Literalis, 2010.

⁸⁰ Exerceu o cargo de intendente de São Sebastião do Caí entre 1909 e 1912. Antes disso, foi intendente de Caçapava do Sul, sua terra natal. Funcionário da Secretaria de Estado do Interior, sua eleição em São Sebastião do Caí foi através de determinação imposta por Borges de Medeiros que, entre 1908 e 1913, afastado do governo estadual, dedicou-se ao comando unipessoal do Partido Republicano Rio-grandense.

⁸¹ Conforme menciona Campos Netto (1924, p. 179), a Olaria Aita, Brokmann & Cia Ltda era localizada no Porto Garibaldi, junto ao rio Caí, em Montenegro.

Sinval Saldanha, para tentar mediar a situação. Naquele momento, Schmitz e Lampert se mostravam irredutíveis em suas posições. Por outro lado, o pré-candidato Boll Filho, do grupo de Schmitz, abria mão de sua indicação. Os ânimos exaltados fizeram que Borges e Vargas determinassem que Oswaldo Aranha, então secretário do Interior, efetivasse, em uma visita a Montenegro, uma solução para o caso. E a solução, novamente, foi a adoção de uma medida impositiva, com intervenção direta dos dirigentes republicanos estaduais: a nomeação de um candidato externo ao partidarismo local. Desse modo, segundo Gertz (2002), ocorreu a efetivação da candidatura do engenheiro e professor universitário – na Faculdade de Engenharia de Porto Alegre - Egidio Hervé, conselheiro municipal na capital e funcionário da prefeitura porto-alegrense. Naquele cenário, Hervé rompera com o intendente Alberto Bins. Transferi-lo para Montenegro seria uma forma de Borges e Vargas reorganizar peças partidárias sem perder apoiadores. Ao menos entre aqueles que possuíam mais destaque na constelação republicana.

O bloco apoiador de Amândio Lampert, assim como o Partido Libertador, deram respaldo para a candidatura de Hervé. Como indicação republicana ao posto de vice-intendente, foi adotado o nome de Ludolfo Boehl. A oposição libertadora indicou para a mesma função Arthur Renner, como vimos, parceiro de José Boll Filho em um empreendimento industrial. Renner, antes de residir em Montenegro, fixara morada em Garibaldi, onde exerceu o cargo de conselheiro municipal entre 1912 e 1916, durante parte dos mandatos de Aurélio Porto como intendente municipal. Sua família já estava consolidada na região do Vale do Rio Caí: seu pai, Jacob, fixara-se em Montenegro, iniciando uma indústria de banhas, em 1894 – e que nas décadas seguintes se tornaria uma das empresas mais importantes do país, ao se transformar no Frigorífico Renner. Seus irmãos – Júlio, Antônio, Felipe, Alfredo e Henrique – também se dedicaram ao comércio e indústria, alguns obtendo reconhecimento nacional e internacional. Ao retornar para sua terra natal, Arthur Renner fundou o Moinho Montenegro, deixando sua direção para assumir funções no frigorífico da família.

Já o grupo de Maximiliano Schmitz não aceitou com tranquilidade a determinação do alto escalão partidário. A Mocidade Republicana manifestou de forma peremptória seu descontentamento, encaminhando uma missiva ao presidente Getúlio Vargas, questionando se não havia nenhum candidato com qualificações dentro de Montenegro, sendo necessário trazer alguém alheio aos mecanismos políticos, culturais e até mesmo religiosos do município, marcado pelo conservadorismo católico e pela presença evangélico-luterana, também mais fechada em elementos de costume.

Sobre os ombros de Egydio Hervé estavam algumas qualificações que desagradavam parte dos republicanos municipais – sobretudo os mais católicos. Do ponto de vista confessional, dois aspectos eram acentuados como “predicados indecorosos”: o fato de ser adepto da doutrina espírita e por atuar na maçonaria – chegando ao cargo de grão-mestre do Grande Oriente do Rio Grande do Sul na década de 1940.⁸² Somado com estes fatores confessionais, também circularam boatos de uma inclinação de Hervé para com “ideias socialistas”. Cabe destacar que, sete anos depois, Egydio escreveria uma obra chamada *Democracia-social e socialismo entre extremos: Integralismo e Comunismo*, onde fazia críticas aos dois modelos políticos. Mas a presença “socialista” em torno do engenheiro não era de toda inverossímil: sua filha Edith era militante e intelectual comunista, destacando-se nas décadas de 1930 e 1940.⁸³ Entre o eleitorado católico, a contrariedade ao nome de Hervé foi minimizado através de tratativas entre Getúlio Vargas e Dom João Becker, arcebispo de Porto Alegre, que “autorizou” os votos dos republicanos no candidato espírita e maçom. Mas, de qualquer forma, a adesão ao pleito eleitoral de 1928 foi baixa por parte dos montenegrinos aptos a votar.

Os irmãos Souza Moraes, atuantes na Mocidade Republicana, se coadunaram com a agenda política do intendente Schmitz, atuando de forma dissidente, empenhando-se na campanha contra o candidato oficial de seu partido. Um fato interessante é que, enquanto Júlio e Manoel atuavam em Montenegro, outro de seus irmãos, Álvaro, estudante em Porto Alegre, era membro da Mocidade Republicana da capital. Este grupo foi um dos principais disseminadores da campanha de Vargas ao cargo de mandatário máximo do país, entre 1929 e março de 1930 – quando das eleições que deram vitória aos candidatos oficiais apoiados por Washington Luís, Júlio Prestes e Vital Soares.

Passadas as eleições municipais, houve a tentativa de aplacar os ânimos, com a formação de uma nova direção política local, com a liderança de um triunvirato composto por Lampert, Schmitz e Hervé. Contudo, logo Hervé buscou impor sua vontade, sobretudo por exercer o comando administrativo da cidade.

Em 1930, em decorrência da renúncia de Hervé e da convocação de eleições para escola de novo intendente para concluir o mandato – previsto para término em 1932 –, Boll Filho apoiou o candidato do Partido Libertador, Carlos Gustavo Jahn – vencedor do

⁸² Exerceu mandato entre 1943 e 1948.

⁸³ Trabalhou na Revista do Globo, como jornalista, ao lado de nomes como Mário Quintana e Erico Veríssimo. Também atuou no jornal *Tribuna Gaúcha*, que circulou entre 1946 e 1958, ao lado de nomes como Dyonélio Machado, Lila Ripoll, Julieta Batistioli e Eunídia dos Santos. É mais conhecida pelo seu nome de casada, Edith Hervé de Souza. Nasceu em 1916, falecendo no ano de 1998, aos 82 anos de idade.

pleito. Para garantir a estabilidade eleitoral e a integridade do resultado das urnas, o então presidente estadual Getúlio Vargas determinou o envio de forças da Brigada Militar para Montenegro, disponibilizando-as para as deliberações do subchefe de Polícia da região, Odon Cavalcanti Carneiro Monteiro. A ligação econômica de Boll Filho com políticos libertadores ajuda a explicar também as razões de seu apoio para com o candidato do partido. Além do fato de, por conta da intervenção em 1928, seu nome ser dispensado como candidato republicano ao governo municipal. Somando-se a este contexto, também pesavam as medidas autoritárias tomadas por Hervé antes de capitular do cargo e sua tentativa de interferência posterior no diretório municipal.

Naquele momento, Vargas procurava evitar atritos com os libertadores, que haviam lhe dado apoio na campanha presidencial de 1929-1930, unindo-se ao PRR na Frente Única Gaúcha (FUG). Borges de Medeiros, já há algum tempo, interferia com menor vigor nas contendas municipais. Ao mesmo tempo, como reflexo da crise política local iniciada em 1928, quando da indicação de Egydio Hervé para intendente, o diretório montenegrino do partido se encontrava fragmentado, com membros apoiando candidatos da oposição. A crise chegou ao seu ápice quando Hervé, pouco tempo antes de renunciar, modificou a Lei Orgânica do município, reduzido o tempo de convocatória para novas eleições de sessenta para trinta dias.⁸⁴ Pretendia, com isso, que o vice-intendente, Arthur Renner, do Partido Libertador, ficasse o menor tempo possível no poder, evitando que pudesse articular uma candidatura que melindrasse a continuidade do PRR no governo. Não levando em consideração, inclusive, que o PL havia apoiado sua indicação dois anos antes. Cabe destacar que Arthur Renner assumiu a vice-intendência em 1929, após a invalidação da eleição do republicano Ludolfo Boehl, por não residir oficialmente em Montenegro na época das eleições – mas sim na cidade de São Sebastião do Caí, onde era conselheiro municipal.

Ao assumir interinamente o governo, Renner convocou eleições para 21 de outubro de 1930. Contudo, Egydio Hervé, ainda com a autoridade de chefe do diretório republicano montenegrino, conseguiu interferir junto ao Conselho Municipal, que antecipou o pleito para 2 de outubro. Parte dos republicanos de Montenegro se mostraram desgostosos com a interferência do ex-intendente, ainda considerado forasteiro, formando um bloco dissidente. Este bloco, por sua vez, optou pelo não lançamento de um candidato próprio, mas dar seu aval para o concorrente libertador, Carlos Gustavo Jahn,

⁸⁴ *Estado do Rio Grande*, 23/09/1930, ano I, número 284, p. 9. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/093203/4087>, acesso em 29 abr. 2020.

empresário do ramo de cervejaria e músico. E José Boll Filho, neste momento, se torna o principal propagandista da campanha libertadora, que saiu vitoriosa. Quatro anos depois, em outro momento político, José Boll Filho deixou o PRR e ingressou no PRL de Flores da Cunha, liderado em Montenegro pelo prefeito Jahn.⁸⁵

Quanto aos irmãos Souza Moraes, estes mantiveram a postura política demarcada em 1928, contrariando a indicação e liderança de Hervé. Manoel e Júlio fizeram parte do grupo republicano dissidente, unindo-se ao libertadores montenegrinos. Do ponto de vista partidário, foi possível averiguar que os irmãos continuaram filiados ao PRR, embora com trânsito facilitado entre os libertadores e, a partir de 1933, junto ao Partido Republicano Liberal. Isso garantiu, por exemplo, que Júlio atuasse junto ao cartório local até 1935, pelo menos. Manoel, por seu turno, foi ampliando seu capital social, integrando diferentes espaços de atuação, tanto na área filantrópica quanto econômica e educacional.

Não obstante, também laços econômicos e familiares ligavam os irmãos aos libertadores locais, especialmente os Renner. Manoel de Souza Moraes tinha uma porcentagem de ações no Frigorífico Renner, então dirigido por Júlio Renner, irmão de Arthur. Ao mesmo tempo, outro irmão de Manoel e Júlio, Álvaro de Souza Moraes, anteriormente mencionado, iniciava um compromisso com Emília Lorgus Renner, filha de Arthur Renner e Roeschen Lorgus. Em 1934, Álvaro e Emília contraíram matrimônio.⁸⁶ Assim, mesmo com diferenças partidárias, as duas famílias estabeleceram conexões solidificadas no âmbito econômico e parental. Isto explica, por exemplo, a presença de cartões de felicitação em tom pessoal encaminhados por Antônio Jacob Renner – mais conhecido como A. J. Renner –, um dos mais poderosos empresários sul-rio-grandenses entre as décadas de 1920 e 1960 – irmão de Júlio e Arthur –, ao amigo Carlos de Souza Moraes.⁸⁷

Mas não foi apenas com a família Renner que os Souza Moraes estabeleceram vínculos. Também temos a união destes com a família do coronel Afonso Aurélio Porto.

Carlota Martins Porto era uma das cinco filhas – além de um rapaz – do casamento de Aurélio Porto com Isaura Martins. Em 1931, Carlota constituiu matrimônio com Jorge

⁸⁵ *A Federação*, 14/12/1934, ano LI, número 285, p. 2. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/388653/76958>, acesso em 28 abr. 2020.

⁸⁶ *A Federação*, 4/08/1934, ano LI, número 178, p. 2. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/388653/75975>, acesso em 12 out. 2019.

⁸⁷ Museu Histórico Visconde de São Leopoldo (MHVSL) – Coleção Carlos de Souza Moraes – Pastas 21 e 26 – Correspondências (cartões e cartas de A. J. Renner para Carlos de Souza Moraes).

de Souza Moraes.⁸⁸ Jorge, nos anos seguintes, atuou politicamente em São Leopoldo, como subprefeito do distrito de Sapucaia,⁸⁹ no início da década de 1940, além de candidatar-se ao Legislativo leopoldense, sem êxito. Esta união fortaleceu os vínculos dos Souza Moraes com a família Porto – não apenas com aquela capitaneada por Aurélio, mas com a de seus primos também, especialmente Theodomiro. Carlos de Souza Moraes demonstrava admiração intelectual por Aurélio Porto e, por este ser sogro de um de seus irmãos, a proximidade entre ambos possibilitara interações culturais e políticas, conforme a documentação deixada por Moraes demonstra. Ademais, esse mecanismo familiar alinhado com orientações políticas, nos ajuda a compreender a mudança de Carlos de Souza Moraes para São Leopoldo e sua inserção na estrutura política e administrativa desta comunidade.

Retomando a análise sobre distensões políticas, não apenas em Montenegro o PRR demonstrava desgastes entre suas lideranças. Em Taquara e Novo Hamburgo também existiam corrosões que se ampliaram ao longo do ano de 1930. No caso taquarense, o intendente eleito, João Martins Rangel, deixou o cargo, assumindo seu vice, o médio Adelino Eduardo Barth. Pouco tempo depois, Barth é destituído do cargo, sendo nomeados como seus sucessores políticos externos ao ambiente local: o advogado José Loureiro da Silva e o tenente-coronel Volenciano Coelho. Em 1931, Flores da Cunha nomeia como prefeito para o município o comerciante Theobaldo Fleck, coronel da Guarda Nacional e então líder do Partido Libertador em Taquara e região.

Em Novo Hamburgo, conforme acentuado por Santos (2018), o então intendente, major Leopoldo Petry, sofria oposição dentro do seu próprio diretório e, por parte de líderes estaduais do PRR, desconfianças – embora ainda contasse com o apreço de Borges de Medeiros. Grande parte desse celeuma foi causado pela negação de Petry em apoiar a Frente Única Gaúcha e sua composição em Novo Hamburgo. Tanto que a liderança da agremiação ficou nas mãos do libertador Guilherme Becker, enquanto a Liga Pró-candidatura de Getúlio Vargas-João Pessoa teve como presidente de honra Guilherme Ludwig – sogro do mencionado Becker –, também libertador. E parte dos integrantes republicanos da FUG e da liga eram opositores do intendente hamburguense. Diante do clima de instabilidade, com o golpe de outubro de 1930 e a chegada de Vargas ao poder

⁸⁸ *A Federação*, 15/07/1931, ano XLVIII, número 164, p. 3. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/388653/69380>, acesso em 12 out. /2019.

⁸⁹ Atualmente município de Sapucaia do Sul. Naquele período, o território do distrito também abrangia a localidade de Esteio, cuja emancipação de São Leopoldo ocorreu em 1953. Existe uma rua denominada Jorge de Souza Moraes em Esteio, localizada no bairro Parque Primavera.

federal, alinhada com a nomeação de Flores da Cunha para a interventoria federal no estado, Leopoldo Petry é destituído do cargo – e preso, posteriormente. Para seu lugar, é nomeado alguém de confiança das novas autoridades estaduais – que que combatera ao lado de Flores na guerra civil de 1923: o tenente-coronel José Gomes Ferreira, que ocupava o cargo de assistente de pessoal do Comando-Geral da Brigada Militar.

No município de São Leopoldo, do qual Novo Hamburgo se emancipara três anos antes, a situação era diferente. Theodomiro Porto da Fonseca, intendente eleito em 1928, demonstrara comprometimento com a campanha da Aliança Liberal à presidência da República. E quando da articulação de um movimento armado para destituição do presidente Washington Luís e tomada do poder, organizou batalhões militares em São Leopoldo para dar sustentabilidade bélica aos revoltosos, se necessário. Com essa adesão de primeira hora, Theodomiro angariou simpatias dos líderes rebeldes e governantes que assumiram o governo estadual, permanecendo na chefia do Executivo leopoldense.

Entrementes, Theodomiro Porto da Fonseca soube agir com habilidade para manter-se no poder durante os quatorze anos seguintes ao golpe de 1930, ora aproximando-se mais de Flores da Cunha, ora de Getúlio Vargas. E o apoio incondicional dado a Vargas em 1937, como veremos adiante, garantiu sua manutenção frente à prefeitura de São Leopoldo durante a maior parte do Estado Novo. E tendo como principal auxiliar Carlos de Souza Moraes, que ingressara na administração leopoldense naquele mesmo ano de 1937. Assim como Moraes rompera com Flores da Cunha em 1933, levando a sua destituição do cargo de juiz distrital em Herval, Theodomiro também se afastara do governador. Mais um elo que os unia.

As percepções políticas de Carlos de Souza Moraes advinham, em primeiro lugar, das experiências paternas, acumuladas através do contato que tivera com o coronel José Álvaro Pereira de Moraes – que falecera quando Carlos tinha em torno de treze anos de idade. Mas a troca empreendida com os irmãos mais velhos, que atuavam em Montenegro e Porto Alegre, também teve significância no escopo acumulado por Moraes. Deste modo, a inserção política em Herval não estava desconectada com uma agenda familiar – e que nela encontrava respaldo. Compreender essas articulações, especialmente no período em que Carlos de Souza Moraes inicia sua trajetória formativa e de atuação profissional, ou seja, entre 1928 e 1931, nos ajudam a delinear aspectos de sua trajetória, escolhas e métodos de interlocução social. Os herdeiros do coronel Álvaro buscaram manter uma atuação política como base para seu status social, econômico e de influência. Influência esta que também se almejou no campo intelectual e cultural, podendo ser vista

principalmente em dois dos irmãos Souza Moraes: Carlos e Jacintho – este nascido em Porto Alegre, no ano de 1917. Enquanto o primeiro dedicou-se às Letras, o segundo enveredou pelas Artes Plásticas.

Aluno do Instituto de Belas Artes de Porto Alegre, dedicou-se sobretudo ao desenho e ilustrações. Na década de 1940 deixou Porto Alegre para radicar-se no Rio de Janeiro, onde permaneceu até seu falecimento, em 1942. Na então capital federal estudou com nomes importantes da ilustração brasileira, como o paraibano Tomás Santa Rosa Junior, mais conhecido como *Santa Rosa*.⁹⁰

Participou de exposições internacionais e nacionais, onde se destacam o *Salão de Naturezas Mortas*, realizada no Rio de Janeiro, em 1953, onde também participou, na sequência, do *Salão Municipal de Belas Artes* e, no ano de 1968, expôs suas obras no *17º Salão Nacional de Arte Moderna*.

A principal característica de suas obras era a prática figurativa, tendo como temáticas principais paisagens e elementos da chamada *natureza-morta*.⁹¹ Algumas de suas obras também retratavam figuras femininas.

⁹⁰ Nascido em 1909, faleceu enquanto se encontrava em Nova Déhli, Índia, participando de uma conferência promovida pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), em 1956. Radicou-se no Rio de Janeiro em 1932, onde além de ilustrador, atuou como pintor, cenógrafo, figurinista e crítico de Arte. Ilustrou obras de escritores como Graciliano Ramos, Jorge Amado, Rachel de Queiróz, Guimarães Rosa, José Lins do Rego e Carlos Drummond de Andrade. Na pintura, foi auxiliar de Candido Portinari e, para o teatro, foi decorador e figurinista dos espetáculos *Orfeu*, de Jean Cocteau, *Vestido de Noiva*, *A Falecida* e *Senhora dos Afogados*, de Nelson Rodrigues.

⁹¹ Trata-se de um campo da fotografia ou da pintura em que se destacam os objetos inanimados, como flores, livros, frutas, instrumentos musicais, objetos de uso doméstico ou do cotidiano, entre outros. Este tipo de representação tem origem na Grécia Antiga, sendo a expressão *natureza-morta*, segundo Norbert Schneider, originária da Holanda, a partir do século XVII.

Figura 4 – *Nu*, pintura de Jacintho de Souza Moraes



Jacintho de Souza Moraes. *Nu*. Óleo sobre madeira, s/d, 37x62 cm. Sala de Arte de Porto Alegre. Porto Alegre/RS.

Figura 5 – *Natureza Morta*, de Jacintho de Souza Moraes



Jacintho de Souza Moraes. *Natureza Morta*. Óleo sobre tela, 1972, 41x24 cm. Rio de Janeiro/RJ.

No período em que Jacintho Moraes estudou no Instituto de Belas Artes, na década de 1930, foi professor e, posteriormente, diretor, o musicista Tasso Bolivar Dias Corrêa. Assumiu a chefia institucional em 1936, onde permaneceu até 1958. Nascido em

Uruguaiana no ano de 1901, desde 1922 era professor de piano no instituto, atuando no Conservatório de Música. Reconhecido nacionalmente por seu talento, Tasso Corrêa recebeu prêmios importantes, como o *Concurso Nacional Chopin* e a *Medalha Alberto Nepomuceno*. Corrêa foi um dos criadores do Conservatório de Música de Rio Grande, no sul do estado, além de, juntamente com pianista mineiro Guilherme Halfeld Fontainha, ser um dos fundadores da Orquestra Sinfônica de Porto Alegre (OSPA), em 1950.

Contudo, não será a trajetória artística de Tasso Corrêa que será pormenorizada neste trabalho. De alguma forma, ela perpassa a formação de Jacintho de Souza Moraes. Isocronamente, existe uma ligação do professor Tasso com Carlos de Souza Moraes: ambos se formaram na mesma turma da Faculdade de Direito de Porto Alegre, em 1933. Mais que isso, os dois advogados estariam, no ano seguinte, envolvidos na mesma questão jurídica, que marcou a trajetória advocatícia de Carlos de Souza Moraes até sua mudança definitiva para São Leopoldo.

Antes de graduar-se em Direito, em dezembro de 1933, e ser destituído de seu cargo de juiz distrital, em outubro do mesmo ano, Moraes envolvera-se mais com a cena política hervalense. Se em fevereiro de 1931, pouco mais de um mês após chegar ao município, foi convidado para ser um dos oradores oficiais de uma importante atividade cívica, em maio seria a vez de demonstrar sua intelectualidade ao professorado local, durante a *Semana de Educação*. Em sua palestra, abordou o tema “Emancipação mental do Brasil”.⁹² A temática escolhida já demonstrava a preocupação de Carlos de Souza Moraes com aspectos sociológicos e de formação do pensamento brasileiro, questões advindas, em grande parte, das leituras que fazia de autores do campo da Sociologia, especialmente de Alberto Torres. Leituras essas que seriam fundamentais para a atuação político-intelectual de Moraes nos anos seguintes.

Ainda naquele ano, assume a presidência do Grêmio da Mocidade Republicana de Herval, contando com o apoio de lideranças tradicionais daquele município. Quando da elaboração dos estatutos da referida agremiação, Moraes se cercou de quatro republicanos renomados: Lorgio Frazão da Silveira, Albino da Silva Silveira Filho, Agripino da Silva Tavares e Octacínio Aparício Nunes.⁹³

⁹² A *Federação*, 18/05/1931, ano XLVIII, número 115, p. 2. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/388653/69067>, acesso em: 12 out. 2019.

⁹³ A *Federação*, 31/08/1931, ano XLVIII, número 204, p. 2. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/388653/69645>, acesso em: 20 jan. 2019.

Assim como Carlos de Souza Moraes, Lorgio Frazão da Silveira já ocupara funções jurídicas em Herval, exercendo o posto de juiz distrital suplente,⁹⁴ além de ter sido ajudante da Procuradoria Federal na cidade. Foi comerciante e proprietário de farmácia. Na década de 1920, integrou o Conselho Municipal pelas fileiras do PRR. Já Albino da Silva Silveira Filho, irmão de Lorgio Frazão da Silveira, esteve envolvido no exercício de cargos mais burocráticos da administração pública. Foi durante muitos anos escrevente da Intendência Municipal, inclusive no período em que seu pai, coronel Albino da Silva Silveira, governou aquele município, entre 1908 e 1912. Naquele ano de 1931, era secretário da Prefeitura Municipal, que tinha na chefia do Executivo o capitão Malvino Pires da Fontoura, da Brigada Militar. Agripino da Silva Tavares, descendente de uma das famílias fundadoras e mais tradicionais de Herval, integrava a Guarda Nacional e ocupara cargos no Judiciário local, como juiz suplente e escrivão. Era casado com Mathilde Frazão da Silveira, irmã de Albino e Lorgio da Silveira.⁹⁵ Sobre Octacínio Aparício Nunes não foram encontradas informações mais detalhadas.

Na qualidade de presidente da Mocidade Republicana hervalense, Carlos de Souza Moraes participou do Congresso da Mocidade Republicana do Sul do Estado, realizada na cidade de Pelotas em agosto de 1931.⁹⁶ Um dos participantes, representando os jovens republicanos de Canguçu, foi Ernesto Fernandes Coelho. Até então professor da Escola Complementar de Alegrete, foi nomeado diretor do Grupo Escolar canguçuense em abril daquele ano. Posteriormente, passaria a atuar como diretor escolar em Herval.⁹⁷

Em novembro de 1931, Carlos de Souza Moraes integrou a comissão responsável pelos festejos de primeiro aniversário da “Vitória Revolucionária” – como foi denominado o golpe de 1930 pelo jornal *A Federação* – em Herval.⁹⁸ Junto dele, integravam o grupo o prefeito Malvino Pires da Fontoura, Antônio de Almeida Peres,

⁹⁴ Jornal *A Federação*, 10/01/1910, Ano XXVII, n. 007, p. 4. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/388653/22340>, acesso em: 21 jul. 2020.

⁹⁵ Jornal *A Federação*, 3/06/1909, Ano XXVI, n. 153, p. 4. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/388653/21702>, acesso em 22 jul. 2020; Jornal *A Federação*, 18/07/1919, Ano XXXVI, n. 165, p. 08. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/388653/41693>, acesso em: 22 jul. 2020.

⁹⁶ *A Federação*, 17/08/1931, ano XLVIII, número 192, p. 2. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/388653/69565>, acesso em 08 abr. 2020.

⁹⁷ Jornal *A Federação*, 21/04/1931, Ano XLVIII, n. 93, p. 2. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/388653/68921>, acesso em: 21 jul. 2020.

⁹⁸ Jornal *A Federação*, 6/11/1931, ano XLVIII, número 256, p. 2. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/388653/70007>, acesso em 28 jul. 2020.

João Campos Vaz, Agripino da Silva Tavares, Albino da Silva Silveira Filho e João Dias da Silva.

Ao vasculhar notícias publicadas pela imprensa, assim como na pesquisa realizada junto ao acervo pessoal de Carlos de Souza Moraes, percebi um hiato relacionado com a atuação de Moraes no ano de 1932. Um ano marcado por significativas mudanças na estrutura e rumos políticos do Rio Grande do Sul.

Em novembro de 1932, o interventor federal José Antônio Flores da Cunha, juntamente com Oswaldo Aranha, então ministro da Fazenda, fundaram o Partido Republicano Liberal (PRL), visando dar sustentabilidade ao governante estadual e ao presidente Getúlio Vargas. Cabe aqui esmiuçar um pouco mais esta conjuntura.

Conforme Eliane Colussi (1996, p. 64), o PRL “não foi criado com o objetivo de defender um conjunto de ideias e disputar o poder, mas de legitimar o poder e as ideias de um determinado grupo, estando ligado diretamente à Interventoria e à liderança pessoal de Flores da Cunha”. De fato, concordo com essa perspectiva, tendo em vista que Flores da Cunha soube utilizar a máquina burocrática e administrativa estadual para cooptação e implementação de uma base política, aproveitando a instabilidade pela qual o PRR e o Partido Libertador passaram ao longo do ano de 1932, com o afastamento de diversas lideranças, que migraram para a agremiação *florista*.

Desde 1929, PRR e PL se uniram em torno da figura de Getúlio Vargas, então presidente do Rio Grande do Sul, com o objetivo de apoiar sua candidatura ao governo federal, como candidato de oposição, tendo como adversário o presidente de São Paulo Júlio Prestes, indicado pelo presidente Washington Luís. Em agosto daquele ano, os dois partidos fundaram a Frente Única Gaúcha (FUG). Consolidado o golpe de outubro de 1930, que conduziu Vargas ao poder, diversos membros da FUG passaram a ocupar cargos importantes em nível federal. Para o governo sul-rio-grandense, a escolha de Flores da Cunha foi decorrente do papel do mesmo na articulação da Aliança Liberal, ao lado de João Neves da Fontoura e Oswaldo Aranha. Os três líderes republicanos foram responsáveis por efetivar o acordo político com opositores e dissidentes de São Paulo, Minas Gerais e Paraíba, que indicou o vice-presidente, João Pessoa. Com a derrota da Aliança Liberal nas eleições de 1º de março de 1930 e acusações de fraude, um grupo mais radical aliancista, do qual Flores da Cunha fazia parte, fomentou o desencadeamento de movimento armado, visando derrubar o governo e impedir que Prestes assumisse o poder, em novembro daquele ano. Algumas lideranças mais tradicionais, como o chefe republicano, Borges de Medeiros, não concordaram com essa medida, inicialmente.

Contudo, para evitar fissuras irreversíveis dentro do PRR, capitulou de sua decisão, dando respaldo para tratativas revolucionárias. O próprio Getúlio Vargas foi relutante em aderir à causa conspiratória, dando seu apoio pouco tempo antes da efetivação do golpe.

Em 3 de outubro de 1930, a rebelião armada foi deflagrada em Porto Alegre, destacando-se entre as lideranças Flores da Cunha e Oswaldo Aranha, que juntamente com capitão Agenor Barcellos Feio, atacaram o Quartel General da 3ª Região Militar. No dia seguinte, todas as unidades militares da capital e as principais do interior do estado haviam aderido ao levante. O mesmo ocorreu em Minas Gerais, onde o comando estava sob direção do tenente-coronel Aristarco Pessoa, irmão de João Pessoa, tendo entre os membros de seu estado-maior o futuro interventor federal no Rio Grande do Sul, Oswaldo Cordeiro de Farias. No dia 11 daquele mês, Getúlio Vargas renunciou ao governo estadual, partindo rumo ao Rio de Janeiro, aderindo às tropas revolucionárias que para lá migravam. Passou o comando governamental para Oswaldo Aranha, então secretário do Interior. O então vice-presidente estadual, João Neves da Fontoura, acompanhou Vargas rumo à capital federal. Em 27 de outubro, seria a vez de Oswaldo Aranha capitular do cargo de presidente do Rio Grande do Sul, partindo também para o Rio de Janeiro, entregando o Executivo para Sinval Saldanha, genro de Borges de Medeiros. Consolidado o golpe e com a entrega do poder presidencial a Getúlio Vargas, em 28 de novembro de 1930, assume a interventoria do Rio Grande do Sul o general José Antônio Flores da Cunha. A escolha de Flores da Cunha não foi bem assimilada por João Neves da Fontoura, que esperava ser conduzido ao cargo. Posteriormente, João Neves foi nomeado para um cargo burocrático na direção geral do Banco do Brasil. Iniciou aí um distanciamento para com Vargas, que encontrou seu auge dois anos depois.

Para as principais lideranças do PRR e PL, assim como para Flores da Cunha, se fazia urgente a reconstitucionalização do país, tendo em vista que desde novembro de 1930, a Constituição de 1891 havia sido substituída por uma série de medidas provisórias adotadas pelo governo provisório de Vargas. Ao final de 1931, não havia sinais por parte do presidente da República de que uma Assembleia Nacional Constituinte seria convocada tão cedo. Para Vargas, ainda não era oportuno interromper o regime discricionário. Isso fez com que se acentuassem as divergências entre Getúlio Vargas e líderes da FUG, como Raul Pilla (libertador), João Neves da Fontoura e Borges de Medeiros (republicanos). Além disso, segundo Elíbio Junior (2006, p. 42-43), “para as lideranças do PRR e do PL a reconstitucionalização do país promoveria a reorganização das forças políticas e a redefinição das alianças partidárias”. Desse modo, um série de

interesses e articulações estavam no bojo da reconstitucionalização do país, visando também redefinir os arranjos políticos estaduais e locais. Visando mediar o conflito, Flores da Cunha assumiu o papel de tentar amenizar a crise que se instalava, almejando atender os interesses da FUG, ao mesmo tempo em que demonstrar conformidade com as diretrizes varguistas.

Descontente com a parcimônia do governo provisório em promulgar uma nova constituição, o Partido Democrático de São Paulo (PD), que havia apoiado a Aliança Liberal, lança um manifesto em 13 de janeiro de 1932. No Rio Grande do Sul, a FUG acolhe a manifestação dos paulistas, endossando a necessidade de uma reconstitucionalização urgente do país. Flores da Cunha, por seu turno, mantinha uma postura ambígua, tentando contentar ambos os polos divergentes. Entretanto, os atritos entre FUG e Vargas se tornaram insustentáveis, fazendo com que os principais membros do PRR e PL renunciassem aos seus cargos no governo federal, em março de 1932. Os republicanos Mauricio Cardoso, Lindolfo Collor e João Neves da Fontoura podem, respectivamente, demissão dos ministérios da Justiça e do Trabalho, assim como da procuradoria do Banco do Brasil. João Batista Luzardo, libertador, exonera-se da chefia de Polícia do Distrito Federal (Rio de Janeiro).

Necessitando recompor seus ministérios, Vargas convida Flores da Cunha para assumir como ministro da Justiça. O presidente demonstra sua disposição em romper com os antigos aliados da FUG, ao mesmo tempo em que vê na figura do interventor sul-rio-grandense alguém útil para seu plano de continuidade no poder – e de realinhamento da política no Rio Grande do Sul. Por outro lado, Borges de Medeiros e Raul Pilla, principais lideranças da FUG, pedem que Flores da Cunha permaneça no comando estadual, impedindo a nomeação de algum agente externo para ocupar o cargo. Diante do impasse e, Flores da Cunha solicita sua renúncia e entrega a interventoria ao presidente Getúlio Vargas. Essa situação delicada foi gerada, em grande parte, pela própria ambiguidade de Flores da Cunha, como ressalta Carlos Gilberto Dias:

o delicado panorama da política nacional irá culminar no sul, com a histórica reunião da FUG, em fins de março de 1932. Da reunião resultou um heptálogo com várias reivindicações ao governo central. Nele salienta-se a posição ambígua de Flores da Cunha, que procura manter sua lealdade a Borges de Medeiros, da mesma forma que prendia-se a Getúlio Vargas, termina por adiar o entendimento entre as partes (DIAS, 2001, p. 109).

Vargas não aceitou a capitulação de Flores, enfatizando que o mesmo possuía os predicados necessários para manter a ordem no estado sulino. E enquanto buscava ajeitar as peças políticas no Rio Grande do Sul, o presidente também tentava amenizar a situação em São Paulo. Nomeou como interventor, em março de 1932, Pedro Manuel de Toledo, paulista e com longa trajetória política. Entretanto, as tratativas para uma rebelião contra o governo central prosseguiram. Assim como os partidos políticos do Rio Grande do Sul em 1929, em fevereiro de 1932 o Partido Republicado Paulista (PRP) e o Partido Democrático formaram um bloco de coesão, denominado Frente Única Paulista (FUP). Pouco tempo após sua articulação, a FUP passou a estabelecer contatos com o meio militar, almejando conseguir adesão para um levante revolucionário. Encontraram respaldo no general Isidoro Dias Lopes, que na década de 1920 participou do *tenentismo*, inclusive liderando uma revolta na cidade de São Paulo, em julho de 1924. O general Dias Lopes se comprometeu em organizar o levante.

Em maio daquele ano, Pedro de Toledo juntamente com lideranças da FUP, decidiu nomear um novo secretariado estadual, composto somente por paulistas. Essa medida desagradou o governo central, que enviou Oswaldo Aranha para intervir no caso e promover a composição de um gabinete alinhado ao governo provisório. Contudo, diante de protestos da população paulista, a missão de Aranha foi malograda, impondo uma vitória da FUP aos planos de Vargas. Em 23 de maio de 1932, ainda no contexto das disputas pelas nomeações do secretariado estadual paulista, ocorreu uma manifestação em frente ao Partido Popular Paulista, organização político-militar fundada por Miguel Costa, visando apoiar no estado de São Paulo o governo provisório. Diante de uma possível invasão à sede do partido, membros da organização lançaram granadas e rajadas de artilharia contra os manifestantes. Quatro jovens estudantes morreram: Mário Martins de Almeida, Euclides Miragaia, Dráusio Marcondes de Sousa e Antônio Camargo de Andrade. Este fato serviu para inflamar ainda mais os ânimos conspiratórios. Uma organização clandestina civil foi articulada, ostentando em sua denominação as iniciais dos quatro mortos em 23 de maio: MMDC (Martins, Miragaia, Dráusio e Camargo). Um dos propósitos da entidade era cooptar voluntários para quando o movimento revolucionário fosse deflagrado.

E o 9 de julho de 1932 foi marcado pela eclosão deste movimento, que entrou para a história com a alcunha de Revolução Constitucionalista. Pedro de Toledo renunciou ao cargo de interventor, mas foi aclamado como “governador revolucionário” de São Paulo e líder civil dos rebeldes paulistas. Durante as tratativas de articulação da rebelião, os

paulistas buscaram apoio em outros estados, como Minas Gerais, Mato Grosso e Rio Grande do Sul, onde estabeleceram contatos com Flores da Cunha.

Entretanto, a postura do interventor sul-rio-grandense permanecia ambígua. De um lado, buscava, junto aos líderes paulistas, assumir o comando revolucionário no Rio Grande do Sul, articulando uma estratégia logística e militar, com a distribuição de armamento, formação de corpos provisórios e construção de estradas de ferro em pontos nevralgicos. Por outro, parecia impor condições de difícil aceitação, como a proposição de mudanças no secretariado paulista – cabendo ao próprio Flores indicação de nomes – e garantias de plenos poderes para comando das forças revolucionárias. Este impasse se manteve até os momentos derradeiros antes do início do conflito. Por parte da FUG, havia a pressão de lideranças como Batista Luzardo, Lindolfo Collor e Raul Pilla, que exigiam o posicionamento favorável aos paulistas, sem imposição de condições quase intransponíveis.

Mas ao romper o conflito revolucionário, Flores da Cunha aderiu integralmente ao governo provisório, apoiando Getúlio Vargas. Enviou para São Paulo contingentes da Brigada Militar e corpos provisórios, para combaterem ao lado das tropas legalistas. Com essa atitude, grande parte dos líderes tradicionais da FUG rompeu com o interventor. Visando apoiar os rebelados paulistas, com a estratégia de diminuir o envio de forças militares do Rio Grande do Sul para São Paulo, Borges de Medeiros, Raul Pilla, Lindolfo Collor e Batista Luzardo organizam forças rebeldes armadas no estado. Algumas contendas entre rebeldes e legalistas ocorreram no interior sul-rio-grandense. Contudo, esse movimento local foi extirpado em setembro de 1932, com a prisão de Borges de Medeiros e outros membros da FUG. Em outubro do mesmo ano, a Revolução Constitucionalista chegou ao fim, com uma armistício assinado entre as forças rebeldes e o governo federal. A interventoria de São Paulo foi assumida pelo general Valdomiro Castilho de Lima, que juntamente com o general Góis Monteiro, comandara as tropas legalistas. Quanto aos líderes revolucionários paulistas, foram condenados ao exílio, especialmente em Portugal.

No Rio Grande do Sul, visando dismantelar o PRR e PL, Vargas determinou que os principais líderes partidários fossem banidos, enviados também para o exílio. Fato esse que ocorreu com Batista Luzardo, Raul Pilla, Lindolfo Collor e João Neves da Fontoura, que exilaram-se na Argentina e Uruguai. Borges de Medeiros também havia sido condenado a deixar o Brasil. Entretanto, Flores da Cunha intercedeu junto ao presidente Getúlio Vargas para que isso não se efetivasse. Um dos motivos, segundo Flores, é que o

velho líder republicano não havia acumulado riquezas e que, por conta disso, teria dificuldades financeiras no exterior. Mas o motivo mais salutar era a ainda existente influência borgista no Rio Grande do Sul. Uma medida considerada aviltante contra Borges de Medeiros poderia ocasionar alguma revolta no estado, inclusive entre as forças militares que retornavam do conflito paulista. Atendendo aos apelos de Flores da Cunha, Vargas determinou que seu antigo mentor político fosse detido no Rio de Janeiro. Posteriormente, Borges de Medeiros foi encaminhado para Pernambuco, onde permaneceu até 1934 – sob vigilância do governo central, mesmo não estando detido em uma prisão.

Com as principais lideranças da FUG afastadas do Rio Grande do Sul, Flores da Cunha e Getúlio Vargas encontraram terreno fértil para ampliarem seus poderes sobre a política estadual. Nesta conjuntura, cooptando a maioria dos prefeitos municipais, comandantes e membros de corpos provisórios, antigos políticos da FUG e jovens até então distantes do universo partidário, Flores da Cunha e Oswaldo Aranha fundaram o Partido Republicano Liberal em novembro de 1932, sob os auspícios de Vargas.

Quanto ao cenário político de Herval, o município também experimenta mudanças importantes. Se até aquele momento o poder estava nas mãos dos republicanos, logo estaria nas mãos do novo partido político sul-rio-grandense. O então chefe do Executivo hervalense, capitão Malvino Pires da Fontoura, embora fiel ao general Flores da Cunha, é substituído pelo major Amaro José da Silveira. Não posso precisar quando ocorreu esta mudança, tendo em vista não ter encontrado informações assertivas, mas tudo indica que tenha sido ainda em 1932. Em reportagem de *A Federação*, datada de 05 de janeiro de 1933, expressa uma visita do major Amaro, já como prefeito de Herval, aos redatores do periódico, em Porto Alegre.⁹⁹ Por se tratar de uma notícia vinculada logo no início do ano, é possível que sua posse tenha ocorrido em dezembro do ano anterior. Quanto ao capitão Malvino Pires da Fontoura, foi posteriormente nomeado delegado de Polícia em Rio Grande.¹⁰⁰

A condução de Amaro José da Silveira ao governo municipal hervalense atende, pelo que tudo indica, ao rearranjo de forças articulado por Flores da Cunha, visando apoio ao PRL e sustentação política ao seu governo junto aos municípios. Reconduzir ou

⁹⁹ Jornal *A Federação*, 5/01/1933, Ano L, n. 5, p. 5. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/388653/72152>, acesso em: 22 jul. 2020.

¹⁰⁰ Jornal *A Federação*, 15/08/1933, Ano L, n. 190, p. 6. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/388653/73579>, acesso em: 22 jul. 2020.

promover a manutenção de grupos tradicionais no poder, desde que acolhessem e se enquadrassem ao novo partido mandatário estadual, foi moeda de troca entre o interventor e os coronéis locais. O major Amaro é oriundo de uma tradicional família de Herval, com ramificações no sul do estado. Além de capital sociopolítico, são detentores de influência econômica na região. Sobre a origem política anterior de Amaro José da Silveira, não encontrei dados que lhe vinculassem ao PRR ou aos libertadores. Contudo, uma informação relativa ao ano de 1895, envolvendo seu pai, Theófilo Amaro da Silveira, indica a possibilidade de que tenha sido membro do Partido Libertador. A nota publicada na primeira página de *A Federação* veicula o nome de Theófilo com o assassinato de Antão de Oliveira, ocorrido em Jaguarão. Conforme o relato, o pai do major Amaro teria sido um dos mandantes do homicídio. A informação sobre a possível filiação partidária da família vem do seguinte trecho, ao final da reportagem: “estão tão avesados ao crime os maragatos que, não tendo adversários para sacrificar, vão eles mesmo despachando-se uns aos outros”.¹⁰¹ Lembrando que o termo maragato era atribuído aos federalistas e que estes, a partir de 1924, vão se aliar aos dissidentes republicanos na Aliança Libertadora, constituindo o Partido Libertador, em 1928. Com base nisso, existe a possibilidade da filiação libertadora de Amaro da Silveira antes de ingressar no partido de Flores da Cunha.

A direção da Comissão Executivo local do PRL estava a cargo do coronel João Leite Filho,¹⁰² cunhado do prefeito Amaro José da Silveira, tendo em vista que era casado com a irmã deste, Alayde Amaro da Silveira. Após ficar viúvo, contraiu núpcias com Stela Azambuja, filha do desembargador Armando Azambuja. Ao contrário de seu cunhado, sobre Leite Filho é possível precisar sua vinculação política: foi membro do PRR de longa data. Mas, a partir de 1932, enveredou-se para a agremiação florista. Nascido em Canguçu no ano de 1882, foi estancieiro, atuando na região de Bagé, Pelotas, Herval e na sua cidade de origem. Também foi empresário e banqueiro, sendo durante mais de trinta anos membro da diretoria do Banco do Rio Grande do Sul (BERGS),¹⁰³ especialmente no Conselho Fiscal. Possuía residência em Porto Alegre, onde esteve inserido em causas comunitárias: benfeitor da Santa Casa de Misericórdia e do Hospital Santo Antônio, além de participar ativamente da comunidade católica porto-alegrense.

¹⁰¹ Jornal *A Federação*, 14/08/1895, Ano XII, n. 191, p. 1. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/388653/10221>, acesso em: 22 jul. 2020.

¹⁰² Jornal *A Federação*, 18/05/1934, Ano LI, n. 113, p. 2. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/388653/75467>, acesso em: 22 jul. 2020.

¹⁰³ Em 1971 a denominação mudou para Banco do Estado do Rio Grande do Sul, adotando a sigla BANRISUL.

João Leite Filho teve relações econômicas e políticas muito próximas com o interventor Flores da Cunha. Foi sócio, entre as décadas de 1920 e 1930, da firma Cunha, Leite & Cia., sediada em Pelotas, tendo como parceiro o coronel Angelo Flores da Cunha, irmão do governante estadual. Através desta firma, entre 1927 e 1931, foi concessionário da *Loteria do Estado*, responsável pela administração da mesma junto ao Tesouro Estadual.¹⁰⁴ Em 1931, já participando de outra sociedade, conseguiu manter-se como concessionário lotérico estadual, além de ser responsável pela Loteria Federal no Rio Grande do Sul. Nesta mesma época ingressou na diretoria do BERGS, onde manteve-se até 1967.

Observando este cenário, é perceptível que as redes sociais, sejam elas moduladas por relações econômicas ou parentais, foram utilizadas como instrumento de cooptação, engajamento e solidificação do PRL no Rio Grande do Sul. Analisar os bastidores e as conjecturas locais, nos permitem descortinar as práticas de interação, ascensão e tentativas de acomodação no poder – mas com o objetivo de galgar espaços mais amplos, em nível regional ou estadual. Tanto o major Amaro José da Silveira quanto o coronel João Leite Filho se mantiveram, respectivamente, frente ao governo municipal e direção partidária, ao menos até 1934.

Quanto ao juiz distrital Carlos de Souza Moraes, analisando tanto sua documentação quanto jornais da época disponíveis, encontramos apenas uma referência ao seu nome no ano de 1933 – ano em que foi destituído do cargo de juiz por Flores da Cunha. Trata-se de uma licença de trinta dias, concedida pelo desembargador André da Rocha, presidente do Superior Tribunal do Estado, datada de junho daquele ano.¹⁰⁵ Mas, diante de resquícios deixados através das informações coletadas, é plausível articular um cenário que explique sua relação com a política hervalense e sua demissão antecipada da magistratura local.

Possivelmente, assim como ocorreu com seus irmãos Manoel e Júlio de Souza Moraes em Montenegro, Carlos de Souza Moraes deve ter se mantido filiado ao Partido Republicano Rio-grandense e, com isso, em uma postura mais ofensiva em relação ao PRL. A partir de 1933, o jornal *A Federação*, até então órgão oficial do PRR (desde 1884), passa ao controle de Flores da Cunha e seu partido. E uma das medidas adotadas

¹⁰⁴ Jornal *A Federação*, 1/09/1926, Ano XLIII, n. 200, p. 5. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/388653/59395>, acesso em: 20 jul. 2020.

¹⁰⁵ Jornal *A Federação*, 30/06/1933, ano L, número 151, p. 5. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/388653/73276>, acesso em: 30 set. 2019.

é de invisibilizar ao máximo opositores. Ou, quando se torna necessário mencionar algum, é feito de maneira estritamente formal e sucinto. E isso é notado na forma como a licença dada ao juiz de Herval é construída. A nota tem como título “Licença a um juiz”, sendo transcrita em seis linhas, com um tom protocolar: “O desembargador André da Rocha, presidente do Superior Tribunal, concedeu 30 dias de licença ao dr. Carlos de Souza Moraes, juiz distrital da sede do município de Herval”. Cabe ressaltar que nas notas e notícias anteriores proferidas pelo mesmo periódico, as palavras endereçadas e os adjetivos dados a Carlos de Souza Moraes eram mais expressivos. Esta nota foi publicada, provavelmente, apenas por conta de sua ligação com um órgão estatal, vinculado ao Poder Judiciário.

Não obstante, uma crescente tensão entre Carlos de Souza Moraes e os líderes do PRL hervalense, especialmente com o coronel João Leite Filho – fato apontado pelo próprio Moraes, como veremos adiante –, devem ter fomentado a decisão de Flores da Cunha de exonerar o juiz do cargo para o qual havia destinado em janeiro de 1931 – e que estava previsto para encerrar-se em 1935. Esses elementos são possíveis de interpretação, tendo em vista o comentário escrito por Carlos de Souza Moraes no documento em que pretendia solicitar sua nomeação para algum cargo jurídico, transparecendo seu desgosto para com o interventor federal no Rio Grande do Sul.

O título eleitoral de Carlos de Souza Moraes foi transferido de Herval para a 1ª Zona de Porto Alegre, conforme determinação do Desembargador presidente do Tribunal Regional do Estado, em julho de 1934, alguns meses após sua destituição e mudança para a capital.¹⁰⁶ Um dado interessante é que, na mesma oportunidade e para a mesma zona eleitoral, foi transferido o título eleitoral de Golbery do Couto e Silva, então residente em Rio Grande. Trinta anos depois desse acontecimento, o general Couto e Silva seria um dos ideólogos do movimento civil-militar de 1964, que conduziria o Brasil para uma ditadura nos 21 anos seguintes, até março de 1985.

Embora tenha deixado a cidade de Herval em outubro de 1933, a ligação de Carlos de Souza Moraes com aquela comunidade não findaria neste momento. Ao concluir o curso de Direito e iniciar sua trajetória advocatícia, em pouco tempo estaria trabalhando em um caso envolvendo seu antigo endereço. E alguns nomes com os quais havia convivido.

¹⁰⁶ Jornal *A Federação*, 24/07/1934, ano LI, número 169, p. 6. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/388653/75903>, acesso em: 20 jul. 2019.

No ano de 2013, durante o trabalho de verificação e catalogação do acervo de Carlos de Souza Moraes recebido pelo Museu Histórico Visconde de São Leopoldo, foi encontrada em uma pasta com um documento que, em um primeiro momento, se julgou um relatório. Dentro desta pasta, além desse material, mais volumoso, estavam três procurações, um pequeno relatório e uma requisição.¹⁰⁷ Como havia um prazo para a catalogação básica do acervo – e os interesses pessoais de pesquisa eram outros naquele momento –, realizei apenas uma leitura rápida daquele conjunto documental. Foi então que percebi que se tratavam de fontes relacionadas com um inquérito. Visando algumas informações gerais, para descrição daquela pasta, a leitura efetivada apontava para um caso de desfalque financeiro em um banco na cidade de Herval, no ano de 1933. Contudo, embora acreditasse que se tratava de um assunto relevante, a análise mais detalhada daqueles documentos aguardou por alguns anos.

Na parte externa da pasta, identifica-se a origem cartorial da documentação, registrada no Cartório Cível e Criminal do município de Herval. Como assunto, lê-se “Autos de uma Justificação – Alexandre Gonçalves Vieira”. Como procedimento comumente adotado, procurei, primeiramente, *garimpar* os nomes que surgiam em meio ao desenrolar da narrativa daqueles documentos, listando-os. Em seguida, procurei obter informações sobre suas biografias, almejando compreender quem eram aqueles sujeitos e como estavam envolvidos naquela trama.

Alexandre Gonçalves Vieira, natural da cidade de Herval, era filho de Virgílio Gonçalves Vieira, estancieiro e membro da Guarda Nacional. Republicano, Virgílio foi presidente do Conselho Municipal hervalense em 1892, quando foi criada a primeira Lei Orgânica daquela municipalidade. Assim como seu pai, Alexandre também foi estancieiro e pecuarista, além de igualmente ter participado da Guarda Nacional, onde chegou ao posto de coronel. Esteve nas fileiras do PRR até o ano de 1932, quando ingressou no recém fundado PRL.

Conforme registrado na documentação, Alexandre Gonçalves Vieira ingressou com uma ação na Justiça solicitando indenização, alegando ter sido envolvido em desfalque ocorrido na correspondência do Banco do Rio Grande do Sul em Herval. Afirmava ser uma acusação improcedente, além de acusar prejuízos financeiros e morais, ao ter sido obrigado a executar pagamento do valor subtraído no ato ilícito. A leitura do documento mais volumoso mostrou que este se tratava do registro de uma audiência,

¹⁰⁷ Museu Histórico Visconde de São Leopoldo (MHVSL) – Coleção Carlos de Souza Moraes – Pasta 16.

realizada em 17 de julho de 1935, onde seis cidadãos foram convocados para testemunharem sobre o caso do desfalque, transcorrido no ano de 1933. Antes de sopesarmos este registro, cabem algumas considerações sobre os outros documentos encontrados na mesma pasta.

Das referidas procurações, duas constam do ano de 1934 e uma de 17 de julho de 1935, mesma data da audiência. Nesta procuração, Alexandre Gonçalves Vieira nomeava como seu representante, concedendo amplos poderes, o advogado Francisco Machado Villa.¹⁰⁸ Assim como ocorrera com Carlos de Souza Moraes, Machado Villa também ocupou cargos na magistratura antes de graduar-se em Direito. Foi juiz distrital em Santiago do Boqueirão, Jaguari e Santa Rosa.¹⁰⁹ Conforme verificado, Machado Villa foi quem, de fato, assumiu a causa de Alexandre Gonçalves Vieira, inclusive participando da audiência de 17 de julho e inquirindo o rol de testemunhas convocadas naquela oportunidade. Outra ligação entre Carlos de Souza Moraes e Francisco Machado Villa reside no fato de ambos terem se formado, juntamente com Tasso Corrêa, na turma de 1933 da Faculdade de Direito de Porto Alegre. Mas, ao contrário de seu colega de turma e profissão, no que tange o espectro político, Machado Villa foi membro do Partido Republicano Liberal de Flores da Cunha.¹¹⁰

A primeira procuração emitida por Alexandre Gonçalves Vieira foi assinada em 19 de setembro de 1934, tendo como seus procuradores os advogados Tasso Corrêa e Carlos de Souza Moraes. Moraes, como visto, desde outubro de 1933 havia deixado a magistratura em Herval, radicando-se em Porto Alegre. Provavelmente, sua escolha como um dos representantes na causa, se devia ao fato de ter acompanhado o desenrolar dos acontecimentos, pois quando o caso ocorreu, ainda atuava no juizado hervalense. Tasso Corrêa, possivelmente, tinha algum vínculo profissional mais direto com Carlos de Souza Moraes, não se assentando apenas no fato de terem se graduado juntos. Ao mesmo tempo, assim como o coronel Alexandre Vieira, Corrêa também era filiado ao PRL, inclusive

¹⁰⁸ Posteriormente, Francisco Machado Villa ocupou cargos vinculados com a burocracia administrativa estadual, como chefe da Assessoria Jurídica e Legislativa do Palácio Piratini, na década de 1960, durante o governo do coronel Walter Peracchi Barcelos (1966 – 1971). Na década de 1950, foi presidente da Associação Gaúcha de Municípios. Sobre esta temática, escreveu em 1952 a seguinte obra: *O Município no Regime Constitucional vigente*.

¹⁰⁹ *Jornal A Federação*, 10/03/1928, Ano XLV, n. 59, p. 4. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/388653/63437>, acesso em: 21 jul. 2020; *Jornal A Federação*, 20/08/1931, Ano XLVIII, n. 195, p. 04. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/388653/69589>, acesso em: 21 jul. 2020.

¹¹⁰ *Jornal A Federação*, 11/03/1933, Ano L, n. 60, p. 2. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/388653/72547>, acesso em: 21 jul. 2020.

participando, no ano de 1934, da Ação de Resistência Nacional – espécie de milícia organizada para defesa do partido –, fazendo parte de seu conselho.¹¹¹ Entrementes, em 3 de outubro do mesmo ano, uma nova procuração é emitida por Alexandre Gonçalves Vieira. Tasso Corrêa continuou como procurador, mas o nome de Carlos de Souza Moraes é substituído pelo de Itiberê de Moura.

Nascido em Porto Alegre, Itiberê de Moura bacharelou-se na Faculdade de Direito de Porto Alegre em 1920, mesmo ano em que foi nomeado por Borges de Medeiros para assumir como juiz distrital em Cachoeira do Sul. Alguns anos depois, durante o governo de Flores da Cunha, atuou junto ao Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul.¹¹² Membro do PRL, permaneceu fiel ao governo *florista* até 1937, quando da renúncia de Flores da Cunha.¹¹³ Mais que laços políticos, a relação de Itiberê de Moura com o governante estadual tinha uma conotação mais familiar: Moura era casado com Branca da Cunha, filha do já mencionado coronel Angelo Flores da Cunha, irmão do general que comandava politicamente o Rio Grande do Sul.¹¹⁴

Mas, por quais razões, em julho de 1935, Tasso Corrêa e Itiberê de Moura foram substituídos por Francisco Machado Villa? E, se havia se afastado do caso, como Carlos de Souza Moraes possuía cópia das procurações, do registro da audiência, requerimento e relatório? Parte das respostas podem ser encontradas ao analisarmos os demais envolvidos na questão. Para isso, cabe dilapidar com mais calma o aludido relatório.

Com o título “Relatório dos acontecimentos referentes ao desfalque do Banco do Rio Grande do Sul em Herval”, o documento não possui assinatura. Mas a sua leitura permite identificar a autoria: trata-se de uma espécie de depoimento escrito por Carlos de Souza Moraes. Ao longo das quatro páginas do relatório datilografado, Moraes narrou sua perspectiva sobre os fatos transcorridos e o papel dos diferentes sujeitos envolvidos. Como procedimento analítico, farei inicialmente a apreciação do material escrito por Carlos de Souza Moraes, contrapondo-o, em seguida, com os depoimentos registrados nas atas da audiência de 17 de julho de 1935.

¹¹¹ Jornal *A Federação*, 27/06/1934, Ano LI, n. 146, p. 3. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/388653/75716>, acesso em: 21 jul. 2020.

¹¹² Jornal *A Federação*, 10/08/1935, Ano LII, n. 56, p. 6. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/388653/77928>, acesso em: 21 jul. 2020.

¹¹³ Jornal *A Federação*, 13/05/1937, Ano LIV, n. 109, p. 6. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/388653/81869>, acesso em: 21 jul. 2020.

¹¹⁴ *Diário de Notícias*, 17/05/1960, Ano XXXVI, n. 63, p. 12. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/093726_04/3288, acesso em: 21 jul. 2020.

Conforme o documento, em abril de 1933, dois funcionários do Banco do Rio Grande do Sul foram enviados para o município de Herval, com a incumbência de averiguar suspeitas que recaiam sobre Jacintho Vieira da Silva, correspondente bancário naquela cidade. Os dois emissários eram Mario Douglas Cabral, contador, e Ferruccio Camoralli, escriturário, ambos funcionários da filial do banco em Pelotas. Pouco tempos depois da investigação, Mario Douglas Cabral foi nomeado gerente da filial de Cachoeira do Sul, deixando Pelotas em novembro daquele mesmo ano.¹¹⁵ Camoralli, por sua vez, permaneceu atuando na agência pelotense – assim como envolvido com a ocorrência em Herval.

Segundo Cabral e Camoralli, as suspeitas iniciaram após confirmação de irregularidades na conta de depósitos em nome de Alexandre Gonçalves Vieira. Nas palavras de Carlos de Souza Moraes, “depois de alguns dias de verificação em livros e outros documentos, os referidos funcionários chegaram à conclusão – segundo soube – de que o sr. Jacintho Vieira da Silva havia realmente desviado várias entradas feitas pelo senhor Alexandre Vieira, chegando a confessar de que fora o autor”. E complementa, informando que “tais foram os dados colhidos pelos representantes da Filial de Pelotas, que o Gerente desta apressou-se em fornecer ao sr. Alexandre Gonçalves Vieira nova caderneta, que consignava um depósito a favor deste [...]”.¹¹⁶ A partir da leitura destas colocações, seria possível concluir que o caso foi solucionado pelos funcionários Cabral e Camoralli, sendo reposto o valor indevidamente usurpado de Alexandre Gonçalves Vieira, faltando apenas se efetivar as punições cabíveis ao responsável pela operação fraudulenta, Jacintho Vieira da Silva.

Sobre a trajetória de Jacintho Vieira da Silva, embora poucos dados tenham sido possíveis de encontrar, um deles o vincula diretamente com o ofício exercido por Carlos de Souza Moraes naquela cidade.¹¹⁷ Pelo ato número 102, datado de 07 de fevereiro de 1933, Vieira da Silva é nomeado pelo interventor Flores da Cunha suplente de juiz

¹¹⁵ Além de Pelotas e Cachoeira do Sul, onde esteve entre 1933 e 1939, foi gerente das filiais de Caxias do Sul, de 1939 até 1944, sendo transferido posteriormente para Santa Maria. Em Caxias do Sul, fez parte de entidades sociais, culturais e esportivas locais, como a Liga de Defesa Nacional, onde foi secretário – que teve como presidente, durante certo período, o capitão Mario Fonseca, comandante do 9º B.C., instalado naquela cidade, filho do prefeito de São Leopoldo Theodomiro Porto da Fonseca.

¹¹⁶ Museu Histórico Visconde de São Leopoldo (MHVSL) – Coleção Carlos de Souza Moraes – Pasta 16 – Relatório dos acontecimentos referentes ao desfalque do Banco do Rio Grande do Sul em Herval, p. 1.

¹¹⁷ Uma das ocupações de Jacintho Vieira da Silva foi a de proprietário de farmácia na cidade de Pelotas, fundada no ano de 1911. *Jornal A Federação*, 15/08/1911, Ano XVIII, n. 188, p. 4. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/388653/24381>, acesso em: 21 jul. 2020.

Distrital do Termo de Herval.¹¹⁸ Ou seja, o substituto direto de Moraes na magistratura daquela localidade. A relação interpessoal entre o juiz distrital e seu suplente não pareciam ser das mais amistosas, tendo em vista a manifestação pela qual Carlos de Souza Moraes encerra seu relatório:

Dispensio-me de qualquer comentário a respeito da honestidade do correspondente Jacintho Vieira da Silva, por ser pública a deslealdade deste e bastando acentuar que ele está sendo processado por delitos da natureza do que praticou em prejuízo do sr. Alexandre Gonçalves Vieira. Ainda, quando juiz distrital em Herval, fui vítima de sua inescrupulosidade, como terei ocasião de me referir em tempo oportuno.¹¹⁹

Embora não seja mencionado no documento, não pode ser descartada a hipótese de que o episódio da exoneração de Moraes enquanto juiz em Herval tenha contado com a participação de Jacintho Vieira da Silva. Talvez não em decorrência de seu poder ou prestígio local, que aparentemente não era por demais significativo, conforme o relato da maior parte das testemunhas arroladas no inquérito. Mas, sobretudo, por conta da pessoa a quem Vieira da Silva representava naquele município – e quem lhe deve ter indicado junto ao interventor federal para ocupar o cargo de correspondente bancário e juiz distrital suplente: o coronel João Leite Filho.

Algum tempo após Mario Douglas Cabral e Ferrucio Camoralli deixarem Herval, chega ao município João Leite Filho, então chefe político local¹²⁰, que residindo em Porto Alegre, agia como um *mediador* entre o diretório hervalense do PRL e a Comissão Executiva do partido, presidida pelo interventor Flores da Cunha. De acordo com Carlos de Souza Moraes, Alexandre Gonçalves Vieira e todas as seis testemunhas ouvidas, João Leite Filho propalava que cumpria uma “missão oficial” naquela cidade, em nome de Flores da Cunha e do Banco do Rio Grande do Sul – cabe lembrar que neste período Leite Filho ingressara no conselho fiscal desta instituição –, com “o objetivo de solucionar definitivamente o desfalque ocorrido e punir os culpados”. E no julgamento do

¹¹⁸ Jornal *A Federação*, 7/02/1933, Ano L, n. 33, p. 4. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/388653/72359>, acesso em 21 jul. 2020.

¹¹⁹ Museu Histórico Visconde de São Leopoldo (MHVSL) – Coleção Carlos de Souza Moraes – Pasta 16 – Relatório dos acontecimentos referentes ao desfalque do Banco do Rio Grande do Sul em Herval, p. 4.

¹²⁰ Jornal *A Federação*, 18/05/1934, Ano LI, n. 113, p. 2. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/388653/75467>, acesso em: 22 jul. 2020.

“emissário” do interventor, Alexandre Gonçalves Vieira era cúmplice do desfalque, necessitando também de penalidades.

Ainda, conforme o relatório de Carlos de Souza Moraes, João Leite Filho teria advertido Alexandre Gonçalves Vieira que

[...] vinha solucionar doutra maneira o caso, pois entendia que ele, sr. Alexandre, deveria ajudar o sr. Jacintho V. da Silva, atendendo-se a que este não estava em condições de atender a indenização do desfalque, o que lhe acarretaria a prisão. O sr. Alexandre Vieira não aquiesceu ao pedido do sr. João Leite Filho, alegando que ele fora traído pelo sr. Jacintho, a quem sempre dedicara amizade e confiança, tanto assim que até cheques assinados em branco deixara em seu poder. Alegou mais que sua situação não permitiria auxiliar nessa conjectura o mesmo, por isso que isso importaria, aos olhos de terceiros, numa convivência de sua parte com o correspondente desonesto. Mas tais foram os processos usados pelo sr. João Leite Filho que o sr. Alexandre Vieira pagou todo o montante do desvio de dinheiro praticado pelo sr. Jacintho V. da Silva.¹²¹

A declaração indica a proximidade entre Leite Filho e Vieira da Silva, ressaltando que a iniciativa do líder político em Herval foi para proteger seu aliado local, evitando inclusive a prisão do mesmo. Mas existem outros elementos que devem ser considerados: o fator econômico e partidário. Tanto Leite Filho quanto Alexandre Gonçalves Vieira eram estancieiros, dedicando-se a pecuária e possuindo propriedades no município de Herval. Envolvendo Vieira no imbróglio e enfraquecendo-o financeiramente, o forçando a assumir a dívida decorrente do desfalque, daria vantagens para que Leite Filho enquanto pecuarista. E no tocante partidário, embora os dois sejam membros da mesma agremiação, o PRL, há indícios que ocupavam posições antagônicas na política local, integrando grupos adversários na conjuntura hervalense. A ação de João Leite Filho, ao impor sua vontade na resolução do caso e ao afirmar sua ligação íntima com o interventor Flores da Cunha, seria uma estratégia para consolidar-se no comando político municipal. Sobre o aspecto político-partidário, retomarei mais adiante, pois as declarações das testemunhas reforçam a possibilidade aventada.

Carlos de Souza Moraes, que acompanhou Alexandre Gonçalves Vieira em uma reunião com João Leite Filho, afirmou que o pretenso emissário agira, desde sua chegada,

¹²¹ Museu Histórico Visconde de São Leopoldo (MHVSL) – Coleção Carlos de Souza Moraes – Pasta 16 – Relatório dos acontecimentos referentes ao desfalque do Banco do Rio Grande do Sul em Herval, p. 1.

de forma intransigente e demonstrando interesse máximo em incriminar Alexandre Vieira. Sobre esse encontro, Moraes descreve o cenário:

No dia em que o sr. Alexandre G. Vieira emitiu cheque o cheque e a nota promissória que tiravam o sr. Jacintho Vieira de qualquer responsabilidade criminal com respeito ao caso referido, pois posteriormente apareceram outras irregularidades praticados pelo mesmo e que deu lugar a um processo criminal que corre ainda pelo fórum de Herval, o elaborador deste relatório, que estava fora da vila, o acompanhou até esta. Chegados à residência, isto é, ao quarto de hotel onde estava hospedado o sr. João Leite Filho, fui dizendo a este, depois dos cumprimentos de praxe, que o sr. Alexandre Vieira estava resolvido a não entrar com qualquer quantia, tanto assim que o sr. Ernesto Coelho iria naquele mesmo dia à Pelotas consultar o Dr. Bruno Lima, para tratar do caso. Mas o sr. João Leite Filho disse que não poderia ser, que achava conveniente que o sr. Alexandre Gonçalves Vieira resolvesse amigavelmente tudo, pois poderiam surgir consequências graves se não o fizesse. Acrescentou mais que o negócio deveria ficar resolvido naquele dia e de qualquer maneira.¹²²

Um dos mencionados no trecho era Ernesto Fernandes Coelho, que do mesmo modo que Carlos de Souza Moraes, também fizera parte da Mocidade Republicana, inclusive participando do Congresso do Sul do Estado, em 1931. Coelho estava na direção do Grupo Escolar hervalense e, pelo indicado, envolvido com a estrutura social e política daquela municipalidade. Sobre o outro citado, provavelmente se trata de Bruno de Mendonça Lima, jurista, professor e diretor da Faculdade de Direito de Pelotas, sendo um dos membros da comissão que em 1932 colaborou na elaboração do Código Eleitoral Brasileiro. Evidentemente, é preciso ter cuidado na interpretação das informações, partindo do pressuposto que é a narrativa de um dos envolvidos e, por conta disso, existem diversos fatores e intenções envolvidos. Mas, sendo verídica a atitude de João Leite Filho, existia uma razão de proceder desta forma: evitar que o caso do desfalque em Herval tomasse proporções maiores. E esse cuidado não parecia motivado pelo zelo com aquela cidade, mas com a preservação do status pessoal de Leite Filho, tendo em vista ocupar um cargo na administração indireta estadual e possuir relações com o governante do Rio Grande do Sul. Não podemos mensurar o grau de intimidade entre João Leite Filho e José Antônio Flores da Cunha – intimidade essa que Leite Filho alegava para empreender sua forma de resolução no caso do desfalque. Mas é sabido da proximidade deste com o irmão

¹²² Museu Histórico Visconde de São Leopoldo (MHVSL) – Coleção Carlos de Souza Moraes – Pasta 16 – Relatório dos acontecimentos referentes ao desfalque do Banco do Rio Grande do Sul em Herval, p. 1.

do interventor, Angelo Flores da Cunha, tendo em vista que ambos foram sócios em empreendimentos, como na concessão da Loteria do Estado, entre 1927 e 1931. E, naquele contexto, envolver indivíduos como Mendonça Lima, a situação poderia escapar do controle.

Uma constatação, no mínimo interessante, deve ser mencionada: verificando jornais da época, disponíveis no site da Hemeroteca da Biblioteca Nacional, não encontrei nenhuma menção ao episódio do desfalque do Banco do Rio Grande do Sul em Herval. Talvez, isso seja explicado pelo fato de João Leite Filho contar com respaldo da família Flores da Cunha. Mas essa é uma hipótese – no mínimo, plausível.

Embora, externamente, Leite Filho buscasse sigilo em relação ao desenrolar do caso, na comunidade hervalense a repercussão dos acontecimentos deixava a população agitada. Tanto nos comentários das testemunhas quanto no relatório de Moraes, a movimentação em torno da casa de Jacintho Vieira da Silva a presença de policiais chamavam a atenção.

Para dar uma ideia do estado de ânimo dos habitantes de Herval, criado pelo sr. João Leite Filho, basta dizer que: a notícia de que o sr. Alexandre Vieira e o sr. Jacinto Vieira seriam presos era pública, ninguém ignorava; que até soldados à sentinela na praça pública, próximo à casa do sr. Jacintho, estavam; que em quase todas as esquinas, nas vizinhanças da referida casa, onde se resolviam os fatos, se postavam grupos de curiosos. O movimento era, realmente, desusado. Parecia até que o povo já esperava a realização da promessa do sr. João Leite, qual seja a de levar presos aqueles srs.¹²³

Sobre o acordo firmado, João Leite Filho determinou o seguinte procedimento: Alexandre Gonçalves Vieira assinaria um cheque no valor de Rs 67:999\$700,¹²⁴ equivalente ao valor total que dispunha em sua conta na agência correspondente de Herval. Além disso, Vieira foi intimado a assinar uma nota promissória na quantia de Rs 6:468\$540,¹²⁵ equivalente ao valor subtraído do banco. O favorecido seria o Banco do Rio Grande do Sul. Tanto o cheque quanto a nota promissória foram emitidas sem que Alexandre Gonçalves Vieira recebesse qualquer importância financeira em troca do acordo. Na reunião onde foi estabelecido que Alexandre Vieira assumiria o desfalque, em troca de uma possível prisão, participaram, além dos mencionados Alexandre e Leite

¹²³ Museu Histórico Visconde de São Leopoldo (MHVSL) – Coleção Carlos de Souza Moraes – Pasta 16 – Relatório dos acontecimentos referentes ao desfalque do Banco do Rio Grande do Sul em Herval, p. 2-3.

¹²⁴ Sessenta e sete contos, novecentos e noventa e nove mil e setecentos réis.

¹²⁵ Seis contos, quatrocentos e sessenta e oito mil e quinhentos e quarenta réis.

Filho, o notário Lorgio Frazão da Silveira, o escriturário Ferruccio Camoralli, da agência de Pelotas, o delegado de Polícia de Herval, João Campos Paz, que serviu de secretário do inquérito conduzido por João Leite Filho, o médico Carlos Pirajá Martins, amigo pessoal de Jacintho Vieira da Silva, o próprio Jacintho, Ernesto Coelho, diretor do Grupo Escolar local e Carlos de Souza Moraes, ainda juiz distrital hervalense. A assinatura do cheque e da promissória foi conduzida por Ferruccio Camoralli, sobre quem, nas entrelinhas, Moraes sugestiona que estava mancomunado com Leite Filho e Vieira da Silva, na intenção de prejudicar Alexandre Vieira. Acerca de Camoralli, a única informação mais detalhada encontrada é de que também fizera parte das fileiras do PRL.¹²⁶ Sobre os bastidores da reunião, Carlos de Souza Moraes assim a delinea:

Relatemos os acontecimentos que rodearam a emissão do cheque e nota promissória pelo sr. Alexandre Vieira e a assinatura da escritura e compra e venda passado pelo sr. Jacintho a favor do sr. Alexandre. Esta transferência foi obra do sr. João Leite Filho. O sr. Alexandre Vieira, embora sendo beneficiário, aceitou tal contrato como teria emitido o cheque e a nota promissória. [...] Qualquer iniciativa ou ideia do sr. João Leite seria aceita, uma vez proposta. Nesta ocasião surgiu o acontecimento que deve ser referido: o campo, objeto daquela escritura, estava onerado de impostos atrasados e o sr. Jacintho, proprietário, não tinha dinheiro para liberar o imóvel. O sr. João Leite disse, então, que mandassem chamar o sr. Coletor Estadual, para ser solucionado a questão, pois resolvera que aquele funcionário forneceria o conhecimento do imposto independentemente da entrega de dinheiro. Ponderou-lhe então o sr. Lorgio F. da Silveira, notário, que se achava presente já com a escritura lavrada, que seria melhor irem ambos à casa do Coletor, ao que objetou o sr. Leite, dizendo que ele, como emissário do Gal. Flores da Cunha não deveria ir até lá; o Coletor que viesse até sua presença.¹²⁷

Neste trecho selecionado, dois aspectos merecem atenção: o primeiro reside na situação da área de terras pertencente ao correspondente Jacintho Vieira da Silva. A mesma estava com impostos atrasados e Vieira da Silva necessitava de reservas financeiras para liquidar a questão. Não seria estranho se o valor desviado da conta de Alexandre Gonçalves Vieira fosse utilizado para efetuar este pagamento – embora essa possibilidade não seja mencionada em nenhum documento existente na pasta analisada. Mas é uma possibilidade cabível, e este é o segundo ponto, tendo em vista que, ao utilizar

¹²⁶ Jornal *A Federação*, 12/07/1935, Ano LII, n. 33, p. 4. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/388653/77764>, acesso em: 26 jul. 2020.

¹²⁷ Museu Histórico Visconde de São Leopoldo (MHVSL) – Coleção Carlos de Souza Moraes – Pasta 16 – Relatório dos acontecimentos referentes ao desfalque do Banco do Rio Grande do Sul em Herval, p. 3.

a propriedade na negociação sobre o desfalque, João Leite Filho tenha se empenhado em sanar a questão do imposto, exigindo que o coletor estadual em Herval emitisse o comprovante de quitação da dívida, mesmo sem receber o valor devido por Jacintho Vieira. Por ser amigo do mesmo, Leite Filho aproveitou o momento para deliberar em favor de seu protegido local.

Nos parágrafos finais de seu relatório, Carlos de Souza Moraes acentua o caráter arbitrário das ações cometidas por João Leite Filho, inclusive sugestionando que as cartas que o mesmo dizia possuir, com ordens vindas de Porto Alegre, não passavam de artifícios facciosos empregados pelo mesmo, somados ao ambiente quase teatral que este havia criado na cidade e durante a reunião com os envolvidos. Nas palavras de Moraes,

[...] nessa ocasião, eu pedi ao sr. João Leite Filho cópia dos telegramas para ele dirigidos do Gal. Flores da Cunha e Diretoria do Banco. Isto foi bastante para excitar o mesmo, que disse que tinha ordens peremptórias do Interventor de não dar cópia da correspondência. Como lhe ponderasse que eu ia, por parte do sr. Alexandre, requerer certidões dos telegramas, ele disse que não era possível tal coisa e que ele proibira e mesmo o sr. Telegrafista tinha ordem de não fornecer. A solicitação que fiz, foi para ver até onde ia o descaramento do emissário, que a todo momento exibia um telegrama, sem mostrar, e chamando atenção para o fato da Diretoria do Banco continuar a insistir na resolução do caso. Antes de serem assinados o cheque, promissória e escritura, apareceu o estafeta do telégrafo, trazendo um telegrama para o sr. João Leite, que, abrindo-o, declarou alto que o Banco enviava ordens terminantes para que fosse solucionado naquele dia tudo. Creio que o sr. João Leite simulou telegramas, para melhor chegar ao seu desejo. Logo após a solução da questão, ele chegando-se para mim disse, com a presunção que lhe é peculiar: “Dr. Moraes, se eu era cotado com o Gal. Flores da Cunha, agora vou ficar mais cotado”.¹²⁸

Ao utilizar de uma fala supostamente proferida pelo emissário Leite Filho, Carlos de Souza Moraes buscou referendar sua argumentação, baseada na afirmativa de que o propósito de João Leite Filho era totalmente personalista: ampliar sem cabedal político junto ao interventor Flores da Cunha, além de favorecer um de seus aliados mais próximos em Herval.

Ao analisar o requerimento e os registros da audiência com as testemunhas (ambos datados de 1935), não encontramos registros da atuação direta de Carlos de Souza Moraes como um dos procuradores que advogava na causa de Alexandre Gonçalves Vieira.

¹²⁸ Museu Histórico Visconde de São Leopoldo (MHVSL) – Coleção Carlos de Souza Moraes – Pasta 16 – Relatório dos acontecimentos referentes ao desfalque do Banco do Rio Grande do Sul em Herval, p. 4.

Contudo, alguns indícios apontam que, no mínimo, ele presou algum tipo de apoio à Francisco Machado Villa. E, em decorrência disso, deve ter recebido do mesmo a documentação oriunda daquele pedido de justificação. Ademais, pelo que foi possível verificar, este conjunto documental é o original – tendo em vista que, quando tratavam-se de cópias, Moraes utilizava um carimbo para deixar isso registrado.

Antes de continuar, devo esclarecer que não tive acesso a outros documentos relacionados com este caso, especialmente junto ao Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul. Deste modo, não tenho como precisar se o processo aberto por Alexandre Gonçalves Filho solicitando indenização por parte do Banco do Rio Grande do Sul teve continuidade e qual foi o resultado do mesmo. Mas o interesse permanece e, assim que oportuno, buscarei por maiores informações e documentos pertinentes ao caso aqui relatado.

Sobre o requerimento impetrado por Francisco Machado Villa junto ao juiz distrital suplente de Herval,¹²⁹ Álvaro da Costa Freitas, visando a convocação de testemunhas, sua justificação é embasada em treze tópicos, narrando os fatos ocorridos e que envolviam Alexandre Gonçalves Vieira. E a leitura dos treze parágrafos de sustentação suscita a ideia de colaboração de Carlos de Souza Moraes e Machado Villa. Embora com uma estrutura diferente, conformada dentro dos parâmetros jurídicos formais do período, a seleção dos fatos, a ordem narrativa e a conotação se assemelha com o relatório escrito por Moraes. Deste modo, o advogado Machado Villa pode ter baseado seu requerimento no escrito de seu colega Carlos de Souza Moraes, ou, também como possibilidade, o requerimento possa ter sido estruturado em conjunto pelos dois, levando apenas, oficialmente, a assinatura de Francisco Machado Villa. E aqui pode ser respondida outra pergunta anteriormente feita, sobre os motivos que levava Moraes, Tasso Corrêa e Itiberê de Moura a serem substituídos em julho de 1935. No caso de Carlos de Souza Moraes, pode ter pesado o fato de ter sido um dos envolvidos na reunião de maio de 1933, na qualidade de juiz distrital de Herval. Sua posterior atuação como advogado no caso poderia inviabilizar a reclamationária de Alexandre Vieira, sendo o processo indeferido e arquivado.

Para Tasso Corrêa, o ano de 1934 representara instabilidade em outro setor no qual atuava, concomitante com a advocacia: o Instituto de Belas Artes de Porto Alegre. Em 24 de outubro de 1934 – alguns dias após ter sido nomeado procurador de Alexandre

¹²⁹ Museu Histórico Visconde de São Leopoldo (MHVSL) – Coleção Carlos de Souza Moraes – Pasta 16 – Requerimento (procurador Francisco Machado Villa).

Vieira –, ao final de uma apresentação no Theatro São Pedro, em Porto Alegre, Tasso Corrêa expôs ao público presente uma série de dificuldades as quais o Instituto enfrentava, especialmente de ordem educativa e administrativa, como morosidade e cerceamento de iniciativas. Além dos expectadores, membros da diretoria da entidade estavam presentes no evento. Diante do mal-estar causado pela atitude de Corrêa, a direção do Instituto de Belas Artes determinou sua imediata demissão.

A medida adotada pela direção do Instituto, entretanto, teve repercussão negativa, corroborando para com as denúncias explicitadas por Tasso Corrêa. Diante da pressão de alunos, professores e do governo estadual – inclusive com interferência do próprio general Flores da Cunha –, Corrêa foi readmitido. Mais que isso: foi nomeado diretor executivo da instituição, ocupando este cargo até 1958. Neste cenário, envolvendo sua própria trajetória acadêmica e artística, Corrêa deve ter priorizado esta – já consolidada – em detrimento de sua recém iniciada carreira jurídica. A interposição do interventor junto ao caso também possui uma conotação política: Tasso Corrêa era um proeminente membro do PRL porto-alegrense, além de integrar a direção da já mencionada Ação de Resistência Nacional do partido. Solucionar uma querela envolvendo um correligionário destacado fazia parte da política de sustentação adotada por Flores da Cunha. E como o processo aberto por Alexandre Vieira era contra o banco estadual – e alguém vinculado ao interventor –, poderia ser mal visto por Flores da Cunha, que lhe ajudara no reingresso junto ao Instituto de Belas Artes.

Quanto ao advogado Itiberê de Moura, conforme citado anteriormente, este era genro de Angelo Flores da Cunha, irmão do interventor federal no Rio Grande do Sul. E Angelo Flores da Cunha era amigo e sócio de João Leite Filho, que alegava representar o governante no caso do desfalque em Herval. Diante dessa ligação direta de seu procurador com alguém tão próximo de Leite Filho, o outro envolvido no processo, Alexandre Vieira deve ter revogado a concessão dada a Itiberê de Moura.

Passemos para uma pormenorização dos depoimentos dados pelas testemunhas inqueridas, em 17 de julho de 1935. Na lista dos convocados, estavam o prefeito municipal hervalense, major Amaro José da Silveira; os irmãos Lorgio Frazão da Silveira e Albino da Silva Silveira Filho; João Campos Vaz, delegado de Polícia local e os médicos Carlos Pirajá Martins e Taciano Siqueira. Na presença do juiz distrital suplente, Álvaro da Costa Freitas, do escrivão José Martins de Souza Filho e do advogado Francisco Machado Villa, teve início a audiência no prédio da Prefeitura Municipal de Herval, por volta das 13 horas daquele dia. Souza Filho integrou, juntamente com Carlos

de Souza Moraes, a diretoria do Grêmio da Mocidade Republicana hervalense, ocupando o cargo de primeiro secretário. Naquela mesma gestão, o delegado João Campos Vaz ocupava o posto de vice-presidente, cabendo ao juiz distrital Moraes a presidência da entidade.¹³⁰

O primeiro depoente foi o prefeito Amaro José da Silveira, que afirmou ter sido convocado pelo interventor Flores da Cunha a comparecer em sua presença em Porto Alegre, para tratar do caso do desfalque que havia sido detectado na correspondência do Banco do Rio Grande do Sul em Herval. Além do chefe do Executivo estadual e de Amaro da Silveira, participou da reunião João Leite Filho. Flores da Cunha asseverou que aquela situação deveria ficar sob o máximo de sigilo e, segundo palavras do prefeito hervalense, o incumbiu de conduzir as investigações na cidade. O interventor reforçou que as suspeitas recaíam sobre Jacintho Vieira da Silva, unicamente. Amaro José da Silveira assegurou, em seu depoimento, que em nenhum momento Flores da Cunha mencionou o nome de Alexandre Gonçalves Vieira, muito menos determinou que fosse efetuada a prisão deste ou pagamento do valor usurpado da correspondência. Também foi taxativo em asseverar que não recaiu sobre João Leite Filho nenhum papel de atuação no referido caso, não recebendo incumbência alguma por parte do interventor federal no estado.

Porém, cabe um questionamento: então, por qual razão, João Leite Filho estava participando daquela reunião entre Flores da Cunha e Amaro José da Silveira? Teria sido chamado apenas para testemunhar o diálogo, como chefe político do PRL em Herval ou, previamente, já havia articulado algum acordo com o governante do Rio Grande do Sul para atuar junto ao caso do desfalque? Na documentação disponível para análise, não existe nenhum depoimento por parte de Leite Filho, onde apresente sua versão dos fatos. Assim como não há indícios de uma explicação que justifique a presença deste ao encontro. Diante disso, não é leviano aventar a hipótese da existência de algum acordo entre Flores da Cunha e Leite Filho, desconhecido de Amaro José da Silveira e dos demais envolvidos no caso.

Prosseguindo em sua narrativa, o prefeito municipal corroborou com a versão de que tivera que ir com urgência para Montevidéu, no Uruguai, onde residia seu sogro, em decorrência do mesmo estar gravemente enfermo. João Leite Filho, por conta disso, partiria então, sozinho, de Porto Alegre para Herval. Amaro José da Silveira teria lhe recomendado expressamente que mantivesse sigilo absoluto sobre o caso, aguardando

¹³⁰ Jornal *A Federação*, 14/10/1931, Ano XLVIII, n. 238, p. 2. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/388653/69879>, acesso em: 21 jul. 2020.

que retornasse de Montevidéu, quando tomaria providências. Ao regressar para Herval, João Leite Filho já havia deixado o município e, mais que isso, encaminhado a resolução do ocorrido, cobrando o pagamento do valor desfalcado de Alexandre Gonçalves Vieira, ameaçando-o com uma possível prisão. Por fim, o major Amaro refutou a legitimidade dos atos de Leite Filho, afirmando que as difundidas “ordens” que este alegava ter recebido não passavam de “fantasia, pois o mesmo não recebera instrução ou mandato algum do general Flores da Cunha”. E concluiu dizendo que seu cunhado “era capaz de atos mentirosos e fraudulentos, tendo em vista ele próprio ser conhecedor de atos de falsidades e intrigas” praticados em larga escala por João Leite Filho.¹³¹

Este trecho final do depoimento de Amaro José da Silveira transparece uma ruptura entre ele e Leite Filho. Estas podem estar sedimentadas em âmbito familiar – o que não é mencionado –, mas evidencia um distanciamento político, que pode ter ocorrido anteriormente ou durante o processo envolvendo o desfalque financeiro, mas que ganhou contornos mais amplos em decorrência da forma como João Leite Filho conduziu a averiguação e promoveu seu desfecho. Tudo leva a crer que ocorreu a partir daquele momento um fenda intransponível entre os dois – e de João Leite Filho com outros integrantes do PRL de Herval.

Coube o segundo depoimento ao secretário da Prefeitura, Albino da Silva Silveira Filho. Impelido pelo juiz suplente Álvaro Freitas, Silveira Filho disse ter participado de algumas diligências conduzidas por João Leite Filho. Durante estas diligências, várias vezes teria ouvido o suposto emissário do interventor afirmar que “prenderia Alexandre Gonçalves Vieira, caso este se recusasse em efetuar o pagamento do montante subtraído”, assim como “caso soubesse que o sr. Alexandre deixasse Herval para ir até uma das fazendas de sua propriedade, iria mandar prendê-lo na mesma hora”.¹³² Prosseguindo, confirmou que Alexandre Gonçalves Vieira assinou um cheque e uma nota promissória, no valor total do desfalque, não recebendo nenhuma importância financeira como indenização por parte de João Leite Filho ou Jacintho Vieira da Silva. Assim como também mencionou a questão da escritura, onde uma propriedade de Vieira da Silva seria repassada para Alexandre Vieira.

¹³¹ Museu Histórico Visconde de São Leopoldo (MHVSL) – Coleção Carlos de Souza Moraes – Pasta 16 – Autos de uma Justificação – Alexandre Gonçalves Vieira, p. 8-9.

¹³² Museu Histórico Visconde de São Leopoldo (MHVSL) – Coleção Carlos de Souza Moraes – Pasta 16 – Autos de uma Justificação – Alexandre Gonçalves Vieira, p. 11.

Albino da Silva Silveira Filho acrescentou ao seu depoimento que, em meados de 1934, quando se encontrava em Porto Alegre, para tratar de assuntos da municipalidade de Herval junto ao Instituto de Previdência do Rio Grande do Sul, foi convidado por João Leite Filho para visitar a sede do Banco do Rio Grande do Sul. Chegando lá, Leite Filho apresentou-o para alguns diretores do banco, onde teria comentado, ironicamente, que Silveira Filho “era um dos homens que havia declarado por escrito a honestidade do sr. Alexandre Gonçalves Vieira”.¹³³

Essa afirmativa leva a crer que algum documento, visando provar a inocência de Alexandre Vieira neste caso, dando fé acerca de sua honorabilidade, tenha sido emitido por seus aliados e encaminhado ao diretores do banco, em Porto Alegre, entre 1933 e 1934. Doravante, o depoimento de Albino da Silva Silveira Filho vai ao encontro da argumentação dada por Carlos de Souza Moraes em seu relatório, ao frisar a intenção de Leite Filho em obrigar Alexandre Vieira a fazer o pagamento do valor usurpado, “ajudando” assim o correspondente Jacintho Vieira da Silva, “que não teria condições de devolver o montante, acabando desta forma por ser preso”.¹³⁴

O depoimento seguinte foi dado pelo delegado de Polícia local, João Campos Vaz. Assim como os que lhe antecederam, afirmou que era público que João Leite Filho propagava que recebera ordens severas de Flores da Cunha para solucionar o caso, dizendo inclusive ser portador de telegramas do interventor e direção do Banco do Rio Grande do Sul, que lhe outorgavam poderes para proceder conforma achasse mais prudente. Questionado por Francisco Machado Villa sobre o fato de ter disponibilizado soldados para policiamento na correspondência do banco em Herval, onde também residia Jacintho Vieira da Silva, e nas cercanias deste imóvel, João Campos Vaz disse ter recebido esta solicitação do coronel Leite Filho. E que este, por sua vez, tinha respaldo do chefe de Polícia do estado, Dário Crespo – através de um telegrama –, para solicitar apoio policial nas diligências e na eventual prisão dos envolvidos, conduzindo-os até Porto Alegre. Perguntado sobre os telegramas, o delegado afirmou que apenas ouvira Leite Filho aludir a posse dos mesmos, mas que em nenhum momento viu efetivamente os referidos documentos.¹³⁵ Mais um elemento que interage com as declarações de Carlos

¹³³ Museu Histórico Visconde de São Leopoldo (MHVSL) – Coleção Carlos de Souza Moraes – Pasta 16 – Autos de uma Justificação – Alexandre Gonçalves Vieira, p. 11-12.

¹³⁴ Museu Histórico Visconde de São Leopoldo (MHVSL) – Coleção Carlos de Souza Moraes – Pasta 16 – Relatório dos acontecimentos referentes ao desfalque do Banco do Rio Grande do Sul em Herval, p. 1.

¹³⁵ Museu Histórico Visconde de São Leopoldo (MHVSL) – Coleção Carlos de Souza Moraes – Pasta 16 – Autos de uma Justificação – Alexandre Gonçalves Vieira, p. 13.

de Souza Moraes, que acusou João Leite Filho de forjar telegramas que, na realidade, não existiam, sendo parte de sua estratégia de convencimento, evitando assim entraves para suas ações e maiores questionamentos por parte dos demais envolvidos.

Lorgio Frazão da Silveira, notário do cartório hervalense – e irmão de Albino da Silva Silveira Filho –, foi o convocado para o quarto depoimento. Sua narrativa ofereceu algumas informações diferentes das demais arroladas. Silveira disse ter sido chamado por Jacintho Vieira da Silva em sua casa, onde este o informou sobre o desfalque ocorrido na correspondência da qual respondia, admitindo de que estava envolvido com este ato ilícito. Acrescentou que Vieira da Silva afirmou estar em posse de documentos que comprovavam a responsabilidade de Alexandre Gonçalves Vieira no desfalque. Posteriormente, Lorgio da Silveira fez a entrega destes documentos ao delegado João Campos Vaz.¹³⁶

No dia seguinte, Lorgio da Silveira foi convidado a comparecer à agência correspondente do banco, onde já se encontravam o delegado João Campos Vaz e o escriturário Ferruccio Camoralli, da filial de Pelotas. O objetivo da reunião era averiguar a origem dos documentos entregues por Jacintho Vieira da Silva. O correspondente bancário disse que, mesmo sem possuírem data, aqueles recibos eram de Alexandre Gonçalves Vieira, que os utilizava para o pagamento de diversas pessoas. Diante das denúncias oferecidas por Vieira da Silva, Alexandre Vieira é convocado para prestar esclarecimentos.

Alexandre Vieira, por seu turno, declarou que reconhecia aqueles documentos, mas que não havia solicitado o valor referido, correspondente ao montante desviado daquela agência. Diante desta negativa, Vieira da Silva manteve-se calado. Lorgio da Silveira acreditava que os documentos na verdade eram um “truque que Jacintho Vieira da Silva empregava”.¹³⁷ Ainda, conforme Silveira, “depois da apresentação destes documentos, em que ‘só’ moralmente podia ser responsável o sr. Alexandre Gonçalves Vieira, foi que teve conhecimento que caso não fosse por qualquer forma coberto o desfalque, seriam ambos levados a Porto Alegre presos”.¹³⁸ Palavras estas que foram ditas por João Leite Filho e pelo delegado João Campos Vaz.

¹³⁶ Museu Histórico Visconde de São Leopoldo (MHVSL) – Coleção Carlos de Souza Moraes – Pasta 16 – Autos de uma Justificação – Alexandre Gonçalves Vieira, p. 15.

¹³⁷ Museu Histórico Visconde de São Leopoldo (MHVSL) – Coleção Carlos de Souza Moraes – Pasta 16 – Autos de uma Justificação – Alexandre Gonçalves Vieira, p. 15.

¹³⁸ Museu Histórico Visconde de São Leopoldo (MHVSL) – Coleção Carlos de Souza Moraes – Pasta 16 – Autos de uma Justificação – Alexandre Gonçalves Vieira, p. 15.

Outra prova teria sido apresentado por Jacintho Vieira da Silva contra Alexandre Gonçalves Vieira: uma caderneta, na qual Alexandre lançara, de próprio punho, quantias da qual era devedor. Silveira reconheceu a letra de Alexandre Vieira naquele documento. Ao ser convocado novamente, Alexandre disse não lembrar daquela caderneta. Entretanto, depois disse ter se lembrado da mesma, onde lançara pagamentos que já havia efetuado. Ao ser intimado pelo delegado para que apresentasse novamente a caderneta referida, Jacintho Vieira da Silva se dirigiu para sua residência – anexa ao prédio da agência. Ao retornar, Vieira da Silva informou que a caderneta havia sido lançada ao fogo por sua esposa. Aqui cabem dois questionamentos: por qual razão a esposa de Jacintho Vieira da Silva teria queimado aquele documento, se talvez soubesse que ele beneficiaria seu marido em um processo administrativo e criminal? E, sabendo da importância desta caderneta para provar sua inocência, Vieira da Silva a deixaria em um lugar de tão fácil acesso? Embora Lorgio da Silveira tenha confirmado reconhecer a letra de Alexandre Vieira naquela caderneta, não havia a certeza de que aquelas anotações efetivamente estavam vinculadas com o desfalque. E, caso isso não fosse comprovado, poderia implicar em um crime de acusação falsa contra Vieira da Silva. Diante desse fato, é possível que o correspondente bancário tenha destruído o documento. E o delegado de Polícia não procedeu uma diligência na casa deste, nem ouviu sua esposa, visando confirmar se a caderneta foi realmente queimada

Ao final de seu depoimento, Lorgio Frazão da Silveira também afirmou que não tinha visto nenhuma correspondência de Flores da Cunha para João Leite Filho, ordenando a condução do inquérito e, muito menos, autorizando a prisão de Alexandre Gonçalves Vieira.

As próximas testemunhas arroladas foram os médicos Carlos Pirajá Martins e Taciano Siqueira. O primeiro foi apontado por Carlos de Souza Moraes como amigo pessoal de Jacintho Vieira da Silva. Fato este que foi confirmado por Pirajá Martins em seu depoimento. Em decorrência desta relação, o médico disse que estivera algumas vezes na casa de Vieira da Silva durante o mês de maio de 1933, período em que Leite Filho procedia a investigação sobre o desfalque. Confirmou que estava presente na reunião onde Alexandre Gonçalves Vieira assinou o cheque e a nota promissória, assumindo a responsabilidade pela restituição dos valores onerados do correspondência local do Banco do Rio Grande do Sul.¹³⁹

¹³⁹ Museu Histórico Visconde de São Leopoldo (MHVSL) – Coleção Carlos de Souza Moraes – Pasta 16 – Autos de uma Justificação – Alexandre Gonçalves Vieira, p. 18-19.

Assim como as demais testemunhas, garantiu que Alexandre Gonçalves Vieira não recebeu nenhuma importância financeira em troca de assumir o pagamento do desfalque, observando que presenciara apenas a assinatura de uma escritura entre Alexandre Vieira e Jacintho Vieira da Silva. Questionado por Francisco Machado Villa se sabia da amizade entre João Leite Filho e Vieira da Silva, o médico confirmou que sim, “inclusive sendo o sr. Jacintho responsável pela correspondência de João Leite nesta vila, remetendo-as para uma das fazendas de propriedade do mesmo”.¹⁴⁰ Acrescentou que Leite Filho fizera diversas reuniões na sede local do Banco do Rio Grande do Sul, sendo ele o responsável por trazer o nome de Alexandre Vieira como partícipe na atividade fraudulenta. Por fim, Carlos Pirajá Martins asseverou que durante o tempo em que frequentou a casa de Vieira da Silva, jamais ouviu comentários sobre a participação de Alexandre Gonçalves Vieira em algum desfalque naquela correspondência bancária.

Analisando este depoimento, há a impressão que Carlos Pirajá Martins, por conta de sua amizade com Jacintho Vieira da Silva, procurou defender o amigo de acusações, imputando responsabilidade das acusações contra Alexandre Vieira totalmente ao coronel João Leite Filho. Na documentação, especialmente no relatório de Carlos de Souza Moraes, não há menção de amizade ou outra forma de ligação entre o médico e o presente emissário de Flores da Cunha. Deste modo, talvez Pirajá Martins não tenha considerado um problema acentuar o papel articulista de Leite Filho durante a condução da investigação.

Finalizando a audiência, o médico Taciano Siqueira informou que no início do mês de maio de 1933 estava ausente de Herval, encontrando-se na cidade de Pelotas. Nesta ocasião, encontrou Alexandre Gonçalves Vieira, que se dirigia para a filial do Banco do Rio Grande do Sul naquele município. Posteriormente, ficou sabendo que

[...] o assunto que levava o sr. Alexandre a essa filial [...] se prendia ao fato de haver o sr. Alexandre Gonçalves Vieira emitido um cheque [...] de determinada importância e que se tinha verificado então que não existia na conta de depósito do sr. Alexandre na mesma filial o saldo que aquela importância representava. E que após correspondência tirada entre a filial do banco em Pelotas e a correspondência desse mesmo banco nesta localidade, se constatava um desfalque nesta última, reconhecendo-se oficial que o sr. Alexandre Gonçalves Vieira tinha direito a um saldo representado pela importância do cheque emitido, motivo pelo qual a filial do Banco do Rio Grande do Sul em

¹⁴⁰ Museu Histórico Visconde de São Leopoldo (MHVSL) – Coleção Carlos de Souza Moraes – Pasta 16 – Autos de uma Justificação – Alexandre Gonçalves Vieira, p. 20.

Pelotas lhe passava na caderneta de depósito, em que ela registrava o saldo a que tinha direito.¹⁴¹

A narrativa de Taciano Siqueira vai ao encontro dos fatos descritos por Carlos de Souza Moraes, em que os representantes da filial pelotense do Banco do Rio Grande do Sul, Mario Douglas Cabral e Ferruccio Camoralli, haviam ainda no mês de abril de 1933 encontrado um valor desviado da conta de Alexandre Gonçalves Vieira, partindo esse desfalque a correspondência bancária hervalense. E, naquele primeiro momento, a responsabilidade recaía apenas sobre Jacintho Vieira da Silva. E que a iniciativa incriminar Alexandre Vieira foi tomada por João Leite Filho – sendo que Moraes ainda aponta para uma possível participação de Vieira da Silva e Camoralli na trama.

Siqueira complementou seu interrogatório, informando que em certa ocasião, estando no Grupo Escolar de Herval, ouvira uma reunião da qual participavam Leite Filho, Alexandre Vieira e outras pessoas. O médico não participou deste concurso, estando em uma sala contígua. Mas pode ouvir que João Leite Filho insistia para que “o sr. Alexandre assumisse o pagamento do desfalque, para evitar graves problemas para si e vexame para sua família”.¹⁴²

Assim como ocorreu nos cinco depoimentos arrolados anteriormente, Taciano Siqueira também ressaltou a forma como João Leite Filho rogava para si ter recebido ordens diretas do general Flores da Cunha e da direção do banco. Do mesmo modo, alegou ouvir Leite Filho propalar a existência dos telegramas, mas não teve acesso a estes documentos – assim como os demais presentes na reunião final, que culminou com Alexandre Vieira assumindo o prejuízo financeiro.

Como expressei anteriormente, não foi possível ter acesso a outros documentos que complementem os que foram consultados, assim como verificar se o processo teve continuidade – o que talvez não tenha ocorrido, tendo em vista que Carlos de Souza Moraes deteve documentos originais relacionados com o caso. Deste modo, assinalar o desfecho de todo o processo se torna inviável neste momento. Mas, quanto ao enredo político no qual este caso está inserido, alguns desdobramentos foram descortinados, contrapondo esta documentação com informações vasculhadas na imprensa daquele período.

¹⁴¹ Museu Histórico Visconde de São Leopoldo (MHVSL) – Coleção Carlos de Souza Moraes – Pasta 16 – Autos de uma Justificação – Alexandre Gonçalves Vieira, p. 21.

¹⁴² Museu Histórico Visconde de São Leopoldo (MHVSL) – Coleção Carlos de Souza Moraes – Pasta 16 – Autos de uma Justificação – Alexandre Gonçalves Vieira, p. 22.

Em maio de 1934, uma nota de *A Federação* mencionou a presença do coronel João Leite Filho em Porto Alegre, destacando que este ocupava a direção do PRL no município de Herval. Na mesma página, acima da referida nota, outra publicação menciona que o prefeito Amaro José da Silveira também estava na capital, quando aproveitou a oportunidade para fazer uma visita à redação do jornal.¹⁴³ Cabe lembrar que Leite Filho residia em Porto Alegre. Mas, pelo conteúdo da nota, é possível que o mesmo estivesse em alguma de suas propriedades rurais ou cumprindo alguma agenda partidária em Herval. O fato de João Leite Filho e Amaro José da Silveira estarem em Porto Alegre na mesma oportunidade abre possibilidades de interpretação. E uma delas é de que, neste período, tenha sido articulada uma alteração na direção partidária em Herval, com mediação do interventor Flores da Cunha.

Ao fazer uma leitura das fontes utilizadas, especialmente aquelas vinculadas com o processo movido por Alexandre Gonçalves Vieira, é mencionado que João Leite Filho “era então líder político em Herval naquela oportunidade”,¹⁴⁴ quando do desfalque ocorrido na correspondência local do Banco do Rio Grande do Sul. Neste caso, a documentação, datada de 1935, menciona o fato contextualizado em 1933. A nota do jornal *A Federação*, por sua vez, indica que até maio de 1934 Leite Filho continuava exercendo esta liderança. Mas uma publicação de dezembro do mesmo ano, também no jornal oficial do PRL, indica que naquele interim, houve uma mudança de mandatários em Herval, corroborando com a hipótese de que, ainda em maio, a interferência de Flores da Cunha tenha ocasionado esta alteração no quadro partidário daquele município.

Conforme publicado, o interventor Flores da Cunha referendou o nome do major Amaro José da Silveira como candidato do PRL, nas eleições de 1935, para o cargo de prefeito constitucional. Essa confirmação, através de telegrama, foi enviada aos membros da Comissão Executiva hervalense.¹⁴⁵ Essa diretoria era composta por Taciano Siqueira (uma das testemunhas no processo analisado), Alcides Cunha, Simplício Silva e Lourival Amaro da Silveira. Como visto, não constava menção ao nome do coronel João Leite Filho na chefia partidária. A publicação também acentua um aspecto importante: que mesmo diante de uma tensão existente entre os cunhados Amaro da Silveira e Leite Filho

¹⁴³ Jornal *A Federação*, 18/05/1934, Ano LI, n. 113, p. 2. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/388653/75467>, acesso em: 22 jul. 2020.

¹⁴⁴ Museu Histórico Visconde de São Leopoldo (MHVSL) – Coleção Carlos de Souza Moraes – Pasta 16 – Autos de uma Justificação – Alexandre Gonçalves Vieira.

¹⁴⁵ Jornal *A Federação*, 13/12/1934, Ano LI, n. 284, p. 4. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/388653/76952>, acesso em: 22 jul. 2020.

– e levando em conta o capital político deste último –, o então prefeito de Herval manteve uma imagem positiva junto ao general Flores da Cunha, governante estadual e chefe do PRL. João Leite Filho também manteve seu status, tendo em vista continuar integrando a diretoria do Banco do Rio Grande do Sul. E, por conta do processo movido por Alexandre Gonçalves Vieira, arestas políticas e pessoais ficaram evidenciadas e, possivelmente, necessitando de nova interferência de Flores da Cunha para mediar e estabilizar o ambiente partidário em Herval.

No pleito municipal de novembro de 1935, além de Amaro José da Silveira como candidato à prefeito, o PRL indicou a seguinte nominata para a Câmara de Vereadores: Alcides Arbues Vieira da Cunha, Lorgio Frazão da Silveira, Anfilóquio Dutra da Silveira, Otacílio Silveira Dias, Simplício Pereira da Silva, José Cardoso Lucas e Alexandre Gonçalves Vieira.¹⁴⁶ A inclusão de Alexandre Vieira na lista evidencia dois elementos: o primeiro – confirmando a tese que avantei –, externando que Vieira integrava um grupo político conjuntamente com Lorgio da Silveira, Amaro José da Silveira, Albino da Silva Silveira Filho, Taciano Siqueira e outros, que passou a se opor ao comando partidário de João Leite Filho. Ao mesmo tempo, este grupo – provavelmente por incluírem membros de tradicionais famílias locais – manteve seu apoio ao governador Flores da Cunha (eleito indiretamente pela Assembleia Legislativa em abril daquele ano), assim como recebeu apoio do mesmo, evidenciando a prática de negociações político-partidárias, mesmo diante de querelas pessoais, como o caso ocorrido em Herval. Para além da questão envolvendo o desfalque bancário, a situação representou a cisão do PRL local e o conflito entre suas lideranças.

Em 1937, ano de intensos conflitos políticos no Rio Grande do Sul, marcado por distensões e dissidências, tanto nos partidos da Frente Única Gaúcha – PL e PRR – quanto no PRL, Alexandre Gonçalves Vieira consolidou sua liderança junto ao diretório hervalense. Conforme notícia publicada em junho daquela ano no *A Federação*, Flores da Cunha havia homologado a nova direção municipal do PRL, composta por Alexandre Vieira, como presidente, Homero de Macedo na secretaria, tendo no conselho Lorgio Frazão da Silveira, Simplício Pereira da Silva e Epaminondas Madruga Augusto. Na suplência estavam Albino da Silva Silveira Filho, Lourival Amaro da Silveira, Maurício

¹⁴⁶ Jornal *A Federação*, 12/10/1935, Ano LII, n. 106, p. 2. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/388653/78294>, acesso em: 21 jul. 2020.

Alfredo Dutra e Alcides Arbues Vieira da Silva.¹⁴⁷ No mês de agosto, era fundado em Herval o Grêmio Republicano Liberal Flores da Cunha, cuja diretoria contava com Manoel Custódio Aguillar, Artur Maramenchi, Lorgio Frazão da Silveira Filho, Oscar Vitória Silva e José Martins da Silva Filho.¹⁴⁸ Esta composição partidária manteve-se fiel ao general Flores da Cunha até outubro de 1937, quando este renunciou ao cargo de governador, partindo para o exílio no Uruguai.

Sobre Jacintho Vieira da Silva, o principal acusado da fraude financeira, não foram encontradas informações a respeito de sua trajetória. Não foi possível confirmar se permaneceu em Herval ou deixou o município após o ocorrido na correspondência local do Banco do Rio Grande do Sul.

Enquanto a maioria dos envolvidos no processo, que eram vinculados ao Partido Republicano Liberal, manteve seu status político ou, como no caso de Alexandre Gonçalves Vieira, ascendeu na liderança partidária em Herval, Carlos de Souza Moraes, que não se filiara ao PRL, foi afastado do cargo que ocupava, sendo a exoneração assinada por Flores da Cunha em outubro de 1933. Ao deixar o posto de juiz distrital e transferir sua residência para Porto Alegre, Moraes se dedicou, entre 1933 e 1937, ao exercício da advocacia. Entrementes, não deixou a atividade político-intelectual, ao qual também se dedicava com afinco.

Em 1936, encontramos o registro de Carlos de Souza Moraes proferindo uma palestra, em Porto Alegre, intitulada “Alberto Torres e o problema imigratório brasileiro”.¹⁴⁹ O tema da conferência imbricava dois pilares sobre os quais Moraes construíra sua trajetória enquanto intelectual: o pensamento social de Alberto Torres e a questão da imigração no Brasil. Sobre o primeiro tópico, ele delineou os horizontes de Carlos de Souza Moraes especialmente nas décadas de 1930 e 1940. Sobre a temática imigratória, ela esteve presente em sua produção até seus últimos anos de vida.

A palestra foi realizada durante um encontro do núcleo sul-rio-grandense da Sociedade dos Amigos de Alberto Torres, fundado naquele mesmo ano de 1936. Como veremos no próximo capítulo, Carlos de Souza Moraes teve um papel importante na

¹⁴⁷ Jornal *A Federação*, 30/06/1937, Ano LIV, n. 147, p. 1. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/388653/82152>, acesso em: 21 jul. 2020.

¹⁴⁸ Jornal *A Federação*, 3/08/1937, Ano LIV, n. 174, p. 1. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/388653/82375>, acesso em: 21 jul. 2020.

¹⁴⁹ Jornal *A Federação*, 14/10/1936, ano LIII, número 233, p. 2. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/388653/80532>, acesso em: 20 jan. 2019.

articulação deste núcleo. E a Sociedade dos Amigos de Alberto Torres esta, em nível nacional, fortemente vinculada com aspectos educacionais e de políticas migratórias, inclusive angariando espaço significativo junto ao governo de Getúlio Vargas.

3. O PENSAMENTO NACIONALISTA E AS QUESTÕES SOBRE IMIGRAÇÃO NAS DÉCADAS DE 1930 E 1940

Não é incomum, ao abordarmos períodos discricionários do século XX, como foi o caso do Estado Novo no Brasil (1937 - 1945), elaborarmos uma concepção verticalizada de imposições, com as ordenações partindo das esferas mais altas para os demais atores sociais. Não obstante, é dado um destaque maior para os principais líderes destes regimes e sua atuação, nem sempre procurando compreender a participação de outros agentes e entidades na efetivação dos programas e sistemas ideológicos destes modelos autoritários.

No Brasil das décadas de 1930 e 1940, um destes grupos político-intelectuais foi a Sociedade dos Amigos de Alberto Torres, cujo ideário nacionalista encontrou respaldo no governo de Getúlio Vargas, alcançando um relativo espaço de atuação e dinamização de alguns pontos de sua agenda, especialmente no campo da educação e políticas migratórias.

Como veremos neste capítulo, existem alguns trabalhos acadêmicos que se ocupam a compreender e analisar aspectos da trajetória da Sociedade dos Amigos de Alberto Torres. Contudo, em decorrência da limitação de fontes mais substanciais sobre esta agremiação, o campo de abrangência possível de descortinar fica mais restrito. É minha intenção, neste trabalho, contribuir para alargar as informações e conhecimentos acerca desta entidade, assim como mapear sua atuação mais direta no Rio Grande do Sul, a partir de 1936. Para isso, tenho buscado analisar com afincado e de forma crítica a documentação disponível e publicações na imprensa sobre o núcleo sul-rio-grandense da Sociedade dos Amigos de Alberto Torres.

É possível adiantar que, principalmente em seus anos iniciais, ainda na década de 1930, este núcleo angariou simpatia e apoio de agentes políticos e intelectuais no estado, que colaboraram de alguma forma para fortalecimento desta agremiação e difusão de suas ideias. Ao considerarmos a forte presença de levas de imigrantes e seus descendentes no Rio Grande do Sul, que constituíram relações de aproximação e distanciamento com a sociedade local ao longo dos séculos XIX e XX, a criação de uma organização de cunho nacionalista também tinha objetivos estratégicos para essas regiões e comunidades.

Da mesma forma que ocorreu em nível nacional, com integrantes ocupando cargos dentro da burocracia administrativa governamental, houve uma ligação de membros da Sociedade dos Amigos de Alberto Torres com o aparato estadual, além de inserções em

algumas prefeituras municipais. Em maior ou menor grau, estes *torreanos* – como eram chamados os integrantes da entidade – buscaram estabelecer a implementação em nível local das principais plataformas do grupo ao qual representavam. E, a partir de 1937, com a deflagração do Estado Novo no Brasil e a constituição de uma efetiva política estatal de nacionalização e construção de uma identidade genuinamente nacional, a Sociedade dos Amigos de Alberto Torres encontrou um campo ainda mais fértil para ascender e ocupar nichos importantes.

3.1 “EM BUSCA DE UM BRASIL GENUINAMENTE BRASILEIRO”: NACIONALISMO E CONSTRUÇÃO IDENTITÁRIA

A questão social, no que concerne ao povoamento do solo, no Brasil, tem sido objeto de grandes controvérsias e de soluções nem sempre condizentes com a realidade o problema. As discussões havidas, como é nosso vezo, nunca conduziram a resultados manifestamente positivos, afim de que resolvêssemos um dos assuntos mais palpitantes da nacionalidade. Releva notar, no entanto, que a Constituição de 16 de julho consignou um dispositivo que, não obstante não ser a última palavra, é entretanto uma providência de alta sabedoria, no assunto, por isso que proibiu, indiretamente, a entrada de elementos alienígenas que, pelas suas etnias, eram prejudiciais à constituição do tipo étnico brasileiro. Foi um grande passo para o encaminhamento racional da matéria.¹⁵⁰

O texto publicado por Carlos de Souza Moraes nas páginas do *Diário de Notícias*, datado de 31 de outubro de 1934 – exatamente um ano após deixar a cidade de Herval e o cargo de juiz distrital que lá exercia –, evidencia dois pontos relevantes: o primeiro, pertinente à inserção intelectual que Moraes iniciava em nível estadual, utilizando a imprensa como veículo divulgador de ideias que lhe eram caras. E o segundo aspecto reside exatamente nesse ponto: o artigo exprime um tema sobre o qual dedicaria grande parte de sua produção intelectual – e de seus esforços políticos –, ou seja, as questões relacionadas com a imigração para o Brasil.

Acrescenta-se, ainda, que esse pequeno trecho demonstra uma conexão dos argumentos de Carlos de Souza Moraes, sobre a presença de “grupos étnicos nocivos” ao Brasil, com a agenda política da Sociedade dos Amigos de Alberto Torres. É plausível considerar que, nessa época, Moraes já estabelecia contato com essa entidade e com seus membros, reunidos institucionalmente há quase dois anos.

Intelectuais, empresários, militares, agentes públicos e políticos de carreira. Em torno destes grupos, alinhados com as ideias sociais de Alberto Torres, foi organizada uma entidade político-intelectual em novembro de 1932. A iniciativa ganhou destaque nas páginas do fluminense *Jornal do Commercio*:

Um grupo de estudiosos da obra de Alberto Torres vai se constituir em sociedade para analisar e propagar as ideias e os ensinamentos do

¹⁵⁰ Museu Histórico Visconde de São Leopoldo (MHVSL) – Coleção Carlos de Souza Moraes – Pasta 85 – Documentos referentes ao Núcleo da Sociedade dos Amigos de Alberto Torres no Rio Grande do Sul (Artigo publicado por Carlos de Souza Moraes no jornal *Diário de Notícias* com o tema “O Problema Imigratório”).

sociólogo brasileiro. Não é preciso salientar o mérito que terá essa futura associação, sendo também seu objetivo chamar a atenção do país para o trabalho da constituição brasileira que empreender Alberto Torres.

Não tem objetivos literários, nem discutir bizantinices a Sociedade dos Amigos de Alberto Torres, mas, tão somente realizar um trabalho de exegese social e desenvolver as ideias e estudos que foram deixados em tese pelo autor da “Organização Nacional”. É propósito da Sociedade corresponder-se com os torreanos de todos os Estados para provocar a criação dos núcleos locais e conseguir também estudos objetivos sobre as condições atuais de vida das várias regiões do país.¹⁵¹

A partir das informações contidas na publicação, é possível afirmar que, em termos gerais, a Sociedade dos Amigos de Alberto Torres, também conhecida e mencionada pela sigla SAAT, tinha como motivação principal de sua existência o debate e a difusão das ideias de Alberto Torres, analisando os problemas brasileiros a partir do legado intelectual deixado por seu patrono. Em decorrência disso, é importante trazer algumas considerações sobre a trajetória deste político e sociólogo fluminense.

Nascido em 26 de novembro de 1865, na cidade de Itaboraí, na então província do Rio de Janeiro, Alberto de Seixas Martins Torres bacharelou-se em Direito pela Faculdade de Direito de São Paulo em 1885. Neste período, colaborou com a imprensa, escrevendo artigos para jornais como *O Constitucional* e *A República*. Retornou para o Rio de Janeiro, onde além da advocacia, dedicou-se à causa abolicionista e republicana, fundando o periódico *O Povo*, onde defendia a implementação deste modelo de governo. Proclamada a República, iniciou sua trajetória política, ingressando no Partido Republicano Fluminense (PRF), sendo eleito deputado na Assembleia Constituinte Estadual do Rio de Janeiro, assumindo seu mandato em março de 1892. No ano de 1894, é eleito deputado federal, cargo que exerceu por aproximadamente um ano.

Entre 30 de agosto de 1896 e 07 de janeiro de 1897, ocupou o cargo de ministro da Justiça e Negócios Interiores. Entretanto, deixou a pasta em decorrência de atritos com o então vice-presidente da república, o baiano Manuel Vitorino Pereira, que estava no exercício da presidência, pois Prudente de Moraes estava afastado por motivos de saúde. O motivo central da animosidade entre Torres e Manuel Vitorino foi a intervenção que este último promoveu em Campos dos Goytacazes, buscando favorecer o político Nilo Peçanha, contrário ao grupo do qual Alberto Torres fazia parte. Diante da medida adotada

¹⁵¹ *Jornal do Commercio*, 20/11/1932, Ano 105, n. 276, p. 12. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/364568_12/19253, acesso em: 5 ago. 2020.

pelo presidente em exercício, Torres pede sua demissão. Contudo, mesmo com a interferência de Manuel Vitorino, a ala de Alberto Torres manteve seu status político – consolidado com o retorno de Prudente de Moraes ao Executivo federal. Nas eleições estaduais de 1897, Torres é eleito presidente do Rio de Janeiro, exercendo seu mandato entre 31 de dezembro de 1897 e 31 de dezembro de 1900.

Já no governo presidencial de Campos Sales, Alberto Torres é nomeado ministro do Supremo Tribunal Federal, assumindo em 1901. Seis anos mais tarde, em decorrência de problemas graves de saúde, solicitou licença do cargo, recebendo em 1909 sua aposentadoria. Deste período até seu falecimento, em 29 de março de 1917, Alberto Torres dedicou seu tempo aos estudos e compreensão da realidade brasileira, especialmente seus problemas de ordem social.

Os primeiros textos abordando essa problemática foram publicados no jornal *Gazeta de Notícias*, do Rio de Janeiro, em forma de artigos, entre novembro de 1910 e fevereiro de 1911. Três anos depois, estes artigos foram compilados em um único volume, resultando naquela que muitos consideram ser a obra mais importante de Alberto Torres: *A Organização Nacional*, publicado em 1914. De um série de publicações no *Jornal do Commercio*, no ano de 1912, acrescidos de um discurso que proferira no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro – para o qual foi eleito em 1911 –, Alberto Torres lançou o livro *O problema nacional brasileiro*, também creditado como um marco referencial para análise e interpretação da sociedade nacional.

Em síntese, Alberto Torres buscou, em sua produção intelectual, expor aqueles que julgava como principais problemas brasileiros e que, a partir de uma análise profunda, precisavam ser corrigidos, visando melhorar a vida e as condições sociais do povo. Deste modo, aspectos como a formação da nacionalidade, o sistema político e constitucional e a falta de amparo ao trabalhador nacional, foram temas recorrentes em suas publicações. Denunciou a ingerência do Estado brasileiro em intervir nos problemas sociais, especialmente os relacionados com saúde e educação. Preconizava que deveria haver um governo mais centralizado e forte, que atuasse incisivamente para combater desigualdades e desmandos da elite política. Por conta dessas assertivas, Alberto Torres recebeu, por parte de seus críticos, a rotulação de “pensador autoritário”.

E cabe ressaltar outra característica dos escritos de Alberto Torres – e que assinala uma diferença importante relacionada com as reinterpretações e discursos promovidos pela entidade da qual seria patrono: a forte crítica às teorias racistas e eugênicas que se avolumavam entre o final do século XIX e primeiras décadas do século XX. Embora

defensor de uma nacionalidade brasileira e de valorização do trabalhador nacional em relação ao estrangeiro – sua crítica residia, sobretudo, nos investimentos e vantagens para com imigrantes em detrimento à vida sofrível pela qual passava, por exemplo, o homem do campo –, Torres não adotava um tom de xenofobia. Além disso, reconhecia a importância do aprendizado com as culturas advindas de outros países, através dos imigrantes. Segundo Alberto Torres, nesta perspectiva, era necessário "aprender com alemães, com americanos, com franceses, com ingleses, e com brasileiros, quando for possível, a ser brasileiros: eis a fórmula do nosso cosmopolitismo mental" (TORRES, 1982b, p. 29).

Como será possível verificar ao longo deste capítulo, a Sociedade dos Amigos de Alberto Torres empreendeu uma apropriação e ressignificação das ideias defendidas por seu patrono, condicionando-as com teorias e concepções socioculturais, políticas e econômicas fortemente estabelecidas na época de fundação e atuação da entidade, ou seja, as décadas de 1930 e 1940. E a citação de Carlos de Souza Moraes, no início desta parte do trabalho, corrobora para esta interpretação. Outros autores, como Silvia Pinho (2007) e Sérgio Costa (2006), que abordaram Alberto Torres em suas pesquisas, refutam a percepção de que suas obras tenham a xenofobia como uma marca presente. Faz-se necessário, contudo, apontar que a narrativa enfática e de cunho nacionalista de Alberto Torres, abriu margem para a apreensão de um discurso que poderia ser considerado xenófobo – embora o próprio autor discorde dessa argumentação de superioridade racial. Sérgio Costa (2006, p. 187), ao analisar as obras de Manoel Bomfim e Alberto Torres, assevera que “a motivação de ambos os autores é abertamente nacionalista. Escrevem com o intuito de comprovar e defender a viabilidade de um projeto nacional brasileiro e insistem, por isso, na formação e definição do que chamam de ‘caráter nacional’”.

Sobre o racismo científico do final do século XIX e princípio do XX, Alberto Torres salientava sua percepção de que este era um instrumento imperialista, adotado politicamente por algumas nações europeias:

Não se poderia achar prova mais clara da natureza política deste movimento, do que a que mostram a semelhança e simultaneidade das diversas doutrinas aristocráticas, predominantes na ciência social. Gobineau e Maltus, Vacher de Lapouge, certas filiações políticas e sociais do darwinismo, Nietzsche, surgiram, de origens e de fontes diversas, quase na mesma geração, chegando, por métodos todos científicos, à mesma conclusão: a afirmação da superioridade morfológica, irredutível, de certas raças e certos povos. Este período é justamente aquele em que a idéia da igualdade humana, já assentada no

terreno político, ia avançando, com a instrução dos trabalhadores e o aumento do proletariado urbano, para o terreno econômico, exigindo a extinção dos monopólios e das vantagens sociais das classes privilegiadas, e em que a expansão colonizadora dos tempos modernos começava a operar o encontro das nações cultas com as raças menos adiantadas. Chefes superiores e raças colonizadoras pediram títulos à ciência, para os direitos da hierarquia e da subordinação (TORRES, 1982b, p. 69-70)

A visão antiimperialista de Alberto Torres foi instrumentalizada pela SAAT, fortemente coadunada com o discurso nacionalista que imperava no Brasil desde os primeiros anos do século XX, com seu ápice nas décadas de 1930 e 1940, durante o regime do Estado Novo. E ao abordarmos os nacionalismos, se torna importante afiançar que não houve homogeneidade destes pensamentos e modelos de organização, ao vermos sua presença nos diferentes estados nacionais. Deste modo, é apropriado o uso em plural deste termo. Diversos pesquisadores, em campos como História, Sociologia e Economia, se dedicaram ao tema, com seus decorrentes desdobramentos, imbricações e especificidades. Esta análise conjuntural se faz importante para compreendermos o nacionalismo brasileiro dos anos 1930 e 1940. Cabe destacar que não se trata de uma análise pormenorizada, mas de uma visualização das principais características históricas destes modelos.

O nacionalismo alemão, segundo autores como Alexander Motyl (2001) e Mark Kesselman (2009), remonta ao período da Reforma Protestante, onde teve início um processo mais agudo de formação identitária, com a disseminação de linguagem e literatura comum germânica. Alguns séculos mais tarde, durante o período do expansionismo napoleônico pela Europa, no início do século XIX, a ideia de uma unificação geopolítica alemã começa a ganhar novo impulso. Com a queda de Napoleão Bonaparte e como desdobramento do Congresso de Viena, entre 1814 e 1815, os estados germânicos constituíram a Confederação Alemã – *Deutscher Bund*.

Entre 1850 a 1870, os territórios alemães vivenciavam ainda uma ascensão econômica, com o surgimento de uma espécie de Revolução Industrial: o surgimento de fábricas, aumento da produção têxtil e da indústria de ferro. Além disso, houve expansão das linhas férreas, facilitando o transporte e a circulação – fator importante no processo de unificação alemã e elaboração de seu nacionalismo. Essa concepção nacionalista recebeu contornos mais extremos com a chegada do Partido Nazista ao poder, em 1933, onde concepções de superioridade racial e genética, alinhadas com diretrizes

salvacionistas e de retomada do protagonismo alemão, edificaram um modelo radical de nacionalismo.

No Japão, o culto ao imperador e o caráter etnicorreligioso fazem parte de um modelo de nacionalismo que encontrou inspiração nas ideologias existentes no Ocidente, especialmente aquelas de cunho fascista, com as devidas adaptações. Durante o Período Meiji (1867-1912), a ideologia nacionalista foi construída a partir do uso de filosofias e narrativas políticas próprias, coadunadas com elementos estrangeiros. Seu objetivo seminal era o desenvolvimento de uma unidade nacional – territorial e cultural – e sentimento de patriotismo. Nesse sentido, era importante defender-se das políticas expansionistas de potências ocidentais, como Inglaterra ou a nascente Alemanha unificada. Posteriormente, o interesse foi de alcançar um status semelhante a estas potências no cenário mundial. Na medida que essa agenda geopolítica avançava, características mais totalitárias eram adotadas pelo governo, além da implementação de um expansionismo militar, nas primeiras décadas do século XX. Esse modelo fez com que, em 1940, o Japão se unisse à Alemanha e Itália, nos meses iniciais da Segunda Guerra Mundial, no grupo que entrou para a História como o “Eixo”.

No Brasil, o nacionalismo crescente da década de 1920 ganhou a incorporação de um novo elemento: a eugenia, que ganhou espaço dentro das discussões ideológicas sobre a nação que se pretendia construir naquela conjuntura e do tipo ideal de homem brasileiro.

O termo eugenia foi criado por Francis Galton, antropólogo, matemático e estatístico francês, em 1883. O significado da expressão seria algo como “bem nascido” e, conforme teorizou Galton, eugenia é “o estudo dos agentes sob o controle social que podem melhorar ou empobrecer as qualidades raciais das futuras gerações seja física ou mentalmente”. As ideias eugênicas no Brasil passaram a ser difundidas e a ganhar mais espaço após a Primeira Guerra Mundial (1914-1918), repercutindo, sobretudo, entre membros da chamada elite intelectual, científica e política nacional.

Coadunadas com o ideário nacionalista, a eugenia poderia ser utilizada como uma forma de construção identitária, perfazendo um novo modelo de homem brasileiro, conformando-o através do branqueamento, fundindo o brasileiro com determinados grupos de imigrantes europeus. O médico paulista Renato Kehl foi o principal eugenista brasileiro, ganhando proeminência ao se aproximar da chamada *eugenia negativa*, oriunda da Alemanha e dos Estados Unidos, onde a reprodução de determinados sujeitos sociais, classificados como indesejados ou contraproducentes, deveria ser evitada de qualquer modo.

Foi essa dimensão da *higiene racial* que sedimentou bases ideológicas e institucionais para o pensamento arianista e ideias eugênicas desenvolvidas na Alemanha nazista, entre 1933 e 1945. Em 1935, Renato Kehl assumiu abertamente sua simpatia para com a política de controle social nazista, buscando difundi-la também no Brasil. Segundo ele, o determinismo biológico deveria ser encarado como um problema estatal, pois todas as mazelas sociais, as crises e ameaças derivavam da questão da regeneração biológica racial.

Contudo, a eugenia mais radical não encontrou eco mais amplo entre os intelectuais brasileiros. Nomes como Gilberto Freyre e Edgard Roquette-Pinto se posicionaram contra o determinismo biológico, apontando para os problemas de ordem social, política, educacional e econômica os fatores que impediam a evolução do homem brasileiro e da sociedade, não o fato do Brasil ser um país de alta mestiçagem.

3.2 A SOCIEDADE DOS AMIGOS DE ALBERTO TORRES E SUA ATUAÇÃO NO CENÁRIO EFERVESCENTE DOS ANOS 1930 E 1940: TRAJETÓRIA, DISCURSOS E AÇÕES

Retomando os passos iniciais da Sociedade dos Amigos de Alberto Torres, a já mencionada nota do *Jornal do Commercio* informou também a composição dos idealizadores da entidade. São destacados os nomes de Francisco José de Oliveira Vianna, Alberto José de Sampaio, Augusto Saboia Lima, Alcides Gentil, Hélio Gomes, Edgard Teixeira Leite, José Flexa Ribeiro, Mendonça Pinto, Edgard Roquette-Pinto, Álvaro Alberto da Mota e Silva, Araújo Ribeiro, Armanda Álvaro Alberto, Raul de Paula, Alberto Torres Filho e Heloísa Alberto Torres.¹⁵²

Em 1890, Torres se casou com Maria José Xavier da Silveira, matrimônio que gerou três filhos ao casal: Maria Alberto Torres, Alberto Torres Filho e Heloísa Alberto Torres. Como visto, os dois últimos se envolveram diretamente na articulação da entidade político-intelectual que homenageava seu pai e seu legado intelectual. Dos herdeiros do sociólogo Alberto Torres, encontrei informações mais detalhadas apenas de sua filha Heloísa. Os dados mais específicos sobre Alberto Torres Filho são escassos.

¹⁵² *Jornal do Commercio*, 20/11/1932, Ano 105, n. 276, p. 12. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/364568_12/19253, acesso em: 5 ago. 2020.

Nascida em 17 de setembro de 1895, Heloisa Alberto Torres cresceu em um ambiente marcado pela intelectualidade e discussões em torno da sociedade brasileira. Após a morte de Alberto Torres, em 1917, Heloísa se dedicou ao campo da Antropologia. Como orientador, procurou o professor Edgard Roquette-Pinto, que atuava no Museu Nacional. Os estudos antropológicos realizados por Roquette-Pinto seguiram uma direção contrária ao discurso que passou a vigorar entre significativa parte da intelectualidade brasileira, que afirmava que os problemas nacionais eram decorrentes de uma miscigenação racial malsucedida, que gerou tipos que poderiam ser classificados como “inferiores”. Para este antropólogo, a população brasileira, marcada pela mestiçagem, se enquadrava em um perfil saudável e eugenicamente satisfatória. Deste modo, seus argumentos e estudos visavam refutar o corolário racista e estigmatizante, originado nas observações feitas por viajantes estrangeiros – sobretudo europeus – e cientistas, desde o século XIX, tendo continuidade entre parte do meio intelectual ao longo das primeiras décadas do século XX. Em suma, na concepção de Roquette-Pinto, o Brasil sofria por falta de políticas sociais efetivas, notadamente no campo educacional e de saúde pública, não pode degenerações raciais.

Heloísa Alberto Torres seguiu essa mesma linha interpretativa, com uma análise antropológica mais voltada para os aspectos sociopolíticos e culturais. Através de um concurso prestado em 1925, se tornou professora substituta da Divisão de Antropologia e Etnografia, chefiada por seu mestre Roquette-Pinto. Aos 35 anos de idade, em 1930, realizou importante expedição de pesquisa científica na Ilha de Marajó, no Pará, sobre cerâmica indígena brasílica, especialmente a marajoara. Entre 1935 e 1937, ocupou o cargo de vice-diretora do Museu Nacional, assumindo a direção no ano seguinte. Ocupou este cargo até 1955. Sua gestão foi marcada por uma política de renovação técnica, incentivando pesquisas em áreas como zoologia, botânica, geologia, paleontologia e, obviamente, no campo antropológico.

Edgard Roquette-Pinto, médico formado pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, em 1905, nasceu naquela cidade em 25 de setembro de 1884. Pouco tempo após colar grau, iniciou pesquisas no campo da Antropologia, assumindo como professor assistente nesta disciplina junto ao Museu Nacional, em 1906, assim como docente de História Natural na Escola Normal do Distrito Federal. Dedicou-se com afinco aos estudos das populações brasileiras. Uma das principais características de sua obra foi a crítica ao determinismo biológico e racial, assim como por defender a miscigenação vivenciada no Brasil e a importância do mestiço nacional. Na esteira desta concepção

científica, foi adepto da eugenia, mas em uma posição contrária aos intelectuais que viam a mestiçagem brasileira como “degenerada”. Este grupo, entre outras medidas, propunham uma intervenção eugênica radical, como segregação racial e esterilização entre a camada mais pobre da sociedade. Para Roquette-Pinto, a eugenia deveria melhorar as condições mentais e físicas da população, aliada com políticas mais eficientes em saúde pública e educação.

Em 1922, Roquette-Pinto, Henrique Morize e outros membros da Academia Brasileira de Ciências fundaram a *Rádio Sociedade do Rio de Janeiro*, considerada a primeira emissora radiofônica do país. Quatorze anos depois, a rádio foi doada ao Ministério da Educação e Saúde Pública. Atuando há muitos anos no Museu Nacional, assumiu a direção geral da entidade em 1926, permanecendo no cargo até 1935.

Quando da fundação da Sociedade dos Amigos de Alberto Torres, Heloísa e Roquette-Pinto integravam um *bloco moderado* dentro da entidade, em contraponto ao *grupo radical*, representado por Raul de Paula, Rafael Xavier e Cunha Melo. Entre 1932 e 1935, a SAAT sofreria em seu interior com disputas de concepções teóricas – e manifestadas de forma empírica.

A presença dos filhos de Alberto Torres, especialmente de Heloísa, que seguiu carreira no campo das Humanidades, abre espaço para um questionamento: estes concordavam com a ressignificação das ideias de seu pai, usadas para fomentar o racismo e o discurso xenófobo? A resposta pode ser encontrada observando dois pontos.

O primeiro aspecto está justamente na conformação do campo científico naquele momento histórico. No contexto brasileiro, intelectuais viam os avanços científicos como traço de modernização sociocultural. Neste ínterim, trocas eram estabelecidas entre pensadores brasileiros e intelectuais da Europa e Estados Unidos. E, de forma semelhante ao que ocorre na atualidade, também naquela conjuntura não havia uma unanimidade nos discursos científicos, lastreados nos mais diversos campos de pesquisa.

Na área de Antropologia, na qual Heloísa Alberto Torres e alguns outros integrantes da SAAT atuavam, vinha se desenvolvendo, desde o final do século XIX, a chamada *Antropologia Física*,¹⁵³ ou seja, o estudo de aspectos sociais e comportamentais dos seres humanos a partir do prisma de suas características biológicas. Em decorrência, os estudos nesta área estavam disseminados em ambientes como Escolas Normais, Faculdades de Direito e Medicina, Museus de História Natural e até mesmo no ambiente

¹⁵³ Atualmente os termos utilizados para esta área de pesquisa são Bioantropologia ou Antropologia Biológica.

policial – vide o caso do Manicômio Judiciário do Rio de Janeiro, idealizado pelo médico Juliano Moreira e inaugurado em 1921. Podemos ver, deste modo, que as percepções das ideias sociais eram perpassadas por interpretações, tradições teóricas e objetivos múltiplos. E isso torna-se perceptível na Sociedade dos Amigos de Alberto Torres, por meio da formação e trajetória de seus integrantes.

Diante destas circunstâncias, os estudos de Antropologia realizados no Brasil possuíam forte carga de teorias eugênicas. Contudo, não eram homogêneos os objetivos sociais concatenados com formulações antropológicas. Havia grupos que, como veremos mais adiante, almejavam efeitos distintos dentro da sociedade brasileira, a partir de suas elucubrações teóricas. E isso repercutiu também nas estruturas internas da SAAT. Sobre o caso de Heloisa Torres, ela também foi influenciada pelas ideias que permeavam esse período, como a eugenia. Mas, nas questões relacionadas com as imigrações estrangeiras para o Brasil, ela situou-se em um grupo mais moderado dentro da entidade. E chegamos assim ao segundo ponto mencionado – e que será esmiuçado posteriormente: as divisões internas dentro da Sociedade dos Amigos de Alberto Torres e as disputas intestinais pelo controle da mesma.

No dia 04 de dezembro de 1932, nova publicação no *Jornal do Commercio* ressaltava reunião ocorrida no dia 02 daquele mês, centrada na organização definitiva da entidade e na aprovação de seu programa de ações.¹⁵⁴ Se formos sintetizar o escopo ideológico e pragmático da Sociedade dos Amigos de Alberto Torres, ele estava assentado em três pilares: 1) políticas agrícolas, conservação e uso racional da natureza; 2) políticas educacionais, sobretudo de caráter ruralista e formação patriótica e, 3) políticas imigratórias, acentuando a definição e controle de grupos étnicos *recomendáveis* e *indesejáveis*.

Presididos por Alcides Bezerra, os presentes na sessão referendaram sete eixos principais, que seriam os norteadores da agenda político-intelectual da SAAT, que reproduzo aqui integralmente:

- a) Divulgar os ensinamentos de Alberto Torres, mediante conferências ou cursos públicos;

¹⁵⁴ *Jornal do Commercio*, 4/12/1932, Ano 105, n. 288, p. 5. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/364568_12/19510, acesso em: 5 ago. 2020.

- b) Promover a publicação de obras inéditas de Alberto Torres, de acordo com sua excelentíssima família;
- c) Promover a metodologia dos assuntos focados por Alberto Torres, bem como de cursos que lhes sejam consequentes, tendo em vista a integração dos ensinamentos respectivos na Educação Nacional, sob a forma de um compêndio didático de Geografia Humana aplicada ao Brasil, ou seja, de Política Orgânica;
- d) Criação de centros de estudos torreanos pelos estados para reunir elementos que façam inquéritos e conferências, onde os diferentes problemas brasileiros sejam examinados em suas próprias fontes;
- e) Publicação de uma revista mensal, onde se publiquem as conferências feitas no Rio e nos estados, bem como todos os trabalhos considerados úteis ao estudo dos vários problemas da nacionalidade brasileira;
- f) Abstenção absoluta de política, alistamento eleitoral, apresentação de candidatos a qualquer eleição, o que os sócios tem absoluta liberdade de fazê-lo individualmente, assim como se alistar a qualquer partido político, a não ser aquele em que, porventura, seja contra os interesses da Nação, o que implicaria na eliminação do sócio;
- g) Publicar em volume as conferências realizadas na Sociedade e os estudos sobre Alberto Torres e sua obra, desde que a comissão os considere como obras de valor real para a interpretação, análise e propaganda da obra torreana e de utilidade para esclarecimento dos problemas nacionais.¹⁵⁵

Alguns desses pontos merecem apreciação mais acurada. Mais precisamente os tópicos C, D e F. Sobre o primeiro item, é preciso analisar diretamente aspectos contidos na produção intelectual de Alberto Torres sobre a política brasileira, especialmente a fragilidade que apontava no modelo governamental adotado no Brasil republicano.

Um dos aspetos de debilidade destacados por Alberto Torres estava no caráter “personalista” e “individualista” do sistema político-partidário brasileiro, especialmente por conta do arquétipo federalista imposto com a Constituição de 1891. Para Torres, a cópia do federalismo estadunidense, sem levar em consideração as particularidades e

¹⁵⁵ *Jornal do Commercio*, 4/12/1932, Ano 105, n. 288, p. 5. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/364568_12/19510, acesso em: 5 ago. 2020.

necessidades próprias do Brasil, em seus múltiplos aspectos, fragmentou o país e esfacelou sua capacidade de desenvolvimento social. Em suma, a ampliação do poder dos estados, em detrimento ao Governo Central, criou elites distantes da realidade brasileira, preocupadas apenas em sua perpetuação no poder. Alberto Torres era enfático ao proclamar, conforme Kuntz (2002), que as soluções para as mazelas do país não viriam de invenções, mas sim, de uma profunda observação das “gentes e da terra brasileira”, identificando, deste modo, os interesses gerais da coletividade. Neste ponto residia uma das críticas de Torres aos “estrangeirismos” aplicados na realidade brasileira, de forma inflexível e impositiva. Em *A organização nacional*, Alberto Torres acentuava que

não adquirimos o conhecimento consciente de nossa terra, superior aos dados materiais de sua geografia física, como habitat do povo, e, [...] não conhecemos o povo, não o cultivamos, não o desenvolvemos. A política de uma nação é uma política orgânica, o que vale dizer: uma política de conjunto, da harmonia, de equilíbrio. No quadro incongruente das nossas instituições – sistema forasteiro, inadequado à nossa índole e ao nosso caráter, e por isso não se executa (TORRES, 1982a, p. 157).

Como forma de sanar esta problemática, Alberto Torres elaborou algumas teses, notadamente no tocante constitucional, evocando a necessidade de reformas e aplicação de um novo modelo, calcado nas seguintes bases: a) governo federal forte e centralizando o poder decisório; b) os estados federados retornariam ao status de províncias, diminuindo o poder dos grupos mandatários locais e, c) adoção de um modelo representativo, incluindo nas vagas legislativas federais representantes diretamente escolhidos por entidades civis, como sindicatos, associações de classe, igrejas e outras instituições. Neste sentido, argumentava Alberto Torres que

a idéia de autonomia política precisa ser encarada como idéia de utilidade prática, no interesse da terra e das populações [...] A verdade é [...] que os governos estaduais [...] concentram efetivamente a força da política nacional [...] Não temos união política senão para as manifestações aparentes e formais da vida institucional; no que é orgânico, em tudo quanto interessa à sociedade e ao indivíduo, pode dizer-se que a nossa união é tão efetiva como a que se vislumbra, porventura, nas relações de um município do Brasil com um município argentino (TORRES, 1982a, p. 162-163).

A partir deste panorama, é perceptível que a Sociedade dos Amigos de Alberto Torres, dentro de sua agenda política – e aproveitando o fato de estar sendo convocada

uma Assembleia Nacional Constituinte naquele período –, visava propagandear a ideia de mudanças no modelo governativo, acentuando o tom centralizador da burocracia estatal. Em certa medida, o governo provisório de Getúlio Vargas coadunava algumas ações centralizadoras, alijando parte dos poderes estaduais. Entretanto, o fortalecimento definitivo do poder nas mãos do governo central ocorreria alguns anos mais à frente, com a implantação do Estado Novo.

Outro item elencado na base de ações torreanas era a difusão e criação de núcleos estaduais e, conseqüentemente, subnúcleos municipais. Tão importante quanto congregar “discípulos” de Alberto Torres, estes núcleos cumpriram um papel decisivo de divulgação do ideário da SAAT e, através de ações articuladas de acordo com as diferentes realidades locais, introduzir a entidade no cenário político e administrativo, galgando espaços mais amplos e sólidos de atuação.

Sobre o terceiro ponto que elegi, existe um distanciamento entre prerrogativas teóricas e atuações no campo prático. Se em suas normativas a SAAT adotava um discurso apartidário, nos jogos cotidianos ela soube utilizar o mecanismo político-partidário de forma eficiente, tanto nas esferas federal quanto estaduais. Este ponto é evidenciado ao traçarmos um panorama de seus associados. A mesma nota que tornava pública o programa da Sociedade dos Amigos de Alberto Torres trazia a nominata de presentes e ausentes na reunião de 02 de dezembro de 1932.

Os participantes listados foram Augusto Saboia Lima, Mendonça Pinto, José Maria Villela, Edgard Teixeira Leite, Hélio Gomes, José Bernardino Paranhos da Silva, Carlos de Oliveira Vianna, Alcides Gentil, Oswaldo Paranhos, Carlos Pontes, Herval Chaves, Wady Nassif, Geraldo Sampaio, Mauro Roquette-Pinto, Edgard Roquette-Pinto, Armando Magalhães Corrêa, Juarez Távora, Raul de Paula e Francisco Saturnino de Britto Filho. As ausências justificadas foram de: Oliveira Vianna, Fidélis Reis, Félix Pacheco, Alberto Torres Filho, Heloisa Alberto Torres, Ildefonso Simões Lopes, Alberto José de Sampaio, Armanda Álvaro Alberto, Ary Parreiras, Arthur Torres Filho, José Antônio Nogueira, Edgard Ribas Carneiro, Álvaro Alberto e Álvaro Neves.

A sede da SAAT passou a funcionar junto ao edifício *Jornal do Commercio*, de propriedade de Félix Pacheco, ex-ministro das Relações Exteriores durante o governo de Artur Bernardes (1922-1926) e senador por seu estado natal, o Piauí. Além dos cargos políticos que ocupou e do jornalismo, era formado em Direito e se dedicou ao campos das Letras, tendo sido membro da Academia Brasileira de Letras, ocupando a cadeira de

número 16, cujo patrono é Gregório de Matos. Félix Pacheco faleceu no Rio de Janeiro, em 6 de dezembro de 1935, aos 56 anos de idade.

Um dos grandes desafios, partindo desse emaranhado de nomes, é reconstituir aspectos da trajetória dos integrantes da SAAT e mapear as redes que constituíram. Alguns dos agentes sociais referidos anteriormente listavam do grupo inicial, que fomentou e articulou a criação da entidade. Outros foram inserindo-se ao plantel posteriormente, ainda no ano de 1932. Nas páginas seguintes, procurarei traçar um perfil do grupo seminal da Sociedade dos Amigos de Alberto Torres, ou seja, seus quinze idealizadores.

Além dos filhos do patrono e de Edgard Roquette-Pinto, já abordados, Oliveira Vianna foi destacado representante da SAAT, tanto no campo intelectual quanto na atuação política. Francisco José de Oliveira Vianna nasceu em 1883, na cidade de Saquarema, na então província do Rio de Janeiro. Seus pais advinham de tradicionais famílias fluminenses. Faleceu em Niterói no ano de 1951. Após a conclusão dos estudos preparatórios em Niterói, ingressou na Faculdade Livre de Direito do Rio de Janeiro. Graduou-se bacharel em Direito no ano de 1906. Atuou como professor de Direito Criminal na Faculdade de Direito do Estado do Rio de Janeiro, em Niterói,¹⁵⁶ onde em 1916 já ocupava o cargo de professor titular. Deixou a função docente por alguns anos, voltando a lecionar na mesma instituição em 1930, desta vez atuando na área de Direito Social.

Dedicou-se política e intelectualmente a temas como questões trabalhistas e de formação social do Brasil. Exerceu o cargo de consultor jurídico do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio entre os anos de 1932 e 1940. Destacou-se como um dos membros com maior influência e circulação no cenário político e governamental na esfera federal. Tanto que foi escolhido para atuar como um dos revisores da elaboração da Constituição de 1934. Também atuou em comissões do Ministério da Justiça e, finalmente, no ano de 1940, foi nomeado para o Tribunal de Contas da União. Escreveu obras sobre Direito Social e questões trabalhistas, como *Problemas do Direito Corporativo* (1938), *As Novas Diretrizes da Política Social* (1939) e *Os Grandes Problemas Sociais* (1942).

Sua produção intelectual sobre temas diversos, mas centralizados, sobretudo, em matérias relacionadas com a sociedade brasileira, o levaram a ser eleito para o Instituto

¹⁵⁶ Atual Universidade Federal Fluminense – UFF

Histórico e Geográfico Brasileiro, em 1924, assim como à Academia Brasileira de Letras, em maio de 1937, tornando-se ocupante da cadeira de número 08, sucedendo Alberto de Oliveira. Seus estudos e publicações de cunho antropológico e etnológico favoreceram sua inserção em outras instituições, como o Instituto Internacional de Antropologia, a Academia de História de Portugal e a Sociedade de Antropologia e Etnologia do Porto, também em Portugal. E é sobre a atuação intelectual e política de Oliveira Vianna no campo dos estudos da formação da sociedade brasileira que me aterei um pouco mais, enfocando nesse primeiro momento a inserção política deste agente histórico.

Além dos cargos já citados anteriormente, destaco a inclusão de Oliveira Vianna e a nomeação do mesmo para presidente da Comissão de Imigração, instituída pelo governo de Getúlio Vargas em 1935. Oliveira Vianna foi um dos ideólogos da eugenia racial no Brasil, a partir da década de 1920. Desde essa época era um dos defensores da miscigenação social e racial brasileira, como uma forma de alavancar o progresso e o desenvolvimento nacional do país. Ideias essas que em boa parte eram compartilhadas pela Sociedade dos Amigos de Alberto Torres.

Dentro do discurso ideológico de Oliveira Vianna, a miscigenação tinha como finalidade principal a evolução social brasileira, fomentando o branqueamento da população. Na sua percepção eugênica, deveriam haver critérios para a escolha de determinados grupos étnicos, que efetivamente contribuíssem para a criação de um tipo nacional brasileiro, sem características oriundas de negros e indígenas. Para Oliveira Vianna, assim como para outros membros da Comissão de Imigração e da SAAT, os imigrantes brancos que deveriam ser aceitos pela política nacional de imigração eram aqueles que poderiam ser mais facilmente assimilados pela sociedade brasileira. Nesse caso, uma escolha mais acertada recairia sobre portugueses, espanhóis e italianos, cuja maleabilidade cultural favorecia sua interação com os nacionais. Outros grupos étnicos brancos, como alemães, por exemplo, eram vistos como *não recomendáveis*, pois sua assimilação era difícil e se mantinham isolados, vistos os quistos étnicos no Sul do Brasil, conforme descreve Oliveira Vianna no artigo *Os imigrantes germânicos e eslavos e sua caracterização antropológica*, publicado na *Revista de Imigração e Colonização*, em janeiro de 1940.

Essa assertiva ideológica de Oliveira Vianna e de outros membros da SAAT se fizeram presentes nas ações da Comissão de Imigração e, posteriormente, no Conselho de Imigração e Colonização, criado em 1938, já no regime estadonovista, tendo em Oliveira Vianna seu principal mentor. Se por um lado, grupos étnicos brancos, como

alemães e escravos, eram vistos como não recomendáveis, outros grupos eram classificados como *totalmente indesejáveis*. Era o caso de japoneses, assírios, sírio-libaneses, mongóis, judeus, entre outros. E a questão envolvendo assírios e japoneses logo teriam amplo destaque na agenda política da Sociedade dos Amigos de Alberto Torres, principalmente através da imprensa e nos trabalhos da Assembleia Nacional Constituinte.

Ao lado de Oliveira Vianna, Augusto Saboia da Silva Lima integrou o rol de primeiros articuladores para organização da SAAT, visando congregar os “discípulos” de Alberto Torres – título que este grupo atribuía a si – de forma mais coesa e atuante. Também fluminense, nascido na cidade de Petrópolis em 31 de março de 1894, seus primeiros estudos foram em colégios mantidos pelos padres Jesuítas e pelos Irmãos Maristas. Ingressou na Faculdade Livre de Direito do Rio de Janeiro, onde concluiu o curso de Direito em 1915. Teve atuação docente, sendo professor de Direito Civil da Escola de Direito da Pontifícia Universidade Católica do Brasil¹⁵⁷ e na Escola de Direito do Rio de Janeiro.

Ao longo de sua trajetória, além de ter integrado a Sociedade dos Amigos de Alberto Torres, a qual presidiu, foi membro de outras instituições intelectuais e assistenciais, como a Academia Petropolitana de Letras, em sua cidade natal, presidente da Sociedade Pestolazzi do Brasil¹⁵⁸ e da Sociedade Jurídica Santo Ivo, entidade organizada por juristas católicos. Também foi dirigente do Instituto Brasileiro de Cultura.

Ingressou na magistratura em 1918, quando foi nomeado juiz municipal em Conquista, cidade próxima de Uberaba, em Minas Gerais. Foi neste período que Saboia Lima escreveu o livro *Alberto Torres e sua Obra*, que foi considerada a mais importante biografia do sociólogo fluminense. Um nova edição foi publicada em 1928, desta vez pela Editora Nacional, integrando a *Coleção Brasileira* (cujo foco principal eram obras relacionadas com o Brasil, em seus mais diversos aspectos). Até 1924, exerceu funções em comarcas mineiras, sendo posteriormente nomeado pelo presidente Arthur Bernardes como juiz pretor da 8ª Pretoria Criminal do Rio de Janeiro (então Distrito Federal). Após doze anos de atuação na capital federal, foi indicado pelo desembargador Cesário Pereira,

¹⁵⁷ Atual Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro – PUC-RJ.

¹⁵⁸ A primeira instituição vinculada com ao pensamento educacional de Johann Heinrich Pestalozzi (1746-1827) no Brasil data de 1926, sendo fundada em Canoas/RS, pelos professores Johanna e Thiago Wurth. A Sociedade Pestolazzi do Brasil foi criada em 1945. Uma de suas finalidades é o atendimento às pessoas com transtornos de desenvolvimento e deficiência mental e/ou intelectual e auditiva, altas habilidades e superdotação.

que presidia o Tribunal de Apelação do Distrito Federal, para ocupar a função de juiz de Menores, onde se destacou no trabalho de proteção infantil.

Sua promoção a desembargador se deu em 1939, assumindo cadeira no Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro. Foi eleito presidente deste tribunal para o biênio 1947/1948, sendo também representante da mesma casa junto ao Tribunal Superior Eleitoral. Foi indicado juiz titular do Tribunal Superior Eleitoral no quadriênio entre 1947 e 1951.

Um fato, no mínimo interessante, envolvendo Augusto Saboia Lima, ocorreu em março de 1951, através de uma solicitação que fez junto ao presidente Getúlio Vargas,¹⁵⁹ desta vez eleito democraticamente. Em decorrência de vaga aberta junto ao Supremo Tribunal Federal, Saboia Lima entre em contato com Vargas para que seu nome seja indicado para ocupar o cargo de ministro. Para justificar sua indicação e posterior nomeação, faz um relato de sua carreira na magistratura, ressaltando suas contribuições e sua lisura no desempenho das funções que lhe foram delegadas. Porém, em determinado ponto de seu relato, o tom adotado é de queixa perante práticas de nomeação que eram efetivadas. Demonstrava certo ressentimento em ser preterido por juristas mais jovens e carreiras “menos consolidadas” que a sua. Conforme o remetente:

Tenho merecido provas de distinção de juízes e da classe dos advogados; mereci os sufrágios dos meus colegas que me elegeram presidente do Tribunal de Justiça para o biênio 1947-1948 e depois, por unanimidade, para representante do mesmo Tribunal, como juiz do Tribunal Superior Eleitoral, mas jamais pleiteei a minha nomeação para Ministro do Supremo Tribunal Federal. Estou, porém, com longos anos de magistrado e o tempo vai passando. Vejo colegas distintos, mas muito mais modernos do que eu serem promovidos, como vem acontecendo nos últimos cinco anos.

Mais adiante, Saboia Lima usou do apelo patriótico para admoestar o presidente da República, lembrando-o dos esforços para com a “causa nacional” nas décadas anteriores, especialmente nos anos 1930:

O meu dever patriótico, o meu espírito público, trabalhando em outros setores para a coletividades, e minha orientação de jurista na defesa do Estado, contribuíram para que os meus compatriotas me elevassem à presidência da Sociedade Alberto Torres, do Instituto Brasileiro de

¹⁵⁹ Fundação Getúlio Vargas/CPDOC – Arquivo Getúlio Vargas – Documento GV c 1951.03.07/1 (Carta de Augusto de Saboia Lima a Getúlio Vargas relatando aspectos de sua carreira de jurista e solicitando sua designação para uma das vagas a serem abertas no Supremo Tribunal Federal). Disponível em: <https://www.docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=CorrespGV4&pagfis=1047>, acesso em: 11 ago. 2020.

Cultura, que na minha presidência realizou o 1º Congresso Cultural Brasileiro, cujos membros foram recebidos em audiência por V. Excia., no Palácio do Catete, da Sociedade Jurídica Santo Ivo, dos juristas católicos, da Associação dos antigos alunos dos Jesuítas, do Patronato de Menores, que vem realizando notável obra de recuperação da infância desvalida e da Sociedade Pestolazzi do Brasil.¹⁶⁰

Entretanto, seu apelo junto ao chefe do Executivo nacional, assim como as adjetivações apresentadas como critérios de justificação, parecem não ter surtido o efeito esperado. Em pesquisa realizada junto ao site do Supremo Tribunal Federal¹⁶¹, na listagem das antigas composições, não consta o nome de Augusto Saboia Lima como ministro daquela Corte.

Enquanto Oliveira Vianna e Saboia Lima se dedicaram ao campo do Direito em sua formação acadêmica, Alberto José de Sampaio seguiu o caminho da Medicina, embora sua principal atuação tenha sido na área de Botânica. Natural de Campos, Rio de Janeiro, onde nasceu em 1881, faleceu nesta mesma cidade em 30 de dezembro de 1946. Passou a residir no Rio de Janeiro, ingressando no ano de 1903 na Faculdade de Medicina ali existente. Fez sua especialização na área de Homeopatia pela Escola de Medicina e Cirurgia da Universidade do Rio de Janeiro.

Quando ainda era acadêmico, prestou concurso público para a Seção de Botânica, na função de assistente. Ao ser aprovado, passou a se dedicar ao ofício de naturalista, onde especializou-se em Botânica Sistemática. Ingressou também como funcionário do Museu Nacional, atuando na Seção de Botânica desta instituição. Juntamente com Edgard Roquette-Pinto, então professor de Antropologia do Museu Nacional, participou da *Missão Rondon*. Em 1906, Cândido Mariano da Silva Rondon, engenheiro militar, foi responsável pela *Comissão de Linhas Telegráficas Estratégicas de Mato Grosso ao Amazonas*. Além do caráter técnico, a expedição também foi importante do ponto de vista científico, etnográfico, antropológico e político. Reconhecimento da natureza da região mato-grossense e da Amazônia, além de contatos com populações indígenas locais, possibilitou a coleta e sistematização de informações, que seriam melhor desenvolvidas em pesquisas posteriores. Politicamente, a Missão Rondon foi contribuinte maior para a

¹⁶⁰ Fundação Getúlio Vargas/CPDOC – Arquivo Getúlio Vargas – Documento GV c 1951.03.07/1 (Carta de Augusto de Saboia Lima a Getúlio Vargas relatando aspectos de sua carreira de jurista e solicitando sua designação para uma das vagas a serem abertas no Supremo Tribunal Federal). Disponível em: <https://www.docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=CorrespGV4&pagfis=1047>, acesso em: 11 ago. 2020.

¹⁶¹ Disponível em: <http://portal.stf.jus.br/>, acesso em: 11 ago. 2020.

criação do *Serviço de Proteção aos Índios e Localização dos Trabalhadores Nacionais*,¹⁶² em 1910, sendo o já coronel Cândido Rondon nomeado seu diretor pelo presidente Nilo Peçanha.

Entre 1915 e 1919, Cândido Rondon retomou as expedições ao Mato Grosso e Amazônia, sendo participantes desta segunda fase Alberto Sampaio e Roquette-Pinto. Enquanto Sampaio se dedicou ao mapeamento da flora local, Roquette-Pinto empreendeu um trabalho analítico das nações indígenas pacificadas e do ambiente na qual habitavam. Nas palavras do jornalista Ruy Castro,

[...] naquela expedição ele foi etnógrafo, sociólogo, geógrafo, arqueólogo, botânico, zoólogo, linguista, médico, farmacêutico, legista, fotógrafo, cineasta e folclorista. Anotou toda a aparência da região – da floresta à árvore e à folha – a composição dos solos, o contorno das montanhas, o fluxo dos rios, a intensidade das quedas e a riquíssima variedade da fauna. Nas visitas às tribos já pacificadas, mediu os crânios dos índios, comparou seus pesos e altura, analisou suas endemias e descreveu suas formas de produção, comércio e transporte. Registrou seus conhecimentos científicos, relações familiares, organização política, hábitos religiosos, formas linguísticas, habilidade manual, cantos e danças. E ainda realizou a primeira dissecação de um indígena – na verdade, uma indígena – de que se tem notícia (CASTRO, 2004, p. 04).

A participação nas atividades da Missão Rondon serviram de incentivo nas intenções de Alberto Sampaio de elaborar um catálogo fitogeográfico brasileiro, contemplando todas as regiões do Brasil. Além disso, sua preocupação com a natureza e com as questões relativas à agricultura – e o homem do campo – foram reforçadas, o que lhe aproximou das ideias de Alberto Torres. Dentro da Sociedade dos Amigos de Alberto Torres, Sampaio foi o principal responsável pelas discussões em torno das questões ambientais.

Dentre as atividades que exerceu e entidades onde teve participação efetiva, podem ser destacadas a direção técnica florestal da Prefeitura do Rio de Janeiro; membro da Academia Brasileira de Ciências; professor nas disciplinas de Botânica Geral e Sistemática no Instituto de Ciências da Universidade do Rio de Janeiro; membro da Sociedade Nacional de Agricultura e do Conselho Florestal Federal, do qual foi vice-presidente – e integrante da comissão responsável pela elaboração da legislação de

¹⁶² A partir de 1918 passou a ser denominado apenas *Serviço de Proteção ao Índio*. Em 1967 o órgão recebeu a nomenclatura atual, Fundação Nacional do Índio (FUNAI).

proteção aos recursos naturais brasileiros. Entre 1937 e 1941, atuou no Museu Nacional, durante a gestão de Heloísa Alberto Torres como diretora. A participação na Sociedade Nacional de Agricultura ligava Alberto Sampaio a outro articulador da SAAT: Edgard Teixeira Leite.

Com experiência política iniciada em 1918, quando foi eleito intendente do município pernambucano de Gameleira, Teixeira Leite também soube utilizar de redes familiares para sua ascensão social. Nascido em Paraíba do Sul, no estado do Rio de Janeiro, em 1895, se formou no ano de 1914 na Escola de Agricultura de Pinheiro. Três anos depois, quando atuava no Ministério da Agricultura, foi transferido para Pernambuco, nomeado diretor da Estação Geral de Experimentação de Escadas. No ano seguinte, sua candidatura saiu vitoriosa nas eleições municipais de Gameleira, cidade que governou até 1922. Nessa mesma época, se vinculou com a família de José Rufino Bezerra Cavalcanti, que exercera o cargo de ministro da Agricultura entre 1914 e 1918, durante a presidência de Wenceslau Brás e, no quadriênio 1918-1922, presidiu o estado de Pernambuco. O matrimônio de Teixeira Leite com Leonor Bezerra Cavalcanti, filha do presidente estadual, lhe conferiu também o ingresso no ramo empresarial, como diretor das firmas de seu sogro. Em 1926, assumiu a secretaria geral da Sociedade Brasileira de Agricultura.

Edgard Teixeira Leite apoiou o golpe que conduziu Getúlio Vargas ao poder, em 1930. Quando Carlos de Lima Cavalcanti foi nomeado interventor federal em Pernambuco, ainda naquele ano, Teixeira Leite foi nomeado secretário estadual da Fazenda, Agricultura, Obras Públicas e Viação. Ocupou esse posto até meados de 1932. Foi eleito deputado federal constituinte em 1933, como representante classista. Dentre as bandeiras que defendeu na Assembleia Constituinte, estavam o apoio nacional que deveria ser dado ao Nordeste em virtude das secas que afligiam a região e um modelo ruralista inspirado nas ideias de Alberto Torres – e difundidas pela Sociedade dos Amigos de Alberto Torres. Além disso, se uniu aos deputados Xavier de Oliveira, Artur Neiva e Miguel Couto na campanha contra a imigração japonesa – e que, como veremos, surtiu resultados efetivos na Carta Magna promulgada em 1934. Exerceu seu mandato até 1937, quando os legislativos, em todos os níveis, foram destituídos pelo Estado Novo.

Desde sua fundação em 1932, a secretaria geral da Sociedade dos Amigos de Alberto Torres era exercida por Raul de Paula. Nessa função, se tornou um dos principais articuladores da entidade, adotando, inclusive, uma postura bastante centralizadora e autoritária. Das informações biográficas que puderam ser obtidas, uma delas indica que

atuou como professor, no início da década de 1920, junto ao Patronato Nacional dos Homens do Mar, sediado no Rio de Janeiro.¹⁶³ Em 1923, radicado em São Paulo, fundou a *Revista da Educação*, de existência efêmera. Também foi correspondente local do jornal fluminense *A.B.C.*, para o qual escrevera alguns artigos.¹⁶⁴ Doravante, essa representação também perdurou pouco tempo. Ainda em 1923, o periódico noticiava que Raul de Paula não mais exercia o ofício de correspondente na capital paulista. Sem maiores explicações, é possível que tenha ocorrido algum atrito entre Raul de Paula e a direção do jornal, tendo em vista que os artigos escritos por ele e publicados pelo *A.B.C.* cessaram, sendo que houve uma retomada apenas em 1934, quando da campanha antinipônica desencadeada pela SAAT.

Raul de Paula foi, reconhecidamente, um dos mais ardorosos críticos da imigração japonesa no Brasil durante aquele contexto. Tanto em seus escritos quanto em publicações que lhe faziam referência, não foram encontrados motivos que expliquem, de forma mais esclarecida, as razões que suscitaram em Raul de Paula seu aforismo antinipônico. Ao mesmo tempo que sua “cruzada” contra os japoneses encontrou adeptos, também motivou críticas bastante aceradas – para si e para a SAAT. E uma dessas censuras, publicada no *Gazeta de Notícias*, esboça uma explicação para as ações panfletárias de Raul de Paula. Em suas linhas, o jornal acentuava que

[...] a coisa teve as suas origens numa questão personalíssima de um ex-corretor de terrenos, de nome Raul de Paula, que não chegou a se entender bem com alguns japoneses de São Paulo. O homem fez-se então patriota e valendo-se de umas literaturas anti-nipônicas que por aí andavam para servirem no momento oportuno em favor de certa concorrência estrangeira em choque dentro do Brasil com a concorrência brasileira, fez do anti-niponismo sua bandeira, à sombra da qual não só conseguiu resolver o problema de viver no Rio sem trabalhar, como rasgar novos horizontes para seu pé de meia [...].¹⁶⁵

Embora se trate de um discurso almejando exprobrar a figura de Raul de Paula, há elementos que podem subsidiar alguma veracidade ao relato. De fato, há um lapso de

¹⁶³ *A Voz do Mar*, 19/11/1922, Ano II, n. 16, p. 49. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/183660/503>, acesso em: 14 ago. 2020

¹⁶⁴ *A.B.C.*, 7/07/1923, Ano IX, n. 435, p. 8. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/830267/6946>, acesso em: 14 ago. 2020.

¹⁶⁵ *Gazeta de Notícias*, 21/05/1936, Ano 62, n. 118, p. 1. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/103730_06/8828, acesso em: 17 ago. 2020.

informações sobre os caminhos percorridos por Raul de Paula entre 1923 e 1932. Tendo em vista esse panorama, não se pode descartar a possibilidade de que tenha se aventurado em atividades colonizadoras e, talvez, não tenha obtido sucesso em sua empreitada. Entrementes, os dados sobre essa fase, recortada entre 1923 e 1932, são insuficientes para determinar um caráter conclusivo. Mas é uma hipótese plausível.

A agenda antinipônica de Raul de Paula, adotada e compartilhada por uma parcela significativa de integrantes da SAAT, não era de apreciação unânime. Em decorrência, surgiram censuras e conflitos no cerne da própria entidade. E, principalmente, críticas externas, manifestadas especialmente através da imprensa e discursos parlamentares, durante a Assembleia Nacional Constituinte entre 1933 e 1934. Dedicando-se integralmente ao núcleo central da SAAT, Raul de Paula buscou delinear o perfil da agremiação, pautando suas principais ações e ocupando postos essenciais na burocracia torreana. Além de secretário geral, entre 1932 e 1936, exerceu a direção nacional dos clubes agrícolas escolares – instituições que coadunavam em torno de si as ideias do ruralismo e nacionalismo pleiteados pela SAAT.

Entre bacharéis e botânicos, no grupo de idealizadores torreanos também houve espaço para alguém dedicado ao campo das Artes. Ou melhor, da crítica e história das Artes. Esse campo estava representado pelo paraense José Flexa Ribeiro. Seus textos abarcando essa temática foram publicados em periódicos como *Correio da Manhã*, *Jornal do Commercio* e *O Paiz*, além de revistas como *Ilustração Brasileira* e *O Malho*. Ao longo dos anos de existência da SAAT, militares também aderiram à causa torreana. Um dos primeiros foi Álvaro Alberto da Mota e Silva, que integrava a Marinha do Brasil. Além das funções militares, o carioca exerceu a docência, como catedrático do Departamento de Físico-Química da Escola Naval. Foi um entusiasta dos estudos e pesquisas relacionadas com energia nuclear, inclusive representando o Brasil na Comissão de Energia Atômica do Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas, em 1946. Chegou ao posto de vice-almirante.

Sobre Hélio Gomes, Mendonça Pinto e Araújo Ribeiro não obtive detalhes mais significativos relacionados com suas trajetórias sociais, intelectuais e políticas. Encerrando esse mapeamento, próximo de um pequeno estudo prosopográfico¹⁶⁶ acerca

¹⁶⁶ Embora nosso trabalho não possua uma conotação prosopográfica, fizemos o uso de determinadas orientações que permeiam os trabalhos que se dedicam a este campo. A partir das considerações de Lawrence Stone (1971), a prosopografia pode ser entendida como uma investigação de pontos característicos comuns de diferentes agentes históricos, que constituem determinado grupo social, trazendo pontos comuns de sua vida. Com base nisso, se definem formulações e questões padronizadas, visando

dos membros fundadores da Sociedade dos Amigos de Alberto Torres, trago a figura de Armanda Álvaro Alberto, que ao lado de Heloísa Alberto Torres, foi uma das representantes femininas incutidas no núcleo torreano do Rio de Janeiro. A trajetória de Armanda Alberto pode ser apontada como “fora da curva”, em decorrência de suas influências ideológicas e vinculações políticas. Além do mais, seu projeto educacional, durante a fase inicial da SAAT, foi encampado como uma das ações mais expressivas da entidade, antes do direcionamento torreano efetivo para o ensino rural.

Sete anos mais velha que seu irmão Álvaro Alberto, Armanda Alberto nasceu também no Rio de Janeiro, em 1892. Residiu na então capital federal até 1919, quando mudou-se para Angra dos Reis, junto com seu irmão, para lá transferido por determinação de seus superiores militares. Enquanto Álvaro Alberto se dedicava aos assuntos da Marinha, Armanda iniciou sua carreira como professora, lecionando para crianças carentes daquela cidade. Atuou até 1921 em Angra dos Reis, quando radicou-se em Nova Iguaçu, também município fluminense.

No distrito iguaçuano de Duque de Caxias, naquele mesmo ano, fundou a Escola Proletária de Meriti. Assim como ocorreu em Angra dos Reis, Armanda Alberto instituiu o método educacional montessoriano, calcado na autonomia da criança, seus interesses e habilidades físicas, cognitivas, psicológicas e sociais.¹⁶⁷ Por atuar em realidades marcadas pela pobreza e falta de condições básicas de saneamento, higiene ou alimentação, Armanda Alberto também se preocupou em atender necessidades primárias de seus educandos. A Escola Proletária de Meriti foi pioneira em implantar a merenda escolar diária. Comumente, era servido angu e mate, tendo em vista que fubá e erva mate eram gêneros alimentícios doados frequentemente pelos comerciantes da cidade. Ademais, a base de ensino partia das leituras acerca das realidades vivenciadas no cotidiano das crianças que frequentavam o educandário.

Em 1933, quando Filinto Müller assumiu o cargo de chefe de Polícia da capital federal, iniciou uma campanha contra a Escola Proletária de Meriti, acusando Armanda Alberto de alinhamento com o comunismo. Visando desmoralizar a instituição,

compreender o processo de atuação política, de inserção e ação social, de mudanças culturais, econômicas e ideológicas do grupo escolhido e seus membros. Ver: STONE, Lawrence. *Prosopography. Daedalus*. v. 100, n. 01, p. 46-79, 1971. Outra obra que indicamos para uma aproximação da prosopografia é: HEINZ, Flávio M. (org.). *Por outra história das elites*. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

¹⁶⁷ Método educacional elaborado pela médica e pedagoga italiana Maria Tecla Artemisia Montessori (1870 – 1952). Dentro do escopo de sua metodologia, a criança assume um papel ativo no processo de aprendizagem, que busca uma formação mais integrada, abarcando o desenvolvimento sociocultural, físico e cognitivo dos indivíduos.

frequentemente denominava a mesma de “Mate com Angu”. Neste período, o educandário teve que modificar sua denominação, passando a se chamar Escola Regional de Meriti. Pedagogicamente, as crianças não recebiam notas e não haviam critérios de aprovação ou reprovação. Sua estrutura não utilizava cadeiras e lousas. As aulas eram realizadas ao ar livre, onde as crianças aprendiam, entre outras técnicas, o cultivo de hortas, cuidados com a natureza, hábitos de higiene e como criar abelhas e bicho-da-seda.

Entre os aspectos pioneiros que podem ser elencados na trajetória da escola, durante a direção de Armanda Alberto, estavam a adoção de horário integral e constituição de um caixa escolar, que arrecadava fundos pra financiamento de assistência médica aos alunos e seus familiares, além de cursos de puericultura, carpintaria, cozinha, corte e costura e higiene infantil. Com objetos doados pelo Jardim Botânico do Rio de Janeiro e Museu Nacional – através da mediação de Heloisa Alberto Torres e Roquette-Pinto –, fundou um museu escolar e uma biblioteca anexa, aberta para toda a comunidade local.

A sede definitiva da escola foi inaugurada em 1928, com projeto arquitetônico de Lúcio Costa – idealizador do projeto urbanístico do Plano Piloto de Brasília, três décadas adiante. Armanda Alberto também dispunha de uma importante rede de apoio, acercando-se de nomes proeminentes no setor cultural e intelectual, assim como político. O poeta Carlos Drummond de Andrade, nas páginas do *Correio da Manhã*, fez uma homenagem destinada à Escola Proletária do Meriti e sua fundadora-diretora. Visando contribuir para a formação artística das crianças, através da música, Heitor Villa-Lobos fez a doação de um piano, enquanto Edgard Roquette-Pinto presenteou a escola com um aparelho cinematográfico, para reprodução de filmes produzidos pelo Instituto Nacional do Cinema Educativo.

Em 15 de outubro de 1924, a partir da articulação empreendida por Heitor Lyra da Silva, foi fundada a Associação Brasileira de Educação. Seus objetivos preconizavam, de forma sintética, melhorar a qualidade do ensino brasileiro. Para isso, eram promovidos encontros, pesquisas e publicações. Mas os momentos mais importantes eram os congressos ou conferências nacionais de educação. Armanda Alberto foi uma das fundadoras da entidade, que além de professores, contava com jornalistas, escritores, funcionários públicos, profissionais liberais e políticos, interessados na temática educacional do país. As principais conferências promovidas pela associação ocorreram no final da década de 1920 até 1935. No primeiro destes eventos, ocorrido na cidade de Curitiba, em 1927, a Escola Proletária de Meriti foi alvo de congratulações e votos

elogiosos por parte da direção nacional da entidade. Entre os anos de 1924 e 1935, a Associação Brasileira de Educação assumiu um papel preponderante, contribuindo para os debates relacionados com as reformas no âmbito do ensino.

O ápice da atuação da Associação Brasileira de Educação ocorreu no ano de 1932, com a elaboração e publicação do *Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova*, com a defesa de um modelo educativo modernizado, com renovação dos métodos pedagógicos e democratização do ensino escolar. Dentre as três mulheres signatárias do manifesto,¹⁶⁸ estava Armanda Alberto, que nesse período assumiu a presidência da associação – e também cooperava com a idealização da Sociedade dos Amigos de Alberto Torres. Em grande medida, as ideias defendidas pelos intelectuais que elaboraram o documento estavam assentadas no modelo instituído na escola de Meriti. Outro ponto fundamental, decorrente do manifesto, foi a ruptura entre os intelectuais católicos e os escolanovistas, defensores de um novo modelo educacional para o Brasil, sustentado no ensino laico.

Desde que assumiu o poder, em novembro de 1930, Getúlio Vargas sofria pressão política por parte de setores da Igreja Católica, que almejavam a vinculação mais efetiva com o Estado Nacional. Dentre os objetivos católicos, conforme Moura (2000) e Cavalcanti (1994), estava a obrigatoriedade do ensino religioso em todas as escolas públicas do país. Com o advento republicano e, sobretudo, com a Constituição de 1891, o ensino religioso deixou de ser obrigatório nas escolas públicas, tendo em vista a separação entre Igreja e Estado e a laicidade como princípio garantido legalmente. Alvo de severas críticas por parte de lideranças católicas, a laicização do Estado era considerada uma ameaça, pois abria espaço para a perpetuação de “ideologias nefastas”, como o comunismo. Como estratégia, líderes intelectuais e políticos católicos buscaram apoio junto ao membros conservadores do governo Vargas, encontrando respaldo no ministro da Educação, Francisco Campos.

Percebendo que o apoio da Igreja Católica representava uma força importante para manutenção no poder, Campos propôs ao presidente Getúlio Vargas a inclusão facultativa do ensino religioso como disciplina nas escolas públicas brasileiras. Vargas, por seu turno, assinalou uma aproximação com os líderes católicos. Deste modo, assinou uma medida provisória no ano de 1931, incluindo o ensino religioso na grade curricular nacional. O jornal *A Tribuna*, da Arquidiocese de Recife e Olinda, ressaltou a disposição

¹⁶⁸ Dos 26 assinantes do *Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova*, três eram mulheres: Cecília Meirelles, Armanda Álvaro Alberto e Noemy M. da Silveira.

do governo federal com a “fé católica” e teceu discurso contra o laicismo e as “seitas protestantes que se infiltravam no Brasil”:

Em todo o Brasil, após a jornada revolucionaria de outubro, formou-se a frente única dos católicos contra o laicismo da constituição brasileira, que é uma afronta às tradições católicas da nação inteira [...] Apesar das primeiras escaramuças ameaçadoras de um inimigo desleal, a ideia incrementou-se e criou vulto na alma católica de Pernambuco e a sua defesa continuou [...] Agora veio o triunfo. O Ministro Francisco Campos apresentou ao Presidente Provisório da Republica e este sancionou o projeto de ensino religioso facultativo nas escolas. Era uma aspiração da nação inteira que nasceu, viveu e continua católica. O brasileiro rejeita o protestantismo que o dólar norte-americano quer nos impor para quebrar nossa soberania com o biblismo estandardizado de uns quantos negociadores de nossas crenças [...] É por isso que a alma nacional vibra de alegria com o decreto patriótico que consulta os interesses espirituais e sociais da nação inteira porque só a moral católica é que pode preparar uma nacionalidade forte, capaz de enfrentar as influencias perniciosas do ateísmo destruidor e do bolchevismo que tenta avassalar e arruinar os povos.¹⁶⁹

Do lado oposto, a Associação Brasileira de Educação era, majoritariamente, constituída por pensadores alinhados com o ideário escolanovista, defensores de um ensino laico. O manifesto, lançado em 1932, representou uma forma de enfrentamento ao processo de recatolização que se moldava no Brasil daquele momento histórico. A Sociedade dos Amigos de Alberto Torres, em decorrência de seu perfil conservador, enquadrava-se na plataforma católica – ao menos, nos critérios que atendiam ao projeto nacionalista que emoldurava o programa torreano.

As disputas entre católicos e escolanovistas em torno da educação brasileira – e da formação sociocultural e política nacional – estiveram presentes com grande ênfase na vida de Armanda Alberto. A educadora e seu marido, o também professor Edgar Sussekund de Mendonça, integravam a Liga Anticlerical do Rio de Janeiro, entidade que combatia a militância católica atuante na política nacional. Em seu escopo, segundo Rudy (2020), a Liga Anticlerical – tanto no Rio de Janeiro quanto em outros estados e cidades – abrigava protestantes, maçons, anarquistas e ateus, grupos estes fortemente atacados pela Igreja Católica – além dos comunistas.

A radicalização política brasileira, a partir de 1935, acarretou em uma redução expressiva na atuação da Associação Brasileira de Educação. Isso ocorreu a partir de dois aspectos. O primeiro, decorrente do pensamento liberal de seus intelectuais, como Anísio

¹⁶⁹ O ensino religioso nas escolas. *A Tribuna*. Recife, 7 mai. 1931. p. 1.

Teixeira e Fernando de Azevedo, contrastando com o avanço autoritário ao longo da década de 1930, culminando com o Estado Novo. Estes intelectuais passaram a sofrer perseguição por parte de autoridades do governo federal. O segundo tópico compreendia a participação de alguns membros da associação educacional na Aliança Nacional Libertadora (ANL) – organização política de caráter antifascista e antiintegralista, congregando intelectuais de esquerda, operários, alguns tenentes e comunistas. A ANL contou com o apoio do Partido Comunista do Brasil (PCB). Entre os adeptos da ANL, que também participavam da Associação Brasileira de Educação, estavam Armanda Alberto e Edgar Sussekind. Contudo, ambos não eram filiados ao PCB, como foi aludido pelas autoridades policiais, levando o casal à prisão em 1936.

Militante na defesa dos direitos femininos e da inserção social efetiva das mulheres, Armanda Alberto, juntamente com a atriz, diretora teatral e jornalista Eugênia Álvaro Moreyra, fundou em maio de 1935 a União Feminina do Brasil (UFB). Em suma, os objetivos centrais da UFB abarcavam a luta por igualdade nas condições de vida das mulheres em relação aos homens, garantindo direitos sociais, políticos, civis, culturais e econômicos. De conotação antifascista e contra qualquer tipo de autoritarismo, pregava contra regimes que aviltavam os direitos femininos. Armanda Alberto foi presidente desta agremiação, vinculada com a Aliança Nacional Libertadora. Quando a ANL foi extinta, por força de decreto presidencial, em 11 de julho de 1935, a UFB também teve seu fechamento determinado. A ilegalidade da ANL, baseada na Lei de Segurança Nacional, visava coibir uma eventual campanha revolucionária – que ganhava espaço através das declarações proferidas por Luís Carlos Prestes, partidário comunista e presidente de honra da agremiação. De fato, Prestes articulou uma tentativa de golpe de Estado, visando derrubar o governo de Getúlio Vargas, em novembro de 1935. Originalmente, o plano consistia em sublevações em quarteis de todo o país, seguidas da adesão do operariado, convocando greves e manifestações, forçando a queda do governo.

Entretanto, os levantes da chamada Intentona Comunista ficaram restritos às cidades de Natal (em 23 de novembro), Recife (no dia 24) e Rio de Janeiro (27 de novembro). Sem a adesão operária, as rebeliões foram sufocadas pelas forças legalistas. Como resultado, teve início um movimento de perseguição para com aqueles que fossem enquadrados como opositores do governo – não apenas comunistas, mas também anarquistas, liberais e outros mais alinhados com um espectro de esquerda. Deputados, senadores e o então prefeito do Rio de Janeiro (Distrito Federal), Pedro Ernesto Batista, foram aprisionados, entre 1935 e 1937.

Armanda Alberto foi acusada, pelas autoridades policiais, de ser uma das mentoras do levante, consistindo a UFB em nada mais que um aparelho de divulgação de ideias revolucionárias. Foi presa, por ordens de Filinto Müller, em outubro de 1936, sendo confinada na Casa de Detenção do Rio de Janeiro. Foi colega de cela de Maria Werneck de Castro e Olga Benário Prestes, esposa de Luís Carlos Prestes – que foi deportada para a Alemanha nazista e entregue à Gestapo, sendo executada na câmara de gás do campo de extermínio de Bernburg, em 23 de abril de 1942. Quando estava presa, Olga descobriu que estava grávida. Armanda Alberto foi julgada em junho de 1937, sendo absolvida. Contudo, abandonou suas atividades políticas, dedicando-se exclusivamente ao campo pedagógico. Quando destes acontecimentos, Armanda Alberto já havia deixando de participar das fileiras torreanas da Sociedade dos Amigos de Alberto Torres.

Analisando o perfil de Armanda Álvaro Alberto, pode causar até certo estranhamento vê-la associada com uma entidade conservadora, como era a Sociedade dos Amigos de Alberto Torres. Primeiramente, cabe destacar que Armanda integrava a “ala moderada” da SAAT, da qual também se destacavam Heloísa Alberto Torres e Edgard Roquette-Pinto. Além disso, Roquette-Pinto foi um dos principais apoiadores da iniciativa da Escola Proletária do Meriti. Tudo leva a crer que sua inserção junto aos pioneiros torreanos se deu em decorrência de Roquette-Pinto. Por outro lado, a ideia educacional de Armanda Alberto parece ter sido percebida como um instrumento eficiente dentro da agenda da SAAT – porém, necessitando de algumas alterações e, mais que isso, de um controle de direcionamento mais alinhado com as diretrizes da entidade.

Diante da repercussão que a já denominada Escola Regional de Meriti possuía nacionalmente, a SAAT, poucos meses após sua fundação, lançou um Curso de Professores Regionais em nível nacional. Raul de Paula, secretário geral da entidade, enviou ofícios aos interventores federais, solicitando que estes enviassem contingentes do professorado de seus estados para participarem do curso. Quando do evento de abertura do curso, em abril de 1933, o mesmo Raul de Paula afirmou que “a Sociedade dos Amigos de Alberto Torres vê na regionalização do ensino a fórmula que atende às condições do país”.¹⁷⁰

Conseguir o apoio da Associação Brasileira de Educação era importante para a consolidação e inserção da SAAT no cenário brasileiro. Entrementes, a SAAT buscou reduzir o caráter mais progressista da Escola Regional, introduzindo tópicos específicos

¹⁷⁰ *Jornal do Commercio*, 13/04/1933, Ano 106, n. 87, p. 4. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/364568_12/21888, acesso em: 11 ago. 2020.

da agenda torreana. E, neste sentido, a educação/escola rural foi enxertada com nuances do ensino rural, adaptando premissas que estavam na escola proletária de Armanda Alberto. Como forma de unir escolanovistas ao ideário da educação ruralista, alguns dos signatários do manifesto de 1932 foram convidados para discorrer sobre temas alinhados ao *ruralismo torreano*. Anísio Teixeira foi encarregado de proferir palestra intitulada *A função da escola rural no Brasil*, enquanto Fernando de Azevedo, ministrou o tema *O problema da educação rural*. Assim, dois dos mais exponenciais agentes de renovação educacional no Brasil foram escolhidos para, de certo modo, fazer propaganda para uma das bandeiras da SAAT.¹⁷¹ Algum tempo depois, Fernando de Azevedo teceu severas críticas ao ruralismo defendido pelos torreanos, se opondo à corrente de intelectuais e educadores que almejavam a ruralização do ensino brasileiro. Conforme Azevedo,

a política do 'rumo ao campo' que entre nós tem surgido, em correspondência com os fenômenos periódicos de depressão econômica, apresenta-se sempre sob formas e aspectos dessas 'ideias inovadoras', de que o misticismo primário vem constituindo quase toda a literatura política do país. Vaga e divagante, essa política pseudo-realista, irradia ora das altas esferas do poder público, ora de setores educacionais, nunca chegou a criar um 'clima de reflexão', capaz de despertar a consciência do problema e da necessidade de resolvê-lo. Não raro a ideia de 'rumo ao campo' quando não rompia, na literatura provinciana, com uma ingênua espontaneidade, da nostalgia das fazendas ou do interesse sentimental pelas populações rurais, não passava de uma bandeira política a cuja sombra se acolhiam, em horas incertas, homens à procura de votos ou de um programa de ação (AZEVEDO, 1946, p.47-48).

O Curso de Professores Regionais ocorreu no Rio de Janeiro, entre abril e maio de 1933. Na atividade de abertura, Armanda Alberto proferiu um breve discurso, cujas palavras indicavam seu posicionamento mais alinhado com o pensamento de esquerda:

Companheiras do mesmo trabalho, é por ser, como vós todas, uma amiga dos pequenos *proletários* da roça que aqui estou – e estou com alegria. Uma reunião de professoras primárias das zonas rurais, na capital do país, para estudar sob a direção de um grupo de especialistas coisas que importam tanto ao progresso das populações do interior – não deixa de ser um acontecimento inesperado e cheio de promessas.¹⁷²

¹⁷¹ *Jornal do Commercio*, 5/05/1933, Ano 106, n. 105, p. 7. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/364568_12/22255, acesso em: 11 ago. 2020.

¹⁷² *Jornal do Commercio*, 13/04/1933, Ano 106, n. 87, p. 4. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/364568_12/21888, acesso em: 11 ago. 2020.

Ao reforçar sua vinculação com a causa proletária – embora sem desmerecer as escolas rurais e seus docentes –, indicava um distanciamento de percepções que se delineava entre os membros fundadores e iniciais da SAAT. Ao mesmo tempo, embora Armanda Alberto estivesse presente na cerimônia inaugural, integrando a mesa oficial, ela não fez parte da comissão diretiva do curso. As informações disponíveis apontam que a organização geral esteve sob responsabilidade de Raul de Paula – que demonstrava características autoritárias bastante acentuadas. Isso também explica a razão pela qual as ideias escolanovistas de Armanda Alberto foram escamoteadas em boa medida, abrindo espaço para a “cruzada ruralista” propalada por Raul de Paula nos anos seguintes, especialmente após a fundação dos clubes agrícolas escolares – dos quais assumiu arbitrariamente a direção geral.

Não é de se afastar a possibilidade de que, em decorrência da centralização promovida por Raul de Paula em torno do tema das escolas regionais, tenha acarretado o afastamento de Armanda Alberto do quadro de integrantes da SAAT ainda em 1933. Conforme relação de associados publicada em 22 de novembro daquele ano no *Jornal do Commercio*, os nomes de Armanda e de seu irmão, Álvaro Alberto, não mais estavam listados entre os torreanos.¹⁷³ A tentativa de apropriação, por parte de setores mais radicais da SAAT, do projeto de ensino regional e a acentuada escalada conservadora e xenofóbica da entidade delimitaram uma ruptura institucional, com alguns membros solicitando desligamento – ou sendo afastados gradualmente. Com a desvinculação de Armanda Alberto do núcleo central da SAAT, os projetos acerca do ensino regional foram conduzidos pelo grupo alinhada com Raul de Paula. Como forma de consolidação, foi definido um grande evento sobre o tema, que seria realizado em 1934: o Congresso Brasileiro de Ensino Regional.

Além da ênfase dada naquele ano de 1933 ao Curso de Professores Regionais, a expansão dos núcleos torreanos para outros estados também estava na pauta de ações da direção da SAAT. O Rio Grande do Sul era objeto das intenções expansionistas da entidade, não apenas por conta da importância política e econômica deste estado, mas também por existir nele um dos problemas alvo da agenda deste grupo político-intelectual: as áreas de imigração estrangeira. Em 1936, ao ser entrevistado pelo jornal

¹⁷³ *Jornal do Commercio*, 22/11/1933, Ano 107, n. 45, p. 7-8. Disponível em: http://memoria.bn.br/docreader/364568_12/26156, acesso em: 11 ago. 2020.

Diário de Notícias sobre os propósitos do núcleo sul-rio-grandense da SAAT, Carlos de Souza Moraes foi assertivo ao afirmar que

[...] constitui para todo torreano um grande pesadelo ver-se, na zona colonial do nosso Estado, escolas perfeitamente aparelhadas e com apreciável frequência infantil, onde é ministrado o ensino primário e até mesmo complementar em língua estrangeira. Essas crianças, não raro, crescem e ganham a maioridade sem conhecerem mesmo o idioma da terra onde nasceram. O nosso idioma é muito ignorado nessas zonas que, muitas vezes, os filhos dos colonos ao atingirem a maioridade, são chamados a servir nas colunas do Exército Nacional, sem ao menos poderem pronunciar nem uma palavra em Português.¹⁷⁴

Ao abordar os aspectos do ensino, transparece também que a questão da suposta não integração dos núcleos imigrantes ao Brasil era um problema que deveria ser fortemente enfrentado. Neste sentido, os dirigentes nacionais da SAAT, representados por uma comissão composta por Hélio Gomes, Juarez Távora, Fidélis Reis e Attilio Vivacqua, afirmavam que o Rio Grande do Sul era um “campo fértil e necessitado” das ações torreanas, chamando atenção para a inserção que vinha sendo realizada paulatinamente através dos principais jornais estaduais, sendo um deles o jornal oficial do governo estadual – e que após 49 anos sob comando do PRR, passara a ser dirigido pelo partido criado por Flores da Cunha.

O Rio Grande do Sul não tem permanecido alheio ao trabalho da “Sociedade dos Amigos de Alberto Torres”. Sua imprensa, de resto, como tem feito a imprensa dos outros Estados, tem acolhido as nossas publicações, “A Federação”, “Diário de Notícias” e o “Correio do Povo” tem sempre trazido nossos trabalhos.¹⁷⁵

Através da mediação de integrantes gaúchos da SAAT, foram estabelecidos os contatos iniciais visando angariar simpatizantes que aderissem ao projeto, aceitando a coordenação efetiva dos trabalhos de articulação e criação do núcleo do Rio Grande do Sul. O primeiro escolhido para presidir essa tarefa foi o desembargador Antonio Vieira Pires, conforme noticiado pela direção nacional da SAAT:

¹⁷⁴ Museu Histórico Visconde de São Leopoldo (MHVSL) – Coleção Carlos de Souza Moraes – Pasta 85 – Documentos referentes ao Núcleo da Sociedade dos Amigos de Alberto Torres no Rio Grande do Sul (Recorte do jornal *Diário de Notícias* sobre a fundação no núcleo estadual da Sociedade dos Amigos de Alberto Torres, 26/03/1936).

¹⁷⁵ *Jornal do Commercio*, 25/10/1933, Ano 107, n. 21, p. 7. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/364568_12/25610, acesso em: 5 ago. 2020.

Um ilustre técnico gaúcho, nosso consócio Dr. Fernando Martins, fez naquelas homenagens, uma conferência sobre a obra de Saturnino de Brito no Rio Grande do Sul.

Sociedade para os estudos brasileiros, eminentemente nacional, conta entre seus sócios e diretores, muitos gaúchos. Assim sendo, o grande Estado sulino não poderia permanecer alheio às nossas cogitações.

Chegou a ocasião de nossa Sociedade fundar seu núcleo gaúcho. Por indicação do nosso consócio Geraldo Sampaio, já enviamos em comunicação com o Dr. Vieira Pires, nome idôneo para dirigir o movimento torreano naquele Estado. Possuindo as credenciais necessárias àquela missão, propomos que seja o Dr. Vieira Pires encarregado de fundar no Rio Grande do Sul o núcleo da “Sociedade dos Amigos de Alberto Torres”.¹⁷⁶

Bacharel pela Faculdade Livre de Direito de Porto Alegre, na turma de 1908, Antonio Vieira Pires nasceu na cidade de Triunfo. Seu pai, Salvador Pires, foi durante vários anos encarregado dos Correios e Telégrafos em Porto Alegre. Recém formado, Vieira Pires foi nomeado juiz distrital nos municípios de São Vicente e Santa Maria, na região central do Rio Grande do Sul. Entre 1910 e 1914 ocupou o cargo de Promotor Público em Santana do Livramento, Rio Grande e Porto Alegre. Vinculado ao Partido Republicano Rio-grandense, foi nomeado por Borges de Medeiros chefe de Polícia do Estado, permanecendo nesta função entre 1915 e 1918. As ligações partidárias também o conduziram ao campo da Imprensa, sendo diretor do jornal *A Federação* e colaborador do *Diário de Notícias*. Logo após deixar a Chefia de Polícia, foi eleito presidente do Sport Club Internacional, de Porto Alegre, exercendo a função durante o ano de 1919.

Exercendo o magistério, foi professor da Faculdade de Direito de Porto Alegre, tendo entre seus alunos Carlos de Souza Moraes, Tasso Corrêa, Theobaldo Neumann, Francisco Machado Villa e outros que se graduaram ao longo das décadas de 1930 e 1940. É possível que Vieira Pires, conhecedor e entusiasta da obra de Alberto Torres – unido ao “positivismo castilhistas” –, tenha sido um dos influenciadores que conduziram o acadêmico Carlos de Souza Moraes ao “ideário torreano”. Em 1933, foi nomeado pelo interventor Flores da Cunha para a presidência do Conselho Penitenciário do Rio Grande do Sul.¹⁷⁷ Apoiador *florista*, fez parte do grupo de docentes da Faculdade de Direito que solicitaram a permanência de Flores da Cunha no governo estadual, quando do convite

¹⁷⁶ *Jornal do Commercio*, 25/10/1933, Ano 107, n. 21, p. 7. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/364568_12/25610, acesso em: 5 ago. 2020.

¹⁷⁷ *Jornal A Federação*, 19/06/1933, Ano L, n. 141, p. 4. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/388653/73197>, acesso em: 12 ago. 2020.

para assumir cargo de ministro da Justiça.¹⁷⁸ Nesta época já havia deixado o PRR para ingressar no Partido Republicano Liberal.

Foi um dos candidatos do PRL à Assembleia Legislativa estadual, nas eleições de 1934.¹⁷⁹ Entretanto não alcançou a votação necessária para ser eleito. Exerceu durante um curto período, no ano de 1935, a função de Procurador-Geral do Estado, pois foi eleito ainda naquele ano desembargador da Corte de Apelação do Estado. Posteriormente, fez parte do Tribunal Regional da Justiça Eleitoral no Rio Grande do Sul. Concomitante com suas atividades político-partidárias e na magistratura, também exerceu a presidência da Federação Rural do Estado, mais um elo que o unia com a plataforma defendida pela Sociedade dos Amigos de Alberto Torres.

A nota menciona o nome de mais dois agentes que – além de Antonio Vieira Pires –, de uma forma ou outra, tiveram papel nas tratativas iniciais para a fundação do núcleo sul-rio-grandense da SAAT, mesmo que a criação tenha se efetivado apenas três anos mais tarde, coordenada por Carlos de Souza Moraes. Buscando dados sobre estas trajetórias, consta que Geraldo Ferreira Sampaio era engenheiro sanitário, auxiliar de Saturnino de Brito. Sampaio atuou em projetos de saneamento no Rio Grande do Sul, em cidades como São Leopoldo, Iraí, Pelotas, São Gabriel e Alegrete, entre os anos de 1922 e 1928. Sobre o trabalho empreendido em São Leopoldo, o jornal *A Federação* destacou em suas páginas:

O dr. Geraldo Sampaio, que quarta-feira última seguiu para a capital da República, concluiu já os serviços de campo e estudos preliminares do projeto de abastecimento de água e de esgotos de S. Leopoldo, no que foi auxiliado pelos engenheiros Oscar Silva, da Secretaria de Obras Públicas, e Elíbio Weber, da Intendência Municipal dali.

Foram analisadas e medidas todas as águas suscetíveis de captação e nivelados não só o atual perímetro urbano, mas também a zona de expansão futura de S. Leopoldo.

O projeto definitivo de saneamento, a ser organizado pelo engenheiro Saturnino de Brito, deve ficar concluído dentro do prazo de seis meses, a contar da data da assinatura do contrato, que é de dois de junho último.¹⁸⁰

¹⁷⁸ Além de Antonio Vieira Pires, assinaram o memorial: Leonardo Macedônia, Normélio Rosa, Manoel André da Rocha, Heitor Annes Dias, Darcy Aambuja, Ruy Cirne Lima, Luiz Mello Guimarães, Florêncio de Abreu e Armando Câmara. Conforme publicado em: *Jornal A Federação*, 8/11/1933, Ano L, n. 257, p. 1. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/388653/74122>, acesso em: 12 ago. 2020.

¹⁷⁹ *Jornal A Federação*, 8/09/1974, Ano LI, n. 207, p. 9. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/388653/76244>, acesso em: 12 ago. 2020.

¹⁸⁰ *Jornal A Federação*, 18/07/1922, Ano XXXIX, n. 165, p. 5. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/388653/48999>, acesso em: 12 ago. 2020.

Nascido em Pelotas, Geraldo Ferreira Sampaio dividia-se entre a capital federal e o Rio Grande do Sul, representando o escritório de Saturnino de Brito neste estado. Fez seus estudos em São Paulo, na Faculdade de Engenharia da Escola Politécnica, onde foi colega de Francisco Prestes Maia, prefeito de São Paulo entre 1938 e 1945 (interventor nomeado pelo Estado Novo) e de 1961 a 1965 (eleito democraticamente). Seu pai, Alfredo Ferreira Sampaio, foi comerciante local, no setor de tecidos e fiação, e membro atuante na sociedade pelotense. Geraldo Sampaio foi casado com Maritana Simões Lopes,¹⁸¹ filha do ex-deputado e ministro da Agricultura Ildefonso Simões Lopes, então presidente da Sociedade Nacional de Agricultura.

O segundo nome, também engenheiro de formação, Fernando Martins Pereira e Souza, nascido em 1882, ocupou cargos importantes na administração pública porto-alegrense, além de entidades representativas e de imprensa. Graduado pela Escola Politécnica do Rio de Janeiro em 1905,¹⁸² foi diretor técnico e comercial da Companhia de Iluminação à Luz Elétrica no município de Rio Grande, sul do estado. Depois de um período atuando em uma firma particular, foi nomeado diretor da Comissão de Obras Novas da Intendência Municipal de Porto Alegre, em 1926, durante a gestão de Otávio Rocha (1924-1928). Com o falecimento de Rocha, em fevereiro de 1928, o governo foi assumido por seu vice-intendente, Alberto Bins, que determinou a permanência de Martins no cargo que ocupava. Ao ser eleito nas eleições municipais daquele, Bins nomeou Fernando Martins para a Secretaria da Intendência, posto que exerceu até 1932.¹⁸³

Membro do Rotary Clube de Porto Alegre e filiado ao PRR, Fernando Martins foi eleito presidente¹⁸⁴ da Rádio Sociedade Gaúcha,¹⁸⁵ emissora inaugurada na capital sul-rio-grandense em 1927, cujo primeiro estúdio funcionou no Grande Hotel, centro da cidade. Em 1930, foi um dos fundadores e primeiro presidente da Sociedade de Engenharia do Rio Grande do Sul, presidindo-a por dois anos. Em 1932, deixou a presidência da Sociedade de Engenharia e a função de secretário da Prefeitura Municipal

¹⁸¹ *O Paiz*, 25/09/1921, Ano XXXVII, n. 13.489, p. 5. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/178691_05/7327, acesso em: 12 ago. 2020.

¹⁸² *Jornal A Federação*, 9/02/1905, Ano XXII, n. 35, p. 2. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/388653/16239>, acesso em: 12 ago. 2020.

¹⁸³ Decreto Municipal nº. 166, de 31 de dezembro de 1928.

¹⁸⁴ *Jornal A Federação*, 28/06/1929, Ano XLVI, n. 150, p. 4. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/388653/66863>, acesso em: 12 ago. 2020.

¹⁸⁵ Em 1957 a emissora foi adquirida pelos empresários Maurício Sirotsky Sobrinho, Arnaldo e Frederico Arnaldo Balvé (pai e filho), o que deu origem ao Grupo Rede Brasil Sul (RBS), conglomerado midiático denominado atualmente RBS Participações S/A.

de Porto Alegre, fixando-se no Rio de Janeiro. Neste contexto, aproximou-se da Sociedade dos Amigos de Alberto Torres, atuando como um interlocutor entre a sede da entidade, na capital federal, e membros da intelectualidade e sociedade do Rio Grande do Sul.

Não foram encontradas fontes que identifiquem a razão do núcleo sul-riograndense da SAAT não ter sido fundado em 1933. Contudo, mesmo que, em um primeiro momento, Vieira Pires talvez tenha declinado do convite para assumir a organização estadual da entidade, ele não se afastou das ações torreanas. Quando da fundação do núcleo, em 1936, aceitou fazer parte do conselho administrativo regional. Na imprensa sulina, no período entre 1933 e 1936, constam vinte e nove menções à Sociedade dos Amigos de Alberto Torres e suas realizações.¹⁸⁶ Isso demonstra uma articulação torreana, mesmo naqueles estados onde não estavam constituídos núcleos regionais.

E essa capacidade de articulação proporcionou a realização, em julho de 1934, do Congresso Brasileiro de Ensino Regional, que teve sede no estado da Bahia. Conforme noticiado pela imprensa do período, esse evento estava alinhado com “a finalidade educativa e evangelizadora” da Sociedade dos Amigos de Alberto Torres, “atentando para com problemas nevrálgicos do país e analisados sob a ótica da obra nacionalista de Alberto Torres”.¹⁸⁷ O programa do congresso abrangia, no seu escopo, muitos aspectos relacionados com o pensamento ruralista, notadamente um dos pilares de sustentação ideológica e de ação política da SAAT.

Em nível nacional, a guinada, no campo educacional, que a SAAT deu para o ensino rural e sua defesa enfática, representou um alinhamento mais estrito com seu próprio embrião identitário – aproximado com o ruralismo de Alberto Torres, acrescido de doses conservadoras. As ideias mais progressistas de Armanda Álvaro Alberto e seu posicionamento político, alinhado com espectro da esquerda – e até mesmo do anarquismo –, causou embaraços dentro do núcleo central da SAAT. Sua saída da entidade representou um acirramento da agenda mais radical torreana, pautada no nacionalismo com feições xenofóbicas.

¹⁸⁶ Em *A Federação* foram encontradas dezenove publicações, seguido de cinco notas no jornal *O Momento*, de Caxias do Sul. O jornal *Folha do Nordeste*, também sediado em Caxias do Sul, lançou em 1937 uma nota contra a Ação Integralista Brasileira, na qual desvinculava a SAAT dessa organização “de cunho fascista”. O *Diário de Notícias* publicou quatro reportagens, sendo três sobre a fundação do núcleo sul-riograndense, em 1936. O nome da entidade é mencionado, nestes periódicos, de três formas diferentes: Sociedade dos Amigos de Alberto Torres, Sociedade Alberto Torres e Sociedade Amigos Alberto Torres.

¹⁸⁷ *Jornal do Commercio*, 9/11/1934, Ano 108, n. 34, p. 13. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/364568_12/33095, acesso em: 7 ago. 2020.

O ideário ruralista torreano visava, conforme divulgavam seus principais difusores, a formação integral do cidadão, para que se voltasse aos assuntos da terra, conforme a “vocação agrícola” brasileira desde seus primórdios coloniais. Em uma pequena nota em jornal, no ano de 1933, essa premissa é sintetizada:

A Sociedade sente-se regamente paga dos seus esforços com estes primeiros estremecimentos da escola brasileira, que vai saindo do montão de escombros que a sepultaram para radiar ao sol na formação de uma gente própria para realizar a nossa civilização de agricultores, criadores e mineiros.¹⁸⁸

No cerne ideológico da Sociedade dos Amigos de Alberto Torres, o ensino rural possuía uma dimensão importante, por estar intimamente vinculada ao processo civilizatório pelo qual o brasileiro necessitava experienciar. Esta civilidade precisava cooperar para formar o homem genuinamente brasileiro, preocupado e adentrado nos problemas e na realidade do país, agindo para contribuir na construção da brasilidade. Com isso, o ensino rural estava alinhado com o controle imigratório e a seleção entre aqueles que poderiam ser úteis e os totalmente desprezíveis. O educador paulista Sud Mennucci, membro da SAAT, ao palestrar no Curso de Ensino Regional, realizado em 1933, asseverava que as regiões urbanas sempre foram privilegiadas, em detrimento ao espaço rural, mesmo sendo este proporcionalmente maior em relação ao território ocupado no Brasil. Por fim, Mennucci (1933) ressaltava que o ambiente rural era marco fundamental para a formação e consolidação do espírito e das virtudes nacionais, sendo que a educação rural não deveria ficar restrita às regiões agrícolas, mas também nas cidades, para que todos os brasileiros tivessem noção do país em que viviam, seus infortúnios, riquezas e possibilidades, enquanto “celeiro do mundo”.

Mário Augusto Teixeira de Freitas, estatístico baiano, era formado em Direito no Rio de Janeiro. Durante sua graduação, atuou na Diretoria Geral de Estatística do Ministério da Agricultura, Viação e Obras Públicas, promovendo uma série de pesquisas, mapeamentos e estatísticas, em um esforço inédito até então no país. Com a ascensão de Vargas ao poder, em 1930, Teixeira de Freitas transferiu residência para o Rio de Janeiro, sendo convidado a colaborar na organização do Ministério da Educação e Saúde Pública. Nesta pasta, foi nomeado chefe da Diretoria de Informações, Estatística e Divulgação.

¹⁸⁸ *Jornal do Commercio*, 20/09/1933, Ano 106, n. 223, p. 4. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/364568_12/24899, acesso em: 5 ago. 2020.

Neste sentido, adquiriu conhecimento sobre a realidade educacional do Brasil naquelas primeiras décadas do século XX.

Em 1934, foi um dos criadores do Instituto Nacional de Estatística, que foi oficialmente instalado dois anos depois. Em 1938, o órgão passou a se denominar Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Não obstante, sua vinculação com esta entidade lhe subsidiava dados importantes sobre a realidade nacional. Dados estes que eram repassados à Sociedade dos Amigos de Alberto Torres, na qual Teixeira de Freitas se associou no início de 1933. Em 8 de outubro de 1934, o *Jornal do Commercio* registrou importante texto escrito por Teixeira de Freitas, no qual abordava o ensino rural e a questão imigratória.

Toda obra de redenção no Brasil se resume nesse binômio: educar-povoar. Mas este termos tomados num sentido integral, numa acepção orgânica, num significado brasileiro. A educação de que precisamos não é somente o ensino rudimentar, nem muito menos esse ensino apenas ne infantes, que nas zonas remotas e sem organização social, regredirão amanhã ao analfabetismo. É, ao contrário, dar ao “homem” do sertão – isto é, a todos os “indivíduos” humanos dispersos nos desertos brasileiros, a capacidade de criar no seu próprio uma vida social digna desse nome, uma civilização agrária.

E “povoar” não é instituir artificialmente correntes imigrantistas, sejam quais forem, e interna-las no *hinterland* brasileiro. É antes, com ou sem achegos de elementos alienígenas, distribuir a massa demográfica disponível não só em condições apropriadas de afinidades, intercomunicação e solidariedade, mas ainda de posse efetiva do solo e dos instrumentos de trabalho, de tal modo que possam organizar uma economia rural.¹⁸⁹

Como visto anteriormente, o ruralismo impositivo da SAAT sofreu reprimendas de intelectuais voltados com uma linha progressista na educação, como Anísio Teixeira e Fernando de Azevedo – que haviam colaborado com iniciativas torreanas através de conferências e debates em que participaram. Entretanto, estas críticas pouco alvejaram o núcleo mais ideologicamente radical da entidade, especialmente Raul de Paula, que monopolizou o controle sobre a questão do ensino rural e dos clubes agrícolas escolares.

Embora com algumas iniciativas anteriores, os clubes agrícolas escolares foram fomentados pela Sociedade dos Amigos de Alberto Torres a partir de 1934, substituindo o ensino regional como “produto ofertado” pela entidade. Houve um intenso trabalho para que estes clubes fossem criados em todo o território nacional. Novamente o *Jornal do*

¹⁸⁹ *Jornal do Commercio*, 8/04/1934, Ano 107, n. 160, p. 7. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/364568_12/28824, acesso em: 5 ago. 2020.

Commercio oportunizou espaço para que a SAAT explanasse a razão e o funcionamento dos clubes agrícolas. Embora não conste autoria, há indícios que tenha sido escrito por Raul de Paula – que também buscava centralizar a escrita dos textos que seriam encaminhados e publicados na imprensa. Sobre a ideia de criação dos clubes, a nota explicita que:

A ideia de lançá-los provém como um decorrência natural do congresso de ensino promovido por essa entidade, com o objetivo de encontrar novas bases para a nossa aparelhagem pedagógica, urbanista e livresca, e evitar que a instrução da zona rural seja, conforme a condenação de Alberto Torres, um canal de êxodo, por onde os filhos da produção agrária emigrem para o parasitismo das cidades. Não será demais chamar a atenção de nossos pedagogos para esta instituição e para os quatrocentos e tantos clubes que, através de 13 estados da Federação já conseguimos fundar.¹⁹⁰

Embora não tenha sido possível realizar, efetivamente, um levantamento de todos os clubes agrícolas escolares existentes no Brasil no período supracitado, acredito que exista um exagero nos dados mencionados, acentuando que mais de quatrocentos clubes teriam sido fundados em tão pouco tempo. O mais provável é que o “exagero” tenha feito parte de uma estratégia de difusão da ideia e arregimentação de educadores dispostos à assumir a criação do clube em sua instituição. Essa possibilidade fica plausível com o trecho que segue, retirado da mesma publicação:

Eles se criam por iniciativa de professores dos grupos ou por sugestão da Sociedade e depois se filiam à Federação Nacional dos Clubes Agrícolas, com sede nesta Sociedade, para então fazer jus às vantagens que ela oferece, com remessa de material, sementes, mudas, livros, cadernos, base para a apicultura e atuação junto às prefeituras, no sentido de obter-lhes campos de experimentação e bom acolhimento. O Clube é um fator de espírito agrícola, uma pepineira de vocações ruralistas, um contrapeso a nossa instrução, sem efeito imediato no progresso da economia municipal, porquanto procura inclinar o exame das inteligências infantis sobre as possibilidades de sua região, através dos museus escolares, dos concursos de reflorestamento e outros processos.

Mais uma vez repetimos o apelo aos educadores e à classe dirigente do país, para atentarem no alcance elevadíssimo da Federação dos Clubes Agrícolas Escolares do Brasil.

¹⁹⁰ *Jornal do Commercio*, 19/07/1934, Ano 107, n. 247, p. 4. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/364568_12/30913, acesso em: 6 ago. 2020.

O trabalho realizado pelos clubes agrícolas escolares foi utilizado como instrumento para aproximação da SAAT com o então ministro da Agricultura, Odilon Braga.¹⁹¹ De fato, foi estabelecida uma conexão bastante próxima entre os principais líderes torreanos com a referida pasta. Tanto que foi obtida uma subvenção, por parte deste ministério, no valor de cinquenta contos anuais, direcionados à direção central da SAAT para manutenção dos clubes agrícolas.¹⁹² Esse clima de cooperação entre SAAT e Ministério da Agricultura perdurou até 1936, quando escândalos vieram à tona, corroendo a relação entre a entidade nacionalista e a pasta governamental. A mesma tática de aproximação e formação de redes sociopolíticas foi buscada juntos ao líderes partidários da Assembleia Nacional Constituinte de 1933-1934. Neste caso, o objetivo nevrálgico era que fossem aprovadas medidas antiimigratórias, para que constassem na nova Lei Máxima do país – de fato, algumas destas medidas foram aprovadas, mesmo com alterações, como é o caso da *Lei de Cotas*.

Engendrada ao escopo da plataforma ruralista torreana, a difusão dos clubes agrícolas escolares recebeu o complemento de outra atividade fundamental para a política da SAAT: a realização das Semanas Rurais. Conforme disponível na imprensa e no acervo pessoal de Carlos de Souza Moraes, as Semanas Ruralistas tiveram maior fôlego entre 1935 e 1937. Após isso, houve um arrefecimento nestas atividades, decorrentes de fatores externos e dentro da própria direção central da SAAT, conforme demonstrei mais adiante neste capítulo.

Em 1934, uma comissão formada por Rafael Xavier, Raul de Paula e Vieira de Mello procurou o então ministro da Agricultura, Odilon Braga. Como pauta do encontro, os torreanos buscavam obter da referida pasta uma subvenção de apoio aos clubes agrícolas escolares. Odilon Braga se demonstrou simpático para com a proposta e um valor no total de trinta contos foi disponibilizado no orçamento ministerial para os clubes agrícolas.¹⁹³ Dois meses antes desta reunião, a SAAT realizou na cidade mineira de Itanhandu a Primeira Semana Ruralista Brasileira, atividade que contou com a cooperação do próprio Ministério da Agricultura e da Escola Agrícola de Viçosa.¹⁹⁴ Tecnicamente, as semanas rurais ou ruralistas eram divididas em palestras, distribuição de materiais

¹⁹¹ *Jornal do Commercio*, 16/08/1934, Ano 107, n. 271, p. 5. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/364568_12/31439, acesso em: 06 ago. 2020.

¹⁹² *Gazeta de Notícias*, 10/05/1936, Ano 62, n. 109, p. 1. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/103730_06/8716, acesso em: 17 ago. 2020.

¹⁹³ *Diário de Notícias*, 27/09/1934, Ano V, n. 2.386, p. 2. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/093718_01/20447, acesso em: 17 ago. 2020.

¹⁹⁴ Hoje vinculada à Universidade Federal de Viçosa (UFV).

impressos, aulas técnicas, exposições filmicas, exposições de produtos e agrícolas e tecnologias relacionadas com o trabalho no campo. Seu bojo pedagógico exaltava a terra, o trabalhador rural, a higiene e o nacionalismo como vetores de construção e sustentação do país, assim como apontava para os cuidados necessários para a defesa da pátria diante das investidas estrangeiras – especialmente através da imigração.

O êxito conquistado por esta primeira edição impulsionou a realização imediata da Segunda Semana Ruralista, também em Minas Gerais. Além da SAAT, Ministério da Agricultura e Escola Agrícola de Viçosa, também apoiaram a atividade o Instituto Oswaldo Cruz, o Museu Nacional, a Secretaria de Agricultura de Minas Gerais e a Estação Sericícola de Barbacena.¹⁹⁵ A sede da Semana Ruralista foi o município de Ponte Nova, mas também foram contempladas na ocasião as cidades de Mariana, Ubá, Viçosa, Rio Branco, Rio Casca, Raul Soares, Piranga, Alvinópolis, Abre-Campo e Giquiri. E os conferencistas foram Mário Augusto Teixeira de Freitas, Augusto Sabóia Lima, Antônio Vieira de Mello, Rafael Xavier e Alcides Bezerra. Na direção geral estava novamente Raul de Paula. A cerimônia de abertura contou com a presença de Odilon Braga, convidado pelos torreanos para prestigiar e “comprovar” o sucesso desta iniciativa, que deveria ser difundida por todo o país.¹⁹⁶

No ano seguinte, 1935, a direção das Semanas Ruralistas estaria nas mãos de Humberto Bruno, professor da Escola Agrícola de Viçosa desde 1928, no Departamento de Horticultura, atuando também no Setor de Botânica da instituição. Em reportagem de 25 de janeiro daquele ano, era noticiada a agenda das semanas ruralistas, com ampliação dos estados em que estas ocorreriam.¹⁹⁷ As cidades contempladas seriam Franca, Botucatu e Guaratinguetá (São Paulo); Uberlândia, Barbacena e Lavras (Minas Gerais); Cachoeiro do Itapemirim (Espírito Santo); Campos (Rio de Janeiro); Ilhéus e Feira de Santana (Bahia); Teresina (Piauí) e Sobral e Juazeiro do Norte (Ceará). A mesma nota é enfática ao creditar o patrocínio das semanas ruralistas ao Ministério da Agricultura, na pessoa de Odilon Braga, “concedendo todas as facilidades à SAAT para levar a termo aqueles trabalhos”. A rede de apoio contava, ainda, com as Secretarias de Agricultura de

¹⁹⁵ Atividade relacionada com a cultura da seda.

¹⁹⁶ *Jornal do Commercio*, 5/09/1934, Ano 107, n. 289, p. 5. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/364568_12/31820, acesso em: 6 ago. 2020.

¹⁹⁷ *Jornal do Commercio*, 25/01/1935, Ano 108, n. 98, p. 6. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/364568_12/34544, acesso em: 7 ago. 2020.

São Paulo, Bahia, Ceará e Minas Gerais, atuando como copatrocinadoras em seus respectivos estados.

A programação prevista era composta pelas seguintes atividades: a) curso para fazendeiros; b) curso para professoras primárias; c) conferências públicas; d) cursos populares sobre problemas de higiene e saúde pública; e) cinema educativo; f) organização da Biblioteca Municipal; g) organização de um Museu Escolar Regional; h) exposição de produtos agrícolas da região; i) distribuição de cartilhas e materiais sobre educação agrícola e j) plantio de um bosque, com espécies nativas brasileiras, como marco memorial da realização das semanas ruralistas nos municípios sedes.

Na longa publicação, não são mencionados diretamente os clubes agrícolas escolares. Provavelmente, isso tenha ocorrido para deixar clara a separação entre a área de controle de Raul de Paula, ou seja, os mencionados clubes, e a frente de expansão torreana, através das semanas ruralistas. O fato da direção das semanas ter passado para um torreano fora da sede central – o Rio de Janeiro –, possivelmente representou algum atrito interno na agremiação, que iniciara intrigas entre seus membros, especialmente envolvendo a atuação de Raul de Paula.

Até 1937, a Sociedade dos Amigos de Alberto Torres continuou à frente das semanas ruralistas brasileiras, embora houvesse uma disputa, naquele ano, pela hegemonia e domínio da atividade. Com a fundação da Sociedade Brasileira de Educação Rural, a nova entidade buscou destronar a SAAT da gerência das semanas ruralistas. E qual a razão disso? Provavelmente um desejo pessoal de poder e, mais que isso, de vingança. Explico: a Sociedade Brasileira de Educação Rural teve como fundador e principal dirigente Raul de Paula, antigo secretário geral da SAAT, que desde a segunda metade de 1936 estava afastado da mesma, após uma série de entraves com outras lideranças torreanas – e de escândalos envolvendo figuras políticas centrais da administração federal. Ademais retomarei com mais detalhes o enredo que levou a este episódio e seus desdobramentos.

Já no final da década de 1930, em boa medida por conta da eclosão da Segunda Guerra Mundial e o panorama interno da nacionalização e do regime do Estado Novo, as semanas ruralistas entraram em um período de suspensão. Foram retomadas na década de 1940, deste vez sem vinculação com a Sociedade dos Amigos de Alberto Torres, que não possuía mais o mesmo vigor dos anos iniciais.

Se em 1933, Armanda Alberto e seu irmão, Álvaro Alberto, haviam deixado as hostes torreanas, em 1935 esta foi a atitude adotada pelos irmãos Alberto Torres.

Conforme declarações dadas por Heloísa Alberto Torres, a motivação principal foi o uso deturpado das ideias de seu pai em nome de uma mentalidade xenófoba, racista e altamente autoritária, admoestada por algumas das principais lideranças da SAAT. Em publicação no periódico catarinense *A Notícia*, de 1º de junho de 1935,¹⁹⁸ há uma síntese de declarações de Heloísa feitas contra a SAAT, indicando uma ruptura:

A senhorita Heloísa Alberto Torres dirigiu ao sr. Rafael Xavier, presidente da Sociedade dos Amigos de Alberto Torres, uma carta se deligando do grêmio. Alega a missivista estar a sociedade defendendo pela imprensa ideias atribuídas ao seu pai, mas evidentemente contrárias ao pensamento do sociólogo.

Rafael Xavier fez parte da segunda leva de integrantes da Sociedade dos Amigos de Alberto Torres, ingressando na mesma ainda em 1932. De origem paraibana, nascido no município de Areia, no dia 20 de abril de 1894, Rafael da Silva Xavier se graduou em Direito pela Faculdade de Direito de Recife, em 1918. Posteriormente, especializou-se em Administração e Ciências Estatísticas. Foi diretor do Departamento Estadual de Estatística de Pernambuco, exercendo seu cargo entre 1926 e 1931. Foi apoiador da Aliança Liberal em Pernambuco, se tornando bem-quisto por Juarez Távora, um dos comandantes revolucionários no Nordeste. No ano de 1933, por mediação de Távora, que exercia o posto de ministro da Agricultura, é nomeado para a direção do Serviço de Estatística daquela pasta. Esteve nesta função até 1937.

Quando ocorreu a criação do Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP), gerido por Luiz Simões Lopes, foi designado como chefe da Divisão de Material daquela autarquia federal. Deixando a função em 1942, assumiu a diretoria da Divisão Técnica do Serviço Nacional de Recenseamento do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), concomitante com funções no Serviço de Economia Rural do Ministério da Agricultura.

Posteriormente, Rafael Xavier se tornou uma das lideranças nacionais do movimento municipalista brasileiro – cujas ideias eram vistas com simpatia por Carlos de Souza Moraes, que foi um de seus divulgadores no Rio Grande do Sul, entre o final da década de 1940 e princípio dos anos 1950. Afirmava que a República deveria ser baseada nos municípios, aos quais chamava de *célula-mater* do país. Foi um dos criadores da

¹⁹⁸ *A Notícia*, 1º/06/1935, Ano XV, n. 2.022, p. 8. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/843709/8755>, acesso em: 17 ago. 2020.

Associação Brasileira Municipalista, da qual foi eleito seu primeiro presidente. Xavier faleceu em 16 de janeiro de 1982, na cidade do Rio de Janeiro.

Ao lado de Raul de Paula, Rafael Xavier foi um dos mais vorazes críticos da imigração japonesa ao Brasil – além de outros grupos étnicos. E foi justamente a intensa campanha antinipônica que irrompeu a crise entre o bloco Paula-Xavier contra os irmãos Alberto Torres – e que provocaram a desfiliação destes últimos. E os principais ressentimentos de Heloísa Alberto Torres por conta do uso indevido das ideias de seu pai recaem sobre Raul de Paula. Este, por sua vez, logo tratou de rebater as críticas advindas por Heloísa, através das páginas da imprensa fluminense. Seguem alguns trechos da nota publicada no jornal *A Manhã*, de 5 de junho de 1935:¹⁹⁹

1º - Não é exato que a campanha antinipônica seja campanha por mim movida contra a imigração amarela. A maioria dos sócios da SAAT deu apoio a essa campanha, bem como todos os núcleos estaduais da Sociedade;

2º - Não combatemos os nipões por questões raciais e sim porque eles estão se organizando como nação dentro da nossa nação;

3º - A campanha contra os quistos raciais, sejam eles alemães, poloneses, judeus ou nipões, que a SAAT vem realizando, tem sido com a cooperação dos consócios Saboia Lima, Vieira de Mello, Helio Gomes, José Vidal, Magalhães Correia, Rafael Xavier, Juarez Távora [...] e ainda com a colaboração dos professores paulistas que residem ou residiram nos quistos japoneses [...];

4º - Também não é exato que a Sociedade vá se transformar em Centro de Estudos Brasileiros, espécie de academia para torneio de frases bonitas. Ela continuará sendo o que tem sido e que lhe deu força no Brasil: Sociedade de ação e combate, cujo patrimônio moral já é grande e continuará crescendo. Assim, continuará combatendo a imigração japonesa e todas as que se fecharem ou tentarem se fechar dentro de nosso país;

5º - A Sociedade [...] porá à disposição mapas, livros, jornais, revistas, manifestos e outros documentos [...] sem apelo de nossa parte, verifique a gravidade e autenticidade dos mesmos que serviram e servirão de base para nossa campanha;

6º - Finalmente, lamentamos que a Exma. Srta. Heloísa Alberto Torres, que nunca nos deu a honra de sua frequência ou colaboração na obra da Sociedade, queira intervir em sua vida de trabalho, toda inspirada na obra de seu genial pai, para que a mesma mude de rumo quando apenas pedimos que se cumpra a Constituição em matéria de imigração e que o Ministério do Exterior teima em burlar, somente para servir os interesses nos japoneses.

¹⁹⁹ *A Manhã*, 5/06/1935, Ano I, n. 35, p. 2. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/116408/10617>, acesso em: 14 ago. 2020.

O ferrenho posicionamento antinipônico de Raul de Paula e seu perfil pouco diplomático, contribuíram para o surgimento de crises, tanto no interior da SAAT quanto com outros indivíduos ou entidades. Além dessa postura ter contribuído para a retirada de Armanda Alberto e Heloísa Alberto Torres, também foi preponderante para a ascendente radicalização da postura xenófoba da SAAT, cuja marca maior legada, no tocante aos processos (i)migratórios, foi a posição notadamente oposicionista e excludente.

Embora o grupo étnico japonês tenha sido aquele sobre o qual mais recaíram críticas e ações desabonadoras por parte da SAAT, outros também foram alvos de investidas. Foi o caso dos assírios, entre 1932 e 1934, de onde decorreu a primeira grande campanha antiimigratória da Sociedade dos Amigos de Alberto Torres.

De forma epilogar, a questão pode ser delineada da seguinte forma: em 1932, a Liga das Nações, entidade internacional nos mesmos moldes do que seria atualmente a Organização das Nações Unidas (ONU), buscou junto ao governo brasileiro o assentamento de cerca de 20 mil refugiados assírios católicos, oriundos do Iraque, onde eram vítimas de forte perseguição. Este grupo de imigrantes contava com a proteção da Grã-Bretanha. Cabe esclarecer que os assírios, perante outros grupos, se identificavam e apresentavam como católicos, mais alinhados com o rito latino e orientações do Vaticano. Contudo, sua prática religiosa poderia ser considerada mais como um cristianismo nestoriano adaptado,²⁰⁰ que recebeu reconhecimento pelas autoridades da Cúria Romana.

Caso sua instalação fosse aceita, ela se daria na região norte do Paraná, sendo o processo de colonização dirigido pela Paraná Plantations Ltda. Entrementes, quando as notícias de que milhares de assírios seriam ali instalados, esforços foram coadunados para que este projeto de colonização não se efetivasse – atendendo aos interesses de grandes proprietários rurais da região e de lideranças políticas e intelectuais. No centro do país, especialmente no Rio de Janeiro, a imprensa também se engajou nesta "cruzada antiassíria", abrindo espaço em suas páginas para confrontar a "tentativa de invasão de estrangeiros indesejáveis e incompatíveis" com a identidade nacional brasileira que se almejava. O tom de radicalização – e incitação à violência – foi se agudizando ao longo dos anos de 1932 a 1934. Exemplo pode ser encontrado em cabeçalho publicado no

²⁰⁰ O *Nestorianismo* é uma doutrina que defende a independência entre as naturezas humanas e divinas de Jesus Cristo, havendo deste modo duas pessoas – contrapondo-se ao modelo teológico que defende duas naturezas na única pessoa de Cristo. Os assírios iraquianos não praticavam todos os aspectos desta doutrina, contudo, também não possuíam vínculos confessionais e jurídicos com a Igreja Católica Apostólica Romana.

Correio da Manhã, periódico carioca, em 28 de março de 1934, com os dizeres: “Você só terá paz com um assírio após a morte dele” (LESSER, 1994, p. 129-131).

Outro espaço de combate intenso foi a Assembleia Nacional Constituinte, instalada no ano de 1933. Neste período, parlamentares vinculados com o looby nacionalista e antiimigrantista, procuraram inserir na Carta Magna dispositivos restritivos, que condicionassem a entrada e instalação de imigrantes no país - e, para alguns grupos, pudesse haver a suspensão definitiva. Por fim, diante das pressões de grupos nacionalistas e de setores sociais mais exaltados, Getúlio Vargas, por força de decreto presidencial promulgado em junho de 1934, proibiu a entrada de assírios no Brasil, perfazendo uma conquista dos nacionalistas que se empenharam em impedir a acolhida deste grupo étnico.

Cabe analisar de forma mais pormenorizada a atuação da Sociedade dos Amigos de Alberto Torres no decorrer deste episódio. Publicações encontradas na imprensa demonstram que a SAAT buscou articular um rede mobilizadora, almejando impedir a vinda de assírios. Até mesmo audiências pessoais entre membros da direção torreana e o presidente Getúlio Vargas ocorreram, conforme registros jornalísticos. Em longa exposição no *Jornal do Commercio*, de 21 de fevereiro de 1934, a SAAT se manifesta sumariamente contrária ao aceite dos assírios, vendo-os como perigosos e nocivos ao Brasil, sua gente e seus projetos de nação, os comparando como “restos inutilizáveis” não acolhidos em lugar algum: “O Brasil para fortalecer a solidariedade entre as nações, aceita o rebutalho humano que nenhuma outra nação quis receber em seu solo”.²⁰¹

Em agosto de 1933, as forças militares iraquianas promoveram uma investida violenta contra os assírios que habitavam a região norte do Iraque. O suposto motivo seria a descoberta de uma conspiração de grupos cristão contra o governo – acusações que se mostraram infundadas. Neste interim, as informações existentes dão conta de que o número de mortos está situado entre 600 e 3 mil assírios. Com esse episódio, que ficou conhecido como *Massacre de Simele*, aumentou a pressão por parte dos britânicos para que o Brasil aceitasse a entrada dos refugiados. Um comitê constituído dentro da Liga das Nações para mediar o assunto, presidido pelo general britânico John Gilbert Browne, intensificou as tratativas com o governo brasileiro, por meio dos Ministérios das Relações Exteriores e do Trabalho – o primeiro, chefiado por Félix de Barros Cavalcanti de Lacerda e, o segundo, por Joaquim Pedro Salgado Filho.

²⁰¹ *Jornal do Commercio*, 21/02/1934, Ano 107, n. 120, p. 6. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/364568_12/27911, acesso em: 5 ago. 2020.

O acordo entre os representantes da Liga das Nações e do Governo Provisório confirmavam o aceite e instalação dos assírios, com assentamento no Paraná. Segundo Lesser (1994, p. 127), o Brasil estabeleceu algumas condições, especialmente de ordem financeira e logística, mas não determinou restrições no campo racial, étnico ou religioso. Os elementos condicionais eram: a) o Brasil não arcaria com despesas relacionadas ao transporte e instalação dos refugiados; b) todos os imigrantes deveriam ser, obrigatoriamente, agricultores; c) um grupo de refugiados só poderia desembarcar no território brasileiro após o anterior ter sido devidamente assentado e, d) caso ocorresse qualquer problema mais grave ou insucesso no empreendimento, a responsabilidade seria apenas da Liga das Nações e Paraná Plantations Ltda., sem prejuízos ao governo federal.

Logo as primeiras notícias sobre o fechamento do acordo começaram a circular, a Sociedade dos Amigos de Alberto Torres capitaneou uma ferrenha tarefa de impedir a execução deste plano de imigração refugiada. Através da imprensa, a estratégia era a de desmoralização completa dos assírios, acentuando os predicados desabonadores, exasperando seus “desvios morais”, perigosos e inadmissíveis, capazes de “ferirem gravemente a altivez do povo brasileiro”. Essa plataforma discursiva pode ser encontrada em notas como a seguinte, difundida por periódicos sediados, especialmente, no centro do país. Conforme nota publicada em fevereiro de 1934,

A Sociedade dos Amigos de Alberto Torres já documentou e provou fartamente que os assírios que vem para o Brasil não são lavradores. O Dr. Heraclides Souza Araújo, que percorreu o Iraque em estudos de lepra, viu-os em seu habitat e afirmou que eles não são lavradores e sim vagabundos e desordeiros. O Sr. Paulo Vogeler, técnico de imigração do Ministério da Agricultura, que viveu 8 anos na zona do Iraque, confirma as palavras do Dr. Souza Araújo: as revistas europeias que tem tratado desse gente também afirmam que eles não são lavradores e sim desordeiros.

A Sociedade dos Amigos de Alberto Torres cumpriu o seu dever, denunciando esse crime que se pratica contra o futuro da nação, recebendo-se um bloco humano inassimilável ao nosso meio.

A vinda dos assírios tem sua razão final na imposição do capitalismo inglês, tendo sido eles desalojados de suas terras por possuírem petróleo, foram-lhes compradas terras no Brasil a uma Companhia Inglesa, possuidora de 500.000 alqueires no Norte do Paraná, que assim vê reembolsado parte do capital ali empregado.

Ainda temos esperança de que este pobre povo brasileiro um dia acordará para mostrar ao estrangeiro que o Brasil deve ser nosso!²⁰²

²⁰² *Jornal do Commercio*, 21/02/1934, Ano 107, n. 120, p. 6. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/364568_12/27911, acesso em: 5 ago. 2020.

Sobre este grupo étnico pesava o fato de ser considerado fora dos padrões eugênicos delimitados, por alguns cientistas e intelectuais, como assimiláveis e contribuintes para uma melhoria da raça brasileira. Mesmo que contassem com o fator religioso, ou seja, estivessem inclusos na confessionalidade católica – ao menos nos discursos externos –, isso não era visto como suficiente, pois sua origem geopolítica – instalados no Reino do Iraque – lhes renderam a adjetivação perniciosa de “muçulmanos ou islamitas fanáticos”. Esse caráter “dúbio e exótico” dos assírios era utilizado para difundir uma ideia de periculosidade e ameaça.

Outra alternativa, também fazendo uso da imprensa, era direcionar críticas para sujeitos políticos que, naquela conjuntura, foram rotulados como “vendilhões do país”, subalternos aos interesses imperialistas e pouco preocupados com as consequências da vinda de grupos indesejáveis e inassimiláveis ao Brasil. E a figura escolhida no caso da imigração assíria foi o ministro Salgado Filho. A virulência dos argumentos de Raul de Paula, expressos nas páginas do *Jornal do Commercio*, incentiva até mesmo o uso de violência de qualquer espécie, se assim fosse necessário, para impedir a instalação assíria no Paraná. Além de asseverar o apoio da SAAT aos “desamparados irmãos paranaenses”, cogitou residir em Salgado Filho um perfil de traidor aos interesses estritamente nacionais, agindo como um “negociante inescrupuloso”. Nas palavras registradas de Raul de Paula,

[...] a nenhum argumento atendeu o Sr. Salgado Filho, que acha ser o Brasil a Sapucaia do mundo. Só resta ao próprio povo paranaense, povo altivo e de tradições de honra, levantar-se como uma só vontade, e violentamente impedir que essa gente aventureira que em breve vai poluir os campos dos pinheirais lendários, se instale nesse lindo pedaço do Brasil, para onde levará a turbulência e o saque que pratica no Iraque. Paranaenses: pelo nosso futuro, pela nossa paz, pelo nosso sossego, pela nossa grandeza, não consenti que a Inglaterra instale no Norte deste Estado os assírios que ele desalojou do Iraque.²⁰³

Uma concisa apreciação de termos utilizados neste trecho, por sua vez, já nos indica o caráter fortemente preconceituoso e xenofóbico, com o qual a Sociedade dos Amigos de Alberto Torres atribuía aos seus adversários quanto aos grupos que julgava inferiores. O discurso depreciativo ficou claro no trecho “essa gente aventureira que em

²⁰³ *Jornal do Commercio*, 9/02/1934, Ano 107, n. 111, p. 7. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/364568_12/27742, acesso em: 5 ago. 2020.

breve vai poluir [...]”. Caso não fossem suspensas as negociações em torno da questão assíria, segundo os ideólogos torreanos, o Brasil seria profundamente maculado por uma presença cancerígena em seu interior, “poluindo” nossa integridade social e cultural.

Já ao final de sua nota, Raul de Paula empregou um tom de humildade ao referir-se à SAAT: “se a Sociedade dos Amigos de Alberto Torres dispusesse de poder, impediria por todos os meios e modos esse crime que se está preparando contra o futuro do Brasil”. Inicialmente, cabe salientar que, desde seus primórdios, a agremiação torreana dispunha de certo poder dentro do jogo de influências e interesses vigentes, a partir da rede interacional que constituiu. As pretensas “limitações” da SAAT, evocadas por Raul de Paula, não condiziam com o observado na prática, ao longo dos anos 1930.

A Sociedade dos Amigos de Alberto Torres não se fazia de rogada, buscando atingir seus objetivos e implementar sua agenda junto às mais altas autoridades federais. Tanto que uma notícia datada de 13 de março de 1934, novamente no *Jornal do Commercio*, comunicava que a SAAT enviou ao presidente da República, Getúlio Vargas, um memorial “contra a vinda dos beduínos do Iraque”.²⁰⁴ Após as considerações iniciais, exaltando os predicados e boas obras feitas por Vargas, o documento adentra mais precisamente na querela assíria.

Apresenta-se, agora, o veredictum do julgamento final dos assírios. Quando surgiram as primeiras vagas notícias telegráficas das démarches processadas no Bureau Nansen da Liga das Nações, a Sociedade dos Amigos de Alberto Torres, tendo no seu seio alguns curiosos da questão imigratória, pôz-se a estudar e pesquisar o assunto. E, com espanto, verificou que a Liga das Nações e a Companhia de Terras Norte do Paraná, transacionavam, ouvindo somente os seus interesses, a vinda de quase vinte mil famílias inadaptáveis e inconvenientes para o sul do Brasil. Eram as célebres tribos do Iraque, cuja história recente nos Balcãs e na Turquia é “tão confusa e tão complexa” segundo o sr. Johson, nosso visitante e secretário no Bureau Nansen, “que a própria Liga das Nações, enviando ao Oriente emissário especial, nunca se pode pronunciar sobre ela”. Eram os mesmos homens que, sob a hierarquia multissecular dos seus sacerdotes e dos seus marshimuns, tinham amargado a existência do pobre Rei Faiçal. E a Liga das Nações, impulsionada pelo grupo Shell do petróleo, que tem vultuosos interesses na exploração de poços identificados no Iraque, começou a leiloar com esse rebutalho étnico, que a Companhia de Terras Norte do Paraná, bem paga, arrematou.

²⁰⁴ *Jornal do Commercio*, 13/03/1934, Ano 107, n. 137, p. 3. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/364568_12/28302, acesso em: 5 ago. 2020.

A Companhia de Terras Norte do Paraná era uma subsidiária da Paraná Plantations Ltda., companhia inglesa que foi responsável pela colonização de uma vasta área do território paranaense. A empresa seguia o modelo inglês de fracionamento rural, concomitante com a expansão da malha ferroviária naquela região. Assim sugeriram cidades como Apucarana, Arapongas, Cambé, Ibiporã, Jandaia, Tapejara, (termos de origem indígena), Londrina e Rolândia (baseados em palavras inglesas e germânicas). Posteriormente, com a política de nacionalização do Estado Novo e a eclosão da Segunda Guerra Mundial, a empresa foi adquirida por acionistas brasileiros. Tendo em vista que a Grã-Bretanha era “protetora” dos assírios católicos, a acusação principal é de que toda aquela trama não passava apenas de um grande golpe comercial envolvendo diversos atores – o governo britânico, a companhia petrolífera, a colonizadora de terras instalada no Paraná e alguns setores “pouco nacionalistas” do governo brasileiro – especialmente os ministros Cavalcanti de Lacerda e Salgado Filho.

Salgado Filho ainda era acusado de descumprir promessas que teria feito, comprometendo-se em transferir camponeses que viviam na miséria nordestina, garantindo-lhes terra e trabalho em novas áreas de expansão, como era o norte do Paraná naquela década de 1930. Contudo, o ministro do Trabalho teria preterido seus “irmãos brasileiros”, bajulando os interesses comerciais britânicos e trazendo imigrantes apontados como “desqualificados e moralmente primitivos” para o país que deveria defender fervorosamente, tendo em vista ser integrante do governo central.

A mesma publicação demonstrou que havia, dentro do Governo Provisório, uma divisão ministerial em torno do assunto da imigração assíria para o Brasil. Segundo os torreanos signatários do memorial, além deles, outras entidades e a própria população se mostrava descontente com o acordo firmado. Entretanto, será que efetivamente a população se engajou nesta campanha antiassíria? Qual era o verdadeiro grau de conhecimento sobre a questão e as características deste grupo? Sabendo que os índices de analfabetismo e de restrições à informação eram acentuados no Brasil das primeiras décadas do século XX, é plausível que essa população ao qual o memorial se refere não abarcasse, na prática, os grupos sociais mais populares. Estes até poderiam ser envolvidos na contenda, como objetos de disputas de poder, mas pouco eram ouvidos.

Retomando a polarização sobre o tema dentro do governo de Vargas, enquanto Salgado Filho e Cavalcanti de Lacerda se mostravam favoráveis ao ingresso de refugiados assírios, Góis Monteiro, Protógenes Guimarães e Juarez Távora, ministros da Guerra, Marinha e da Agricultura, respectivamente, declararam sua desaprovação para com

aquela tentativa de imigração. Dentro dos Ministérios do Trabalho e das Relações Exteriores, também haviam funcionários, detentores de funções expressivas, que julgavam uma iniciativa inconcebível acolher aquele “grupo alienígena” em nosso território. Na Assembleia Nacional Constituinte, formada e atuando desde 1933, também havia um forte bloco de oposição ao acolhimento assírio. Este grupo contava com nomes como Xavier de Oliveira, Artur Neiva, Miguel Couto – que também se destacaram na campanha antiimigrantista promovida contra outros grupos étnicos, como será visto em seguida.²⁰⁵

Houve repercussão importante em torno do memorial enviado pela SAAT ao chefe do Governo Provisório. Tanto que, para realizar uma análise mais “técnica” do documento – e de seus possíveis desdobramentos jurídicos e sociopolíticos –, foi instituída uma “comissão de inquérito”, composta pelo consultor jurídico do Ministério do Trabalho, Francisco José de Oliveira Vianna; o diretor geral do Departamento Nacional de Povoamento, Dulphe Pinheiro Machado e o médico Renato Kehl. O grupo era secretariado por Pedro Marques, funcionário da Secretaria Geral do Ministério do Trabalho.²⁰⁶

Observando a nominata da comissão, Oliveira Vianna e Dulphe Pinheiro Machado eram integrantes da SAAT e, por seu turno, Renato Kehl era um influente eugenista, alinhado com a denominada *eugenia negativa*, um modelo radical caracterizado pela defesa de medidas extremas, como o controle matrimonial e reprodutivo, a esterilização dos considerados “degenerados” e a seleção criteriosa e restritiva ao perfil de imigrantes que deveriam ingressar no país. Como anteriormente visto, essa radicalização ideológica de Renato Kehl o aproximou do modelo eugênico adotado pela Alemanha nazista. Sobre os pareceres emitidos pela comissão de inquérito, levando em conta as vinculações e posições ideológicas de seus membros, as indicações emitidas eram pela recusa irrevogável de refúgio aos assírios católicos oriundos do Iraque.

Como resultado da forte oposição liderada pela Sociedade dos Amigos de Alberto Torres, Getúlio Vargas revogou as negociações e determinou que a entrada dos refugiados assírios no Brasil estava vetada. A vitória torreana nesta querela deu ânimos para uma

²⁰⁵ *Jornal do Commercio*, 13/03/1934, Ano 107, n. 137, p. 3. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/364568_12/28302, acesso em: 5 ago. 2020.

²⁰⁶ *Jornal do Commercio*, 17/04/1934, Ano 107, n. 167, p. 3. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/364568_12/29002, acesso em: 5 ago. 2020.

campanha ainda mais intensa: impedir a inserção de imigrantes japoneses no país, além de promover um controle severo sobre os já instalados no Brasil e seus descendentes.

Augusto Saboia Lima, presidente da SAAT em 1934, publicou na imprensa fluminense carta endereçada ao deputado federal Miguel Couto.²⁰⁷ Além de tecer palavras laudatórias pela “cruzada” contra a imigração japonesa promovida junto à Assembleia Nacional Constituinte, o texto deixa claro quem compunha o grupo antinipônico: além do próprio Couto estavam também Xavier de Oliveira e Artur Neiva, Pacheco e Silva e Teotônio Monteiro de Barros.

Artur Neiva nasceu em Salvador, Bahia, em 1880. Coursou medicina no Rio de Janeiro, sendo aluno do médico sanitarista Oswaldo Cruz. Seus estudos foram concluídos em 1903. Ocupou importantes cargos na área sanitária em São Paulo, como o de diretor do Serviço Sanitário daquele estado. Também foi professor da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro e, entre 1923 e 1927, esteve à frente do Museu Nacional, sucedendo Bruno Lobo – e sendo substituído por Edgard Roquette-Pinto. Em 1931, logo após Getúlio Vargas assumir o poder como presidente do Brasil, Neiva foi nomeado interventor federal da Bahia, ocupando o posto por alguns meses, sendo substituído em agosto daquele ano por Juracy Magalhães. Em 1933, foi eleito deputado federal constituinte pelo Partido Social Democrático (PSD) da Bahia.

Antônio Xavier de Oliveira era cearense, nascido na cidade de Juazeiro do Norte, em 1892. Também estudara na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, posteriormente se especializando no campo da psiquiatria – período em que se aproximou de teorias eugenistas e de elitismo racial. Foi eleito deputado federal constituinte pela Liga Eleitoral Católica (LEC) do Ceará. Além dos esforços para combater a imigração japonesa, também se posicionou contrário ao ingresso dos chamados “grupos de cor”, notadamente negros oriundos do continente africano ou dos Estados Unidos.

Antonio Carlos Pacheco e Silva, natural da capital paulista, também provinha da esteira de formados pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. Após diplomar-se, em 1920, residiu durante um tempo na França, para especializar-se nas áreas de neurologia e psiquiatria. Foi fundador da Escola Paulista de Medicina, no ano de 1933, quando também foi eleito deputado federal constituinte, como representante unânime dos sindicatos de São Paulo. Concomitante, exercia a função de diretor do Sanatório Pinel,

²⁰⁷ *Jornal do Commercio*, 6/03/1934, Ano 107, n. 131, p. 6. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/364568_12/28163, acesso em: 5 ago. 2020.

localizado em Pirituba, distrito da região noroeste da cidade de São Paulo. Assim como Neiva, Couto e Xavier de Oliveira, também esteve mais alinhado à eugenia negativa.

Diferente de seus colegas do bloco *antiimigrantista*, o ribeirão-pretano Teotônio Monteiro de Barros enveredou para o campo do Direito, bacharelando-se em 1923. Foi eleito em maio de 1933 para representar São Paulo na Assembleia Nacional Constituinte, na legenda da Chapa Única por São Paulo Unido – frente formada pelo Partido Republicano Paulista (PRP) e o Partido Democrático (PD) daquele estado.

A aproximação e interação da SAAT com parlamentares ou membros do governo que compartilhassem de um pensamento nacionalista era um recurso importante para o *status quo* da entidade. Isso dava margens para que os torreanos não se limitassem apenas ao espectro intelectual e discursivo, mas pudessem assumir um protagonismo empírico – ou, ao menos, atribuírem a si algumas conquistas, como foi a questão assíria.

O caso envolvendo os refugiados assírios católicos, assim como o relativo aos japoneses, evidenciaram o caráter xenofóbico que ganhava força dentro da SAAT, mesmo diante de tentativas de amenização, como aquelas que advinham de Heloísa Alberto Torres e Roquette-Pinto, por exemplo. A agenda antiimigração era justificada na apropriação e ressignificação de problemáticas levantadas por Alberto Torres, ao identificar que os governos republicanos desvalorizavam o trabalhador nacional, preterindo-o em preferência ao imigrante. Deste modo, especialmente o “homem pobre nordestino” não encontrava “voz e nem vez” nas políticas sociais brasileiras daquela conjuntura. Todavia, embora defensor enérgico do trabalhador brasileiro, Alberto Torres, mesmo em suas nuances mais autoritárias, não compartilhava do pensamento xenofóbico de seus pretensos “discípulos”. E o caráter xenófobo da agremiação torreana ganhava contornos mais densos, quando direcionados para alguns grupos. Na mesma nota do *Jornal do Commercio*, enviada ao deputado Miguel Couto, isso é proclamado de forma contundente:

A Sociedade dos Amigos de Alberto Torres várias vezes externou o seu pensamento relativamente à nossa política imigratória. Apoiados na doutrina do nosso patrono, somos radicalmente contra qualquer espécie de imigração, enquanto houver tantos brasileiros a reclamarem uma assistência do Estado. E mais particularmente combatemos a recepção de novos inassimiláveis no “melting-pot” da nossa demografia. Tal é o caso dos japoneses, à luz dos ensinamentos da antropologia e da psicologia das raças, como tão brilhantemente o tem demonstrado V. Excia.

Além da eugenia racial e da teoria de inferioridade dos japoneses, aspectos geopolíticos também embasavam os discursos dos representantes da Sociedade dos Amigos de Alberto Torres. O expansionismo nipônico, por meio de ações militares, era acentuado como mais um fator que indicava sinal de perigo, pois ao aceitar a vinda de mais imigrantes – sem contar os já instalados no território brasileiro –, as chances de uma tentativa de apropriação territorial de áreas do Brasil por parte do Império do Japão se tornavam infundáveis – seguindo a mesma perspectiva discursiva atribuída ao *perigo alemão* e ao colonialismo nazista. Na lógica de Augusto Saboia Lima – e de boa parte dos membros da entidade que presidia,

[...] acontece que a população nipônica atravessa nesse passo da História Universal dos Povos uma fase de imperialismo dinâmico, na incisiva e feliz expressão de Mussolini, das mais obscuras interrogações para a marcha da civilização ocidental.²⁰⁸

Ainda sobre este quesito, segundo assertiva de Endrica Geraldo,

[...] um outro elemento passou a ganhar crescente importância nessa discussão: a questão do imperialismo e expansionismo japonês como ameaça à segurança nacional. Por várias vezes, em seus discursos, Miguel Couto alertou quanto à invasão japonesa na Manchúria como exemplo concreto dessa ameaça. Dessa forma, os japoneses passaram a reunir alguns fatores temidos por este e outros deputados: a condição racial de não brancos, membros de uma nação imperialista e, ainda, um grupo inassimilável concentrado em núcleos coloniais (GERALDO, 2009, p. 183).

Na publicação torreana, um detalhe me chamou atenção. Em dado momento, o texto assim demarcava: “na incisiva e feliz expressão de Mussolini”. Embora possa se tratar apenas de uma concordância com uma expressão específica, cunhada pelo *Duce* italiano, também contribui para a interpretação de que a SAAT se aproximava do fascismo – em alguns critérios. É possível identificar uma inclinação fascista na construção e utilização de um discurso patriótico exacerbado, coadunado com a intolerância e a construção de *inimigos da Pátria*, especialmente acusando imigrantes aqui instalados – e seus descendentes – de agirem contra o Brasil.

Em 1935, ocorreu uma tentativa, promovida por Rafael Xavier e Plínio Salgado, líder integralista que ingressara na SAAT, de aproximação mais estreita entre a

²⁰⁸ *Jornal do Commercio*, 6/03/1934, Ano 107, n. 131, p. 6. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/364568_12/28163, acesso em: 5 ago. 2020.

agremiação torreana e a AIB – com a intenção, por parte de Salgado, de absorver a SAAT, arregimentando seus membros mais influentes e capitalizando sua força ideológica e política. Mas esta justaposição entre as duas entidades nacionalistas não foi bem aceita por parcela massiva dos torreanos, interpondo barreiras que inviabilizaram esta união. A AIB, por seu turno, era um movimento político e ideológico de inspiração notadamente fascista, fundamentando sua agenda e procedimentos em uma adaptação abrandada do modelo italiano.

Entretanto, o texto de Saboia Lima também admoesta o “amor” do brasileiro ao Brasil, tal qual os japoneses o nutrem por seu país, sua nação. E é categórico ao afirmar que a presença nipônica no Brasil era um “mal que necessitava ser integralmente extirpado”:

Contra o câncer nipônico, cumpre agir niponicamente. Com persistência, com rapidez e com patriotismo! Amemos nossa terra como eles amam a sua! A Sociedade dos Amigos de Alberto Torres, vitoriosa no tribunal da opinião pública do Brasil no caso da imigração dos beduínos do Iraque, vai agora abordar o problema japonês.

E como assinalado anteriormente, o êxito na questão assíria fez com que a Sociedade dos Amigos de Alberto Torres, de certa forma, se autoproclamasse “detentora do direito de aceitar ou impedir a política imigratória brasileira” – contando com um aparato informativo e político para concretizar seus projetos nacionalizantes. E naquele exato momento, se fazia necessário, aos olhos de seus integrantes, abortar qualquer política que favorecesse a entrada de japoneses e outros imigrantes “indesejáveis” no Brasil.

Embora o auge das discussões sobre a imigração japonesa no Brasil tenha se dado na década de 1930, elucubrações sobre o tema remontam ao final do século XIX, especialmente nos meses imediatos à implantação do regime republicano no Brasil. Em 28 de junho de 1890, o presidente Deodoro da Fonseca promulgou o decreto federal de número 528, que estabelecia as normativas legais sobre a imigração para o Brasil. O texto já refletia preocupações para com a chamada “raça amarela”, inserida no quadro de racialização moderna que se estabelecia no país naquele momento. Em seu artigo 1º, encontrava-se a seguinte redação:

É inteiramente livre a entrada, nos portos da República, dos indivíduos válidos e aptos para o trabalho, que não se acharem sujeitos à ação criminal do seu país, excetuados os indígenas da Ásia, ou da África, que

somente mediante autorização do Congresso Nacional poderão ser admitidos de acordo com as condições que forem então estipuladas (BRASIL, 1890, p. 1424).

Naquela fase seminal da República, não apenas se estabeleceram avaliações sobre o aceite de novos grupos imigrantes, mas também se altercou o processo de cidadania dos imigrantes já instalados no país desde as primeiras décadas do século XIX, como era o caso de alemães e italianos, por exemplo. Além disso, havia toda a questão envolvendo as populações afro-brasileiras recém libertas do jugo escravista.

Manuel de Oliveira Lima, encarregado pelo Ministério das Relações Exteriores de estabelecer relações diplomáticas com o Japão, no ano de 1901, demonstrou publicamente sua contrariedade ao projeto de se iniciar a imigração de japoneses para o Brasil. Oliveira Lima acautelou seus superiores, assentindo que tal iniciativa seria prejudicial ao país, tendo em vista que os nipônicos eram uma “raça inferior” (LESSER, 2001, p. 157). Mesmo com um período de interrupção no projeto, em 18 de junho de 1908, trazidos pelo navio *Kasato Maru*, imigrantes japoneses desembarcaram no Porto de Santos, por conta de iniciativa do governo de São Paulo. Estes primeiros imigrantes foram deslocados para o trabalho em fazendas de café no interior paulista.

Não tardou para que a imprensa iniciasse uma campanha crítica contra a iniciativa, especialmente sobre o governo estadual de São Paulo, nas figuras de seus presidentes Jorge Tibiriçá Piratininga (1904-1908) e Manuel Joaquim de Albuquerque Lins (1908-1912). O próprio Albuquerque Lins, ao se dirigir aos parlamentares estaduais paulistas, em 1909, demonstra que ocorreu certa frustração ao desempenho destes imigrantes junto às lavouras cafeeiras:

a imigração japonesa parece não produzir os resultados esperados. Os 781 primeiros imigrantes, introduzidos na vigência do contrato de 6 de Novembro de 1907, deram entrada na Hospedaria da Capital em junho do ano indo; mas, na maioria indivíduos solteiros e pouco habituados à lavoura, esquivaram-se a certos serviços agrícolas, que abandonaram aos poucos. Somente ficaram nas fazendas algumas famílias constituídas por verdadeiros agricultores, que trabalham muito a contendo dos fazendeiros em cujas propriedades se localizaram.

A revista *O Malho*,²⁰⁹ em sua edição de número 325, datada de 5 de dezembro de 1908, publicou uma crítica acentuada, através de charge, analisando a inserção e o

²⁰⁹ A revista *O Malho*, de cunho humorístico, foi fundada no Rio de Janeiro em 1902, por Luís Bartolomeu de Souza e Silva e Crispim do Amaral. Era conhecida por satirizar fatos políticos e sociais. Em 1930, por

desempenho socioeconômico dos imigrantes nipônicos em São Paulo. Os dizeres contidos na publicação são contundentes em sua oposição ao fato e para com novas tentativas de trazer nipônicos ao estado paulista: “O governo de São Paulo é teimoso. Após o insucesso da primeira imigração japonesa, contratou 3.000 amarelos. Teima, pois em dotar o Brasil com uma raça diametralmente oposta à nossa” (O MALHO, 1908, p. 10).

Figura 6 – Sátira sobre a Imigração Japonesa na Revista *O Malho*



Fonte: Casa de Rui Barbosa. Disponível em:

<http://www.casaruibarbosa.gov.br/omalho/revista.asp?rev=325&ano=1908&pag=c1>

Quase vinte e cinco anos depois da chegada das primeiras levas de imigrantes japoneses, o destino migratório deste grupo étnico no Brasil estava em disputa na arena da Assembleia Nacional Constituinte de 1933-1934. Os deputados antinipônicos contavam com respaldo bastante veemente da Sociedade dos Amigos de Alberto Torres e esta, por sua vez, buscava cooptar o apoio da opinião pública, lançando mão de recursos como a imprensa e conferências públicas.

conta do golpe de estado que levou Getúlio Vargas ao poder, foi empastelada e fechada. Naquela conjuntura, a revista se colocou em campanha contra a Aliança Liberal. Reativada em 1935, fez publicações até 1954, quando foi definitivamente fechada. Suas edições foram digitalizadas pela Casa de Rui Barbosa, sendo seu acesso possível através do seguinte endereço eletrônico: <http://www.casaruibarbosa.gov.br/omalho/>.

Se havia, entre os deputados constituintes, o já mencionado bloco antinipônico, alguns parlamentares militaram no lado oposto, defendendo um discurso favorável aos imigrantes japoneses no Brasil. Os principais líderes pró-nipônicos foram o médico paraense Bruno Lobo – o mesmo que havia dirigido o Museu Nacional antes de Artur Neiva – e o advogado paulista Carlos de Moraes Andrade. Assim como os deputados contrários à imigração nipônica dispunham de um grupo de apoio – a SAAT – e a imprensa para difusão de suas argumentações, o grupo de Lobo e Moraes Andrade contava com Alfredo Ellis Jr. (professor e historiador), Alexandre Konder (jornalista) e Nestor Ascoli (advogado), que se articularam no enfrentamento dos discursos parlamentares, especialmente contra Miguel Couto e Xavier de Oliveira. Neste primeiro momento, me deterei aos aspectos mais restritos ao espaço utilizado na Assembleia Nacional Constituinte pelos deputados anti e pró-nipônicos. Mais adiante, adentrarei nas contendas estabelecidas entre a Sociedade dos Amigos de Alberto Torres e Alexandre Konder através da imprensa, onde os principais alvos deste último foram Raul de Paula e Rafael Xavier.

Segundo Priscila Nucci (2009, p. 321), “os parlamentares antinipônicos, além de constituírem maioria na Constituinte, foram considerados referências para o tratamento do assunto e citavam obras de autores europeus especialistas em matéria de raça e de eugenia”. Na qualidade de médicos, Miguel Couto, Xavier de Oliveira e Artur Neiva buscaram, cientificamente – de acordo com suas percepções eugênicas –, apresentar argumentos que embasassem a decisão constitucional de limitar ou barrar definitivamente o ingresso de japoneses e outros grupos no Brasil. Embasamento esse que se ocupava tanto de aspectos biológicos quanto geopolíticos e socioculturais. Contudo, em meio aos sustentáculos técnicos, o preconceito racial transparecia – mas seus autores tentavam apregoar a si mesmos uma posição desprovida de tal atitude. Exemplo está registrado nos Anais da Assembleia Constituinte (1933, p. 77), onde Miguel Couto afirmou que “se já prestamos um tão grande serviço à humanidade na mestiçagem do preto, é o bastante. Não nos peçam outras, tanto mais quanto ainda não completamos a primeira. A do amarelo, a outrem deve competir. Não tenho, pois, como disse, preconceitos de raça”.

Xavier de Oliveira (1935a, p. 154), ao apontar razões de ordem psíquica-biológica para impedimentos da imigração japonesa, caucionava que “[...] não sei bem se me afasto do tema que desenvolvo, afirmando que, mentalmente, o oriental nos é indesejável”. E prosseguia:

[...] acrescento eu que se é ele, o japonês, inassimilável, sob o ponto de vista da antropologia, propriamente dita, mais ainda o é, de maneira integral, do ponto de vista do seu psiquismo. Isto como uma característica de seu normótipo racial e, mais, até por sua constituição intra-psíquica, sem esquecer, nem pôr de lado, as razões mais profundas, ainda, de seu misticismo patriótico, que é uma das mais notáveis de suas qualidades intrínsecas (Anais da Constituinte, vol. VI, 1935a, p. 154).

Xavier de Oliveira elencava quesitos socioculturais, históricos e religiosos que comprometiam, ou melhor, impossibilitariam permanentemente a assimilação de imigrantes nipônicos por parte da sociedade brasileira, frisando que entre os dois povos havia um abismo praticamente intransponível. Para além disso, seu conjunto de características psíquicas e evolução mental destoavam com aquela vivenciada pelo mundo ocidental. Ao final de seu discurso, embora relativize e até valorize seu penhor patriótico, o fio-condutor do mesmo estabelece uma asseveração de inferioridade presente nos japoneses, que é mais preponderante que qualquer característica abonadora e positiva que possuam. Cabe notar que, seja acerca de suas características culturais, seja em relação ao seu fenótipo ou estrutura genética, as narrativas – orais, textuais ou imagéticas – construídas pelos oposicionistas sempre almejam a desmoralização ou evidência de seu exotismo, com tons de ridicularização. No próximo capítulo, ao analisar de forma mais verticalizada a segunda edição de *A ofensiva japonesa no Brasil*, de Carlos de Souza Moraes, será possível verificar como a junção de discursos textuais e imagéticos foram largamente utilizados como estratégia de legitimação ideológica e cooptação sociopolítica.

No lado oposto na arena de combate, Bruno Lobo, em suas alegações de defesa aos japoneses e seu processo de migração para o Brasil, refutava a tese de inassimilação e de completo afastamento biológico-cultural deste povo para com os brasileiros. Teoricamente, um dos pesquisadores eleitos como referencial por Bruno Lobo foi membro fundador da Sociedade dos Amigos de Alberto Torres: Edgard Roquette-Pinto. Uma das teses defendidas por Roquette-Pinto afiançava que os indígenas brasileiros, povoadores originários destas terras, tinham sua origem racial no ramo “amarelo-mongólico”, originários da Ásia.

Em uma hipótese considerada ainda mais inusitada, Bruno Lobo chegou a preconizar que os primeiros grupos indígenas que aqui habitaram – dezenas de séculos atrás – teriam emigrado mais precisamente do Japão. Com isso, teria assim ocorrido a “[...] primeira atuação de indivíduos de raça mongólica em nosso país”, onde o processo

de adaptação e evolução proporcionou a sobrevivência destes grupos ao ambiente brasileiro e ao seu sistema climático complexo. Construindo inclusive um enredo mais próximo da literatura, essas percepções buscaram evidenciar que os traços e fenótipos, cor da pele e ligação irrestrita com a natureza eram sinal dessa conjugação originária comum. Ao defender a presença de imigrantes nipônicos na região amazônica, reforçava sua teoria da “matriz asiática dos nativos brasileiros”: “[...] vendo os nossos índios e caboclos do Amazonas, os japoneses pensam que são seus patrícios, enquanto, por outro lado, alguns dos nossos habitantes do extremo norte do Brasil, se iludem-se com eles e pensam que são da terra” (LOBO, 1935, p. 123-124).

Essas afirmativas, divulgadas nas sessões da Assembleia Nacional Constituinte ou por meio da imprensa, visavam também angariar a simpatia da população para com a causa pró-nipônica. Contudo, o poder comunicacional e de articulação dos congressistas liderados por Miguel Couto e da SAAT eram mais eficazes em seu trabalho de arregimentação social. Se as discussões teóricas, sobre aspectos psíquicos, biológicos ou antropológicos poderiam ser vistos como “etéreos” e mais distantes da compreensão da maior parcela da população brasileira, haviam episódios mais empíricos e palatáveis que poderiam ser utilizados como instrumento na defesa de um discurso antinipônico. Diante desse panorama, os planos imperialistas do Japão não passaram impunes pela análise e discursos condenatórios dos deputados contrários à presença japonesa no Brasil – e aos nacionalistas torreanos.

Xavier de Oliveira, em um dos seus discursos, estabeleceu uma correlação entre a invasão japonesa na Manchúria e as verdadeiras intenções do Império do Japão para com o Amazonas, inferindo suspeitas sobre uma tentativa conquistadora travestida de colonização de terras:

Tocar na Manchúria onde o Japão tem enormes capitais empregados, é atentar contra à existência mesma do Japão e acrescenta o professor Couto: substitua-se a Manchúria por Amazônia, China por Brasil, onde existe mais de 500.000 hectares de terras japonesas e as profecias mais arriscadas e mais obscuras se iluminam como realidades presentes (Anais da Constituinte, vol. IV, p. 215-216, 1934).

O contexto geopolítico e econômico do Japão nas primeiras décadas do século XX mostrava um ambiente dicotômico: por um lado, o país estava se tornando uma potência, subsidiada por uma força militar já consolidada; de outro, o Japão enfrentava problemas sociais – como a explosão demográfica – e econômicos expressivos, sobretudo em

decorrência da Crise de 1929. O excedente populacional estava colocando o país mergulhado em uma panorama de carestia, fome e crescente miserabilidade. Como forma de resolução destes problemas, grupos ultranacionalistas, ligados aos setores militares, passaram a defender a expansão territorial através do uso bélico.

As medidas expansionistas adotadas pelo Japão seguiam os exemplos empreendidos anteriormente por potências ocidentais, ainda no século XIX – como fizeram Alemanha, Inglaterra, Bélgica, França e Holanda. E, embora estes países tenham suplantado uma feroz campanha colonialista, especialmente no continente africano, os principais porta-vozes da Sociedade dos Amigos de Alberto Torres, por exemplo, não teceram ou registraram maiores críticas aos modelo que estes países europeus adotaram – pelo contrário, muitos torreanos acharam justa e prudente essa intervenção, pois representaria uma “chance evolutiva para com uma população claramente inferior”, como eram classificadas as nações e povos africanos.

O alvo inicial das investidas nipônicas foi a China, obrigada a firmar acordos políticos e econômicos que lhe prejudicavam de forma significativa. O passo seguinte foi a invasão da Manchúria, vasta região localizada no leste asiático - que atualmente inclui o extremo nordeste da China, também chamada *Manchúria Interior*, e uma parte da Sibéria, na Rússia. Essa região foi transformada em um *estado fantoche* japonês. Ainda em 1931, a Força Aérea japonesa bombardeou Shangai. Como consequência da invasão e tomada da Manchúria, o Japão passou a receber severas críticas por parte da Liga das Nações. Em consequência, o país retirou-se da entidade em 1933.

O projeto imperialista japonês na Ásia entrou em nova rota de expansão em 1937, quando se deflagrou a segunda Guerra Sino-Japonesa. As tropas nipônicas ocuparam praticamente toda a extensão litorânea chinesa. Além disso, as práticas de atrocidades praticadas pelos soldados japoneses ganharam destaque internacional. O conflito se estendeu até 1945, concomitante com a participação do Japão na Segunda Guerra Mundial. Em 1940, o Japão ocupou o Vietnã, além de assinar pactos de colaboração com a Alemanha e Itália. Essas medidas colocaram o país em rota de colisão com os interesses dos Estados Unidos e Inglaterra, cuja represália se deu através de um boicote no abastecimento de petróleo. A reação japonesa se deu através da apropriação de refinarias na Indonésia.

Para os parlamentares antinipônicos e membros da Sociedade dos Amigos de Alberto Torres, a estratégia expansionista em relação ao Brasil era diferente: não se

tratava de usar forças militares, mas de fomentar o enquistamento dos núcleos imigrantistas, gerando celeumas e rupturas destes imigrantes para com a sociedade receptora brasileira.

Como tentativa de refutação das teses do isolamento e enquistamento japonês junto ao tecido social brasileiro, Bruno Lobo e Carlos de Moraes Andrade, em seus relatos e escritos, procuraram demonstrar, a partir de vivências do cotidiano – inclusive adentrando no prisma da religiosidade –, que os japoneses estavam empenhados em inserir-se na sociedade brasileira que lhe havia aberto as portas:

[...] como se deparam outras provas de perfeita assimilação, até mesmo no que concerne à religião, conforme o reconhece o Prof. Von Ihering, escrevendo no “Diário Nacional de S. Paulo”, em número de agosto de 1930: ‘Os japoneses convertem-se ao catolicismo, mandam seus filhos aos grupos escolares nacionais. Mostram-se, portanto, adaptáveis’ (LOBO, 1935, p. 49).

No jogo de forças que esteve em disputa na Assembleia Nacional Constituinte de 1933-1934, o pêndulo se direcionou favorável ao grupo antinipônico. O objetivo e os conteúdos das emendas feitas pelos deputados eram com a intenção de proibir ou restringir a entrada, essencialmente, de negros e amarelos. Neste segundo grupo, apenas os japoneses constituíam uma corrente imigratória mais considerável para o Brasil. Apesar dessas propostas buscarem a proibição somente desses grupos, o texto final que foi aprovado estabeleceu a cota de entrada de 2% para todos os imigrantes. Isso foi uma ação estabelecida pelo Itamaraty, que exerceu um papel importante para “[...] impedir que a restrição fosse destinada apenas a africanos e asiáticos, ou ainda, que a imigração japonesa fosse proibida em sua totalidade [...]” (GERALDO, 2009, p. 200). As medidas restritivas foram possíveis graças a emenda propositiva de Miguel Couto, que foi aprovada por 141 deputados federais constituintes. Parte do texto presente no artigo 121 da Constituição de 1934 trazia a seguinte forma:

§6.o A entrada de imigrantes no território nacional sofrerá as restrições necessárias a garantia da integração étnica e capacidade física e civil do imigrante, não podendo, porém, a corrente imigratória de cada país exceder, anualmente, o limite de dois por cento sobre o número total dos respectivos nacionais fixados no Brasil durante os últimos cinquenta anos.

§7.o É vedada a concentração de imigrantes em qualquer ponto do território da União, devendo a lei regular a seleção, localização e assimilação do alienígena.

A Constituição aprovada e promulgada em 1934 reflete em si um elemento que ganharia maior destaque a partir do Estado Novo: a construção de uma identidade nacional, pautada em uma propalada “autenticidade brasileira”, acentuadamente afastada da influência estrangeira – especialmente de grupos classificados como nocivos, inferiores, exóticos ou ameaçadores. Os discursos e representações manifestadas sobre determinados grupos étnicos, como os japoneses, não eram, por seu turno, um fenômeno restrito àquela conjuntura. Deputados como Miguel Couto, Pacheco e Silva, Artur Neiva, Xavier de Oliveira e Teotônio Monteiro de Barros expressavam uma concepção advinda de parcela importante da sociedade: o preconceito contra os estrangeiros, especialmente aqueles que não se enquadravam em um padrão idealizado por intelectuais e autoridades políticas nacionais – a partir de um pensamento forjado na eugenia negativa, xenofobia e hierarquização racial.

Um detalhe importante é que, desde as primeiras semanas de Getúlio Vargas na chefia do Governo Provisório, vigorava um indicativo do tipo de política de branqueamento que seria adotada.²¹⁰ Entrementes, foi a chamada *Lei de Cotas*, presente na Carta Magna de 1934, que materializou a política restritiva aos imigrantes avaliados como “indesejáveis e maléficos” ao Brasil.

A aprovação do dispositivo de restrição imigratória não foi visto com bons olhos por alguns setores sociais. Críticas pesadas foram promovidas na imprensa, sobressaindo-se aquelas que miravam o deputado proponente, Miguel Couto, Raul de Paula e a Sociedade dos Amigos de Alberto Torres. Em junho de 1934 e julho de 1935, o jornal *Correio do Paraná* publicou um série de textos escritos pelo catarinense Alexandre Konder. A direção do periódico paranaense estava sob responsabilidade de Paulo Tacla, que tivera atritos ruidosos com Raul de Paula no decorrer daquele ano de 1934.

O *Jornal do Commercio* registrou que, em sessão do Conselho Administrativo da Sociedade Polono-Brasileira *Tadeusz Kosciuszko*, sediada em Curitiba, houve a comunicação de que foi encaminhada para todos os órgãos de imprensa do Rio de Janeiro, em nome da referida sociedade, uma nota de protesto contra a “injusta campanha” antipolonesa promovida pelo *Correio do Paraná*.²¹¹ Além disso, a mesma publicação

²¹⁰ Trata-se do Decreto-Lei nº 18.482, de 12 de dezembro de 1930.

²¹¹ *Jornal do Commercio*, 7/06/1934, Ano 107, n. 211, p. 6. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/364568_12/30071, acesso em: 5 ago. 2020.

trazia comentários sobre a percepção que a Sociedade dos Amigos de Alberto Torres nutria sobre os poloneses. Conforme relatado, o torreano Heraclides de Souza Araújo declarou que a SAAT não possuía a menor pretensão contra a imigração polonesa, pelo contrário, até considerava esta aceitável e desejável, porém, por conta de sua visão e ideal nacionalistas, era frontalmente contra a concessão de terras paranaenses para este grupo étnico. Embora o tom adotado por Souza Araújo fosse apaziguador, na prática a SAAT foi bastante incisiva nas críticas ao projeto de colonização polonês, além de classificar a vinda de imigrantes da Polônia como “não produtora” para o projeto eugênico nacional.

Neste interim, Paulo Tacla acusava Raul de Paula de fazer “jogo duplo”: ora se dizia nacionalista e defensor dos interesses brasileiros, ora se unia com “inimigos estrangeiros” contra os defensores da integridade nacional. O episódio em questão ocorreu em outubro de 1934, no Rio de Janeiro. Quando foram publicadas as manifestações antipolonesas no *Correio do Paraná*, o ministro polonês Thadeu Grabowski, chefe de missão diplomática na capital federal, acompanhado de Raul de Paula, se dirigiu ao Ministério da Justiça, com o objetivo de obter a prisão de Paulo Tacla e o fechamento do jornal paranaense. Diante da descoberta do plano, a repercussão, inclusive entre outros jornalistas e na própria Associação Brasileira de Imprensa, dificultou o sucesso da tentativa de prisão.²¹²

Quando, posteriormente, a Sociedade dos Amigos de Alberto Torres se manifestou terminantemente contrária aos interesses poloneses na colonização de áreas de terras no Paraná, Paulo Tacla repercutiu o fato com estranheza, transparecendo, nas entrelinhas, que Raul de Paula não era alguém confiável e que agiria de forma espúria, em nome de interesses pessoais. Segundo as palavras contidas no *Correio do Paraná*, “a atitude do sr. Raul de Paula causou grande sensação, pois o mesmo vangloriara-se de ter ido, em companhia do Ministro da Polônia, ao Ministério da Justiça, solicitar a prisão do jornalista Paula Tacla e o fechamento de seu jornal”.²¹³ A partir dos embates pessoais entre Raul de Paula e Paulo Tacla, em abril, este último abriu espaço em seu jornal para críticas mais agudas contra os congressistas antiimigração e a SAAT, sobretudo após a aprovação da *Lei de Cotas*. E Alexandre Konder se tornou um dos mais ferrenhos críticos, com textos bastante ácidos e mordazes contra seus adversários.

²¹² *Correio do Paraná*, 19/04/1934, Ano III, n. 568, p. 1. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/171395/4441>, acesso em: 14 ago. 2020.

²¹³ *Correio do Paraná*, 27/04/1934, Ano III, n. 575, p. 1. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/171395/4497>, acesso em: 14 ago. 2020.

Nascido em Itajaí, em 13 de maio de 1904, Alexandre Marcos Konder advinha de uma família catarinense de tradição política. Seu pai, Marcos Konder, foi intendente de Itajaí por mais de dezoito anos, além de deputado estadual por diversas legislaturas. Um de seus tios paternos, Arno Konder, ocupou cargos diplomáticos, como o de cônsul-geral do Brasil em Washington (1936-1937) e na Alemanha (1937-1938). Faleceu enquanto aguardava sua nomeação para o posto de embaixador brasileira na China, em 1942, quando atuava novamente no Estados Unidos. Victor Konder, outro de seus tios, foi deputado estadual em Santa Catarina e ministro da Viação no governo de Washington Luís, entre 1926 e 1930. Por fim, Adolfo Konder foi presidente catarinense entre 1926 e 1930, deixando o governo quando eleito senador por seu estado – tendo o mandato cassado pelos revolucionários de 1930.

Formado em Direito no ano de 1925, Alexandre Konder se destacou no campo jornalístico, além de ter trabalhado como intérprete nas embaixadas do Japão e da Alemanha no Brasil. Este vínculo, somado com críticas que fazia à política de nacionalização, lhe renderam dois anos de prisão, na década de 1940, na Casa de Correção do Rio de Janeiro. Além disso, atuou como um dos principais colaboradores do jornal carioca *Gazeta de Notícias* e escreveu obras dedicadas ao Japão e assuntos de guerra, como *Vidas e tradições japonesas* (1936) e *Um repórter brasileiro na guerra europeia* (1940). Faleceu ainda jovem, aos 49 anos de idade, no Rio de Janeiro, em 14 de setembro de 1953.

Um dos primeiros artigos de Konder foi publicado no *Correio do Paraná* no dia 31 de maio de 1934, com o título “Xenofobia”.²¹⁴ No decorrer de seu texto, Alexandre Konder enfatizava a pretensão xenofóbica e inconsequente da campanha antiimigrantista capitaneada pela SAAT, através de Raul de Paula, que se consolidou vencedora na Assembleia Nacional Constituinte:

[...] cento e quarenta e seis deputados constituintes, guiados pelo xenofobismo do major Juarez e da Sociedade dos Amigos de Alberto Torres, desfraldando uma falsa bandeira de redenção do trabalhador nacional e tendo à testa do movimento o medalhão do senhor Miguel Couto, aprovaram sob palmas o substitutivo constitucional que estabelece a restrição de todas as imigrações para a quota máxima de dois por cento anuais. Brecada violentíssima no nosso ritmo como bem frisou o deputado Moraes Andrade, o dispositivo, já agora imutável, da nossa Carta Magna, é bem um atestado doloroso da irresponsabilidade

²¹⁴ *Correio do Paraná*, 1º/06/1934, Ano III, n. 604, p. 8. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/171395/4728>, acesso em: 14 ago. 2020.

da Assembleia que fechando os olhos à realidade nacional de um país ainda por povoar-se, referiu a retórica barata do sr. Raul de Paula e os conselhos gagás do sr. Miguel Couto.

Contudo, diante da força que a Sociedade dos Amigos de Alberto Torres aparentava possuir, tanto no meio político quanto na formação da opinião pública, Konder iniciava uma campanha de oposição, que se estenderia pelos dois anos seguintes. As frases derradeiras de seu artigo admoestam para um desmonte na ação torreana em nível nacional:

A resposta, porém, que me vem de todos os cantos é apenas esta: os “alberto-torristas” continuam pelas asfaltos da Avenida, pregando em todos os cantos dos cafés a salvação nacional. Não. Não pode ser. O xenofobismo não pode vingar entre nós, ainda que o queiram os impagáveis caftens da felicidade nacional, acampados de favor numa dependência do “Jornal do Commercio”, velho órgão caduco que devido a longevidade, segundo Fradique Mendes, a polícia consentiu que passasse o resto de sua existência a distribuir narcóticos a domicílio todas as manhãs.

É preciso reagir. Não podemos ser levados à ruína pela burrice de um ministro semi-analfabeto e pelos histerismos xenófobos de uma sociedade particular com intuítos de existência meramente literários, destinados tão somente ao reclames dos seus diretores. Nós, brasileiros, dispensamos perfeitamente as mesinhas nativistas do major Juarez e os conselhos do Sr. Miguel Couto. E sobretudo negamos autoridade aos xenofobistas da Sociedade dos Amigos de Alberto Torres para nos ditar rumos e destinos.

Embora uma oposição ao ideário torreano e sua agenda política tivesse início, a Sociedade dos Amigos de Alberto Torres vivenciava seu melhor momento durante aquele período. Além das conquistas no campo constitucional, outro acontecimento pode ser creditado como prodigioso para a entidade: o expressivo número de integrantes que foram nomeados para compor a Comissão de Imigração, erigida por Vargas em 1935. Esta instância foi criada com o intuito de centralizar e estruturar, de forma mais organizada e delimitadora, todo o processo imigratório no país.²¹⁵ Este grupo teve funcionamento até 1938, quando foi substituído pelo Conselho de Imigração e Colonização.²¹⁶

²¹⁵ REPÚBLICA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL. Mensagem apresentada ao Poder Legislativo em 3 de maio de 1935 pelo Presidente da República Getúlio Dornelles Vargas. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1935, p. 126. Disponível em: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u1324/000001.html>, acesso em 12 jun. 2017.

²¹⁶ O órgão foi criado em 4 de maio de 1938, pelo Decreto-Lei de número 406. Durante o período da Segunda Guerra Mundial, o conselho contribuiu diretamente com o Ministério da Guerra, abastecendo este órgão de informações sobre as atividades dos imigrantes em geral no país, notadamente os oriundos da Alemanha, Itália e Japão. O Conselho de Imigração e Colonização foi extinto em 1954, dando lugar ao Instituto Nacional de Imigração e Colonização (INIC).

A presidência da comissão coube à Oliveira Vianna, assessor jurídico do Ministério do Trabalho, sendo os demais membros nomeados: Dulphe Pinheiro Machado, engenheiro, ocupava o cargo de diretor do Departamento de Povoamento; conde Nicolas Debanné, que foi cônsul brasileiro em países do Oriente; Antônio Vaz de Mello, que ocupava a direção do Serviço de Passaporte do Ministério das Relações Exteriores; Edgard Roquette-Pinto, então diretor do Museu Nacional; o médico eugenista Renato Kehl e Raul de Paula, secretário geral da SAAT. Com exceção de Kehl, que nunca constou na lista oficial de membros do grêmio torreano – embora com ele realizasse trocas intelectuais –, todos os demais o eram. Analisando o alinhamento ideológico do grupo, Roquette-Pinto era detentor do perfil mais moderado, discordando de algumas concepções mais extremistas de seus colegas – o que vinha lhe causando prejuízos de influência dentro da SAAT, especialmente após Heloísa Alberto Torres, de quem era muito próximo, pedir sua exoneração do quadro de associados e criticar os rumos que a sociedade vinha tomando, sob as orientações intelectuais de Raul de Paula.

A *Lei de Cotas*, em sua prática, encontrou problemas de implementação. Em decorrência disso, a Comissão de Imigração e Colonização, conforme o próprio presidente Getúlio Vargas, estava atabalhoada e com grandes dificuldades, sobretudo em dados estatísticos precisos e confiáveis sobre a entrada de imigrantes no Brasil, relativos aos cinquenta anos anteriores (ou seja, desde 1884). Boa parte da problemática estava situada na questão das “novas nacionalidades” decorrentes da separação ou surgimentos de países, após a Primeira Guerra Mundial – como a Tchecoslováquia, Iugoslávia, Hungria e Polônia. Antes desse processo, os imigrantes oriundos destas regiões eram incorporados aos grupos de alemães, austríacos e russos residentes no Brasil.

Getúlio Vargas se mostrou um tanto contrariado e incomodado com a restrição determinada pelo dispositivo constitucional de controle migratório. Embora nutrisse desconfianças para com grupos étnicos estrangeiros, como japoneses e alemães – os que mais sofriam reprimendas por parte do conselho –, Vargas agiu de forma pragmática: percebeu que as medidas restritivas trariam sérios impasses econômicos. Sobretudo no estado de São Paulo, onde a imigração de japoneses – naquele momento um forte país de emigração – representava a maior supridora de mão-de-obra para as fazendas ali existentes. Em suma, Vargas acreditava que a legislação, que tinha menos de um ano desde sua promulgação, em julho de 1934, necessitava de uma revisão e adequação. Não por simpatias aos imigrantes, mas para dar conta das necessidades da economia agrícola brasileira, naquele momento um país majoritariamente dependente desta matriz.

Coube ao grupo integrante da Comissão de Imigração e Colonização elaborar um estudo sobre a seleção qualitativa dos imigrantes. Para melhor desenvolvimento do tema, uma subcomissão foi formada, composta por Nicolau Debanné, Renato Kehl e Edgard Roquette-Pinto. Os dois primeiros se mostraram bastante radicais, defendendo uma restrição extrema, insistindo novamente na proibição do aceite de certos grupos, como os nipônicos. Também a qualificação de indesejáveis e inassimiláveis se fazia presente. Por fim, o sistema de subcomissões mostrou-se falho, sendo o projeto elaborado, por fim, de forma unipessoal, por Dulphe Pinheiro Machado – e mantendo a coarctação defendida por Kehl e Debanné.

Cabe aqui um comentário sobre o pensamento de Dulphe Pinheiro Machado, abordando a questão educacional em áreas de colonização alemã, especialmente no Rio Grande do Sul e Santa Catarina. Em relatório datado de 1940, quando já era membro da Comissão de Imigração e Colonização, defendeu a nacionalização do ensino como forma de combater o “exotismo estrangeiro”, que ameaçava o país. Esse mesmo discurso era defendido, em 1936, ao falar da questão do ensino nas áreas imigrantistas sul-rio-grandenses, por ocasião da fundação do núcleo estadual da SAAT. Nas palavras de Dulphe Pinheiro Machado,

o problema do ensino nas regiões enquistadas pelo germanismo não é apenas cultural, não tem somente por finalidade alfabetizar as crianças. Ele constitui seguro elemento de nacionalização e de integração destes valores desviados da comunhão brasileira, envenenados por ideologias exóticas, contrárias aos supremos interesses nacionais (RELATÓRIO, 1940, p. 07).

É perceptível que, embora o grupo sobre o qual a Sociedade dos Amigos de Alberto Torres nutrisse maior animosidade fosse o japonês, o radar de sua política restritiva atingia os mais diversos grupos imigrantes. A questão do pensamento torreano e a nacionalização nas áreas de imigração no Rio Grande do Sul será abordada, com maior ênfase, no próximo subcapítulo e no quarto capítulo deste trabalho.

As dificuldades estatísticas, relacionadas ao número exato de imigrantes que ingressaram no Brasil desde 1884, coadunaram para que também não houvesse um controle mais rígido por parte das autoridades, possibilitando que o número de ingressantes, no período entre 1934 e 1937, fosse maior que o fixado pelo dispositivo legal. Esse descompasso entre o mundo das leis e a realidade empírica serviu como ponto

de partida para críticas tenazes feitas pela SAAT através dos veículos de imprensa espalhados pelo Brasil – mas, notadamente, através das páginas do *Jornal do Commercio*.

Uma das primeiras críticas, pós-promulgação da Constituição de 1934, partiu de Raul de Paula, advogando em nome da SAAT. A matéria do *Jornal do Commercio* reproduzia um direito de resposta solicitado ao editor da *Folha da Manhã*, de São Paulo. Neste texto, fica bastante clara a intenção política da SAAT em assumir o papel de fiscalização do cumprimento das diretrizes constitucionais de restrição imigrantista, especialmente para com os grupos ditos inferiores e indesejados. Nas primeiras frases, destacam-se os seguintes termos:

Votada a Constituição de 16 de Julho, a SAAT pediu ao Sr. Ministro do Trabalho providências para que fosse executado o dispositivo imigratório, por isso que a secretaria desta Sociedade estava seguramente informada que levas e levas de japoneses continuavam embarcando para o Brasil, depois daquela data. Era um flagrante desrespeito para com nosso soberania por parte dos nipônicos. Consultado por mim pessoalmente, o Dr. Oliveira Vianna, consultor jurídico do Ministério do Trabalho, respondeu-me que deveriam entrar em vigor imediatamente os dispositivos constitucionais proibitivos. Era o caso da imigração. O Sr. Ministro do Trabalho não atendeu as reclamações bastante enérgicas desta Sociedade, que então se dirigiu ao Presidente da República, que também não deu atenção ao assunto.²¹⁷

Novamente o radar torreado recaiu sobre a figura de Salgado Filho, ex-titular da pasta do Trabalho, acusando-o de arquitetar contra o Brasil, além de ser um descumpridor do que assevera a própria Constituição. Salgado Filho deixou o cargo de ministro em julho de 1934, para assumir uma vaga na Câmara dos Deputados, na qualidade de deputado federal classista. Em seu lugar estava Agamenon Magalhães, político pernambucano. Contudo, Raul de Paula ainda culpava Salgado Filho de ter liberado a entrada japonesa à revelia do que vinha sendo decidido na Assembleia Constituinte, já assinalando para a restrição imigratória. Mas o rosário de denúncias incidiu sobre outro ministro: José Carlos de Macedo Soares, novo ministro das Relações Exteriores, que assumiu em julho de 1934, substituindo o também criticado Félix de Lacerda. Sobre ele, as reprimendas de Raul de Paula foram as seguintes:

Nossas autoridades encarregadas do assunto nenhuma providência tomaram para limitar essa verdadeira invasão amarela. Pelo contrário,

²¹⁷ *Jornal do Commercio*, 2/02/1935, Ano 108, n. 105, p. 3. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/364568_12/34677, acesso em: 7 ago. 2020.

ainda os protegeram, como o fez o Ministro Macedo Soares, que mandou prorrogar até 31 de março deste ano o prazo de chegada para os restantes 4.327 da autorização de 1934 que não puderam embarcar no ano passado. Somente agora em janeiro, foram tomadas as providências para a aplicação do dispositivo constitucional de imigração.

Raul de Paula evocava, também, episódio ocorrido em setembro de 1934, pouco mais de dois meses após a Constituição ter sido promulgada.²¹⁸ Naquela oportunidade, em nome da Sociedade dos Amigos de Alberto Torres, o mesmo Raul de Paula enviou ofício ao Ministério do Trabalho, “cobrando providências para que a Constituição fosse respeitada”. Segundo o signatário, entre agosto e setembro de 1934, pouco após a nova Carta Magna entrar em vigor, 2.093 imigrantes japoneses teriam desembarcado, em duas levadas, no Porto de Santos. Esse número, conforme o novo dispositivo regulatório, já teria superado os 2% permitidos legalmente. A SAAT, desse modo, exigia o cumprimento legal e, com isso, maior rigor na fiscalização, especialmente nos prováveis locais de entrada, como os portos de Santos e do Norte do Brasil. Mas, conforme relatado posteriormente, parece que a solicitação não encontrou ouvidos junto aos destinatários.

Na medida em que a tônica do discurso de Raul de Paula contra componentes do governo federal vai se tornando mais incisiva, vai se cristalizando uma crise institucional dentro da Sociedade dos Amigos de Alberto Torres. Deste modo, a implementação mais feroz da campanha antinipônica de Raul de Paula – e Rafael Xavier – foi concomitante com a dissolução da ala radical torreana. Para o governo federal, os discursos e notas emitidas por Raul de Paula causavam embaraço: ao mesmo tempo em que autoridades ministeriais eram criticadas, o governo, através do Ministério da Agricultura, subvencionava ações promovidas pela SAAT. Diante desta situação, urgia limitar o poder que Raul de Paula exercia dentro da entidade – pois a SAAT, em boa medida, se apresentava como útil para estratégias do governo constitucional de Vargas no campo nacionalista e identitário. Era necessário enfraquecer ou isolar o agente torreano polemista, encontrando subsídios que oportunizassem até mesmo desvinculá-lo da SAAT.

Ao longo do ano de 1935, em torno de vinte reportagens foram publicadas no *Jornal do Commercio*, abrindo espaço para a Sociedade dos Amigos de Alberto Torres externar suas manifestações e descontentamentos com a questão japonesa no Brasil.

²¹⁸ *Jornal do Commercio*, 26/09/1934, Ano 107, n. 306, p. 6. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/364568_12/32231, acesso em: 6 ago. 2020.

Títulos como “Os manejos da infiltração japonesa”,²¹⁹ “Contra a instalação de japoneses na Bahia”²²⁰ e “A ofensiva nipônica no Brasil”²²¹ estampavam as páginas do periódico – inclusive, este último título citado, pode ter servido de inspiração para Carlos de Souza Moraes denominar sua obra, dois anos depois. Sobre o caso envolvendo um possível assentamento japonês no território baiano, o texto publicado acentuava o caráter articulado que a SAAT possuía para efetivar sua política antinipônica:

Cumprindo o seu programa de infiltração em nosso país, os japoneses tentam nesse momento instalar sua colonização no Estado da Bahia. De início a Bahia não precisa de imigrantes porque tem sobra de braços. Milhares e milhares de trabalhadores rurais, encaminham-se para o sul em busca de melhores salários. Assim sendo, não se justifica a instalação de japoneses naquele estado, pois os mesmos iriam agravar as condições do trabalhador nacional, sabendo-se que os nipões se sujeitam aos meus ínfimos salários. O núcleo da Bahia da Sociedade dos Amigos de Alberto Torres está mobilizando a opinião daquele estado contra aquela tentativa. Os municípios visados pelos nipões já estão com comitês organizados para o combate àquela imigração e podemos adiantar que a semelhança do que se passa no Piauí onde os japoneses serão repelidos a ferro e fogo [...]. O núcleo da Sociedade dos Amigos de Alberto Torres está realizando uma campanha contra a imigração japonesa e articulou os elementos mais valiosos do estado contra a mesma.

Ao falar das redes que a SAAT articulou em sua campanha contra a imigração japonesa, as mais variadas esferas da sociedade brasileira foram acionadas para que esse tópico da agenda torreana encontrasse eco e êxito. Em maio de 1935, Raul de Paula proferiu uma conferência na sede da SAAT, cujo tema central era a imigração japonesa. Desta vez, o público alvo era mais seletivo: visava os Estados Maiores do Exército e da Marinha, os dirigentes e professores das escolas militares e membros dos Clubes Naval e Militar. Para o secretário geral da SAAT e seu grupo mais próximo, não adiantavam mais apenas os discursos. Era necessário cooptar o poder das armas na agenda antinipônica.²²²

Tanto para o governo de Getúlio Vargas quanto dentro da própria Sociedade dos Amigos de Alberto Torres, Raul de Paula assumia o papel de figura inconveniente e

²¹⁹ *Jornal do Commercio*, 4/06/1935, Ano 108, n. 208, p. 5. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/364568_12/36759, acesso em: 7 ago. 2020.

²²⁰ *Jornal do Commercio*, 28/05/1935, Ano 108, n. 202, p. 7. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/364568_12/36639, acesso em: 7 ago. 2020.

²²¹ *Jornal do Commercio*, 20/07/1935, Ano 108, n. 248, p. 4. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/364568_12/37526, acesso em: 7 ago. 2020.

²²² *Jornal do Commercio*, 5/05/1935, Ano 108, n. 183, p. 11. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/364568_12/36233, acesso em: 7 ago. 2020.

insubmissa. Desde que renunciou ao cargo que ocupava na Comissão de Imigração e Colonização, Raul de Paula não poupou ministros e agentes governamentais – quando não o próprio Getúlio Vargas – de críticas espinhosas e acusações de traição ao Brasil.

Segundo pequena nota publicada no periódico *Lar Católico*, Raul de Paula teria justificado sua resignação em decorrência do desembarque, no Porto de Santos, de 6.538 imigrantes japoneses naquele ano de 1935, sendo que o máximo que seria permitido constitucionalmente seriam de 713. Diante da falta de fiscalização e de descumprimentos da lei, não teria encontrado o representante torreano alternativa mais digna do que deixar a Comissão, que mais parecia um órgão de fachada.²²³

Se o governo federal aguardava algum momento oportuno para estancar as críticas proferidas por Raul de Paula e dilapidar sua influência, a situação favorável veio à tona no segundo semestre de 1935. E o fato ocorreu justamente envolvendo o ministério que ainda não havia se tornado alvo de suas críticas: o da Agricultura. Raul de Paula foi acusado de utilizar da estrutura do Ministério da Agricultura para benefício pessoal, além de promover uma violenta campanha contra as áreas de imigração estrangeira nos estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Sinteticamente, o secretário geral da SAAT fazia uso do serviço telegráfico do ministério, visando promover as semanas ruralistas, que também possuíam subvenção ministerial. Entretanto, para além da comunicação relacionada com os clubes agrícolas, Raul de Paula também enviava correspondências com críticas e acusações contra regiões de imigração, especialmente alemã, afirmando que estes núcleos eram “áreas de operação e circulação nazista”, estando a serviço dos planos expansionistas de Hitler.²²⁴ Ademais, Raul de Paula ainda se identificava como “agente especial do Ministério da Agricultura” e tecia censuras ao Itamaraty (Ministério das Relações Exteriores), afirmando que se tratava de “uma casa desmoralizada”.²²⁵

O *Correio do Paraná*, que havia se constituído no principal noticioso de contraposição à SAAT, logo tratou de reproduzir uma entrevista dada pelo ministro Odilon Braga acerca da denúncia contra Raul de Paula.

O que vem de fazer o sr. Raul de Paula aborreceu-me profundamente e sobre o lamentável caso acabo de enviar à imprensa uma nota

²²³ *O Lar Católico*, 12/05/1935, Ano XXIII, n. 19, p. 7. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/843822/4440>, acesso em: 14 ago. 2020.

²²⁴ *Jornal A Federação*, 4/07/1935, Ano LII, n. 26, p. 1. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/388653/77707>, acesso em: 14 ago. 2020.

²²⁵ *Correio do Paraná*, 9/07/1935, Ano IV, n. 931, p. 1. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/171395/5609>, acesso em: 14 ago. 2020.

esclarecedora. Atendendo ao programa agrícola que a Sociedade dos Amigos de Alberto Torres está levando avante, este Ministério interessou-se junto ao da Viação para que fosse concedida ao representante do grêmio “alberto-torrista” uma franquia telegráfica, pela qual pudéssemos mais facilmente ficar inteirados sobre o assunto que tão de perto nos interessa. Nunca pude supor que esse cavalheiro levasse a sua ousadia ao ponto de dirigir telegramas insultuosos às colônias estrangeiras e Ministério do Exterior, assinando-se “agente especial do Ministério da Agricultura”, quando na realidade não possui nenhuma credencial que o habilite a falar em nome deste alto Departamento da República. Já tomei todas as providências que o caso requer e inclusive mandei suspender *in continenti* a franquia que em melhor das intenções eu havia conseguido para o sr. Raul de Paula.²²⁶

Diante dos fatos, o governo federal pode iniciar uma massiva estratégia de desestabilização da figura de Raul de Paula, minimizando os argumentos que este lançava contra a postura governamental diante da política imigratória. Como alguém, que traíra a confiança depositada por um ministro e agira de forma desonesta, poderia ser merecedor de créditos? Embora continuasse manifestando suas críticas através da imprensa, a imagem do torreano estava severamente arranhada. E, se para as autoridades governamentais a dissolução do poder de alcance de Raul de Paula era questão fechada, para seus adversários dentro da SAAT, o episódio envolvendo o Ministério da Agricultura representava um momento propício para dissipá-lo da linha de frente da agremiação. Contudo, ainda levaria um certo tempo para que isso se concretizasse.

Alexandre Konder, além de articulista do *Correio do Paraná*, também escreveu diversos textos para o jornal fluminense *Gazeta de Notícias*. Ao longo do ano de 1936, continuou com sua intensa campanha contra a Sociedade dos Amigos de Alberto Torres e os dois principais nomes ligados ao antiimigrantismo, especialmente o nipônico: Rafael Xavier e Raul de Paula. A situação se tornou ainda mais acirrada quando a SAAT se posicionou contrária à missão econômica que o Brasil realizaria junto ao Japão, entre setembro e outubro daquele ano. A chefia da missão caberia ao deputado Salgado Filho, antigo desafeto dos torreanos mais radicais, desde os tempos em que ocupara o Ministério do Trabalho.

A *Gazeta de Notícias* afirmava que a SAAT estava muito mais preocupada em atender seus “interesses mesquinhos e megalomaniacos” do que realmente com o Brasil e seu povo. O verdadeiro objetivo dos “alberto-torristas” era “dinamitar” a política

²²⁶ *Correio do Paraná*, 9/07/1935, Ano IV, n. 931, p. 1. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/171395/5609>, acesso em: 14 ago. 2020.

externa brasileira²²⁷ e reduzir a capacidade de expansão econômica, reduzindo-a apenas aos interesses dos Estados Unidos.²²⁸ E, como fio-condutor presente em todas as reportagens, entre janeiro e agosto de 1936, um elemento era retórico: a necessidade de afastar Rafael Xavier e Raul de Paula definitivamente.

Em agosto daquele ano, quando ocorreram eleições para a nova diretoria central da Sociedade dos Amigos de Alberto Torres, a *Gazeta de Notícias* festejou o resultado do pleito: Rafael Xavier, que buscava continuar na presidência torreana, foi substituído por Juarez Távora, aclamado por unanimidade. Se até pouco tempo antes Juarez Távora era considerado um dos “líderes xenofobistas” da entidade, naquele momento foi considerado alguém capaz de “moralizar” a mesma.

A substituição do sr. Rafael Xavier foi uma consequência de sua conduta deveras escandalosa, dentro da qual, aliado aos elementos mais suspeitos, não trepidou em semear pelo Brasil afora a semente daninha e criminosa das tricas raciais e do xenofobismo. Foi uma obra de higiene, a qual não regateamos aplausos. É de se esperar que o Major Juarez Távora conclua a obra de expurgo que se iniciou no grêmio torreano, pondo pela escada abaixo todos os arrivistas que ali se acoraram como pensionistas da verba de 50 contos anuais do Ministério da Agricultura. [...] Assim, é de se acreditar que não mais permitirá que cavalheiros inidôneos continuem por aí afora, em nome do grêmio torreano, envenenando a massa campesina e insultando grosseiramente laboriosas colônias estrangeiras, infinitamente mais úteis à nossa Pátria, do que, por exemplo, os discursos nacionalistas do gordo e gagá Xavier de Oliveira.²²⁹

Mesmo sem citar nomes, é perceptível que entre os “arrivistas” que deveriam ser expurgados estava o famigerado Raul de Paula. E, de fato, essa expectativa se concretizou nas semanas seguintes à eleição de Távora. Enquanto Rafael Xavier permaneceu junto à SAAT, em função menos expressiva, Raul de Paula foi destituído da secretaria geral e da direção da Federação dos Clubes Agrícolas Escolares do Brasil. Estas medidas tomadas pela nova direção fizeram com que Raul de Paula se afastasse definitivamente da entidade que ajudara a fundar, quatro anos antes.

A saída de Raul de Paula, como não poderia deixar de ser, foi marcada por uma série de atritos e acusações de ambos os lados. Desde meados de 1936, antes da eleição

²²⁷ *Gazeta de Notícias*, 2/06/1936, Ano 62, n. 128, p. 1. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/103730_06/8950, acesso em: 17 ago. 2020.

²²⁸ *Gazeta de Notícias*, 21/05/1936, Ano 62, n. 118, p. 1. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/103730_06/8828, acesso em: 17 ago. 2020.

²²⁹ *Gazeta de Notícias*, 19/08/1936, Ano 62, n. 195, p. 1. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/103730_06/9832, acesso em: 17 ago. 2020.

da diretoria, em agosto, Raul de Paula anunciava, sempre que tinha oportunidade, que a “Sociedade dos Amigos de Alberto Torres estava com os dias contados, pois o ministro da Guerra exigia seu afastamento”.²³⁰ E, segundo seu perfil personalista, acreditava que seu afastamento da SAAT representaria o fim da entidade – e também pelo fato pragmático de centralizar o poder e a capacidade comunicacional em suas mãos. Alguns meses após seu afastamento, em fevereiro de 1937, o jornal catarinense *O Triunfador* publicava parte de uma correspondência de Raul de Paula, marcada pelo ressentimento e pela narrativa que o autoproclamava como um “abnegado defensor do Brasil”:

Posto de real sacrifício, arrebatou-me quase quatro anos de vida. Mas servi ao Brasil. Sacrifiquei a educação de meus filhos. Mas levei alegria a centenas de crianças brasileiras. Estou cheio de dívidas, sem trabalho, sem recursos. Mas lutei pela minha gente do Nordeste. Enfrentei sem temor japoneses e judeus (na campanha contra-imigratória). Criei mil Clubes Agrícolas no Brasil. Dirigi vinte Semanas Ruralistas. Organizei e dirigi o Congresso de Ensino Rural. Lutei dia a dia no período do debate da Constituição de 34, para corroborar com os grandes companheiros que lá trabalhavam pelo Brasil. Cumpri meu dever. Recebo o pagamento. Certo, esses homens que hoje me traem, hão de me caluniar amanhã. Não importa. É do homem.²³¹

É saliente o tom magoado e, ao mesmo tempo, autoelogioso presente nas palavras de Raul de Paula. A ausência de uma documentação mais detalhada impede verificação mais rigorosa das informações que o mesmo forneceu, especialmente sobre o número de clubes agrícolas que efetivamente criou. É muito provável que, deste total aventado, Raul de Paula tenha se apropriado do ato fundador. Sobre o congresso que dirigiu, na verdade se trata do Congresso Brasileiro de Ensino Regional – ocasião em que teve um conflito com Armanda Álvaro Alberto, idealizadora da Escola Regional de Meriti e daquele modelo escolar, culminado com o afastamento da mesma e de seu irmão, Álvaro Alberto, da SAAT.

O banimento de Raul de Paula das fileiras torreanas não significou que o mesmo não tentasse se manter sob os holofotes das questões imigratórias, nacionalistas e do ruralismo. Em fevereiro de 1937, Raul de Paula fundou a Sociedade Brasileira de Educação Rural. No programa da nova entidade, alguns itens podem ser lidos como cópia

²³⁰ *A Razão*, 19/06/1936, Ano I, n. 26, p. 12. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/764450/6114>, acesso em: 14 ago. 2020.

²³¹ *O Triunfador*, 1º/02/1937, Ano I, n. 15, p. 2. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/890014/8>, acesso em: 14 ago. 2020.

da agenda política torreana, fundada quase cinco anos antes. Os pilares da nova sociedade eram os seguintes:²³²

- a) Criar em todo o país uma política de educação rural;
- b) Estudar os problemas da educação rural em seus vários aspectos: primário, normal, profissional e superior, de acordo com as diversas regiões do país;
- c) Examinar os problemas do homem rural e sugerir aos poderes públicos medidas para sua melhoria;
- d) Analisar a educação rural nas áreas de imigração e viabilizar sua inserção ao organismo nacional;
- e) Elaborar projetos de educação rural para o país, estados e municípios;
- f) Planejar escolas primárias rurais e sua ampliação em diferentes modalidades escolares;
- g) Fundar clubes agrícolas escolares;
- h) Realizar semanas ruralistas em todo o território nacional;
- i) Criar seções regionais da Sociedade Brasileira de Ensino Rural em todos os estados da federação.

Ao incluir em seu programa a fundação de clubes agrícolas e as semanas ruralistas, se torna evidente que havia a pretensão de, mais do que concorrer, subtrair estas atividades do domínio da Sociedade dos Amigos de Alberto Torres, tendo em vista que estas constituíam duas das principais marcas daquela entidade nacionalista.

Um das primeiras inserções da nova agremiação de Raul de Paula ocorreu no município mineiro de Teófilo Otoni, em março de 1937, com a denominação de “bandeira de educação rural”.²³³ Contudo, o levantamento de informações que obtive apontam que, pelo que tudo indica, a Sociedade Brasileira de Educação Rural teve curta duração, malogrando os planos de retomada de influência e poder pretendidos por Raul de Paula.

Enquanto a Sociedade dos Amigos de Alberto Torres enfrentava uma dilapidação interna em seu núcleo central, vivenciando um duelo de forças entre seus antigos membros de maior liderança, Carlos de Souza Moraes, principal articulador torreano no

²³² *Jornal do Commercio*, 12/02/1937, Ano 110, n. 87, p. 5. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/364568_12/46865, acesso em: 14 ago. 2020.

²³³ *Jornal do Commercio*, 11/03/1937, Ano 110, n. 136, p. 7. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/364568_12/47277, acesso em: 14 ago. 2020.

Rio Grande do Sul, lançava naquele 1937 a primeira edição de seu livro *A ofensiva japonesa no Brasil*. De certa forma, a obra de Carlos de Souza Moraes, além de alinhada com o principal norteador ideológico e político difundido por Raul de Paula, parece ter sido lançada oportunamente, tendo em vista que naquele momento haveria uma nova inclinação dentro da SAAT, um tanto mais branda em sua agenda imigratória. É possível que Moraes buscasse reavivar o “espírito antinipônico” que a agremiação vinha perdendo desde o afastamento de Raul de Paula. Porém, naquela conjuntura, a intenção do torreano sul-rio-grandense, então já radicado em São Leopoldo, parece não ter alcançado os objetivos propostos – os difundidos e aqueles que ficaram implícitos.

Acredito que é pertinente trazer um mapeamento do alcance da Sociedade dos Amigos de Alberto Torres através da imprensa, tendo em vista ser esta uma das principais fontes de pesquisa referente à esta entidade, especialmente em nível nacional. Além disso, ela permite avaliar as oscilações na atuação da SAAT durante sua existência, entre as décadas de 1930 e 1940. Neste esquadrinhamento, foi possível verificar que, entre 1932 e 1937, foram disponibilizadas 3150 publicações em jornais de todo o Brasil. Como anteriormente mencionado, o principal veículo propagador das ideias e ações da SAAT foi o *Jornal do Commercio*. Em seguida, os fluminenses *Correio da Manhã*, *Jornal do Brasil* e *Diário de Notícias* foram os que mais cederam espaço.²³⁴ Entretanto, entre o final de 1937 e princípio de 1940, existe um hiato na divulgação de notícias sobre a SAAT. É bastante diminuto o número de páginas dedicadas à entidade ou ao trabalho que vinha realizando durante aquele período.

É possível que a instalação do Estado Novo, em 10 de novembro de 1937, somado com o desgaste gerado na contenda entre Raul de Paula e os membros continuadores da SAAT, tenha causado uma retração na entidade, sobretudo em seu núcleo central, no Rio de Janeiro. Neste interim, Juarez Távora, que então exercia a presidência nacional da sociedade, atritou-se com Getúlio Vargas logo após a implantação do regime ditatorial, fato que deve ter gerado desdobramentos no cerne torreano.

Uma das citações encontradas neste período remete a uma cerimônia em homenagem ao patrono Alberto Torres, realizada no Rio de Janeiro, em dezembro de 1939, reproduzida na imagem seguinte.²³⁵ Embora não seja mencionado o nome da

²³⁴ Foram contabilizadas 497 publicações no *Correio da Manhã*, 307 no *Jornal do Brasil* e 273 no *Diário de Notícias*, conforme dados disponíveis na Hemeroteca da Biblioteca Nacional.

²³⁵ *Beira-Mar*, 23/12/1939, Ano XVIII, n. 661, p. 5. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/067822/7117>, acesso em: 17 ago. 2020.

Sociedade dos Amigos de Alberto Torres, todos os listados foram integrantes ou estavam atuando na entidade naquele momento. Dentre estes se destacavam os nomes de Rafael Xavier, general Meira de Vasconcellos, Maria de Oliveira Tarré e Anníbal de Souza, membros da mesa que presidiu os trabalhos daquela solenidade, além de Alcides Gentil, que proferiu o discurso sobre a vida e obra do homenageado. Segundo o jornal *Beira-Mar*, gentil produziu “notável discurso-síntese sobre o pensamento, que passou a figurar na sede daquela associação cultural, gravado em bronze”. Através deste pequeno trecho, é admissível que o evento tenha ocorrido na sede da SAAT, no Edifício *Jornal do Commercio*. Ainda foram convidados, para compor a mesa oficial, os filhos de Alberto Torres – e que participaram da fase germinal da entidade –, Heloisa e Alberto Torres Filho.

Essa curta nota social traz uma informação importante: a presença de Heloísa e Alberto Torres Filho. Embora os registros verificados apontem que os mesmos não efetivaram um retorno à sociedade torreana durante a década seguinte, o convite para a participação dos mesmos em uma homenagem à seu pai, mais que um gesto de gentileza, parece se tratar de uma estratégia de reaproximação. Basta lembrarmos que Heloísa deixou a SAAT em 1935, durante a presidência de Rafael Xavier, alegando o uso indevido e distorcido das ideias de Alberto Torres. Além disso, ocorreu o episódio da réplica de Raul de Paula, que através da imprensa, afirmou que Heloísa teve “pouca participação na entidade”, não podendo, desta forma, exigir qualquer tipo de direcionamento. Buscando reestruturar-se, era prudente que certas arestas incômodas fossem aparadas. E que o leque de apoio, nesta nova fase, adquirisse abrangência maior. Sobretudo, tendo em vista que, desde 1937, Heloísa Alberto Torres ocupava a direção do Museu Nacional, uma das mais importantes instituições científicas brasileiras.

Figura 7 – Cerimônia em homenagem à Alberto Torres (1939)



Fonte: *Beira-Mar*, 23/12/1939, Ano XVIII, n. 661, p. 5.

Na década seguinte, houve uma redução significativa de publicações, totalizando 855. O *Diário de Notícias* foi o principal divulgador, com 113 notas, seguido do *A Noite*. O *Jornal do Commercio* ficou em quarta posição, com 87 reportagens. Uma análise do conteúdo destas publicações identificou dois padrões principais: a divulgação das conferências que seriam realizadas e notas sobre assembleias e eleição de diretoria. Em menor escala, outros temas ocuparam espaço, notadamente entre 1942 e 1943, onde a SAAT se apropriou de questões envolvendo a Segunda Guerra Mundial e da política de nacionalização, almejando reestabelecer o papel preponderante que possuía na década anterior. Embora tenha conseguido isso momentaneamente, favorecida pela conjuntura internacional, ao final do Estado Novo a SAAT entrou em nova curva descendente.

A primeira notícia encontrada consta de 1940, relatando a eleição e posse da nova diretoria nacional da SAAT, sendo composta por: Edgard Teixeira Leite (presidente), Rafael Xavier (vice-presidente), Annibal Pinto de Souza (1º secretário), Maria de Oliveira Tarré (2ª secretária), Itagiba Barçante (1º tesoureiro) e Waldemar Lopes (2º tesoureiro). Integravam o conselho: desembargador Saboia Lima, major Ignácio José Veríssimo e general Meira de Vasconcelos. Edgard Roquete-Pinto e Helio Gomes continuavam atuando na entidade, ao lado de novos apoiadores, como o desembargador Carlos Xavier

Paes Barreto, Nelson Coutinho, Raul Andrade Coutinho e Castro Barreto.²³⁶ Teixeira Leite assumiu a presidência no lugar do advogado Hélio Gomes, que havia ocupado o cargo durante parte do ano de 1939. Entretanto, essa configuração perdurou apenas até outubro de 1940, quando a presidência é assumida por Carlos Xavier, que se manteve no posto até 1943.

Podemos observar que houve uma alteração no quadro de lideranças, com a inclusão de alguns nomes que, conforme apontado anteriormente, não listavam entre os associados que coordenaram a SAAT até 1937 – com exceção de Itagiba Barçante, que ocupou as diretorias de Estatística e Publicidade e Semanas Ruralistas na gestão de 1936, que teve à frente Rafael Xavier,²³⁷ e Carlos Xavier Paes Barreto, já mencionado em atividades naquele mesmo ano.²³⁸ Por outro lado, alguns pioneiros da entidade se mantiveram em torno da mesma, inclusive reassumindo a direção institucional, como foi o caso de Teixeira Leite, que foi reconduzido à presidência em 1943 e entre os anos de 1945 e 1947.

Não foi possível mapear informações de todos os integrantes que compuseram a diretoria de 1940. É o caso de Maria de Oliveira Tarré, Raul Andrade Coutinho, Anníbal Pinto de Souza e Nelson Coutinho. Daqueles com trajetórias examinadas, iniciamos por Carlos Xavier Paes Barreto. Nascido no Recife em 1881, faleceu no Rio de Janeiro em 1969. Exerceu a magistratura no Espírito Santo, onde foi desembargador e presidente do Tribunal de Justiça daquele estado, onde também foi um dos fundadores do Instituto Histórico e Geográfico local. Além disso, foi secretário estadual durante o governo de Florentino Avidos (1924-1928). Na década de 1930, teve papel importante na criação da Universidade Federal do Espírito Santo.

Itagiba Barçante, foi engenheiro agrônomo, membro da Sociedade Rural Brasileira, da Sociedade Nacional de Agricultura, membro do Conselho Técnico da Federação das Sociedades de Assistência aos Lázarus e Defesa contra a Lepra (juntamente com Rafael Xavier) e diretor do Serviço de Informação Agrícola entre 1941

²³⁶ *Diário de Notícias*, 30/01/1940, Ano X, n. 5.294, p. 6. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/093718_02/298, acesso em: 15 ago. 2020.

²³⁷ *Arealense*, 28/03/1936, Ano XXXV, n. 1.601, p. 2. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/306746/5814>, acesso em: 17 ago. 2020. A eleição desta diretoria ocorreu em 9 de janeiro do referido ano.

²³⁸ *O Jornal*, 27/03/1936, Ano XVIII, n. 5.144, p. 16. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/110523_03/29346, acesso em: 17 ago. 2020.

e 1943. Adolfo Castro Barreto, médico, fez parte da Sociedade dos Amigos das Árvores, juntamente com Alberto José de Sampaio, Edgard Roquette-Pinto e Luis Simões Lopes.

Waldemar Freire Lopes, jornalista e poeta, pernambucano nascido em 1911, foi talvez o mais longo dos integrantes da SAAT, falecendo em outubro de 2006. Atuou no *Jornal do Commercio* de Pernambuco e no *A Noite*, do Rio de Janeiro. Foi secretário-geral do núcleo pernambucano da SAAT e delegado especial da Diretoria de Estatística do Ministério da Agricultura. Entre outras funções que desempenhou, esteve na direção do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), no Conselho Nacional de Estatística, Serviço Nacional de Recenseamento, Comissão Censitária Nacional e da Comissão Nacional de Política Agrária.

Em boa medida, esse recrudescimento na atuação da Sociedade dos Amigos de Alberto Torres, no início dos anos 1940, pode ser explicado a partir da implementação de uma determinação governamental, que atingiu diretamente um dos pilares de atuação da entidade: os clubes agrícolas escolares. Em 28 de março de 1940, o presidente Getúlio Vargas assinou o decreto nº. 2.094, que criou o Serviço de Informação Agrícola (SIA), repartição responsável pela disseminação tecnológica na área agrária, além de assumir a questão pedagógica, concatenando também a criação e direção dos clubes agrícolas em nível nacional. É importante lembrarmos que, com o advento do Estado Novo, diversos órgãos foram instituídos para o controle de diferentes setores. Exemplo que pode ser mencionado é o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), erigido em 1939, responsável pela difusão do ideário estadonovista através dos meios de comunicação, como imprensa, rádio, cinema e teatro, assim como a fiscalização e censura de atividades públicas, especialmente no campo cultural. Ou o Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP), vinculado diretamente à Presidência da República, que tinha como objetivo a reestruturação, integração e racionalização do aparato governamental.

Todos esses dispositivos, criados dentro do pensamento do regime vigente, tinham um caráter funcional de centralização, estabelecendo um comando a partir da esfera federal, conectada com o perfil autoritário e nacionalista daquele momento sociopolítico brasileiro. Deste modo, o controle estatal sobre os clubes agrícolas escolares, antes domínio da SAAT, estava alinhado com a proposta educacional de cunho cívico, ampliando seu implemento em relação às crianças e jovens do meio rural. Não obstante, as disputas em torno do ensino rural e clubes agrícolas, ocorrida em 1937 entre a SAAT e a Sociedade Brasileira de Educação Rural, de Raul de Paula, colaborou para a adoção desta medida centralizadora por parte do governo central, assumindo integralmente o

projeto nacional de expansão e formatação dos clubes. Embora continuasse auxiliando o Ministério da Agricultura na política de implantação dos clubes agrícolas escolares, a SAAT perdeu o protagonismo que exercia nesta área. Caberia, então, fortalecer outras duas formas de ação mais efetiva: as conferências públicas e a campanha nacionalista contra imigrantes e descendentes no Brasil.

Quanto ao primeiro tópico, as conferências tiveram continuidade durante os cinco anos em que o Estado Novo continuou estabelecido – e como veremos, essas atividades continuaram mais algum tempo na fase de redemocratização do país. Quanto ao discurso antiimigratório, alguns episódios ocorridos a partir de 1941 favoreceram a SAAT, que soube capitalizar estes fatos através da imprensa.

Em estados como Santa Catarina e Rio Grande do Sul, por exemplo, o processo de nacionalização, especialmente no ambiente educacional, foi estabelecido com maior rigor a partir de 1938. No caso catarinense, o decreto que estabelecia normas para as instituições escolares públicas e privadas foi expedido em 31 de março daquele ano,²³⁹ pelo interventor Nereu Ramos. No Rio Grande do Sul, a promulgação das medidas de nacionalização do ensino ocorreu alguns dias depois, em 7 de abril, assinada por Oswaldo Cordeiro de Farias, interventor, e José Pereira Coelho de Souza, secretário de Educação.²⁴⁰ Em suma, ambas as leis determinavam a Língua Portuguesa como idioma oficial que deveria ser usado em sala de aula e todo o ambiente escolar; a direção deveria ser assumida por brasileiros natos e proibição de subvenções públicas para com escolas estrangeiras que não estivessem alinhadas com as novas diretrizes. Em pouco tempo, vários educandários sofreram intervenção ou foram fechados nos dois estados – fato que perdurou até, pelo menos, 1943. Ao lado das medidas efetivadas na área do ensino, ações policiais foram implementadas, de caráter coercitivo e repressivo.

O uso da força policial, seja por meio da investigação como de atos mais arbitrários, visava, conforme Priscila Perazzo (1999, p. 39), combater “aqueles que pudessem desestabilizar o equilíbrio político instituído à custa de um golpe de Estado”. Focalizando a análise especialmente para os dois estados sulinos mencionados, o grande temor residia na infiltração do Partido Nazista no Brasil, sobretudo nas áreas de imigração alemã, consideradas por alguns ideólogos nacionalistas e autoridades como “focos de enquistamento”. Sobre esse aspecto, Carlos de Souza Moraes pontuou:

²³⁹ Decreto-lei n. 88, de 31 de março de 1938.

²⁴⁰ Decreto nº. 7.212, de 7 de abril de 1938.

O que se vinha fazendo, antes de 1930, era “povoamento” e não “colonização”; era a constituição de “ilhas étnicas”, perante o ingresso de fortes correntes alienígenas, sem possibilidade do necessário caldeamento e assimilação; era, em última análise, o estabelecimento de grupos heterogêneos, que não propiciaram a homogeneidade de que precisávamos, mas permitiram o surgimento de *pequenas minorias*, hoje tão em evidência e que serviram de pretexto para guerras de conquistas (MORAES, 1942, p. 231, grifo do autor).

Para Moraes e outros nacionalistas do período, esses grupos imigrantes, “culturalmente isolados”, eram receptivos para com as ideias “extremistas” estrangeiras. Assim, a desconfiança sobre a atuação incisiva de núcleos nazistas nos territórios catarinense e sul-rio-grandense despertaram a atenção das autoridades estadonovistas – tanto em nível nacional quanto regional. Embora ações punitivas fossem adotadas desde os primeiros momentos após a instalação do Estado Novo, as prisões de elementos considerados “subversivos” e “perigosos” se acentuou entre os anos de 1942 e 1943 – sendo o primeiro marcado pelo rompimento das relações diplomáticas entre o Brasil e os países do Eixo e pela declaração de guerra. Em decorrência, italianos, alemães e japoneses – especialmente os dois últimos – passaram a ser perseguidos com maior ênfase pela ditadura varguista.

Para os torreanos, as intenções da Alemanha e Japão eram claras: domínio mundial em larga escala. E o Brasil, em decorrência do número de imigrantes originários destes países – e seus descendentes, “pouco afeitos ao país que nasceram” –, era alvo da sanha imperialista. Os membros da SAAT encontravam nas palavras de seu patrono argumentos que sustentavam essa percepção:

O que o mundo ostenta hoje a nossos olhos é a luta do imperialismo contra a Democracia – ligada esta palavra, mais alta e mais consentânea com a civilização, de ‘regime de organização livre das sociedades’; é uma luta entre imperialismos: imperialismos velhos que não querem transigir [...] e imperialismos novos [...] (TORRES, 1998a, p. 88).

Se tratava de uma exposição sobre “as atividades nazistas em Santa Catarina”, com “grande quantidade de materiais apreendidos pelas autoridades locais catarinenses”.²⁴¹ A cerimônia de inauguração, na sede da SAAT, contou com a presença do então interventor federal de Santa Catarina, Nereu Ramos, “que sempre teria dado apoio para as ações da entidade em seu estado”. Sobre esse assunto, com o título “Museu

²⁴¹ *Diário de Notícias*, 16/07/1943, Ano XIV, n. 6.357, p. 2. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/093718_02/14711, acesso em: 15 ago. 2020.

Nazista”, o jornal *A Nação*, de Santa Catarina,²⁴² informou que a direção nacional da SAAT fez o convite à Delegacia da Ordem Política e Social (DOPS) catarinense para que organizasse, no Rio de Janeiro, uma amostra com os itens obtidos durante sua “caça aos nazistas”. Outros periódicos, como *A Cruz*, vinculado à Igreja Católica fluminense, destacou em pormenores a exposição e seu contexto:

Instalada no salão da sede da Sociedade dos Amigos de Alberto Torres, vem sendo visitadíssima a exposição das atividades nazistas em Santa Catarina. No ato de inauguração, estiveram presentes o dr. Nereu Ramos, interventor do referido Estado e o dr. Rafael Xavier, diretor do Departamento de Estatística e Recenseamento, os quais proferiram discursos sobre a ação dissolvente e corrosiva destes “quistos” que se formaram pelo Brasil em fora, atentando contra a segurança e a ordem do país. Entre o material exposto encontram-se armas, retratos, estandartes, tambores, emblemas, bronzes, livros, fotografias, espadas, objetos reveladores de seus instintos subversivos.²⁴³

Este foi o último momento, até a convocação da Assembleia Nacional Constituinte de 1946, em que alguma ação da SAAT ganhou destaque mais amplo nos jornais que circulavam no Brasil daquele período. Nos três anos seguintes, na medida em que as ações nacionalizadoras do Estado Novo se amenizavam e as críticas ao governo discricionário de Vargas ganhavam robustez, os torreanos mais panfletários viam seu espaço e poder se diluindo gradativamente.

A última referência de atividades encontrada na imprensa sobre a SAAT remete a uma palestra, abordando os “horários nas repartições municipais”, em 28 de julho de 1949.²⁴⁴ Depois disso, as menções feitas estão vinculadas com notícias de ex-integrantes, remetendo sua participação pretérita na entidade nacionalista. Essa informação é importante, pois alinhada com outros dados coletados na imprensa e no acervo particular de Carlos de Souza Moraes, evidenciam que a Sociedade dos Amigos de Alberto Torres ainda buscava manter-se atuante no cenário político-intelectual brasileiro, mesmo com o fim do Estado Novo. Exemplo disso, dado de forma mais clara, ocorreu durante a Assembleia Nacional Constituinte de 1946, onde alguns projetos vinculados com a ideologia torreana foram apresentados. Porém, a promulgação da nova Constituição

²⁴² *A Nação*, 5/06/1943, Ano I, n. 3, p. 2. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/883662/6>, acesso em: 15 ago. 2020.

²⁴³ *A Cruz*, 25/07/1943, Ano XXV, n. 30, p. 0. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/829706/5758>, acesso em: 15 ago. 2020.

²⁴⁴ *Diário de Notícias*, 28/07/1949, Ano XX, n. 8.209, p. 5. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/093718_02/46739, acesso em: 15 ago. 2020.

representou uma derrota significativa para a SAAT, o que ajuda a explicar seu esvaziamento e consequente encerramento no final da década de 1940.

Miguel Couto Filho, deputado federal constituinte eleito pelo Rio de Janeiro, filiado ao Partido Social Democrático, tentou reeditar o modelo de lei proposta por seu pai, Miguel Couto, ilegalizando por completo a entrada de imigrantes japoneses no Brasil, não apenas restringindo-a, como ocorreu doze anos antes. A proposta ganhou apoio, inclusive, do senador Luís Carlos Prestes e dos deputados Jorge Amado e João Amazonas, do Partido Comunista Brasileiro, que votaram favoráveis. Na última sessão de votação, como que por obra do destino, houve um empate: 99 deputados favoráveis e 99 contrários ao projeto de Miguel Couto Filho. Diante do impasse, a decisão coube ao presidente da Assembleia Nacional Constituinte, o senador mineiro Fernando de Mello Viana, exercer o chamado “voto de Minerva”. Mello Viana votou contra a proposta e a imigração japonesa foi permitida no país. Com isso, as intenções de alguns torreados saudosistas da década de 1930 caíram por terra – e aceleraram o esmaecimento da Sociedade dos Amigos de Alberto Torres.

Sobre a Sociedade Brasileira de Educação Rural, fundada por Raul de Paula em 1937, foram encontradas 53 menções em jornais brasileiros, especialmente no *Jornal do Brasil*, sediado no Rio de Janeiro, com 26 publicações. Cabe destacar que estas notícias se enquadram em recorte temporal curto, marcado entre janeiro e julho daquele ano. As últimas citações referindo-se à Sociedade Brasileira de Educação Rural, reproduzidas pelos jornais *Diário de Notícias*, *Diário Carioca* e *Gazeta de Notícias*, todos do Rio de Janeiro, datam de 8 de julho de 1937. Na década seguinte, analisando 380 periódicos digitalizados e disponibilizados pela Hemeroteca da Biblioteca Nacional, não existe nenhuma referência a essa entidade.

Quanto a Raul de Paula, pouquíssimas informações foram localizadas sobre sua trajetória na década de 1940. Uma pequena nota do *Jornal do Commercio*, de maio de 1942, ao divulgar a agenda do então ministro da Agricultura Apolônio Sales, referenciou que um dos atendidos em audiência havia sido Raul de Paula, “em companhia do sr. Geraldo Rocha”.²⁴⁵ Geraldo Rocha, jornalista Baiano, foi diretor, no Rio de Janeiro, do periódico *A Nota*, onde Raul de Paula publicou manifestos ferozes contra antigos confrades da Sociedade dos Amigos de Alberto Torres, em 1937.

²⁴⁵ *Jornal do Commercio*, 13/05/1942, Ano 115, n. 188, p. 5. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/364568_13/11985, acesso em: 15 ago. 2020.

Três anos mais tarde, *A Noite* divulgou que em 2 de outubro de 1945, havia falecido um funcionário do Departamento de Administração do Serviço Público (DASP) – então presidido por Luis Simões Lopes, filho de Ildefonso Simões Lopes, antigo membro da SAAT –, chamado Raul de Paula.²⁴⁶ Durante a pesquisa, outras pessoas com esse nome – seguido de algum complemento – foram encontradas. Com isso, restava comprovar que se tratava do antigo agente torreano.²⁴⁷ Mas, algumas linhas da *Gazeta de Notícias*, noticiando este falecimento, sanaram a dúvida: nelas estava escrito “Raul de Paula, um dos fundadores da Sociedade dos Amigos de Alberto Torres”. E destacava seu papel na “tenaz campanha contra a imigração japonesa”.²⁴⁸

3.3 O NÚCLEO SUL-RIO-GRANDENSE DA SOCIEDADE DOS AMIGOS DE ALBERTO TORRES: ARTICULAÇÕES, AGENDA E INSERÇÃO POLÍTICA

Porto Alegre, 30 de outubro de 1936.

Exmo. Sr. Tte. Cel. Juarez Távora.

Saudações cordiais.

Atividades do Núcleo do Rio Grande: Realizamos já três conferências, que foram proferidas pelos srs. Desembargador Vieira Pires, dr. Emilio Kemp e Fernando Callage. Esta se realizou em data de ontem, com grande assistência. O Secretário de Educação, dr. Othelo Rosa, tem comparecido a todos, dando-lhe, assim, seu apoio. Nossa atividade continua constante, sem desfalecimento. Já criamos ambiente, o que não havia. Tem-se lutado, mas com resultado. Os incitamentos dos dr. Raphael Xavier e Raul de Paula muito contribuíram para nossa vitória. Lamentei imenso retirada do Raul de Paula, e alegrei-me em saber que o dr. Xavier continuaria prestando sua valiosa atividade à nossa obra. Clubes agrícolas escolares: estão organizados mais de 20. Secretário da Educação mandou elaborar plano a respeito, para melhor coordenar o trabalho. Esperamos realizar grande obra no próximo ano, nesse sentido. Contamos com o apoio de quase todos os funcionários da Secretaria de Agricultura. Da. Camila F. Alves e dr. Gomes de Freitas são esforçados cooperadores de nossa ação.²⁴⁹

²⁴⁶ *A Noite*, 3/10/1945, Ano XXXV, n. 12.074, p. 12. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/348970_04/36339, acesso em: 15 ago. 2020.

²⁴⁷ Ocupava o cargo de chefe da Seção de Expedição do Serviço de Documentação do DASP.

²⁴⁸ *Gazeta de Notícias*, 3/10/1945, Ano 72, n. 231, p. 7. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/103730_07/24431, acesso em: 15 ago. 2020.

²⁴⁹ Museu Histórico Visconde de São Leopoldo (MHVSL) – Coleção Carlos de Souza Moraes – Pasta 85 – Documentos referentes ao Núcleo da Sociedade dos Amigos de Alberto Torres no Rio Grande do Sul (Correspondência de Carlos de Souza Moraes para Juarez Távora).

O telegrama que Carlos de Souza Moraes encaminhou ao então presidente central da SAAT, Juarez Távora, resumia as ações do núcleo estadual da agremiação, cuja organização efetiva havia iniciado sete meses antes. Além de enumerar atividades concretizadas, especialmente conferências e o trabalho dos clubes agrícolas escolares, o texto chama atenção para a rede política que foi planejada, almejando que, desde seu princípio, o núcleo torreano tivesse acesso e trânsito facilitado às autoridades administrativas, jurídicas e educacionais, para assim desenvolver sua agenda político-intelectual.

A trajetória da Sociedade dos Amigos de Alberto Torres no Rio Grande do Sul, a partir da leitura crítica das fontes disponíveis, pode ser dividida em duas etapas: a primeira, entre 1936 e 1938, foi marcada por uma ação mais integrada, com atividades orquestradas a partir de uma estrutura coordenadora em nível estadual. O segundo momento, concomitante com o período estadonovista, representou uma diluição organizacional do núcleo, mas com o ideário ainda presente, através de ações mais individualizadas de seus membros, especialmente nos municípios onde estes ocupavam alguma função. Exemplo foi a cidade de São Leopoldo onde, como veremos, elementos da agenda torreana foram implantados.

O *Diário de Notícias* de 09 de agosto de 1936 anunciava que, na noite anterior, nas dependências do Salão Nobre da Biblioteca Pública do Estado do Rio Grande do Sul, em Porto Alegre, havia ocorrido a sessão solene de inauguração do Núcleo Sul-riograndense da Sociedade dos Amigos de Alberto Torres.²⁵⁰ Nas palavras do redator, a SAAT era uma “entidade que, em todos os recantos do país, vem realizando há já alguns anos a sadia obra de patriotismo, procurando soerguer em cada brasileiro um sentimento cada vez maior de dedicação e amor às coisas do Brasil”. A direção da seção torreana estadual foi assumida por Carlos de Souza Moraes, que já estava à frente da articulação da entidade desde março daquele ano.

A presidência da solenidade ficou a cargo do secretário estadual de Educação, Othelo Rosa – natural de Montenegro, assim como Carlos de Souza Moraes. Na composição da mesa oficial, além de Othelo Rosa e Moraes, estavam o tenente Aristides Cabanhas Machado, secretariando as atividades, o desembargador Antonio Vieira Pires – que como referido no subcapítulo anterior, fez parte do conselho administrativo do

²⁵⁰ *Diário de Notícias*, 9/08/1936, Ano XII, n. 137, p. 7. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/093726_01/3200, acesso em 3 ago. 2020.

núcleo – e o advogado Leonardo Macedônia, então presidente do Instituto da Ordem dos Advogados do Rio Grande do Sul.²⁵¹

Após a leitura de correspondência expedita pela direção central da SAAT ao núcleo em fundação, pronunciada por Cabanhas Machado, a palavra foi passada ao desembargador Vieira Pires – que três anos antes havia sido o escolhido para organizar aquela seção –, proferindo uma conferência centrada na figura do patrono Alberto Torres e em sua obra, coadunando-a com aspectos socioculturais, educacionais e econômicos do Rio Grande do Sul naquele momento. A escolha de Vieira Pires para aquele momento é compreensível: além de ser membro da Corte de Apelação, o mais alto grau na hierarquia jurídica estadual, era seguidor dos princípios ideológicos de Alberto Torres e, como mencionado, ter sido o primeiro nome sugerido para presidir o núcleo sul-rio-grandense. Entrementes, outros dois motivos orientaram Carlos de Souza Moraes na realização do convite: Vieira Pires era seu professor na Faculdade de Direito e, mais que isso, foi quem lhe indicou junto ao líderes nacionais da SAAT para articular a nova tentativa de fundação da entidade no estado. Contar com apoio de nomes exponenciais, em diferentes áreas da sociedade e burocracia estatal, era fundamental para que a agenda da SAAT pudesse ser eficazmente implementada.

²⁵¹ Leonardo Macedônia Franco e Souza foi o primeiro presidente da do Instituto da Ordem dos Advogados do Rio Grande do Sul, entre 1926 e 1936. Essa instituição teve papel importante na organização da seção sul-rio-grandense da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), em 1932, da qual Macedônia também foi o primeiro a presidir (1932 – 1938).

Figura 8 – Sessão de Inauguração da Sociedade dos Amigos de Alberto Torres no Rio Grande do Sul



Fonte: *Diário de Notícias*, 9/08/1936, Ano XII, n. 137, p. 7.

Em março de 1936, o mesmo *Diário de Notícias* cedeu grande espaço em suas páginas para que Carlos de Souza Moraes detalhasse o projeto do núcleo torreano sul-riograndense e sua plataforma, destacando as frentes sobre as quais esse grupo dedicaria maior fôlego. Além dos aspectos notadamente vinculados com a área educacional e com a problemática da imigração – e integração ao Brasil –, outros tópicos socioeconômicos foram destacados. Nas palavras de Moraes,

[...] o programa de ação que se propõe realizar o núcleo do Rio Grande está por aí traçado, dentro dos princípios básicos da grande obra do iminente mestre. O nosso trabalho, portanto, será aplica-lo com racionalidade, isto é, extrair de sua essência aquilo que mais for eficiente, proveitoso e condizente com o caráter e os costumes dos homens do Rio Grande do Sul. Em duas palavras, o programa da “Sociedade dos Amigos de Alberto Torres” será adaptado ao nosso meio.²⁵²

²⁵² Museu Histórico Visconde de São Leopoldo (MHVSL) – Coleção Carlos de Souza Moraes – Pasta 85 – Documentos referentes ao Núcleo da Sociedade dos Amigos de Alberto Torres no Rio Grande do Sul

O amoldamento mencionado por Carlos de Souza Moraes não esteve restrito ao âmbito das ações intelectuais, técnicas e pedagógicas, mas buscou cooptar elementos políticos e ideológicos dos diferentes grupos que orbitavam no cenário sul-rio-grandense desse período. Sendo assim, integrantes da Frente Única Gaúcha, PRL e integralistas podem ser listados entre os congregados à SAAT – ao menos até o final do ano de 1937.

O problema da alimentação e da higiene era descrito como “um dos mais árduos que seriam enfrentados”. Dentro do escopo ideológico que permeava a SAAT em nível nacional, é importante salientar a presença marcante de teorias eugenistas e higienistas, defendidas por nomes como Oliveira Vianna, Belisário Penna, Miguel Couto e Roquette-Pinto. A partir desta concepção, era necessário intervir na vida do homem interiorano, melhorando suas condições estruturais e intelectuais, pois seu modo de vida o conduzia para a miséria e improdutividade, o que resultava na incapacidade do Brasil em se desenvolver enquanto nação – tanto nos aspectos econômicos quanto de identidade patriótica. Sobre a influência do pensamento higienista brasileiro nas primeiras décadas do século XX, Hochman e Lima (1996, p. 23) corroboram que

os conhecimentos dos médicos higienistas sobre a saúde dos brasileiros e sobre as condições sanitárias em grande parte do território nacional, revelados ao público em meados da década de 1910, absolviam-nos enquanto povo e encontravam um novo réu. O brasileiro era indolente, preguiçoso e improdutivo porque estava doente e abandonado pelas elites políticas. Redimir o Brasil seria sanear-lo, higienizá-lo, uma tarefa obrigatória dos governos.

Sobre o caso do Rio Grande do Sul, a realidade apontada por Carlos de Souza Moraes identificava na mortalidade infantil, especialmente em regiões do interior, como a Campanha, uma das mais emblemáticas agruras do estado. Segundo suas constatações, a causa da mortalidade entre crianças era resultado da “promiscuidade de vida” da população interiorana, assumindo contornos “humanamente intoleráveis”. Ainda no tocante deste quesito, Moraes lançava observações sobre as condições de habitação desta camada populacional, tomando como exemplo “uma família de dez e mais pessoas, em cujo número deve se contar uma alta porcentagem de crianças, [...] cuja construção não atinge ao mínimo que deveria ser exigido para a construção de um único quarto de dormir,

(Recorte do jornal Diário de Notícias sobre a fundação no núcleo estadual da Sociedade dos Amigos de Alberto Torres, 26/03/1936).

que pudesse abrigar no máximo uma ou duas pessoas”, asseverando que “na Campanha, isso era a regra, não a exceção”. Somado ao fator habitacional, a alimentação era considerada extremamente pobre, baseada apenas em “pirão, rapadura, mandioca e outros ingredientes”, que não forneciam “substâncias” úteis às famílias rurais.

A pauta agrária, especialmente relacionada ao uso de terras devolutas, imbricava-se com a atenção que seria dispensada ao setor de transportes. Um das primeiras medidas que seriam tomadas era intensificar a verificação de áreas de propriedade governamental inutilizadas, para que fossem aproveitadas na atração de colonos. Além disso, se buscaria, junto ao governo estadual, investimentos em estradas de rodagens e navegação fluvial, visando ampliar a capacidade de produção agrícola sul-rio-grandense. Moraes declarou que acreditava, a partir da criação da Secretaria de Agricultura, no início daquele ano de 1936, que o “secretário, dr. Raul Pilla, muito poderia produzir de proveitoso com relação ao assunto”.

Mas, conforme Carlos de Souza Moraes, o primeiro ponto que o núcleo da SAAT dedicaria atenção seria a instrução pública. Para os torreanos, a instrução primária deveria estar concatenada com um plano mais amplo e geral de educação, contemplando também o ensino secundário. E esse projeto educacional deveria “visar de preferências as populações do nosso interior”, modificando o pensamento dos pais, para que enviassem seus filhos aos colégios. Mencionou, ainda, “que no interior, em certos casos, os pais entendem que a instrução dos seus filhos depende de sua vontade, ignorando o que o analfabetismo virá representar no futuro para a criança e para a Pátria”. Nesta declaração fica novamente explicitada o caráter nacionalista do ensino, que deveria preparar alunos para cumprirem seus deveres para com o país, a partir de uma formação embasada no sentimento de brasilidade. Isso colaboraria para tornar o “homem gaúcho” realmente “aproveitado” diante da luta contra os problemas sociais que o Brasil enfrentava. Carlos de Souza Moraes encerrou sua entrevista ao *Diário de Notícias* abordando este assunto:

Já um grande sociólogo disse que não existe nenhuma raça superior e com isso os “torreanos” estão de pleno acordo. A superioridade de uma raça depende unicamente do aproveitamento racional das energias do elemento que a compõe – o homem. O plano para esse aproveitamento, reside na adoção de métodos capazes de habilitá-los às necessidades precípua.

O meio mais eficiente para se alcançar esse desideratum é difundir a instrução, disciplinando as massas e combatendo seus vícios, principalmente o alcoolismo, que em nosso meio parece ser o elemento determinante da propalada indolência do nosso homem.

Tudo isso o núcleo do Rio Grande do Sul, fiel à orientação traçada pela sábia norma de organização nacional do eminente sociólogo patricio que foi Alberto Torres, se propõe realizar.²⁵³

O discurso de Carlos de Souza Moraes transparece o alicerce higienista da SAAT – e que perpassava outros ambientes intelectuais e políticos da década de 1930 –, evidenciando a intenção de, por meio de suas atividades, fomentar uma “regeneração” sociocultural – e até mesmo biopolítica – da população do Rio Grande do Sul, especialmente em áreas adjetivadas como ainda “selvagens”, como a Campanha, ou “alienígenas”, citando regiões de imigração.²⁵⁴ Ao mesmo tempo, a colocação de Moraes sobre o problema do alcoolismo vai ao encontro dos argumentos de Belisário Penna, que defendeu inclusive medidas mais radicais sobre a produção e comercialização de bebidas, com a adoção de um modelo semelhante ao que vigorou nos Estados Unidos na década de 1920 e início de 1930.²⁵⁵ Penna afirmava que era necessária

[...] ousada campanha contra o alcoolismo, promovendo a educação antialcoólica nas escolas, colégios, fábricas, quartéis, etc., incitando os poderes públicos a taxar fortemente, pesadamente, as bebidas alcoólicas de qualquer natureza; proibir as casas de bebidas nas proximidades das fábricas e grandes oficinas; a não permitir orquestras, mesas e cadeiras nos bares e estabelecimentos de bebidas (PENNA, 1929, p. 8-9).

A “disciplina das massas” propalada por Carlos de Souza Moraes, através da educação pública, também deveria ser direcionada àqueles que, embora nascidos no Brasil, não se viam – e também não eram vistos, muitas vezes – como brasileiros. Essa incongruência foi sublinhada por Moraes em seu livro *A ofensiva japonesa no Brasil*, em trecho dedicado às colônias imigrantes sul-rio-grandenses:

Daí, as colônias alemãs e italianas, esquecidas dos poderes públicos, que as deixavam isoladas e vivendo à sua maneira, mas desenvolvendo-se com características que não consultavam os nossos interesses, para exibirem, mais tarde, quando ideologias racistas surgiram e apelos de suas pátrias de origem atravessaram os mares, pelo rádio, por

²⁵³ Museu Histórico Visconde de São Leopoldo (MHVSL) – Coleção Carlos de Souza Moraes – Pasta 85 – Documentos referentes ao Núcleo da Sociedade dos Amigos de Alberto Torres no Rio Grande do Sul (Recorte do jornal Diário de Notícias sobre a fundação no núcleo estadual da Sociedade dos Amigos de Alberto Torres, 26 de março de 1936).

²⁵⁴ Expressões como “selvagens” e “alienígenas” são encontradas em documentos, correspondências e publicações da Sociedade dos Amigos de Alberto Torres e de seus membros na imprensa.

²⁵⁵ A chamada *Lei Seca*, existente entre 1920 e 1933, representou a proibição da fabricação, transporte e comercialização de bebidas alcóolicas nos Estados Unidos.

emissários, o seu sentimento ligado ainda fortemente à tradição, aos ancestrais, numa manifestação, por vezes, dolorosa, porque, entre os adesistas, simpatizantes, como na hora que vivemos, apareciam brasileiros pelo nascimento, embora descendentes de alemães e italianos, a trabalhar pela influência de nações d'além-mar, em solo brasileiro (MORAES, 1942, p. 232).²⁵⁶

Esse paradigma seria alterado apenas, na visão torreana, com intervenção de “homens patrióticos”, através do aparelho estatal, com políticas efetivamente nacionalistas. Caberia à Sociedade dos Amigos de Alberto Torres, por sua vez, cumprir um papel de “liderança intelectual” nesse processo. Mas, para que seus propósitos referentes aos setores agrário e educacional obtivessem êxito, se fazia necessário cooptar agentes estratégicos em diferentes setores sul-rio-grandenses, para que aderissem ao programa da SAAT.

Em relatório com uma listagem de núcleos estaduais e municipais da SAAT,²⁵⁷ constavam dados sobre a seção sul-rio-grandense e a composição de sua primeira diretoria. Como presidente de honra da entidade, constava o nome de Othelo Rosa, secretário de Educação naquele momento.

Nascido em Montenegro, Othelo Rodrigues da Rosa era filho de Bento Rodrigues da Rosa, liderança republicana que atuou em Montenegro, Taquari e Estrela – sendo contemporâneo do avô e do pai de Carlos de Souza Moraes nas fileiras do PRR. Até 1915, Othelo Rosa atuou profissional e politicamente na cidade de Taquari, onde atuou como jornalista, integrou o Conselho Municipal e foi nomeado promotor público. Aos vinte e seis anos, em 1915, Borges de Medeiros o designou como seu secretário particular. A partir daquele momento, Rosa começou a galgar mais espaço dentro da burocracia partidária.

Após a Guerra Civil de 1923, Othelo Rosa assumiu um papel de mediação entre as novas lideranças republicanas, como Getúlio Vargas e João Neves da Fontoura, e o líder unipessoal do PRR, Borges de Medeiros. Nas eleições estaduais de 1927, Vargas e

²⁵⁶ A questão envolvendo educação e imigração é um tema bastante pertinente e que, na atualidade, vem sendo analisado também em perspectiva comparada, no que se refere ao modo como, em diferentes locais – cidades, estados ou países -, os processos educacionais foram desenvolvidos e como as conjecturas sociais, econômicas, políticas, entre outras, interferiram nesse processo. Como exemplo, queira ver: ARENDT, Isabel Cristina; WITT, Marcos Antônio. Estudo comparado: educação e imigração nas Colônias alemãs de São Leopoldo (Brasil) e Valdivia (Chile). *Métis: história & cultura* – v. 17, n. 34, p. 271-294, jan./jun. 2018.

²⁵⁷ Museu Histórico Visconde de São Leopoldo (MHVSL) – Coleção Carlos de Souza Moraes – Pasta 85 – Documentos referentes ao Núcleo da Sociedade dos Amigos de Alberto Torres no Rio Grande do Sul (Relatório sobre os núcleos estaduais e municipais da Sociedade dos Amigos de Alberto Torres, 1936).

Neves da Fontoura foram eleitos, respectivamente, para a presidência e vice-presidência estadual, encerrando um ciclo de quinze anos de comando *borgista* frente ao governo do Rio Grande do Sul. Rosa foi eleito para a Assembleia dos Representantes e se tornou líder dos deputados da chamada *Maioria* – todos membros do PRR. Ao mesmo tempo, entre 1925 e 1930, foi diretor do jornal *A Federação*.

Em março de 1930, em decorrência de atritos partidários no cerne republicano, sobretudo em virtude da derrota da chapa Getúlio Vargas-João Pessoa à presidência da República e ao movimento revolucionário que começava a se articular, Othelo Rosa renunciou ao cargo de deputado estadual e de diretor de *A Federação*. Em correspondência remetida a Borges de Medeiros, Rosa transparece sua indignação diante de algumas ações empreendidas pelo chefe partidário:

Sendo essa a terceira vez que semelhante circunstancia ocorre e conhecendo bem sentimento V.Exa. relação velho jornal castilhistas, somente posso interpretá-la como consequência desconfiança e censura direção atual. Cumpro assim o dever de afastar-me, resguardando interesses jornal e partido. Dei minha renuncia caráter definitivo, compreendendo ela todos mandatos políticos. Como republicano fico dentro fileiras meu partido, obediente Chefia V.Exa. Como homem não esquecerei jamais benefícios e demonstrações amizade lhe devo. Saberei sempre ser amigo leal e grato de V. Exa. Saudações respeitadas.²⁵⁸

Embora tenha buscado se afastar das querelas partidárias, Rosa demonstrou ser favorável à “solução revolucionária” encontrada como forma de derrubar o governo federal vigente e levar a Aliança Liberal ao poder. Tanto que, após Vargas assumir o governo e nomear Flores da Cunha como interventor no Rio Grande do Sul, Othelo Rosa é nomeado secretário particular do novo governante estadual. Contudo, parece que a fidelidade ao *velho* chefe do PRR demonstrou ainda ser bastante acentuada para Rosa, especialmente no conturbado ano de 1932.

Enquanto Flores da Cunha tentava manter uma postura ambígua – embora justificasse como isenta – diante do ambiente revoltoso que se delineava – ora pendendo para o lado *getulista*, ora para os conflagrados paulistas –, Raul Pilla e Borges de Medeiros assumiram posição de apoio à causa constitucionalista e, ao lado de Batista Luzardo e Lindolfo Collor, passaram a liderar uma divisão revolucionária no Rio Grande

²⁵⁸ Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul (IHGRGS) – Fundo Othelo Rosa – Correspondência de Othelo Rosa enviado a Borges de Medeiros (19/03/1930).

do Sul. Conforme Helio Silva (1976), ao mencionar a documentação arrolada – e que foi apreendida posteriormente ao movimento revolucionário –, Othelo Rosa também constava no rol de lideranças adeptas aos paulistas no estado, atuando diretamente em Porto Alegre. Mais que isso, deveria ser um dos integrantes do *governo revolucionário* que assumiria o poder, com a destituição de Flores da Cunha. Ao seu lado estariam Firmino Torelli (companheiro de Pilla no Partido Libertador), Jayme Pereira, Sinval Saldanha (genro de Borges de Medeiros, ex-secretário do Interior e presidente interino do estado) e Ladislau Amaro da Silveira Filho (parente do prefeito de Herval na época em que Carlos de Souza Moraes lá exercera a magistratura e cunhado de Firmino Torelli).

Entretanto, os planos foram desbaratados em setembro de 1932, quando Raul Pilla e Borges de Medeiros foram capturados pelas tropas legalistas de Flores da Cunha e condenados ao exílio. O grupo que comporia o governo revolucionário também foi aprisionado e, conforme documentação destinada a Raul Pilla, foram encaminhados ao Rio de Janeiro.²⁵⁹

O fato é que, após a anistia dada pelo Governo Provisório em 1934 aos envolvidos na Revolução Constitucionalista, tanto em nível nacional quanto em estadual ocorreram rearranjos na máquina política. No caso de Othelo Rosa, a confiança de Flores da Cunha para com este parece ter sido retomada. Isso ficou evidenciado em 1935, após Flores ser eleito governador constitucional do Rio Grande do Sul pela Assembleia Legislativa, via eleição indireta. Ao criar a Secretaria de Estado de Educação e Saúde Pública, a nomeação de seu primeiro titular recai sobre Othelo Rosa.

A documentação analisada corrobora para uma versão de que o secretário de Educação nutria simpatias pelo ideário da Sociedade dos Amigos de Alberto Torres, assim como pelas iniciativas que o núcleo estadual buscava desenvolver. Ao mesmo tempo, embora Carlos de Souza Moraes tivesse uma relação de animosidade para com Flores da Cunha, buscou utilizar de estratégia mais diplomática para conseguir apoio ao grupo torreano que estava organizando. De forma pragmática, se aproximou do governo estadual através do secretariado – especialmente Educação e Agricultura – e de membros dos diferentes escalões da hierarquia administrativa sul-rio-grandense. Na Secretaria de Educação, além de contar com respaldo do próprio titular, também recebia adesão da área pedagógica vinculada com aquela pasta.

²⁵⁹ Núcleo de Pesquisa e Documentação da Política Rio-grandense (NUPERGS/UFRGS) – Acervo Raul Pilla - Documento nº. 13/1/0429 de 16 de setembro de 1932 (Informação direcionada a Raul Pilla, de que o Dr. Torelli, Othelo Rosa, Jayme Pereira e Ladislau Amaro foram presos e levados para o Rio de Janeiro).

Enquanto a presidência do núcleo torreano sul-rio-grandense estava sob responsabilidade de Carlos de Souza Moraes naquela gestão inicial, a primeira vice-presidência era ocupada pela professora Camila Furtado Alves, então diretora do Colégio Elementar Voluntários da Pátria, em Porto Alegre.²⁶⁰ Construído na região do chamado Quarto Distrito da capital, a instituição teve como finalidade atender a demanda de imigrantes instalados naquele local.²⁶¹ Camila Furtado Alves atuou na direção do educandário por dez anos, entre 1928 e 1938. Ao final deste período, também já atuava como fiscal de Ensino junto à Secretaria de Educação e Saúde Pública. Posteriormente, assumiu a função de delegada de Ensino, atuando na região de São Leopoldo.

Mas os anos em que dirigiu o Colégio Elementar Voluntários da Pátria não foram os primeiros contatos da educadora com o contexto imigrantista no Rio Grande do Sul. Ao concluir o curso de Magistério na Escola Normal de Porto Alegre (atual Instituto de Educação General Flores da Cunha) no ano de 1905, foi designada professora nos municípios de Taquara e São Leopoldo. Ao retornar para Porto Alegre, trabalhou na área de alfabetização, atendendo a região das ilhas adjacentes a capital, utilizando embarcações cedidas pelo governo estadual. No âmbito social, participou ativamente da Cruz Vermelha Brasileira em Porto Alegre e da Liga Anti-Alcoólica, auxiliando na Associação Cristã de Moços e na Casa de Correção de Porto Alegre.

Seu trabalho social e como educadora lhe renderam, em 1943, o convite da primeira-dama, Darcy Sarmanho Vargas, para assumir como sua auxiliar direta na Legião Brasileira de Assistência (LBA). Nesta entidade, Camila Furtado Alves ocupou o cargo de superintendente de Casos Individuais e na *Casa do Pequeno Trabalhador*. No Rio de Janeiro, foi criadora da campanha *Educação para Vencer*, realizando conferências nas rádios Nacional, Tupi e Tamoio. Já na Rádio Clube do Brasil, encenou as novelas educacionais *Os morcegos do campanário*, *As duas bandeiras* e *A divorciada*, além de redatora do Serviço Nacional do Câncer por oito anos. Fez parte, ainda, da Academia Rio-grandense de Letras e da Academia Literária Feminina do Rio Grande do Sul.

Mas a atuação educacional e intelectual da pedagoga, teatróloga e conferencista Camila Furtado Alves também esteve enfaticamente alinhada com outro campo: o político. Em fevereiro de 1933, o jornal *A Federação* lançou nota divulgando as

²⁶⁰ Jornal *A Federação*, 18/04/1933, Ano L, número 91, página 6. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/388653/72789>, acesso em: 15 mar. 2019.

²⁶¹ Fundado em 1915, posteriormente recebeu a denominação de Colégio Camila Furtado Alves e, atualmente, Escola Estadual de Ensino Fundamental Camila Furtado Alves.

comissões distritais do Partido Republicano Liberal – fundado quatros meses antes – em Porto Alegre. Entre os membros da diretoria do 3º Distrito estava a professora Camila Furtado Alves, tendo como colega o advogado Itiberê de Moura – já mencionado neste trabalho, por conta do caso envolvendo o desfalque no Banco do Rio Grande do Sul em Herval.²⁶² Ainda naquele ano de 1933, Camila Furtado Alves é eleita secretária-geral e oradora do Grêmio Republicano Liberal Evarista Flores da Cunha,²⁶³ sediado em Porto Alegre.²⁶⁴ Uma das finalidades destas entidades, vinculadas ao partido governista, era a arregimentação de apoiadores. Tendo em vista que a legislação eleitoral promulgada em 1932 estabelecia o voto feminino no Brasil, se fazia importante envolver este público mais diretamente no ambiente partidário. Deste modo, a fundação de *grêmios femininos* foi uma estratégia adotada não apenas no Rio Grande do Sul, mas em outros estados brasileiros. Uma análise preliminar no perfil das participantes, evidencia a presença de esposas e outras familiares de membros dos partidos – como no caso destacado, o PRL. Mas, para além de redes familiares, também houve a cooptação de intelectuais, especialmente professoras, como forma de alargar o alcance e, ao mesmo tempo, utilizar o aparato educacional como forma de consolidação partidária – e do poder de Flores da Cunha frente ao comando estadual.

A atuação de Camila Furtado Alves junto ao PRL se mostrou bastante intensa no período entre 1933 e 1936. Além de ter ocupado cargos dentro da diretoria do Grêmio Republicano Liberal Evarista Flores da Cunha, chegando a presidência do mesmo em 1935,²⁶⁵ se engajou na defesa do interventor federal do Rio Grande do Sul no ano de 1934, através da Ação de Resistência Nacional (ARN) – o braço cívico-paramilitar *florista*. Assim como o partido possuía uma ala feminina, a ARN também efetivou a criação desta categoria. A presidência da Ala Feminina da Ação de Resistência Nacional foi exercida por Georgina Neves de Campos Neto, esposa de José Candido de Campo Neto – amigo pessoal de Carlos de Souza Moraes. Sua vice-presidente era a professora Olga Acauan Gayer – que seria diretora geral de Instrução Pública em 1937, durante a gestão de Othelo Rosa na Secretaria de Educação e Saúde Pública, permanecendo no cargo com o ingresso

²⁶² Jornal *A Federação*, 18/02/1933, Ano L, número 43, página 1. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/388653/72430>, acesso em: 15 mar. 2019.

²⁶³ Evarista Flores da Cunha era mãe do interventor federal José Antônio Flores da Cunha.

²⁶⁴ Jornal *A Federação*, 14/09/1933, Ano L, número 215, página 2. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/388653/73769>, acesso em: 15 mar. 2019.

²⁶⁵ Jornal *A Federação*, 19/06/1935, Ano LII, número 15, página 6. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/388653/77624>, acesso em: 15 mar. 2019.

de Coelho de Souza na função de secretário estadual, naquele mesmo ano, com a ascensão do Estado Novo. Camila Furtado Alves foi designada como primeira oradora da agremiação.²⁶⁶ Outros nomes vinculados com a Ala Feminina foram Lola Daudt e Leopolda Barnewitz, professoras que, posteriormente, integrariam a Sociedade dos Amigos de Alberto Torres.

A estratégia de cooptação adotada pela Ala Feminina da Ação de Resistência Nacional estava alicerçada na questão dos direitos políticos conquistados pelas mulheres. Em texto divulgado no *A Federação*, acentua-se esse discurso:

No momento em que se instala solenemente a Ala Feminina da Ação de Resistência Nacional, guarda avançada do Partido Republicano Liberal, apraz aos nossos corações de gaúchas devotadas ao bem do Rio Grande e da Pátria, dirigirmos esta proclamação a todas as nossas conterrâneas, solicitando o seu apoio decidido ao grande partido chefiado pelo maior dos rio-grandenses, o denodado general Flores da Cunha.

Mulheres do Rio Grande do Sul! Lembrai-vos que foi o Partido Republicano Liberal, lidimo representante do movimento revolucionário de 3 de outubro de 1930, a primeira organização partidária a inscrever na sua bandeira os nossos direitos políticos, aos quais incorporaram à Constituição de 16 de julho.²⁶⁷

Quando ocorreu a fundação do núcleo da SAAT no Rio Grande do Sul, Camila Furtado Alves ainda estava vinculada ao PRL. Mesmo assim, essa questão não impediu sua aproximação com Carlos de Souza Moraes, que por sua vez demonstrava oposição ao governador Flores da Cunha. Ambos dedicavam boa parte de suas preocupações para com a questão educacional e, mais que isso, tanto Moraes quanto Camila Furtado Alves tinham uma compreensão mais crítica – e com ressalvas – sobre os processos imigratórios no Brasil. Embora apresentasse um discurso progressista, especialmente sobre o papel feminino na sociedade, Camila Furtado Alves tinha desconfianças para com certos grupos étnicos. E aí havia um elo de ligação com a agenda torreana: a suspeição para com os orientais.

Em 1931, enquanto ocupava o cargo de secretária da Sociedade Rio-grandense de Educação, organizou uma conferência, proferida por Flora Straut – ex-professora universitária nos Estados Unidos –, abordando a situação da mulher chinesa na província

²⁶⁶ Jornal *A Federação*, 05/10/1934, Ano LI, número 228, página 5. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/388653/76458>, acesso em: 15 mar. 2019.

²⁶⁷ Jornal *A Federação*, 05/10/1934, Ano LI, número 228, página 5. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/388653/76458>, acesso em: 15 mar. 2019.

de Malaca, na Malásia. Na palestra, foi ressaltado que as chinesas eram “tratadas como irracionais, vendidas como gado”.²⁶⁸

Pragmaticamente, além do intercâmbio de ideias antiorientais, a aproximação de Carlos de Souza Moraes para com Camila Furtado Alves também permitiu uma inserção da SAAT junto à Sociedade Rio-grandense de Educação, reestruturada em 1933, por iniciativa dos professores Tupi Caldas, Dionísio Marques, Olga Acauan Gayer e da própria Camila Alves.²⁶⁹ Em 1936, quando ocorreu a fundação da Sociedade dos Amigos de Alberto Torres no Rio Grande do Sul, a diretoria da Sociedade Rio-grandense de Educação era composta, entre outros, por Gaspar Uchoa (presidente), Leopolda Barnewitz (vice-presidente), Olga Acauan Gayer (secretária-geral) e Camila Furtado Alves (tesoureira). Com exceção de Olga Acauan, os demais membros também ingressaram nas fileiras torreanas sul-rio-grandenses, ainda naquele mesmo ano.

Sobre a Sociedade Rio-grandense de Educação, praticamente não foram encontrados estudos historiográficos mais aprofundados sobre sua atuação no estado. Com isso, as fontes principais de informações foram notícias vinculadas na imprensa. Em síntese, pode-se dizer que a principal forma de atuação desta entidade foi através da formação docente, com a efetivação de conferências públicas, geralmente realizadas em Porto Alegre.²⁷⁰ Para a SAAT, aproveitar esse nicho, ampliando seu alcance junto ao professorado estadual, poderia trazer benefícios profícuos para sua agenda política, tanto no tocante nacionalista quanto na criação de clubes agrícolas escolares.

Na primeira diretoria da SAAT no Rio Grande do Sul, as ligações com a Secretaria de Educação e Saúde Pública se fizeram, de forma mais prática, através de Camila Furtado Alves e Leopolda Barnewitz, docente na Escola Normal de Porto Alegre, que possuía destaque junto à sociedade da capital. Embora Othelo Rosa fosse presidente de honra do núcleo, sua figura era mais simbólica. O apoio dado pelo secretário à agremiação era acionado através dos membros ativos da entidade, vinculados com funções públicas, em diversos escalões.

²⁶⁸ Jornal *A Federação*, 11/11/1931, Ano XLVIII, número 228, página 7. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/388653/76458>, acesso em: 15 mar. 2019.

²⁶⁹ Jornal *A Federação*, 30/03/1933, Ano L, número 76, página 4. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/388653/72675>, acesso em: 15 mar. 2019.

²⁷⁰ Em pesquisa realizada na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional, foram encontradas 35 publicações sobre a entidade, sobretudo acerca de reuniões, eleições e posse de diretorias e palestras realizadas. Foram 32 notícias junto ao *A Federação*, entre 1931 e 1937; uma no jornal *O Momento*, de Caxias do Sul, datada de 1935 e duas no *Diário de Notícias*, em 1940.

Filha de Luiz Barnewitz, engenheiro de origem alemã, Leopolda Barnewitz iniciou sua trajetória docente no final do século XIX. Aprendendo a língua tupi-guarani, defendia a cultura nacional, especialmente a literatura, em detrimento ao “estrangeirismo”. Realizou sarais literários em sua residência, na capital do estado. Sua dedicação ao elemento cultural brasileiro deve ter sido um dos elos responsáveis por sua adesão ao ideário torreano. Foi por mais de trinta anos professora da Escola Normal porto-alegrense, atuando na formação do magistério entre as décadas de 1900 e 1930. Na primeira fase da SAAT sul-rio-grandense, fez parte do seu conselho administrativo.

Se a primeira vice-presidência da SAAT estava com alguém vinculado ao campo educacional, a segunda vice-presidência era ocupado por representante do setor agrícola. O eleito foi Luiz Gonzaga Gomes de Freitas, funcionário do Ministério da Agricultura, exercendo a função de inspetor agrícola federal no Rio Grande do Sul. Natural da cidade de Piratini, nascido em 1888, Luiz Gomes de Freitas desempenhou esse cargo público por mais de vinte anos. Sua escolha para atuar na linha de frente do recém fundado núcleo tinha uma caráter estratégico: estabelecer uma conexão direta com o Ministério da Agricultura, tendo em vista que, em nível nacional, sérios atritos entre a direção da SAAT e o ministro Odilon Braga – como vimos no subcapítulo anterior – estavam ocorrendo. E como destacado por Carlos de Souza Moraes em sua missiva à Juarez Távora, Luiz Gomes de Freitas – juntamente com Camila Furtado Alves no tocante ao ensino – exerceu um papel importante para o desenvolvimento das ações torreanas no Rio Grande do Sul, abrindo espaços para que a SAAT pudesse agir no meio rural.

Se Luiz Gomes de Freitas foi o elo de ligação entre a SAAT sul-rio-grandense e o Ministério da Agricultura, também existiam agentes de convergência entre o núcleo estadual e a recém criada Secretaria de Agricultura, cujo primeiro titular foi o libertador Raul Pilla. Ao contrário do que aconteceu com Othelo Rosa, a análise das fontes documentais e da imprensa indica que não houve o mesmo estreitamento de laços entre a SAAT e o secretário Pilla. Mas havia apoio da pasta para com algumas iniciativas da entidade. Isso ocorreu, em grande medida, por existirem agentes desta secretaria exercendo funções dentro da estrutura torreana estadual. Em 1936, integraram o conselho administrativo da SAAT os cidadãos Labieno Jobim Filho, Ataliba de Figueiredo Paz, Dario Brossard, Gaspar Uchoa e J. P. da Costa Neto, todos exercendo funções na Secretaria da Agricultura.

Filho de Labieno de Castro Jobim e Alzira da Silva Só, Labieno Jobim Filho era irmão de Walter Jobim (futuro governador do Rio Grande do Sul entre 1947 e 1951) e

Alzira Jobim Crespo (casada com Dário Centeno Crespo, chefe de Polícia do Rio Grande do Sul entre 1933 e 1935). Foi engenheiro agrônomo, formado pelo Instituto de Agronomia e Veterinária da Escola de Engenharia de Porto Alegre em 1916, juntamente com Dulphe Pinheiro Machado – integrante da SAAT nacional e presidente do Conselho de Imigração e Colonização. Naquele período, Jobim Filho ocupava o cargo de agrônomo junto ao Laboratório Agronômico e Biológico do Rio Grande do Sul, sob responsabilidade da Secretaria de Agricultura.²⁷¹

Anteriormente, havia comentado que o núcleo sul-rio-grandense da SAAT arregimentou, entre seus integrantes, diferentes espectros políticos estaduais, existentes naquele momento histórico. Essa definição se enquadra em Dario Brossard. Correligionário de Raul Pilla no Partido Libertador, fez seus estudos no Instituto de Agronomia e Veterinária da Escola de Engenharia de Porto Alegre, graduando-se em Engenharia Agrônoma no ano de 1927. Posteriormente, foi professor nesta mesma instituição. Iniciou sua trajetória como diretor de Obras Públicas em Encruzilhada do Sul.²⁷² Transferindo sua residência para Bagé, passou a integrar a Associação Rural daquela cidade – o que lhe “abriu portas” para participação em outras entidades, como a Federação das Associações Rurais do Rio Grande do Sul. Foi presidente do Sindicato Agrônomo do Rio Grande do Sul.²⁷³ Como representante das associações rurais, foi convidado para integrar a comissão organizadora da Grande Exposição Comemorativa ao Centenário Farroupilha, entre 1934 e 1935.²⁷⁴ Na Secretaria de Agricultura, foi diretor do Serviço de Organização Econômica.²⁷⁵

Ataliba de Figueiredo Paz, engenheiro agrônomo, assim como seus colegas, era o então diretor-geral da Secretaria de Agricultura. Em 1939, já durante o Estado Novo, foi nomeado titular da secretaria, exercendo sua função até o fim do regime ditatorial, em 1945. Sobre J. P. da Costa Neto, não foram encontradas informações mais pormenorizadas.

²⁷¹ *O Momento*, 18/01/1937, Ano IV, n. 205, p. 2. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/104523/1063>, acesso em: 08 ago. 2020.

²⁷² *Jornal A Federação*, 7/04/1932, Ano XLIX, n. 79, p. 2. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/388653/70975>, acesso em: 31 ago. 2020.

²⁷³ *Jornal A Federação*, 13/07/1934, Ano LI, n. 160, p. 4. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/388653/75829>, acesso em: 31 ago. 2020.

²⁷⁴ *Jornal A Federação*, 10/05/1934, Ano LI, n. 106, p. 3. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/388653/75414>, acesso em: 31 ago. 2020.

²⁷⁵ *Jornal A Federação*, 15/06/1936, Ano LIII, n. 137, p. 2. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/388653/79818>, acesso em: 31 ago. 2020.

No espectro partidário, além do PRL e da Frente Única Gaúcha, a Ação Integralista Brasileira no Rio Grande do Sul também possuía representatividade dentro da SAAT estadual. E ela se dava através de uma de suas principais lideranças: Dário de Bittencourt.

Nascido em 1901, era filho de Aurélio Veríssimo de Bittencourt Júnior, advogado e então juiz de Órfãos de Porto Alegre. Com a morte de Aurélio Júnior, em 1910, Dário de Bittencourt passou aos cuidados de seu avô paterno, Aurélio Veríssimo de Bittencourt, secretário pessoal e amigo dos principais líderes republicanos no estado, Júlio de Castilhos e Borges de Medeiros. Formado em Direito, assim como seu pai, foi docente na Faculdade de Direito da Universidade de Porto Alegre, onde se aposentou em 1957.

Dário de Bittencourt foi o primeiro chefe provincial da AIB no Rio Grande do Sul.²⁷⁶ Dividiu a liderança integralista com Anor Butler Maciel e Egon Renner – filho do empresário A.J. Renner. Em janeiro de 1936, Bittencourt foi destituído do posto, sendo nomeado Nestor Contreiras Rodrigues como chefe da Província Integralista do Rio Grande do Sul. Mesmo diante de sua deposição, articulada diretamente por Plínio Salgado, Bittencourt permaneceu com sua adesão ao integralismo.

Além de Dário de Bittencourt, outros integralistas ingressaram nas fileiras torreadas naquele ano de 1936. Podem ser elencados os nomes de José Erasmo Nascentes, Arlindo Amoretty Saraiva e Mário Ferreira de Medeiros. Sobre estes dois últimos retomarei algumas considerações adiante.

Professor da Universidade de Porto Alegre, Gaspar Dilermando Ochoa foi diretor da Faculdade de Agronomia entre 1939 e 1946. Ataliba de Figueiredo Paz, Labieno Jobim Filho e Dulphe Pinheiro Machado foram seus colegas de docência nesta instituição, nas décadas de 1920 e 1930. Antes da criação da Secretaria de Agricultura, o órgão responsável pelo setor era a Secção de Agricultura do Estado, vinculada à Secretaria de Obras Públicas. Gaspar Ochoa dirigiu o departamento até 1936, sendo depois designado diretor de Agricultura da nova pasta.

Lola Margot Daudt foi professora, casada com o médico Fernando Ortiz Schneider (vereador em Porto Alegre pela UDN na década de 1950), filha do comerciante Carlos Mathias Oscar Daudt, de Porto Alegre – mas com raízes familiares em São Leopoldo. Lola Daudt era sobrinha de Ilza Maria Daudt Corrêa, esposa do já aludido Tasso Corrêa. Fernando Ortiz Schneider foi membro do PRR, ingressando, posteriormente, no PRL, em

²⁷⁶ Dentro de seu organograma, os núcleos estaduais da AIB recebiam a denominação de províncias, sendo estas divididas em núcleos municipais e, onde necessário, núcleos distritais.

1933, sendo eleito vereador da capital entre 1936 e 1937. Por sua vez, Aristides Cabanhas Machado, advogado assim como Carlos de Souza Moraes, foi membro da direção do Centro Republicano Liberal de Pelotas. Natural de Dom Pedrito, nasceu em 1901. Em 1939, fixou residência em Estrela, onde foi nomeado Delegado do Serviço Militar. Residiu naquela cidade até seu falecimento, em 1988. Cabe mencionar que são as cartas de Cabanhas para Moraes, datadas de 1938, que apontam para a atimia do núcleo sul-rio-grandense da SAAT a partir daquele ano – complementadas pela ausência de notícias e publicações divulgadas na imprensa estadual.

Cabe destacar que, para além das estratégias e relações interpessoais, uma questão de identificação fez com que estes homens e mulheres aderissem ao escopo ideológico da Sociedade dos Amigos de Alberto Torres. Como existe uma limitação de fontes disponíveis, nem sempre é possível mapear todos os elos ideológicos que uniam estes indivíduos. Deste modo, não é possível definir, por exemplo, qual a percepção de todos estes integrantes da SAAT no Rio Grande do Sul sobre a questão imigratória. Existe um discurso institucional, alinhado com a esfera superior da entidade, ou seja, com sua direção nacional. Ao mesmo tempo, a inserção do núcleo estadual com as demandas nacionais representaram uma oportunidade de ação política por parte da direção sul-rio-grandense. Exemplo disso ocorreu no ano de 1936, cerca de um mês antes da instalação do núcleo torreano em Porto Alegre.

A edição de 05 de julho do jornal *Correio da Manhã*, do Rio de Janeiro, ao trazer informações sobre o cotidiano do Senado Federal, destacou que entre as correspondências recebidas, estava uma proveniente do Rio Grande do Sul, “apelando para que o Senado não aprovasse a concessão de terras feita pelo governo do Amazonas a japoneses”. A missiva era assinada por Carlos de Souza Moraes, Nazário Leitão dos Santos e Paranhos Antunes – sendo os dois primeiros, respectivamente, presidente e tesoureiro da SAAT sul-rio-grandense, que estava em formação.²⁷⁷ A solicitação feita pelos três torreanos coadunava-se com uma campanha promovida pelo senador amazonense Leopoldo Tavares da Cunha Mello, membro da SAAT nacional. A Constituição de 1934, em seu artigo de número 130, estabelecia que nenhuma concessão de terras acima de 10 mil hectares poderia ser feita sem aprovação do Senado. Diante disso, o então governador do Amazonas, Álvaro Maia, encaminhou aos senadores o projeto de contrato entre o governo

²⁷⁷ *Correio da Manhã*, 5/07/1936, Ano XXXVI, n. 12.774, p. 2. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/089842_04/34581, acesso em: 7 ago. 2020.

estadual e a Companhia Industrial Amazonense S/A, empresa dirigida pelo imigrante japonês Tsukasa Uyetsuka.²⁷⁸ Para inviabilizar a aprovação da concessão de terras, Cunha Mello articulou uma feroz campanha antinipônica no Senado Federal, enquanto a Sociedade dos Amigos de Alberto Torres endossava esse discurso através da imprensa.

No mesmo dia em que ocorria a fundação da SAAT no Rio Grande do Sul, após um hiato de três anos desde as tratativas iniciais, o periódico integralista *A Offensiva*,²⁷⁹ sediado no Rio de Janeiro, reproduziu nova correspondência encaminhada pelos torreanos sulinos ao Senado Federal. O tom adotado é de forte censura ao imigrante japonês e ao projeto expansionista nipônico, transmitido nas linhas seguintes:

Os signatários do presente apelo, brasileiros e cômicos de seus deveres na defesa dos altos interesses nacionais, vem apelar para os elevados sentimentos de patriotismo de v. excia. no sentido de não permitir a concessão de um milhão de hectares de terras no Estado do Amazonas, à organização japonesa que a pleiteia. A satisfação do desejo da empresa alienígena será mais um golpe à integridade nacional. Já basta a imprevidência que se cometeu no ano de 1928, no Estado do Pará, concedendo-se à companhia similar um milhão e trinta mil de hectares, com todos os atentados a nossa soberania e constantes do respectivo contrato, e a que se verificou no de São Paulo, com a atração de quase 200.000 japoneses. Já é tempo de olharmos, com mais zelo, para o futuro da nacionalidade. O expansionismo e imperialismo nipônicos são universalmente reconhecidos e proclamados. Vários países se lhes tem oposto decisiva barreira, certos do seu perigo. O Brasil não pode, portanto, julgar-se o mais esclarecido para permitir a implantação em seu território de monopólios e colônias japonesas, quando tempos os exemplos aqui na América, nos Estados Unidos, Canadá e Argentina, proibindo até a imigração desse elemento exótico.²⁸⁰

O primeiro nome que consta na listagem de signatários é o de Carlos de Souza Moraes. Mais do que um aspecto meramente hierárquico, pelo fato de ser o articulador e presidente do núcleo sul-rio-grandense da SAAT, a preponderância de Moraes frente aos demais membros da entidade ilustra um fator ideológico: o principal propagandista da campanha antinipônica, naquela conjuntura, em nível estadual, era efetivamente Carlos

²⁷⁸ A maior parte dos integrantes da diretoria eram japoneses, com dois brasileiros ocupando cargos na mesma.

²⁷⁹ Fundado em 17 de maio de 1934, por iniciativa de Plínio Salgado, encerrou suas atividades em março de 1938. Um aspecto interessante da manutenção financeira do periódico é que a arrecadação ocorria, sobretudo, junto de firmas italianas, alemãs e japonesas. A direção do jornal, além de Salgado, contava com Madeira de Freitas, Thiers Martins Moreira e Santos Maia. Dos colaboradores que dedicavam escritos para as páginas da publicação, constavam Miguel Reale, Luís da Câmara Cascudo, Hélio Viana, Gustavo Barroso, Ernani Silva Bueno, Orlando Ribeiro de Castro, Mário Pagano e Oliveira Vianna.

²⁸⁰ *A Offensiva*, 8/08/1936, Ano III, n. 253, p. 4. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/178586/382>, acesso em: 7 ago. 2020.

de Souza Moraes. Tanto que em 1936, conforme rascunhara em suas anotações pessoais, já estava coletando informações para a escrita e publicação de uma obra abordando a imigração japonesa. Tratava-se da primeira edição de *A ofensiva japonesa no Brasil*, cujo lançamento ocorreu nos meses iniciais de 1937. Embora a análise mais pormenorizada desta obra – sobretudo da segunda edição, de 1942 – seja realizada mais adiante neste trabalho, é importante descortinar um dos pontos argumentativos que emolduraram as preocupações e a narrativa de Moraes: o propalado descaso dos governantes e intelectuais para com “os planos dominadores nipônicos para com as terras brasileiras”. A tônica estava no caráter “dissimulado” dos japoneses, que seriam “ardilosos e estratégicos” nas ações adotadas para atingirem seus objetivos imperialistas. Carlos de Souza Moraes era taxativo ao afirmar que

com os nipônicos tudo é possível. O eterno sorriso consegue muito, e mais ainda quando entoam o Hino Nacional ou outros de nossos hinos. E eles sabem agradar e conquistam amigos. Não andam por aí inúmeros brasileiros defendendo em livros e na imprensa os interesses desses exóticos filhos da terra dos crisântemos, a ponto de fecharem os olhos para os graves inconvenientes dessa desvantajosa colonização nipônica? (MORAES, 1942, p. 51-52).

Embora a presença de imigrantes japoneses no Rio Grande do Sul na década de 1930 pudesse ser considerada ínfima, o núcleo capitaneado por Moraes já deixava contundente um aspecto de sua agenda política: era preponderantemente contrária à incursão deste grupo étnico junto ao estado. Conforme Alexandre Fortes (2004), por volta de 199 japoneses foram contabilizados no estado em 1940. Para a SAAT local, já se tratava de um número perigoso, que colocava o Rio Grande do Sul na rota das intenções nipônicas de conquista, sendo que, ao mesmo tempo, o estado já se enquadrava nos planos imperialistas alemães – argumento largamente alardeado, posteriormente, por autoridades do Estado Novo, como o chefe de Polícia, tenente-coronel Aurélio da Silva Py e Coelho de Souza, secretário de Educação.

O número de signatários neste novo agravo, datado de 15 de julho de 1936, era mais amplo que o documento anteriormente encaminhado, no início daquele mês. Assinaram o documento, além de Carlos de Souza Moraes, os torreanos Nazário Leitão dos Santos, Paranhos Antunes, Antônio Paz de Mello, Cabanhas Machado, Camila Furtado Alves, Mário Bernd, Ribeiro Tacques, Arlindo Amoretty Saraiva, Dario de Bittencourt, Ary Martins, Leopoldo Bettiol, Gabriel Lima Barreto, José Erasmo

Nascentes, Lola Margot Daudt, Carlos Maria Ruschel, Raul de Oliveira Leitão, Moacyr Castro, Gaspar Ochoa, Luiz Gomes de Freitas, Leopolda Barnewitz e Pompílio Fernandes.

Dos vinte e um nomes que referendaram o documento encaminhado ao Senado, nove fizeram parte da primeira diretoria estadual da SAAT sul-rio-grandense, empossada em agosto do mesmo ano de 1936. Dos nomes citados, um chamou atenção: Pompílio Fernandes. Por não se tratar de um nome tão comum e, principalmente, por ser o primeiro nome de um político montenegrino, então ocupante do cargo de deputado estadual no Rio Grande do Sul, me surgiu a dúvida: este signatário não seria Pompílio Cilon Fernandes Rosa, então vinculado ao PRL de Flores da Cunha? A resposta foi encontrada em uma correspondência destinada ao líder torreano Carlos de Souza Moraes.²⁸¹ Doravante, o documento também mostra que, no interior do estado, também se iniciavam tratativas para a criação de núcleos locais, com ênfase em áreas de imigração.

O telegrama, advindo da cidade de Estrela, tratava de dois assuntos. O primeiro, solicitando que os dirigentes da SAAT em Porto Alegre representassem os “torreanos deste município” em cerimônia que homenagearia Alberto Torres. O segundo tópico, abordava a questão dos clubes agrícolas e da subvenção dos mesmos. Conforme os signatários, em Estrela estavam instalados dois clubes agrícolas. Em decorrência disso, rogavam aos líderes estaduais que estes clubes fossem incluídos na listagem de beneficiados por auxílio financeiro, obtido junto ao governo estadual de São Paulo, através de mediação realizada por Camila Furtado Alves. Subscreviam o documento Rodolfo Maria Rath, Jorge Coelho Macedo, Antônio Cardoso, tenente Dinarte Vasconcelos, coronel Augusto Frederico Markus e Pompílio Fernandes.

Rodolfo Rath, até março daquele ano de 1936, havia exercido a função de inspetor escolar no município. Conforme correspondência enviada ao secretário estadual da Fazenda, Lindolfo Collor, Rath informa que foi destituído da função por conta de interesses políticos locais.²⁸² A nomeação de Rodolfo Rath ocorreu no ano anterior, no mesmo período em que foi nomeado, como prefeito de Estrela, José Hauschild Filho, em fevereiro de 1935. Hauschild Filho era membro do PRL, bem cotado junto ao governador

²⁸¹ Museu Histórico Visconde de São Leopoldo (MHVSL) – Coleção Carlos de Souza Moraes – Pasta 85 – Documentos referentes ao Núcleo da Sociedade dos Amigos de Alberto Torres no Rio Grande do Sul (Telegrama dos torreanos de Estrela ao presidente estadual Carlos de Souza Moraes, 26/11/1936).

²⁸² Fundação Getúlio Vargas/CPDOC – Arquivo Lindolfo Collor – Documento LC c 1936.05.19/3 (Correspondência relativa à questão havida no município de Estrela quando foi demitido por motivos políticos, o inspetor escolar Rodolfo Maria Rath. Estrela, Porto Alegre.).

Flores da Cunha. Neste interim, Rath, que se destacava no meio intelectual e desportivo estrelense, foi nomeado responsável pela fiscalização dos educandários na circunscrição daquele município. Em agosto de 1936, quando já havia deixado a inspetoria, Rodolfo Rath participou dos Jogos Olímpicos de Berlim, competindo em provas de remo. Outro fato interessante é que José Hauschild Filho, nascido em Lomba Grande, quando esta localidade ainda era distrito de São Leopoldo, era irmão de Germano Hauschild, o já mencionado amigo pessoal de Theodomiro Porto da Fonseca e Carlos de Souza Moraes, com quem atuou na fundação do PSD leopoldense, em 1945.

Nas eleições municipais de 1935, o PRL lançou como candidato ao posto de prefeito André Marcolino Mallmann – que governou Estrela entre 1924 e 1928. A Frente Única indicou Edmundo Alfredo Steyer. Mesmo com a ampla propaganda feita pela imprensa estrelense ao candidato do PRL, através do jornal *O Paladino*, cujo fundador e proprietário era Antônio Cardoso, as urnas deram vitória ao frente-unista Steyer. Ao assumir o governo municipal, em janeiro de 1936, Edmundo Steyer exonerou todos os integrantes *floristas* que estavam ligados aos principais cargos municipais. A partir daquele momento, Estrela se tornou um dos polos de oposição à Flores da Cunha no estado.

Assim como Rodolfo Rath, os demais signatários da correspondência encaminhada à Carlos de Souza Moraes eram integrantes do PRL estrelense. Antônio Cardoso estava à frente do semanário local, enquanto Jorge Coelho Macedo exercia a função de fiscal de consumo. Dinarte Vasconcelos era advogado e Augusto Frederico Markus, comerciante de destaque na região e oficial do Registro de Imóveis, foi intendente municipal e prefeito nomeado entre 1928 e 1934. E Pompílio Fernandes, entre novembro de 1936 e novembro do ano seguinte, foi designado delegado de Polícia em Estrela – sendo destituído com a promulgação do Estado Novo. Estas informações sanaram a dúvida: este Pompílio Fernandes não se tratava do deputado Cilon Rosa, sendo apenas uma coincidência de nomes.

Mas a existência desta missiva também transparece que houve uma tentativa de interiorização da rede torreana no Rio Grande do Sul. Estrela, inserida na região do chamado Vale do Rio Taquari, representava um importante núcleo imigrantista, com proeminência de alemães e descendentes. Também não se tratava do primeiro contato entre os torreanos estrelenses e a direção estadual da SAAT. Em março de 1936, Rodolfo Maria Rath estabeleceu uma aproximação com Carlos de Souza Moraes, após a entrevista que o mesmo prestara ao *Diário de Notícias*, informando sobre a criação do núcleo sul-

rio-grandense, naquele mesmo mês. Uma correspondência arquivada por Moraes materializa essa negociação.²⁸³

Rodolfo Rath inicia sua correspondência felicitando Carlos de Souza Moraes pela reportagem, especialmente pelo “modo brilhante com que expôs as finalidades da Sociedade dos Amigos de Alberto Torres”. A leitura desta frase traz a impressão de que Rath já conhecia, ao menos em parte, o escopo ideológico da entidade. Mais adiante, fica evidenciado que existira realmente esta interação. No parágrafo seguinte, o missivista comenta:

Inspetor das escolas municipais de Estrela, que fui, procurando tornar o mais eficaz possível a ação da escola em um meio essencialmente agrícola, tive ensejo de conhecer um dos ramos de atividades da SAAT – os Clubes Agrícolas Escolares. Foi isso, por intermédio dos senhores Geraldo M. Monteiro de Barros e Octávio Gomes, dignos funcionários da Ministério da Agricultura nesta capital. Dado o interesse e dedicação daqueles senhores, obtive os dados e o material de que necessitava.

Dois detalhes importantes, ao realizar uma verificação mais atenta deste trecho, podem ser delineados. O primeiro, expõe que o principal motivo da adesão do grupo político-intelectual de Estrela ao núcleo torreano estadual se alicerçava na questão do ensino rural, a partir dos clubes agrícolas escolares. Rodolfo Rath, de modo especial, demonstrava bastante empenho para com essa modalidade pedagógica e prática de desenvolvimento socioeducacional. Ao mesmo tempo, é importante lembrar que Rath e seus colegas, alinhados ao PRL, estavam afastados do comando político local, que havia retornado às mãos da Frente Única Gaúcha. Possíveis proveitos desta adesão à SAAT poderiam ser capitalizados politicamente, repercutindo de forma positiva junto da comunidade estrelense. E esse ponto ajuda a explicar o interesse e, sobretudo, a solicitação de que os clubes agrícolas existentes naquele município fossem beneficiados com a verba financeira obtida por Camila Furtado Alves. Infelizmente, não encontrei documentos que apontem se, efetivamente, os clubes agrícolas então em atividade no Rio Grande do Sul receberam este auxílio.

Nas correspondências encaminhadas por Rodolfo Rath ou pelo grupo torreano de Estrela, não foram encontradas alusões à política imigrantista – ou melhor, antiimigrantista – defendida pela SAAT. Isso pode significar que, pragmaticamente, o

²⁸³ Museu Histórico Visconde de São Leopoldo (MHVSL) – Coleção Carlos de Souza Moraes – Pasta 82 – Telegrama de Rodolfo Maria Rath para Carlos de Souza Moraes (27/03/1936).

interesse daquele grupo estava centrado, de forma específica, na questão educacional e nos possíveis ganhos políticos locais. O elemento imigratório não era um tópico considerado de maior importância naquele momento. Em parte, uma das razões poderia ser a própria origem de dois dos signatários – Rodolfo Rath e Augusto Markus –, descendentes de alemães. O que, por outro lado, não significa que inexistisse, entre eles, um pensamento nacionalista. A questão é que estes aspectos não ficaram evidenciados em suas comunicações. Cabe ressaltar que, entre os integrantes do núcleo sul-riograndense da SAAT, alguns tinham ascendência imigrante – especialmente italiana e alemã –, como era o caso de Leopolda Barnewitz, Lola Daudt, Carlos Ruschel, Mário Bernd e Leopoldo Bettiol. O que não impediu que assumissem uma postura nacionalista e de desconfiança para com os núcleos de imigração no Brasil e no Rio Grande do Sul – como externado por Carlos de Souza Moraes nas declarações dadas em março de 1936 à imprensa.

O segundo tópico está vinculado com a atuação da SAAT no estado, mesmo sem a existência de um núcleo estruturado. É provável que o contato de Rodolfo Rath com os torreanos Geraldo Monteiro de Barros e Octávio Gomes tenha ocorrido em 1935. Uma nota do *Jornal do Commercio*, publicada em 28 de outubro de 1934, escrita por Raul de Paula, noticiava a fundação de clubes agrícolas em alguns estados brasileiros, destacando o Rio Grande do Sul, por ação de Octávio Gomes.²⁸⁴ Foram criados clubes nas cidades de Passo Fundo, Santa Maria e Porto Alegre. Fato curioso é que, entre 1936 e 1937, anos em que o núcleo da SAAT no Rio Grande do Sul atuou com mais vigor, os nomes de Gomes e Monteiro de Barros não são mencionados.²⁸⁵

Deste modo, além da presença torreana no estado através da imprensa, com a divulgação de notícias, também ocorreram iniciativas na agenda do ensino rural, através de delegados da SAAT vinculados ao aparelho administrativo público, como o Ministério da Agricultura.

Sobre o caso envolvendo a concessão de terras aos japoneses no Amazonas, a votação realizada em 24 de agosto de 1936 foi contrária ao contrato, invalidando a continuidade do projeto. A campanha de Cunha Mello e da SAAT sagrou-se vitoriosa. Enquanto isso, o núcleo torreano do Rio Grande do Sul, além de estar alinhado com as

²⁸⁴ *Jornal do Commercio*, 9/11/1934, Ano 108, n. 34, p. 13. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/364568_12/33095, acesso em: 7 ago. 2020.

²⁸⁵ Não foram encontrados dados mais significativos sobre a trajetória destes dois agentes entre os anos de 1934 e 1937.

demandas nacionais da entidade – e os problemas institucionais que se avolumavam -, iniciava seus trabalhos intelectuais e de articulação política no estado.

O centro operacional do núcleo sul-rio-grandense da SAAT era Porto Alegre. Além das reuniões ordinárias, eram nessa cidade que se realizavam as conferências públicas, onde os eixos temáticos eram vinculados com o bojo ideológico torreano. Das conferências realizadas entre agosto e outubro de 1936, informadas por Carlos de Souza Moraes em seu relatório a Juarez Távora, a primeira foi realizada por um membro original da SAAT, o desembargador Vieira Pires. As demais, ficaram sob responsabilidade de Emílio Kemp e Fernando Callage. Naquela conjuntura, o nome destes intelectuais não estavam inclusos na nominata de associados do núcleo torreano sulino. Mas defendiam ideias que se alinhavam com o ideário da agremiação.

Emílio Kemp, formado em Medicina, dedicou-se ao ramo jornalístico por grande parte de sua vida. Nascido no Rio de Janeiro, fixou-se em Petrópolis, onde fundou o jornal *O Comércio* e atuou na redação do periódico *Gazeta de Petrópolis*. Estabelecendo-se no Rio Grande do Sul, foi redator do *Correio do Povo*. Nesta função, em 1917, defendera com veemência o discurso nacionalista, em decorrência dos ataques alemães, durante a Primeira Guerra Mundial, aos navios brasileiros *Paraná*, *Tijuca*, *Lapa*, *Macau*, *Acari* e *Guaíba*. Foi também defensor da atuação da Liga de Defesa Nacional, fundada em 1916, por Olavo Bilac. Emílio Kemp ocupou a cadeira de número 24 da Academia Rio-grandense de Letras, sendo confrade de nomes como Dário de Bittencourt, Mário Bernd, Ary Martins e Vieira Pires – também associados à SAAT. Posteriormente, em 1937, Carlos de Souza Moraes seria aceito como membro da Academia, assumindo a cadeira de número 21.

Além da imprensa, empenhou-se no campo educacional, exercendo docência no Colégio Protásio Alves, por ele fundado em Porto Alegre, no ano de 1931, além de atuar na Escola Normal instalada na capital – onde foi colega de Leopolda Barnewitz. Naquele ano de 1936, Emílio Kemp exercia o cargo de diretor geral da Secretária de Educação e Saúde Pública. Três anos mais tarde, em março de 1939, foi nomeado diretor do Museu Júlio de Castilhos, cargo que ocupou até 1950. Esteve à frente daquela instituição durante o período mais repressivo do Estado Novo.

Nascido em Santa Maria, Fernando Callage radicou-se em São Paula na década de 1920. Formado em Direito, ingressou no funcionalismo público paulista, ocupando cargos nos Departamentos de Imprensa e Publicidade (DIP) e Estadual do Trabalho (DET). Retornando ao Rio Grande do Sul, debruçou-se sobre os estudos no campo da

Sociologia, notadamente a Doutrina Social Católica²⁸⁶, formulada a partir da encíclica *Rerum Novarum*, publicada pelo papa Leão XIII em 1891. Católico fervoroso, foi também anticomunista ferrenho. Admirador de intelectuais nacionalistas, como Oliveira Vianna e Plínio Salgado, Callage demonstrava simpatia para com o integralismo e uma política mais autoritária, conforme Silva (2001).

Quando ainda residia em São Paulo, participou em fevereiro de 1932 da primeira reunião da Sociedade de Estudos Políticos (SEP), fundada por Plínio Salgado. Esta entidade desenvolveu um sistema doutrinário nacionalista que, divulgado em forma de documento em outubro daquele ano, foi base para o Integralismo. O chamado *Manifesto de Outubro* concatenava princípios que norteariam a Ação Integralista Brasileira nos anos seguintes. Importante destacar que os parâmetros nacionalistas da AIB, em grande parte, absorveram aspectos ideológicos difundidos por Alberto Torres – o que oportunizou a aproximação entre a SAAT e os integralistas, tanto em nível nacional quanto nos núcleos estaduais.

Ampliar o leque de intelectuais renomados que aderissem ao programa torreano, especialmente através das conferências públicas e, oportunamente, no apoio à fundação de núcleos municipais, era parte do plano de ação da SAAT estadual. Para tanto, convites eram encaminhados para figuras consideradas expoentes, invitando-os para que comparecessem em alguma reunião ordinária da agremiação. Foi o caso da participação de Solon Macedônia Soares, que ocupava naquele período o cargo de juiz distrital em Pelotas e professor da Faculdade de Direito daquela cidade.

Representante do grupo jurídico positivista no Rio Grande do Sul, segundo Vianna (2013), Solon Macedônia também demonstrou, em sua participação na reunião ordinária da SAAT, alinhamento e admiração para com as teses de Alberto Torres. Isso conforme os registros feitos por Cabanhas Machado, que secretariou aquela sessão.²⁸⁷ Em suas palavras introdutórias, Solon Macedônia estabeleceu uma linha comparativa entre o pensamento de Torres e sua própria compreensão dos problemas sociais brasileiros:

Disse que ali comparecia inspirado nas ideias disseminadas por Alberto Torres através de sua obra, digna de paciente meditação. Acrescentou que desde os bancos acadêmicos batera-se por problemas idênticos aos que foram preconizados por aquele denodado pensador fluminense. Esclareceu que não só por isto, como ainda pelo seu temperamento

²⁸⁶ Comumente referenciada como Doutrina Social da Igreja.

²⁸⁷ Museu Histórico Visconde de São Leopoldo (MHVSL) – Coleção Carlos de Souza Moraes – Pasta 64 – Material sobre a Sociedade dos Amigos de Alberto Torres.

dinâmico, não podia permanecer indiferente aos problemas de sua futura e grande Pátria. Disse que o vasto conhecimento que possuía do Rio Grande do Sul o autorizava a preconizar solução para uma complexidade de problemas que permaneciam latentes e merecedores de fecunda orientação.

Indicando um dos “caminhos vitais” para sanar a problemática organização social do Brasil, Solon Macedônia enfatizou a educação, sobretudo aquela que deveria preparar o homem para com os deveres patrióticos. Salientou, ainda, a importância e necessidade da ampliação do ensino rural, de modo especial no Rio Grande do Sul, estado essencialmente voltado para a cultura agrícola. Seu discurso se alinhava com a agenda aviltada pela SAAT. Doravante, o magistrado logo encadeou narrativa sobre outro tópico nevrálgico na perspectiva torreana: a questão imigratória. Conforme assentado em ata, “esclareceu que era preciso que a minoria inteligente salvasse o Brasil de pretensas ambições alienígenas, pois o Brasil possuía apenas 400 anos de étnica social e política”. O combate ao estrangeirismo e interesses expansionistas, especialmente alemães e japoneses, deveriam ser vivamente tomados como propósito.

Entusiasticamente aclamado, logo Solon Macedônia foi admoestado pelos integrantes da SAAT com duas proposições. A primeira delas, enunciada por Pompílio Fernandes, tratava da fundação de um núcleo municipal da SAAT em Pelotas. Fernandes informou que tratativas estavam em andamento, contando com apoio de membros da intelectualidade pelotense, e que os “torreanos contavam com a invulgar inteligência do doutor Macedônia para orientar os rumos daquele futuro núcleo”. Contudo, não foi registrada eventual resposta emitida pelo magistrado. A criação de um núcleo em Pelotas era estratégica, pois a cidade era um importante polo econômico, político e intelectual. Além disso, a presença de áreas de imigração naquela região, como era o caso de São Lourenço do Sul e da própria Pelotas – particularmente com alemães e pomeranos –, demarcava a pretensa necessidade “de maior rigor nacionalista”.

A segunda alocução partiu de Carlos de Souza Moraes, que em nome dos demais torreanos, “esperava que o doutor Solon Macedônia tudo fizesse em prol da SAAT”. Sobre este aspecto, a resposta dada foi diplomática: Macedônia afirmou que, dentro de suas possibilidades e com “espírito patriótico”, faria o que estivesse ao seu alcance para o bem do núcleo sul-rio-grandense e das ideias de Alberto Torres.

A interiorização torreana, com a criação de núcleos municipais e, eventualmente, até subnúcleos, continuou em pauta naqueles meses finais de 1936. As entrelinhas de correspondências entre Carlos de Souza Moraes e Cabanhas Machado denotam esses

objetivos. Um ofício datado de 18 de novembro daquele ano, trazia a relação de nomes propostos para admissão como sócios da SAAT.²⁸⁸ Foram proposições efetuadas durante as sessões ordinárias de 28 de outubro e 11 de novembro. A nominata dos candidatos contava com Frederico Reis Bier, Dalcio Arnane, tenente-coronel Anápio Gomes, Júlio Paulo Wanner, Emílio Kemp, Breno Dornelles, Arthur Ferreira Filho, Ary Prates da Rocha, Mário Ferreira de Medeiros, Arlindo Amoretty Saraiva e Firmino Minghelli.

A presença de Emílio Kemp formalizou uma aproximação que iniciara alguns meses antes, quando este foi convidado para proferir palestra em atividade pública da SAAT. Ary Prates da Rocha, Mário Ferreira de Medeiros e Amoretty Saraiva – os dois últimos já mencionados anteriormente – integravam o bloco integralista do núcleo torreano estadual, ao lado de Dário de Bittencourt. Prates da Rocha, antes de ingressar na Polícia Civil do Rio Grande do Sul, onde foi comissário nas décadas de 1940 e 1950, se dedicou ao atletismo, associado ao Sport Club Internacional, como corredor. Quando da redemocratização do país e articulação dos partidos políticos, ingressou nas fileiras do Partido de Representação Popular, herdeiro ideológico da AIB.

Mário Ferreira de Medeiros, bacharel em Direito, foi juiz distrital em Dom Pedrito. Membro da Academia Rio-grandense de Letras, sendo recebido, em sua posse, por Dário de Bittencourt. Foi diretor, junto com Anor Butler Maciel, do periódico *Correio da Noite*, cuja plataforma principal era a campanha anticomunista. Também dirigiu o jornal *A Revolução*, de Porto Alegre. Além do discurso de combate ao comunismo, foi defensor incisivo da Igreja Católica e de suas orientações políticas. Também atuando no campo jurídico, Arlindo Amoretty Saraiva ocupou cargos dentro da estrutura integralista sul-rio-grandense, como a de secretário do Departamento Provincial de Estudos. É curioso que, embora o nome de Amoretty constasse entre os signatários do manifesto contra a concessão de terras amazônicas aos japoneses, em julho de 1936, seu nome foi aprovado como sócio efetivo da SAAT apenas quatro meses depois.

Darei um pouco mais de atenção para a trajetória de Firmino Minghelli. Assim como outros integrantes da SAAT, obteve graduação em Direito, pela Faculdade de Direito de Porto Alegre. Ainda enquanto acadêmico, foi nomeado oficial de gabinete do chefe de Polícia do Estado, Dario Crespo, em 1933.²⁸⁹ No ano de 1936, o governador

²⁸⁸ Museu Histórico Visconde de São Leopoldo (MHVSL) – Coleção Carlos de Souza Moraes – Pasta 64 – Material sobre a Sociedade dos Amigos de Alberto Torres.

²⁸⁹ Jornal *A Federação*, 20/04/1934, Ano LI, n. 91, p. 2. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/388653/75293>, acesso em: 10 set. 2020.

Flores da Cunha publica a designação de Firmino Minghelli no posto de juiz municipal suplente, em São Sebastião do Caí.

Em 1938, Firmino Minghelli foi designado delegado de Polícia em Caxias do Sul, sua terra natal.²⁹⁰ Ainda naquele ano, ocorreu sua transferência para a capital, quando nomeado para a Diretoria de Presídios e Anexos, recentemente criada pela Repartição Central de Polícia. Posteriormente, foi incumbido da direção da Colônia Penal Agrícola General Daltro Filho, em Charqueadas. Em 1941, o interventor federal no estado, coronel Cordeiro de Farias, nomeou Minghelli como delegado de Estrangeiros, em Porto Alegre.²⁹¹ Este foi o último cargo público que ocupou, até meados de 1943, quando faleceu em decorrência de complicações pós-cirúrgicas.

No ofício de Cabanhas Machado para Carlos de Souza Moraes, além do conteúdo padrão, havia um anotação à lápis, próximo do nome de Firmino Minghelli: “núcleo Caí”. É plausível que, por parte da direção estadual da SAAT, houvesse a intenção de constituir um núcleo municipal em São Sebastião do Caí, abrangendo aquela região e, possivelmente, também Montenegro. E o nome de Minghelli deve ter sido cogitado como articulador desse projeto, tendo em vista exercer cargo público influente nessa área.

Para Moraes e os demais torreanos, a região do Vale do Rio Caí, além da presença do grupo étnico alemão e seus descendentes, contava com uma preocupação a mais: a existência de um pequeno núcleo nipônico, formado por trabalhadores em uma das fazendas da área rural de São Sebastião do Caí. Esse episódio é citado por Carlos de Souza Moraes nas páginas de *A Ofensiva Japonesa no Brasil*:

Em 1936, forte fazendeiro dessa comuna, atraído pela propaganda referente à eficiência e valor do concurso do braço japonês na agricultura, contratou uma sociedade instalada em São Paulo, a qual não é outra senão a Kaigai Kogyo Kabushki Kaisha, a vida de cinco famílias para as terras de sua propriedade, mediante o pagamento de 2:000\$000 por família. Para instalação desse pequeno contingente de colonos, adiantou dinheiro (MORAES, 1942, p. 125).

Por razões desconhecidas, Carlos de Souza Moraes não mencionou o nome do “forte fazendeiro”. Mas se trata do coronel Nicolau Kroeff,²⁹² cuja propriedade citada, a Fazenda Paquete, se destacava no cenário agropecuário sul-rio-grandense no período.

²⁹⁰ *A Época*, 15/10/1938, Ano I, n. 3, p. 2. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/882089/10>, acesso em: 10 set. 2020.

²⁹¹ *A Época*, 29/06/1941, Ano III, n. 137, p. 1. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/882089/677>, acesso em: 10 set. 2020.

²⁹² Em algumas situações a grafia do nome é encontrada como Nicolao Kroeff.

Essa envergadura do empreendimento pode ser comprovada, entre outros fatos, pela visita realizada em 1935 pelo ministro da Agricultura, Odilon Braga, interessado em conhecer sua produção agropastoril.²⁹³ Situada às margens do rio Caí, no então distrito de Capela de Santana²⁹⁴, divisa entre os municípios de São Sebastião do Caí (ao qual pertencia) e Montenegro, era utilizada para a criação de gado bovino – notadamente o de raça holandesa –, além da produção de álcool, em uma usina que utilizava mandioca e cana de açúcar como matéria-prima.

Nicolau Kroeff, além das atividades como fazendeiro e comerciante, também teve destaque político na região. Membro do PRR desde o final do século XIX, foi conselheiro municipal, vice-intendente e líder do diretoria caiense do partido durante a Primeira República. Seu pai, Jacob Kroeff Filho, fundador da Fazenda Paquete, foi conselheiro municipal em São Leopoldo e deputado estadual na Assembleia dos Representantes, nas fileiras do PRR, entre 1891 e 1897. O irmão de Nicolau, Jacob Kroeff Neto, advogado, também seguiu a carreira política, sendo deputado estadual nas décadas de 1910 e 1920. Um dos principais líderes republicanos do distrito de Novo Hamburgo, então pertencente a São Leopoldo, foi nomeado como primeiro intendente quando da emancipação hamburguense, em 05 de abril de 1927. Outro irmão de Nicolau Kroeff, Antônio Roberto, foi proprietário de terras e pecuarista em São Francisco de Paula, na região hoje denominada Rincão dos Kroeff, distrito pertencente àquele município.

A comprovação de que se tratava da propriedade de Nicolau Kroeff veio de um pequeno trecho, contido em outro livro daquela época. Em 1942, mesmo ano em que Carlos de Souza Moraes relançou *A Ofensiva Japonesa no Brasil*, o então chefe de Polícia do Rio Grande do Sul, Aurélio da Silva Py, publicou *A 5ª Coluna no Brasil* – e assim como ocorreu com o escrito de Moraes, o livro de Py foi lançado pela Livraria do Globo. Reunindo materiais diversos, como forma de comprovar “a infiltração nazista” no estado e Brasil, o chefe de Polícia fez uso de relatórios escolares, analisando, com isso, aspectos da nacionalização e da pretensa “sabotagem através do ensino particular nos colégios alemães” (PY, 1942, p. 248). Um dos relatórios anexados foi produzido pela delegada de Ensino incumbida de fiscalizar os educandários da região de São Sebastião do Caí. Em determinado ponto, um dos comentários mencionava que

²⁹³ *O Jornal*, 4/09/1935, Ano XVII, n. 4.879, p. 5. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/110523_03/25792, acesso em: 11 set. 2020.

²⁹⁴ Emancipado de São Sebastião do Caí em 1987, teve sua instalação como município em 1989, com a posse do primeiro prefeito e legislação da Câmara de Vereadores.

Não há necessidade de empregar línguas estrangeiras como auxiliares no ensino, como por aí se propala. Temos várias professoras de boa vontade e patriotismo que ensinam o português em colônia alemã sem nada saberem deste idioma; exemplo: Célia S. Rocha, na picada São Jacó (S. Leopoldo), e Elcina Kroeff, que na fazenda do Pacote, ensinou português aos japoneses. Temos certeza de que somente a instrução e a educação bem orientadas nos salvarão de dias amargos e lutosos (PY, 1942, p. 250).

A informação trazida é bastante clara: os imigrantes japoneses trabalhavam na propriedade do coronel Nicolau Kroeff. Entretanto, cabe fazer uma pequena retificação ao trecho do relatório. Há um erro de escrita referente ao nome da professora que lecionou na Fazenda Pacote. O sobrenome da docente, Kroeff, indica que se tratava de alguma familiar do coronel Nicolau. Contudo, analisando aspectos da genealogia desta família, não havia ninguém com o nome Elcina. Na realidade, a professora chamava-se Elgin Kroeff, filha de Jacob Kroeff Neto, nascida em 1915. Portanto, sobrinha do fazendeiro caiense.

O relatório, datado do final de 1939, havia sido encaminhado ao então secretário de Educação, José Pereira Coelho de Souza. O nome da delegada de Ensino responsável pela fiscalização: Camila Furtado Alves, designada para atuar na região de São Leopoldo, que abrangia também os municípios de Taquara, Montenegro e São Sebastião do Caí – com seus respectivos distritos. As considerações da pedagoga sobre as escolas de São Leopoldo serão retomadas no próximo capítulo, com maior acentuação.

Embora a anotação anteriormente mencionada identifique que havia o interesse de implementar um núcleo da SAAT na região de São Sebastião do Caí, nenhum outro documento arrolado menciona se tal intento foi concretizado. É mais provável que não. Do mesmo modo, as tratativas referentes ao núcleo municipal de Pelotas, aludidas por Pompílio Fernandes durante a visita de Solon Macedônia aos torreanos de Porto Alegre, tiveram impacto efêmero. Segundo carta encaminhada por Cabanhas Machado a Carlos de Souza Moraes, em dezembro de 1937, o remetente relata diálogo que teve com Macedônia, onde este lhe informou que o núcleo de Pelotas se encontrava estagnado – sendo a principal alegação a falta de tempo dos integrantes para dedicarem-se com maior empenho.²⁹⁵ Outrossim, fica abalizado que, com exceção do diminuto núcleo estrelense,

²⁹⁵ Museu Histórico Visconde de São Leopoldo (MHVSL) – Coleção Carlos de Souza Moraes – Pasta 30 – Telegrama de Cabanhas Machado para Carlos de Souza Moraes (9/12/1937).

a força-motriz que impulsionava a Sociedade dos Amigos de Alberto Torres no Rio Grande do Sul estava afixado apenas na capital do estado.

No Rio Grande do sul, conforme André Ramos Soares (2008) e Elda Gonzalez Martinez (2003), as primeiras tentativas de viabilizar o projeto de imigração japonesa remontam ao ano de 1933. Naquela oportunidade, a firma Dahne, Conceição & Cia., que atuava no setor de engenharia e construção, recebeu do governo Flores da Cunha autorização para colonizar uma área de terras nas proximidades do rio Uruguai, na região do município de Santa Rosa. Esta nova colônia contaria com 3.000 lotes, com 25 hectares cada um. Contudo, em meados de 1936, grande parcela dos lotes coloniais estava em desuso. Por outro lado, agricultores nacionais – com apoio de setores nacionalistas, como a SAAT –, passaram a exigir do governo estadual o direito de uso daquelas terras. Diante daquela situação que, somada com o ambiente político, poderia resultar na intensificação de conflitos, Flores da Cunha exigiu o cumprimento do contrato por parte da colonizadora Dahne, Conceição & Cia.

Como forma de contornar o problema, a firma buscou trazer famílias que já estavam assentadas em outras regiões do Brasil, como São Paulo. Nesse contexto, ocorreram tratativas com a Kaigai Kogyo Kabushki Kaisha, para que famílias japonesas fossem instaladas na colônia de Santa Rosa. Foram recrutadas 18 famílias. Entrementes, em pouco tempo a tentativa de fixação destes imigrantes se mostrou malograda. De acordo com Endrica Geraldo (2009), as leis sobre imigração presentes na Constituição de 1934 – e, vale lembrarmos, cujo caráter restritivo era fortemente defendido pela SAAT – determinavam um série de limitações. Dentre elas, uma cláusula proibia que terras fossem ocupadas por estrangeiros em uma área de até 150 km a partir da fronteira. Relutantes, estas famílias de imigrantes japoneses optaram por se instalar em outras regiões do Rio Grande do Sul, assim como em Santa Catarina – ou retornaram para São Paulo. Pode ser apontado, com plausibilidade, que alguns destes imigrantes tenham sido contratados por Nicolau Kroeff, para trabalharem em sua fazenda.

Embora, de modo geral, o projeto de colonização nipônica no Rio Grande do Sul tenha fracassado, Carlos de Souza Moraes mantinha o tom de advertência e inquietação quanto aos planos ainda existentes. Acentuava, em seu livro, que no estado

[...] acham-se instalados inúmeros japoneses, disseminados por vários municípios, entre os quais o de Santa Rosa [...]. Nas proximidades de Porto Alegre, no 7º distrito, Belém Velho, encontram-se algumas famílias instaladas e empregando a sua atividade no plantio de legumes.

No município de Viamão, na Quinta Atírio e na Granja Retiro, existem outras. Nas zonas urbana e suburbana da capital do Estado, habitam disseminados inúmeros japoneses, trabalhando como operários, agricultores, fotógrafos, enfermeiras, domésticas, tintureiros e até estudantes e farmacêuticos. Em Rio Grande, no lugar denominado Sarandi, 4º distrito, cuja sede é Taim, há 26 japoneses adultos, trabalhando numa fazenda do dr. Joaquim Luiz Osório. Em Pelotas, no arrabalde Três Vendas, existem outros. Em São Leopoldo, associados na fruticultura, há duas famílias. No município de Jaguarão, estão instaladas duas famílias japonesas, como sócios-meeiros, nas fazendas dos srs. Oliveira Ortiz e João Carlos Afonso (MORAES, 1942, p. 120).

Embora sem apresentar um gráfico numérico mais consistente, as informações fornecidas por Moraes se aproximam dos dados obtidos pelo Censo de 1940, que asseverava a presença de 199 imigrantes nipônicos no território sul-rio-grandense. Em *A Ofensiva Japonesa no Brasil*, o autor não se deteve na intenção de pormenorizar como ocorreu a inserção destes imigrantes nas cidades e fazendas citadas. Porém, uma nota de final de página indica uma possibilidade.

Conforme abordado no subcapítulo anterior, em 1936 foi organizada a Missão Econômica ao Japão, com finalidade de estreitar laços entre os dois países nas áreas industrial, agropastoril e comercial. A liderança da comissão esteve à cargo de Salgado Filho, ex-ministro do Trabalho e que exercia, naquele momento, o cargo de deputado federal. A representação era composta por integrantes advindos de várias entidades, atuantes em estados como Bahia, São Paulo e Rio Grande do Sul. A indicação dos delegados sul-rio-grandenses ficou a critério da Federação das Associações Rurais do Rio Grande do Sul. Os escolhidos foram Érico de Oliveira Melo, dirigente da Associação Comercial do Rio Grande do Sul, e Plínio Gilberto Kroeff, secretário da Federação Rural. Plínio Kroeff era sobrinho do coronel Nicolau Kroeff, sendo filho de Jacob Kroeff Neto. Conforme João Luz (2010), Plínio tinha maior proximidade com o tio do que com o próprio pai.

A atuação de Érico Melo e Plínio Kroeff junto aos empresários japoneses ganhou destaque em jornais de vários estados, como Pernambuco (jornal *Diário de Pernambuco*),²⁹⁶ Santa Catarina (*República*)²⁹⁷ e Rio de Janeiro (*Diário de Notícias*²⁹⁸ e *Diário Carioca*). As reportagens afirmavam que “os dois emissários gaúchos abriram

²⁹⁶ *Diário de Pernambuco*, 22/12/1936, Ano 112, n. 38, p. 4. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/093726_01/5063, acesso em: 10 set. 2020.

²⁹⁷ *República*, 29/11/1936, Ano III, n. 796, p. 1. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/892319/44040>, acesso em: 10 set. 2020.

²⁹⁸ *Diário de Notícias*, 8/12/1936, Ano XII, n. 248, p. 7. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/093726_01/5063, acesso em 10 set. 2020.

espaço para a comercialização dos produtos agrícolas, pastoris e industriais daquele estado”. No caso do *Diário Carioca*, chama atenção o trecho final da publicação, assinada por José Jobim. Nele, o autor ressalta o caráter prático de Melo e Kroeff, que “talvez fossem mais úteis ao país que a antropologia de Oliveira Vianna”.²⁹⁹ Jobim se referia ao pensamento antinipônico de Oliveira Vianna, então presidente da Comissão de Imigração – e membro da SAAT.

O núcleo sul-rio-grandense da SAAT não via com bons olhos essa aproximação entre o Brasil e o Japão. Assim como julgava inconveniente a imigração nipônica para o país, também era perigoso estabelecer qualquer tipo de dependência econômica. Ademais, havia uma desconfiança das relações que Plínio Kroeff e Érico Melo firmaram com o empresariado japonês durante a viagem e, especialmente, depois dela.

Em outubro de 1937, o *Diário de Notícias* divulgou que um grupo de empresários japoneses encaminhou uma correspondência a Plínio Kroeff, informando que visitariam o Rio Grande do Sul, com objetivos de efetivar a compra de lã produzida no estado.³⁰⁰ Solicitavam a programação de visitas aos municípios de Rio Grande, Pelotas, Bagé, Santana do Livramento, Uruguaiana, entre outros. A mesma nota informava que Melo e Kroeff já haviam mediado outras negociações e visitas de agentes econômicos e empresariais japoneses ao Rio Grande do Sul, como foi o caso de “Fukonuruke Nomura, que visitou nossa fronteira em abril passado”. Em decorrência destas atividades, a SAAT considerava os dois empresários como “possíveis colaboradores do plano imperialista japonês no Brasil”.

Retomando a nota escrita por Carlos de Souza Moraes em seu livro, esses aspectos ficam ratificados. Segundo o líder torreano,

Érico O. Melo e Plínio G. Kroeff participaram como representantes da Federação das Associações Rurais do Rio Grande do Sul, da Comissão Econômica Brasileira ao Japão, em 1936. Desde essa data, são os *introdutores diplomáticos*, no Estado do Rio Grande do Sul, dos emissários dos magnatas da indústria japonesa. Fundaram eles, com o concurso de Roberto J. Müller, em Porto Alegre, e em virtude de terem recebido a representação da grande firma Mitsui, a Sociedade Mercantil Nipo-Brasileira Ltda. (MORAES, 1942, p. 125, grifo do autor).

²⁹⁹ *Diário Carioca*, 9/12/1936, Ano IX, n. 2.579, p. 8. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/093092_02/27807, acesso em: 10 set. 2020.

³⁰⁰ *Diário de Notícias*, 29/10/1937, Ano VIII, n. 3.604, p. 2. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/093718_01/33569, acesso em: 11 set. 2020.

Algumas considerações sobre esta afirmativa são necessárias. De fato, Kroeff e Melo se tornaram representantes da Companhia Mitsui,³⁰¹ um dos principais conglomerados empresariais japoneses. Em dezembro de 1937, a imprensa divulgou que diretores da empresa nipônica se reuniriam com seus representantes Érico Melo e Plínio Kroeff, almejando expandir os negócios no ano seguinte.³⁰² Contudo, mesmo com uma intensa pesquisa, sobretudo em jornais digitalizados, disponíveis na Hemeroteca da Biblioteca Nacional, não encontrei nenhuma referência para com a companhia que ambos teriam fundado. Deste modo, permanece em suspeição a referência fornecida por Carlos de Souza Moraes.

Anteriormente, mencionei que a nota explicativa de Moraes poderia ajudar na explicação de como se procedeu a distribuição de imigrantes japoneses pelo Rio Grande do Sul, a partir de 1936. Legalmente, a Kaigai Kogyo Kabushiki Kaisha era a única entidade autorizada a representar a Companhia Imperial de Imigração, operando a distribuição dos futuros colonos em solo brasileiro. Mas, era possível que a empresa atempasse consórcios com terceiros – vide o caso de Santa Rosa, que envolveu a Dahne, Conceição & Cia. Nesse sentido, é possível que Plínio Kroeff e Érico Melo tenham assumido, junto à Kaigai Kogyo Kabushiki Kaisha, a redistribuição de imigrantes japoneses no Rio Grande do Sul, atendendo também demandas da área agrícola, necessitada de mão-de-obra. Ao analisarmos os locais com presença nipônica, pontuados por Moraes, a maior parte se encontrava em fazendas ou áreas rurais. Sendo um dos principais líderes agropastoris no estado e conhecendo a realidade sul-rio-grandense, é sustentável que Plínio Kroeff e seu sócio tenham se tornado mediadores deste setor e dos interesses japoneses no Rio Grande do Sul. E algumas luzes sobre esta hipótese são fornecidas novamente por Carlos de Souza Moraes. Cabe lembrar que, na versão publicada em 1942 de *A Ofensiva Japonesa no Brasil*, Moraes acrescentou acontecimentos datados entre 1937 – quando a primeira edição foi lançada – e aquele ano.

É narrada uma visita realizada, em abril de 1939, por um inspetor da Kaigai Kogyo Kabushiki Kaisha ao município de São Sebastião do Caí, mais especificamente à Fazenda

³⁰¹ Fundada por Takatoshi Mitsui em 1673, na cidade de Edo (atualmente Tóquio), como uma oficina de confecção e tecidos. Posteriormente, expandiram para outros ramos, como empréstimos. Atualmente, é um conglomerado que abarca cerca de 270 empresas, em áreas como seguros, imobiliário, financeiro, logística, indústria alimentícia e de bebidas.

³⁰² *A Notícia*, 22/12/1937, n. 2.766, p. 1. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/843709/15131>, acesso em: 11 set. 2020.

Paquete. O emissário daquela companhia estava acompanhado de Érico Melo. Conforme Moraes (1942, p. 125-126), “a visita visava propor a vinda de mais 50 famílias para juntar-se às cinco ali existentes, sob o fundamento de que o japonês só trabalhava em grupos, para bem produzir”. Apesar da tentativa e da presença do sócio de seu sobrinho Plínio Kroeff, o coronel Nicolau Kroeff rejeitou a proposta. Deveras, os estudos de Martínez (2003) enfatizam a tentativa frustrada de implantação de um núcleo nipônico em São Sebastião do Caí. Após a visita do inspetor japonês e de Érico Melo, as famílias que trabalhavam na Fazenda Paquete abandonaram a propriedade e, de acordo com Moraes, teriam deixado dívidas para com Nicolau Kroeff, decorrentes de adiantamentos de salários fornecidos.³⁰³

Se a atuação de Plínio Kroeff e Érico Melo como eventuais agentes colonizadores é aventada como uma possibilidade, as intermediações comerciais articuladas por eles com empresas japonesas era algo concreto. E é interessante lembrarmos que, dentro do núcleo estadual da SAAT, vários de seus integrantes possuíam fortes laços com o setor agrário, inclusive participando da Federação de Associações Rurais do Rio Grande do Sul, onde Kroeff era um dos expoentes, inclusive nacionalmente. Podem ser citados Dario Brossard e Antônio Vieira Pires. Situações como essa evidenciam a dinâmica de negociações em torno de determinados objetivos, onde certos aspectos podem ser, naquele momento, considerados supérfluos – como confessionalidade, partidarismo ou, neste caso, ideologia acerca das questões imigratórias. Ao retomarmos o “apelo” feito pelo núcleo sul-rio-grandense da SAAT ao senado Federal, visando impedir que o governo amazonense concedesse terras para a colonização japonesa, os nomes de Vieira Pires e Brossard não listavam entre os signatários. Naquela conjuntura, é provável que tenham escolhido o pragmatismo, visando conquistar um espaço econômico para comercialização de produtos agropastoris, ampliando a capacidade de exportação do Rio Grande do Sul no cenário internacional.

Mas o episódio propicia uma reflexão mais densa: embora o núcleo da SAAT no Rio Grande do Sul contasse com um número razoável de integrantes, de forma efetiva, qual foi o grau de envolvimento dos mesmos com a agremiação? Esse questionamento é importante para compreender o ostracismo vivenciado pelo núcleo a partir de 1938. A

³⁰³ Importante destacar que não foram encontrados documentos que tenham servido como fontes para essas afirmações. Entretanto, existem possibilidades, como de que tenha se tratado de alguma informação obtida oralmente ou que eventuais documentos tenham sido perdidos ao longo dos anos.

troca de correspondências entre Carlos de Souza Moraes e alguns confrades torreanos podem clarear as nuances desta inquirição.

Dentre os colegas da SAAT, um dos que mais encaminhara telegramas para Moraes foi Aristides Cabanhas Machado. Em uma destas mensagens, Cabanhas Machado comenta de sua relação pessoal com Mário Fonseca, militar, filho do coronel Theodomiro Porto da Fonseca, prefeito de São Leopoldo. Além da amizade, pontua que é compadre de Mário e de sua esposa, Herma Hauschild Fonseca – filha de Germano Hauschild, colega do coronel Theodomiro da direção do PRL leopoldense e então presidente da Câmara de Vereadores local.³⁰⁴ Mas além desta ligação de Cabanhas Machado e Mário Fonseca, o texto demonstra, com clareza, que havia também uma proximidade deste último com Carlos de Souza Moraes. É plausível que esta ligação entre Mário Fonseca e Moraes tenha contribuído para, naquele mesmo ano de 1937, este ser convidado por Theodomiro Porto da Fonseca para assumir o cargo de secretário da Prefeitura Municipal de São Leopoldo, além da assessoria jurídica daquela municipalidade. Para a trajetória da SAAT, a mudança de Carlos de Souza Moraes de Porto Alegre para São Leopoldo representou um fator contribuinte para sua estagnação.

Em nova missiva, datada de 14 de março de 1938, Cabanhas Machado enfatiza que, de fato, o funcionamento do núcleo sul-rio-grandense da SAAT era centrado na articulação promovida por Carlos de Souza Moraes.³⁰⁵ Em certo momento declarou:

Ligeiramente, em Porto Alegre, falei com o dr. Ochoa. Vejo, com pesar por um lado e com prazer por outro, que o Núcleo da SAAT de Porto Alegre se consubstanciava em ti, no teu esforço, na tua inteligência e cultura, numa palavra – no teu indesmentido dinamismo. Aqui, tudo estagnou-se também. E minhas atuais ocupações, não me permitem que eu despenda tempo nessas, embora úteis, cogitações.

Muitos anos depois, em um depoimento prestado à professora Ieda Gutfreind, o próprio Carlos de Souza Moraes rememora que sua mudança pode ter acelerado o acabrunhamento do grupo: “[...] depois, com a vida profissional intensa que eu tinha, fui deixando aos poucos a Sociedade e os companheiros também foram se afastando (GUTFREIND, 2019, p. 290).

³⁰⁴ Museu Histórico Visconde de São Leopoldo (MHVSL) – Coleção Carlos de Souza Moraes – Pasta 30 – Telegrama de Cabanhas Machado para Carlos de Souza Moraes (14/06/1937).

³⁰⁵ Museu Histórico Visconde de São Leopoldo (MHVSL) – Coleção Carlos de Souza Moraes – Pasta 30 – Telegrama de Cabanhas Machado para Carlos de Souza Moraes (14/03/1938).

Mas além da transferência de Carlos de Souza Moraes para São Leopoldo, o texto de Cabanhas Machado transparece outro elemento contributivo para a cristalização torreana no estado: a cizânia em sua direção central. A principal crítica era direcionada ao confrade Deoclécio Paranhos Antunes: “o De Paranhos entregou o meu artigo no “Correio do Povo”, e depois desinteressou-se pela publicação. Em Porto Alegre, existe um bloquinho que sabota tudo o que não procede do seu clã... tu bem sabes!”³⁰⁶ O autor não menciona quem eram os demais membros do “bloquinho”, mas aponta quem seriam seus apoiadores (“do nosso bloco”, como descreveu): Nazário Leitão dos Santos, Carlos Maria Ruschel, Gaspar Ochoa, Camila Furtado Alves, Lola Daudt, além do próprio Carlos de Souza Moraes.

Em meio ao enredo de vaidades que aparentemente perpassava a SAAT sul-rio-grandense, Moraes demonstrava uma habilidade política, transitando entre as divisões que surgiam dentro do núcleo. Se o amigo Cabanhas Machado nutria certa mágoa para com De Paranhos Antunes, Moraes, por seu turno, se mostrava próximo do confrade torreano. E que, ainda em 1937, seria seu colega em outra entidade intelectual: a Academia Rio-grandense de Letras.

Naquele momento, além de artigos publicados em jornais do Rio Grande do Sul e centro do país, a única obra volumosa escrita por Moraes era *A Ofensiva Japonesa no Brasil*, publicada naquele ano. E foi essa obra que lhe garantiu ingresso naquele grêmio literário. O parecer do livro foi elaborado por Radagasio Taborda.³⁰⁷ Como protocolo de praxe, Carlos de Souza Moraes, em sua posse, deveria proferir um elogio patronímico à Félix da Cunha. Em nome da Academia Rio-grandense de Letras, foi destacado o tenente De Paranhos Antunes para proceder a resposta ao discurso de Moraes.

Natural do Rio Pardo, Deoclécio Paranhos Antunes nasceu aos 04 de julho de 1902 e faleceu no ano de 1962. No meio intelectual sul-rio-grandense, era conhecido como De Paranhos Antunes. Militar de carreira, ingressou no Exército em 1921, onde chegou à patente de general-de-divisão em 1956. Também se dedicou ao campo do jornalismo, literatura e pesquisa histórica. Dentre as obras que escreveu, destacam-se *Ideias Heterogêneas e Contraditórias* (1932), *Episódios e Perfis de 1835* (1935), *Antônio Vicente da Fontoura - Embaixador dos Farrapos* (1935), *Limites e Povoamento do Brasil*

³⁰⁶ Museu Histórico Visconde de São Leopoldo (MHVSL) – Coleção Carlos de Souza Moraes – Pasta 30 – Telegrama de Cabanhas Machado para Carlos de Souza Moraes (14/03/1938)

³⁰⁷ Museu Histórico Visconde de São Leopoldo (MHVSL) – Coleção Carlos de Souza Moraes – Pasta 33 – Parecer de Radagasio Taborda sobre o livro *A Ofensiva Japonesa no Brasil*.

Meridional (1937) e *Um Capitão do Exército na Guerra do Paraguai* (1944). Na Academia Rio-grandense de Letras, ocupou a cadeira de número 30, cujo patrono era Marcelo Gama.

Por essa mesma época, De Paranhos Antunes publicou, no *Correio do Povo*, um texto elogioso ao livro *A Ofensiva Japonesa no Brasil*,³⁰⁸ onde além de destacar características específicas da obra, acentuava o caráter “nefasto” da imigração protagonizada por este grupo étnico.

Nos primeiros parágrafos, retomava o episódio da concessão de terras aos japoneses no Amazonas. Segundo suas palavras

Entre os que formaram na vanguarda contra tal medida, desde a primeira hora, estava a “Sociedade dos Amigos de Alberto Torres”, cujo núcleo neste estado tinha então a sua frente a figura moça e dinâmica de Carlos de Souza Moraes, fazendo com que o Rio Grande do Sul também se erguesse, num brado de protesto, contra tamanha barbaridade, por meio de moções, abaixo-assinados e dezenas de telegramas daqui enviados ao ilustre presidente do Senado brasileiro.³⁰⁹

A resenha de De Paranhos Antunes, por seu turno, também executava uma função propagandística para a Sociedade dos Amigos de Alberto Torres, especialmente sua seção estadual. Sincronicamente, ao abordar o núcleo torreano local, o militar e intelectual fazia um elogio a si mesmo, sublinhando seu “espírito patriótico”, ao afirmar que “quando se cogitou da fundação do núcleo dos Amigos de Alberto Torres aqui, Dante de Laytano me preveniu que os patronos de magnífica ideia contavam comigo. Escusado é dizer, que me pus desde logo à disposição destes bons brasileiros”. Embora se trate apenas de um fragmento, este trecho pode indicar um caráter personalista por parte de De Paranhos Antunes. E isso pode, de algum modo, ter aguilhoado os ânimos dentro da SAAT – como manifestado na correspondência de Cabanhas Machado.

Nas frases seguintes, o discurso nacionalista ganhava impulso, utilizando um tom de insinuação:

Só os cegos, os surdos, os displicentes, os refratários, os covardes, os egoístas, os interesseiros, os degenerados, não querem ver nem ouvir o

³⁰⁸ Museu Histórico Visconde de São Leopoldo (MHVSL) – Coleção Carlos de Souza Moraes – Pasta 85 – Documentos referentes ao Núcleo da Sociedade dos Amigos de Alberto Torres no Rio Grande do Sul (Recorte do jornal *Correio do Povo* – artigo de De Paranhos Antunes sobre o livro *A Ofensiva Japonesa no Brasil*).

³⁰⁹ Entre 1935 e 1937, o Senado Federal foi presidido por Antônio Garcia de Medeiros Neto, senador eleito pelo estado da Bahia.

clamor nacional de homens bem intencionados contra os quistos raciais e, principalmente, contra a invasão amarela em nosso país. Só quem não sabe a luta surda entre a escola nacional e a escola nipônica em São Paulo e no Pará, poderá permanecer impassível ante tão grave perigo. O livro de Carlos de Souza Moraes é um grito de alerta, um brado de alarme a este respeito, e devia ser lido por todos quantos se interessam por tão altos e relevantes problemas. É a primeira obra que surge, neste sentido, no Brasil, e está fadada ao mais retumbante sucesso.

Advém recordar que, desde os tempos da Assembleia Nacional Constituinte, entre 1933 e 1934, a Sociedade dos Amigos de Alberto Torres e alguns de seus membros, como Rafael Xavier e Raul de Paula, recebiam pesadas críticas por seus discursos xenófobos, assim como pela violenta campanha antinipônica que ergueram através da imprensa e das rodas intelectuais. Repassemos, como exemplo disso, as diversas publicações no jornal *Gazeta de Notícias*, ao longo do ano de 1936, opondo-se com tenacidade contra diversas ações torreanas, assim como os textos de Alexandre Konder denunciando perseguições contra imigrantes japoneses. Tão avultosa quanto as críticas externas, dentro do próprio núcleo central da SAAT existiam celeumas decorrentes destas percepções exacerbadas. As circunstâncias que levaram Heloísa Alberto Torres – filha do patrono da entidade – a se afastar, por não concordar com os rumos “extremistas” que estavam sendo descortinados, assim como as refutações de Raul de Paula para com as críticas de Heloísa Torres, acentuavam a heterogeneidade de formulações teóricas e discursos empíricos sobre a questão racial e imigratória no Brasil. O texto de De Paranhos Antunes reforçava a concepção que se tornou majoritária dentro da SAAT: de que os japoneses, enquanto “exóticos e perniciosos”, representavam um “mal para o Brasil”, que necessitava ser “extirpado a qualquer custo”. E vociferava notadamente contra aqueles que apoiassem, de algum modo, qualquer iniciativa de defesa para com esse grupo étnico.

Em sua finalização, além de colocar-se como “um dos primeiros incentivadores” para que Moraes publicasse seu livro, a narrativa adotada por De Paranhos Antunes assumia contornos moralistas. Embora, na maior parte das publicações produzidas pela SAAT não se encontre, explicitamente, a abordagem sobre questões cotidianas, vistas como imorais ou degenerativas, havia a presença desta premissa de forma subjetiva. Basta lembrarmos a entrevista de Carlos de Souza Moraes ao *Diário de Notícias*, em março de 1936, onde comentou sobre a “promiscuidade” que reinava na região da Campanha sul-rio-grandense, ou a participação incisiva de Camila Furtado Alves na Liga Anti-Alcoólica. Os termos que encerravam a resenha eram estes:

Aconselhei-o a que procurasse, logo, logo um editor. Infelizmente, para obras como estas, ainda não temos editores no Brasil. É o interesse comercial imediato o que eles procuram. Ou literatura pornográfica, ou literatura desagregadora. E o autor teve de editar “A Ofensiva Japonesa no Brasil” por sua conta. Mais uma razão para que ela seja lida por todos, para estímulo do jovem brasileiro, que com tanto carinho, cuida dos nossos mais altos problemas quando, fosse ele outro, estaria aproveitando a sua mocidade em prazeres fáceis e gloriolas fúteis, “gozando” a vida, como fazem, infelizmente tantos moços, consumindo seus dias em bordeis imundos ou em coisas superficiais, sem se voltarem para o Brasil, para a construção da pátria de amanhã.

Imbricado ao elóquio moralista e patriótico, também ocorre uma reprimenda ao mercado editorial brasileiro daquele momento, acusando-o de pouco interesse pela causa nacionalista, que se encorpava. A primeira edição do livro de Carlos de Souza Moraes, financiada pelo próprio, foi lançada pela Livraria do Globo, sediada em Porto Alegre. Cinco anos depois, a mesma editora produziu a segunda edição, cuja editoração gráfica era de qualidade maior, assim como mais volumosa. Fato interessante é que, no mesmo ano de 1942, junto com a nova versão de *A Ofensiva Japonesa no Brasil*, a Livraria do Globo lançou a obra *A 5ª Coluna no Brasil*, do tenente-coronel Aurélio da Silva Py, o já mencionado chefe de Polícia do Rio Grande do Sul. Se, alguns anos antes, a falta de “compromisso patriótico” das editoras era alvo de crítica, nos primeiros anos da década de 1940 as obras de teor nacionalista tiveram destaque no cenário literário e intelectual vigente. No próximo capítulo, retomarei a análise da segunda edição do livro de Carlos de Souza Moraes de forma mais verticalizada.

Nos dois anos em que a Sociedade dos Amigos de Alberto Torres atuou com maior militância no Rio Grande do Sul, a entidade não passou incólume pelas tensões que a agremiação vivenciava em sua direção nacional. A substituição de Rafael Xavier na presidência da SAAT, com eleição de Juarez Távora, assim como o afastamento de Raul de Paula, determinaram uma possível assincronia entre as diretrizes nacionais adotadas a partir de então e a plataforma de ações do núcleo torreano sul-rio-grandense. Embora, nacionalmente, alguns membros da SAAT, como Xavier de Oliveira,³¹⁰ continuassem disseminando o discurso antinipônico, houve, de forma geral, um recrudescimento nesta abordagem por parte da direção nacional entre 1936 e 1937. Já no cenário do Rio Grande

³¹⁰ Remetemos ao embate ocorrido entre Xavier de Oliveira e Salgado Filho, na Câmara dos Deputados, acerca da imigração assíria e japonesa e das relações do Brasil com o Japão, ocorrido no ano de 1937, conforme publicado no *Jornal do Commercio*.

do Sul, a campanha contra a imigração japonesa continuava, tendo seu ápice com a publicação da obra de Carlos de Souza Moraes, em meados de 1937.

No depoimento concedido por Moraes à professora Ieda Gutfreind, ele comenta sobre sua relação de proximidade com Rafael Xavier e Raul de Paula – especialmente o segundo:

O meu contato com Sociedade dos Amigos de Alberto Torres, cuja sede era no Rio de Janeiro, foi se fazendo aos poucos, através do secretário geral, não sei se Carlos de Paula ou Raul de Paula, um grande intelectual e discípulo de Alberto Torres. Ele era empolgado pela obra de Torres e minha aproximação com ele fez com que me detivesse com mais cuidado ao problema imigratório japonês que vinha acontecendo desde 1908, quando chegaram os primeiros japoneses no Brasil. As concessões que o governo vinha fazendo aos japoneses, referentes às terras na Amazônia e em outros Estados, eram muito grandes, pois, chegavam a um milhão de quilômetros quadrados.

O contato com o secretário me levou ao Rio de Janeiro umas duas vezes, onde participei de algumas reuniões da Sociedade dos Amigos de Alberto Torres, que era dirigida na época por Rafael Xavier um elemento muito trabalhador, ativo e também encantado pela obra de Alberto Torres. Integrado à Sociedade e também empolgado pela obra, tratei de fundar no Rio Grande do Sul, um núcleo dessa Sociedade. Sua sede era no Palácio do Comércio de Porto Alegre... no Clube do Comércio (GUTFREIND, 2019, p. 290).

Carlos de Souza Moraes indica sua incursão ao cerne da SAAT através dos contatos com Raul de Paula. Mas essa referência não exclui o papel mediador que o desembargador Vieira Pires possa ter na introdução do “espírito torreano” no jovem acadêmico de Direito – assim como nos contatos iniciais entre Moraes e Raul de Paula. A querela envolvendo seus principais interlocutores junto à SAAT nacional aborrecera o líder torreano no Rio Grande do Sul, como demonstrado na correspondência que encaminhou à Juarez Távora, em outubro de 1936.

Outros documentos arquivados por Carlos de Souza Moraes remontam a essa passagem. Telegrama de Rafael Xavier endereçado ao confrade Moraes, datado de 21 de setembro de 1936, pedia ao presidente da SAAT sul-rio-grandense que não recuasse nos propósitos torreanos junto ao estado sulino:

Recebi vossa carta. Afastamento da presidência da SAAT não significa abandono de nossos trabalhos, aos quais continuarei dando maiores e dedicados esforços, através dos clubes, que continuam sob minha direção. Espero que o prezado amigo não esmoreça na patriótica campanha junto ao núcleo torreano, mantendo o mesmo entusiasmo demonstrado quando reorganizando os trabalhos. SAAT conta com seu

patriotismo. Cordiais abraços, Rafael Xavier – Diretor de Estatística do Ministério da Agricultura.³¹¹

A continuidade de Rafael Xavier na Sociedade dos Amigos de Alberto Torres, nomeado para nova função, motivou uma ruptura significativa na organicidade da agremiação. O pedido de desligamento de Raul de Paula, como demonstrado anteriormente, foi resultado de seu afastamento do posto de diretor da Federação dos Clubes Agrícolas Escolares, órgão de apoio instituído pela SAAT. O acúmulo desta função com a de secretário geral, mobilizava um poder expressivo nas mãos de Raul de Paula. Ser preterido em alguma destas pastas, além de representar um golpe em sua personalidade autoritária, assinalava para uma tentativa de diminuição de seu poder. Quanto ao relacionamento de amizade entre Carlos de Souza Moraes e Raul de Paula, as fontes arroladas indicam que era em um grau mais elevado do que com Rafael Xavier, por exemplo. Um dos indicativos estava na dedicatória da segunda edição de *A Ofensiva Japonesa no Brasil*, onde Raul de Paula era um dos considerados dignos deste reconhecimento. Mas outro elemento surge nas correspondências estabelecidas entre ambos. Neste caso, os documentos analisados datam de abril de 1937.

A primeira carta apreciada era uma resposta de Carlos de Souza Moraes a um telegrama encaminhado por Raul de Paula, comunicando-o sobre a fundação da Sociedade Brasileira de Educação Rural, também lhe enviando os estatutos da nova entidade. Adotando uma narrativa de cordialidade, Moraes informava que a correspondência recebida lhe

[...] trouxe a grata notícia da fundação da Sociedade Brasileira de Educação Rural, que, com a sua direção, haja vista o programa da mesma e capacidade de trabalho e entusiasmo, prestará, por certo, grande serviço ao país, num momento em que se tornam, cada vez mais, escassos os sentimentos de patriotismo. Eu, de minha parte, estarei, como sempre, pronto a enviar-lhe dados que necessitar do sul, pois que, ainda que fazendo parte da Federação Brasileira dos Clubes Agrícolas, da Sociedade Alberto Torres, procurarei prestar meu desvalioso concurso à sua iniciativa.³¹²

³¹¹ Museu Histórico Visconde de São Leopoldo (MHVSL) – Coleção Carlos de Souza Moraes – Pasta 85 – Documentos referentes ao Núcleo da Sociedade dos Amigos de Alberto Torres no Rio Grande do Sul (Telegrama de Rafael Xavier para Carlos de Souza Moraes, 21/09/1936).

³¹² Museu Histórico Visconde de São Leopoldo (MHVSL) – Coleção Carlos de Souza Moraes – Pasta 85 – Documentos referentes ao Núcleo da Sociedade dos Amigos de Alberto Torres no Rio Grande do Sul (Cópia de correspondência de Carlos de Souza Moraes endereçada ao Dr. Raul de Paula, 1º/04/1937).

Os laços de amizade ficavam externados no compromisso de Moraes em repassar dados sobre os clubes agrícolas escolares do Rio Grande do Sul, mesmo que isso representasse infringir as normativas de fidelidade para com a SAAT, tendo em vista que a entidade fundada por Raul de Paula almejava capitalizar para si os clubes existentes, assim como a ampliação deste tipo de atividade. Em contrapartida, Carlos de Souza Moraes solicitava que o amigo lhe enviasse mapas que possuía sobre imigração japonesa no Brasil, para que as cópias fossem anexados ao livro que estava organizando.

A resposta fornecida por Raul de Paula foi escrita em 13 de abril daquele ano. E se trata de um documento em que o ex-secretário geral da SAAT externava seu descontentamento e, até mesmo raiva, para com alguns integrantes da direção nacional, acusando-os de traição e atitudes que objetivavam desmoralizá-lo.³¹³

Raul de Paula assim escreveu ao amigo:

Desejo muitas prosperidades a Sociedade que o amigo fundou. Entretanto, com relação à Sociedade Central, só tenho a dizer ao amigo que não perdorei aos infames Rafael Xavier, Hélio Gomes e Juarez Távora, que me traíram e mataram a nossa Sociedade. Estou em uma luta de vida ou morte e hei de acabar com ela para dar aqueles patifes o castigo que merecem e mostrar à nação o que são eles. Eu não os perdorei. Por onde passo, em conferências, em artigos de jornal, eu crucifico aqueles cachorros.

O tom adotado por Raul de Paula preconizava um pensamento, no mínimo, vingativo, afirmando que tudo faria para desestabilizar aqueles que julgava o terem traído. Estas ameaças, além de direcionadas para Juarez Távora, Hélio Gomes e Rafael Xavier, sintetizam o objetivo de esfacelar a Sociedade dos Amigos de Alberto Torres por todos os meios possíveis. De fato, Raul de Paula, ao longo daquele período, como exposto no subcapítulo anterior, aproveitou algumas oportunidades, em atividades públicas, para atacar desafetos. Acontecimentos deste tipo foram, inclusive, noticiados pela imprensa, como a conferência realizada em Joinville, quando criticou abertamente membros do governo federal e o próprio presidente Getúlio Vargas – sendo ele, Raul de Paula, funcionário do Ministério da Educação.³¹⁴ Ao fundar a Sociedade Brasileira de Ensino Rural, instrumentalizou-a também como um canal anti-SAAT, acusando seus ex-

³¹³ Museu Histórico Visconde de São Leopoldo (MHVSL) – Coleção Carlos de Souza Moraes – Pasta 85 – Documentos referentes ao Núcleo da Sociedade dos Amigos de Alberto Torres no Rio Grande do Sul (Correspondência de Raul de Paula endereçada ao Dr. Carlos de Souza Moraes, 13/04/1937).

³¹⁴ *A Notícia*, 28/09/1937, Ano XVI, n. 2.695, p. 1. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/843709/14411>, acesso em: 14 ago. 2020.

confrades de “se unirem aos japoneses”, traíndo o Brasil e o ideal de Alberto Torres. Essa traição teria se materializado em sua “expulsão” da direção dos clubes agrícolas escolares e na amenização do discurso antinipônico.

Na segunda parte da correspondência, Raul de Paula abordou a questão dos mapas solicitados por Carlos de Souza Moraes.

Quanto ao material japonês, está a sua disposição. Não confio, todavia, no correio para remetê-lo. Assim como os japoneses compraram Rafael Xavier e outros patifes da SAAT, eles têm serviço de espionagem por toda a parte e eu corro o risco de perdê-lo. Assim, quando eu for aí, levarei tal material. Minha Sociedade está vitoriosa. Tenho apoio suficiente para levá-la avante. No Rio a SAAT apagou fogos. Nada faz, nem eu a deixarei trabalhar.

Um aspecto interessante deste trecho é que, além de abordar a suposta traição de alguns torreanos, Raul de Paula apresentava uma teoria conspiratória: a existência de uma bem articulada estrutura de espionagem japonesa no Brasil – a exemplo do que era atribuído ao Partido Nazista, no caso das áreas de imigração alemã. Como visto anteriormente, embora – sobretudo após a implantação do Estado Novo – as autoridades afirmassem a existência de uma rede de espionagem, não foram encontradas provas contundentes da presença de um aparato nipônico com esse objetivo. Por outro lado, a narrativa transparecia duas possíveis características da personalidade de Raul de Paula: egocentrismo e mania de perseguição. O primeiro aspecto – que se fazia presente tanto nesta carta quanto na interpretação de outras fontes analisadas – residia no poder que atribuía a si mesmo. No documento em questão, esse poder se solidificaria na capacidade de destruir seus oponentes e a própria Sociedade dos Amigos de Alberto Torres. Em outros momentos, exaltava seu papel como “principal arrimo” que sustentava o trabalho da SAAT em nível nacional. O segundo tópico era expresso ao declarar o medo que sentia de que seus materiais fossem surrupiados pela “espionagem japonesa”.

O grau de intimidade que se expressa através das palavras de Raul de Paula, ao confidenciar seus sentimentos de profunda mágoa e raiva para com antigos colegas, delineia uma amizade com Carlos de Souza Moraes iniciada, ao menos, cinco anos antes. O pensamento antinipônico adotado por Moraes, ao longo das décadas de 1930 e 1940, muito se devia ao intercâmbio intelectual que mantinha com Raul de Paula, de quem se tornara uma espécie de discípulo.

A aproximação entre os dois torreanos não se dera apenas no campo ideológico. Existem semelhanças na trajetória que ambos construíram dentro da Sociedade dos Amigos de Alberto Torres. É inegável que Raul de Paula e Carlos de Souza Moraes, em suas devidas proporções, tiveram papel preponderante na articulação político-intelectual da entidade. Na função de secretário geral desde sua fundação, Raul de Paula, em grande medida, centralizara em torno de si a direção ideológica e propagandista, além de cuidar das relações institucionais e de um dos projetos mais significativos executados nacionalmente pela SAAT, que foram os clubes agrícolas escolares. Nos dois anos em que o núcleo torreano do Rio Grande do Sul atuou mais vigorosamente, o direcionamento das principais ações convergia para a liderança de Carlos de Souza Moraes, independentemente do cargo que estivesse ocupando dentro da SAAT estadual.

Simultaneamente aos contatos que estabelecia para com Raul de Paula, Carlos de Souza Moraes articulava aspectos burocráticos e administrativos do núcleo sul-riograndense. O principal deles foi a eleição da nova direção estadual, que conduziria os rumos da agremiação naquele ano de 1937 e em parte do ano seguinte. O periódico fluminense *O Jornal*, em edição de 07 de abril daquele ano, registrou a eleição e posse do novo diretório do Rio Grande do Sul.³¹⁵ A composição ficou determinada da seguinte forma:

Presidente: Gaspar Dilermando Ochoa

1º Vice-presidente: coronel Anápio Gomes

2º Vice-presidente: tenente Deoclécio Paranhos Antunes

Secretário geral: Carlos de Souza Moraes

1º Secretário: José Cezar

2ª Secretária: Lola Margot Daudt

1º Tesoureiro: Nazário Leitão dos Santos

2º Tesoureiro: Carlos Maria Ruschel

Bibliotecário: Antonio Paz de Mello

Conselho Administrativo: desembargadores José Valentim do Monte e Antônio Vieira Pires; professoras Leopolda Barnewitz e Camila Furtado Alves; Luiz Gomes de Freitas, Labieno Jobim Filho, José Antunes de Mattos Vieira, Aristides Cabanhas

³¹⁵ *O Jornal*, 7/04/1937, Ano XIX, n. 5463, p. 16. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/110523_03/37059, acesso em: 7 ago. 2020.

Machado, José Moreira Alves, Alvaro de Lima Corrêa, Mário Bernd e Dário de Bittencourt.

Na reestruturação de cargos e nomes, vemos que a segunda vice-presidência foi ocupada por De Paranhos Antunes. Talvez, ao assumir esta função, tenha buscado impor mais sua vontade, o que gerou a antipatia de alguns colegas, conforme demonstrado por Cabanhas Antunes em sua carta direcionada ao amigo Carlos de Souza Moraes. A presidência coube ao professor Gaspar Ochoa, da Faculdade de Agronomia, em Porto Alegre, que também acumulava a função de diretor geral da Secretaria de Agricultura do estado. Existem poucos registros documentais de Ochoa para Moraes. Mas um deles, como será exposto adiante, é importante por trazer um terceiro ponto que pode explicar o esmaecimento da SAAT no Rio Grande do Sul.

Semelhante ao que ocorrera com Raul de Paula entre 1932 e 1936, onde atuou como secretário geral da SAAT, sediada no Rio de Janeiro, Carlos de Souza Moraes foi eleito secretário geral do núcleo sul-rio-grandense. E, embora do ponto de vista hierárquico estivesse ocupando um cargo mais abaixo na estrutura torreana estadual, a apreciação dos documentos disponíveis permite asseverar que Moraes continuou exercendo a efetiva liderança da entidade, tanto em sua dimensão intelectual e ideológica quanto política.

Além da eleição e posse da nova diretoria, o mês de abril em 1937 foi marcado por outra significativa atividade da SAAT: o “Mês do Ensino Rural”. Era o primeiro evento público que o núcleo realizava desde novembro de 1936. O cronograma das atividades previam quatro conferências, distribuídas ao longo das semanas daquele mês.³¹⁶ O cabeçalho da carta-convite encaminhada pela SAAT, enfatizava a seguinte argumentação:

A Sociedade dos Amigos de Alberto Torres, no desenvolvimento de seu patriótico programa de atividades, promoverá, pela primeira vez neste Estado, uma série de conferências sobre ensino rural, visando interessar os poderes públicos e os educacionistas em geral na instituição, nas escolas públicas e particulares, de uma cadeira sobre ruralismo, que atenderá as peculiaridades de cada região do Rio Grande do Sul, afim de que a criança receba uma instrução consentânea com suas futuras necessidades.

³¹⁶ Museu Histórico Visconde de São Leopoldo (MHVSL) – Coleção Carlos de Souza Moraes – Pasta 64 – Documentos referentes ao Núcleo da Sociedade dos Amigos de Alberto Torres no Rio Grande do Sul (Programa do “Mês do Ensino Rural” – Abril de 1937).

A criação de uma disciplina voltada ao “ruralismo”, desde o ensino primário até o superior, era uma das bandeiras defendidas pela SAAT nacionalmente, desde seus primeiros meses de existência. No Rio Grande do Sul, essa campanha ganhou mais fôlego a partir daquele momento, alinhada com a tentativa de expansão dos clubes agrícolas escolares na capital e interior do estado. Sobre as conferências, estas seriam proferidas por quatro professoras, sendo duas integrantes da SAAT.

A conferência inaugural ficou sob responsabilidade de Camila Furtado Alves, com o tema “O ambiente rural e a influência de pode exercer a escola na melhoria do mesmo”. Conforme noticiado na imprensa de Porto Alegre, a palestra ocorreu na noite de 08 de abril, conforme estava previsto no cronograma planejado pelo núcleo.³¹⁷ A segunda noite, na semana seguinte, abordava “Os fundamentos econômicos e sociológicos a serem levados em conta na educação rural brasileira”, com a professora Ruty Ivoty Torres da Silva, que ocupou a Superintendência de Ensino Rural da Secretaria de Educação e Saúde Pública do Rio Grande do Sul. Nas semanas seguintes, as conferências foram ministradas por Iris de Leão e Lola Daudt. Os temas foram, respectivamente, “O Clube Agrícola na Escola Normal Rural” e “Como poderá contribuir a escola rural para transformar a mentalidade do nosso povo”. Como pode ser observado, as temáticas almejavam incutir um pensamento ruralista, ao mesmo tempo em que buscava pressionar o governo estadual, através da Secretaria de Educação, que introduzisse o “ruralismo” como obrigatório nas grades curriculares vigentes no Rio Grande do Sul. Mesmo com um bom trânsito naquela pasta, como visto anteriormente, a SAAT não conseguiu êxito até aquele momento nessa proposição – assim como não obteve nos anos seguintes.

A bandeira do ensino rural encontrava um ponto positivo de implementação através dos clubes agrícolas escolares. No caso do Rio Grande do Sul, a criação destas instituições datava de 1934, organizadas por Octávio Gomes. Na missiva que remetera ao major Juarez Távora, Carlos de Souza Moraes afirmava que funcionavam mais de vinte clubes agrícolas escolares no estado naquele ano de 1936. Em duas anotações, Moraes faz uma listagem das instituições escolares que possuíam clubes agrícolas em atividade.³¹⁸ Esta relação está esquematizada na tabela que segue:

³¹⁷ Jornal *A Federação*, 9/04/1937, Ano LIV, número 82, página 3. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/388653/81668>, acesso em 15 mar. 2019.

³¹⁸ Museu Histórico Visconde de São Leopoldo (MHVSL) – Coleção Carlos de Souza Moraes – Pasta 64 – Documentos referentes ao Núcleo da Sociedade dos Amigos de Alberto Torres no Rio Grande do Sul (Anotações sobre os Clubes Agrícolas Escolares em atividade no Rio Grande do Sul).

Tabela 1: Clubes Agrícolas Escolares no Rio Grande do Sul (1937)

Clube Agrícola Escolar	Escola/Cidade	Responsável
Clube Agrícola Othelo Rosa	Grupo Escolar de Campo Bom/Campo Bom (2º Distrito de São Leopoldo)	Profa. Anfilóquia Magnus de Souza
Clube Agrícola Dom Antônio Alves	Ginásio Cristo Redentor/Cruz Alta	Não consta
Clube Agrícola da Picada Boa Vista	Grupo Escolar da Picada Boa Vista/Teutônia (Distrito de Estrela)	João Hugo Hoss
Clube Agrícola do Colégio Paula Soares	Colégio Paula Soares/Porto Alegre	Ruth Maria Barreto
Clube Agrícola Camila Furtado Alves	Colégio Elementar Voluntários da Pátria/Porto Alegre	Joaquim Luiz Moraes
Clube Agrícola do Grupo Escolar Flores da Cunha	Grupo Escolar Flores da Cunha/Belém Velho – Porto Alegre	Ilza Drug
Clube Agrícola Guerreiro Lima	Grupo Escolar Emilio Meyer/Canoas	Profa. Lola Margot Daudt
Clube Agrícola Escolas Reunidas	Escolas Reunidas do Cristal/Porto Alegre	Julieta C. Silva
Clube Agrícola do Grupo Escolar de Gravataí	Grupo Escolar de Gravataí/Gravataí	Não consta
Clube Agrícola do Passo da Capivara	Escolas Reunidas do Passo da Capivara/Porto Alegre	Profa. Vicentina Barcellos
Clube Agrícola Fernando Gomes	Grupo Escolar Fernando Gomes/Porto Alegre	Cândida Cezimbra
Clube Agrícola 13 de Maio	Grupo Escolar 13 de Maio/Porto Alegre	Iracema Pacheco
Clube Agrícola das Escolas Reunidas	Escolas Reunidas/Porto Alegre	Ilza Gonçalves
Clube Agrícola do Grupo Escolar Tristeza	Grupo Escolar da Tristeza/Porto Alegre	Malvina Ribas

Autor: Rodrigo Luis dos Santos

No inventário elaborado por Carlos de Souza Moraes, no início do ano de 1937, o número de clubes agrícolas escolares considerados ativos no Rio Grande do Sul soma um total de quatorze. Destes, nove estavam localizados no município de Porto Alegre. Em áreas de imigração, existiam dois clubes, em áreas distritais das cidades de Estrela e São Leopoldo. É possível ver que, dos dois clubes agrícolas instalados em Estrela, mencionados por Rodolfo Maria Rath e outros torreanos locais na carta endereçada a Moraes, um encerrou suas atividades neste intervalo de tempo. Lamentavelmente, não encontrei nenhuma informação mais detalhada sobre o clube agrícola que funcionou em Campo Bom, que explique a razão de sua escolha para receber o projeto torreano. Tenho

apenas a suspeita de que estivera vinculado ao Grupo Escolar Coronel Theodomiro Porto da Fonseca, instalado naquele distrito em 1933.

No contexto entre 1934 e 1937, funcionou em Campo Bom um destacado núcleo integralista, com adeptos entre famílias de origem alemã residentes na localidade. Embora integralistas, como Dário de Bittencourt e Arlido Amoretty Saraiva, tenham participado do núcleo estadual da SAAT, havia uma desconfiança sobre a inserção de imigrantes e descendentes na AIB. Segundo Magalhães (1998), isso ocorria pois, segundo alguns intelectuais e autoridades nacionalistas, alemães e italianos – e seus descendentes – poderiam utilizar o integralismo para transposição do pensamento nazista e fascista ao âmbito brasileiro. É possível que, em decorrência desta situação, a escolha de Campo Bom tenha sido estratégica, para difusão de um nacionalismo autenticamente brasileiro, contrapondo-se ao ideário estrangeiro que poderia arraigar-se pela região.

Na região de colonização italiana, a relação entre o integralismo e a Sociedade dos Amigos de Alberto Torres foi alvo de crítica. O jornal *Folha do Nordeste*, sediado em Caxias do Sul, publicou um editorial em agosto de 1937, onde defendia “a brasilidade da SAAT”, em oposição ao “oportunismo dos integralistas”.³¹⁹ Destacava que “a Sociedade dos Amigos de Alberto Torres, a Fundação Humberto de Campos, as Academias de Letras, de Ciências, de Artes, de iniciativa particular, exclusiva, surgem todos os dias e não são obra do integralismo”. A argumentação do periódico serrano adotou um discurso diferente do que, por exemplo, o *Gazeta de Notícias*, no Rio de Janeiro, pronunciava em suas páginas. Naquele jornal, como visto, a SAAT era o alvo das críticas e acusações, enquanto a narrativa sobre os integralistas era de cordialidade. De qualquer modo, existem indícios que, ao final de 1937, os vínculos entre torreanos e integralistas, tanto em nível nacional quanto no Rio Grande do Sul, estavam estremecidos.

Sobre razões que expliquem a diminuição no número de clubes agrícolas escolares, dos aludidos mais de vinte referenciados por Carlos de Souza Moraes, em outubro de 1936, para quatorze no princípio de 1937, não foram encontradas referências junto ao acervo pessoal deixado por Moraes. Mas outras situações que ocorreram, simultaneamente, podem indicar possibilidades. A primeira reside nas disputas entre Raul de Paula e a SAAT, em torno do comando dos clubes agrícolas em nível nacional. Com a fundação da Sociedade Brasileira de Educação Rural, Raul de Paula iniciou uma política

³¹⁹ *Folha do Nordeste*, 1º/08/1937, Ano 1, n. 14, p. 1. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/882372/11>, acesso em: 17 ago. 2020.

de aliciamento dos clubes existentes, e que até pouco tempo antes estavam sob sua direção. É admissível que estes embates tenham, especialmente nas cidades interioranas, fragilizado os clubes existentes, ocasionando o fechamento destes, influenciados diretamente por Raul de Paula – e o que explica também a concentração de clubes na capital do estado, mais alinhados com a direção do núcleo sul-rio-grandense.

A segunda situação envolve questões de ordem financeira. Não apenas referentes aos clubes agrícolas, mas ao próprio espectro de atuação da SAAT no Rio Grande do Sul. E para compreender melhor essa situação, retomo a supramencionada correspondência de Gaspar Ochoa remetida ao secretário geral Carlos de Souza Moraes.

Em abril de 1937, quatro conferências públicas foram realizadas, perfazendo a programação do “Mês do Ensino Rural” promovido, de forma inédita, pelo núcleo da SAAT sul-rio-grandense – adotando uma atividade já realizada por outros núcleos torreanos estaduais. Contudo, a partir de maio daquele ano, nenhum outro evento público organizado pela SAAT é mencionado pela imprensa – e nem menções encontradas entre os documentos acumulados por Moraes. Esta ausência de atividades públicas era vista com preocupação por Carlos de Souza Moraes, que explanou sua inquietação para o presidente torreano Gaspar Ochoa. Em 13 de outubro, Ochoa enviou-lhe a seguinte resposta:

Concordo plenamente com a necessidade da SAAT de reiniciar suas atividades públicas numa série de conferências, pois isso mais reforçaria o efeito que nosso memorial teria no espírito de S. Excia. Não há dúvida que precisamos do auxílio do Governo para levar para frente o vasto programa da SAAT. Não tenho dúvida que S. Excia. dará sua aprovação ao nosso pedido de auxílio. Mas, como a autorização vai depender da Assembleia, é muito vantajoso que os senhores deputados apreciem nas próximas conferências as atividades de nosso núcleo. Julgo que é mais do que tempo de dirigir o memorial ao Sr. Governador. Sempre as suas ordens, espero ter diligenciado a contento dos nossos companheiros de diretoria.³²⁰

O conteúdo do documento acentua a necessidade financeira enfrentada pelo núcleo torreano do Rio Grande do Sul para continuar suas atividades. A falta de recursos inviabilizara, naquele ano de 1937 a realização de um número mais expressivo de conferências, assim como resultou em um esmorecimento nas atividades desenvolvidas

³²⁰ Museu Histórico Visconde de São Leopoldo (MHVSL) – Coleção Carlos de Souza Moraes – Pasta 85 – Documentos referentes ao Núcleo da Sociedade dos Amigos de Alberto Torres no Rio Grande do Sul (Correspondência de Gaspar Dilermando Ochoa para Carlos de Souza Moraes, 13/10/1937).

nos e pelos clubes agrícolas escolares. Como solução encontrada, houve a proposta de solicitar uma concessão semelhante àquela que o Ministério da Agricultura repassava, anualmente, para a SAAT do Rio de Janeiro. Para isso, Ochoa e Moraes planejavam enviar um relatório ao governador Flores da Cunha, almejando conseguir sua adesão para a causa, disponibilizando verbas do estado para amparar os projetos nacionalistas torreanos. Entretanto, aparentemente não esperavam que, alguns dias depois, o Rio Grande do Sul vivenciaria a renúncia do governador e a decretação de intervenção federal.

Com uma situação política insustentável, diante de seu embate com as intenções ditatoriais de Getúlio Vargas, Flores da Cunha, acuado após perder o comando sobre a Brigada Militar, federalizada por ordens do general Manoel de Cerqueira Daltro Filho – comandante da 3ª Região Militar –, capitulou de seu cargo em 17 de outubro de 1937. Com a vacância no governo estadual, Getúlio Vargas designa Daltro Filho para assumir o comando do Executivo, como interventor federal. Era um ensaio para o golpe de Estado que Vargas daria pouco tempo depois, em 10 de novembro daquele ano.

Ao assumir o governo, Daltro Filho forma um novo secretariado. Para a pasta da Educação e Saúde Pública, Othelo Rosa foi substituído por José Pereira Coelho de Souza, deputado da Dissidência Liberal, bloco dentro do PRL que se alinhou com o presidente da República e rompeu com Flores da Cunha, se unindo aos partidos de oposição – PRR e PL. Diante do novo cenário, a direção da SAAT estadual tentou uma aproximação com o novo governo. Já em 05 de novembro, um ofício assinado por Gaspar Ochoa e Carlos de Souza Moraes é encaminhado ao interventor Daltro Filho. Na sequência reproduzo alguns trechos deste documento.³²¹

De caráter formal, o memorial inicia com uma breve contextualização sobre o núcleo estadual da SAAT, apresentando seus objetivos e elencando algumas atividades realizadas, além de ressaltar a vinculação que possuía com os antigos secretários de Agricultura e Educação do estado:

Sociedade eminentemente patriótica, o núcleo torreano rio-grandense tem procurado equiparar seus trabalhos aos realizados pela matriz no Rio de Janeiro, cujas atividades no âmbito nacional podem ser por V. Excia. apreciadas na leitura do relatório que acompanha este. Nestes dois anos de atividade deste núcleo, tem ele contado com o apoio moral

³²¹ Museu Histórico Visconde de São Leopoldo (MHVSL) – Coleção Carlos de Souza Moraes – Pasta 64 – Documentos referentes ao Núcleo da Sociedade dos Amigos de Alberto Torres no Rio Grande do Sul (Cópia de Ofício encaminhado ao General Manoel de Cerqueira Daltro Filho, Interventor Federal do Estado Rio Grande do Sul, 5/11/1937).

do Governo do Estado, por intermédio de suas Secretarias de Estado da Educação e Agricultura.

Para demonstrar sua idoneidade e ação construtiva, juntamos várias notícias de jornais, pelos quais se poderá ver que os ex-Secretários da Educação e Agricultura, bem compreendendo sua importância, ampararam decididamente nossos trabalhos. Anexamos outros documentos que comprovam o valor do que temos realizado.

No parágrafo subsequente, o presidente e o secretário geral da SAAT subscrevem o pedido de subvenção, pois, até aquele momento, todas as despesas que o núcleo tivera foram, segundo os signatários, custeadas com as contribuições dos associados. Mas, pela “vastidão” de seus projetos, esse valor não seria mais suficiente, necessitando de um aporte mais substancial.

O plano torreano de trabalho é enorme, e de benéficos resultados para o Estado, uma vez desenvolvido. Mas, para tanto, é mister que o Núcleo conte com um auxílio de quinze contos de réis (Rs. 15:000\$000) anuais, para fazer frente às suas necessidades. Esta quantia serviria, entre outras aplicações, para instalação duma sede e manutenção de funcionários remunerados para atender à correspondência, remessa de material para os seus subnúcleos no interior do Estado, organização de biblioteca e arquivo, num sentido preferencialmente rio-grandense, afim de facilitar o estudo de qualquer assunto de interesse do Rio Grande. Além desses propósitos, muitos outros serão, e estão sendo, objeto de maior atenção por parte do Núcleo, que está elaborando um vasto programa de atividades para o próximo ano.

Como conclusão, Moraes e Ochoa exaltam o caráter patriótico da agremiação, também evocando o “espírito ordeiro e de brasilidade” do recém nomeado interventor federal. E admoesta que, “é mais que justo” algum tipo de auxílio mais concreto por parte do governo do Rio Grande do Sul para com a causa torreana.

Nosso objetivo é exclusivamente trabalhar em prol do Rio Grande, do Brasil, como é de conhecimento em todo o país. Todo que temos realizado aqui, através de dificuldades inúmeras, tem obedecido esse patriótico critério, e com o apoio material exclusivo de todos quantos se têm filiado à falange torreana. É justo, é patriótico, portanto, que o Governo do Estado, que não tem negado apoio às grandes realizações e nobres propósitos, auxilie nossa organização.

Cabe lembrar que naquela conjuntura, Daltro Filho, há pouco mais de três semanas à frente do governo estadual, vinha enfrentando, segundo Gertz (2005), tribulações na tentativa de aparar algumas arestas políticas ainda reinantes no ambiente sul-rio-grandense. Além da fragilidade em comandar a máquina político-administrativa, onde seu

próprio secretário do Interior, Maurício Cardoso, “viveria conspirando contra o interventor, aproveitando-se de seu desconhecimento sobre assuntos da administração estadual (GERTZ, 2005, p. 20), Daltro Filho precisava equacionar as peças políticas nos municípios, levando em conta o partidarismo estadual (dividido entre PRR, PL e dissidentes do PRL), na remoção, nomeação ou manutenção de delegados de Polícia e prefeitos em seus cargos. Somado a esse desarranjo, a SAAT recebeu um novo golpe de azar – ou melhor, do jogo político nacional: a decretação do Estado Novo. Embora, ideologicamente, o novo regime representasse uma guinada significativa no nacionalismo tão alardeado pela Sociedade dos Amigos de Alberto Torres, em nível estadual, de forma prática, estabeleceu um desconcerto na aproximação entre o núcleo e as autoridades constituídas. Diante daquele cenário, o núcleo sul-rio-grandense da SAAT não encontrou eco em suas aspirações junto ao governo estadual, não recebendo a subvenção ambicionada.

Mas as tentativas de aproximação com as autoridades do novo cenário político estadual e nacional prosseguiram. No início de dezembro de 1937, a direção da SAAT encaminhou telegrama ao secretário Coelho de Souza, desejando votos de um feliz ano de 1938 e afamando os predicados do destinatário. Na correspondência, escrita por Carlos de Souza Moraes, encontramos termos elogiosos, como:

[...] extraordinária obra de cunho nacionalista que vem realizando à testa desta importante Secretaria de Estado, onde se tem revelado um espírito brilhante e de larga visão, qualidades estas que, aliadas às realizações marcantes já empreendidas, conferiram ao ilustre patricio lugar destacado na alta administração pública e título de justo orgulho pelo bem prestado à Pátria.³²²

A elaboração de mensagens e editoriais com discursos elogiosos – e até com certo grau de pedantismo – fez parte das estratégias de cooptação da SAAT, tanto em nível nacional quanto estadual. Exaltar as qualidades dos receptores, quando era conveniente e necessário para a obtenção de algum favor ou apoio, era importante no mecanismo de inserção torreana, assim como inflamados discursos de desqualificação para com opositores e críticos. No caso envolvendo Coelho de Souza, o caráter laudatório da narrativa se encaixa em um contexto de grandes necessidades por parte do núcleo sul-rio-

³²² Museu Histórico Visconde de São Leopoldo (MHVSL) – Coleção Carlos de Souza Moraes – Pasta 85 – Documentos referentes ao Núcleo da Sociedade dos Amigos de Alberto Torres no Rio Grande do Sul (Cópia de correspondência encaminhado ao Sr. José Pereira Coelho de Souza, secretário de Estado da Educação e Saúde Pública do Rio Grande do Sul).

grandense da SAAT. O secretário de Educação havia assumido sua função há pouco mais de um mês. Com isso, e em meio ao conturbado momento político estadual, pouco pudera realizar, efetivamente, dentro da plataforma nacionalista que se delineava. Especialmente a partir de 10 de novembro de 1937, com o Estado Novo instaurado.

A resposta do secretário Coelho de Souza foi enviada em 9 de janeiro de 1938, agradecendo os votos lhe endereçados por Carlos de Souza Moraes e demais integrantes do núcleo estadual da SAAT.³²³ Neste intervalo entre as duas correspondências, a direção da SAAT planejou o envio de outro documento ao interventor Daltro Filho, desta vez, pautando como objetos a criação da disciplina de “ruralismo” nas escolas do Rio Grande do Sul e a fundação da Escola Normal Rural.³²⁴ Aqui reproduzirei alguns excertos, com os pontos centrais deste documento.

Inicialmente, faz-se referência ao abnegado trabalho da Sociedade dos Amigos de Alberto Torres de implantar, nacionalmente, “os princípios erigidos por seu patriótico patrono”, o grande sociólogo brasileiro Alberto Torres. Ademais, justificava que, “por ser a terra o maior patrimônio do Brasil ou que dela tudo provém”, a SAAT se interessava pela instrução rural nas escolas públicas de ensino primário e elementar. Essa modalidade educacional seria importante para “que a terra brasileira fosse usada de forma mais racional”, além de fomentar “o amor verdadeiro pela Pátria e suas riquezas”. Mais adiante, o espectro de nacionalização das áreas de imigração estrangeira, política coadunada com as diretrizes do Estado Novo, é mencionada.

[...] o magistério público ainda não está habilitado para ensinar agricultura elementar, apesar de sua boa vontade; que nas áreas coloniais a tarefa ainda torna-se mais difícil, porque a própria língua nacional é, às vezes, desconhecida.

Por fim, salienta que, como forma mais “efetiva de contribuição”, o ideal seria a criação da Escola Normal Rural. Com isso, além de preparar melhor o magistério para o ensino da agricultura, também colaboraria, notadamente, para a inserção das áreas de imigração no escopo sociocultural brasileiro de forma definitiva.

³²³ Museu Histórico Visconde de São Leopoldo (MHVSL) – Coleção Carlos de Souza Moraes – Pasta 85 – Documentos referentes ao Núcleo da Sociedade dos Amigos de Alberto Torres no Rio Grande do Sul (Telegrama de José Pereira Coelho de Souza, secretário de Educação e Saúde Pública do Rio Grande do Sul, para Carlos de Souza Moraes, 9/01/1938).

³²⁴ Museu Histórico Visconde de São Leopoldo (MHVSL) – Coleção Carlos de Souza Moraes – Pasta 64 – Documentos referentes ao Núcleo da Sociedade dos Amigos de Alberto Torres no Rio Grande do Sul (Rascunho de correspondência que seria encaminhada ao General Manoel de Cerqueira Daltro Filho, Interventor Federal do Estado Rio Grande do Sul – dezembro de 1937).

Aproveitamos a oportunidade para dizer a V. Excia. que melhor seria ainda a criação da Escola Normal Rural, para alcançar completamente esse fim, tendo um curso de especialização para o ensino nas colônias, com o nobre objetivo de intensificar nessa laboriosa e boa população alienígena o conhecimento da língua nacional e das nossa mais gratas tradições, para que melhor saibam amar esta grande Pátria.

Importante ressaltar que, naquele momento, a presidência do núcleo torreano do Rio Grande do Sul era exercida por Gaspar Dilermando Ochoa, professor da Faculdade de Agronomia. Em decorrência disso, o documento também permeia uma conotação corporativista, visando abrir espaço para a atuação de acadêmicos vinculados com áreas daquela escola: “[...] lembraria, ainda, a possibilidade de aproveitamento dos técnicos rurais do curso do Instituto de Zootecnia, de Viamão, neste Estado, para o exercício do magistério em zonas rurais, depois de completarem o exercício do magistério na atual Escola Normal”.

Contudo, uma pequena anotação naquele rascunho, com a palavra “cancelar”, indica que a versão final da solicitação não foi encaminhada ao general Daltro Filho. Não são mensuradas razões por parte de Carlos de Souza Moraes ou Gaspar Ochoa, mas, o não retorno das correspondências enviadas, anteriormente, ao próprio interventor e ao secretário Coelho de Souza – que só responderia em janeiro seguinte -, podem ter fragilizado a iniciativa. Imbricada a essa possibilidade, ainda havia o panorama político do Rio Grande do Sul, que continuava instável em decorrência de conflitos internos, somado com problemas graves de saúde enfrentados por Daltro Filho.

Mas a resposta dada por Coelho de Souza, no mês de janeiro, parece ter motivado novamente a direção torreana na busca de seus objetivos, especialmente a subvenção estadual. Tanto que, posteriormente, o secretário de Educação enviou telegrama para Carlos de Souza Moraes, já residindo em São Leopoldo, informando que uma audiência com a direção da SAAT estadual havia “sido marcada para o dia 10 do corrente mês”. Porém, o documento não informa de qual mês se tratava. Mas o recorte deveria estar situado entre janeiro e junho de 1938. Naquele interim, Daltro Filho havia deixado a interventoria, por agravamento de seu estado de saúde – falecendo em 19 de janeiro de 1938 –, sendo o governo assumido, interinamente, por Maurício Cardoso, secretário do Interior. Em março, Getúlio Vargas nomeou o coronel Oswaldo Cordeiro de Farias, então comandante substituto da 3ª Região Militar, para assumir como interventor federal, o que ocorreu no dia 4 daquele mês.

Sobre a audiência na Secretaria de Educação, não há registros se de fato ela ocorreu. De concreto, o que se tem certeza é de que, desde abril de 1937, a SAAT não realizava mais atividades públicas de grande repercussão. E de que os problemas financeiros continuavam dificultando a retomada das ações. Em junho de 1938, um novo requerimento de subvenção é encaminhado ao governo do estado, desta vez ao interventor Cordeiro de Farias.

De forma geral, seu conteúdo é uma reprodução daquele que havia sido enviado ao general Daltro Filho, sete meses antes. Um dos aspectos diferenciais, e que chama atenção, é a alteração no valor solicitado: de quinze contos de réis (Rs. 15:000\$000), a quantia foi reduzida para um total de oito contos de réis (Rs. 8:000\$000).³²⁵ De forma pragmática, a redução do valor da subvenção em quase metade, talvez visasse facilitar seu aceite por parte das autoridades. Mesmo assim, sobre o acolhimento desta solicitação por parte do governo do Rio Grande do Sul, não foi encontrado nenhum apontamento ou documento que comprove isso junto ao acervo deixado por Carlos de Souza Moraes. Na imprensa estadual ou nacional, também não há qualquer menção da disponibilização deste valor. Em decorrência, o mais provável é que o requerimento não logrou êxito em seu intento, não recebendo a Sociedade dos Amigos de Alberto Torres estadual o auxílio financeiro pleiteado.

Sobre os fatores que levaram ao declínio da Sociedade dos Amigos de Alberto Torres no Rio Grande do Sul, é inegável o peso dos aspectos financeiros, que assumiram um lugar de destaque nas preocupações de suas principais lideranças entre 1937 e 1938. Sem a almejada subvenção, a continuidade das atividades, como aquelas realizadas em 1936 e 1937, se tornou inviável. Importante destacar que, em abril de 1938, o governo estadual publicou o decreto que efetivava a campanha de nacionalização do ensino no Rio Grande do Sul. O controle educacional foi assumido de forma centralizada pela Secretaria de Educação, assim como os mecanismos de fiscalização e, quando necessário, até mesmo de repressão. Com esse panorama, é viável pensar que as autoridades, embora simpáticas com o ideário torreano, julgassem dispensável o auxílio da SAAT na área do ensino, especialmente.

³²⁵ Museu Histórico Visconde de São Leopoldo (MHVSL) – Coleção Carlos de Souza Moraes – Pasta 64 – Documentos referentes ao Núcleo da Sociedade dos Amigos de Alberto Torres no Rio Grande do Sul (Cópia de Ofício encaminhado ao Coronel Oswaldo Cordeiro de Farias, Interventor Federal do Estado Rio Grande do Sul, 20/06/1938).

Não obstante, os atritos internos que surgiram entre os associados, embora impliquem um aumento de tensões em um momento já de crise, aparentam ter contribuído de forma menos decisiva. Talvez, se houvesse um escopo documental mais ampliado sobre este tocante, as análises sobre o fator dos atritos interpessoais encaminhassem para uma conclusão diferente.

Por fim, a mudança de Carlos de Souza Moraes para São Leopoldo, assumindo a função de secretário da Prefeitura Municipal, também representou um golpe junto ao núcleo torreano. Apesar de, geograficamente, São Leopoldo estar próxima de Porto Alegre, as demandas acumuladas, inerentes ao cargo que ocupava, parecem ter acarretado em um distanciamento de Moraes para com as necessidades do núcleo estadual. E também, embora se mostrasse um seguidor bastante afinado com os ideais torreanos, não podemos deixar de levar em consideração os acontecimentos em nível nacional que envolveram a entidade, sobretudo o afastamento de Raul de Paula, por quem Moraes demonstrava admiração e apreço. Essa ruptura, de algum modo, parece ter influenciado uma mudança, gradativa, em sua postura. Carlos de Souza Moraes não abandonou o pensamento nacionalista e, nos anos seguintes, também antinipônico. Mas ia afastando-se, aos poucos, da burocracia da SAAT. Sem embargo, Moraes, dentro do núcleo do Rio Grande do Sul, exercia um importante papel catalizador. E sua transferência alquebrou a capacidade de inserção político-ideológica que a agremiação vinha construído no ambiente sul-rio-grandense.

Mas uma consideração precisa ser feita: o fim de uma entidade não significa, efetivamente, que o pensamento que norteava a mesma também desapareça. Ele pode ser perpetuado através de seus ex-integrantes, a partir da atuação que empreendem em diferentes espaços onde estão inseridos. E mesmo com o desenlace da Sociedade dos Amigos de Alberto Torres no Rio Grande do Sul, em meados de 1938, o bojo nacionalista que perpassava seu ideário continuou presente, materializando-se nas ações de seus antigos torreanos.

4. IDEIAS SOB A DIREÇÃO DOS VENTOS: SÃO LEOPOLDO NO CONTEXTO DA POLÍTICA ESTADUAL E NACIONAL E A ATUAÇÃO POLÍTICO-INTELLECTUAL DE CARLOS DE SOUZA MORAES

Ao assumir função junto à Prefeitura Municipal de São Leopoldo, naqueles meses finais de 1937, Carlos de Souza Moraes, como visto no capítulo anterior, acabou se afastando gradativamente da posição que ocupava dentro do núcleo da Sociedade dos Amigos de Alberto Torres no Rio Grande do Sul. Com isso, invariavelmente, a obra torreana sul-rio-grandense entrou em compasso de perecimento. Contudo, o pensamento incutido e a agenda defendida pela SAAT não se ausentou de Carlos de Souza Moraes nos anos seguintes.

Quando chegou ao município de São Leopoldo, o ambiente político local era marcado pela tensão, decorrente de rupturas e realinhamentos, transcorridos ao longo daquele ano de 1937. O coronel Theodomiro Porto da Fonseca, prefeito municipal que havia deixado o Partido Republicano Rio-grandense em 1932 para ingressar no partido fundado por Flores da Cunha, rompeu com o governador estadual e declarou apoio incontestado ao presidente Getúlio Vargas. Quando da decretação do Estado Novo, em 10 de novembro de 1937, Theodomiro Porto da Fonseca foi mantido à frente do governo leopoldense.

Além de secretário da Prefeitura Municipal de São Leopoldo, Moraes acumulou a função de diretor do jornal *Correio de São Leopoldo*, entre 1937 e 1944 – deixando a direção quando assumiu o governo local – e diretor de Instrução Pública, durante o mesmo período. Detentor de instrumentos eficientes – ensino e imprensa –, é importante analisar como estes foram utilizados no projeto nacionalista vigente, não apenas no tocante das diretrizes estadonovistas, mas na possível presença de um ideário torreano. A São Leopoldo estadonovista, aparentemente, era um cenário profícuo para a implementação de alguns projetos defendidos pela SAAT, como a adaptação do imigrante ao contexto brasileiro e a educação rural.

Foi no período mais agudo do Estado Novo, entre 1941 e 1943, com a implicação da Segunda Guerra Mundial na relação do Brasil com países como Alemanha, Itália e Japão, que Carlos de Souza Moraes, concomitante com as funções na administração pública de São Leopoldo, retomou sua campanha contra a presença japonesa no Brasil. Entre 1941 e 1942, se dedicou ao trabalho de reorganização e ampliação do livro *A ofensiva japonesa no Brasil*, aproveitando o momento favorável para a difusão das ideias

nele contidas. Cabe ressaltar que, nesta nova versão da obra, Moraes incluiu aspectos sobre a imigração alemã em São Leopoldo e seus desdobramentos socioculturais e políticos – atentando para a presença, também, de um suposto “perigo alemão”.

Neste último capítulo, o objetivo é trazer elementos e analisar criticamente aquela que é a primeira fase da trajetória de Carlos de Souza Moraes, vinculada, diretamente, com a São Leopoldo na qual viveu por quase sessenta e seis anos. A atuação político-intelectual de Moraes – especialmente esta última – perdurou para além desse período, se estendendo até poucos antes de seu falecimento, em 2003. Mas essa abordagem ficará para trabalhos vindouros.

4.1 SOB O SIGNO DO ESTADO NOVO: ASPECTOS DO PROJETO NACIONALISTA EM NÍVEL LOCAL

Dirijo-me, sim, ao eleitorado e povo de São Leopoldo tão somente por um imperativo de represália ao mal e à mentira entronizadas, e mesmo para que se dilatem cada vez mais os horizontes da afetuosa espiritualidade e íntima comunhão de vistas e sentimentos em que sempre tenho vivido com o povo de meu município.³²⁶

31 de maio de 1937.

Naquele dia, a população de São Leopoldo teve, abertamente, a certeza de que certos ruídos que emergiam dos bastidores políticos eram fatos concretos. O prefeito Theodomiro Porto da Fonseca havia, irrevogavelmente, rompido com o governador Flores da Cunha. Mais que isso, havia manifestado seu total alinhamento com Getúlio Vargas, presidente da República.

A manifestação pública de Theodomiro Porto da Fonseca se deu através de uma extensa publicação, equivalente a uma página inteira de jornal. Nela, além de justificar as razões que o fizeram adotar tal postura, também equipara os préstimos que teriam sido dados por Vargas e Flores da Cunha ao município de São Leopoldo e sua população. O fiel da balança, conforme a argumentação do prefeito leopoldense, penderia mais para o lado do presidente da República. A linguagem adota era carregada de sentimentalismos, com uso de palavras que admoestavam a comunidade leopoldense a unir-se com seu governante local e com o chefe da Nação – como pode ser visto na epígrafe que abre este subcapítulo.

Intitulado “Ao Povo Leopoldense”, o manifesto deixava evidente uma divisão política do PRL em São Leopoldo. De um lado, o grupo dissidente, liderado por Theodomiro Porto da Fonseca. De outro, o bloco florista. E, conforme asseverou em seu texto, um dos principais líderes pró-Flores da Cunha era o médico e deputado federal Frederico Wolffenbüttel, figura proeminente no cenário sociopolítico leopoldense há mais de duas décadas. Theodomiro queixa-se que, durante um comício realizado, em cuja organização “estavam elementos na maior parte recrutados em meios estranhos ao município”, o orador principal insinuou que a postura do prefeito era fruto de questões

³²⁶ Museu Histórico Visconde de São Leopoldo (MHVSL) – Acervo Theodomiro Porto da Fonseca – Pasta 1 – Declaração ao Povo de São Leopoldo (31/05/1937).

afetivas e personalistas, que poderiam prejudicar a comunidade leopoldense. E, mesmo sem citar nomes, Fonseca indica que este orador se tratava de Wolffenbüttel, ao transcrever a seguinte sentença:

E se uma razão exista para explicar as suspeitas levantadas contra minha atuação pelo orador, somente a devo encontrar na sua ausência ocasional do teatro dos acontecimentos e em seu afastamento há quatro anos de São Leopoldo, entregue como se acha ao exclusivo cuidado dos altos interesses nacionais e em constantes debates na Câmara Federal, a que vem empregando o fulgor de sua inteligência e o mérito de sua atividade infatigável.

Buscando angariar simpatias ao seu discurso, Theodomiro Porto da Fonseca não partiu para o ataque direto aos seus desafetos locais, mas adotou um tom mais ameno, inclusive, atribuindo predicados aos mesmos, como se pode ver no caso de Frederico Wolffenbüttel, elogiando sua inteligência e disposição política. De fato, desde que foi eleito deputado constituinte pelo PRL, em 1937, Wolffenbüttel demonstrou pouco entusiasmo pelas questões partidárias em São Leopoldo. Na década de 1920, havia assumido interinamente o governo municipal em duas oportunidades: a primeira, em 1923, quando da renúncia do então intendente Mansueto Bernardi, ficando à frente da intendência até 1924; e a segunda, em 1928, assumiu por ocasião do falecimento de João Corrêa, em março daquele ano. Governou a cidade até a posse de Theodomiro Porto da Fonseca, em 12 de outubro de 1928.

Mas, por alguma razão, a qual não foi possível até o momento verificar com maior exatidão, Frederico Wolffenbüttel, ao ingressar no PRL leopoldense, manteve um distanciamento do bloco liderado por Theodomiro Porto da Fonseca. Tanto que, em correspondência encaminhada à comissão executiva local e ao ministro Oswaldo Aranha, solicitou que seu nome fosse retirado da presidência de honra do diretório em São Leopoldo.³²⁷ Doravante, naquele contexto de ânimos políticos exaltados, em maio de 1937, Wolffenbüttel dirigiu suas atenções para o microcosmo leopoldense, colocando-se em oposição ao grupo dissidente do prefeito Theodomiro, defendendo com veemência o governador Flores da Cunha.

Como forma de afastar suspeitas sobre “eventuais motivos pessoais” que tenham motivado seu rompimento com o governante estadual, Theodomiro Porto da Fonseca

³²⁷ Museu Histórico Visconde de São Leopoldo (MHVSL) – Acervo Theodomiro Porto da Fonseca – Pasta 1 – Correspondência de Frederico Wolffenbüttel à Comissão Executiva leopoldense do PRL.

elaborou uma listagem comparativa, elencando e contrapondo a relação de Getúlio Vargas e de Flores da Cunha para com São Leopoldo, assim como a colaboração destes, enquanto governantes, para o avanço daquela municipalidade.

Primeiramente, enfatizou que durante o mandato de Getúlio Vargas como presidente do Rio Grande do Sul, entre outubro de 1928 e outubro de 1930, diversos auxílios financeiros foram dados ao município de São Leopoldo para a realização de obras de grande vulto, como a construção e manutenção do Hospital Centenário e da recuperação da ponte sobre o rio dos Sinos. Além disso, subvenções foram dadas para as operações da Usina Hidrelétrica da Toca, em São Francisco de Paula, assim como a cedência de uma draga e equipamentos para a drenagem e aterramento da área onde foi construída a Praça Centenário, inaugurada em 1934. Por outro lado, declarou que durante os quase sete anos do governo de Flores da Cunha, várias vezes teve que insistir para que determinadas ações fossem tomadas pelo governo estadual. Cita o caso da criação de aulas públicas nos distritos de Campo Bom, Sapiranga e Estância Velha, entre 1933 e 1934, sendo que o aluguel dos prédios que sediavam as referidas escolas, nos dois últimos distritos, foram pagos pela Prefeitura Municipal. Alegou que, somente após muita insistência, foram conduzidos professores para o atendimento dessas aulas distritais.

Theodomiro Porto da Fonseca também assegurou que

[...] durante mais de um ano levei pleiteando autorização para a realização da Exposição em Homenagem ao Trabalho da Colonização Alemã no Rio Grande do Sul, tendo-a finalmente logrado, graças ao inestimável e decidido apoio de meu amigo dr. João Carlos Machado, cujo nome a minha consciência justiceira não permite seja omitido neste momento, sobretudo ante a circunstância de ter também contribuído prestimosamente para a criação dos grupos escolares anteriormente referidos. É de notar que com a Exposição, admirável parada do trabalho teuto-brasileiro no Estado, seu governo não dispendeu um centavo.

Realizada em maio de 1934, a Exposição em Homenagem ao Trabalho Teuto-Brasileiro comemorava os 110 anos da imigração alemã no Rio Grande do Sul. Na oportunidade, diversas indústrias e empresas comerciais tiveram a oportunidade de expor e negociar seus produtos. Naquele mesmo ano, como forma de reafirmar a proposta da exposição, Theodomiro Porto da Fonseca encomendou uma obra alusiva, que foi escrita por seu primo, Afonso Aurélio Porto. Trata-se do *livro O Trabalho Alemão no Rio Grande do Sul*, publicado também em 1934.

Figura 9 – Exposição em Homenagem ao Trabalho Teuto-Brasileiro (São Leopoldo, 1934)



Fonte: Acervo Fotográfico do Museu Histórico Visconde de São Leopoldo.

Para além das questões de empenho – no caso de Getúlio Vargas – ou letargia política – por parte de Flores da Cunha –, Theodomiro Porto da Fonseca também apelou para o aspecto de simpatia ou esnobismo que os governantes estaduais supracitados renderam para com São Leopoldo. Segundo o prefeito:

E, finalmente, só para definir dois estados d'alma até no terreno da cortesia protocolar, talvez não seja inútil fixar um contraste expressivo: enquanto o general Flores da Cunha não visitava a Exposição de São Leopoldo, apenas inaugurando-a, e a faixa de cimento, mas apressadamente, até recusando um jantar que os industrialistas expositores lhe pretendiam oferecer, a 17 de novembro de 1929, o dr. Getúlio Vargas visitava São Leopoldo, fazia a primeira ligação com a Usina da Toca e recebia homenagem dum grande banquete que as classes conservadoras lhe ofereceram na Sociedade Orpheus, voltando a visitar, em 25 de julho de 1930, nosso município, para inaugurar in loco a Usina da Toca, localizada no município de São Francisco de Paula, e de regresso da fatigante viagem, compartilhar dos festejos que se realizaram na Sociedade Ginástica, em comemoração ao 106º aniversário do desembarque dos primeiros colonos alemães em São Leopoldo.

Outra acusação feita por Theodomiro Porto da Fonseca contra Flores da Cunha foi a de que este enviara batalhões da Brigada Militar, especialmente para as áreas

distritais leopoldenses, como forma de intimidação aos dissidentes do PRL. Junto aos documentos que compõem o acervo pessoal de Theodomiro Porto da Fonseca, salvaguardado no Museu Histórico Visconde de São Leopoldo, encontrei dois rascunhos – ou cópias – de correspondências, destinadas ao ministro da Justiça, Agamenon Magalhães. Em um dos documentos, Theodomiro informava que elementos ligados a Flores da Cunha estariam transportando, em trens e ônibus, “centenas de pessoas” para São Leopoldo, com a finalidade de organizarem uma manifestação de apoio ao governador e de protesto contra o prefeito leopoldense, por conta do apoio dado ao presidente Getúlio Vargas. Com aquela correspondência, Theodomiro Porto da Fonseca tentava junto ao ministro Magalhães a proibição do comício, com a alegação de que o mesmo poderia gerar “desordem e violência, em virtude do ambiente de intranquilidade criado em São Leopoldo”.³²⁸

Pelo que a pesquisa indica, essa tentativa ou não surtiu efeito ou Theodomiro não enviou telegrama ao ministro da Justiça. Pois o comício ao qual se referia foi justamente aquele onde Frederico Wolffenbüttel rendeu fervorosas críticas ao mandatário leopoldense. Naquele provável rascunho de correspondência, o prefeito fazia referência a um telegrama anterior – que se trata do segundo documento encontrado. Neste, o tema era o envio de destacamentos policiais para São Leopoldo, oriundos de São Francisco de Paula e Taquara, cidades onde os chefes locais ainda se mantinham alinhados com Flores da Cunha. Além de “desfilarem pelas ruas da sede municipal”, os soldados da Brigada Militar também “espalhavam terror” nos distritos. Além disso, Theodomiro Porto da Fonseca informava que o delegado de Polícia havia sido substituído, deixando de ocupar o posto Latino Lacroix – homem de sua confiança. E que novo delegado usaria seu cargo para fazer “política mesquinha e tacanha”.³²⁹ Mas, pelo que foi possível apurar, pouco efeito teve essa tentativa de promover alguma intervenção – pelo menos naquele momento. Em outubro de 1937, com a federalização da Brigada Militar e o controle desta sendo assumido pelo general Daltro Filho, Flores da Cunha perdia o único pilar que ainda lhe sustentava no poder: a força armada.

Encerrando seu manifesto público, Theodomiro Porto da Fonseca conclama a população leopoldense para colocar-se em consonância com Getúlio Vargas, lhe

³²⁸ Museu Histórico Visconde de São Leopoldo (MHVSL) – Acervo Theodomiro Porto da Fonseca – Pasta 1 – Correspondência ao Ministro da Justiça (rascunho).

³²⁹ Museu Histórico Visconde de São Leopoldo (MHVSL) – Acervo Theodomiro Porto da Fonseca – Pasta 1 – Correspondência ao Ministro da Justiça (cópia).

prestando total apoio. E coloca-se “como aquele que tem sabido honrar com o sacrifício dos melhores anos de sua vida e o esforço dos melhores anseios de seu coração” a liderança que exercia sobre São Leopoldo, no cargo de prefeito e chefe político. E como palavras finais, emanava um “viva ao dr. Geúlio Vargas e vivas a Dissidência Liberal no Rio Grande do Sul”.

Mas, efetivamente, o que significou a Dissidência Liberal no teatro político sul-rio-grandense e brasileiro? Para entender melhor este contexto, se faz necessário retroceder alguns anos no tempo. Mais precisamente até 1932.

Flores da Cunha, como abordado no primeiro capítulo deste trabalho, diante do movimento armado articulado por rebeldes paulistas, manteve inicialmente uma postura ambígua: estava negociando com as forças revolucionárias, ao mesmo tempo em que se dizia favorável ao governo provisório de Getúlio Vargas. Por fim, Flores da Cunha declarou pleno apoio às forças federais contra os paulistas. Essa situação gerou uma desconfiança mútua entre o governante sul-rio-grandense e o chefe da República, que desencadeou um gradual distanciamento entre ambos.

Esse clima de animosidade se ampliou a partir de 1935. Flores da Cunha desconfiava das intenções de Getúlio Vargas em permanecer no poder, enquanto Vargas não via com bons olhos a tentativa de fortalecimento de Flores da Cunha em nível nacional, almejando a sucessão presidencial, cuja eleição estava marcada para janeiro de 1938 – ou até mesmo uma tentativa armada de tomar o poder. O governador do Rio Grande do Sul, até aquele momento, contava com o apoio de seu partido, que vinha se afastando de Getúlio Vargas. Enquanto isso, Vargas buscava angariar o apoio da Frente Única Gaúcha, que desde 1932 lhe fazia oposição. Para isso, utilizou o deputado Maurício Cardoso, do PRR, como mediador.

Em 1936, visando abrandar os ânimos e garantir a governabilidade do Rio Grande do Sul, Flores da Cunha tenta um acordo político com Borges de Medeiros, ainda uma forte liderança republicana, e Raul Pilla, chefe libertador. Esse acordo ficou conhecido como *modus vivendi*. O acordo foi assinado em 17 de janeiro daquele ano. Nessa oportunidade, o governador convidou Lindolfo Collor para assumir a Secretaria da Fazenda e Raul Pilla para a Secretaria da Agricultura, recém criada. O elo de ligação entre Flores da Cunha e a Frente Única Gaúcha era Lindolfo Collor.

Politicamente, o *modus vivendi* preconizava a autonomia de cada um dos partidos envolvidos, ou seja, PRL, PRR e PL. Entretanto, foi nesse quesito que logo surgiram os primeiros – e graves – atritos. Isso porque, nos três partidos, haviam defensores de uma

aproximação maior com o governo federal, hipótese refutada por Flores da Cunha. Nesse contexto, Maurício Cardoso iniciou uma série de discursos contra o *modus vivendi* e ao governador, alegando que este não respeitava a autonomia dos partidos, tentando interferir diretamente nas decisões tomadas pelo PRR e PL.

Como resposta, Flores da Cunha asseverou que o PRL vinha sendo prejudicado, pois cedia espaço à Frente Única Gaúcha, não recebendo nada desta em contrapartida. Foi a vez do libertador Raul Pilla confrontar o governador, afirmando que o *modus vivendi* não significava que PL e PRR tivessem que assumir uma postura de submissão aos ditames impostos por Flores da Cunha. Naquela situação, em outubro de 1936, Raul Pilla e Lindolfo Collor pedem demissão dos cargos de secretários que ocupavam. E com isso, o acordo político iniciado em janeiro foi definitivamente rompido.

Aproveitando aquela situação oportuna, Getúlio Vargas iniciou um processo de dilapidação partidária no Rio Grande do Sul, objetivando enfraquecer Flores da Cunha o quanto fosse possível, que pretendia assumir um papel protagonista na indicação do sucessor de Vargas. Mais que isso, o governador sul-rio-grandense era um inimigo que necessitava ser neutralizado diante da intenção de Vargas em se manter no comando do país. Como estratégia, além de cooptar apoio da Frente Única através de Maurício Cardoso, Getúlio Vargas, através de seu irmão, o deputado estadual Benjamim Vargas, também motivou a oposição à Flores da Cunha dentro do próprio PRL. Como resultado, o grupo oposicionista formou a Dissidência Liberal, que procurou ampliar seu espaço para além da Assembleia Legislativa. Logo os dissidentes, liderados por Benjamim Vargas, buscaram reforços junto aos governos e diretórios municipais.

Ainda naquele mês de outubro, o secretário geral do PRL, Adolfo Pena, encaminhou telegramas aos diretórios municipais, para que estes prestassem solidariedade ao governador Flores da Cunha. Uma destas correspondência chegou às mãos da comissão executiva de São Leopoldo, presidida por Theodomiro Porto da Fonseca.³³⁰ É certo que a comissão encaminhou correspondência ao chefe do partido, pois Flores da Cunha, em telegrama, agradeceu o apoio prestado pelos partidários de São Leopoldo.³³¹ Entretanto, logo em seguida, Theodomiro Porto da Fonseca passou a se aproximar mais diretamente de Getúlio Vargas, iniciando seu rompimento com o

³³⁰ Museu Histórico Visconde de São Leopoldo (MHVSL) – Acervo Theodomiro Porto da Fonseca – Pasta 1 – Correspondência de Adolfo Pena ao Diretório Municipal do PRL em São Leopoldo.

³³¹ Museu Histórico Visconde de São Leopoldo (MHVSL) – Acervo Theodomiro Porto da Fonseca – Pasta 1 – Telegrama de Flores da Cunha à Comissão Executiva do PRL em São Leopoldo.

governador. Fato esse que chegou ao ápice em maio de 1937, quando a expulsão de Theodomiro do PRL foi oficializada em convenção do partido – e quando este publicou seu manifesto ao povo leopoldense, conclamando-o para apoiar Vargas e a Dissidência Liberal.

A declaração de Theodomiro Porto da Fonseca, professando seu integral apoio ao movimento dissidente contra Flores da Cunha, repercutiu de diferentes formas junto ao líderes econômicos e políticos de São Leopoldo. Enquanto uma parcela significativa ficou ao lado do prefeito municipal, outro grupo reavivou seu compromisso com o governador sul-rio-grandense. O jornal *A Federação*, em 11 de maio de 1937, publicou a convocatória feita pelo bloco florista leopoldense para uma reunião que teria ocorrido no dia 07 daquele mês, no Cine Teatro Independência, localizado no centro de São Leopoldo. O texto exaltava o compromisso de Flores da Cunha com a democracia nacional, refutando a posição dissidente assumida por Theodomiro Porto da Fonseca.³³² Dentre os signatários da convocatória estavam o coronel João Pereira de Vargas Firmo, membro do diretório local do PRL e líder político no distrito de Sapucaia, industrialistas, comerciantes e profissionais liberais, como Frederico Adolfo Moog, Arno Mohr, Amandio Groth, Rubem Corrêa (filho do coronel João Corrêa Ferreira da Silva, ex-intendente de São Leopoldo, falecido durante o mandato, em 1928), Clemente Barreiro (genro de João Corrêa) e o jornalista Albano Gaspar de Oliveira. Autoridades do aparato administrativo local também assinaram o documento, como era o caso de José Atanásio Dias, subprefeito de Sapucaia, e João Batista Kieling da Costa, notário do cartório local. Fato interessante é que dois dos assinantes mencionados eram cunhados de Frederico Guilherme Schmidt, histórico desafeto político de Theodomiro Porto da Fonseca.

Mas um nome chamou minha atenção durante a leitura da publicação: capitão Leovegildo de Souza. Por não se tratar de um nome muito comum, assim como pelo fato do sobrenome ser o mesmo do tio materno de Carlos de Souza Moraes, procurei encontrar informações para ter certeza de que se tratavam da mesma pessoa ou não. E uma reportagem de 1933, no mesmo *A Federação*, me forneceu a certeza de que se tratava da mesma pessoa.

O tema central daquela publicação orbitava em torno da prisão de dois meliantes, que haviam realizado roubos na área central de São Leopoldo, que após serem perseguidos e detidos por dois soldados, foram conduzidos ao delegado de polícia

³³² Jornal *A Federação*, 11/05/1937, Ano LIV, n. 107, p. 1. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/388653/81855>, acesso em: 22 nov. 2020.

leopoldense, Leovegildo Ramos de Souza.³³³ Essa nota referendou a suspeita, comprovando que naqueles primeiros anos da década de 1930, o tio materno de Carlos de Souza Moraes havia deixado sua atuação em Montenegro, sendo nomeado para um importante cargo público em São Leopoldo. Mas é preciso atentar para um detalhe: é provável que essa atuação de Leovegildo Ramos de Souza não tenha contribuído para a nomeação posterior de Carlos de Souza Moraes. Se durante quatro anos, esteve alinhado com a figura de Theodomiro Porto da Fonseca, naquele ano de 1937 houve um rompimento entre estes, tendo em vista que Leovegildo de Souza optou por manter-se fiel ao governador Flores da Cunha. Essa situação corrobora para a hipótese de que a nomeação de Carlos de Souza Moraes para a secretaria da Prefeitura Municipal de São Leopoldo tenha ocorrido, se a partir de uma relação interpessoal, através da proximidade com Mário Fonseca, filho do prefeito Theodomiro.

Ainda sobre a publicação do grupo oposicionista ao prefeito leopoldense, João Pereira de Vargas Firmo declarou:

Declaro que a minha atitude política jamais foi dúbia, porquanto sempre soube manter, lealmente, os compromissos públicos assumidos em relação à solidariedade emprestada, em todas as emergências, ao chefe do nosso glorioso Partido, General Flores da Cunha, pois mantenho, com nobreza de gaúcho, integralmente, o que firmei do telegrama de solidariedade enviado ao General Flores da Cunha pela Comissão Executiva do Partido, em São Leopoldo, no dia 28 do mês próximo passado. Trata-se de um documento bem recente e que, por isso mesmo, não pode ser esquecido pelos seus signatários. Diante dos fatos não paira mais dúvidas sobre quem está com atitude dúbia, ou esteve. Compareci à reunião em que o Cel. Theodomiro Porto da Fonseca se solidarizou com a dissidência porque este me convidou, dizendo ir reassumir o cargo e receber, simultaneamente, uma homenagem dos seus amigos, fazendo, por isso, questão do meu comparecimento. Conhecida a atitude do prefeito deste Município, ingressei, imediatamente, nas hostes entusiastas e já numerosas dos que se propunham a promover uma manifestação de protesto à atitude política do prefeito desta Comuna, encabeçando a lista para este fim aberta, nesta Cidade, no mesmo dia.³³⁴

Além da agitação que envolveu lideranças distritais de Sapucaia do Sul, chefes partidários de outro distrito leopoldense se colocaram em posição de conflito para com Theodomiro Porto da Fonseca. Neste caso, foram alguns republicanos liberais de

³³³ Jornal *A Federação*, 15/08/1933, Ano L, n. 190, p. 3. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/388653/73579>, acesso em: 22 jul. 2019.

³³⁴ Jornal *A Federação*, 11/05/1937, Ano LIV, n. 107, p. 1. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/388653/81855>, acesso em: 22 nov. 2020.

Sapiranga, então 5º distrito de São Leopoldo, que se mantiveram alinhados com Flores da Cunha. Caso destacado foi o de Arnildo Helmuth Weis, que ocupava o cargo de escrivão distrital na localidade. Em 19 de maio de 1937, Weis encaminhou correspondência ao governador estadual, informado que havia pedido desligamento do Grêmio Republicano Liberal Coronel Theodomiro Porto da Fonseca, fundado alguns anos antes em Sapiranga. Nesta agremiação, Arnildo Weis exercia a função de primeiro secretário. E junto da correspondência que encaminhou ao general Flores da Cunha, estava cópia do pedido de demissão, reproduzido pelo *A Federação*:

Ilmo. Sr. Capitão João Corrêa, presidente do Grêmio Republicano Liberal Coronel Theodomiro Porto da Fonseca – Nesta.
Discordando da atitude tomada pelo d/d. patrono desta agremiação política, em oposição ao supremo chefe do PRL, sua excelência General Flores da Cunha, solicito minha irrevogável demissão de sócio, bem como de 1º Secretário desta agremiação, honra com a qual fui designado. Espero que não leve a mal a resolução acima tomada, poderá considerar-me sempre como vosso amigo particular. Atenciosamente –
(a.) Arnildo Helmuth Weis.³³⁵

A mesma publicação informa que um número elevado de elementos havia solicitado sua descompatibilização do grêmio republicano liberal de Sapiranga, indicando que a localidade estava se tornando um polo de oposição ao prefeito municipal. Cabe esclarecer uma informação, contida na declaração escrita por Arnildo Helmuth Weis. O capitão João Corrêa, mencionado, obviamente não é o mesmo que havia governado São Leopoldo entre 1924 e 1928, antecedendo Theodomiro Porto da Fonseca – pois aquele João Corrêa já havia falecido. Este, citado no documento, se tornou subprefeito e subdelegado em Sapiranga, atuando no distrito durante praticamente todo o período do Estado Novo.³³⁶ Segundo Lúcio Fleck (1994), João Corrêa não nutria maiores simpatias pelos alemães e seus descendentes, sendo bastante firme na fiscalização das medidas nacionalizadoras promovidas durante o regime estadonovista.

De fato, Sapiranga, a partir das informações coletadas e analisadas, representou um centro de apoio ao governador Flores da Cunha. Uma das formas de materialização desta adesão foi a fundação da Ala Democrática Feminina Evarista Flores da Cunha, cuja patrona era mãe do chefe do Executivo estadual. A criação da entidade ocorreu em agosto de 1937, momento em que as tentativas de enfraquecimento de Flores da Cunha, política

³³⁵ Jornal *A Federação*, 28/05/1937, Ano LIV, n. 120, p. 6. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/388653/81955>, acesso em: 22 nov. 2020.

³³⁶ Em algumas citações o nome pode ser encontrado com a grafia João Correia.

e militarmente, ganhavam maior força por parte do presidente Getúlio Vargas, Eurico Gaspar Dutra, ministro da Guerra, e do general Góis Monteiro, então chefe do Estado Maior do Exército.

O objetivo central da Ala Democrática Feminina Evarista Flores da Cunha era sustentação política do governador sul-rio-grandense, visando arregimentar apoiadores, não apenas entre o público feminino, mas a partir deste, assim como divulgar a campanha presidencial de Armando de Salles Oliveira, candidato apoiado por Flores da Cunha. A presidência da entidade ficou sob responsabilidade de Glória Velho Weis, que também era a oradora oficial, juntamente com Flory Maria Sperb. A vice-presidente era Emma Kunz, sendo secretárias as senhoras Maria Haydée Crusius e Beatriz Moog Eidler. As tesoureiras foram Lidia Seibel e Erna Schier. Compuseram o conselho fiscal: Hery Thiesen, Izula Vasques Villanova, Edith Daudt, Abelina Schütz, Amalia Weber, Glória Hoffmann, Ella Klein, Hilda Hoffmeister, Olinda Hoffmann, Aristotelina Manique, Wilma Branger, Sibilla Klippel, Adolfina Müllenschlader e Lúdia Lenz.³³⁷

Não foi possível fazer o mapeamento biográfico e dos vínculos familiares de todas as mulheres que exerceram postos-chave na agremiação florista. Glória Velho Weis era esposa do mencionado Arnildo Helmuth Weis, que rompera com Theodomiro Porto da Fonseca alguns meses antes. Emma Kunz foi casada com Frederico Guilherme Otto Kunz, que havia se candidatado ao cargo de vereador em 1935, representando o distrito de Sapiranga, lançando seu nome pela Frente Única Gaúcha – sem obter êxito naquele pleito. Antes disso, na década de 1920, havia ocupado o cargo de subintendente de Sapiranga, sendo filiado ao PRR. A presença de Emma Kunz como vice-presidente da Ala Democrática Liberal pode indicar uma aproximação entre o bloco do PRL que ainda apoiava Flores da Cunha com dissidentes da Frente Única Gaúcha, que também se posicionaram favoráveis ao governador. Sobre Abelina Schütz, Ella Klein, Sibilla Klippel e Lúdia Lenz foi possível mapear que eram, efetivamente, residentes em Sapiranga, sendo seus maridos exponenciais líderes comerciais e políticos locais.

Em 24 de maio daquele ano de 1937, durante o Congresso do Partido Republicano Liberal, foi oficializada a expulsão de Theodomiro Porto da Fonseca do partido, em decorrência de seu rompimento com Flores da Cunha. A partir deste episódio, as consequências dos embates políticos se desdobrariam em diferentes espaços sociais, como foi o caso do Clube Rio-grandense, importante e representativo local de

³³⁷ Jornal *A Federação*, 1º/09/1937, Ano LIV, n. 199, p. 2. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/388653/82555>, acesso em: 31 ago. 2020.

sociabilidade da elite leopoldense. Conforme Eloisa Helena Capovilla da Luz Ramos (2000), este clube se diferenciava dos demais existentes em São Leopoldo por seu discurso mais nacionalista, ao afirmar que “havia sido, efetivamente, fundado por brasileiros”, no ano de 1914.

Naquele mês de julho de 1937, foi lançada uma convocatória aos sócios do Clube Rio-grandense, que tinham suas mensalidades quitadas.³³⁸ A reunião tinha por finalidade a eleição para a nova diretoria da sociedade. A presidência da sessão coube a Latino Lacroix, membro da diretoria que estava à frente do clube naquele período,³³⁹ sendo secretariado por Elpídio Azambuja. Feita a leitura da ata anterior, Lacroix deu continuidade aos trabalhos, dando início ao processo eleitoral. Naquele momento Albano Gaspar de Oliveira – que integrava o grupo de oposição ao prefeito Theodomiro Porto da Fonseca – pediu a palavra, sugerindo que fosse nomeada uma comissão diretora para conduzir momentaneamente o clube, realizando, sobretudo, uma auditoria nas contas do clube. Argumentou que sua proposta era válida e encontrava respaldo nos artigos de números 18 e 19 dos estatutos da entidade, que previam eleição e prestação de contas anuais. Segundo Albano de Oliveira, desde 1934 não eram realizadas eleições e prestação de contas da situação financeira do Clube Rio-grandense.

Latino Lacroix refutou as acusações de Oliveira, afirmando que a entidade estava sendo dirigida, interinamente, por seu vice-presidente, coronel Lafayette Ribeiro Pinto – vereador aliado de Theodomiro Porto da Fonseca. Além disso, as dificuldades em realizar uma prestação de contas mais pormenorizada se davam por conta do arrendamento da sede do clube. Albano de Oliveira não aceitou os argumentos de Latino Lacroix e declarou que aquela assembleia não era legítima, pois estava sendo conduzida de forma irregular, descumprindo os estatutos. Naquele momento Theodomiro Porto da Fonseca, que se fazia presente, sugeriu que se levasse a proposta de Oliveira em votação, decidindo, deste modo, se deveria ou não ser realizada a eleição de uma nova gestão. Naquele momento, um novo embate teve início, pois foi constatado que alguns nomes de sócios estariam impossibilitados de votar – e serem votados. Dentre os impossibilitados, estavam o consultor jurídico da Associação Comercial de São Leopoldo, J. Germano Sperb, Nazizeno dos Santos e Nei Câmara, ex-candidato à prefeitura leopoldense em 1935, pela

³³⁸ Jornal *A Federação*, 24/07/1937, Ano LIV, n. 167, p. 7. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/388653/82324>, acesso em: 31 ago. 2020.

³³⁹ Não foi possível confirmar qual era o cargo efetivamente exercido por Latino Lacroix.

Ação Integralista Brasileira. Os três citados eram, politicamente, opositores ao coronel Theodomiro Porto da Fonseca.

Diante da situação, Theodomiro Porto da Fonseca determina que se proceda a eleição para a nova direção, conforme previsto na convocatória. Albano Gaspar de Oliveira, em protesto, deixou a reunião, sendo acompanhado por Ramiro Corrêa, filho do ex-intendente João Corrêa. Após terem os dois sócios deixado o recinto, os demais votantes atenderam a solicitação do prefeito leopoldense, sugerindo, no entanto, que a eleição se procedesse com chapa em branco. Realizada a votação, a diretoria eleita ficou assim composta: Latino Lacroix, como presidente e para a comissão de contas, Germano Hauschild (presidente da Câmara Municipal de Vereadores), Emílio Bender (tesoureiro da Prefeitura Municipal) e o major Luiz Lourenço Stabel (coletor federal em São Leopoldo). A secretaria do clube ficou a cargo de Elpidio Azambuja e a tesouraria com Oscar Diedrich. Todos destacados apoiadores de Theodomiro Porto da Fonseca. Politicamente, o episódio serviu como um embate de forças entre floristas e o grupo pró-Theodomiro. E, conforme visto, o grupo do prefeito leopoldense se sagrou vitorioso.

Latino Fernandes Lacroix nasceu na cidade de Itaquí, em 24 de março de 1881. Residiu em cidades como Santa Maria e Rio Grande, até fixar residência em São Leopoldo, onde se tornou diretor local da Viação Férrea do Rio Grande do Sul. Se envolveu na política leopoldense, fazendo parte do PRR. O jornal *A Federação*, em sua edição de 23 de novembro de 1931, registrou que Latino Lacroix, como presidente do Centro Republicano Coronel João Corrêa, ficou encarregado de conduzir o então ministro do Trabalho, Lindolfo Collor, de Porto Alegre até São Leopoldo, para um jantar festivo que lhe estava sendo oferecido.³⁴⁰ Posteriormente, exerceu a função de secretário da Prefeitura Municipal, inclusive assumindo interinamente a chefia do governo em algumas oportunidades, durante viagens ou outros impedimentos de Theodomiro Porto da Fonseca. Em março de 1936, foi exonerado do cargo de secretário, sendo nomeado delegado de Polícia em São Leopoldo.³⁴¹ Para seu lugar, foi nomeado Leopoldo Sefrin. Algum tempo depois, Lacroix foi reconduzido à Secretaria da Prefeitura Municipal. Quando Latino Lacroix faleceu, em 15 de junho de 1942, o cargo de secretário já era ocupado por Carlos de Souza Moraes.

³⁴⁰ Jornal *A Federação*, 23/11/1931, Ano XLVIII, n. 270, p. 5. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/388653/70112>, acesso em: 9 ago. 2020.

³⁴¹ Jornal *A Federação*, 17/03/1936, Ano LIII, n. 64, p. 7. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/388653/79279>, acesso em: 9 ago. 2020.

Estavam previstas eleições presidenciais para 3 de janeiro de 1938. Nacionalmente, em torno do nome de Armando de Salles Oliveira, ex-interventor e governador de São Paulo, foi articulada a criação de uma agremiação política, que recebeu a denominação de União Democrática Brasileira (UDB). Esse partido contava com a adesão de partidos estaduais, como o Partido Progressista e o Partido Republicano Mineiro (Minas Gerais), cujos líderes eram, respectivamente, Antônio Carlos Ribeiro de Andrada e Artur Bernardes (ex-presidente da República); Partido Republicano Baiano e Concentração Autonomista da Bahia, opositores ao governador Juraci Magalhães; Frente Única Paranaense, chefiada por Agostinho Monteiro (Paraná); e o Partido Social Democrático (Ceará), chefiado por Juarez Távora – que ocupava naquele momento a presidência da Sociedade dos Amigos de Alberto Torres, como visto no capítulo anterior. Não podemos desconsiderar que a adesão de Juarez Távora ao candidato de oposição à Vargas, de certo modo, tenha contribuído para um enfraquecimento da SAAT a partir da implantação do Estado Novo, como uma espécie de retaliação.

A reunião que deu origem à UDB ocorreu em 10 de junho de 1937, embora a fundação oficial consta com a data de 1º de julho daquele ano. No Rio Grande do Sul, a UDB contou com apoio de Flores da Cunha e dos integrantes do PRL que se mantinham alinhados com o governador estadual. Isso permitiu a articulação de diretórios apoiadores à candidatura de Armando de Salles Oliveira em alguns municípios. Contudo, a campanha da UDB, no que tange seu alcance territorial, foi limitada. No estado sul-rio-grandense, comícios foram realizados nas cidades de Pelotas, Bagé e Porto Alegre, em setembro de 1937.

Entretanto, na medida em que as intenções de Getúlio Vargas em se manter no poder iam se tornando mais nítidas, a campanha de Armando de Salles Oliveira começava a ser desacreditada. O golpe definitivo ocorreu com a renúncia de Flores da Cunha, em 17 de outubro daquele ano. Naquele momento, ficava evidente que Vargas e parte dos militares preparavam um golpe de Estado, visando perpetuarem-se no poder federal. Diante daquela atmosfera, os representantes da UDB no Congresso Nacional, deputado João Carlos Machado – membro do PRL e apoiador de Flores da Cunha – e senador Paulo de Moraes Barros, fizeram a leitura de uma carta redigida por Armando de Salles Oliveira, solicitando que os comandantes militares adotassem uma postura de legalidade, evitando o golpe de Estado. Entretanto, a censura impediu que o texto fosse publicado na imprensa. E o golpe que implantou o Estado Novo foi deflagrado dois dias depois, em 10 de novembro de 1937.

Se a Dissidência Liberal estava alinhada com Getúlio Vargas e o PRL florista sustentava a candidatura de Armando de Salles Oliveira, divisões também ocorreram dentro do Partido Republicano Rio-grandense e o Partido Libertador. No caso do PRR, a direção partidária apoiou José Américo de Almeida, candidato situacionista que, aparentemente, contava com o apoio de Getúlio Vargas. Essa decisão desagradou parte dos correligionários. Lindolfo Collor, na liderança de um grupo dissidente, deixou o PRR e fundou, em abril de 1937, nova agremiação política: o Partido Republicano Castilhistas (PRC). De existência efêmera, o PRC se engajou na campanha de Armando de Salles Oliveira e também ofereceu apoio ao governador Flores da Cunha.

Assim como ocorreu com o PRR, a direção do Partido Libertador também declarou seu apoio à José Américo de Almeida. Descontentes, um grupo formado pelos generais Felipe Portinho e Cândido Carneiro Júnior, Gabriel Pedro Moacyr, Fay de Azevedo, coronel Laudelino Barcelos, entre outros, articulou a Ação Libertadora, bloco dissidente do PL. Assim como o PRC, a Ação Libertadora aderiu ao programa da União Democrática Brasileira e seu candidato. Sua atividade política perdurou pouco tempo, pois em 2 de dezembro de 1937, com o decreto nº. 37, foi extinto, assim como os demais partidos políticos existentes no Brasil até aquele momento.

Em São Leopoldo, embora existam poucos registros, a Ação Libertadora e o Partido Republicano Castilhistas também tiveram certa atuação. Durante a pesquisa, encontrei notícia publicada no jornal *A Federação*, com data de 23 de julho de 1937.³⁴² A publicação relatou a ocorrência de um comício de apoio ao candidato Armando de Salles Oliveira em Lomba Grande, então 6º distrito leopoldense. A atividade política foi organizada pelos diretórios locais da Ação Libertadora, PRL e do PRC. Naquela oportunidade, o coronel Janjão Pereira, membro da comissão executiva do PRL leopoldense – bloco florista –, empossou o diretório distrital de Lomba Grande, composto por: Augusto Purper, Nicolau Plentz, Augusto Emílio Allgayer, Alfredo José Müller, Alfredo Beck, Aluísio Haubert e tenente João Prates Machado, este último subdelegado e subprefeito de Lomba Grande. O comício foi presidido por Alcides Flores Soares Júnior, integrante do Diretório Central do Partido Republicano Castilhistas.

Neste cenário político conturbado, é interessante analisar que Carlos de Souza Moraes manteve uma postura de certa neutralidade em suas ações. Cabe recapitular que o mesmo deixou registrado que não almejou ocupar cargo público enquanto Flores da

³⁴² Jornal *A Federação*, 23/07/1937, Ano LIV, n. 165, p. 1. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/388653/82309>, acesso em: 5 jun. 2019.

Cunha fosse governante do Rio Grande do Sul. E, de fato, não atuou em funções públicas entre 1933 e 1937. Mas, no momento, o fato mais importante é que essa anotação indica, como aventado anteriormente, que Moraes nutria certa relutância para com Flores da Cunha e sua liderança política. Entrementes, parece que Carlos de Souza Moraes buscou agir de forma mais pragmática e cautelosa, tendo em vista que estava ocupado de algo que lhe era mais caro naquele momento: o núcleo sul-rio-grandense da Sociedade dos Amigos de Alberto Torres e sua atuação no estado. Observando os lances políticos em nível nacional e estadual, a SAAT tentou se adaptar aos acontecimentos, adotando até mesmo certa ambiguidade.

Em outubro de 1937, quando ocorreu a renúncia de Flores da Cunha ao governo do Rio Grande do Sul e a nomeação do general Daltro Filho como interventor federal, também iniciaram mudanças na burocracia pública que envolvia os municípios. Uma das áreas envolvidas no processo foi a policial, com alterações no quadro de delegados e subdelegados. Fato esse que envolveu São Leopoldo, tanto na sede municipal quanto em seus distritos.

Para o cargo de delegado de Polícia foi designado Latino Lacroix, substituindo Leovegildo Ramos de Souza. Essa nomeação ampliava o poder de Lacroix, que acumulava o novo cargo com a função de secretário da Prefeitura Municipal de São Leopoldo. É plausível que essa situação tenha incentivado a nomeação de Carlos de Souza Moraes, inicialmente como um auxiliar de Latino Lacroix – mas assumindo, posteriormente, o cargo de forma efetiva, em 1938.

Na mesma oportunidade, os subdelegados que atuavam nos distritos também foram exonerados, sendo substituídos por homens de confiança dos novos governantes estaduais – com aprovação de Theodomiro Porto da Fonseca. Na sede, Elíbio Weber assumiu no lugar de Arancibio Corrêa dos Reis, que estava no bloco florista e de oposição ao prefeito Theodomiro. Em Campo Bom, Carlos Jacob Weiss foi substituído por Walter Thöen – genro do vereador Gustavo Vetter, chefe político naquele distrito. Em Bom Jardim, foi Felipe Rodrigues Penha que cedeu seu cargo para Gustavo Adolfo Dreyer. No distrito de Dois Irmãos, Carlos Theobaldo Sperb, que havia sido subprefeito na localidade, assumiu a função que estava sendo exercida por Leovegildo Ramos de Souza – que era delegado e subdelegado, concomitantemente. Vítório Zanella Neto, em Sapiranga, foi substituído pelo já mencionado capitão João Corrêa, fiel ao bloco dissidente liderado por Theodomiro Porto da Fonseca. Lindolfo Oscar Becker assumiu em Lomba Grande, no lugar do tenente João Prates Machado, que havia rompido em maio

de 1937 com o prefeito leopoldense. José Atanásio Dias, também da ala que se manteve em consonância com Flores da Cunha, deu espaço para Avelino Silveira. Nos distritos de Herval, Joaneta, Estância Velha e Nova Palmeira, os respectivos subdelegados Alberto Meurer, João Kuhn Sobrinho, Adolfo Dietrich e Emílio Zwetsch entregaram seus cargos aos nomeados Otto Loch, Arthur Stumpf, Carlos Matte Neto e José Apolônio da Costa.³⁴³

A relação entre Carlos de Souza Moraes e Theodomiro Porto da Fonseca se mostrou bastante próxima. Em várias oportunidades, além dos elogios prestados ao chefe político leopoldense, Moraes também rendeu provas de fidelidade política e pessoal. Uma destas ocasiões ocorreu em abril de 1938, pouco tempo após ter assumido o cargo de secretário da Prefeitura Municipal. Latino Lacroix havia deixado o cargo, mas continuava atuando junto ao governo de São Leopoldo.

O *Correio do Povo* de 5 de abril daquele ano registrava a visita do interventor federal Cordeiro de Farias ao município de São Leopoldo, ocorrida no dia anterior, 4 de abril.³⁴⁴ O coronel Cordeiro de Farias assumiu o governo do Rio Grande do Sul em 4 de março, substituindo Maurício Cardoso, interventor interino que exercia o cargo desde janeiro de 1938, quando o general Daltro Filho se afastou por motivos de saúde, falecendo pouco tempo depois. As lideranças leopoldenses comemoraram, durante aquela visita oficial, a encampação da Faixa de Cimento pelo governo estadual. Esta estrada, inaugurada em 1934, durante o governo de Flores da Cunha, fazia a ligação rodoviária entre São Leopoldo e Porto Alegre. E, ao mesmo tempo, prestaram homenagem ao prefeito Theodomiro Porto da Fonseca. Destaca-se que, naquele momento, o cargo de prefeito de São Leopoldo era exercido interinamente por Latino Lacroix.

Ao transmitir à imprensa da capital seu relato sobre a visita, Cordeiro de Farias comentou sobre a pessoa do governante leopoldense: “Não posso deixar de lembrar, nestas ligeiras impressões, o nome do coronel Theodomiro Porto da Fonseca, homem feito de ação, que tanto contribuiu para a realização de seus maiores empreendimentos”.³⁴⁵ Estas palavras, manifestadas pelo interventor federal, dão a ideia de que o clima entre ele e o prefeito de São Leopoldo parecia ser deveras pacífico. Entretanto, conforme relata René Gertz (2005, p. 26), Cordeiro de Farias e Theodomiro

³⁴³ Jornal *A Federação*, 29/10/1937, Ano XLI, n. 242, p. 3. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/388653/82872>, acesso em: 9 ago. 2020.

³⁴⁴ Jornal *Correio do Povo*, Ano XLIV, 5/04/1938, Nº. 79, página 3 (Museu da Comunicação Social Hipólito José da Costa).

³⁴⁵ Jornal *Correio do Povo*, Ano XLIV, 5/04/1938, Nº. 79, página 3 (Museu da Comunicação Social Hipólito José da Costa).

Porto da Fonseca tiveram um atrito significativo. Atrito esse que fez com que Theodomiro, no mesmo dia da visita do interventor a São Leopoldo, encaminhasse sua carta de renúncia.

Se as primeiras páginas do *Correio do Povo* de 5 de abril registravam a visita realizada por Cordeiro de Farias, a página dezesseis publicava a íntegra do pedido de renúncia feito pelo prefeito leopoldense.³⁴⁶ Ao explicar suas razões, Theodomiro Porto da Fonseca alegou “motivos impreteríveis e urgentes de saúde”. E prosseguiu, ao se referir ao cargo que exercia:

Permita-me, v. excia. a íntima satisfação de poder dizer que saio de sua administração, após longos anos de trabalho, como prefeito, com o mesmo favor e a mesma estima popular com que entrei para seu governo em 1928, elevado ao cargo por um inesquecível movimento popular.

Neste pequeno trecho, Theodomiro Porto da Fonseca buscou demonstrar ao interventor federal que possuía prestígio entre a comunidade de São Leopoldo, o que lhe imbuía também de poderes políticos. Em outro momento, Theodomiro fez referência ao presidente Getúlio Vargas, ressaltando que este era seu “amigo e chefe”. E, por fim, ao encerrar sua carta, o prefeito apontou para razões que iam além de questões de saúde ao tomar a decisão de capitular ao cargo. Mesmo nas entrelinhas, insinuava que seus atritos com o interventor se deram por incompatibilidade de ideias ou, conforme suas palavras, de “inspirações”:

Nesta conformidade, justo é que, ao despedir-me de sua administração, a que durante vários anos, dediquei minhas vigílias cívicas, os melhores esforços de minha vida, exprimo a v. excia. a esperança que outro, com ardorosos votos que faço, para que meu sucessor, melhor inspirado, continue a bem servir os interesses deste município, com o imperecível apoio de v. excia.

A crítica tecida por Theodomiro também delineia que este recebia, até então, pouco apoio por parte de Cordeiro de Farias. A renúncia de Theodomiro Porto da Fonseca, além da repercussão entre a comunidade local, também reavivou os ânimos partidários – mesmo depois da extinção dos partidos, em dezembro de 1937. Gertz (2005) relata que Protásio Vargas, irmão de Getúlio Vargas – e espécie de “olheiro” do presidente

³⁴⁶ *Jornal Correio do Povo*, Ano XLIV, 5/04/1938, Nº. 79, página 16 (Museu da Comunicação Social Hipólito José da Costa).

sobre as questões políticas do Rio Grande do Sul –, encaminhou correspondência em 20 de abril de 1938 ao chefe da Nação, lhe informando dos desdobramentos que a renúncia de Theodomiro causou em São Leopoldo. Segundo ele, Othon Blessmann, antigo líder do Partido Libertador leopoldense, unido com antigos integrantes do PRL fieis à Flores da Cunha, estariam confabulando para influir na escolha do novo prefeito. São Leopoldo era uma destacada base estadonovista, onde o apoio ao novo regime era mais enfático, tendo em Theodomiro Porto da Fonseca importante condutor. Perder seu apoio, assim como sua saída do governo municipal, não era algo benéfico para o governo central.

Carlos de Souza Moraes, naquele momento já atuando como secretário da Prefeitura Municipal, solicitou ao prefeito interino, Latino Lacroix, sua exoneração do cargo, como sinal de apoio integral ao coronel Theodomiro Porto da Fonseca. Visando contornar a situação, Protásio Vargas mediu para que Theodomiro reconsiderasse sua posição, dizendo que era um pedido pessoal do próprio Getúlio Vargas, ao mesmo tempo em que orientava Cordeiro de Farias a agir de forma mais cautelosa e aceitando o retorno do prefeito demissionário ao seu cargo. Dirimidas as arestas políticas, Theodomiro Porto da Fonseca reassumiu o governo leopoldense, no início de maio de 1938, ao mesmo tempo em que Carlos de Souza Moraes retomava seu cargo de secretário. Se um imbróglio havia sido solucionado, outro estava em andamento.

Durante o período em que Theodomiro Porto da Fonseca estava afastado do poder, lideranças empresariais e sociopolíticas de Campo Bom, então 2º distrito de São Leopoldo, encaminharam ao interventor Cordeiro de Farias um memorial, solicitando a anexação do distrito ao município de Novo Hamburgo. O assunto ganhou repercussão na imprensa de Porto Alegre. O *Correio do Povo* publicou uma extensa reportagem sobre o caso em 3 de maio de 1938.³⁴⁷

Dentre os motivos elencados, que subsidiariam o pedido de anexação, estava o fato de que, até 1926, Campo Bom integrava territorialmente Novo Hamburgo, quando este era o 2º distrito leopoldense.³⁴⁸ Pesava também o argumento de que, ao se vincularem com o município vizinho, os campobonenses poderiam ser melhor atendidos em algumas necessidades, como coletorias (federal e estadual) e na área de saúde. A publicação do

³⁴⁷ Jornal *Correio do Povo*, Ano XLIV, 3/05/1938, N°. 102, página 10 (Museu da Comunicação Social Hipólito José da Costa).

³⁴⁸ Diante da iminência da emancipação do distrito de Novo Hamburgo, fato que se concretizou em 5 de abril de 1927, João Corrêa, então intendente de São Leopoldo, desanexou a localidade de Campo Bom e a elevou à dignidade de distrito, sendo então o 10º distrito leopoldense. Por conta de sua força econômica, quando Novo Hamburgo se tornou independente, Campo Bom passou a ser o 2º distrito de São Leopoldo.

Correio do Povo trazia, ainda, a listagem dos signatários do memorial de anexação. Dentre os nomes, estavam algumas lideranças que, até pouco tempo antes, eram apoiadores irrestritos de Theodomiro Porto da Fonseca, como Alfredo Krummennauer, João Pedro Dias, Felipe Blos II, entre outros.

Ao retomar seu cargo na administração de São Leopoldo, Carlos de Souza Moraes logo tratou de evitar que a solicitação feita por lideranças de Campo Bom encontrasse êxito. Entretanto, não buscou interferir na questão estabelecendo contatos com Cordeiro de Farias. Foi diretamente ao encontro de Benjamim Vargas, irmão do presidente da República. Em dois trechos da referida carta, Carlos de Souza Moraes chama o destinatário de amigo. É possível que tenha havido alguma proximidade entre eles. Mas, acredito que não foi apenas esta a razão que o tenha levado a manter contato diretamente com o irmão de Vargas, não apelando, antes disso, ao interventor federal Cordeiro de Farias. Creio que ainda pairava algum ressentimento ou desconfiança para com o governante estadual, decorrente do atrito que tivera com Theodomiro Porto da Fonseca e, mais que isso, é possível que a indiferença de Cordeiro de Farias para com as solicitações feitas pela SAAT, naquele mesmo período, tenham deixado Moraes um tanto quanto relutante em relação ao interventor.

Em uma carta de seis páginas, cuja cópia se encontra em seu acervo pessoal, Carlos de Souza Moraes apontou razões que, além de refutarem os argumentos do grupo pró-anexação, também apresentou elementos de “ordem nacionalista” para evitar que Campo Bom se tornasse um distrito de Novo Hamburgo. E nesse documento, novamente, Moraes deixou transparecer o ideário que envolvia a Sociedade dos Amigos de Alberto Torres: a desconfiança para com imigrantes e descendentes. Porém, ao invés de japoneses, naquele momento eram os alemães que estavam sob suspeição.³⁴⁹

Carlos de Souza Moraes iniciou sua exposição de maneira contundente, indicando que o movimento de anexação não passava de um projeto político, idealizado por lideranças vinculadas ao Integralismo:

Esse movimento, de caráter nitidamente político, sem qualquer razão relevante de ordem econômica, como passaremos a expor, tem sido agitado pelo prefeito daquele município, sr. Odon Cavalcanti, com o apoio decidido e declarado do dr. Maurício Cardoso, que, ao contrário do que era de se esperar, atento o momento em que vivemos e as

³⁴⁹ Museu Histórico Visconde de São Leopoldo (MHVSL) – Coleção Carlos de Souza Moraes – Pasta 7 – Cópia de Correspondência encaminhada por Carlos de Souza Moraes ao coronel Benjamim Vargas sobre a anexação do distrito de Campo Bom ao município de Novo Hamburgo (9/05/1938).

recomendações reiteradas do eminente Chefe da Nação, que tem aconselhado sejam evitadas lutas estéreis ou perturbações das boas relações das unidades comunais, - não tem pesado sua responsabilidade no governo do Rio Grande, com a autoridade de presidente do Secretariado, a ponto de apoiar uma campanha alimentada e revigorada por elementos integralistas.

Maurício Cardoso, então secretário do Interior e ex-interventor interino do Rio Grande do Sul, possuía relações próximas com lideranças políticas de Novo Hamburgo. Tudo indica que foi ele quem, em dezembro de 1937, indicou Odon Cavalcanti Carneiro Monteiro – antigo amigo dos tempos da Faculdade de Direito e de militância partidária no PRR – para o cargo de prefeito hamburguense.³⁵⁰ Com isso, não é de todo estranho que estivesse apoiando a tentativa de Novo Hamburgo em anexar Campo Bom, naquele momento o distrito que mais contribuía economicamente para com São Leopoldo.

Sobre o argumento da presença de integralistas na condução do movimento, alguns dos signatários do memorial, residentes em Campo Bom, foram membros do núcleo daquela localidade, fundado em 1934. Dentre estes podem ser citados Adriano Dias, João Schumann e Edo Adriano Blankenhein – sendo este último, conforme Grützmann (2017), chefe do departamento de finanças e política do núcleo campobonense. Mas as acusações de Moraes recaíam, principalmente, sobre o médico Wolfram Metzler, que naquele momento era o chefe do Serviço de Higiene do município de Novo Hamburgo – “nomeado após o advento do Estado Novo”, conforme destacou Carlos de Souza Moraes.

Nascido em Porto Alegre em 1903, Wolfram Metzler possuía laços familiares com Novo Hamburgo: sua mãe, Bertha Petry, era natural daquela localidade, quando ainda era um distrito de São Leopoldo. Bertha era irmã de Leopoldo Petry, primeiro intendente eleito de Novo Hamburgo, que administrou a cidade entre 1927 e 1930. Formado em Medicina no ano de 1929, Metzler clinicou no interior do Rio Grande do Sul, radicando-se em Novo Hamburgo por volta de 1932. Além de sua atuação médica, também se dedicou ao ramo jornalístico, sendo um dos diretores da Tipografia do Centro, sediada em Porto Alegre, cujo seu pai, Hugo Metzler, se tornou proprietário em 1893.

³⁵⁰Sobre esse assunto, queira ver: SANTOS, Rodrigo Luis dos. *Tramas enlaçadas: política, religião e educação no Rio Grande do Sul da primeira metade do século XX*. Porto Alegre: Editora Fi, 2018. Sobre a trajetória de Odon Cavalcanti, abordada de forma mais pormenorizada, queira ver: SANTOS, Rodrigo Luis dos. Laços de sangue, posicionamentos opostos: considerações sobre as trajetórias dos irmãos Heráclito e Odon Cavalcanti Carneiro Monteiro (Paraíba e Rio Grande do Sul, primeiras décadas do século XX). *Dimensões*, v. 44, jan.-jun. 2020, p. 179-210.

Membro da Ação Integralista Brasileira no Rio Grande do Sul, Wolfram Metzler se destacou como um dos principais líderes integralistas no estado. Chefe integralista em Novo Hamburgo, sua ação teve alcance amplo sobre Campo Bom, sendo um dos responsáveis pela fundação do núcleo daquele distrito, em 1934. Proprietário de uma área de terras em Campo Bom,³⁵¹ ali eram realizadas diversas atividades integralistas, como os treinamentos da Juventude Pliniana.³⁵²

Cabe fazer uma breve observação. É fato que, assim como ocorreu com as demais agremiações político-partidárias, a Ação Integralista Brasileira também foi declarada extinta em dezembro de 1937, por força de decreto federal. Mas, de qualquer modo, não deixa de ser irônico que Carlos de Souza Moraes faça acusações ao integralismo, sendo que vários membros desse movimento fizeram parte da Sociedade dos Amigos de Alberto Torres – em nível nacional e estadual – nos anos anteriores, inclusive Dario de Bittencourt, que foi o primeiro Chefe Provincial da Ação Integralista Brasileira no Rio Grande do Sul. Mais do que ironia, o episódio evidencia as conveniências políticas em conformidade com a situação. E, neste caso, se os integralistas foram aliados em uma causa nacionalista até pouco tempo antes, agora eram inimigos que deveriam ser efetivamente combatidos, especialmente os de Novo Hamburgo, Campo Bom e de outras áreas distritais de São Leopoldo.

Na concepção de Carlos de Souza Moraes, o integralismo existente em Novo Hamburgo se deu por conta do pensamento nazista disseminado naquela cidade. E, com a anexação de Campo Bom, poderia acarretar em uma difusão mais ampla, não apenas ali, mas em outras regiões leopoldenses. Conforme explanado por Moraes:

Acrescento, ainda, que a pretensão de Novo Hamburgo, que foi o baluarte do integralismo no Rio Grande, pelo alto espírito nazista ali reinante, visa, no futuro, a anexação de outros distritos de São Leopoldo, pois em mais de um foi verificada a presença de emissários desses propugnadores da incorporação de Campo Bom, trabalhando ativamente, junto a elementos integralistas e ex-componentes de diretorias distritais floristas, no sentido de pleitearem também sua anexação ao município vizinho. E até telegramas, assinados, é verdade por elementos sem significação no comércio e indústrias desses

³⁵¹ A maior parte da área de terras pertencente a Wolfram Metzler foi loteada por seus herdeiros, dando origem ao bairro Metzler. Além disso, há uma rua que leva seu nome, localizada na divisa entre Campo Bom e Novo Hamburgo.

³⁵² Para maiores informações sobre a biografia de Wolfram Metzler e sua atuação enquanto líder integralista, queira ver: TONINI, Veridiana Maria. *Uma relação de amor e ódio: o caso Wolfram Metzler (Integralismo, PRP e Igreja Católica, 1932 – 1957)*. Passo Fundo, 2003. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade de Passo Fundo - UPF, Passo Fundo, RS, 2003.

distritos, já foram enviados ao exmo. Cel. Interventor Federal, propugnando, também, pela mesma medida de Campo Bom.

A adoção do discurso antinazista estava diametralmente relacionado com um crescente discurso ideológico advindo das diretrizes estadonovistas. Embora o Brasil mantivesse relações diplomáticas e comerciais com a Alemanha nazista, por se tratar de uma ideologia estrangeira, o nazismo deveria ser vigorosamente combatido – mesmo com membros dirigentes do Estado Novo flertando com ele, como era o caso de Francisco Campos, ministro da Justiça, e o general Góis Monteiro, chefe do Estado Maior do Exército. Todavia, não pode ser ignorada a existência de um núcleo nazista em Novo Hamburgo, que continuou com suas atividades mesmo após sua proibição, com a implementação do Estado Novo. Tanto que, em 1941, o funeral do médico alemão Karl Schinke, realizado dentro das orientações nazistas, resultou na prisão de quinze indivíduos.³⁵³

Na sequência de sua reclamatória, Carlos de Souza Moraes informava a Benjamim Vargas que as lideranças hamburgueses, também no âmbito econômico, tentavam prejudicar São Leopoldo, através do projeto de construção de uma usina hidrelétrica. Novo Hamburgo, que era abastecido pela Companhia Energia Elétrica Hamburguesa, tinha pretensão de construir uma usina na cascata do Herval, dentro do território do distrito homônimo, pertencente a São Leopoldo. Naquela conjuntura, São Leopoldo havia encaminhado ao governo federal o projeto de construção da Usina Central do Salto, no município de São Francisco de Paula – onde já estava localizada a Usina Hidrelétrica da Toca.

Ora, a construção da Usina do Herval, que se acha localizada no 8º distrito de São Leopoldo, facilitará, por certo, desde que seja obtida a anexação de Campo Bom, a incorporação também de Herval, que é visada, à Novo Hamburgo, resultando, seguramente, em prejuízo para os cofres públicos de São Leopoldo, que conta com a receita daquele distrito para levar a cabo a construção da Usina Central do Salto.

De todo modo, a tentativa de Carlos de Souza Moraes em impedir o empreendimento hamburguense em Herval não logrou sucesso. A Usina Hidrelétrica do Herval, cuja construção se deu entre 1939 e 1941, entrou em operação em 19 de maio de

³⁵³ Maiores informações sobre este episódio podem ser encontradas em: LUCAS, Taís Campelo. *Nazismo d'além mar: conflitos e esquecimento* (Rio Grande do Sul, Brasil). Tese [Doutorado]. Porto Alegre, 2011. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas – Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS, 2011.

1941. Entretanto, o distrito de Herval continuou anexado ao município de São Leopoldo. Enquanto isso, o projeto da Usina Central do Salto foi adiado.³⁵⁴

Nas duas páginas que finalizam sua carta, Carlos de Souza Moraes retoma a questão da infiltração nazista no Rio Grande do Sul e da necessidade de medidas nacionalizantes. E reafirma que o prefeito Odon Cavalcanti estaria trabalhando contra as políticas de abasileiramento, agindo apenas em nome de seus interesses particulares. Odon Cavalcanti era amigo pessoal de Getúlio Vargas, tendo feito parte com ele – e outros, como João Neves da Fontoura, Firmino Paim Filho, Maurício Cardoso – da chamada Geração de 1907 ou Bloco Acadêmico Castilhistas, que defendeu o candidato republicano Carlos Barbosa Gonçalves na sucessão estadual daquele ano, substituindo Borges de Medeiros. É possível que, ao tecer estas acusações contra Odon Cavalcanti, Carlos de Souza Moraes tenha tentado criar uma situação embaraçosa, desestabilizando politicamente o prefeito de Novo Hamburgo diante do presidente da República. Transcrevo aqui as palavras escritas por Moraes:

Mas, meu prezado amigo, além da falta de razão econômica e social, que examinei longamente, existe uma, que deve merecer, por certo, maior atenção do patriótico Governo da República: o político. Não tenho dúvida, ante os fatos e as notícias que tenho observado e tido, de que a anexação de Campo Bom à Novo Hamburgo visa fortalecer um núcleo desnacionalizante, de fundo eminentemente nazista, com cores integralistas, atento ao fato, já mencionado, de ter sido Novo Hamburgo o maior foco de integralismo do estado. Diante, porém, de nossa atual situação, quando se procura realizar uma obra patrioticamente brasileira, para extinção dessas “pequenas minorias estrangeiras”, que só desejam a desagregação da nossa cara Pátria, não é crível, nem possível, que se pretenda dar maior força a um [...] que, infelizmente, está entregue a um falso brasileiro, despido completamente de civismo, de patriotismo.

Ao mesmo tempo em que articulou uma desmoralização contra Odon Cavalcanti, especialmente no que se referia ao empenho e adesão ao espectro nacionalista, tão importante ao regime político estabelecido no Brasil desde novembro de 1937, Carlos de Souza Moraes também buscou construir uma imagem de si, colocando-se como um defensor aguerrido da brasilidade e das ações que visavam implantar esse sentimento cívico, mesmo que a partir de medidas arbitrárias. E, outra vez, transmite através de suas

³⁵⁴ Atualmente existe o Sistema Salto, constituído pelas usinas hidrelétricas da Toca (inaugurada em 1930) e Passo do Inferno (1948), em São Francisco de Paula; Bugres (1952), entre São Francisco de Paula e Canela; Canastra (1956), em Canela; e Herval (1941), no município de Santa Maria do Herval.

palavras a desconfiança que nutria sobre os alemães e descendentes e suas instituições – sejam elas clubes, escolas ou até mesmo igrejas, como veremos mais adiante. Para exemplificar sua atuação como agente estadonovista, ao mesmo tempo em que se contrapunha ao adversário hamburguense, Carlos de Souza Moraes relatou um episódio envolvendo uma tradicional entidade sociocultural e desportiva leopoldense: a Sociedade Ginástica, fundada em 1885. Embora se trate de um exceto um pouco extenso, creio que sua transcrição seja pertinente:

Basta dizer que aqui, em São Leopoldo, existia uma Sociedade de Ginástica, uma das tantas que ainda infestam o Rio Grande, com programas que obedeciam a orientação direta da Alemanha e propiciavam um ambiente inverso aos interesses nacionais, pois que sua vida social era moldada absolutamente pelos ditames nazistas. Enfim, era uma célula de intenso germanismo. Pois bem, ante o decreto do preclaro Chefe da Nação, que para felicidade nossa dirige, ainda, neste momento, os destinos do Brasil, eu procurei pessoalmente os dirigentes dessa sociedade e exigi fosse realizada uma sessão de assembleia geral, para sua nacionalização. A ela compareci, em pessoa, não sem lutar para sua realização, conseguindo obter meu intento, que é de todo o bom e verdadeiro brasileiro. Entretanto (convém acentuar e chamar a atenção do distinto amigo) Novo Hamburgo, onde existe uma sociedade nas mesmas condições, não seguiu o exemplo de São Leopoldo, só porque seu administrador, sr. Odon Cavalcanti, tem interesses políticos e pessoais a realizar, à sua testa. Tanto assim, está lançando mão do fato de eu ter exigido a nacionalização da entidade germânica daqui, para efeito de captar mais as simpatias dos moradores de seu município e dos de Campo Bom, cujos descendentes são na maioria, senão totalidade, de imigrantes alemães. Aí estão os propósitos elevados do sr. Odon Cavalcanti, que só visa fazer figura, às custas dos interesses nacionais.

Cabe aqui um apontamento importante, já adiantando algumas conclusões. Ao analisar, dentro do escopo de fontes possíveis, aspectos sobre a São Leopoldo estadonovista, entre 1937 e 1945, considero que Carlos de Souza Moraes assumiu um papel mais incisivo na política nacionalizadora do que Theodomiro Porto da Fonseca, que estava à frente do governo local, enquanto prefeito. Isso não significa que Theodomiro era um agente apático naquele mecanismo político, mas tinha uma postura diferente daquela adotada por seu secretário. Enquanto Moraes estava na linha de frente da nacionalização, realizando as tarefas mais coercitivas, Theodomiro Porto da Fonseca agia de forma mais moderada, em alguns momentos até mesmo conciliadora – ou adotando medidas que pareciam contrariar a ordem vigente. Como aquela que aconteceu três anos após o episódio da pretendida anexação de Campo Bom por novo Hamburgo.

Em 1941, a antiga Casa da Feitoria³⁵⁵ foi comprada pela Prefeitura Municipal de São Leopoldo. Após uma reforma, cujo projeto foi de autoria do arquiteto alemão Theodor Wiedersphan, a estrutura do prédio recebeu a técnica enxaimel, assemelhando-a com construções existentes na Alemanha. O local foi transformado em escola municipal, com denominação de João Daniel Hillebrand. Em um período de nacionalização e de abasileiramento dos nomes de instituições e locais de origem alemã, pode soar estranho colocar o nome de uma liderança alemã em um educandário. Além disso, o arquiteto responsável pelo projeto de reforma era estrangeiro, algo proibido por lei. E somado a isso, a fachada do imóvel não continha, aparentemente, elementos de brasilidade.

Mas, uma apreciação mais crítica do episódio indica que se tratava de uma ação mediadora e, ao mesmo tempo, pedagógica. Para isso, se faz necessário recapitular aspectos da trajetória de João Daniel Hillebrand. Chegando ao Brasil em 1824, em pouco tempo passaria a exercer uma liderança dentro do núcleo imigrante. Também era bem visto pelas autoridades imperiais, mesmo cobrando muitas vezes melhores condições para os colonos. Quando rompera a Guerra Civil Farrroupilha, em 1835, assumiu uma postura favorável aos legalistas, contra os rebeldes farrapos. Por conta de seu empenho em favor do Império do Brasil, recebeu a patente de coronel da Guarda Nacional e a condecoração da Ordem de Cristo, a mais importante da época. Nesse sentido, a figura de Hillebrand é exaltada como um imigrante que, ao assumir uma postura favorável ao império, se identificou e agiu como um brasileiro. Ao dar seu nome ao educandário, as autoridades, assinalavam, não apenas para as crianças que lá estudariam, mas para a população como um todo, que os imigrantes e descendentes de São Leopoldo deveriam se espelhar em Hillebrand, tornando-se brasileiros autênticos.

O perfil mediador de Theodomiro Porto da Fonseca se fez presente nesta iniciativa. Ao aceitar que o prédio remetesse, em sua fachada, à origem alemã de boa parte da população local, assim como ao conferir-lhe a denominação homenageando um imigrante, Theodomiro assinalou à sociedade leopoldense que seria moderado em suas ações, impedindo eventuais excessos. E, como dito anteriormente, as fontes indicam que

³⁵⁵ A Casa da Feitoria, também conhecida como Casa do Imigrante, hoje é propriedade do Museu Histórico Visconde de São Leopoldo. Entre 1788 e 1824, era parte da Real Feitoria do Linho Cânhamo, responsável pelo fornecimento de matéria-prima utilizada na fabricação de cordas para o império português e, posteriormente, do Brasil. Em 1824, com a desativação da feitoria e a criação da Colônia Alemã de São Leopoldo, recebeu as primeiras famílias de imigrantes, antes de estes receberem seus lotes de terra.

essa foi a postura efetivamente adotada por Theodomiro Porto da Fonseca durante os anos que governou São Leopoldo no regime estadonovista, entre 1937 e 1944.

Retomando a carta de Carlos de Souza Moraes endereçada ao coronel Benjamim Vargas, o caráter personalista de suas intenções, alinhado com o pensamento nacionalista, fica visível em suas linhas finais. Além disso, admoestava para que houvesse uma imposição vertical sobre Cordeiro de Farias, determinando que o mesmo impeça a incorporação do distrito de Campo Bom por Novo Hamburgo.

Espero que meu nobre amigo leve ao conhecimento do dr. Getúlio Vargas esta exposição e solicite em meu nome seu maior interesse, junto ao Cel. Cordeiro de Farias, no sentido de não ser concedida a medida pleiteada, afim de evitar o descalabro das finanças e do crédito público de São Leopoldo, o embaraço à grandiosa obra da construção da Usina Central do Salto e o fortalecimento da forma nazista no Rio Grande.

E como palavras de despedidas, faz uma solicitação, que assume contornos pessoais, mesmo que discretamente, ao amigo Benjamim Vargas: “Pedindo me recomende, respeitosamente, ao dr. Getúlio e desejando proveitosa permanência no Rio, agradeço de antemão a fineza que me prestará, com interesse cívico”.

Sobre o caso envolvendo Campo Bom, a balança foi favorável para com as aspirações leopoldenses, pois a tentativa de anexação à Novo Hamburgo não foi concretizada. O distrito continuou vinculado, política e administrativamente, ao município de São Leopoldo até o ano de 1959, quando ocorreu a emancipação campobonense. Da mesma forma, o distrito de Herval, já denominado Santa Maria do Herval, também deixou de pertencer ao território leopoldense naquele ano, sendo anexado ao município de Dois Irmãos, recém emancipado.

Mas, na trajetória político-intelectual de Carlos de Souza Moraes, o ano de 1938 não foi marcado apenas por querelas envolvendo partidarismos. Em novembro daquele ano Carlos de Souza Moraes assumiu como titular da cadeira de número 21 da Academia Rio-grandense de Letras, cujo patrono era Félix da Cunha.³⁵⁶ Sua eleição havia ocorrido em 6 de novembro do ano anterior, quando ainda residia em Porto Alegre – informação essa que a correspondência que lhe foi encaminhada naquela ocasião forneceu. Com isso, fica mais claro que a mudança de Moraes para São Leopoldo ocorreu entre meados de novembro e dezembro de 1937, já com o Brasil sob égide do Estado Novo.

³⁵⁶ Após reformulações, atualmente esta cadeira é a de número 3.

Sua escolha como membro da Academia Rio-grandense de Letras se deu em decorrência da obra que havia publicado naquela ano: *A ofensiva japonesa no Brasil*. Embora com um alcance limitado, de modo geral, o livro teve boa repercussão entre determinados setores da intelectualidade estadual daquele contexto. Ademais, a acolhida de Carlos de Souza Moraes naquela entidade intelectual não foi obra de mero acaso. Tudo leva a crer que era estratégico, pois ao analisarmos a nominata de membros, veremos alguns nomes conhecidos.

A correspondência que informava Carlos de Souza Moraes sobre sua eleição era assinada pelo primeiro secretário da Academia Rio-grandense de Letras: Dario de Bittencourt. O documento esclarece que, embora tenha sido aprovado e eleito pelos membros da entidade, foi Carlos de Souza Moraes que encaminhou solicitação para ingressar naquela instituição, conforme relatado no seguinte trecho: “foi com máxima satisfação que aqui se acolheu o seu pedido de ter um lugar entre nós”.³⁵⁷ Mais adiante, são mencionados os predicados que corroboraram para a introdução de Moraes naquele ambiente intelectual:

Cresce em nosso prazer ao verificarmos, pela ação entusiástica que n’outros setores mentais do Estado vem exercendo, pertencer o ilustre companheiro àquela elevada casta dos homens de trabalho e ser, portanto, inteiramente digno de ter acento neste sodalício, que sempre teve por orgulho maior ser uma colmeia de labor, e labor honesto e profícuo a bem das tradições de grandeza espiritual do nosso amado Rio Grande do Sul.

Os “setores mentais” aos quais Dario de Bittencourt se referia eram na verdade o trabalho realizado por Carlos de Souza Moraes junto ao núcleo sul-rio-grandense da Sociedade dos Amigos de Alberto Torres, naquele momento não mais como presidente do mesmo, mas como secretário geral – e principal articulador. A SAAT estadual se fazia presente dentro da Academia Rio-grandense de Letras. Além de Dário de Bittencourt, eram membros os torreanos Leopoldo Bettiol, Antunes de Mattos, Mário Bernd, Camila Furtado Alves e De Paranhos Antunes. Inclusive, foi este último o designado pelos confrades da Academia para proceder o discurso de acolhida ao novo confrade.

Mas a cerimônia de posse de Carlos de Souza Moraes demorou um ano para ocorrer, sendo realizada em 22 de novembro de 1938. É possível que uma das razões para

³⁵⁷ Museu Histórico Visconde de São Leopoldo (MHVSL) – Coleção Carlos de Souza Moraes – Pasta 26 – Correspondência da Academia Rio-grandense de Letras para Carlos de Souza Moraes (8/11/1937).

esse adiamento tenha sido o ambiente político de São Leopoldo, que se mostrou um tanto quanto conturbado nos primeiros meses de 1938. Assumir uma cadeira na Academia Rio-grandense de Letras, tendo em vista sua importância cultural, era um passo importante na construção de uma trajetória, mas também de ampliação do leque relacional e de circulação político-intelectual de Carlos de Souza Moraes, tanto para solidificar a defesa de seu campo ideológico quanto para interesses pessoais. Alguns anos depois, essa rede foi importante para a segunda publicação de *A ofensiva japonesa no Brasil*.

A documentação arrolada junto ao acervo pessoal de Carlos de Souza Moraes traz algumas lacunas temporais. Neste sentido, são poucos os fragmentos que ajudam a compor um cenário mais robusto sobre o ambiente sociopolítico leopoldense nos anos de 1939 e 1940. Parte das informações obtidas serão utilizadas na sequência deste texto, especialmente no tocante educacional. Mas achei importante trazer essa informação, explicando o porquê de um salto do ano de 1938 para o de 1941. Soma-se a essa fator a dificuldade de acesso ao acervo documental da Prefeitura Municipal de São Leopoldo, em decorrência das limitações relacionadas ao local onde está salvaguardado.³⁵⁸

Além do episódio envolvendo a transformação da Casa da Feitoria em escola pública, o ano de 1941 trouxe uma situação não tão abonada para as autoridades leopoldenses. Justamente quando do acirramento da política de nacionalização, com o aumento no número de prisões de eventuais suspeitos de atividade nazista – ou qualquer outra classificada como *antibrasileira* ou de potencial espionagem estrangeira –, o governo municipal de São Leopoldo teve que lidar com uma crise de âmbito educacional, fortemente ligada com aspectos identitários e étnicos. O episódio ocorreu na pequena localidade de Picada São Paulo, interior de Morro Reuter, dentro do território do distrito de Dois Irmãos, envolvendo o pároco da comunidade católica distrital, Pe. José Maria Kroetz. Esta não se tratava da primeira passagem conflitante envolvendo a Prefeitura Municipal de São Leopoldo e a escola católica da Picada São Paulo. Fato semelhante havia ocorrido oito anos antes.

A Comunidade Católica de São Miguel de Dois Irmãos foi fundada em 1849, como uma capela vinculada à Paróquia Nossa Senhora da Conceição de São Leopoldo. Como responsável pelo atendimento daquele grupo de católicos alemães foi nomeado o

³⁵⁸ O acervo documental da Prefeitura Municipal de São Leopoldo, assim como da Câmara de Vereadores, está salvaguardado no Museu Histórico Visconde de São Leopoldo. Durante o ano de 2020, as pesquisas junto aos acervos documentais na instituição foram reduzidas, em decorrência de um processo de reestruturação interna, que também abrangeu a verificação e reorganização da documentação e mudança de local. Além disso, houve uma drástica redução no atendimento em virtude da pandemia de Covid-19.

padre jesuíta polonês Agostinho Lipinski. Em 1857, foi elevada à categoria de paróquia, tendo o Pe. Lipinski como seu pároco atuado naquela comunidade até 1867, quando retornou para a Polônia. A região abrangida pela paróquia – desde sua fundação até meados da década de 1990 – compreendia as localidades de Picada São Paulo, Walachai, Morro Reuter,³⁵⁹ Teewald (Santa Maria do Herval), Morro dos Bugres, Padre Eterno, Picada Verão, Joaneta e Linha Café. Entre 1849 e 1934, a Comunidade São Miguel de Dois Irmãos foi atendida por padres jesuítas. A partir daquele ano, a condução paroquial ficou sob responsabilidade de padres seculares, primeiramente da Arquidiocese de Porto Alegre e, desde 1980, da Diocese de Novo Hamburgo. Além dos templos, as comunidades construíram também escolas, visando atender crianças e jovens das famílias destas localidades. A manutenção dos educandários e remuneração de seus professores, geralmente, era feita pela própria comunidade. Posteriormente, algumas destas passaram a receber subvenção do poder público. Não obstante, as subvenções eram contrapartida para o cumprimento de algumas determinações governamentais, as quais também ocasionavam discordâncias e conflitos.

O último padre jesuíta a atender Dois Irmãos como pároco foi Francisco Murmann,³⁶⁰ o qual atendeu aquela comunidade até janeiro de 1934. Nove meses antes de deixar o exercício da condução eclesiástica daquela paróquia, Pe. Murmann, S.J. se envolveu em uma questão política envolvendo uma das escolas paroquiais de sua circunscrição: o educandário da Picada São Paulo.

Um documento datado de 19 de abril de 1933, destinado ao prefeito leopoldense Theodomiro Porto da Fonseca,³⁶¹ relatava um problema envolvendo a escola católica e um aluno de confissão evangélico-luterana. Diante da situação, o pároco Murmann buscava em Theodomiro uma solução definitiva para aquela contenda. Por se tratar de uma questão religiosa, teoricamente não caberia ao governo municipal mediar o debate e

³⁵⁹ As comunidades católicas de Morro Reuter (abrangendo, entre outras, as localidades de Picada São Paulo e Walachai) pertenceram até o ano de 1993 à Paróquia São Miguel de Dois Irmãos. Naquele ano, foi criada e instalada a Paróquia Imaculada Conceição, cuja delimitação geográfica abrange todo o território morro-reutense, emancipado política e administrativamente do município de Dois Irmãos em 1992.

³⁶⁰ Nascido em 11 de junho de 1875, faleceu em 2 de dezembro de 1945. Após deixar a Paróquia de Dois Irmãos, foi um dos responsáveis pela construção do Seminário Jesuíta de Salvador do Sul/RS, conhecido como Colégio Santo Inácio de Loyola, em funcionamento entre 1937 e o ano de 1990. Coube ao Pe. Murmann a definição do local para construção do seminário. Está sepultado no Cemitério dos Jesuítas em São Leopoldo, no Santuário Sagrado Coração de Jesus, onde também repousa o conhecido sacerdote, escritor e botânico Balduino Rambo (1905-1961), além do famoso padre alemão João Batista Reus (1868-1947), cuja causa e processo de beatificação está em tramitação junto à Congregação para a Causa dos Santos, no Vaticano.

³⁶¹ Museu Histórico Visconde de São Leopoldo (MHVSL) – Coleção Carlos de Souza Moraes – Pasta 90 – Correspondência ao prefeito de São Leopoldo, coronel Theodomiro Porto da Fonseca (1933).

solucionar o caso. Mas a situação envolveu o Poder Público quando, de acordo com o presbítero católico, o representante da municipalidade em Dois Irmãos argumentou que o aluno protestante deveria obrigatoriamente ser aceito, tendo em vista que havia uma subvenção financeira repassada pela prefeitura à escola. Conforme relatou o sacerdote,

[...] o senhor Weiler, professor da escola particular católica daquele lugar, que aliás aceita também alunos de religião protestante, como de fato faz bem, há duas semanas refutou por graves razões e de comum acordo com toda a comunidade escolar, a admissão de um menino de certo homem protestante. Quando então este homem não alcançara nada por palavras atrevidas que dirigiu aquele professor, foi ter com o subprefeito de Dois Irmãos, que lhe deu a resposta que o professor, por causa da subvenção municipal que recebe, seria obrigado a admitir o menino.

O docente mencionado tratava-se de Francisco Weiler, que além de sua atuação na escola paroquial de Picada São Paulo, se destacou como importante liderança católica leiga daquela região colonial. Exerceu o magistério até seu falecimento, em 1945. O outro personagem citado na correspondência, embora não nomeado, era o leopoldense Carlos Theobaldo Sperb,³⁶² subprefeito de Dois Irmãos em diferentes períodos nas décadas de 1930 e 1940.³⁶³ Oriundo de tradicional família de São Leopoldo, seu pai, Jorge Francisco Eneas Sperb³⁶⁴ foi comerciante e, em 1898, abriu um hotel no Litoral Norte do Rio Grande do Sul, na praia de Tramandaí: o Hotel Sperb. Carlos Theobaldo Sperb, a partir dos anos 1940, passou a dirigir o empreendimento, até 1973, quando faleceu. Ainda foi proprietário, também no balneário de Tramandaí, do Cinema Caiçara, inaugurado em 1948. Foi possível averiguar que a família Sperb era de confissão religiosa evangélico-luterana. Deste modo, a ação adotada pelo subprefeito Sperb visava auxiliar alguém que partilhava de sua religião.

Embora, no decorrer do documento, Pe. Francisco Murmann argumentasse que Sperb tenha lhe dito que tomara tal atitude para amenizar os ânimos, esta medida provocou desagrado por parte do clérigo e da comunidade local. Segundo ele, “parece que, pelo contrário, harmonizar as custas dos direitos de um dos partidos destrói por completo a harmonia”. Deixava claro que não julgava adequado que, por conta de uma

³⁶² No município de Morro Reuter há uma rua denominada com seu nome.

³⁶³ Museu Histórico Visconde de São Leopoldo (MHVSL) – Fundo Prefeitura Municipal de São Leopoldo – Correspondências emitidas e recebidas (décadas de 1930 e 1940).

³⁶⁴ Existem atualmente em Tramandaí uma rua e uma escola municipal que levam seu nome, em forma de reconhecimento pelo papel exercido no desenvolvimento da localidade.

imposição política, a escola confessional tivesse que aceitar alunos acatólicos – e, sobretudo, pessoas vistas com desconfiança pela comunidade. Não foi possível verificar quem era o homem evangélico-luterano citado como causador da discórdia, mas a leitura deixa transparecer que sua relação com os católicos de Picada São Paulo não era das mais cordiais.

Os conflitos decorrentes do aceite ou recusa de alunos de outras confissões por parte de educandários religiosos era comum na região. Hilmar Kannenberg, em uma obra comemorativa alusiva ao centenário da escola Fundação Evangélica, de Novo Hamburgo, destacou um fato ocorrido em 1916, registrado em uma das atas de reunião da diretoria desta instituição.³⁶⁵ Segundo Kannenberg (1987, p. 76), “a diretora Frieda Pechmann, surpreende a todos com a informação que cinco das 59 alunas são católicas e que seus pais exigem que a escola acompanhe-as a sua respectiva igreja, que não participem das meditações e das aulas de ensino cristão”. Ainda, conforme registrado no documento transcrito, é argumentado que esta exigência não era respeitada por escolas católicas em relação a suas alunas evangélico-luteranas, citando os colégios Santa Catarina, de Hamburgo Velho, e São José, em São Leopoldo, como exemplos disso. Frieda Pechmann asseverava: “nas escolas católicas, os alunos evangélicos são obrigados a participar dos cultos católicos; as crianças evangélicas não são levadas à igreja evangélica para os cultos. Por isso, não nos sentimos na obrigação de levar as alunas católicas à missa”. Ao analisar o documento, Kannenberg expõe alguns dos motivos que respaldam, para os evangélico-luteranos, sua posição diante das tentativas de imposição dos referidos pais católicos:

Neste posicionamento se reflete todo o ressentimento da pressão religiosa exercida sobre os imigrantes evangélicos e seus descendentes: conversões forçadas, acesso a cargos públicos e transações dificultadas para não-católicos, obrigatoriedade do batismo católico para casamentos mistos e o domínio dos jesuítas no sistema escolar (KANNENBERG, 1987, p. 77).

É possível relativizar alguns pontos desta argumentação. Naquela conjuntura histórica, a ascensão de acatólicos em cargos públicos, especialmente com o advento republicano, era um fato crescente – e também ocorrera no período imperial. Exemplo disso era encontrado em São Leopoldo, município ao qual Novo Hamburgo era distrito –

³⁶⁵ Não foi possível acesso ao documento original.

condição que se estendeu até 1927, quando emancipou-se. Era, desde 1902, intendente municipal o coronel Guilherme Gaelzer Neto, que ficou durante 16 anos à frente do governo daquela municipalidade. Gaelzer Neto era evangélico-luterano e maçom. Sobre o tocante educacional, embora os jesuítas tivessem um papel importante, outras ordens religiosas católicas tinham um papel proeminente junto às escolas na região. As irmãs da Congregação de Santa Catarina eram gestoras do Colégio Santa Catarina, enquanto as Irmãs Franciscanas da Penitência e Caridade Cristã da Terceira Ordem Regular de São Francisco de Assis administravam o colégio leopoldense São José.

De todo modo, os atritos entre católicos e protestantes, especialmente os evangélico-luteranos, envolvendo o ambiente educacional na região de São Leopoldo e do Vale do Rio dos Sinos, persistiram ao menos até o final do período do Estado Novo, em 1945. Quando o professor Francisco Weiler faleceu, em 1945, todos os alunos da escola local foram levados ao velório e tiveram que participar da missa de corpo presente, mesmo aqueles que não eram católicos. Além disso, estes alunos tinham que participar compulsoriamente das atividades católicas, quando ocorridas em horário de aula.

Quanto ao episódio envolvendo as alunas católicas da Fundação Evangélica, a ata de reunião registra a decisão tomada:

[...] a Fundação Evangélica complementa sua posição com abertura especial quanto à participação das alunas católicas nas missas em sua igreja: [...] se a ida para à igreja católica estiver assegurada com acompanhamento de pessoas de fora da escola, não impondremos nenhum impedimento. Mas, para o dia a dia da escola, permanece a realidade de que nosso educandário é uma escola evangélica com ordem evangélica, à qual todas as alunas deverão submeter-se (KANNENBERG, 1987, p. 77).

E como podemos ver, dezessete anos depois do caso de Novo Hamburgo, nova polêmica se instalara em um local de ensino, confrontando as duas denominações religiosas. Com o diferencial que, desta vez, as autoridades políticas foram envolvidas mais diretamente. Almejando conseguir o apoio definitivo do prefeito leopoldense para sua causa, o pároco Murmann utilizou de argumentos mais densos, apelando para aspectos legais relacionados com a subvenção municipal e as condições que ela determina para sua execução:

[...] trata-se de uma escola particular católica que é construída e mantida por uma comunidade escolar, cujos sócios também pagam o salário do professor. Portanto, esta comunidade é livre na admissão de alunos. Se que admitir alunos protestantes pode fazê-lo, mas pode também recusá-los. A subvenção mensal, que o professor recebe do município, não altera esta condição. Pois todos os professores e todas as comunidades escolares aceitaram-na supondo que tal subvenção tem o único destino de estimular o ensino da Língua Portuguesa e que, em consequência disto, não impõem outra condição senão o ônus de admitir a fiscalização deste ensino do Português pela autoridade competente. Seria de fato, inaceitável, uma subvenção que impusesse mais condições.³⁶⁶

Ao reforçar que o auxílio financeiro preconizava apenas a obrigatoriedade do ensino de Língua Portuguesa, tentou desqualificar o argumento dado pelo subprefeito Carlos Theobaldo Sperb ao outro envolvido na questão. Deste modo, visava legitimar o direito das escolas católicas em recusarem alunos de outras confissões e, ao mesmo tempo, determinar que os alunos acatólicos aceitos cumprissem, sem exceção, as regras religiosas destas instituições. Entretanto, adotando de uma estratégia política, evitou se indispor com a autoridade do subprefeito de Dois Irmãos – embora refutando seu argumento de que o aceite de alunos protestantes era previsto e condicionado pela subvenção da prefeitura. Para tanto, ao encerrar sua missiva, o padre Francisco Murmann deixa como última frase, antes dos cumprimentos: “é certo que a autoridade do senhor subprefeito não há de sofrer nada por tal decisão”.

Não foi possível verificar os desdobramentos pormenorizados deste caso, especialmente se o aluno evangélico-luterano foi aceito ou não pela escola católica. Mas, deste ocorrido, é plausível que o conflito tenha contribuído para a substituição dos padres jesuítas pelo clero secular – ou diocesano – pouco tempo depois.³⁶⁷ Em 21 de janeiro de 1934 assumiu no comando da Paróquia São Miguel de Dois Irmãos o jovem sacerdote José Becker, natural daquela região: nascera ao norte do distrito de Dois Irmãos, na localidade de Jammerthal, entre Linha Café e Santa Maria do Herval. Contudo, ficou menos de um ano à testa da comunidade, sendo substituído em 06 de janeiro de 1935. Posteriormente, foi nomeado pelo arcebispo Dom João Becker como primeiro pároco da

³⁶⁶ Museu Histórico Visconde de São Leopoldo (MHVSL) – Coleção Carlos de Souza Moraes – Pasta 90 – Correspondência ao prefeito de São Leopoldo, coronel Theodomiro Porto da Fonseca (1933).

³⁶⁷ Nos anos seguintes, outras paróquias da região teriam os padres jesuítas substituídos por sacerdotes diocesanos. É o caso das paróquias Nossa senhora da Piedade e São Luiz Gonzaga, em Novo Hamburgo, onde o clero secular assumiu em 1941. Em São Leopoldo, na Paróquia Nossa Senhora da Conceição, essa alteração ocorreu mais tarde, na segunda metade da década de 1970.

Paróquia Santa Tereza, no então distrito homônimo, pertencente ao município de Santa Cruz do Sul. Assumiu aquela jurisdição eclesiástica em 05 de março de 1937.

Sobre os demais atores envolvidos, sabemos que Francisco Weiler e Carlos Theobaldo Sperb continuaram em suas respectivas funções, ou seja, o primeiro como professor da escola paroquial católica de Picada São Paulo e, o segundo, como subprefeito distrital de Dois Irmãos. Assim como na chefia do Executivo leopoldense permaneceu Theodomiro Porto da Fonseca, ocupando o cargo até 1944, quando renunciou. Porém, dois outros agentes adentram na história, ocupando um lugar de destaque em novo conflito envolvendo a escola da Picada São Paulo: o padre José Maria Kroetz e Carlos de Souza Moraes, secretário de Prefeitura de São Leopoldo.

Assim como seu antecessor, o padre José Maria Kroetz era um filho da região. Nasceu em Santa Maria do Herval, em 14 de outubro de 1902. Filho de Maria Kunst e Theodor Kroetz Filho, sua família paterna foi uma das primeiras a se instalar naquela área de colonização, na primeira metade do século XIX. Posteriormente, na década de 1920, alguns Kroetz partiram para a região do extremo-oeste de Santa Catarina, em uma colônia católica fundada pelo padre jesuíta Max von Lassberg. A colônia de Porto Novo, em 1926, passou a se denominar Itapiranga, emancipando-se de Chapecó em dezembro de 1953. José Maria foi ordenado sacerdote em 30 de novembro de 1928. Não encontramos dados sobre sua trajetória pastoral nos anos anteriores a sua posse em Dois Irmãos.

Um dos irmãos de José Maria Kroetz também ordenou-se sacerdote, porém pertencente à Companhia de Jesus. Pe. Felipe Aloysio Kroetz nasceu em 1904, falecendo em 1979. Dentre as funções que exerceu, foi pároco da Paróquia Nossa Senhora da Conceição, em São Leopoldo, de 1939 a 1943. Posteriormente, trabalhou em Santa Catarina, nas cidades de Itapiranga, Tunápolis e Iporã do Oeste. Atuou ainda em Caibaté, na região missioneira do Rio Grande do Sul. Até o momento, não encontrei registros que descortinem a trajetória do Pe. Felipe Kroetz em São Leopoldo, para avaliar se o conflito envolvendo seu irmão refletiu em sua trajetória à frente da paróquia de São Leopoldo.

Alguns anos após a carta de Francisco Murmann, a correspondência do Pe. Kroetz ao prefeito leopoldense teve um conteúdo ainda mais incisivo e de críticas aos atos cometidos pela municipalidade, segundo o presbítero, contra os fiéis católicos de Dois Irmãos. Já nos comentários iniciais, o pároco afirma que os motivos de sua indignação são conhecidos por Theodomiro, assim como que o projeto de uma escola pública na Picada São Paulo já era algo de longa data. Pelo fato do subprefeito citado se tratar de Carlos Theobaldo Sperb, é possível que esta tentativa de criação de uma instituição de

ensino municipal na localidade seja decorrente dos conflitos ocorridos em 1933. Segundo José Maria Kroetz,

[...] estive hoje bem excitado por causa dos acontecimentos desnecessários que se vão dando em minha paróquia, não sem conhecimento de Vossa Excelência. Já a vários anos o senhor subprefeito daqui propôs-me a ideia de criar mais uma aula na Picada São Paulo. Procurei de impedi-lo, por motivos muito justos, para ter a garantia de subsistência da escola existente também no futuro, em que o número de alunos fatalmente vai decrescer. Agora o Município faz por própria conta, sem sequer se dignar de baixar-se a este humilde Vigário de Dois Irmãos e ouvir a opinião dele, embora a quase totalidade dos moradores seja católicos paroquianos meus.³⁶⁸

Ao reforçar o catolicismo da comunidade local, o sacerdote também transparece a influência que exerce sobre aquele grupo, podendo mobilizá-lo para o aceite de uma nova escola naquele território ou não. Tenta demonstrar ao governante municipal que também conta com um poder de arregimentação e, com isso, sendo capaz de melindrar os planos das autoridades públicas. Mais adiante, Kroetz reafirma tal alcance, ao mesmo tempo em que deixa perceptível sua interpretação de que uma intervenção estatal nos bens da Igreja se tratava de uma atitude indecorosa, de violência contra aqueles que apoiavam o próprio regime estadonovista:

Se o povo me seguir, poderá funcionar a tal escola a fundar. [...] Eu sempre procurei de viver em boa harmonia com as autoridades civis; enquanto ficam em seu campo de ação, tudo vai bem, mas desde que invadiram direitos sagrados que tenho que defender, hão de ver-me na defensiva. E não há poder nem cá na terra, nem no próprio inferno, que me vão afastar do meu posto de defesa.

Os parágrafos seguintes continuam com o tom áspero e, ao mesmo tempo, com uma dose de ironia, enfatizando a responsabilidade do prefeito Theodomiro sobre os ocorridos, alertando-o que, como líder católico daquela comunidade, o padre José Maria Kroetz não abriria mão de tomar medidas contra a postura intervencionista municipal:

Ora, aconteceu que o Município de São Leopoldo já invadiu direitos sagrados a serem guardados pelo vigário da paróquia e ameaçam fazer novas investidas. Faz uns meses, foi colocada na escola paroquial de

³⁶⁸ Museu Histórico Visconde de São Leopoldo (MHVSL) – Coleção Carlos de Souza Moraes – Pasta 48 – Correspondência ao prefeito de São Leopoldo, coronel Theodomiro Porto da Fonseca (1941).

São Paulo uma chapa com os dizeres: Escola Municipal. Ora esta, sem dizer palavrinha ao vigário ou a comunidade católica. Essa é boa! Se isto está certo, também posso afixar uma chapa na frente da chácara de Vossa Excelência com os dizeres: Chácara do Vigário de Dois Irmãos. Se o próprio governo não respeita mais a propriedade alheia, não admire que o povo lhe siga o exemplo.

As críticas ao governo são contundentes. Se oito anos antes a carta do jesuíta Francisco Burmann sobre problemas ocorridos na mesma escola e localidade tinha uma conotação mais branda e até mesmo conciliatória, adotando uma política diplomática, esta nova correspondência era respaldada em uma política de confronto direto. Duas posturas, mas um mesmo cenário: um jogo pelo poder, com estratégias distintas de manejo de forças. Mas a certa altura, o Pe. Kroetz estabelece um diálogo mais resignado sobre a fundação de uma escola pública, embora reafirme sua total contrariedade no uso do prédio da instituição católica existente, assim como é taxativo ao solicitar que o novo educandário seja afastado da igreja local:

Não posso impedir que fundem a tal da escola na Picada São Paulo, ao meu ver desnecessária. Se, porém, a querem fundar, deixem de fazer funciona-la até ter um prédio, ou aluguem uma casa, até ter própria, como foi feito no Walachai e em Dois Irmãos. Ao meu ver, se prestaria a sala de Henrique Arnecke. E seria um grande favor para toda a população católica de Picada São Paulo não colocar o prédio escolar perto da Igreja, como, aliás, quanto eu sei, estão pretendendo.

E ao encerrar sua missiva, o pároco apelava para o bom senso das autoridades, ciente do momento político e ideológico no qual estava vivendo, ou seja, da construção do nacionalismo conforme diretrizes do Estado Novo. No Rio Grande do Sul, conforme Isaia (1998), o principal chefe do catolicismo, Dom João Becker, arcebispo de Porto Alegre, adotou uma postura *brasilianista*, apoiando as políticas de nacionalização estadonovistas e buscando alinhar a Igreja Católica estadual para com esse modelo. Deste modo, Padre Kroetz lançou mão do dispositivo patriótico para salvaguardar o direito de permanência da escola paroquial e seu papel na formação cívica dos alunos: “espero também no futuro poder viver em boa harmonia com as autoridades, mas respeitem meus direitos de sacerdote. Enquanto me restar sopro de vida, serei defensor intrépido das aulas paroquiais, verdadeiros seminários de vocações sacerdotais e religiosas e de homens lídimos e patriotas a toda prova”. Uma cópia deste documento permaneceu, por mais de sessenta anos, em posse de Carlos de Souza Moraes.

Neste sentido, a atitude tomada pelo Pe. José Maria Kroetz não foi entendida apenas como uma afronta ao governo municipal de São Leopoldo. Mais que isso, foi compreendida por Carlos de Souza Moraes como uma ação contra a política de nacionalização que estava sendo implantada no país, além de ser classificada como uma narrativa discursiva de apoio ao *pertencimento alemão*, difundido nas colônias de origem germânica, tanto por padres (especialmente jesuítas) quanto por pastores do Sínodo Rio-grandense. Cabe destacar que, nesse período, teve início uma série de medidas arbitrárias especialmente contra evangélico-luteranos, rotulando-os como apoiadores e divulgadores do nazismo, ocasionando a repressão e prisão tanto de pastores quanto leigos. Deste modo, uma rotulação como *germanista* significava estar contra a ideia de *brasilidade* difundida pela ideologia e aparato estadonovista.

Quanto ao caso do vigário de Dois Irmãos, era necessário tomar alguma medida mais efetiva para extirpar uma célula corrosiva do tecido social daquela comunidade, para evitar maiores problemas e dificuldades à política nacionalizante, sobretudo no âmbito educacional. Em decorrência da proximidade entre Igreja Católica e as autoridades do regime, ao contrário do que ocorrera com clérigos protestantes, o Pe. José Maria Kroetz não foi enviado para alguma colônia penal agrícola. Alguns meses após o envio da carta, Kroetz teve sua transferência decidida pelo arcebispo Dom João Becker. Passaria a atuar em uma região mais interiorana: foi nomeado pároco em Tereza. A mesma paróquia em que, cinco anos antes, seu antecessor em Dois Irmãos, Pe. José Becker, tomou posse como primeiro pároco. Na comunidade católica Santa Tereza, Pe. Kroetz permaneceu até 1958, quando faleceu aos 56 anos de idade, no dia 22 de junho. Engajou-se, politicamente, pela emancipação política daquela localidade, fato ao qual não chegou a ver concretizado, pois a criação do município ocorreu em 30 de janeiro de 1959, quando também houve a mudança de denominação de Tereza para Vera Cruz. Posteriormente, o sacerdote recebeu uma homenagem da municipalidade local, sendo denominada uma rua com seu nome: Cônego José Maria Kroetz. E quanto à Paróquia de São Miguel de Dois Irmãos, para seu lugar foi nomeado o Pe. Valentin Weschenfelder, que ali permaneceu por 32 anos. Porém, antes de sua nomeação e posse, ainda durante o processo de indicação, Carlos de Souza Moraes solicitou informações detalhadas sobre o Pe. Valentin.³⁶⁹ Era prudente evitar novos conflitos e, ao seu ver, mais um padre *germanista* na problemática comunidade católica dois-irmonense.

³⁶⁹ Museu Histórico Visconde de São Leopoldo (MHVSL) – Coleção Carlos de Souza Moraes – Pasta 26 – Solicitação de informações sobre o Pe. Valentin Weschenfelder (1942).

A situação envolvendo as ações afrontosas do Pe. José Maria Kroetz continuou sendo repercutida por Carlos de Souza Moraes. Em um rascunho datilografado por Moraes – sobre o qual não foi possível verificar o destinatário –, o mesmo elaborou um texto, dividido em duas partes: na primeira, tecia elogios ao Estado Novo e a política nacionalizadora implantada e, na sequência, fazia referências ao caso envolvendo a escola de Picada São Paulo e o pároco católico de Dois Irmãos. Em suma, o escrito de Moraes chamava a atenção para a existência de um “espírito desagregador e pouco brasileiro” dentro de educandários nas áreas coloniais do Rio Grande do Sul – tanto alemã quanto italiana –, com interferência financeira e ideológica de instituições estrangeiras, onde havia pouco empenho das comunidades religiosas mantenedoras em auxiliar a política nacionalizadora vigente.

A fiscalização, neste Estado, teve, então, o condão de escancarar, a todo o país, a ação maléfica que se havia inaugurado em estabelecimentos educacionais contra a integração da juventude teuta e ítalo-brasileira em nossa vida nacional, nos quais se cultuavam apenas tradições, homens e fatos estranhos aos nossos sentimentos de brasileiros. Nesses verdadeiros centros de dissociação, foi encontrado copioso acervo de material nocivo, como livros didáticos e publicações de propaganda contrárias às nossas leis em língua que não a portuguesa, e verificado que as preleções eram realizadas, em alguns deles, absolutamente, em alemão ou italiano.

A cruzada nacionalizadora demonstrou, de logo, como era de se esperar, que as comunidades religiosas, algumas estipendiadas por países europeus eram, com raríssima exceção, os centros diretivos de dezenas de escolas disseminadas por todo o Rio Grande, mormente na zona colonial, nas quais tudo se aprendia, menos conhecer e amar o Brasil. [...] Não se tratam mais de suposições, mas de fatos comprovados, em que maus brasileiros, nascidos e educados aqui, eram verdadeiros embaixadores de nações além-mar, na organização e orientação destes núcleos mantidos à margem dos anseios da nacionalidade brasileira.³⁷⁰

A inserção de Carlos de Souza Moraes na defesa da política nacionalizante se coadunava com sua própria desconfiança para com as instituições presentes nas áreas de imigração. Na construção de sua narrativa, utilizou elementos ligados à experiência pessoal que vivenciara. Em seu livro *A ofensiva japonesa no Brasil*, Moraes dedicou algumas linhas na descrição de acontecimentos envolvendo alemães e descendentes em Montenegro, sua terra natal e onde passou a maior parte de sua infância e juventude:

³⁷⁰ Museu Histórico Visconde de São Leopoldo (MHVSL) – Coleção Carlos de Souza Moraes – Pasta 54 – Rascunho escrito por Carlos de Souza Moraes sobre a nacionalização promovida pelo Estado Novo e o caso envolvendo o Pe. José Maria Kroetz.

Foi, também, em virtude de desinteresse por parte dos poderes públicos que se verificavam outros dolorosos casos em que a nossa soberania era aviltada, não em sessões ou reuniões secretas, mas em demonstrações públicas, como tivemos oportunidade de assistir, na infância e em nossa cidade natal, Montenegro. Neste próspero município de colonização germânica, uma dessas tantas sociedades que superabundavam neste extremos sul realizava, na sede da comuna, teatros, durante os quais as representações eram todas em alemão, se esquecer motivos alemães. Em mais de uma ocasião, em companhia de colegas de estudo, comparecíamos a essas festividades, para presenciarmos o culto às tradições da velha Germânia e ouvirmos o costumeiro discurso de encerramento que sempre era rematado, sob aplausos gerais da assistência alemã e teuto-brasileira, com raríssimas exceções, com a proclamação: *Deustschland über alles!* (A Alemanha acima de tudo!) (MORAES, 1942, p. 236).

Sobre este trecho citado, alguns detalhes devem ser contemplados com mais vagar, especialmente no que tange ao sentido incutido em sua narrativa. Por se tratar de uma obra de caráter denunciativo, Carlos de Souza Moraes fez uso dos argumentos que julgou convincentes para atrair o apoio dos eventuais leitores para a causa que defendia. Entrementes, também adotou uma tônica que visava reforçar sua imagem pessoal enquanto nacionalista e defensor das coisas brasileiras. Ao recordar sua juventude, quando participou de atividades em uma sociedade fundada por alemães e descendentes em Montenegro, Moraes tenta incutir no leitor a percepção de que, desde tenra idade, foi um observador atento e crítico da presença de estrangeirismos, assim como da difusão de pensamentos desvinculados da identidade brasileira – como o uso da expressão “A Alemanha acima de tudo!”. Entretanto, aqui relativizo essa imagem que Carlos de Souza Moraes tentou atribuir a si.

Com exceção de algumas tentativas de ações nacionalizadoras empreendidas durante o governo de Afonso Aurélio Porto (1920-1924), o cenário sociopolítico e cultural de Montenegro, no que remete à questão da dicotomia imigração/nacionalismo brasileiro, era relativamente ameno naquela década de 1920. As querelas políticas eram muito mais arraigadas em disputas internas no PRR local ou entre republicanos e federalistas/libertadores. Assim, a questão étnica não poderia ser considerada como um motivo evidente de conflitos. O próprio pai de Moraes, coronel José Álvaro Pereira de Moraes, durante todo o período em que exerceu liderança política na região – até seu falecimento, em 1921 –, contou com apoio muito próximo de descendentes de alemães. Com isso, arrisco a dizer que o ambiente familiar e político no qual Carlos de Souza

Moraes vivenciou seus primeiros anos de vida, não oferecia subsídios para o propalado – subjetivamente – pensamento nacionalista desde tenra juventude, como aventado no trecho transcrito de seu livro. Essas ideias surgiram, com maior probabilidade, durante sua graduação em Direito, ao se aproximar de professores simpáticos ao pensamento de Alberto Torres – como foi o caso de Antonio Vieira Pires, abordado no capítulo anterior.

Ao se fazer uma leitura de documentos arquivados em seu acervo pessoal, assim como de alguns parágrafos contidos em *A ofensiva japonesa no Brasil*, transparece a desconfiança que Carlos de Souza Moraes, durante as décadas de 1930 e 1940, nutria pelas áreas de imigração alemã, parte de seus habitantes e instituições aí presentes, especialmente escolas paroquiais – tanto católicas quanto evangélico-luteranas. Essa percepção é transmitida de forma notória em seu livro, onde indicava caminhos para a integração – mesmo que arbitrária – desta população ao Brasil estadonovista:

Basta a ação vigilante e constante dos poderes públicos, para evitar a reprodução dos fatos que o grande livro do Ten.-Cel. Aurélio Py denunciou. Disseminem-se escolas como se vem fazendo pelas regiões coloniais; construam-se estradas, grandes veículos nacionalizadores, como atestará a extraordinária rodovia federal Getúlio Vargas, ligando Porto Alegre ao Rio e atravessando extensas zonas onde predominam aglomerados de descendentes de imigrantes isolados de centros que possuem agentes nacionalizantes em maior número; fechem-se as escolas paroquiais, particulares, onde houver escolas públicas; fiscalize-se a entrada nessas células de trabalho de elementos perigosos e capazes de despertarem sentimentos contrários aos nossos justos propósitos nacionalizadores – e, então, teremos, dentro de poucos lustros, um outro ambiente, uma outra situação, que evitará pruridos antagônicos aos interesses nacionais, como os que estamos presenciando atualmente (MORAES, 1942, p. 237).

Sobre o projeto de rodovia mencionado – atualmente a BR 116 –, de fato seu trajeto entre Porto Alegre e o norte do Rio Grande do Sul perpassaria algumas áreas de imigração alemã e italiana. No caso do município de São Leopoldo, além de cruzar a própria sede municipal, também o faria nos distritos de Estância Velha, Bom Jardim, Dois Irmãos – e a localidade de Picada São Paulo – e Joaneta. Do ponto de vista de infraestrutura, de fato seria uma obra de grande vulto, que facilitaria o transporte e comunicação entre a sede municipal e os distritos mais ao norte, onde a dinâmica rural e a presença de aspectos culturais germânicos eram, nas palavras de Moraes, “mais acentuados” – embora pesquisas, como as de Gertz (2002; 2005), destaquem que o

germanismo era mais presente em centros urbanos, como Porto Alegre, defendido por intelectuais de origem alemã.

Carlos de Souza Moraes não enfrentou problemas apenas com o vigário católico de Dois Irmãos. Ainda sobre este caso, fica subentendido que, se dependesse apenas de uma decisão de Moraes, o Pe. José Maria Kroetz não teria sido apenas transferido de paróquia, como ocorreu. O mesmo teria sido preso, como ocorria com os pastores do Sínodo Rio-grandense – e alguns outros das demais denominações protestantes, como do Sínodo de Missouri. Entretanto, desde 1940 havia um acordo de cooperação entre o governo do Rio Grande do Sul e a Igreja Católica, onde o então arcebispo de Porto Alegre, D. João Becker, se comprometeu em dar amplo e irrestrito apoio à política de nacionalização. E caso encontrasse algum sacerdote que não cooperasse com o regime, o próprio arcebispo tomaria medidas mais severas, evitando assim o confinamento de eclesiásticos católicos. Isso explica que Pe. Kroetz, mesmo diante de sua ferocidade, tenha sido penalizado apenas com uma transferência de paróquia. Mas, como dito, ocorreram situações que envolveram outras entidades confessionais, como o Sínodo Rio-grandense.

O Sínodo Rio-grandense estava sediado em São Leopoldo, no Morro do Espelho, onde também, desde 1931, havia sido instalado o Instituto Pré-Teológico, local em que os candidatos ao pastorado realizavam seus estudos preparatórios antes de partirem para a Alemanha, a fim de obter formação superior. Não obstante, na mesma área foi construído, em 1936, o Ginásio Sinodal. Desde 1935 a presidência da entidade estava a cargo do pastor Hermann Gotlieb Dohms, nascido no distrito de Sapiranga em 3 de novembro de 1887.

Com a implantação do Estado Novo, as medidas de nacionalização adotadas atingiram diretamente o cotidiano sinodal. Além da proibição do uso de língua alemã nos cultos realizados – assim como nas missas católicas –, os pastores também não poderiam realizar aulas nas dependências de suas igrejas, especialmente História e Geografia do Brasil. Além disso, havia o confisco de materiais didáticos ou qualquer outro tipo de livro ou publicação em alemão.

Fato interessante é que, na documentação arrolada junto ao acervo de Carlos de Souza Moraes, não encontrei documentos que detalhassem aspectos concernentes da relação entre os agentes estadonovistas e o Sínodo Rio-grandense, assim como algum episódio mais conflitante, como o que ocorreu em Dois Irmãos. Todavia, isso não representa que não existissem sérios embates. Estes, de uma forma geral, envolviam mais

diretamente os líderes sinodais e autoridades vinculadas ao governo estadual, como o secretário da Educação Coelho de Souza ou o chefe de Polícia Aurélio da Silva Py. Em decorrência disso, não me deterei mais largamente, neste trabalho, na relação entre Carlos de Souza Moraes e o Sínodo Rio-grandense – mas abro aqui possibilidade de, futuramente, avançar mais em pesquisas que abordem essa perspectiva.

Um dos poucos documentos encontrados, diferentemente do que poderia se supor, possuía um tom amistoso e de exaltação às iniciativas nacionalistas adotadas em São Leopoldo. Se trata de uma correspondência encaminhada pelo pastor Rodolfo Saenger, diretor do Ginásio Sinodal, datada de 28 de novembro de 1939.

O pastor Saenger, em sua alocução, elogiava a “patriótica iniciativa” de Carlos de Souza Moraes em instituir o Prêmio Coronel Theodomiro Porto da Fonseca, que seria conferida aos educandários e alunos que se destacassem nas disciplinas de Língua Portuguesa e História do Brasil.³⁷¹ É provável que as exaltações ao patriotismo feitas pelo pastor sinodal tenham sido uma estratégia de bom relacionamento para com o responsável pela Instrução Pública em São Leopoldo. Manter a cordialidade para com as autoridades municipais poderia ser útil quando fosse necessária sua mediação junto ao governo estadual. Alguns anos mais tarde, em 1943, o Ministério da Educação, conforme Santos (2018), caçou a licença de funcionamento do Ginásio Sinodal.³⁷² O episódio ocorreu em uma fase onde as desconfianças para com o Sínodo Rio-grandense e seus membros estava bastante aguçada. A situação foi resolvida algum tempo depois. E, plausivelmente, essa aproximação cordial com os agentes nacionalistas leopoldenses deve ter beneficiado a iniciativa de revogar a suspensão de funcionamento da escola.³⁷³

Sobre o ambiente educacional leopoldense, o jornal *Correio de São Leopoldo*, em edição especial publicada no dia 23 de julho de 1942, trouxe uma pormenorização das iniciativas realizadas até aquele momento.³⁷⁴ Para além de informações estatísticas, analisarei sobretudo o discurso adotado, alinhado com as diretrizes da nacionalização. Neste sentido, reproduzirei alguns trechos da publicação, que evidenciam estes aspectos. O primeiro deles afirma que:

³⁷¹ Museu Histórico Visconde de São Leopoldo (MHVSL) – Coleção Carlos de Souza Moraes – Pasta 54 – Correspondência do Pastor Rodolfo Saenger ao Diretor de Instrução Pública Carlos de Souza Moraes (28/11/1939).

³⁷² Arquivo Histórico da IECLB (Faculdades EST – São Leopoldo) – Fundo Sínodo Rio-grandense – Caixa SR 17 – Pasta SR 17/8 – Documento 005.

³⁷³ Não foram encontrados, até o momento, outras fontes que subsidiem informações mais detalhadas sobre o processo, especialmente a liberação para que o Ginásio Sinodal retome seu funcionamento plenamente.

³⁷⁴ *Correio de São Leopoldo*, 23/07/1942, Ano X, n. 508, p. 32. (Museu Histórico Visconde de São Leopoldo)

[...] se compulsássemos os relatórios de vários anos, verificamos o que tem realizado a atual administração a prol da alfabetização. Em zonas onde antigamente o acesso era difícil e a ausência de escolas era uma triste realidade, abriram-se estradas, aproximando os pequenos núcleos de centros mais populosos, permitindo o intercâmbio entre os agricultores de regiões diferentes e o contato mais constante e necessário para a nacionalização; surgiram, paralelamente, unidades escolares públicas, no sentido de serem substituídas as particulares. E coroando esse serviço imenso para a integração de nossos pequenos patrícios ao nosso meio, instituíram-se concursos para os professores que vinham exercendo as funções no magistério municipal, no propósito de também selecioná-los torná-los mais aptos para sua nobre missão, através de cursos de ensino cívico, realizados por pessoas capazes.

De fato, o levantamento de informações demonstrou a realização do programa de abertura e melhoria de vias mencionado, assim como a ampliação no número de instituições escolares existentes no município, sobretudo nas áreas distritais. Ademais, a ênfase nestes dois pontos se assemelha com aquele defendido por Carlos de Souza Moraes em *A ofensiva japonesa no Brasil*, no qual elenca a abertura de escolas públicas – e o fechamento de instituições paroquiais e particulares – e a ampliação de estradas como elementos imprescindíveis para o êxito da nacionalização. E como detalhe, a semelhança dos argumentos encontrados indica que o texto publicado no *Correio de São Leopoldo*, embora originalmente sem autoria, tenha sido elaborado por Moraes.

Outro aspecto que merece atenção no recorte escolhido é a menção da realização de “cursos de ensino cívico”, pois encontramos, nessas atividades, a presença de ações baseadas na agenda político-intelectual da Sociedade dos Amigos de Alberto Torres, que abordava essa temática dentro da programação das Semanas Ruralistas, por exemplo. Embora estivesse afastado há pelo menos quatro anos da SAAT, essa declaração dada por Carlos de Souza Moraes reforça a ideia que defendo, de que Moraes procurou aplicar algumas “políticas torreanas” em São Leopoldo.

A patriótica campanha nacionalista hoje revigorada e intensificada vinha, há muitos anos, sendo realizada, paulatinamente, pelo atual governo municipal, que desde o início de sua administração, encetou a trilha admirável de instalar aulas nos mais afastados recantos da comuna, a fim de levar a nossa língua aos pequeninos patrícios descendentes de imigrantes alemães. O resultado poderá ser verificado para quem percorra o interior do território leopoldense. Qualquer de seus núcleos poderá demonstrar que o vernáculo não é desconhecido. A construção de novas estradas e consolidação constante das existentes também possibilitaram a aproximação dessas parcelas de nossa

população dos verdadeiros de nossos governos, que precisam da integração dessas colmeias de trabalho ao nosso meio.

O rompimento das relações diplomáticas do Brasil com a Alemanha – além da Itália e Japão –, em 28 de janeiro de 1942, deu novo impulso para as políticas de nacionalização. Não apenas no seu âmbito educacional, mas também no acirramento de ações coercitivas e repressivas, como prisões e atos mais violentos. Contudo, naquele momento, é perceptível que a fluidez narrativa adotada pelo *Correio de São Leopoldo* tem um tom mais moderado. E quanto à percepção de que a publicação seja de autoria de Carlos de Souza Moraes, seu discurso é mais ameno do que aquele presente em *A ofensiva japonesa no Brasil*, conforme relatei anteriormente. Em boa medida, não podemos esquecer de que a reportagem trata, para além de uma espécie de *prestação de contas* do trabalho realizado pela Diretoria de Instrução Pública, de uma propaganda para o governo leopoldense e, consequentemente, para o próprio Carlos de Souza Moraes.

É interessante que, um dos quadros (tabelas) trazidos pela publicação, salienta a origem étnica das crianças e jovens em idade escolar, matriculados nos educandários leopoldenses. Entretanto, não é encontrado no texto nenhuma explicação sobre os procedimentos de definição para classificar um aluno como “genuinamente brasileiro” – se os dados foram baseados em sobrenomes familiares, cor, língua principal falada no ambiente doméstico, entre outros critérios possíveis de terem sido aplicados.

Tabela 2: Origem étnica da população escolar no Município de São Leopoldo (1942)³⁷⁵

Distrito	Genuinamente brasileiros	Descendentes de estrangeiros
São Leopoldo (Sede)	418	138
Campo Bom	96	96
Bom Jardim	4	290
Dois Irmãos	11	397
Sapiranga	48	184
João Corrêa (ex-Nova Palmeira)	80	123
Sapucaia	356	84
Herval	5	367
Joaneta	1	152
Genuíno Sampaio (ex-Estância Velha)	71	65

Autor: Rodrigo Luis dos Santos.

³⁷⁵ Adaptação de tabela publicada no jornal *Correio de São Leopoldo* – edição de 23/07/1942, p. 32

O distrito com maior presença de alunos descendentes de estrangeiros (na sua maioria de imigrantes alemães) é Dois Irmãos, seguido de Herval e Bom Jardim. Isso ajuda a explicar uma ação mais acentuada das autoridades escolares nestas localidades, na promoção da nacionalização do ensino e na fiscalização dos professores que ali atuavam.

Retomando alguns anos antes, o relatório elaborado por Camila Furtado Alves, delegada de Ensino nomeada para fiscalização da região de São Leopoldo em 1939, trazia algumas avaliações negativas sobre o ensino no município.³⁷⁶ Os dados foram considerados tão desabonadores, que acabaram inclusos integralmente no livro *A 5ª Coluna no Brasil*, de Aurélio da Silva Py. Em síntese, as considerações de Camila Furtado Alves podem ser condensadas nos seguintes pontos:

- a) Que os professores particulares, em sua maioria, desconheciam ou pouco se esforçavam em utilizar a Língua Portuguesa, não a utilizando em sala de aula;
- b) Que o ensino em Língua Alemã, desde tenra idade – e agora de forma clandestina, em muitos casos –, era uma tática de infiltração e cooptação nazista dentro das áreas coloniais do Rio Grande do Sul;
- c) Que as aulas particulares e paroquiais deveriam ser fechadas em sua totalidade, pois eram “os piores elementos contra a Instrução Pública (PY, 1942, p. 249) – encontramos neste argumento um alinhamento com a tese defendida por Carlos de Souza Moraes;
- d) Que os professores das escolas particulares e paroquiais, em sua maioria, incitavam os alunos e as comunidades contra as escolas públicas, promovendo verdadeiras campanhas contra os governos;
- e) Que muitos professores públicos não cooperavam com a campanha de nacionalização, se tornando verdadeiros promotores de discórdia nas comunidades onde atuavam.

O relatório de Camila Furtado Alves se dividia em duas partes: a primeira, com informações obtidas em abril de 1939, quando foi designada a proceder fiscalização na região de São Leopoldo – assim como em Montenegro, São Sebastião do Caí e Taquara.

³⁷⁶ Algumas informações deste relatório foram trazidas no terceiro capítulo deste trabalho, ao abordar a questão da imigração japonesa em São Sebastião do Caí.

É deste primeiro período que informou a presença de dois professores públicos que somente ensinavam em língua alemã: Glória R. da Silveira, na localidade de Bela-Hu, em Sapiranga e Carlos Alfredo Wiest, em Morro Reuter, distrito de Dois Irmãos. A segunda parte, de dezembro daquele ano, trazia informações mais detalhadas sobre algumas escolas e seus docentes.

Dentre as escolas que mais apresentaram problemas, além da mencionada escola pública isolada de Morro Reuter, do professor Wiest, também se destacaram a aula particular católica de Fredolino Pilz, em Dois Irmãos; a escola pública isolada de São José do Herval e a aula particular da comunidade católica de Herval. Sobre Carlos Alfredo Wiest, além da percepção que lhe foi atribuída pela delegada de Ensino, de ser áspero e severo, também havia a acusação de se preocupar apenas com o ensino de Língua Alemã, nada se interessando pela alfabetização em Português. Chamou atenção de Camila Furtado Alves a forma dos alunos desta escola cantarem o Hino Nacional, “completamente modificado, com interpretação gesticulada e ridícula” (PY, 1942, p. 251).

Situação semelhante foi averiguada na aula particular católica de Dois Irmãos, onde os alunos não sabiam cantar o hino pátrio e a alfabetização era totalmente deficitária. Além disso, pesava o fato de não ser uma aula registrada. Por fim, destacou-se que o professor Pilz não atendia nenhum dos critérios básicos para poder atuar como docente. Na aula particular da comunidade católica do Herval, Camila Furtado Alves afirmou que Silfredo Beck, professor que ali atuava, se empenhava para que os alunos não aprendessem Português, tudo fazendo para sabotar a nacionalização do ensino naquela localidade.

O caso mais grave naquela conjuntura se mostrava ser o de São José do Herval. Isso porque, assim como ocorreria dois anos depois em Picada São Paulo, também haveria interferência do vigário de Herval,³⁷⁷ impossibilitando um trabalho nacionalizante mais eficiente na localidade. Conforme expôs Camila Furtado Alves:

Num ambiente verdadeiramente hostil, a professora Jade Fagundes de Oliveira Freitas, não vem medindo esforços no sentido de nacionalizar e alfabetizar a zona a si confiada. Vive uma luta titânica, sem resultados, sendo a segunda professora que solicita encarecidamente o seu afastamento desse povoado, habitado por pessoas sem escrúpulos e que

³⁷⁷ Hoje a comunidade católica de São José do Herval pertence à Paróquia Imaculada Conceição de Morro Reuter. Contudo, no período estudado, ela fazia parte da jurisdição eclesiástica da Paróquia Nossa Senhora Auxiliadora, de Santa Maria do Herval (Herval).

não vacilam em atacar qualquer um. Isso foi constatado. A frequência dessa aula é mínimo. Enquanto o ambiente hostil permanecer contra as professoras deste povoado, nada se conseguirá. Nota da Delegada: Todo esse trabalho é do Padre Afonso Scherer (PY, 1942, p. 253).

A pesquisa empreendida não encontrou maiores detalhes sobre quais seriam as estratégias adotadas pelo padre Scherer para hostilizar as professoras públicas, indispondo a comunidade local contra estas. Mas obtive algumas informações sobre a trajetória deste sacerdote.³⁷⁸ Nascido em Bom Princípio, então pertencente ao município de São Sebastião do Caí, em 28 de março de 1895, Miguel Afonso Scherer foi ordenado sacerdote em 1920. Atuou como auxiliar em Venâncio Aires até 1925, quando foi nomeado pároco em São José do Hortêncio. Permaneceu à frente daquela paróquia até 1931, quando foi transferido para Santa Maria do Herval. Atuou ali durante trinta anos, até seu falecimento, em 14 de abril de 1961.³⁷⁹ Em 1944, foi nomeado membro honorário do Cabido Metropolitano, recebendo de D. João Becker a distinção de cônego, sendo a partir daquele momento chamado por Cônego Afonso Scherer.

Mas, se no caso do Pe. José Maria Kroetz, sua atitude vista como indolente, por conta dos atritos com o governo leopoldense, lhe rendeu transferência para uma região mais interiorana do estado, por qual razão o Pe. Scherer permaneceu no cargo, continuando por mais vinte e dois anos em Santa Maria do Herval? A resposta pode ser encontrada na velha política dos laços familiares. Pe. Afonso Scherer era irmão de outro sacerdote: o padre Alfredo Vicente Scherer, secretário particular do arcebispo D. João Becker – há quem iria suceder no governo da Arquidiocese de Porto Alegre, em 1947. Com isso, mesmo sendo acusado de “conspirar contra a nacionalização”, não sofreu a mesma punição que, algum tempo depois, sofreu seu colega de sacerdócio em Dois Irmãos.

Carlos de Souza Moraes assumiu o cargo de diretor de Instrução Pública do Município de São Leopoldo em meados de 1939, logo após a visita de Camila Furtado Alves aos educandários leopoldenses – e a constatação de algumas situações incompatíveis com a política educacional estadonovista. Embora o relatório final tenha sido remetido ao secretário Coelho de Souza em dezembro de 1939, é possível que a

³⁷⁸ *Jornal do Dia*, 15/04/1961, Ano XX, n. 4.253, p. 7. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/098230/44989>, acesso em: 10 set. 2020.

³⁷⁹ Se, de fato, o sacerdote tenha articulado uma campanha contra as professoras públicas nomeadas pelos governos do Rio Grande do Sul ou de São Leopoldo, não deixa de ser irônico que a escola estadual de Ensino Médio de Santa Maria do Herval receba a denominação de Cônego Afonso Scherer.

delegada de Ensino tenha informado seu antigo confrade torreano das irregularidades aferidas – e este comunicado ao prefeito Theodomiro Porto da Fonseca. Diante da situação, o chefe do Executivo leopoldense deve ter encontrado em Moraes alguém com os predicados necessários para solucionar as indisposições que haviam no tocante escolar.

Em dezembro de 1939, ao retornar ao município de São Leopoldo para proceder novas verificações às escolas públicas, particulares e confessionais, mesmo com algumas situações incômodas, também foram encontrados alguns casos classificados como positivos. Exemplos citados foram a escola isolada do professor Afonso Wolf e a aula particular da Comunidade Evangélica, ambos em Dois Irmãos. Camila Furtado Alves acentuou que, mesmo com problemas na alfabetização, havia grande empenho nas medidas de nacionalização, com boa preparação dos alunos em educação moral e cívica. No caso da Comunidade Evangélica, o professor Arno Nienow era subvencionado pela Prefeitura Municipal de São Leopoldo – o que indica a ação de Carlos de Souza Moraes em nomear professores públicos para escolas consideradas como “potencialmente perigosas”, como o caso daquelas vinculadas ao Sínodo Rio-grandense.

Mas, ao fazermos um comparativo, no caso de Dois Irmãos, os educandários considerados problemáticos ou eram, em sua maioria, isolados ou ligados à Igreja Católica local. Entretanto, uma destas pequenas escolas também recebeu uma nota positiva naquele ano de 1939: a escola católica da Picada São Paulo. Citando o relatório mencionado:

Este colégio é dirigido pelo professor João Edwino Utzig, que é um esforçado, dando-nos uma demonstração completa de seu trabalho. Foi a única aula na quem encontramos com bons resultados na alfabetização, muito embora esteja localizada numa verdadeira grota, além de ser seu professor um aleijão. Boa demonstração de Educação Física. A matrícula dessa aula é de 73 alunos (PY, 1942, p. 252).

Mesmo diante dos comentários ácidos de Camila Furtado Alves, as considerações sobre aquele espaço escolar lograram boas críticas. Contudo, em 1941, o professor que atuava naquele local era outro: João Edwino Utzig cedeu espaço para Francisco Weiler, que estava mais próximo das ideias defendidas pelo Pe. Kroetz. E, contrapondo-se à política de nacionalização que se avolumava, a interferência do pároco de Dois Irmãos, Pe. José Maria Kroetz, se tornou efusiva, ao ponto de ser acusado de *germanista* – um sinônimo de nazista – por parte de Carlos de Souza Moraes. Naquela conjuntura de perseguição, a transferência do Pe. Kroetz para Vila Tereza se mostrou ainda um fato

vantajoso para este sacerdote, em comparação ao que ocorria com os pastores do Sínodo Rio-grandense, por exemplo.

Com a resolução dos casos mais problemáticos, especialmente os ocorridos nas escolas de Picada São Paulo e São José do Herval, São Leopoldo experimentou um momento de estabilidade nas questões referentes ao processo de nacionalização do ensino. Para essa conclusão, foram analisados diversos documentos e publicações na imprensa. Além de jornais de alcance mais amplo, como *Diário de Notícias* e *Correio do Povo*, o *Correio de São Leopoldo* foi a fonte principal para apreciação crítica da questão escolar em São Leopoldo durante o Estado Novo – e na gestão de Carlos de Souza Moraes como diretor de Instrução Pública. Mas é importante lembrarmos de um detalhe: Carlos de Souza Moraes também era o diretor do *Correio de São Leopoldo* durante esse período. Desse modo, a análise deste periódico exige uma atenção ainda maior, levando em consideração as intenções incutidas nas narrativas ali presentes e nos objetos e situações elencadas para publicação no jornal.

O *Correio de São Leopoldo* teve sua primeira edição publicada em 4 de abril de 1932, data que ficou estabelecida como a de fundação oficial do periódico. Seu primeiro diretor foi o engenheiro Arnaldo da Costa Bard. Nascido na cidade de Lajeado, em 15 de outubro de 1882, Arnaldo era filho do casal José Luís Bard e Branca da Costa. Branca era irmã de Eugênia da Costa, esposa do coronel João Batista de Mello (intendente de Lajeado entre 1909 e 1924); também era irmã de Antonieta da Costa, casada com Francisco Oscar Karnal (intendente de Lajeado entre 1902 e 1908). Antonieta e Francisco, por sua vez, eram pais de Oscar da Costa Karnal (prefeito de Lajeado entre 1932 e 1934) e deputado estadual na década de 1930. Neste panorama, é possível que as redes sociais, a partir de sua constelação familiar, tenham favorecido sua inserção junto ao aparelho administrativo do Rio Grande do Sul, ao mesmo tempo em que iniciava sua trajetória política.

Foi nomeado, em 1911, coletor estadual no município de Taquara. Em pouco tempo, Arnaldo da Costa Bard fixou lugar no ambiente político taquarense, comandado desde o início do século XX pelo coronel Diniz Martins Rangel – que se manteve no cargo de intendente municipal entre 1900 e 1920. No ano de 1920, Arnaldo foi nomeado intendente provisório de Taquara, por determinação de Borges de Medeiros. Nas eleições municipais daquele ano, através de um acordo entre Diniz Martins Rangel e Borges de Medeiros, Arnaldo da Costa Bard foi lançado como candidato oficial do PRR ao governo de Taquara. Obtendo a vitória no pleito, governou o município até outubro de 1924.

Deixando o cargo de intendente, retomou suas atividades como engenheiro. Transferindo residência para Lajeado, foi indicado por Borges de Medeiros como candidato republicano nas eleições municipais de 1928. Entretanto, o clima político local não se mostrou favorável e Arnaldo da Costa Bard foi derrotado pelo candidato dissidente. Como engenheiro, atuou em obras como a Usina Hidrelétrica de Erechim, estrada entre Venâncio Aires e Soledade e na fiscalização da construção da Estrada de Ferro Taquara-Canela, representando o governo estadual.³⁸⁰

Quando Theodomiro Porto da Fonseca assumiu o governo, em 1928, logo convidou Arnaldo da Costa Bard para assumir o cargo de Superintendente de Serviços da Intendência Municipal de São Leopoldo. Foi nessa função que dirigiu a construção do muro em torno do Cemitério Municipal e projetou a Praça Centenário e do Pavilhão de Isolamento, junto ao Hospital Centenário. Politicamente, tomou parte da Revolução de 1930, integrando o 47º Batalhão Auxiliar, da *Cohuna Lindolfo Collor*, organizada por Theodomiro Porto da Fonseca em São Leopoldo para prestar auxílio às tropas revolucionárias que visavam derrubar o presidente Washington Luís e conduzir Getúlio Vargas ao poder máximo da República. Quando foi articulado o diretório leopoldense do Partido Republicano Liberal, no final de 1932, Arnaldo da Costa Bard assumiu o posto de secretário.

Foi nesse contexto que surgiu o *Correio de São Leopoldo*, adotando o slogan *Órgão dos interesses de São Leopoldo*. Com a fundação do PRL leopoldense, se transformou em órgão oficial do partido – até maio de 1937, quando passou a representar a dissidência partidária, liderada por Theodomiro. Em suma, desde sua fundação, em 1932, até 1944, o *Correio de São Leopoldo* foi o instrumento principal de difusão do longo governo de Theodomiro Porto da Fonseca e, por implicação, de propaganda pessoal de lideranças alinhadas ao prefeito. E, posteriormente, foi utilizado como veículo divulgador do governo municipal de Carlos de Souza Moraes, entre novembro de 1944 e novembro de 1945.

Em 29 de outubro de 1933, quando estava à frente do jornal, Arnaldo da Costa Bard faleceu, poucos dias após ter completado 51 anos de idade. Como forma de retribuição pelos serviços prestados à comunidade de São Leopoldo, as despesas do

³⁸⁰ Jornal *A Federação*, 31/10/1933, Ano L, n. 251, p. 3. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/388653/74076>, acesso em: 29 mai. 2019.

sepultamento foram pagas pelos cofres públicos, sendo o velório realizado no Salão Nobre da Prefeitura Municipal, sendo sepultado em São Leopoldo.

Com a morte de Arnaldo da Costa Bard, a direção do jornal passou a ser exercida por Albano Gaspar de Oliveira – que rompeu com Theodomiro Porto da Fonseca e seus apoiadores imediatos em maio de 1937. Oliveira ficou nesta função por pouco tempo, até maio de 1934. Entre maio de 1934 e abril de 1936, coube à José Castelo Branco conduzir os rumos do semanário leopoldense. De abril de 1936 até dezembro de 1937, o *Correio de São Leopoldo* teve dois diretores: Afonso Aurélio Porto, que pediu exoneração quando mudou-se para o Rio de Janeiro, ocasião em que assumiu cargo no Itamaraty, e Leopoldo Sefrin, que exercera a função de secretário municipal entre 1936 e 1937. Carlos de Souza Moraes, conforme registrado na edição especial do *Correio de São Leopoldo* de julho de 1942,³⁸¹ assumiu como diretor do semanário em dezembro de 1937, conduzindo os rumos do mesmo durante, praticamente, todo o período do Estado Novo, até novembro de 1944.

Além de Carlos de Souza Moraes, o *Correio de São Leopoldo* contava com Gentil Ruperti como secretário e Libório C. Müller na gerência. Também contava com um número de colaboradores, que assinavam colunas ou remetiam textos para serem publicados. Dentre os principais articulistas estavam Parahim Pinheiro Machado Lustosa (advogado), Alfredo Lino Dias (advogado), João Pereira de Almeida, Homero Miller, Reverendo George Upton Krischke (presbítero da Igreja Episcopal Anglicana do Brasil), capitão Mário Fonseca e Remi Fonseca (filhos do prefeito Theodomiro Porto da Fonseca). Em muitas ocasiões, as crônicas eram assinadas através de pseudônimos, como era o caso de Parahim Lustosa, que assumiu a alcunha de *Bugre Velho* – e que foi autor de alguns dos principais textos nacionalistas publicados pelo jornal naquele ano de 1942.

Desde o início do Estado Novo, em novembro de 1937, até o final de 1941, a postura do *Correio de São Leopoldo* poderia ser considerada amena, evitando acirrar os ânimos entre o sentimento de brasilidade e os vínculos locais com a Alemanha, através da religião, cultura, idioma e aspectos econômicos, inclusive. Porém, sem deixar de lado o discurso nacionalista, presente nos artigos publicados e nas exaltações feitas para figuras centrais do regime estadonovista, como Getúlio Vargas, Cordeiro de Farias e, muito frequentemente, ao prefeito Theodomiro Porto da Fonseca. Segundo Azevedo (2011), o discurso adotado pelo periódico exaltava a integração de São Leopoldo ao espectro nacional, abordando minimamente qualquer hostilidade para contra alemães e

³⁸¹ *Correio de São Leopoldo*, 23/07/1942, Ano X, n. 508, p. 32. (Museu Histórico Visconde de São Leopoldo)

descendentes. Contudo, subtendia-se que havia desconfiança para com este grupo, o que se tornou mais visível na medida em que termos como “maus brasileiros” e “traidores” ganhavam mais espaço nas publicações. Também é preciso levar em conta que, do ponto de vista mais amplo, a postura editorial levada à cabo entre 1937 e 1941 estava coadunada com a própria neutralidade adotada pelo Brasil nos primeiros anos da Segunda Guerra Mundial, o que foi modificado em 1942, com o governo brasileiro assegurando seu apoio aos países aliados, período em que também rompeu suas relações diplomáticas com os países do Eixo e declarou guerra à Alemanha.

Mas o clima de serenidade aparente, naqueles primeiros meses de 1942, foi cedendo espaço para uma crescente narrativa de acentuada hostilidade, tanto para com os países inimigos quanto para os imigrantes e descendentes considerados “maus brasileiros”. Um dos primeiros textos mais incisivos foi publicado *pelo Correio de São Leopoldo* em 4 de abril de 1942, data em que o jornal comemorava 10 anos de existência. O artigo, assinado por *Bugre Velho* (Parahim Lustosa), fazia referências ao Instituto Pré-Teológico e ao Ginásio Sinodal, acusando-os de serem “espaços para a formação nazista no território sul-rio-grandense”:

Grito de alerta, mui principalmente para São Leopoldo. Aqui estava formado, meticulosamente organizado um núcleo do Partido Nacional Socialista Alemão! Lá em cima do morro, em lugar de destaque, uma grande escola para Fuehrers e sub-Fuehrers! Chefes e sub-chefes de “extraordinário” partido que iria dominar o Brasil, a América e o Mundo. Naturalmente, por isto, precisaria de tantos chefes! Devemos guardar bem nitidamente aquele quadro histórico em que se destacava a bandeira alemã, ou melhor o pavilhão com a cruz suástica içado em mastro altaneiro, num dos principais estabelecimentos de ensino da Igreja Protestante do Sínodo Riograndense, em São Leopoldo! Ali, naquele prédio, com ares de educandário, se processava a cultura Germânica, os ensinamentos nazis, a educação nazista para os brasileiros filhos de alemães que para lá fossem enviados. E, depois... a traição da Pátria, o assalto ao poder, e, por fim, a entrega do nosso território ao chefe supremo de sua raça – Adolf Hitler!³⁸²

As palavras de Parahim Lustosa refletiam mais que uma mudança de postura no direcionamento editorial do *Correio de São Leopoldo*. Externavam à guinada para uma fase mais repressiva do Estado Novo. Concomitante, evidencia que Carlos de Souza Moraes, na qualidade de diretor do jornal – e com isso, detentor do poder de aprovação ou veto nas publicações –, passou a manifestar, através daquele veículo de imprensa, um

³⁸² *Correio de São Leopoldo*, 4/04/1942, Ano X, p. 3. (Museu Histórico Visconde de São Leopoldo).

escopo ideológico embebido do pensamento torreano, reavivando o discurso da Sociedade dos Amigos de Alberto Torres para com imigrantes e descendentes. Cabe lembrar que, nacionalmente, a SAAT buscava retomar o espaço político e intelectual que ocupou entre 1932 e 1937.

Essa nova postura, mais combativa e agressiva, foi tornada pública e justificada aos leitores, na edição comemorativa de julho de 1942. Asseverava que os conteúdos e as narrativas adotadas por seus articulistas eram reflexo, não de preconceito, xenofobia ou perseguição injustificada, mas de zelo e amor pelo Brasil. E também ficava transparente que a postura mais branda, adotada até então, estava alinhada com as determinações de neutralidade advindas dos governos federal e estadual:

Sem violações, respeitando origens, mas enérgico nos seus conceitos patrióticos, violento nas advertências aos pseudopatriotas e estrangeiros insubordináveis, abriram-se suas colunas cheias de sentimento cívico pela soberania da Pátria Brasileira.

À par de uma campanha tolerante e de respeito à integridade moral de quem quer que tenha sua origem ligada a ascendentes dos países que hoje são nossos desafetos, nem por isso deixou de trazê-los ao corrente de que qualquer atividade contrária aos ditames da nacionalidade brasileira tinha a nossa repulsa como a de qualquer filho dessa terra que se tenha na conta de bom brasileiro.

Foi com essa bandeira de respeito e tolerância que o *Correio de São Leopoldo* se lançou nesta fase na luta nacionalizadora e doutrinária para assinalar a necessidade da existência de um alevantado espírito de brasilidade, como o vinha fazendo há anos.

E assim o fez, porque viu, porque sentiu que não podia calar ante tão importante labareda cívica que vinha incendiando a alma brasileira, que pressentia o perigo que se lhe vinha avizinando, mormente com a atividade de maquiavélicos propagadores de ideologias negativas, vinculadas às esposadas por países cujas relações para com o nosso vinham se tornando mais insustentáveis.³⁸³

A nota enfatizava a postura de tolerância adotada pelo *Correio de São Leopoldo*, ao mesmo tempo em que afirmava sua capacidade de ser violento quando se fazia necessário. E essa violência não ficou restrita apenas ao campo simbólico, expressa em palavras publicadas no interior de suas páginas. Uma onda ascendente de manifestações mais virulentas se acentuou em São Leopoldo, a partir de janeiro de 1942, com o rompimento diplomático entre Brasil e Alemanha. Sem dúvida, o episódio mais

³⁸³ *Correio de São Leopoldo*, 23/07/1942, Ano X, n. 508, p. 32. (Museu Histórico Visconde de São Leopoldo)

emblemático se deu em 12 de março daquele ano: a destruição do Monumento ao Colono, localizado na Praça Centenário, na região central da cidade.³⁸⁴

Naquela oportunidade, a estátua que homenageava a figura do Colono Alemão – alusiva aos primeiros imigrantes chegados ao Rio Grande do Sul em 1824 – teve sua cabeça decapitada e, posteriormente, juntamente com o restante do corpo, lançada nas águas do rio dos Sinos, que margeia a praça. Como causa usualmente apontada, estava a revolta pelo afundamento de cinco navios brasileiros, na costa dos Estados Unidos, entre fevereiro e março de 1942, onde além da carga perdida, em torno de 108 pessoas morreram.³⁸⁵ Os ataques foram cometidos por submarinos alemães e italianos, conforme acentua Rahmeier (2009).

Até hoje, decorridos quase oitenta anos da depredação, a certeza sobre os reais líderes desse movimento é incerta. Dentre os nomes mais comentados em relatos, estão o de Othon Blessmann e de Remi Fonseca – este último, conforme Gertz (2002), já envolvido em outros episódios semelhantes, como o do empastelamento das Oficinas Gráficas Rotermund, também em São Leopoldo, ocorrido no ano de 1928. Mas, de todo modo, a veracidade sobre essas informações ainda é imprecisa, podendo gerar alguma polêmica. Assim como não é possível confirmar se Carlos de Souza Moraes teve algum envolvimento com o incidente, exercendo algum papel de liderança.

Pouco mais de um mês após a destruição da estátua, uma nova medida nacionalista foi adotada em São Leopoldo, desta vez, com caráter oficial. A Praça Centenário, que recebeu esta denominação em lembrança aos cem anos da chegada das primeiras levas de imigrantes alemães, recebeu uma designação mais *nacional*: Praça Tiradentes, herói pátrio reabilitado alguns anos antes, com o advento da República. Na edição comemorativa do *Correio de São Leopoldo*, uma fotografia do local exibia a inscrição “Praça Tiradentes (Ex-Praça Centenário). A placa adotava um cunho pedagógico: ao acentuar o antigo nome da praça, buscava imprimir a noção de que era necessário romper com “passado estrangeiro”, pois o Brasil buscava construir sua própria identidade nacional, sem interferências “alienígenas” – conforme termo comumente encontrado na imprensa da época.

³⁸⁴ Desde os anos 1960 a praça recebeu a denominação de Praça do Imigrante.

³⁸⁵ Os navios afundados foram: Buarque, Olinda, Cabedelo (com 54 mortos), Arabutã (com uma vítima fatal) e Cairú (com 53 vítimas). Maiores detalhes podem ser vistos em: SANDER, Roberto. *O Brasil na mira de Hitler*. A história do afundamento de navios brasileiros pelos nazistas. Rio de Janeiro: Editora Objetiva, 2007, p. 57-73.

A imprensa de Porto Alegre também repercutiu a destruição da estátua. O *Correio do Povo*, de 15 de março de 1942, transcrevia a seguinte narrativa:

[...] depois de haver tirado a inscrição em língua alemã “DEN VÄTERN ZUM GEDÄCHTNIS”, o povo decepou a cabeça da estátua, simbolizando o colono alemão. A pedido da polícia [...], dispersaram-se os manifestantes, que a esta altura já subiam aos milhares, enchendo literalmente a praça Centenário. Passando algum tempo, voltam os populares à praça e retiram o resto da estátua, e, depois de arrastá-la vários metros em direção à ponte que ali existe sobre o rio dos Sinos, despencaram-na por uma das amuradas aos gritos de “Viva o Brasil” e “Abaixo Hitler e o nazismo”. Após esse ato que, naturalmente, dasabafou um tanto a revolta popular, os manifestantes separaram-se em perfeita calma, não tendo havido o menor atrito pessoal.³⁸⁶

Uma análise da construção discursiva contida na publicação, mesmo de forma mais superficial, indica o tom abrandado, minimizando um incidente que pode ser considerado grave. Mas existe uma lógica que explica esse fato. Com o advento do Estado Novo, a partir de 10 de novembro de 1937, o *Correio do Povo*, aderiu ao novo regime. Deste modo, a manifestação contra o nazismo era vista como algo positivo, não um ato de violência indiscriminada. Além disso, as redes sociais familiares uniam o periódico ao governo estadual. Lúcia Caldas, irmã de Breno Caldas, presidente da Empresa Jornalística Caldas Júnior, era casada com Plínio Brasil Milano,³⁸⁷ delegado do Departamento de Ordem Política e Social (DOPS), vinculado à Repartição Central de Polícia, chefiada por Aurélio da Silva Py. O delegado Plínio Brasil Milano foi responsável pela organização do Serviço de Contraespionagem, com o objetivo de desbaratar eventuais células nazistas no Rio Grande do Sul. Além disso, foi criador da revista *Vida Policial*,³⁸⁸ órgão oficial da Repartição Central de Polícia, onde inúmeras reportagens sobre a “infiltração nazista e seus agentes” foram publicadas, entre 1942 e 1944.

O *Correio de São Leopoldo*, por seu turno, não cedia espaço para noticiar atividades mais violentas promovidas contra a comunidade de origem alemã no Rio Grande do Sul. Foi o caso das manifestações ocorridas em Pelotas e São Lourenço do Sul, em agosto de 1942, onde diversos estabelecimentos, pertencentes a imigrantes

³⁸⁶ *Correio do Povo*, 15/03/1942, p.5.

³⁸⁷ Plínio Brasil Milano é Patrono da Polícia Civil do Estado do Rio Grande do Sul, conforme a Lei nº. 7.829, de 29 de novembro de 1983, assinada pelo então governador Jair de Oliveira Soares.

³⁸⁸ Para maiores informações, queira ver: WEIZENMANN, Tiago. **Cortando as asas do nazismo**. Representações e imaginário sobre o nazismo na revista *Vida Policial* (1942 – 1944). São Leopoldo, 2008. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS, São Leopoldo, RS, 2008.

alemães ou a seus descendentes, sofreram ataques, causando grandes prejuízos – financeiros e morais. Naquele mês de agosto, não encontramos nenhuma nota sobre os protestos ocorridos no sul do estado. Em contrapartida, são destacadas atividades cívicas ocorridas na própria São Leopoldo.

A edição de 29 de agosto destacou que no domingo anterior, dia 23, uma grande multidão se reuniu defronte à Prefeitura Municipal de São Leopoldo, onde um “púlpito patriótico” havia sido montado, contando com um retrato do presidente Getúlio Vargas.³⁸⁹ A publicação ainda assegurava que vivas eram bradados pela multidão, quando mencionados os nomes do interventor Cordeiro de Farias, de Oswaldo Aranha, general Eurico Gaspar Dutra (ministro da Guerra) e general Valentim Benício da Silva, comandante da III Região Militar, sediada em Porto Alegre.

O discurso inicial foi proferido por Theodomiro Porto da Fonseca, de caráter extremamente nacionalista, apontando para as motivações que levaram o Brasil a declarar guerra à Alemanha, Itália e Japão, fato ocorrido no dia anterior àquele comício. Manifestou sua revolta diante do ataque sofrido novamente por navios brasileiros, desta vez em nosso próprio litoral – entre 15 e 19 de agosto, seis navios foram afundados no litoral nordestino, com a morte de mais de 600 pessoas, conforme destaca Andrea Petry Rahmeier em sua tese (2009). Na sequência, a palavra foi dada ao comandante do 8º B. C., tenente-coronel Carlos de Lemos Bastos, parabenizando o patriotismo que encontrou em São Leopoldo e se colocando à disposição para contribuir na defesa do Brasil e de sua soberania diante dos inimigos estrangeiros.

Eurico de Souza Leão Lustosa, juiz de Direito da Comarca de São Leopoldo – e pai de Parahim Pinheiro Machado Lustosa –, deu prosseguimento ao ato, continuando com as preleções patrióticas, destacando a necessidade de se combater inimigos estranhos ao Brasil, mesmo que dentro do próprio território nacional. Após manifestações ufanistas por parte do público, incitados por mediadores ligados ao governo municipal, o próximo orador foi o capitão José Ribamar de Miranda, presidente da Liga de Defesa Nacional em São Leopoldo. Em março daquele ano, logo após a depredação ao Monumento ao Colono, o mesmo capitão Miranda convocou um comício público, com o argumento de promover uma manifestação em represália aos navios brasileiros afundados naquele mês. Na oportunidade, enfatizou que a presença daquela antiga estátua “representava uma afronta ao Brasil, diante dos ataques da Alemanha”, e que a destruição do monumento não se

³⁸⁹ *Correio de São Leopoldo*, 29/08/1942, Ano X, n. 513, p. 1. (Museu Histórico Visconde de São Leopoldo)

tratava de mero vandalismo, mas uma resposta enérgica e patriótica. Conforme trecho de seu discurso, reproduzido no *Correio de São Leopoldo*, em publicação com o título “A alma brasileira de São Leopoldo vibra num entusiasmo”:

É preciso que saibam eles, que o Brasil o povo não está inerte ou anestesiado pelo vírus do indiferentismo. Aguarda apenas, a palavra de ordem do eminente Chefe da Nação. A população de S. Leopoldo, já iniciou o saneamento de sua cidade. Debaixo da ordem e sem desatinos, fez cair por terra, um monumento sem expressão, que era um ultraje conservarmos, diante dos miseráveis afundamentos de navios brasileiros indefesos aos ataques inomináveis do Eixo.³⁹⁰

Sobre a Liga de Defesa Nacional Leopoldense, além do núcleo central, também existiam subnúcleos, estes constituídos nos distritos. O *Correio de São Leopoldo* menciona a existência de três subnúcleos, instalados nos distritos de Campo Bom, Sapiranga e João Corrêa (ex-Nova Palmeira). Na direção do subnúcleo campobonense estava João Pedro Dias, cujo irmão, Adriano Dias, foi integrante do núcleo integralista local.³⁹¹ Em Sapiranga, a direção era composta por João Corrêa, subprefeito e subdelegado, Oscar Mueller e Edwin Kuwer,³⁹² dois descendentes de alemães, atuantes na indústria e comércio da localidade. Em João Corrêa, dentre os principais líderes estavam José Antônio de Oliveira Neto e Alberto Dietrich, também descendente de imigrantes alemães. Esses exemplos evidenciam que a adesão para com determinados discursos estão vinculados, também, com interesses e estratégias pessoais, para além de questões étnicas e identitárias.

Retomando o comício de 23 de agosto de 1942, poucas foram as linhas dadas ao discurso do capitão José Ribamar de Miranda. Já havia anoitecido quando foi a vez de Carlos de Souza Moraes fazer uso da tribuna. E, conforme descrito do *Correio de São Leopoldo*, suas palavras foram “um libelo vivo contra as forças avassaladoras do nazismo e do niponismo”. Vemos, assim, que Moraes aproveitou a oportunidade para incutir nos presentes a narrativa de um possível “perigo amarelo”, tema que nunca deixou de estar vivo em suas preocupações intelectuais e políticas. E que retomou com afinco, pois naquele mesmo período estava lançando a segunda edição de *A ofensiva japonesa no Brasil*. Embora isso não esteja explicitado, é muito provável que, no decorrer de sua

³⁹⁰ *Correio de São Leopoldo*, 28/03/1942, Ano X, n. 492, p. 2. (Museu Histórico Visconde de São Leopoldo)

³⁹¹ Posteriormente, Adriano Dias foi eleito o primeiro prefeito de Campo Bom, em maio de 1959, sendo eleito pelo Partido de Representação Popular (PRP), considerado uma espécie de continuidade da Ação Integralista Brasileira.

³⁹² Em 1955, Edwin Kuwer foi eleito o primeiro prefeito do recém emancipado distrito de Sapiranga.

prédica, tenha chamado atenção para a obra que estava publicando. Novamente vemos a presença da agenda intelectual e política da Sociedade dos Amigos de Alberto Torres presente, transplantada para o contexto estadonovista de São Leopoldo.

Na fotografia que segue abaixo, há o registro do momento em que Carlos de Souza Moraes proferia seu discurso. Moraes está quase ao centro da imagem com o braço erguido e, pelo que é possível apreender, gesticulando. Seu gestual compunha a dinâmica narrativa, com a escolha de palavras que evocassem um sentido patriótico nos que as ouvissem, além de enfatizar o corolário antigermânico e antinipônico. Quase à sua frente, ao lado da bandeira, estava Othon Blessmann – que segundo relatos orais, mas sem comprovação documental encontrada, estava envolvido na destruição da estátua do Colono Alemão –, também professante de algumas palavras de cunho nacionalista naquela já noite de 23 de agosto, juntamente com Antonio Bemfica Filho, João Batista Kieling da Costa e Parahim Lustosa.

Figura 10 – Comício realizado em São Leopoldo (23 de agosto de 1942)



Fonte: Coleção Carlos de Souza Moraes (Museu Histórico Visconde de São Leopoldo).

Para encerramento do comício, foi novamente convocado o prefeito Theodomiro Porto da Fonseca que, retomando os discursos anteriores, admoestou na população ali

presente a necessidade de “patriotismo e adesão inequívoca ao trabalho que vinha sendo realizado pela nacionalização”.

Politicamente, o adensamento das questões envolvendo a nacionalização e o cenário internacional, com o fim das relações diplomáticas entre Brasil e Alemanha e a consequente declaração de guerra, parece ter colocado em aproximação adversários de longa data. Em 24 de agosto de 1942, um dia após o comício realizado, a Associação Comercial de São Leopoldo encaminhou um ofício de agradecimento a Carlos de Souza Moraes, lhe agradecendo pelo discurso proferido naquele evento, em nome da entidade. O documento era assinado pelo secretário da Associação Comercial, Augusto Dal Cortivo e pelo presidente, Frederico Guilherme Schmidt.³⁹³ Essa aproximação de Schmidt do grupo alinhado com Theodomiro Porto da Fonseca, futuramente, foi importante para a rearticulação partidária em São Leopoldo, quando da criação do Partido Social Democrático (PSD) no município.

Outro passo importante nesse sentido foi dado em setembro de 1942, também envolvendo Carlos de Souza Moraes e a Associação Comercial de São Leopoldo. Em nova correspondência, datada do dia 15 daquele mês, Frederico Guilherme Schmidt e Augusto Dal Cortivo informam a Carlos de Souza Moraes que, em sessão ocorrida no dia anterior, seu nome foi escolhido para ocupar o cargo de consultor jurídico da Associação Comercial.³⁹⁴ Com essa nova incumbência, Moraes acumulava uma função privada concomitante com os encargos públicos que já exercia. A parceria entre Carlos de Souza Moraes e a Associação Comercial perdurou pelos anos seguintes. Em 1943, ele novamente é escolhido como orador, representando a entidade, na “Parada do Trabalho”, ocorrida em 4 de setembro, que integrava a programação da semana da Pátria daquele ano.³⁹⁵

Os desdobramentos da Segunda Guerra Mundial e da política nacionalista brasileira fizeram parte, com mais ênfase, do cotidiano do jornal *Correio de São Leopoldo* até o final de 1943. Naquela conjuntura, as ações mais enfáticas e repressivas do Estado Novo iniciavam um processo de abrandamento no Rio Grande do Sul. Em boa medida, isso ocorreu em decorrência das mudanças políticas que ocorreram em nível estadual.

³⁹³ Museu Histórico Visconde de São Leopoldo (MHVSL) – Coleção Carlos de Souza Moraes – Pasta 30 – Ofício da Associação Comercial de São Leopoldo ao dr. Carlos de Souza Moraes (24/08/1942).

³⁹⁴ Museu Histórico Visconde de São Leopoldo (MHVSL) – Coleção Carlos de Souza Moraes – Pasta 30 – Ofício da Associação Comercial de São Leopoldo ao dr. Carlos de Souza Moraes (15/09/1942).

³⁹⁵ Museu Histórico Visconde de São Leopoldo (MHVSL) – Coleção Carlos de Souza Moraes – Pasta 30 – Ofício da Associação Comercial de São Leopoldo ao dr. Carlos de Souza Moraes (15/09/1943).

Oswaldo Cordeiro de Farias, interventor federal no estado desde março de 1938, foi promovido ao posto de general-de-brigada em janeiro de 1942. A partir daquele momento, Cordeiro de Farias passou a manifestar seu desejo de deixar o governo do Rio Grande do Sul, insistindo, inclusive, com o próprio presidente Getúlio Vargas. Contudo, sua solicitação foi atendida apenas em agosto de 1943, quando foi convocado para integrar a 1ª Divisão de Infantaria Expedicionária (1ª DIE), que ficou historicamente conhecida como Força Expedicionária Brasileira (FEB), cujo comandante era o general João Batista Mascarenhas de Moraes. Em setembro de 1944, o general Cordeiro de Farias embarcou para a Itália, onde atuou nas operações militares ao lado das forças aliadas.

No Rio Grande do Sul, a interventoria foi assumida pelo tenente-coronel Ernesto Dornelles, natural de São Borja e primo de Getúlio Vargas, mas que havia construído sua carreira política e militar em Minas Gerais. Como era, de certa forma, alheio ao ambiente político sul-rio-grandense – e por sua escolha ter sido feita por imposição do presidente da República –, seu nome foi visto com antipatia por políticos vinculados aos antigos partidos estaduais. Como forma de evitar embates, Ernesto Dornelles buscou manter o secretariado deixado por Cordeiro de Farias, assim como em outras funções importantes na administração pública.

Entretanto, algumas mudanças acabaram acontecendo. Na Secretaria do Interior, Miguel Tostes foi substituído por Alberto Pasqualini. Na pasta de Obras Públicas, Walter Jobim assumiu no lugar de Antônio Rocha Meirelles Leite. Mas uma mudança significativa, que atingiu diretamente a política de nacionalização e a repressão policial contra imigrantes e descendentes, ocorreu na direção da Repartição Central de Polícia. Aurélio da Silva Py, chefe de Polícia desde 1937, foi substituído por Darcy Vignoli, militar do Exército e presidente da Liga de Defesa Nacional no Rio Grande do Sul. Na mesma oportunidade, Plínio Brasil Milano, delegado do DOPS, deixou o cargo, assumindo função na administração pública de Porto Alegre.

O período iniciado em setembro de 1943, em grande medida, representou uma flexibilização na política de imposição nacionalista então vigente, conduzida, em especial, por Cordeiro de Farias, Aurélio da Silva Py – com o apoio de Plínio Brasil Milano – e Coelho de Souza, secretário de Educação. Mesmo este permanecendo na chefia da pasta até o final de 1945, as medidas de nacionalização no âmbito educacional foram mais amenas.

Não podemos desconsiderar que, gradativamente, estava ocorrendo um processo de corrosão dentro do próprio regime estadonovista, que se tornou mais acentuado com a

adesão do Brasil às forças aliadas, em conflito com Alemanha, Itália e Japão, países que estavam sob um sistema totalitário de governo. Desse modo, embora o Brasil não vivesse sob um totalitarismo, a manutenção de um regime ditatorial começava a se mostrar insustentável. Tanto que Getúlio Vargas, no início de 1945, foi obrigado a iniciar algumas medidas de redemocratização gradual do país.

Em fevereiro daquele ano, foi editado o Ato Adicional nº. 9, prevendo a estipulação de eleições – que ocorreram em 2 de dezembro de 1945. Na sequência, foi iniciada a estruturação dos partidos políticos, sendo os mais significativos nacionalmente, naquele primeiro momento, o Partido Social Democrático, a União Democrática Nacional e o Partido Trabalhista Brasileiro. Concernente, também a agitação em torno de possíveis candidatos à sucessão presidencial de Getúlio Vargas ganhou fôlego. A UDN, oposicionista à Vargas, lançou como candidato o brigadeiro Eduardo Gomes. O PSD e PTB, que contavam com a mediação mais direta do presidente, deram seu aval ao general Eurico Gaspar Dutra. E o Partido Comunista Brasileiro teve como candidato Yedo Fiúza, então prefeito da cidade fluminense de Petrópolis. O golpe definitivo ao Estado Novo ocorreu em 29 de outubro de 1945, quando forças militares, comandadas pelo novo ministro da Guerra, general Góis Monteiro, depuseram Getúlio Vargas, mandatário do país nos últimos quinze anos.

Em São Leopoldo, como visto no primeiro capítulo, o ano de 1944 marcou uma mudança bastante importante: depois de dezesseis anos como chefe da municipalidade leopoldense, Theodomiro Porto da Fonseca solicitou sua exoneração do cargo de prefeito ao interventor Ernesto Dornelles. Como seu sucessor, indicou Carlos de Souza Moraes, que tomou posse na Prefeitura Municipal em 11 de novembro. Mas antes de deixar o governo, Theodomiro Porto da Fonseca realizou o ato de inauguração de uma nova obra pública para São Leopoldo.

No dia 12 de outubro de 1944, com a presença do interventor Ernesto Dornelles, foi inaugurado o Patronato Agrícola Visconde de São Leopoldo,³⁹⁶ localizado na região da Feitoria Velha. Como principal característica desta instituição, estava o fato de haver o funcionamento de um internato, recebendo crianças carentes que necessitassem de um abrigo e educação básica, através do Ensino Primário. Os alunos recebiam orientações técnicas de agricultura e pecuária, ministradas por monitores.

³⁹⁶ Hoje a instituição se denomina Centro Estadual de Educação Profissional Visconde de São Leopoldo.

Em 1943, o projeto começou a ganhar forma com a aquisição de uma grande área de terras por parte da municipalidade leopoldense e o início imediato da obra de construção do prédio. Essa área era contígua à Casa da Feitoria, onde estava instalada a escola João Daniel Hillebrand. As obras foram realizadas em menos de um ano. O decreto de criação do Patronato Agrícola³⁹⁷ foi publicado em 1º de agosto de 1944. Embora Theodomiro Porto da Fonseca assinasse o decreto de criação da instituição e inaugurasse a mesma, o autor principal desse projeto e que se empenhou para sua concretização foi Carlos de Souza Moraes, que já ambicionava a criação deste tipo de educandário desde 1939, quando assumiu a Diretoria de Instrução Pública municipal.

A criação do Patronato Agrícola de São Leopoldo, inspirado em outras instituições existentes no Rio Grande do Sul – em cidades como Pelotas, Viamão e Santa Rosa – e no Brasil, era a materialização de uma proposta pedagógica defendida fortemente pela Sociedade dos Amigos de Alberto Torres. A formação cívica do cidadão, preparando-o para a compreensão e os cuidados com a terra, eram elementos do ensino rural que a SAAT fomentou na década de 1930. Durante o período de funcionamento do núcleo torreano sul-rio-grandense, as oportunidades para implantação de ações mais efetivas, como a criação de espaços de ensino, foram escassas. Agora, em um momento onde o Estado Novo se mostrava em declínio e a SAAT nacional não possuía mais o mesmo vigor – estando o núcleo estadual desativado há seis anos –, um desses projetos pode ser concretizado, o que foi permitido por sua atuação mais direta no campo educacional leopoldense. Ao ser nomeado prefeito de São Leopoldo, Carlos de Souza Moraes pediu exoneração do cargo de diretor de Instrução Pública e da direção do *Correio de São Leopoldo*.

A posse de Carlos de Souza Moraes em sua nova função pública ocorreu em 27 de novembro de 1944, no Salão Nobre da Prefeitura Municipal de São Leopoldo. Na direção dos trabalhos estava Eurico de Souza Leão Lustosa, juiz da Comarca local, ladeado pelo prefeito que renunciou e pelo que assumia. Germano Moehleck (2010, p. 143), transcreveu o discurso proferido por Carlos de Souza Moraes naquela ocasião, direcionadas ao coronel Theodomiro Porto da Fonseca:

Recebo a envaidecedora investidura de dirigir este grande município, com os mais sinceros agradecimentos pelas constantes e confortadoras

³⁹⁷ Em 1948, pela lei municipal de número 53, no governo do prefeito Mário Sperb, é autorizado que o Patronato Agrícola Visconde de São Leopoldo fosse repassado ao governo do Rio Grande do Sul, na gestão do então governador Walter Jobim.

provas de estima e apreço que me dispensastes durante anos, esperando contar com a confiança que sempre tivestes do eminente Chefe da Nação e do ilustre Interventor Federal, Ernesto Dornelles, e prometo, com vossa preciosa ajuda, dedicar-me, com carinho, com entusiasmo e lealdade aos negócios públicos leopoldenses. Desta forma, penso poder corresponder à honra muito grata de substituir-vos e às manifestações de simpatia com que o povo de São Leopoldo me tem cercado.

O primeiro mandato de Carlos de Souza Moraes como prefeito de São Leopoldo durou menos de um ano, deixando o cargo no início de novembro de 1945, logo após a deposição de Getúlio Vargas. Em consonância com o panorama político nacional, especialmente no que tangia a formação dos partidos políticos, a atuação de Carlos de Souza Moraes adquiriu uma conotação partidária, se empenhando na articulação do Partido Social Democrático em São Leopoldo. No campo administrativo, manteve sua preocupação com a área educacional. Além disso, tratou de organizar a burocracia dos cargos conforme os desdobramentos políticos, colocando no comando das subprefeituras distritais elementos que se vinculassem com o PSD em formação, alinhado com os ditames da estrutura partidária que se organizava em nível nacional e estadual.

Após o breve período governamental de Arthur Ebling, entre 12 de novembro de 1945 e fevereiro de 1946, Carlos de Souza Moraes foi reconduzido ao cargo de prefeito, reassumindo no dia 12 daquele mês. Esse novo mandato foi um pouco mais extenso, perdurando até julho de 1947, quando Moraes deixou o cargo para se candidatar ao Legislativo local, sendo substituído por Arthur Ferreira Filho. A atuação partidária de Carlos de Souza Moraes, neste período, já foi analisada no primeiro capítulo deste trabalho. Mormente, naquela conjectura, a conhecida prática da “troca de favores” se fez presente durante seu governo, envolvendo não agentes locais, mas intelectuais que faziam parte de seu círculo sociocultural. Aqui serão destacadas duas situações, registradas documentalmente em correspondências arquivadas no acervo pessoal de Carlos de Souza Moraes.

A primeira delas ocorreu em 31 de março de 1946. Naquela ocasião, Moysés Vellinho, então diretor da *Revista Província de São Pedro*, solicitava de Carlos de Souza Moraes desse atenção ao pedido feito pelo filho de um amigo.³⁹⁸

Nascido em Santa Maria no dia 6 de janeiro de 1901, Moysés de Moraes Vellinho se mudou com sua família para Porto Alegre quando ainda era criança. Fez graduação em

³⁹⁸ Museu Histórico Visconde de São Leopoldo (MHVSL) – Coleção Carlos de Souza Moraes – Pasta 30 – Correspondência de Moysés Vellinho ao prefeito Carlos de Souza Moraes (31/03/1946).

Direito pela Faculdade de Direito de Porto Alegre. Também se dedicou ao campo jornalístico, tornando-se responsável pela coluna “Livros e Autores” no jornal *Correio do Povo*. Foi promotor público em Caxias do Sul e Jaguarão, sendo nomeado chefe de gabinete da Secretaria do Interior em 1930, quando esta pasta era ocupada por Oswaldo Aranha. Em 1931, transfere residência para o Rio de Janeiro, retornando no ano seguinte para o Rio Grande do Sul, onde atuou como advogado na capital.

Ingressou na vida política estadual, filiando-se ao Partido Republicano Liberal, pelo qual foi eleito deputado estadual em 1934. Quando ocorreu a crise interna no PRL, Vellinho tomou parte da Dissidência Liberal. Encerrado seu mandato legislativo, por força da implantação do Estado Novo, foi nomeado membro do Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul em 1938, ocupando esse cargo até 1964. Em 1939, proferiu na Biblioteca Publicado do Estado do Rio Grande do Sul, a conferência “Machado de Assis: aspectos de sua vida e sua obra”, que originou seu primeiro livro publicado pela Livraria do Globo. Em 1944, publicou *Letras da Província*, pela mesma editora, fundando no ano seguinte, a *Revista Província de São Pedro*, a qual dirigiu por muitos anos.

Na solicitação feita ao amigo Carlos de Souza Moraes, Moysés Vellinho assim escreveu:

O sr. Fernando Bartholomeu Lambiase, filho do meu muito amigo Fernando Lambiase, pretende instalar uma pequena indústria no de Esteio e está pleiteando junto a essa Prefeitura a ligação da força necessária para à movimentação de um motor de 3 cavalos. Apresentando-o ao amigo, peço-lhe que o receba com a simpatia que é habitual e que se interesse, dentro do possível, por uma solução favorável ao que pleiteia.

Consegui apurar que o pedido foi, efetivamente, atendido por Carlos de Souza Moraes, pois pouco tempo depois, Fernando Bartholomeu Lambiase, contando na época com 24 anos de idade, estabeleceu uma pequena funilaria em Esteio. Em 1952, transferiu-se para Novo Hamburgo, onde fundou a Metalúrgica Aimoré, fabricando fogões.³⁹⁹ Outra solicitação feita por um amigo, em outubro de 1946, tinha um conteúdo até mais pessoal:

Prezado Amigo
Esta tem o fim de lhe pedir um favor.
O jovem Francisco Costa, filho de meu velho amigo e colega sr. Antonio Costa – chefe de impressão da Livraria – deseja preencher a

³⁹⁹ Fernando Bartholomeu Lambiase (1922–1990) dá seu nome a uma rua localizada no bairro Vila Nova, em Novo Hamburgo.

vaga que se abriu na biblioteca dessa Prefeitura. Trata-se dum moço muito distinto que, como oficial da reserva, serviu por dois anos no Exército, tendo sido recentemente dispensado. Assim, é com a maior satisfação que venho lhe pedir faça pelo meu recomendado o que estiver ao seu alcance, na certeza de que dará à biblioteca um funcionário exemplar e ao mesmo tempo dará muito prazer a quem subscreve. Seu amigo e admirador muito grato.⁴⁰⁰

Neste caso, ao menos até o momento, não obtive informações que confirmassem se o pedido pode ser atendido. Mas acredito que Carlos de Souza Moraes tenha dado uma atenção especial para esta rogativa, tendo em vista que o solicitante era alguém que, em outro momento, foi importante colaborador para que Moraes concretizasse importante projeto. O remetente era Erico Veríssimo, editor da Livraria do Globo e já destacado escritor, cuja obra lançada em 1938, *Olhai os Lírios do Campo*, havia se tornado um sucesso nacional e internacional.

Mas, em meio aos compromissos burocráticos relacionados com a administração de São Leopoldo, aos imbróglis partidários envolvendo o PSD leopoldense e aos pedidos de favores vindo de amigos intelectuais, outro assunto ocupava espaço na mente de Carlos de Souza Moraes: as discussões da Assembleia Nacional Constituinte de 1946.

Como grande crítico da presença japonesa no Brasil, a votação do Projeto de Lei proposto por Miguel Couto Filho, proibindo a imigração nipônica para o Brasil, era acompanhada com muita atenção por Carlos de Souza Moraes. Mesmo com o fim do Estado Novo e, oficialmente, de uma política incisiva de nacionalização dos imigrantes e descendentes, o tema da imigração japonesa fazia parte do cotidiano intelectual do prefeito de São Leopoldo, como foi possível verificar através de recortes de jornal presentes em seu acervo.

Realizando um exercício – controlado – de imaginação histórica, é plausível que o empate na votação do projeto, com 99 deputados favoráveis e outros 99 contrários, tenha deixando Carlos de Souza Moraes com os nervos à flor da pele. E que o voto de minerva dado pelo senador Fernando de Mello Viana, contrário ao projeto e permitindo que a imigração japonesa continuasse permitida no Brasil, deve ter sepultado a esperança que Carlos de Souza Moraes e outros (ex)torreanos tinham, de ver o “perigo amarelo” – termo que frequentemente usavam – afastado em definitivo do solo brasileiro.

⁴⁰⁰ Museu Histórico Visconde de São Leopoldo (MHVSL) – Coleção Carlos de Souza Moraes – Pasta 30 – Correspondência de Erico Veríssimo ao prefeito Carlos de Souza Moraes (7/10/1946).

Se a derrota na Assembleia Nacional Constituinte representou o declínio completo da já cambaleante Sociedade dos Amigos de Alberto Torres, também representou um novo direcionamento na análise de Carlos de Souza Moraes sobre os processos (i)migratórios ocorridos no Brasil, o que se refletiu em trabalhos que publicou mais de quatro décadas depois, a partir do início dos anos 1980, como os livros *O Colono Alemão* (1981) e *Feitoria do Linho Cânhamo* (1994). Estas obras, neste momento, não serão objeto de análise, pois as páginas seguintes serão dedicadas ao livro que fez Carlos de Souza Moraes ganhar certo destaque no cenário nacionalista brasileiro das décadas de 1930 e 1940: *A ofensiva japonesa no Brasil*.

4.2 O LIVRO *A OFENSIVA JAPONESA NO BRASIL*: MATERIALIZAÇÃO DE UMA AGENDA POLÍTICA

Devemos enfrentar, sem mais tardança, a questão séria da ambientação do imigrante ao nosso meio, mormente o japonês. Sacudamos o nosso sentimentalismo piegas. Nada de simpatias pueris e muito menos exhibições humanitárias e internacionalistas. Acima de tudo o interesse nacional, a defesa da coletividade brasileira e das instituições (MORAES, 1942, p. 16).

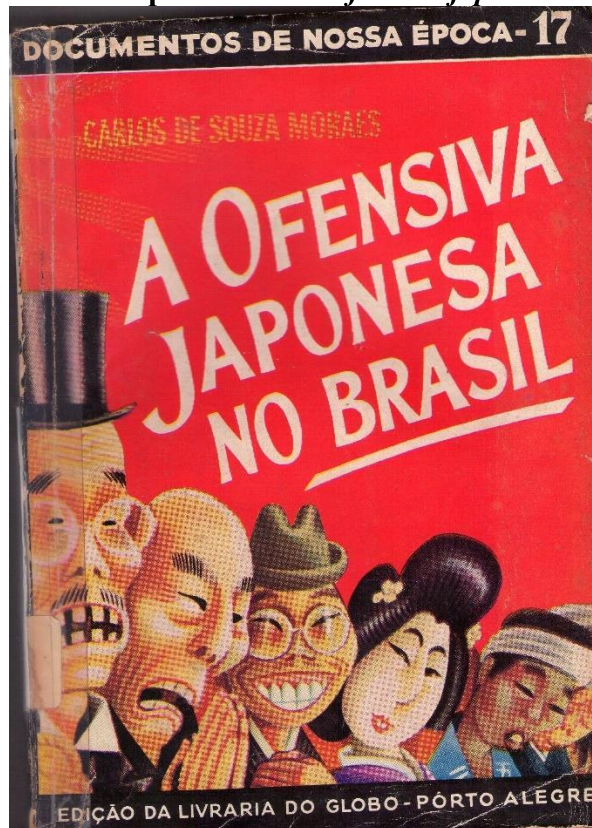
O parágrafo citado é aquele que encerra a introdução de *A ofensiva japonesa no Brasil*. Mais do que uma síntese do conteúdo abordado ao longo das 316 páginas da edição “revisada e ampliada” de 1942, ela também expressa o pensamento que conduziu a atuação intelectual e política de Carlos de Souza Moraes ao longo das décadas de 1930 e 1940. Sem medo de cometer exageros, afirmar que o livro escrito por Moraes foi a materialização de uma agenda política é uma questão verossímil.

Seu conteúdo – que será abordado neste subcapítulo – manifesta uma plataforma defendida por seu autor, mas também evoca um ideário compartilhado com um grupo considerável de intelectuais brasileiros. Embora não estivesse mais atuando como um integrante efetivo da Sociedade dos Amigos de Alberto Torres quando organizou e publicou a segunda edição de sua obra, *A ofensiva japonesa no Brasil* continha o “espírito torreano” e, nas palavras do próprio autor, “gostaria que servisse de impulso para a própria retomada da obra promovida pela SAAT”. É importante ressaltar que, conforme demonstrado no capítulo anterior, entre 1938 e 1942, a Sociedade dos Amigos de Alberto

Torres, em nível nacional, havia sofrido um processo de estagnação – e o núcleo sul-riograndense de completo desaparecimento. Contudo, o ataque japonês à base estadunidense de Pearl Harbor, no Havaii, em 7 de dezembro de 1941, parecia servir como impulso para o reaquecimento da máquina torreana – e sua propaganda antinipônica e antiimigrantista. Presumivelmente, também era o momento oportuno para Moraes relançar seu livro, pois o alcance do mesmo poderia ser mais amplo, ao contrário do que ocorreu com a primeira edição, em 1937.

Ao iniciarmos a análise da edição de 1942, é perceptível que a escolha das imagens da capa e contracapa de *A ofensiva japonesa no Brasil* tinham um objetivo certo: construir a imagem – estereotipada – dos japoneses como elementos estranhos, deformados e esquisitos, tanto no ponto de vista físico quanto moral e cultural, especialmente na imagem de capa. Coadunada com esses enquadramentos, a imagem também apregoa a representação de um caráter cínico, malicioso e, no caso feminino, libidinoso, voltado muito mais para a sexualidade, representada na criação imagética de uma gueixa. O objetivo central da escolha dessa imagem para a capa do livro – assim como a da contracapa – é já causar um efeito didático no imaginário do leitor, conduzindo-o para que, a partir da leitura do conteúdo da obra, qualifique a população japonesa com os adjetivos de estranhamento e exotismo que estão impregnados ao longo do livro. E o recurso caricatural visa ampliar o alcance daquilo que foi expresso em palavras.

Figura 11 – Capa do livro *A ofensiva japonesa no Brasil*

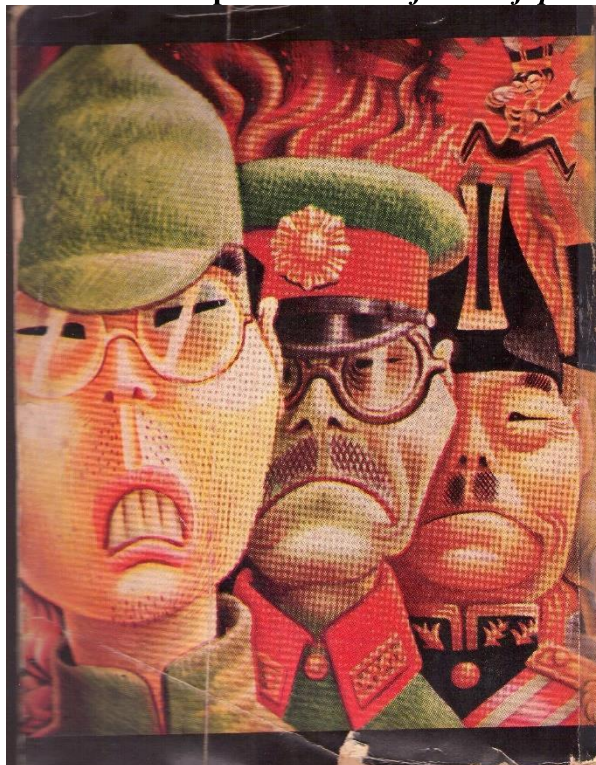


Fonte: Exemplar pertencente à Biblioteca do Museu Histórico Visconde de São Leopoldo.

Na capa, os personagens escolhidos fazem parte do meio popular – mulheres, jovens, idosos. A contracapa, por sua vez, se concentra em personagens relacionados com o ambiente militar e político do Império do Japão. As figuras principais satirizadas na contracapa do livro são, da esquerda para a direita, o almirante Isoroku Yamamoto, comandante da Marinha japonesa e idealizador do ataque à base estadunidense de Pearl Harbor; o general Hideki Tojo, primeiro-ministro do Japão entre 1941 e 1944 e, mais ao fundo, almirante Chuichi Nagumo, comandante da esquadra que deflagrou o ataque à Pearl Harbor em 1941. Os três são representados com semblante mais *carregado*, agressivo, justamente para construir uma imagem de homens perigosos, dispostos a tudo para levar a cabo a política imperialista nipônica. Atrás da figura dos três militares, são acrescentadas labaredas de fogo, como que em um incêndio e, do meio delas, em um círculo luminoso, alusão à bandeira japonesa, está a figura do imperador Hirohito, com uma posição gestual mais satirizada – até podemos dizer, ensandecida – que a de seus comandantes militares. Mas, em linhas gerais, o contexto da imagem aponta para um mesmo foco: evidenciar a nação japonesa como altamente nociva, para o mundo e, dentro

da agenda política e ideológica defendida pela Sociedade dos Amigos de Alberto Torres, para o Brasil, decorrente da presença de imigrantes deste país em território nacional.

Figura 12 – Contracapa do livro *A ofensiva japonesa no Brasil*



Fonte: Exemplar pertencente à Biblioteca do Museu Histórico Visconde de São Leopoldo.

Como foi possível ver, a escolha destas imagens tem um caráter notadamente intencional, almejando tanto atrair a atenção do público leitor para o conteúdo do livro, como conduzir o sentido da leitura, incutindo, naquele que lê, a certeza de que os japoneses instalados no Brasil, efetivamente, eram intrusos nefastos e até agentes camuflados, articulados diretamente com o imperialismo nipônico. A representação imagética, deste modo, tem uma abordagem pedagógica, potencializando e sintetizando o ponto nevrálgico da narrativa textual que Carlos de Souza Moraes elaborou em *A ofensiva japonesa no Brasil*: a presença irrefutável de um *perigo amarelo*.

O livro está dividido em dez capítulos, sendo que estes não contêm títulos, mas sim uma listagem dos tópicos abordados em cada um. Como apêndices, foram anexados dois contratos de concessão de terras aos japoneses na década de 1930, uma no Pará e outra no Amazonas – esta combatida na campanha do senador Cunha Melo. Juntou-se também uma declaração do presidente estadunidense Franklin Roosevelt sobre a “traição” cometida pelo Japão, especialmente o ataque contra Pearl Harbor. Mas o grande destaque

foi a publicação integral do *Memorando Tanaka*, famigerado projeto de expansão imperialista japonês.

Durante as décadas de 1930 e 1940, a veracidade deste documento foi amplamente aceita pelos pesquisadores e pela comunidade internacional de forma geral, sobretudo em decorrência de ações impetradas pelas forças militares nipônicas na China. O Memorando Tanaka teria sido escrito pelo então primeiro-ministro do Japão, Tanaka Giichi, sendo apresentado ao *mikado*, ou seja, ao imperador Hirohito, em 1927. Nele estariam formuladas estratégias para um plano de dominação em escala mundial. Dentro do processo de dominação, algumas etapas importantes que se faziam necessárias. A primeira delas seria a conquista e subjugamento da Manchúria e da Mongólia, visando o domínio do território chinês. Com isso, o Japão conseguiria ter controle sobre toda a Ásia na etapa seguinte e, dentro de pouco tempo, a rendição de países do Ocidente frente ao poderio japonês.

Fato concreto é que entre junho e julho de 1927, o primeiro-ministro Tanaka Giichi convocou a chamada *Conferência do Extremo Oriente*, onde participam membros de ministérios e das forças armadas do Japão. Como resultado, ficou definido que o governo japonês apoiaria o *Kuomintang* (Partido Nacionalista Chinês) em detrimento ao Partido Comunista. Para isso, o general Zhang Zuolin, chefe feudal na Manchúria, deveria aceitar que as tropas japonesas instalassem uma base militar naquela região. Em 1932, a Manchúria, dominada pelo Japão, se tornou um *estado fantoche* denominado *Manchukuo*, totalmente submisso aos interesses japoneses, sendo governado por Pu Yi, o último imperador chinês da Dinastia Qing, que havia abdicado em 1912. Este estado existiu até 1945, quando em decorrência da rendição japonesa na Segunda Guerra Mundial, a região da Manchúria foi devolvida à China.

Foi intensamente divulgado, a partir de 1929, que o Memorando Tanaka era o relatório oficial da Conferência do Extremo Oriente. Entretanto, nenhuma edição em japonês foi encontrada deste documento, sendo sua primeira publicação em chinês. Durante a guerra, o governo dos Estados Unidos fez uso em larga escala do Memorando Tanaka na propaganda antinipônica, ampliando esse discurso no Ocidente. Atualmente, conforme os historiador John Dower (1986), a maioria dos pesquisadores acredita que o documento se tratava de uma estratégia política contra o Japão, hipótese também defendida por Barak Kushner (2015, p. 30), ao afirmar que “havia vários erros históricos críticos no *Memorial de Tanaka* que demonstram claramente sua falsidade, mas

o fato de a mensagem se sobrepor ao objetivo geral do Japão de subjugar militarmente a China coincidiu com a crença em outros lugares de que o Memorial era genuíno”.

Se hoje a autenticidade é desacreditada, naquele ano de 1942, diante dos ataques japoneses, a narrativa do Memorando Tanaka era bastante eficiente na propaganda antinipônica, sendo amplamente utilizado por seus articuladores. Sobre o propalado documento, Carlos de Souza Moraes asseverou:

A 25 de julho de 1927, Tanaka, então presidente do conselho, apresentou ao Mikado um memorando secreto intitulado “Por uma política positiva na Manchúria”, que resume toda a política imperialista do Japão num programa mais consequente de dominação nipônica na Ásia oriental. Por sua feição de documento secreto, o memorando que vai aqui publicado na íntegra se afasta das contingências da linguagem diplomática, onde as expressões capciosas ou protocolares abrandam, muitas vezes, as arestas muito aparentes dos interesses inconfessáveis. É direto, rude, brutal. Vai direto aos fins. É, como já se disse, um “manual do imperialismo” (MORAES, 1942, p. 271).

A utilização do memorando não se deu apenas através da anexação de uma versão em português ao final do livro. Ele foi apropriado também como fonte ao longo da argumentação construída por Carlos de Souza Moraes, como forma de referendar as informações e hipóteses aventadas, especialmente sobre o projeto expansionista japonês, que incluía também a América – e, conseqüentemente, o Brasil. Também podemos perceber que, já naquele período, as suspeitas sobre a veracidade do documento estavam presentes. Mas, por seu turno, Moraes admoesta o eventual leitor de seu livro, induzindo que estas dúvidas eram produzidas por “defensores do imperialismo nipônico” e, no caso de brasileiros, “traidores dos interesses brasileiros”. Isso transparece na seguinte passagem:

Para que o leitor não duvide do plano há muito preparado para as conquistas que determinaram a eclosão da guerra do Pacífico, transcreveremos algumas passagens do célebre Memorando Tanaka que, não obstante julgado pelo governo japonês como documento forjado por alguns países interessados em indispor o Japão com o mundo civilizado, representa obra valiosa para aquilatar-se dos intentos da pátria de Hirohito (MORAES, 1942, p. 196).

Almejando construir uma tese robusta, que credencie sua obra como uma fonte efetivamente crível e incontestável do perigo japonês, Carlos de Souza Moraes retomou também uma linha histórica da formação geopolítica, cultural e identitária do Japão,

retrocedendo ao período feudal do país, especialmente o *Shogunato* (1600-1868), período em que havia a dominação militar dos *shoguns* (generais), passando pela *Restauração Meiji* (a partir de 1868), que implantou o Império do Japão e o colocou na rota do colonialismo, como ocorria em países da Europa. Entretanto, o recorte escolhido para essa análise se dará mais precisamente para a argumentação antinipônica – que perpassa todo o trabalho feito por Moraes –, especialmente nos aspectos relacionados com a concessão de terras, a agricultura, o campo educacional e o nacionalismo, elementos esses que também estavam inseridos diametralmente no bojo político-ideológico da Sociedade dos Amigos de Alberto Torres.

Uma das preocupações de Carlos de Souza Moraes, muitas vezes mencionada nas correspondências que emitiu, era de ampliar as informações contidas nessa nova versão de *A ofensiva japonesa no Brasil*, aumentando o escopo documental e fotográfico da obra. Mas, como bom leitor, sabia que apenas dados estatísticos e excertos talvez não prendessem a atenção do interlocutor. Se fazia necessário conquistar o lado emocional e imaginativo do público. É plausível que uma cena desconcertante tenha se formado na mente daqueles que leram o seguinte trecho:

Por toda a parte jaziam corpos inchados em putrefação. Os cachorros vagueavam de cadáver em cadáver, e o mau cheiro era repugnante. Quando as formações da Cruz Vermelha Chinesa tentavam limpar as ruas daquele horror, os caixões de madeira eram-lhes arrancados pelos japoneses, que com eles faziam fogueiras de “vitória”. Agentes da Cruz Vermelha foram assassinados às dúzias, e seus cadáveres tombavam sobre os daqueles que tinham tentado piedosamente remover (MORAES, 1942, p. 200-201).

O episódio descrito faz parte de uma narrativa mais ampla, na qual Carlos de Souza Moraes reconstrói, em detalhes, o testemunho dado por um estadunidense que presenciou o avanço das forças militares japonesas sobre Nanquim, então capital chinesa. Embora não mencione de quem se trata, os relatos e algumas outras informações fornecidas – como a de que o autor era professor na universidade local – indicam que se trate de Miner Searle Bates, missionário cristão que atuou na Universidade de Nanquim e foi um dos líderes da Zona de Segurança Internacional, criada como forma de proteger milhares de refugiados, sobreviventes daquele que ficou marcado historicamente como o *Massacre de Nanquim*.

Entre dezembro de 1937 e fevereiro de 1938, em um período de seis semanas, milhares de civis chineses e combatentes desarmados foram mortos pelo Exército

Imperial do Japão. Até os dias de hoje o número oficial de mortos é indefinido, porém, há um consenso que está situado entre 40 mil e 300 mil pessoas. Além dos assassinatos em massa, cerca de 20 mil mulheres, incluindo um número expressivo de crianças e idosas, foram estupradas pelos militares nipônicos. Esse episódio recebeu a denominação de *Estupro de Nanquim*. Como forma de “apaziguar os instintos sexuais dos soldados” e diminuir a pressão internacional, os comandantes militares japoneses incentivaram a criação de prostíbulos nos arredores de Nanquim. O “abastecimento” destas casas de prostituição ocorria através da cooptação e rapto de mulheres, tanto aquelas da colônia japonesa na Coréia, como de Taiwan, Indonésia, Filipinas e da própria China.

Encerrado o conflito bélico mundial, foi instituído em maio de 1946 o *Tribunal Militar Internacional para o Extremo Oriente*. Entre maio de 1946 e novembro de 1948, japoneses foram julgados por três tipos de crimes: os de *Classe A*, relacionados com crimes contra a paz; *Classe B*, para os crimes de guerra e, *Classe C*, para aqueles contra a humanidade. Vinte e cinco líderes militares e políticos do Japão foram acusados de crimes de Classe A, enquanto mais de 5 mil homens foram enquadrados nas classes B e C, especialmente por abusos de prisioneiro, incluindo o *Massacre de Nanquim*.

Em boa medida, a argumentação que Carlos de Souza Moraes utilizou para sustentação da crueldade japonesa na China se baseou no livro *What War Means* (O que significa a guerra), publicado pelo jornalista australiano Harold John Timperley, em 1938. Antes disso, Timperley enviou telegramas para o jornal britânico *Manchester Guardian*, relatando o cenário de extrema violência que vinha se descortinando em Nanquim. Estes relatos foram utilizados durante o julgamento realizado pelo Tribunal Militar Internacional para o Extremo Oriente. O reverendo Miner Bates também repassava informações aos jornais *Chicago Daily News* e *New York Times*, nos Estados Unidos, que eram publicadas em forma de artigos. Como é o caso do texto que inspirou Carlos de Souza Moraes na reconstituição dos relatos dedicados ao Massacre de Nanquim.

E se o terror ocorrido na China viesse a se repetir em terras brasileiras? Essa é a principal questão que Moraes buscava introjectar no ideário de seus leitores, ao dedicar três páginas de seu livro em pormenorizar fatos descritos em testemunhos sobre Nanquim. Esse medo da expansão nipônica deveria estar presente, pois o Japão “lançava seus tentáculos” de várias formas, como estratégia de dominação em escala global. No Brasil, desde 1936, essa presença ganhou maior ênfase no âmbito das relações comerciais. E para Carlos de Souza Moraes, assim como para a Sociedade dos Amigos de Alberto Torres, essas relações entre Brasil e o “Império do Sol Nascente” eram imponderáveis, podendo

trazer apenas malefícios ao nosso país. Basta lembrarmos as severas críticas que a SAAT empreendeu em 1936, quando ocorreu a Missão Econômica Brasileira ao Japão, chefiada por Salgado Filho, e a campanha contrária que a entidade protagonizou na imprensa. Em seu livro, Moraes coaduna a vitórias dos países aliados com a derrota completa do expansionismo nipônico, rompendo os laços entre Japão e Brasil, assim como a atuação de “agentes pouco patrióticos”:

É possível que a vitória das nações aliadas, que varrerão as hordas totalitárias que vem há alguns anos espalhando a miséria, a fome, a desgraça e a destruição em todo o mundo, permitam ao Brasil, com o governo patriótico que possui, a extração do quisto japonês em nosso território, diminuindo até reduzir às devidas proporções a influência comercial nipônica que já é poderosa e se vai expandindo com o perigoso intercâmbio nipo-brasileiro, proporcionado pelas visitas das famigeradas *missões econômicas* e os seus agentes e intermediários (MORAES, 1942, p. 190, grifos do autor).

Ao destacar o empenho nacionalista do governo central em combater os chamados *quistos étnicos*, o autor também estabelece uma relação entre o caso envolvendo os núcleos de imigração japonesa com o de outros grupos existentes no Brasil, especialmente no Rio Grande do Sul. Em outros momentos, como demonstrado ao longo desse trabalho, Carlos de Souza Moraes registrou sua suspeição para com as regiões de colonização, com acentuada ênfase para aquelas de origem alemã, como era o caso de São Leopoldo. Na segunda edição de *A ofensiva japonesa no Brasil*, Moraes também enalteceu o trabalho de nacionalização promovido pelas autoridades sul-rio-grandenses até aquele momento. Se, em 1938, no episódio da tentativa de anexação de Campo Bom, Carlos de Souza Moraes aparentava desconfianças para com o interventor Cordeiro de Farias, passados quatro anos, o elegia como um dos “baluartes patrióticos” no estado sulino, como podemos ver na seguinte declaração.

Getúlio Vargas – a quem se deve o início de uma nova era de incorporação do alienígena ao meio brasileiro e que tem, no Rio Grande do Sul, uma plêiade de brasileiros decididos e patrióticos como o Gen. Cordeiro de Farias, Ten. Cel. Aurélio da Silva Py e Coelho de Souza, à qual se deve serviços inestimáveis – baixou em 1939 o decreto-lei n. 1.545, dispondo sobre a adaptação ao meio nacional dos brasileiros descendentes de estrangeiros. As providencias estabelecidas são ótimas e terão esplendidos resultados, se cumpridas, com interesse e patriotismo, por parte de seus executores. A instalação de unidades do Exército Nacional, em algumas localidades onde o elemento estrangeiro era mais preponderante e o ensino de nossa língua menos

fiscalizado, vem satisfazendo como tivemos oportunidade de observar há poucos meses em Blumenau (MORAES, 1942, p. 110-111).

E esse empenho se fazia presente também na articulação policial, de sobremaneira através do DOPS e seu delegado, Plínio Brasil Milano. Visando reforçar a ideia do “perigo japonês”, mesmo em estados onde a presença de imigrantes e descendentes deste grupo era diminuta, Moraes (1942, p. 220) destacou a apreensão de “vários nipônicos”, envolvidos no que poderia ser um plano de atentado, pois estavam produzindo pólvora. Não há menção de onde aconteceu a prisão destes indivíduos, mas chamou a atenção para a cidade de Ijuí, onde, assim como em Santa Rosa, a presença de diversos grupos étnicos formava uma “Torre de Babel” vista como perigosa pelas autoridades policiais e políticas do Estado Novo. Ao pesquisar sobre esta questão, envolvendo o aprisionamento de japoneses na Colônia Penal Agrícola General Daltro Filho, encontrei um relatório, elaborado por agente do Serviço de Inteligência dos Estados Unidos no Brasil, indicando que “dentre os 400 pesos naquela Colônia Penal, apenas 15 eram japoneses”.⁴⁰¹

A preocupação com a segurança nacional ocorria também da observação e controle sobre o *modus operandi* da infiltração japonesa: a obtenção de terras e o trabalho agrícola. Conforme Carlos de Souza Moraes, amparado nas constatações defendidas anteriormente por outros membros da SAAT, o imigrante japonês em nada colaborava com a agricultura brasileira, pois sua função era apenas agir em consonância com as ordens vindas do Império do Japão, caldeadas através de agentes das companhias de colonização, tudo em nome do “grande projeto imperialista pleiteado pelo imperador Hirohito e seu séquito”.

Conclui-se mais uma vez: o japonês, como assalariado, não serve às nossas lavouras; como latifundiário, proprietário de fazendas, organizando a sua economia própria, com plantios de algodão, para não falar agora nas menores, não serve também. Para que continuar a recebê-lo? Por que ampará-lo, se toda sua atividade está em função exclusiva dos interesses do Japão? Não estão aí fatos de sobejo, cifras, dados estatísticos, e que não admitem contestação, a comprovarem essa atuação maléfica, para o Brasil, a confundirem os seus defensores, entre nós, que só vem, mas desgraçadamente, superficialmente, a extensão das suas lavouras, a qualidade de seus produtos, a sua extraordinária capacidade de trabalho, sem atentarem para os verdadeiros resultados, para o nosso país, para o Brasil, para as gerações futuras desta terra, que não pode e não deve ser vilipendiada, vendida à prestação – dessa prejudicial colonização em solo pátrio? (MORAES, 1942, p. 169).

⁴⁰¹ BRADOCK. *List of Property Depredations in Porto Alegre*, September 25, 1942. RG 84, v. XXXIII.

Embora Moraes ressalte a existência de qualificativos relacionados aos japoneses enquanto agricultores, estes são minimizadas diante de sua “obediência cega” e de comportamentos inadequados, como “sua comprovada manifestação de superioridade e de domínio e a sua orientação seguramente diferente de quem tem propósitos de vivem em comunhão com os outros elementos operantes no ambiente em que se fixa” (MORAES, 1942, p. 163). E essa “diferença” é acentuada em outro aspecto cultural importante: a religião.

Carlos de Souza Moraes enquadrava a religiosidade japonesa como “exótica”, pois ela ocorria através da fusão de três formas de culto, avessas ao “espírito de fé brasileiro”, que era notadamente calcado nos preceitos cristãos – e sobretudo católicos. Os núcleos imigrantes nipônicos professavam o culto ao passado, através do Xintoísmo, integrado a este o Confucionismo, como forma de cultivar o presente, e o Budismo, que trata do futuro. Chamava a atenção dos leitores para uma “outra estratégia” adotada por imigrantes japoneses e descendentes, visando “passarem despercebidos”: o ingresso na Igreja Católica. E destacava que, ou por “inocência ou por compatibilidade de propósitos”, alguns brasileiros, defensores do Japão e de seu povo, utilizavam esse fato como exemplo de integração ao Brasil. Como forma de materializar um caso, Carlos de Souza Moraes adicionou, entre as fotografias existentes em seu livro, a imagem de uma menina japonesa no dia em que se batizou no catolicismo. Se tratava de Fumiko Fuke, que, posteriormente, teve seu nome nacionalizado, passando a se chamar Marlene Fuke. O fato interessante é que se tratava de uma moradora de São Leopoldo, cidade majoritariamente de imigração alemã e com forte presença protestante.⁴⁰² E, ao longo de seu livro, Moraes não mencionara em nenhum momento a presença japonesa em São Leopoldo, sendo esta citada apenas na descrição da fotografia.

⁴⁰² Não foram encontradas maiores informações sobre Marlene Fuke. Entretanto, encontrei a existência de uma rua denominada Seochi Fuke, no bairro Arroio da Manteiga, na mesma cidade. Com certeza os dois eram da mesma família, não podendo precisar aqui o grau de parentesco.

Fotografia 13 – Marlene Fuke



Fonte: MORAES, Carlos de Souza. **A ofensiva japonesa no Brasil**: aspecto social, econômico e político da colonização nipônica. Porto Alegre: Livraria do Globo, 1942, p. 118.

Assim como presente na agenda política da Sociedade dos Amigos de Alberto Torres, a questão educacional ganhou espaço importante ao longo da segunda edição do livro de Carlos de Souza Moraes. Algumas outras menções sobre o tema, retirados desta obra, foram incorporadas ao desenvolvimento deste trabalho, sendo desta forma analisadas. Sobre este tópico, destaco a equiparação feita pelo autor entre os espaços educacionais de origem alemã e japonesa, incorporando este primeiro grupo ao espectro de análise e ressaltando os “perigos” existentes nestas áreas de colonização – com as quais teve contato mais próximo a partir de 1937. Tanto no caso das áreas de imigração japonesa quanto alemã, existiam dois elementos amplamente destacados por Moraes que representariam empecilhos para o sucesso da nacionalização: o isolamento sociocultural e a presença de escolas particulares ou confessionais. Esses dois aspectos foram várias vezes citados ao longo do livro. Mais especificamente sobre os educandários em regiões de imigração nipônica, Carlos de Souza Moraes afirmou que

[...] durante anos, as colônias japonesas mantiveram as suas escolas próprias, dirigidas por professores especialmente preparados no Japão, os quais, em regra, também ocupavam, nos núcleos, as funções de escrivão, uma espécie de vice-cônsul, quando a população não *merecia* um *governador*. A existência de tais unidades escolares que, às vezes, funcionavam no mesmo prédio em que se achava instalada a aula pública, em flagrante desrespeito à nossa soberania, foi proibida agora, em virtude de providências do governo, em todo o país. Mas, como nas regiões coloniais alemãs do Rio Grande do Sul, onde as escolas dessa natureza funcionavam, por vezes, em casas que não eram tidas como suspeitas pelas autoridades e até em igrejas, sob o manto de ministramento de curso de catecismo – as escolas transferiram-se para outros locais mais à margem da fiscalização, muito embora as crianças de origem nipônica frequentassem a regida por professor público (MORAES, 1942, p. 128, grifos do autor).

A educação nas escolas japonesas, conforme a interpretação desencadeada, serviria como um “espaço de preparação da criança japonesa no projeto imperialista”, não se preocupando em realizar um trabalho efetivo de integração ao Brasil, país receptor, mas reafirmando a superioridade do Japão diante do “caboclo nacional”. Carlos de Souza Moraes relatou uma experiência pessoal, para aproximar os leitores desta compreensão:

Em 1937, quando viajávamos entre São Paulo e Santos, tivemos oportunidade de viajar com uma professora pública da zona de Ribeira do Iguape, a qual nos informou que, embora a criança japonesa seja assídua à escola brasileira, a ação desta não pode sobrepujar a da japonesa, cujo turno procede ao da nacional e indis põe o aluno, pelo cansaço, a novas horas de estudos, sem contar, ainda, a instrução que recebem no lar. Acrescentou que o filho do imigrante, ainda que nascido aqui, hostiliza o brasileiro, seu patrício portanto, chamando-o de preguiçoso e, às vezes, quando lhe permite a ocasião, o maltrata (MORAES, 1942, p. 136).

A colonização japonesa nas proximidades do rio Ribeira do Iguape teve início em 1913, com a fundação da *Colônia do Iguape*, na região dos atuais municípios de Registro, Sete Barras e Iguape, no interior de São Paulo. Na década de 1930, a Sociedade dos Amigos de Alberto Torres utilizou a página dos jornais para denunciar supostos excessos cometidos pelos imigrantes japoneses daquela região, tanto no que competia ao processo de ensino como ao isolamento diante da realidade brasileira. Em 1942, novamente aquela região colonial ganhou destaque, desta vez em *A ofensiva japonesa no Brasil*, como um “exemplo evidente de enquistamento e tentativa de domínio japonês dentro do território brasileiro”.

Tão importante quanto se analisar o conteúdo de um livro, é compreender seu processo de construção, os passos que foram dados até chegar naquele produto final. Felizmente, as cópias de correspondências deixadas por Carlos de Souza Moraes permitem reconstruir, criticamente, parte do processo que gerou a segunda edição de *A ofensiva japonesa no Brasil*, lançada em novembro de 1942.

De forma prática, Carlos de Souza Moraes iniciou o trabalho de coleta de materiais para a edição revisada de sua obra em abril de 1942, quando encaminhou uma série de correspondências, tanto para amigos quanto para entidades e órgãos públicos, solicitando informações e materiais sobre imigração e colônias japonesas aqui instaladas. Neste interim, também buscou obter materiais relacionados com atividades suspeitas por imigrantes nipônicos e descendentes – ou partidários destes –, que contrariavam as regras impostas pela política de nacionalização.

Uma das primeiras correspondências encaminhadas por Carlos de Souza Moraes tinha como destinatário seu irmão, Jacintho de Souza Moraes, já residente do Rio de Janeiro. Datada de 2 de abril, além de pedir apoio ao irmão na coleta e envio de materiais, também comentava sobre a procura de uma editora que se interessasse em publicar a segunda edição, tendo em vista que a primeira, lançada em 1937, havia se esgotado, tamanha procura após o ataque japonês a Pearl Harbor, em dezembro do ano anterior.

Entrementes, também agradeceu a Jacintho pela acolhida que fez a ele e sua esposa, Odette Rossi, que se casaram em março de 1942, no Rio de Janeiro. Odette era filha de Mário Rossi, um dos diretores da firma Amadeo Rossi, instalada em São Leopoldo no ano de 1937, quando foi transferida de Caxias do Sul. Mário, por sua vez, era filho do fundador da empresa, o imigrante italiano Amadeo Rossi, chegado ao Brasil em 1881. Naquele período, a empresa Amadeo Rossi era a fornecedora de munição, armas de fogo, explosivos e artigos militares para o Exército brasileiro, sendo por isso declarada como “empresa de interesse militar”. Em retribuição aos serviços prestados, o fundador da empresa recebeu o título de “Cidadão Brasileiro”, em 1944. Posteriormente, Carlos de Souza Moraes atuou junto à firma, vinculado com o setor jurídico da empresa.

Sobre os aspectos envolvendo seu livro, Carlos de Souza Moraes assim escreveu ao irmão:

O meu livro *A ofensiva japonesa no Brasil*, por cuja 2ª edição mostraste especial interesse, parece que vai sair mesmo. A Livraria do Globo vendeu tudo o que tinha e ainda mandou procurar mais e eu não tenho. Resolvi, assim, por mão à obra. Espero, pra o que faço-te um apelo, que

me mandes recortes de jornais, revistas etc., que aparecerem aí sobre o assunto. Estende o pedido ao Cel. Aurélio e dr. Vidal. A este, diz-lhe que possivelmente ele conseguiria muita coisa na sede da Sociedade dos Amigos de Alberto Torres.

Ainda não sei em que livraria mandarei imprimir. Amanhã, procurarei ter entendimento com o Erico Veríssimo, na Livraria do Globo. Se tiveres algum amigo junto a qualquer editora do Rio, fala-lhe a respeito.⁴⁰³

As negociações com a Livraria do Globo, através de Erico Veríssimo, alcançaram o objetivo desejado, pois a editora decidiu publicar a segunda edição da obra. Em correspondência enviada ao tenente De Paranhos Antunes, que havia sido transferido para o Rio de Janeiro, Carlos de Souza Moraes noticia o amigo do fato, indicando que, anteriormente, uma negociação com a mesma editora havia fracassado:

Participo que a Livraria do Globo interessou-se pela 2ª edição de meu livro. Assinarei contrato essa semana. Recordo, neste instante, a ocasião em que fui contigo falar com o Henrique e Erico. E o resultado foi negativo. A situação mudou muito. Já o povo acredita mais no perigo amarelo. Terei que refundir todo o livro, pois desejo ampliá-lo muito, mormente na parte que diz respeito ao Brasil. Pretendo publicar, em apêndices, o texto dos contratos de concessão aos japoneses em nosso país. Por enquanto, possuo apenas o referente ao estado do Pará, que combatemos em 1937, embora fosse fato consumado. Vencemos apenas a concessão Maués, como deves estar lembrado.⁴⁰⁴

Carlos de Souza Moraes não mencionou em que data ocorreu esse encontro, no qual foi acompanhado por De Paranhos Antunes, seu confrade na Sociedade dos Amigos de Alberto Torres e na Academia Rio-grandense de Letras. Pela Livraria do Globo, além de Erico Veríssimo, também participou Henrique Bertaso, diretor da editora e um dos criadores da *Revista do Globo*, em 1929. O saudosismo também se manifestou nas palavras escritas por Moraes, ao rememorar os tempos de militância torreana, entre 1936 e 1937, quando o núcleo sul-rio-grandense da SAAT tomou parte na campanha promovida pelo senador Cunha Mello, visando impedir a concessão de terras aos imigrantes japoneses no Amazonas. De fato, naquela oportunidade, a SAAT conseguiu uma vitória significativa, em um momento que enfrentava, como visto, grave crise interna. Cabe lembrar que, alguns anos antes, quando foi lançada a primeira edição de *A*

⁴⁰³ Museu Histórico Visconde de São Leopoldo (MHVSL) – Coleção Carlos de Souza Moraes – Pasta 87 – Correspondência de Carlos de Souza Moraes para Jacintho de Souza Moraes (2/04/1942).

⁴⁰⁴ Museu Histórico Visconde de São Leopoldo (MHVSL) – Coleção Carlos de Souza Moraes – Pasta 87 – Correspondência de Carlos de Souza Moraes ao tenente De Paranhos Antunes (14/04/1942).

ofensiva japonesa no Brasil, De Paranhos Antunes foi um fervoroso divulgador daquela obra, publicando artigo laudatório sobre o livro no jornal *Correio do Povo*.⁴⁰⁵ Em outra carta, de novembro de 1942, Moraes reforça ao amigo que na época da publicação da primeira edição, De Paranhos Antunes teve papel importante para que a obra fosse lançada. Creio que ele tenha exercido o mesmo papel de mediador junto à Livraria do Globo, como procedeu naquele ano de 1942.⁴⁰⁶

Conforme relatou ao irmão Jacintho, Carlos de Souza Moraes, embora estivesse negociando com a Livraria do Globo, não tinha certeza se as tratativas lograriam êxito. Por isso, buscou manter contatos com outras editoras no país. Uma delas foi a Editora Guaíra,⁴⁰⁷ sediada em Curitiba, fundada pouco tempo antes pelo advogado e professor alagoano Oscar Joseph de Plácido e Silva. Os contatos se deram por meio de um correspondente da editora, de nome Joel. Em correspondência emitida em 4 de abril, Moraes assim se dirigiu ao destinatário:

Valendo-me da atenção que me dispensou, quando de sua ligeira estada nesta cidade, em missão de “Diretrizes”, resolvi escrever-lhe para saber se a editora “Guaíra” se interessaria em imprimir a 2ª edição de minha *A ofensiva japonesa no Brasil*, que seria grandemente ampliada com copioso material inédito e atualizada. Dado o círculo de relações que possuiis aí, talvez não lhe seja difícil encontrar outra empresa de importância para lançar essa 2ª edição, caso a Guaíra não se interesse. Se houver boa acolhida para minha iniciativa, estou certo que você não me negaria a gentileza de fornecer-me dados estatísticos ou informes preciosos, além de algumas fotografias, para enriquecer a obra. Não viso realizar lucros com o trabalho. Meu propósito continua o mesmo: servir o Brasil, mormente o momento presente, fazendo, em menor escala, o que vocês, à frente da valorosa “Diretrizes”, vem fazendo galhardamente por ele.⁴⁰⁸

No dia que antecedeu a escrita desta correspondência, Carlos de Souza Moraes havia se reunido com Erico Veríssimo na Livraria do Globo. Como visto, ao se dirigir ao amigo De Paranhos Antunes, em 14 de abril, já havia recebido sinal positivo da editora para publicar nova edição de seu livro. Diante do sucesso de seu intento, Moraes não

⁴⁰⁵ Museu Histórico Visconde de São Leopoldo (MHVSL) – Coleção Carlos de Souza Moraes – Pasta 85 – Documentos referentes ao Núcleo da Sociedade dos Amigos de Alberto Torres no Rio Grande do Sul (Recorte do jornal *Correio do Povo* – artigo de De Paranhos Antunes sobre o livro *A Ofensiva Japonesa no Brasil*).

⁴⁰⁶ Museu Histórico Visconde de São Leopoldo (MHVSL) – Coleção Carlos de Souza Moraes – Pasta 87 – Correspondência de Carlos de Souza Moraes ao tenente De Paranhos Antunes (30/11/1942).

⁴⁰⁷ A editora encerrou suas atividades em 1961.

⁴⁰⁸ Museu Histórico Visconde de São Leopoldo (MHVSL) – Coleção Carlos de Souza Moraes – Pasta 87 – Correspondência encaminhada por Carlos de Souza Moraes (4/04/1942).

necessitou dos serviços de outra empresa editorial para impressão. Mas, na mesma carta enviada ao correspondente Joel, assumiu que “preferia, em parte, fosse meu trabalho lançado por editora que difundisse pelo norte do país também”.

Não obstante, é provável que a partir daquele momento, tenha se estabelecido uma proximidade entre Carlos de Souza Moraes e Erico Veríssimo, ou até mesmo uma amizade entre eles. É imaginável que a expressão “prezado amigo”, na correspondência que Veríssimo encaminhou a Moraes em 1946, quando solicitou uma vaga para o filho de um amigo na biblioteca de São Leopoldo, não tenha sido apenas protocolar - o que também explica o pedido feito. Curioso é que, algum tempo depois, Erico Veríssimo presenteou Carlos de Souza Moraes com um exemplar de *O Tempo e o Vento*, mas com um detalhe: se tratava de uma versão em língua alemã.

Diante das informações disponíveis no documento, surgiu a curiosidade em saber quem era esse correspondente, de nome Joel, vinculado com a editora paranaense Guaíra. Com a pesquisa realizada, identifiquei este agente como sendo o jornalista sergipano Joel Silveira, que atuou na imprensa do Rio de Janeiro nas décadas de 1930 e 1940. E, na verdade, era uma espécie de “agente informal” da Editora Guaíra, pois atuava como articulista da *Revista Guaíra*, que a empresa editou entre 1940 e 1955. Em 1942, Joel Silveira era repórter da *Revista Diretrizes*, fundada por Samuel Wainer e Azevedo Amaral. Fato interessante é que, em linhas gerais, o escopo editorial da revista era direcionado mais para o espectro da esquerda, sendo crítica ao regime do Estado Novo. Tanto que, em várias ocasiões, ocorreram atritos entre os responsáveis pela publicação e o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP). Como estratégia para driblar os censores do DIP, Samuel Wainer contratou, como uma das colaboradoras da revista, Adalgisa Nery, jornalista e poetisa, que era esposa de Lourival Fontes, diretor daquele órgão federal. Assim como tecia censuras ao Estado Novo, *Diretrizes* continha um discurso de oposição aos regimes nazifascistas europeus.

Joel Silveira era *antigetulista* convicto, sendo acusado, inclusive, de comunista. Mas, naquela conjuntura, Carlos de Souza Moraes, sendo um agente estadonovista, parece não ter levado em consideração estes predicados desabonadores por parte daquele com quem se correspondia. O que estava em jogo – e isso era o que lhe importava – era a chance de reeditar seu *A ofensiva japonesa no Brasil*. Deste modo, além dos elogios dados ao destinatário, também rendeu méritos à *Revista Diretrizes*, elogiando sua conduta de reprovação para com “as ideologias abomináveis provenientes dos países do Eixo” – e relevando a oposição feita ao Estado Novo.

Outro fato que não deixa de ser interessante, é que, ao encontrar uma edição de 1941 da *Revista Diretrizes*, me deparei com um nome conhecido no cargo de redator-chefe: Remi Fonseca. O filho do coronel Theodomiro Porto da Fonseca, conhecido como um nativista ferrenho, envolvido em dois episódios de depredações em São Leopoldo.⁴⁰⁹ Naquele momento, Remi Fonseca atuava como fiscal de imposto de consumo na capital federal. Eis um personagem que merece um aprofundamento na investigação de sua trajetória.

No mesmo dia em que fez contato com o irmão, Carlos de Souza Moraes encaminhou correspondência para um amigo, também residente no Rio de Janeiro: o capitão do Exército Mário Fonseca.⁴¹⁰ Além de repassar ao amigo que seus pais, coronel Theodomiro e Alzira Porto da Fonseca estavam bem, também o cumprimentou pelo “bem escrito e substancioso artigo sobre a 5ª coluna”. Informou que os ânimos, acerca deste assunto, andavam exaltados em São Leopoldo, fato que era noticiado nos periódicos. Sobre a segunda edição de seu livro, Moraes afirmou que:

Depois de muitas solicitações de amigos e velhos companheiros de lides “torreanas” em Porto Alegre e de ter a Livraria do Globo esgotado a 1ª edição de meu trabalho, que tem sido muito solicitado ultimamente, resolvi fazer um esforço, em virtude da falta de tempo com que quase luto para qualquer assunto fora da Prefeitura, afim de realizar a 2ª edição de *A ofensiva japonesa no Brasil*. No desejo de ampliar um pouco a obra, atualizando-a sobretudo, venho apelar para o amigo, bem como para Remi e Cabanhas, no sentido de enviar-me elementos a respeito. Sei que no Rio ultimamente tem aparecido muita coisa sobre o assunto, em jornais, revistas, folhetos e livros. Aquilo que julgares aproveitável para a minha tarefa poderás remeter, que indenizarei as despesas. Tenho muita coisa arquivada e reunida durante os anos que sucederam ao aparecimento de meu livro; mas, nunca é demais procurar outras fontes, principalmente agora que o assunto está palpitante e em foco.

Acionar a rede de contatos residente no Rio de Janeiro era importante para a captação de materiais e informações que dessem um *corpus* mais robusto para essa nova edição, não a tornando apenas mera reimpressão. E, como já havia transcorrido cinco anos desde seu lançamento, a eclosão do conflito mundial e a instauração do Estado Novo no Brasil colaboraram para a produção de novos materiais, tanto oficiais como através da

⁴⁰⁹ *Diretrizes*, 10/07/1941, Ano IV, n. 55, p. 7. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/163880/2749>, acesso em 8 nov. 2020.

⁴¹⁰ Museu Histórico Visconde de São Leopoldo (MHVSL) – Coleção Carlos de Souza Moraes – Pasta 87 – Correspondência de Carlos de Souza Moraes ao capitão Mário Fonseca (2/04/1942).

imprensa, ou até mesmo provenientes das próprias comunidades de imigrantes, por conta da retenção de documentos e objetos pessoais pelos agentes da repressão.

Os “antigos companheiros de lides torreanas”, como mencionados por Carlos de Souza Moraes, não atuaram apenas no incentivo para a publicação de uma segunda edição de seu livro. Ele também estabeleceu contato com antigas lideranças nacionais da Sociedade dos Amigos de Alberto Torres, visando apoiar em sua iniciativa. Na mesma leva de correspondências destinadas ao Rio de Janeiro, uma delas foi endereçada ao já conhecido Rafael Xavier.⁴¹¹ Pelo teor da carta, presume-se que o contato direto entre ambos não ocorria, ao menos, desde 1937, quando Moraes assumiu o cargo de secretário em São Leopoldo, não mais se envolvendo diretamente na articulação do núcleo sul-riograndense da SAAT.

Depois de longo tempo de silêncio, volto a escrever-lhe. [...] De mim, só posso dizer que transferi minha residência para São Leopoldo, onde terei o prazer de estar às ordens suas. Esse acontecimento inibiu-me de continuar a movimentar o núcleo torreano deste Estado, que criei com tanto carinho. Espero ainda voltar um dia a Porto Alegre, onde rearticularei os companheiros para nova atividade, em prol dos nossos grandes ideais, principalmente no momento que são tão palpitantes e reais.

Animeimei-me para dar uma 2ª edição de meu modesto ensaio *A ofensiva japonesa no Brasil*. A 1ª está esgotada e a Livraria do Globo tem sido muito solicitada, a respeito. Espero concertar o assunto, para dentro em pouco entregar a obra refundida e ampliada, e sobretudo atualizada. Para isso, preciso muito do amigo, que poderia fornecer-me conselhos, para preencher lacunas que tenha verificado e fornecer material que porventura possuía [...]. A Sociedade dos Amigos de Alberto Torres poderia, ainda que a título de empréstimo, emprestar-me algum. Sua intercessão seria decisiva. E com isso que grande serviço me prestaria!

Por algum motivo, apenas em novembro de 1942 Rafael Xavier informou que conseguiria encaminhamento dos materiais solicitados, quando a segunda edição já havia sido lançada. De qualquer modo, em nova carta encaminhada ao ex-presidente da SAAT, Carlos de Souza Moraes informou-lhe que aquele material seria uma “preciosa contribuição para o trabalho que tinha em vista”.⁴¹² Ainda forneceu maiores detalhes sobre aquela nova edição, como a substituição dos capítulos da primeira edição por dez

⁴¹¹ Museu Histórico Visconde de São Leopoldo (MHVSL) – Coleção Carlos de Souza Moraes – Pasta 87 – Correspondência de Carlos de Souza Moraes para Rafael Xavier (2/04/1942).

⁴¹² Museu Histórico Visconde de São Leopoldo (MHVSL) – Coleção Carlos de Souza Moraes – Pasta 87 – Correspondência de Carlos de Souza Moraes para Rafael Xavier (30/11/1942).

novos textos, assim como a inclusão de dados sobre a colonização japonesa no Rio Grande do Sul. É perceptível um tom de satisfação ao escrever: “[...] ataquei um pouco Ellis Júnior, Assis Chateaubriand e outros patrícios e defendi o nosso caboclo”.

Essa crítica de Carlos de Souza Moraes aos dois citados nominalmente e “outros patrícios” retomou o período da Assembleia Nacional Constituinte de 1933-1934 e a discussão de leis antiimigrantistas. Alfredo Ellis Júnior, historiador e ex-deputado na Assembleia Legislativa de São Paulo na década de 1920, pelo Partido Republicano Paulista, foi um dos que se colocou em defesa da imigração japonesa, ao lado de nomes como Bruno Lobo, Alexandre Konder, Morais Andrade e Lacerda Werneck. Assis Chateaubriand, jornalista e empresário poderoso, proprietário de vários jornais, abriu espaço em suas páginas para que este grupo fizesse sua exposição em defesa dos imigrantes nipônicos. Ao reescrever sua obra, Moraes retomou antigas querelas, acreditando que naquela conjuntura a defesa aos japoneses não se mostrava mais admissível e, portanto, evidenciando que os opositores estavam equivocados.

A forte presença japonesa em São Paulo e as ações de repressão que vinham ocorrendo naquele estado chamaram a atenção de Carlos de Souza Moraes, especialmente pelo volume de material que estava sendo gerado – relatórios, depoimentos, inquéritos, apreensão de documentos pessoais –, juntamente com o grande número de publicações na imprensa paulista e do centro do país. Em 1942, a Secretaria de Segurança Pública de São Paulo era chefiada pelo major do Exército Olinto de França de Almeida e Sá, que havia baixado uma série de portarias, iniciando uma forte campanha repressiva contra as áreas de imigração, especialmente japonesa. Como intermediário, almejando a obtenção de cópias deste material, Carlos de Souza Moraes acionou o coronel Castolino Borges Fortes, membro de uma tradicional família de militares do Rio Grande do Sul. Na carta escrita em 19 de abril, Moraes acentuou que

[...] o perigo japonês no Brasil, quando escrevi o livro *A ofensiva japonesa no Brasil*, era pouco conhecido e, para alguns, constitui utopia. Hoje, a situação mudou muito. [...] Já estou trabalhando para refundir aquele trabalho, ampliando-o e atualizando-o sobretudo. Mandar-lhe-ei um exemplar logo que apareça. A propósito, li, há dias, num dos jornais porto-alegrenses, uma entrevista do major Olinto França, Secretário da Segurança Pública daí, na qual fazia revelações sensacionais. Julgo que o mesmo possui valioso material, que eu poderia aproveitar em meu livro, principalmente no que diz respeito a documentos apreendidos e fotografias. Talvez, o senhor, por grande e especial obséquio, pudesse obter muitos elementos de valor sobre a atividade japonesa em São Paulo com o Major França ou com outra

pessoa da 2ª Região Militar. Qualquer despesa que fizesse, eu teria o prazer de indenizar. Espero ultimar o meu trabalho até o dia 5 de maio próximo, dado a urgência da Livraria em editar.⁴¹³

De fato, a segunda edição de *A ofensiva japonesa no Brasil* dedica muitas de suas páginas ao estado de São Paulo, não apenas contemplando a fase inicial da imigração japonesa, mas com maior ênfase naqueles ocorridos entre 1937 e 1942. É possível que boa parte das fotografias e outras imagens que são encontradas ao longo do livro, assim como a transcrição de alguns documentos e depoimentos, tenham sido fornecidas pela Secretaria de Segurança Pública. Enquanto isso, outras informações têm procedência conhecida: assim como ocorreu na primeira edição, Carlos de Souza Moraes contou com a ajuda de Fernando Callage, funcionário público lotado no Departamento Estadual do Trabalho. Ao entrar em contato com o intelectual sul-rio-grandense radicado em terras paulistas, noticiou, assim como nas demais correspondências enviadas naquele mês de abril, que estava planejando uma nova edição de seu livro. Ao se dirigir a Fernando Callage, explicitou os materiais dos quais necessitava: “[...] preciso muito do amigo, que poderá fornecer-me copioso acervo de elementos a respeito, como recortes de jornais e de revistas publicados aí e, principalmente, dados estatísticos sobre a entrada de japoneses de 1937 pra cá”.⁴¹⁴ Estes dados estatísticos atualizados podem ser encontrados durante a leitura da segunda edição.

Em 8 de agosto de 1936, na sessão de fundação do núcleo sul-rio-grandense da Sociedade dos Amigos de Alberto Torres, um dos convidados de honra, membro da mesa oficial, foi o advogado e professor Leonardo Macedônia. Havia sido professor de Carlos de Souza Moraes na Faculdade de Direito de Porto Alegre. Assim como seu ex-aluno, era um crítico da presença nipônica no Brasil. Por saber dessa similaridade, Moraes recorreu ao ex-mestre na busca de subsídios para a construção de seu trabalho, fazendo uma revelação:

O signatário desta, que teve a honra de ser seu aluno, experimentou grande emoção quando publicou, em 1937, sob certa indiferença, o seu modesto ensaio sobre a colonização japonesa no Brasil [...] e recebeu a sua honrosa carta, a primeira manifestação de aplauso que recebia e que tanto me entusiasmo lhe causou. Hoje, decorridos tão poucos anos, os indiferentes compreenderam que não era utopia o que desejei evidenciar

⁴¹³ Museu Histórico Visconde de São Leopoldo (MHVSL) – Coleção Carlos de Souza Moraes – Pasta 87 – Correspondência de Carlos de Souza Moraes para Coronel Castolino Borges Fortes (19/04/1942).

⁴¹⁴ Museu Histórico Visconde de São Leopoldo (MHVSL) – Coleção Carlos de Souza Moraes – Pasta 87 – Correspondência de Carlos de Souza Moraes para Fernando Callage (2/04/1942).

e condenar, mas triste realidade, que V. S., como emérito estudioso e grande brasileiro, já naquela época verberava e concitava os que, como eu, desejavam fazer algo de útil em prol de nossa Pátria.⁴¹⁵

Além do material obtido a partir destes contatos, em outubro de 1942, quando a segunda edição estava no prelo, Carlos de Souza Moraes estabeleceu novos contatos, desta vez com os interventores federais do estado do Amazonas, Pará, Mato Grosso e Goiás, solicitando materiais sobre concessões de terras, não apenas para japoneses, mas para outros grupos étnicos. Nestas correspondências, além de comentar sobre a reedição ampliada de *A ofensiva japonesa no Brasil*, informou que estes documentos seriam importantes para um novo trabalho que estava planejando. Sobre estas abordagens, não encontrei nenhum retorno por parte dos interventores. Assim como nenhuma outra referência mais direta sobre o projeto mencionado por Carlos de Souza Moraes. Tudo indica que, de fato, a intenção ficou restrita ao campo da projeção.

O mapeamento da rede social e intelectual utilizada por Carlos de Souza Moraes na (re)construção de seu livro demonstra os diferentes ambientes por onde circulou e estabeleceu vínculos. Independente do êxito ou do insucesso de suas tentativas, soube usar de habilidade política na edificação de seus objetivos. Entre as conquistas, podem ser listadas, em um nível macro, a aprovação da limitação da entrada de imigrantes – especialmente japoneses – no Brasil, imposta pela Lei de Cotas na Constituição de 1934; e, em uma esfera mais próxima, as medidas nacionalizadoras realizadas em São Leopoldo, a criação do Patronato Agrícola Visconde de São Leopoldo e, não menos importante, o sucesso editorial de *A ofensiva japonesa no Brasil*, naqueles anos de 1942 e 1943. Ao destacar algum fracasso, as fontes apontam que Carlos de Souza Moraes nutria uma frustração nesse período: a extinção do núcleo da Sociedade dos Amigos de Alberto Torres no Rio Grande do Sul, após sua mudança para São Leopoldo. Mas, como visto na correspondência que encaminhou ao confrade torreano Rafael Xavier, tinha esperança e a intenção de rearticular o núcleo sul-rio-grandense da SAAT, assim como retornar para Porto Alegre. Entretanto, os “planos torreanos” de Carlos de Souza Moraes não seguiram conforme o esperado. Ele permaneceu o restante de sua vida em terras leopoldenses e o

⁴¹⁵ Museu Histórico Visconde de São Leopoldo (MHVSL) – Coleção Carlos de Souza Moraes – Pasta 87 – Correspondência de Carlos de Souza Moraes para o dr. Leonardo Macedônia (14/04/1942).

desejo de reavivar a SAAT sulina foi interrompido com a Constituição de 1946, quando a Sociedade dos Amigos de Alberto Torres perdeu sua razão de existir, fechando suas portas em definitivo em 1949.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Se depois de eu morrer, quiserem escrever minha biografia, não há nada mais simples. Tem só duas datas: a de minha nascença e da minha morte. Entre uma e outra todos os dias são meus.

Fernando Pessoa

Pode causar certo estranhamento ao eventual leitor deste trabalho o fato de que, em muitas páginas, haver a impressão de que Carlos de Souza Moraes desaparece da narrativa. Mas esse aspecto está relacionado com uma proposição abordada na introdução desta tese: Carlos de Souza Moraes, embora figura central, exerce o papel de “janela”, onde a partir de sua trajetória se almeja compreender o ambiente social no qual esteve inserido e atuou, sobretudo a partir de sua performance no campo político-intelectual.

Enquanto seres sociais, somos também uma construção, resultado de características do momento histórico em que vivemos, somada com nossas escolhas e estratégias de interferência nesse ambiente, em diferentes níveis. Ou seja, naquilo que podemos interferir com maior proximidade, como em nossas relações pessoais, profissionais ou de amizade, assim como em um cenário mais amplo, como nos rumos que seguirão nossas cidades ou mesmo nosso país, através de mecanismos como o voto ou participação partidária. Deste modo, para se compreender elementos da biografia de alguém, é preciso ter ciente a capacidade que o ambiente social tem de moldar, em boa medida, características deste indivíduo. Mas esta moldagem não pode ser compreendida como algo estanque, da qual não se pode escapar. Aí entram as capacidades de escolha e de atuação, criando uma relação ambivalente: o ambiente social interfere na vida do indivíduo e o indivíduo atua, interferindo de alguma forma, no meio onde vive.

Carlos de Souza Moraes, entre as décadas de 1930 e 1940, conforme abordado nesse trabalho, foi defensor de um pensamento nacionalista e bastante arraigado em um ideário xenófobo, especialmente para com imigrantes de origem japonesa. Não ficou claro, durante todo o processo investigativo, quando isso teve início e quais as razões pessoais que levaram Moraes a adotar essa postura. Porém, aí podemos perceber que havia um diálogo com o crescente pensamento nacionalista no Brasil, em ascensão desde a década de 1920, atingindo seu ápice com o Estado Novo. E também com um grupo político-intelectual que, conforme consegui evidenciar nesta tese, teve uma interferência

significativa nos discursos e na legislação imigratória deste período: a Sociedade dos Amigos de Alberto Torres.

Acredito que este trabalho também conseguiu, através de uma esmerada pesquisa documental, dentro das possibilidades inerentes, ampliar o leque de informações sobre a Sociedade dos Amigos de Alberto Torres, descortinando aspectos importantes de sua atuação no cenário político e intelectual, sobretudo na década de 1930. Ao mesmo tempo, possibilita espaços para a ampliação destas pesquisas, indicando lacunas e tópicos que ainda não ficaram devidamente esclarecidos. Busquei pormenorizar a performance político-intelectual da SAAT em nível nacional, trazendo também um perfil de como isso ocorreu em nível estadual, percebendo que a tentativa de inserção do núcleo torreano sul-rio-grandense ocorreu justamente em uma fase de ampla instabilidade política no Rio Grande do Sul, diante dos embates entre Flores da Cunha, governador estadual, e Getúlio Vargas, presidente da República.

E para compreender essa atmosfera de turbulência e como atuaram diferentes agentes sociais, especialmente Carlos de Souza Moraes, procurei reconstruir, analisando criticamente o caminho percorrido preteritamente por ele e outros indivíduos. Isso explica os motivos que me levaram a fazer uma análise do ambiente familiar do qual Moraes provinha, com longa participação sociopolítica estadual, passando pela fase em que exerceu a magistratura em Herval. Lá, ao envolver-se no processo de investigação de um desfalque financeiro no Banco do Rio Grande do Sul, Carlos de Souza Moraes mergulhou no mar revolto da política sul-rio-grandense, passando a nutrir forte antipatia para com Flores da Cunha. Quando em 1936, na tentativa de ampliar o leque de alcance da Sociedade dos Amigos de Alberto Torres, se fez necessário a aproximação com elementos do governo florista, mesmo sendo divergente para com o governador estadual. Mais que isso, o núcleo sul-rio-grandense da SAAT se mostrou uma miscelânea de ideários políticos e partidários, unidos em torno de um ideário nacionalista, propalado pela entidade. Descortinar esses mecanismos é importante – e acredito que foi possível realizar essa tarefa em boa medida –, pois evidencia o jogo de interesses e a eventual superação – ou suspensão temporária – de idiosincrasias entre seus militantes.

No campo mais específico da política, trouxe para este trabalho a dinâmica de atuação que Carlos de Souza Moraes utilizou em São Leopoldo, não visando reduzir esta para uma escala localista, mas evidenciando o diálogo que o meio local possuía com os fatos que ocorriam na conjuntura estadual, nacional e internacional. Exemplo disso pode ser expresso na primeira fase em que Moraes exerceu funções públicas em terras

leopoldenses, durante o regime estadonovista. Sua postura esteve em consonância com os ditames daquela ordem sociopolítica, ampliando o arcabouço ideológico e intelectual que possuía, alinhado com a agenda da Sociedade dos Amigos de Alberto Torres – mesmo após ter se afastado desta agremiação, em 1938. De certa forma, Carlos de Souza Moraes buscou transplantar, através do exercício de cargos em São Leopoldo, para aquele ambiente local, projetos que eram estimados e defendidos pela organização torreana, como a nacionalização do ensino, educação rural e combate ao enquistamento étnico de imigrantes e descendentes.

Essa ligação intelectual e emotiva com a Sociedade dos Amigos de Alberto Torres ficou documentalmente registrada em 1942, quando lançou a segunda edição de *A ofensiva japonesa no Brasil*, pela Livraria do Globo, de Porto Alegre. Em sua dedicatória, transpareceu sua afeição com a “patriótica” Sociedade dos Amigos de Alberto Torres e para com alguns de seus membros – ou ex-membros, como Raul de Paula, que se afastou da entidade, de forma conturbada, em 1936. Ao fazer uma apreciação crítica sobre este livro, não trouxe apenas uma leitura sobre seu conteúdo, mas abordei também o processo de construção desta segunda edição. Com isso, também quis lançar luzes sobre a rede social e intelectual na qual Carlos de Souza Moraes estava vinculado – e soube articular, fazendo uso desta para conseguir nova publicação de seu livro, assim como obter importantes materiais para a ampliação documental e informativa da obra. Ciente dos efeitos que o ataque japonês à base estadunidense de Pearl Harbor, em dezembro de 1941, estava causando no imaginário popular e da aproximação mais estreita entre o Brasil e Estados Unidos, Moraes percebeu que aquele início de 1942 era oportuno para o relançamento do livro de 1937, pois o alcance de seu conteúdo poderia ser maior. E, de fato, isso ocorreu – dinamizado pela propaganda feita na imprensa, tanto do Rio Grande do Sul como do centro do país.

Por fim, o acervo documental de Carlos de Souza Moraes ofereceu condições para se avançar um pouco no recorte temporal, abrangendo até os primeiros anos da década de 1950. Ao mapear o cenário político-partidário de São Leopoldo, também busquei fornecer subsídios históricos sobre aquele momento, pouco abordado na historiografia política, não apenas mais focalizada no âmbito local, mas também estadual. As querelas envolvendo o diretório municipal do Partido Social Democrático estavam alicerçadas em fatos particulares, mas refletindo desdobramentos que ocorriam na dinâmica estadual e nacional, especialmente da fase seminal do partido, entre 1945 e 1948. Para além do microcosmos do PSD, foi possível vislumbrar também os resquícios de arestas

ideológicas que não foram aparadas anteriormente. Como foi o caso dos embates entre os vereadores do Partido de Representação Popular e outros vereadores na Câmara de São Leopoldo em 1948, reascendendo acusações e defesas em torno do integralismo, retomando atritos da década anterior.

Este trabalho também é o resultado de escolhas. Algumas que o nortearam desde o princípio, ainda enquanto projeto. Além das escolhas teóricas, conceituais e metodológicas que foram feitas, sempre houve uma clara intenção: embora esse trabalho contemple a trajetória político-intelectual de Carlos de Souza Moraes, se busca mostrar algo para além de sua biografia. Ou seja, almeja evidenciar as nuances do mundo social no qual este agente viveu e atuou, fugindo de conotações ou discursos heroicizantes ou desabonadores. Objetivei analisar o ambiente político e a circulação intelectual, com atenção especial para os aspectos de nacionalismo e imigração.

Procurei também oferecer uma visão de como esse trabalho foi sendo construído, apontando dúvidas e lacunas, buscando agir com responsabilidade e ética diante das conclusões e hipóteses aventadas – e em toda a feitura desta tese. Deste modo, os recortes que podem ser vistos são frutos, em grande parte, de escolhas intencionais e alguns decorrentes das limitações diversas que surgiram ao longo destes anos de pesquisa. Felizmente, acredito que não foram fatores condicionantes decisivos. Questionamentos e vazios existentes abrem espaço para novas pesquisas e aprofundamentos, que podem ser feitas por mim ou por outros pesquisadores que se interessem pela temática. Não busquei esgotar o tema. Muito pelo contrário: pretendo oferecer uma contribuição ao campo historiográfico, quiçá incentivando novos trabalhos a partir de algum dos tópicos que formam esse trabalho.

Doravante, como linhas conclusivas, aqui retomo duas citações: a epígrafe que está presente nas primeiras páginas, de autoria do historiador britânico George Macaulay Trevelyan, ao falar da poesia presente na História, e a frase do português Fernando Pessoa, ao tratar de – sua – biografia. De fato, não deixa de exercer fascínio compreender que estamos, no fim das contas, pesquisando e escrevendo sobre vidas, sobre homens e mulheres, famosos ou desconhecidos, de todas as etnias, credos e posicionamentos políticos, que em algum momento andaram – ou andam – sobre este mundo. Mais que contemplando a finitude da existência, essa sentença de Trevelyan remete ao compromisso que deve referendar a pesquisa histórica, embasando nossas ações enquanto pesquisadores. E que nós, por conta de nosso ofício enquanto analistas do passado, somos veículos que conduzem fatos, nomes e ideias pelas estradas do presente e do futuro. E

essa dimensão permite um contraponto ao que afirmou Fernando Pessoa. Evidentemente, aquilo que cada indivíduo viveu entre seu nascimento e sua morte, em seus aspectos mais verossímeis, é algo esculpido no mais íntimo de cada um. Mas, por sermos seres sociais, que agem no mundo e são impregnados por ele, podemos, em algum momento, ter nossa biografia e trajetória alvo de apreciação.

ACERVOS CONSULTADOS

Museu Histórico Visconde de São Leopoldo – MHVSL – São Leopoldo

Coleção Carlos de Souza Moraes – Documentos e Fotografias

Fundo Theodomiro Porto da Fonseca

Fundo Leopoldo Petry

Fundo Prefeitura Municipal de São Leopoldo

Fundo Câmara Municipal de São Leopoldo

Jornal *Correio de São Leopoldo* – Edições entre 1932 e 1945

Acervo Fotográfico

Biblioteca

Biblioteca da Universidade FEEVALE – Novo Hamburgo

Jornal *O 5 de Abril* – Edições entre 1927 e 1962

Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul – AHRs – Porto Alegre

Fundo Polícia – Maço 151 – Correspondência expedida pela Repartição Central de Polícia, 1941/1942

Fundo Polícia – Maço 153 – Documentos da Delegacia de Ordem Pública e Social (DOPS), 1942

Autoridades Municipais – Correspondência das Intendências e Prefeituras

Autoridades Municipais – Correspondência das Câmaras

Arquivo do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul – IHGRGS – Porto Alegre

Fundo Borges de Medeiros

Fundo Afonso Aurélio Porto

Fundo José Álvaro Pereira de Moraes

Fundo Othelo Rodrigues Rosa

Fundo Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul

Delfos – Espaço de Documentação e Memória Cultural – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PUCRS – Porto Alegre

Acervo Benno Mentz

Documentos da Ação Integralista Brasileira (AIB)/Partido de Representação Popular (PRP)

Centro de Documentação e Acervo Digital da Pesquisa – Universidade Federal do Rio Grande do Sul (CEDAP UFRGS) – Porto Alegre

Núcleo de Pesquisa e Documentação da Política Rio-grandense (NUPERGS) – Acervo Raul Pilla

Museu da Comunicação Social Hipólito José da Costa – Porto Alegre

Correio do Povo – Edições entre 1930 e 1950

Diário de Notícias – Edições entre 1930 e 1950

Hemeroteca da Biblioteca Nacional

Coleção Digital de Jornais e Revistas

REFERÊNCIAS

ABREU, Luciano Aronne de. **O Rio Grande Estadonovista: Interventores e Interventorias**. 2005. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS, São Leopoldo, RS, 2005.

AMARAL, Sandra Maria do. **O teatro do poder: as elites políticas do Rio Grande do Sul na vigência do Estado Novo**. Tese [Doutorado]. Porto Alegre, 2005. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PUCRS, 2000.

ANDRADE, Carlos Drummond de. Historiador. In: ANDRADE, Carlos Drummond de. **A paixão medida**. Rio de Janeiro: Record, 2002.

ARENDT, Isabel Cristina; WITT, Marcos Antônio. Estudo comparado: educação e imigração nas Colônias alemãs de São Leopoldo (Brasil) e Valdivia (Chile). **Métis: história & cultura** – v. 17, n. 34, p. 271-294, jan./jun. 2018.

ARENDT, Isabel Cristina. História da educação no Rio Grande do Sul e em São Leopoldo. In: ARENDT, Isabel Cristina; WITT, Marcos Antônio (orgs.). **Pelos caminhos da Rua Grande: História(s) da São Leopoldo Republicana**. São Leopoldo: Oikos, 2011.

ARENDT, Isabel Cristina. **Educação, Religião e Identidade Étnica: o Allgemeine Lehrerzeitung e a escola evangélica alemã no Rio Grande do Sul**. São Leopoldo: Oikos, 2008.

ARPINI, Elisa Moojen. **Traços biográficos: administradores públicos de Montenegro (1873-1988)**. São Leopoldo: Rotermund, 1988.

ASSEMBLEIA NACIONAL CONSTITUINTE DA REPÚBLICA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL, 1933-1934, Rio de Janeiro. Anais da Assembleia Nacional Constituinte, v. IV. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1934a.

ASSEMBLEIA NACIONAL CONSTITUINTE DA REPÚBLICA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL, 1933-1934, Rio de Janeiro. Anais da Assembleia Nacional Constituinte, v. VII. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1934b.

ASSEMBLEIA NACIONAL CONSTITUINTE DA REPÚBLICA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL, 1933-1934, Rio de Janeiro. Anais da Assembleia Nacional Constituinte, v. VI. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1935a.

ASSEMBLEIA NACIONAL CONSTITUINTE DA REPÚBLICA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL, 1933-1934, Rio de Janeiro. Anais da Assembleia Nacional Constituinte, v. VIII. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1935b.

ASSIS, Ailton. Um lampião dentro da mala: **O Arquivo Pessoal de Octávio Pacheco: memória e autobiografia**. São João Del Rei, 2009. 264 p. Dissertação (Mestrado em Letras), Universidade Federal de São João Del Rei, 2009.

AXT, Gunter. O judiciário e a dinâmica do sistema coronelista de poder no Rio Grande do Sul. **Métis: história & cultura** – v. 11, n. 21, p. 39-88, jan./jun. 2012.

AZEVEDO, Antonio Carlos do Amaral. **Dicionário de Nomes, Termos e Conceitos Históricos**. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997.

AZEVEDO, Fernando de. **A educação e seus problemas**. São Paulo: Nacional, 1946.

AZEVEDO, Paulo Sérgio de Souza de. **“Pela Pátria”**: a Campanha de Nacionalização repercutida nas páginas do jornal *Correio de São Leopoldo* durante a Segunda Guerra Mundial. Porto Alegre, 2011. Trabalho de Conclusão de Curso [Licenciatura em História]. Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS, 2011.

BARBOSA, Fidélis Dalcin. **História do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: EST, 1983.

BARRETO, Lima. **Os Bruzundangas**. São Paulo: Editora Ática, 1998.

BARROS, José D’Assunção. Sobre a feitura da Micro-História. **OP SIS**, vol. 7, nº 9, jul-dez 2007, p. 167-185.

BASTOS, Maria Helena Câmara. História da Educação do Rio Grande do Sul – O Estado da Arte. In: BASTOS, Maria Helena Câmara; TAMBARA, Elomar; KREUTZ, Lúcio (orgs). **Histórias e Memórias da Educação do Rio Grande do Sul**. Pelotas: Seiva Publicações, 2002.

BASTOS, Elide Rugai; RÊGO, Walquíria D. Leão (orgs.). **Intelectuais e política: a moralidade do compromisso**. São Paulo: Olho D’Água, 1999.

BELLINTANI, Adriana Iop. **A conspiração de Flores da Cunha nos bastidores do Estado Novo**. Porto Alegre, 2001. Dissertação [Mestrado]. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PUCRS, Programa de Pós-Graduação em História, 2001.

BENTO, Cláudio Moreira; GIORGIS, Luiz Ernani Caminha. **Historia do Casarão da Várzea**. Barra Mansa: Gráfica Drumond, 2009.

BEOZZO, José Oscar. A Igreja entre a Revolução de 1930, o Estado Novo e a Redemocratização. In: HOLANDA, Sérgio Buarque (dir.); FAUSTO, Boris (org.). **História Geral da Civilização Brasileira**. Tomo 3, v. 4. Rio de Janeiro: Beltrand Brasil, 1995.

BERTRAND, Michel. **Los modos relacionales de las elites hispano americanas coloniales**: enfoques y posturas. In: Anuario del IEHS, n. 15, Tandil, 2000.

BLOCH, Marc. **Introdução à História**. Lisboa: Europa América, 1965.

BIAVASCHI, Márcio Alex Cordeiro. Coronelismo na região colonial italiana do Rio Grande do Sul (1903-1928). **Revista Justiça & História**, v. 7, n. 13, p. 1-20, jan./jun. 2009.

BOBBIO, Norberto. **Dicionário de Política**. 11ª ed. Brasília: UnB, 1998.

BOBBIO, Norberto. **Os intelectuais e o poder**: dúvidas e opções de homens de cultura na sociedade contemporânea. Tradução de Marco Aurélio Nogueira. São Paulo: Editora da UNESP, 1997.

BOMENY, Helena M. B. Três Decretos e um Ministério: a propósito da educação no Estado Novo. IN: PANDOLFI, Dulce (org.). **Repensando o Estado Novo**. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1999.

BOMENY, Helena M. B. (org.). **Constelação Capanema**: intelectuais e políticas. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas; Bragança Paulista (SP): Ed Universidade de São Francisco, 2001.

BORGES, Vavy Pacheco. A Biografia. In: PINSKY, Carla B. (org.). **Fontes Históricas**. São Paulo: Contexto, 2008.

BORGES, Vavy Pacheco. **Tenentismo e revolução brasileira**. São Paulo: Brasiliense, 1992.

BOURDIEU, Pierre. **Os usos sociais da ciência**: por uma sociologia clínica do campo científico. São Paulo: Editora UNESP, 2004.

BOURDIEU, Pierre. O capital social – notas provisórias. In: CATANI, Afrânio; NOGUEIRA, Maria Alice (orgs.). **Escritos de Educação**. Petrópolis: Vozes, 1998.

BOURDIEU, Pierre. **Razões práticas**: sobre a teoria da ação. Campinas: Papius, 1997.

BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes (Org.). **Usos e abusos da história oral**. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 1996.

BOURDIEU, Pierre. **O Poder Simbólico**. Lisboa: Difel, 1989.

BOURDIEU, Pierre. **Campo de poder, campo intelectual**. Buenos Aires: Folios, 1983.

BRAGA, Sérgio Soares. **Quem é quem na Assembleia Constituinte de 1946**: um perfil socioeconômico e regional da Constituinte de 1946. v. 1. Brasília: Biblioteca Digital da Câmara dos Deputados, 1998.

BRASIL. Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991.

BRAUN, Felipe Kuhn. **Novo Hamburgo**: da fundação à emancipação política 1824 - 1927. São Leopoldo: Oikos, 2012.

BROSSARD, Paulo. **J. F. de Assis Brasil**. 2. ed. Porto Alegre: EST, 2004.

BRUINELLI, Tiago de Oliveira. São Leopoldo e a Revolução de 1930: um possível uso da fotografia como documento histórico. **Cadernos IHU**, ano 10, n. 40, 2012. Instituto Humanitas Unisinos, São Leopoldo.

BURKE, Peter (org.). **A Escrita da História**: novas perspectivas. 2. ed. São Paulo: UNESP, 1992.

CALLIGARIS, Contardo. Verdades de autobiografias e diários íntimos. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v.11, n. 21, 1998.

CAMPOS, Derocina Alves. **Federalismo versus centralização: a década de 1930 no Rio Grande do Sul**. Rio Grande: Fundação Universidade Federal do Rio Grande, 2001.

CAMPOS NETTO, José Candido de. **Montenegro**. Montenegro: Livraria Irmãos Gehlen, 1924.

CANDIDO, Antonio. **Um funcionário da monarquia**: ensaio sobre o segundo escalão. Rio de Janeiro: Ouro Sobre Azul, 2002.

CANÊDO, Letícia Bicalho. Caminhos da memória: parentesco e poder. In: Textos de História. **Revista do Programa de Pós-graduação em História da UnB**. Brasília, vol. 2, n. 3, 1994.

CARAVANTES, Rejane Marli Born. **A crise política de 1932 no Rio Grande do Sul: O papel de Flores da Cunha**. Porto Alegre, 1998. Tese [Doutorado]. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PUCRS, Programa de Pós-Graduação em História, 1988.

CARDOSO, Claudira do Socorro Cirino. **O integralismo no processo político gaúcho: a máquina partidária do PRP e seus dirigentes (1945/1965)**. Tese [Doutorado]. Porto Alegre, 2009. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas – Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS, 2009.

CARDOSO, Ciro Flamarion Santana. **Uma Introdução à História**. São Paulo: Brasiliense, 1983.

CARDOSO, Ciro Flamarion Santana; VAINFAS, Ronaldo. **Domínios da História**: ensaios de teoria e metodologia. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

CARVALHO, Marta Maria Chagas de. Reformas da instrução pública. In: LOPES, Eliane Marta Santos Teixeira; FARIA FILHO, Luciano Mendes de; VEIGA, Cynthia Greive (orgs.). **500 Anos de Educação no Brasil**. 4. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

CASTRO, Ruy. **Roquette-Pinto: o homem multidão**. Rio de Janeiro, 2004. Disponível em: <http://www.radiomec.com.br/roquettepinto>, acesso em: 11 ago. 2020.

CAVALCANTI, Robinson. **Cristianismo e política**: teoria bíblica e prática histórica. 3. ed. São Paulo: Temática Publicações, 1994.

CHARTIER, Roger. **Cultura escrita, literatura e história**: Conversas de Roger Chartier com Carlos Aguirre, Jésus Anaya, Daniel Goldin e Antonio Saborit. São Paulo: Artmed, 2001.

CHARTIER, Roger. História intelectual e história das mentalidades: uma dupla reavaliação. In: **A história cultural**: entre práticas e representações. Lisboa: Difel, 1990.

CIDADE, Francisco de Paula. **Cadetes e Alunos Militares através dos tempos**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 1961.

COARACY, Vivaldo. *O Perigo Japonês* (ensaio publicado no Jornal do Commercio de abril a junho de 1942). Rio de Janeiro: José Olympio, 1942.

Colégio Santa Catarina: 100 anos de história. Porto Alegre: Nova Prova, 2000.

COLEMAN, James. Social capital in the creation of human capital. **The American Journal of Sociology**, n. 94, p. 95-120, 1988.

COLLINGWOOD, R. G. **Aidéia de história**. Portugal: Editorial Presença, 1981

COLUSSI, Eliane Lucia. **Estado Novo e municipalismo gaúcho**. Passo Fundo: EDIUPF, 1996.

CONEDERA, Leonardo de Oliveira. **Da ilha do sul para a capital do sul:** imigrantes sicilianos na sociedade porto-alegrense (1875-1920). Porto Alegre, 2009. Monografia [Graduação em História]. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PUCRS, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. Porto Alegre, 2009.

COOK, Terry. Arquivos pessoais e arquivos institucionais: para um entendimento arquivístico comum da formação da memória em um mundo pós modernos. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 11, n. 21, 1998, p. 131.

COSTA, Sérgio **Entre dois atlânticos:** teoria social, anti-racismo, cosmopolitismo Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2006.

COUTROT, Aline. Religião e política. In: RÉMOND, René (org.). **Por Uma História Política**. Rio de Janeiro: UFRJ, FGV, 1996.

CUNHA, Jorge Luiz da. Aprendizagem histórica: narrativas autobiográficas como dispositivos de formação. **Educar em Revista**. n. 60, abr./jun. 2016, p. 93-105.

CUNHA, Jorge Luiz da. A Alemanha e seus emigrantes. In: CUNHA, Jorge Luiz da; GÄRTNER, Angélica (orgs.). **Imigração Alemã no Rio Grande do Sul:** história, linguagem, educação. Santa Maria: Ed. UFSM, 2003.

CURY, Carlos Roberto Jamil. A educação nas constituições brasileiras. IN: STEPHANOU, Maria e BASTOS, Maria Helena Câmara (orgs.). **Histórias e Memórias da Educação no Brasil**, vol. III: século XX. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2009.

DAVALLE, Regina. Federalismo, política dos governadores, eleições e fraudes eleitorais na República Velha. **Métis: história & cultura**. Caxias do Sul, v. 2, n. 4, p. 225-246, jul./dez. 2003.

DAVIS, Natalie Zemon. **O retorno de Martin Guerre**. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1987.

DEBRAY, Régis. **Le pouvoir intellectuel en France**. Paris: Éditions Ramsay, 1979.

DEFREYN, Vanderlei. Sobre a Tradição Escolar Luterana. **Protestantismo em Revista**, São Leopoldo, v. 04, p. 28-33, maio/agosto, 2004a.

DEFREYN, Vanderlei. **A Tradição Escolar Luterana**: Sobre Lutero, educação e a história das escolas luteranas até a guerra dos Trinta Anos. Dissertação [Mestrado]. São Leopoldo, 2004. Instituto Ecumênico de Pós-graduação - EST, 2004b.

DE GRANDI, Celito. **Loureiro da Silva**: o Charrua. Porto Alegre: Literalis, 2002.

DIAS, Carlos Gilberto Pereira. **“Antonio Chimango no limiar da velhice”** (Apontamentos sobre a trajetória política de Borges de Medeiros: 1928-1934). Dissertação de Mestrado. Departamento de História da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2001.

Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro pós 1930. 2ª ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2001.

DIENSTBACH, Carlos. **A Maçonaria Gaúcha**. Volume 2. Londrina: Editora Maçônica “A Trolha”, 1993.

DIETRICH, Ana Maria. **Nazismo Tropical?** O Partido Nazista no Brasil. São Paulo, 2007. Tese [Doutorado]. Universidade de São Paulo – USP, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, 2007.

DOSSE, François. **O Desafio Biográfico**: escrever uma vida. Tradução Gilson César Cardoso de Souza. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009.

DOWER, John. **War without mercy**: race and power in the Pacific War. New York: Pantheon, 1986.

DREHER, Martin N. **Igreja e Germanidade**. São Leopoldo: Editora Sinodal, 1984.

DREHER, Martin N. O Estado Novo e a Igreja Evangélica Luterana. In: MÜLLER, Telmo Lauro. **Nacionalização e Imigração Alemã**. São Leopoldo: Ed. UNISINOS, 1994.

DREHER, Martin N. (org.). **Populações Rio-Grandenses e Modelos de Igreja**. Porto Alegre: Edições EST / São Leopoldo: Sinodal, 1998.

DREHER, Martin N; RAMBO, Arthur Blásio; TRAMONTINI, Marcos Justo (orgs.). **Imigração & Imprensa**. Porto Alegre: EST / São Leopoldo: Instituto Histórico de São Leopoldo, 2004.

DREHER, Martin N. **Breve História do Ensino Privado Gaúcho**. São Leopoldo: Oikos, 2008.

DREYER, Lilian. **Sinfonia inacabada**: a vida de José Lutzenberger. Porto Alegre: Vidicom, 2004.

DUARTE, Eduardo. **O centenário da colonização alemã no Rio Grande do Sul**: 1824-1924. Porto Alegre: Tipografia do Centro, 1946.

ELIAS, Norbert. **O Processo Civilizador**. Tradução: Ruy Jungman; Revisão e Apresentação: Renato Janine Ribeiro. 2. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1994. v. 1.

ELÍBIO JÚNIOR, Antônio Manoel. **A construção da liderança política de Flores da Cunha**: governo, história e política (1930 – 1937). Campinas, 2006. Tese [Doutorado]. Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, 2006.

ELMIR, Cláudio Pereira. As armadilhas do jornal: algumas considerações metodológicas de seu uso para a pesquisa histórica. **Cadernos do PPG em História da UFRGS**. Porto Alegre, n. 13, Dez. 1995.

FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. 5. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo / Fundação do Desenvolvimento da Educação, 1997. (Didática, 1).

FARIA FILHO, Luciano Mendes de. Instrução elementar no século XIX. In: LOPES, Eliane Marta Santos Teixeira; FARIA FILHO, Luciano Mendes de; VEIGA, Cynthia Greive (orgs.). **500 Anos de Educação no Brasil**. 4. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

FARIAS, Oswaldo Cordeiro de. **Nacionalização**. Porto Alegre: Globo, 1941.

FÉLIX, Loiva Otero. **Coronelismo, borgismo e cooptação política**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1987.

FERRARI, Danilo Wenseslau. **A atuação de Joel Silveira na imprensa carioca (1937-1944)**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2012.

FERREIRA, Jorge. **João Goulart**: uma biografia. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

FERREIRA, Jorge. A democratização de 1945 e o movimento queremista. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (Org.). **O Brasil Republicano**: O tempo da experiência democrática: da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, v. 3.

FRAIZ, Priscila. A Dimensão Autobiográfica dos Arquivos Pessoais: o Arquivo de Gustavo Capanema. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, CPDOC-FGV, Vol. 11, n. 21, 1998.

FRANCO, Sergio Costa. Os coronéis burocratas da região colonial italiana na era Borges de Medeiros. **Métis**: história & cultura – v. 2, n. 2, p. 131-138, jul./dez. 2002.

FLACH, Angela. O discurso político em relação aos ‘colonos gaúchos’: um estudo de caso. In: DREHER, Martin; RAMBO, Arthur Blásio; TRAMONTINI, Marcos Justo (orgs.). **Imigração & Imprensa**. Porto Alegre: EST / São Leopoldo: Instituto Histórico de São Leopoldo, 2004.

FLECK, Lucio. **A História de Sapiranga**. Santa Maria: Editora Pallotti, 1994.

FISCHER, Beatriz T. Daudt. **Professoras**: histórias e discursos de um passado presente. Pelotas: Seiva, 2005.

FONTOURA, João Neves da. **Memórias**: Borges de Medeiros e seu tempo. Porto Alegre: Globo, 1969.

FORTES, Alexandre. **Nós do Quarto Distrito**: a classe trabalhadora porto-alegrense e a Era Vargas. Caxias do Sul/Rio de Janeiro: EDUCS/Gramond, 2004.

FOUCAULT, Michel. Omnes et Singulatim: uma crítica da razão política [1981]. In: FOUCAULT, Michel. **Estratégia, poder-saber** (Ditos e escritos IV). Organização e seleção de textos, Manoel Barros da Motta. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006.

FREYRE, Gilberto. **Uma Cultura Ameaçada**: a luso-brasileira. 2. ed. Rio de Janeiro: Casa do Estudante do Brasil, 1942.

GANS, Magda Roswita. **Presença teuta em Porto Alegre no século XIX**: 1850-1889. Porto Alegre: Ed. da UFRGS; ANPUH-RS, 2004.

GERALDO, Endrica. A “lei de cotas” de 1934: controle de estrangeiros no Brasil. **Cadernos AEL – UNICAMP**, v.15, n.27, 2009.

GERTZ, René E. **O Fascismo no Sul Do Brasil**: germanismo, nazismo, integralismo. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1987.

GERTZ, René E. **O perigo alemão**. Porto Alegre: Ed. da Universidade/ UFRGS, 1991.

GERTZ, René E. Cidadania e Nacionalidade: História e conceitos de uma época. In: MÜLLER, Telmo Lauro. **Nacionalização e Imigração Alemã**. São Leopoldo: Ed. UNISINOS, 1994a.

GERTZ, René E. A construção de uma nova cidadania. In: MAUCH, Cláudia; VASCONCELLOS, Naira (orgs.). **Os alemães no sul do Brasil**: cultura, etnicidade e história. Canoas: Ed. ULBRA, 1994b.

GERTZ, René E. O nativismo, os teuto-brasileiros católicos e luteranos no Rio Grande do Sul. **Revista de Ciências Humanas**, Florianópolis, v.16 n.24, p.43-60, out. 1998.

GERTZ, René E. A eleição de 1907 nas regiões de colonização alemã do Rio Grande do Sul. In: A. SULIANI (org.). **Etnias e carisma**: poliantéia em homenagem a Rovílio Costa. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2001.

GERTZ, René E. **O Aviador e o Carroceiro**: política, etnia e religião no Rio Grande do Sul dos anos 1920. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2002a. (Coleção História: 50).

GERTZ, René E. D. João Becker e o oportunismo político. In: DREHER, Martin Norberto (Org.). **500 anos de Brasil e Igreja na América Meridional**. Porto Alegre: EST; São Leopoldo: Sinodal, 2002b.

GERTZ, René E. **O Estado Novo no Rio Grande do Sul**. Passo Fundo: ed. Universidade de Passo Fundo, 2005a.

GERTZ, René E. O castilhismo e a colônia alemã. In: AXT, Gunter et al (orgs.). **Júlio de Castilhos e o paradoxo republicano**. Porto Alegre: Nova Prova, 2005b.

GERTZ, René E. Estado Novo. In: BOEIRA, Nelson e GOLIN, Tau (Coord.). **República: da Revolução de 1930 à Ditadura Militar (1930-1985)**. Passo Fundo: Méritos, 2007. v. 4. (Coleção História Geral do Rio Grande do Sul).

GERTZ, René E. A República no Rio Grande do Sul: política, etnia e religião, **História Unisinos**, São Leopoldo, vol. 14, n. 1, p. 38-48, janeiro/abril, 2010.

GERTZ, René E. Conflitos intraétnicos em uma região de colonização alemã: o processo de emancipação de Novo Hamburgo. In: FERNANDES, Evandro; NEUMANN, Rosane Marcia; WEBER, Roswithia (Orgs.). **Imigração: diálogos e novas abordagens**. São Leopoldo: Oikos, 2012.

GEVEHR, Daniel Luciano. **Pelos Caminhos de Jacobina: memórias e sentimentos (re)significados**. 01. ed. Saarbrücken (Alemanha): Novas Edições Acadêmicas, 2015.

GINZBURG, Carlo; CASTELNUOVO, Enrico; PONI, Carlo. **A Micro-História e Outros Ensaio**s. Lisboa: Difel, 1991. (Memória e sociedade).

GOMES, Ângela de Castro (org.). **Escrita de si**. Escrita da História. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. 3 v.

GRAMSCI, Antonio. **Os intelectuais e a organização da cultura**. 3. ed. Rio de Janeiro: [s.n.], 1979.

GRENDI, Edoardo. Microanálise e história social. In: OLIVEIRA, Mônica R. de; ALMEIDA, Carla M. C. de. **Exercícios de micro-história**. Rio de Janeiro: FGV, 2009.

GRÜTZMANN, Imgart. “Por Deus, Pátria e Família”: integralismo, germanismo e nacional-socialismo no almanaque *Der Heimatbote* (1935; 1937-1938). In: SILVA, Giselda Brito; GONÇALVES, Leandro Pereira (orgs.). **Histórias da política autoritária: integralismos, nacional-sindicalismo, nazismo e fascismos**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2017.

GRÜTZMANN, Imgart. **A Mágica Flor Azul: a canção em língua alemã e o germanismo no Rio Grande do Sul**. 1999. Tese (Doutorado em Letras) – Faculdade de Letras, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PUCRS, Porto Alegre, RS, 1999.

HEINZ, Flávio M. (org.). **Por outra história das elites**. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

HEINZ, Flávio M. (org.). **O Parlamento em Tempos Interessantes**: breve perfil da Assembleia Legislativa e de seus deputados – 1947-1982. Porto Alegre: CORAG, 2005.

HERVÉ, Egydio. **Democracia Liberal e Socialismo Entre os Extremos**: integralismo e comunismo. Porto Alegre: Editora Globo, 1935.

HEYMANN, Luciana. **As obrigações do poder: relações pessoais e vida pública na correspondência pessoal de Filinto Muller**. Rio de Janeiro: PPGAS/MUSEU NACIONAL/ UFRJ, 1997a.

HEYMANN, Luciana. Indivíduo, Memória e Resíduo. Uma reflexão sobre Arquivos Pessoais e o caso Filinto Muller. **Estudos Históricos**. Vol. 10, nº 19, CPDOC-FGV, Rio de Janeiro, 1997b.

HILL, Christopher. **De la reforma a la revolucion industrial**, 1530-1780. Barcelona: Ariel, 1990.

HIPPOLITO, Lucia. **De raposas e reformistas**: o PSD na experiência democrática brasileira (1945-1964). 2ª ed. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 2012.

HOBBSBAWN, Eric J. **Era dos Extremos**: o breve século XX, 1914-1991. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

HOCHMAN, Gilberto; LIMA, Nísia Trindade. Condenado pela raça, absolvido pela medicina: o Brasil descoberto pelo Movimento Sanitarista da Primeira República. In: MAIO, Marcos Chor; C.; SANTOS, Ricardo Ventura (orgs.). **Raça, ciência e sociedade**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 1996.

HORTA, José Silvério Baia. **O Hino, o Sermão e a Ordem do Dia**: regime autoritário e a educação no Brasil. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1994.

HUNSCHE, Carlos Henrique. **O ano 1826 da imigração e colonização alemã no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Metrópole, 1977.

HUNSCHE, Carlos Henrique. **O biênio 1824/1825 da imigração e colonização alemã no Rio Grande do Sul** (Província de São Pedro). Porto Alegre: A Nação, 1975.

HUNT, Lynn. **A nova história cultural**. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

IMÍZCOZ, José Maria. Las redes sociales de las élites. Conceptos, fuentes y aplicaciones. In: SORIA, E.; BRAVO, J. J.; DELGADO, J. M. (ed.). **Las élites em la época moderna**: la monarquía española. Tomo I: Nuevas perspectivas. Córdoba: Servicio de Publicaciones, Universidad de Córdoba, 2009.

ISAIA, Arthur Cesar. D. João Becker e o crescendo autoritário nos anos 30. In: DREHER, Martin Norberto (Org.). **500 anos de Brasil e Igreja na América Meridional**. Porto Alegre: EST; São Leopoldo: Sinodal, 2002.

ISAIA, Artur César. **Catolicismo e autoritarismo no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1998.

KANNENBERG, Hilmar. **Fundação Evangélica, um Século a Serviço da Educação**, 1886-1986. São Leopoldo: Rotermond, 1987.

KAUTZMAMM, Maria Eunice Müller. **Montenegro de ontem e de hoje**. 1º vol. São Leopoldo: Rotermond, 1979.

KERBER, Alessandro Mario. **Wilhelm Pommer**: memória e trajetória de um pastor imigrante no sul do Brasil. São Leopoldo: Oikos, 2008.

KERN, Paulo Henrique. **Ruas e praças Novo Hamburgo**: quem é quem. 2. ed. Novo Hamburgo: [s.n.], 2002.

KESSELMAN, Mark. **European Politics in Transition**. Boston, Mifflin Company, 2009.

KONRATH, Gabriela Michel. **O Município de Novo Hamburgo e a Campanha de Nacionalização do Estado Novo no Rio Grande do Sul**. 2009. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em História) – Curso de História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS, Porto Alegre, RS, 2009.

KOSELLECK, Reinhart. **Futuro passado**: contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: PUC/Contraponto, 2006.

KRAUSE, Silvana. **Migrantes do tempo**: vida econômica, política e religiosa de uma comunidade de imigrantes alemães na República Velha. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2002.

KREUTZ, Lúcio. **O Professor Paroquial**: magistério e imigração alemã. Porto Alegre: Ed. da Universidade UFRGS/ Florianópolis: Ed. UFSC / Caxias do Sul: EDUCS, 1991.

KREUTZ, Lúcio. A Escola Teuto-Brasileira Católica e a Nacionalização do Ensino. In: MÜLLER, Telmo Lauro. **Nacionalização e Imigração Alemã**. São Leopoldo: Ed. UNISINOS, 1994.

KREUTZ, Lúcio. A Educação de Imigrantes no Brasil. In: LOPES, Eliane Marta Santos Teixeira; FARIA FILHO, Luciano Mendes de; VEIGA, Cynthia Greive (org.). **500 anos de Educação no Brasil**. 4. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

KÜHN, Fábio. **Gente da fronteira**: família e poder no Continente do Rio Grande (Campos de Viamão, 1720 – 1800). São Leopoldo: Oikos, 2014.

KUNTZ, Rolf. Alberto Torres: A organização nacional. In: MOTA, Lourenço Dantas (Org.). **Introdução ao Brasil**: um banquete nos trópicos, 2. 2 ed. São Paulo: Ed. SENAC São Paulo, 2002.

KUSHNER, Barak. **Men to Devils, Devils to Men**: japanese war crimes e chinese justice. Cambridge: Harward University Press, 2015.

LACERDA, Silvestre. Prefácio. In: ROSA, Maria de Lurdes (org.). **Arquivos de família, séculos XIII-XX: que presente, que futuro?** Lisboa: Instituto de Estudos Medievais/Centro de História de Além-Mar, 2012.

LANG, Guido. **Histórias do cotidiano campobonense**. Campo Bom: Papuesta Indústria Gráfica, 1998.

LEFORT, Claude. **O Trabalho da Obra**: Maquiavel. Paris: Gallimard, 1972.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. Tradução: Bernardo Leitão et al. 5. ed. Campinas/SP: Ed. da Unicamp, 2003.

LESSER, Jeffrey. **A invenção da brasilidade**: identidade nacional, etnicidade e políticas de imigração. São Paulo: Editora UNESP, 2015.

LESSER, Jeffrey. **A negociação da identidade nacional**: imigrantes, minorias e a luta pela etnicidade no Brasil. São Paulo: UNESP, 2001.

LESSER, Jeffrey. Imigração e mutações conceituais da identidade nacional no Brasil, durante a Era Vargas. **Revista Brasileira de História**. São Paulo: ANPHU/Marco Zero, v. 28 (18), pp. 121-150, 1994.

LEVI, Giovanni. Prefácio. In: OLIVEIRA, Mônica R. de; ALMEIDA, Carla M. C. de. **Exercícios de micro-história**. Rio de Janeiro: FGV, 2009.

LEVI, Giovanni. Sobre a Micro-história. In: BURKE, Peter (org.). **A Escrita da História**: novas perspectivas. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1992. (Biblioteca básica).

LEVI, Giovanni. **A herança imaterial**. Trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

LIN, Nan. **Social capital**: a theory of social structure and action. 2 ed. Cambridge: Cambridge University Press. 2006.

LOBO, Bruno. **Esquecendo os antepassados, combatendo os estrangeiros**. Rio de Janeiro: Tipografia Alba, 1935.

LORIGA, Sabina. A biografia como problema. In: REVEL, Jacques (org.). **Jogos de escalas**: a experiência da microanálise. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1998.

LUCA, Tânia Regina de. Fontes impressas. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla B. et al. **Fontes Históricas**. São Paulo: Contexto, 2006.

LUCAS, Taís Campelo. **Nazismo d'além mar**: conflitos e esquecimento (Rio Grande do Sul, Brasil). Tese [Doutorado]. Porto Alegre, 2011. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas – Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS, 2011.

LUCAS, Taís Campelo. Cortando as asas do nazismo: a Dops-RS contra os “súditos do Eixo”. In: VIANA, Marly de Almeida Gomes; SILVA, Érica Sarmiento; GONÇALVES, Leandro Pereira (orgs.). **Presos políticos e perseguidos estrangeiros na Era Vargas**. 1. ed. Rio de Janeiro: Mauad X; Faperj, 2014.

LUZ, João Hecker. **Jacob Kroeff – Jakob Kroeff Filho – Jacob Kroeff Neto: o Hoteleiro, o Coronel, o Intendente – 1855 a 1966**. Porto Alegre, 2010. Dissertação [Mestrado]. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PUCRS, Programa de Pós-Graduação em História, 2010.

MACHADO, Michele Ramos. **O Nacionalismo de Vargas no Vale do Paranhana: uma revisão historiográfica**. 2011. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em História) – Curso de História, Faculdades Integradas de Taquara - FACCAT, Taquara, RS, 2011.

MAGALHÃES, Marionilde Brepohl de. **Pangermanismo e nazismo: a trajetória alemã rumo ao Brasil**. Campinas: Editora da UNICAMP/FAPESP, 1998.

MANACORDA, Mario Alighiero. **História da Educação: da Antiguidade aos nossos dias**. Tradução de Gaetano Lo Monaco; revisão da tradução Rosa dos anjos Oliveira e Paolo Nosella. São Paulo: Cortez; Autores Associados, 1989. (Coleção educação contemporânea. Série memória da educação).

MARCHI, Euclides. Igreja e Estado Novo: visibilidade e legitimação. In: SZESZ, Cristiane Marques (Org.). **Portugal-Brasil no século XX: Sociedade, Cultura e Ideologia**. Bauru, SP: EDUSC, 2003.

MARTÍNEZ, Elda González. **La inmigración esperada**. La política migratoria brasileira desde João VI hasta Getulio Vargas. Madrid: Consejo Superior de Investigaciones Científicas, 2003. (Biblioteca de História da América).

MARTINS, Ismênia de Lima; HECKER, Alexandre (orgs.). **E/imigrações: histórias, culturas, trajetórias**. 1. ed. São Paulo: Expressão e Arte Editora, 2010.

MARTINY, Carina **Os Seus Serviços Públicos Estão de Certo Modo Ligados à Prosperidade do Município**. Constituindo redes e consolidando o poder: uma elite política local (São Sebastião do Cai, 1875-1900). São Leopoldo: Universidade do Vale do Rio dos Sinos. Dissertação de Mestrado, 2010.

MEDEIROS, Laudelino T. **Escola Militar de Porto Alegre**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1992.

MELLO, Maria Ruiz. A Campanha da Nacionalização e os teuto-brasileiros. In: DREHER, Martin; RAMBO, Arthur Blásio; TRAMONTINI, Marcos Justo (orgs.). **Imigração & Imprensa**. Porto Alegre: EST; São Leopoldo: Instituto Histórico de São Leopoldo, 2004.

MENNUCCI, Sud. A guerra à zona rural. **Revista de Educação**. Departamento de Educação do Estado de São Paulo, v. 2, n. 2, 1933.

MEYER, Dagmar E. Estermann. Língua e religião como instituintes da nacionalidade. In: CUNHA, Jorge Luiz da; GÄRTNER, Angélica (orgs.). **Imigração Alemã no Rio Grande do Sul: história, linguagem, educação**. Santa Maria: Ed. UFSM, 2003.

MEYRER, Marlise Regina. **Evangelisches Stift**: uma escola para “moças das melhores famílias”. 1997. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS, São Leopoldo, RS, 1997.

MIGNOT, Ana Chrystina. **Baú de Memórias, Bastidores de Histórias**: o legado pioneiro de Armanda Álvaro Alberto. Bragança Paulista: EDUSF, 2002.

MOEHLECKE, Germano Oscar. São Leopoldo: Obras e Iniciativas Públicas (Revivendo o passado, 2). São Leopoldo, 1998.

MONTEIRO, Frederico Mindêllo Carneiro. **Um magistrado na política**. Rio de Janeiro: Livraria Kosmos Editora, 1985.

MONTEIRO, Frederico Mindêllo Carneiro. **Depoimentos biográficos**. Rio de Janeiro: Gráfica Olímpica Editora, 1977.

MOOG, Clodomir Vianna. **Um rio imita o Reno**. 8. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.

MORAES, Luís Edmundo de. Konflikt und Anerkennung: Die Ortsgruppen der NSDAP in Blumenau und Rio de Janeiro. Berlim: Metropol, 2005.

MORAES, Carlos de Souza. **A ofensiva japonesa no Brasil**: aspecto social, econômico e político da colonização nipônica. Porto Alegre: Livraria do Globo, 1942.

MOREIRA, Paulo Roberto Staudt; MÜGGE, Miquéias Henrique. **Histórias de escravos e senhores em uma região de imigração europeia**. São Leopoldo: Oikos, 2014.

MOREIRA, Marli Merker. O conceito de Nacionalização: A linguagem de Aurélio da Silva Py: a Quinta Coluna no Brasil. In: MÜLLER, Telmo Lauro. **Nacionalização e Imigração Alemã**. São Leopoldo: Ed. UNISINOS, 1994.

MOTYL, Alexander J. **Encyclopedia of Nationalism**, Volume II. New Jersey, Academic Press, 2001.

MOURA, Carlos André Silva de. **Fé, Saber e Poder**: os intelectuais entre a Restauração Católica e a política no Recife (1930 – 1937). Recife: Prefeitura da Cidade do Recife, 2012.

MOURA, Laércio Dias de. **A educação católica no Brasil**: passado, presente, futuro. 2. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2000.

MÜLLER, Telmo Lauro. A Nacionalização e a Escola Teuto-Brasileira Evangélica. In: MÜLLER, Telmo Lauro. **Nacionalização e Imigração Alemã**. São Leopoldo: Ed. UNISINOS, 1994.

NEUMANN, Rosane Marcia. **“Quem nasce no Brasil é brasileiro ou traidor”**. As colônias germânicas e a campanha de Nacionalização. 2003. Dissertação (Mestrado em História) -- Programa de Pós-Graduação em História, Universidade do Vale do Rio dos Sinos - UNISINOS, São Leopoldo, RS, 2003.

NEUMANN, Rosane Marcia. Semana da pátria no Estado Novo: “Gauchinhos, entrem que a casa é de vocês”. In: ARENDT, Isabel Cristina; WITT, Marcos Antônio (orgs.). **História, Cultura e Memória**: 180 anos de imigração alemã. São Leopoldo: Oikos, 2005.

NOGUEIRA, Isabel Porto; GOLDBERG, Luis Guilherme; SILVA, Flávio. Instituições Musicais no Rio Grande do Sul no período 1915 - 1925: um estudo sobre o projeto de interiorização da cultura artística de Guilherme Fontainha e José Corsi. In: MICHELON, Francisca Ferreira; TAVARES, Francine Silveira (orgs.). **Memória e patrimônio**: ensaios sobre a diversidade cultural. Pelotas: Editora e Gráfica da Universidade Federal de Pelotas, 2008, v. 1.

O MALHO. Rio de Janeiro. Ano VII, n. 325, 05/12/1908. Disponível em: <http://www.casaruibarbosa.gov.br/omalho/revista.asp?rev=325&ano=1908&pag=c1>, acesso em 30 set. 2017.

NUCCI, Priscila. **Os Intelectuais Diante do Racismo Antinipônico no Brasil**. São Paulo: Annablume, 2010.

NUCCI, Priscila. “Algumas manifestações do antiniponismo brasileiro (1934-1945)”. **Cadernos AEL**. Centro de Pesquisa e Documentação Social do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH) da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Vol. 15, n.27, 2009.

OBERACKER JUNIOR, Carlos Henrique. **A contribuição teuta à formação da nação brasileira**. 4.ed. Rio de Janeiro: Presença, 1985. v.1 e 2.

OLIVEIRA, Lisandre Medianeira. **O PSD no Rio Grande do Sul**: o diretório mais dissidente do país nas páginas do Diário de Notícias. Tese (Doutorado), Porto Alegre: Pontifícia Universidade Católica, 2008.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi. **Americanos**: representações de identidade nacional no Brasil e nos EUA. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2000.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi; VELLOSO, Mônica Pimenta; GOMES, Ângela Maria de Castro (orgs.). **Estado Novo**: ideologia poder. Rio Janeiro: Zahar Ed., 1982. (Política e Sociedade).

OLIVEIRA, Lúcia Lippi. O Partido Social Democrático (PSD). In: FLEISCHER, David (org.). **Os Partidos Políticos no Brasil**. Brasília: UnB, 1981. v. 1

OLIVEIRA, Pêrsio Santos de. **Introdução à sociologia**. São Paulo: Ática, 2002.

OLIVEIRA, Lisandre Medianeira de. **“O preço da liberdade é a eterna vigilância”**: a UDN no Rio Grande do Sul. Dissertação (Mestrado), Porto Alegre: Pontifícia Universidade Católica, 2001.

OLIVEIRA, Lisandre Medianeira. **O PSD no Rio Grande do Sul**: o diretório mais dissidente do país nas páginas do Diário de Notícias. Tese (Doutorado), Porto Alegre: Pontifícia Universidade Católica, 2008.

ORLANDI, Eni Pulcinelli. **Discurso e Leitura**. São Paulo; Campinas: Cortez; Ed. UNICAMP. 1996.

PENNA, Belisário. A luta contra o alcoolismo. In: **Archivos Rio-grandenses de Medicina**, Porto Alegre, ano VIII, n.12, dezembro de 1929.

PERAZZO, Priscila. **O perigo alemão e a repressão policial no Estado Novo**. São Paulo: Arquivo do Estado, 1999.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História do Rio Grande do Sul**. 3ª ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1984.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **RS: a economia & o poder nos anos 30**. Porto alegre: Mercado Aberto, 1980.

PETRY, Andrea Helena. **É o Brasil gigante, liberto do estrangeiro, uno, coeso e forte, é o Brasil do Brasileiro**: Campanha de Nacionalização efetivada no Estado Novo. São Leopoldo, 2003. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS, São Leopoldo, RS, 2003.

PETRY, Andrea Helena. O Papel Desempenhado Pelo Correio do Povo Durante o Estado Novo. In: DREHER, Martin; RAMBO, Arthur Blásio; TRAMONTINI, Marcos Justo (orgs.). **Imigração & Imprensa**. Porto Alegre: EST / São Leopoldo: Instituto Histórico de São Leopoldo, 2004.

PETRY, Andrea Helena; NEUMANN, Rosane Marcia. Imigrantes alemães e seus descendentes no contexto da campanha de nacionalização. In: ARENDT, Isabel Cristina; WITT, Marcos Antônio (orgs.). **História, Cultura e Memória**: 180 anos de imigração alemã. São Leopoldo: Oikos, 2005.

PETRY, Leopoldo. **A emancipação de Novo Hamburgo**: a análise do parecer aprovado pelo Conselho Municipal e outras notas. Novo Hamburgo: Typographia Hans Behrend, 1925.

PILETTI, Nelson; PILETTI, Claudino. **História da Educação**. São Paulo: Ática, 1990.

PINHO, Silvia Oliveira Campos de. **Alberto Torres**: uma obra, várias leituras. Belo Horizonte, 2007. Dissertação [Mestrado]. Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG, Programa de Pós-Graduação em História, 2007.

PORTO, Aurélio. **O trabalho alemão no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Estabelecimento Gráfico Santa Terezinha, 1934.

PROCHASSON, Christophe. "Atenção: Verdade!" Arquivos Privados e Renovação das Práticas Historiográficas. **Revista Estudos Históricos**, v. 11, n. 21, p. 105- 119.

PY, Aurélio da Silva. **O nazismo no Rio Grande do Sul** (Documento secreto n.59). Porto Alegre, 1940, v.1

PY, Aurélio da Silva. **A 5ª coluna no Brasil: A conspiração nazi no Rio Grande do Sul**. 1. ed. Porto Alegre: Globo, 1942.

RABUSKE, Arthur. A Nacionalização e a Igreja Católica. In: MÜLLER, Telmo Lauro. **Nacionalização e Imigração Alemã**. São Leopoldo: Ed. UNISINOS, 1994.

RABUSKE, Arthur; SPOHR, Gastão J. **Resenha histórica da Paróquia São Luiz Gonzaga de Novo Hamburgo 1926-1976**. Novo Hamburgo: [s.n.],1977.

RABUSKE, Arthur. Eles se empenharam pelo erguismo do bem-estar material da colônia alemã no Rio Grande do Sul. In: **Anais do Simpósio da Imigração e Colonização Alemã no Rio Grande do Sul**. São Leopoldo, 1974.

RAMBO, Arthur B.; ARENDT, Isabel Cristina (Orgs.). **Cooperar Para Prosperar: a terceira via**. Porto Alegre: Sescop/RS, 201

RAMBO, Arthur B. Restauração católica no Sul do Brasil, **História: Questões & Debates**, Curitiba, n. 36, p. 279-304, 2002.

RAMBO, Arthur B. A Igreja da Restauração Católica no Brasil Meridional, In. DREHER, Martin Norberto. **Populações Rio-Grandenses e Modelos de Igreja**. Porto Alegre: Edições EST / São Leopoldo: Sinodal, 1998.

RAMBO, Arthur B. **A Escola Comunitária Teuto-Brasileira Católica: a Associação de Professores e a Escola Normal**. São Leopoldo: Ed. UNISINOS, 1996. (Estudos Teuto-brasileiros, 3).

RAMBO, Arthur B. Nacionalidade e cidadania. In: MAUCH, Cláudia; VASCONCELLOS, Naira (orgs.). **Os alemães no sul do Brasil: cultura, etnicidade e história**. Canoas: Ed. ULBRA, 1994.

RAHMEIER, Andréa Helena Petry. **Relações diplomáticas e militares entre a Alemanha e o Brasil: da proximidade ao rompimento (1937-1942)**. Porto Alegre, 2009. Tese [Doutorado]. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PUCRS, Programa de Pós-Graduação em História, 2009.

RAMOS, Eloísa Helena Capovilla da Luz. **O teatro da sociabilidade**. Um estudo dos clubes sociais como espaços de representação das elites urbanas alemãs e teuto-brasileiras: São Leopoldo. 1850/1930. Tese [Doutorado]. Porto Alegre, 2000. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas – Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS, 2000.

RAMOS, Eloísa Helena Capovilla da Luz. **O Partido Republicano Rio-Grandense e o Poder Local no Litoral Norte do Rio Grande do Sul** – 1882/1895. Porto Alegre, 1990. Dissertação [Mestrado]. Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS, 1990.

REINHEIMER, Dalva N. **A navegação fluvial na República Velha Gaúcha**. São Leopoldo: Oikos, 2010.

REINHEIMER, Dalva N. **As colônias alemãs, rios e Porto Alegre**: estudo sobre imigração alemã e navegação fluvial no Rio Grande do Sul (1850-1900). Dissertação [Mestrado]. São Leopoldo, 1999. Programa de pós-graduação em História – UNISINOS, 1999.

RÉMOND, René. O retorno do político. In: CHAUVEAU, Agnès; TÉTART, Philippe (Orgs). **Questões para a história do presente**. Bauru, SP: EDUSC, 1999. P. 51-61.

RÉMOND, René (org.). **Por Uma História Política**. Rio de Janeiro: UFRJ, FGV, 1996.

REPÚBLICA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRAZIL. Decreto n. 528, de 28 de junho de 1890. Regularisa o serviço da introdução e localização de imigrantes na Republica dos Estados Unidos do Brazil. Rio de Janeiro: Coleção de Leis do Brasil - 1890, Página 1424, Vol. 1 fasc.VI (Publicação Original). Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-528-28-junho-1890-506935-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em 21 nov. 2017.

ROCHE, Jean. **A Colonização Alemã e o Rio Grande dos Sul**. Porto Alegre: Globo, 1969. v. 1.

RODRIGUES, C.M. **A Ordem**: uma revista de intelectuais católicos (1934-1945). Belo Horizonte: Autêntica; São Paulo: Fapesp, 2005.

ROSA, Maria de Lurdes (org.). **Arquivos de família, séculos XIII-XX**: que presente, que futuro? Lisboa: Instituto de Estudos Medievais/Centro de História de Além-Mar, 2012.

ROSANVALLON. Pierre. **Por uma história do político**. São Paulo: Alameda Casa Editorial, 2010.

RUDY, Cleber. **O Anticlericalismo sob o manto da República**: tensões sociais e cultura libertária no Brasil (1901 – 1935). São Paulo: Alameda Editorial, 2020.

SANDER, Roberto. **O Brasil na mira de Hitler**. A história do afundamento de navios brasileiros pelos nazistas. Rio de Janeiro: Editora Objetiva, 2007.

SANTOS, Rodrigo Luis dos. Laços de sangue, posicionamentos opostos: considerações sobre as trajetórias dos irmãos Heráclito e Odon Cavalcanti Carneiro Monteiro (Paraíba e Rio Grande do Sul, primeiras décadas do século XX). **Dimensões**, v. 44, jan.-jun. 2020, p. 179-210.

SANTOS, Rodrigo Luis dos. **Tramas enlaçadas**: política, religião e educação no Rio Grande do Sul da primeira metade do século XX. Porto Alegre: Editora Fi, 2018.

SANTOS, Rodrigo Luis dos. O nacionalismo brasileiro em uma área de imigração: São Leopoldo e as ações da Sociedade dos Amigos de Alberto Torres, durante o Estado Novo (1937-1945). **Métis: História & Cultura** - v. 13, n. 27, p. 217-231, jan./jun. 2015.

SANTOS, Rodrigo Luis dos. Um isolamento opcional: a construção da imagem do imigrante não integrado ao Brasil na obra *Um rio imita o Reno*. **Mnemosine** – Revista do Programa de Pós-graduação em História da UFCG. Campina Grande v. 5, n. 2, jul./dez. 2014a.

SANTOS, Rodrigo Luis dos. A influência religiosa e as consequentes estratégias políticas no processo de emancipação e instalação do município de Novo Hamburgo/RS (1924-1930): um estudo de caso. **Oficina do Historiador** – Revista discente do Programa de Pós-graduação em História da PUCRS. Porto Alegre, v. Especial, 2014b.

SANTOS, Rodrigo Luis dos. **As escolas confessionais como instrumento de ação política de grupos de alemães e descendentes no contexto do Estado Novo** (o caso das escolas Santa Catarina e Fundação Evangélica de Novo Hamburgo – RS). 97 p. Trabalho de Conclusão de Curso [Graduação em História] – Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS, 2013.

SANTOS, Rodrigo Luis dos. Reações diante das imposições: as estratégias adotadas nas escolas luteranas durante o Estado Novo (o caso da Escola Fundação Evangélica de Hamburgo Velho). In: RAMOS, Eloísa Helena Capovilla da Luz; ARENDT, Isabel Cristina; WITT, Marcos Antônio. **A História da Imigração e Sua(s) Escrita(s)** [ebook]. São Leopoldo: Oikos, 2012.

SANTOS, Alba Cristina Couto dos. A Igreja da Imigração e o cajado do poder de Dom João Becker. Um estudo de caso sobre as lembranças “censuradas” de Theodor Amstad. In: RAMOS, Eloísa Helena Capovilla da Luz; ARENDT, Isabel Cristina; WITT, Marcos Antônio. **A História da Imigração e Sua(s) Escrita(s)**[ebook]. São Leopoldo: Oikos, 2012.

SARLET, Érica Dorotéia. **Ainda Hoje Plantaria Minha Macieira**. São Leopoldo: Editora Sinodal, 1993.

SAUL, Marcos de Almeida. **A classe operária e sindicalismo no Rio Grande do Sul: Novo Hamburgo, 1945-1964**. Santo Ângelo: Fundames, 1988.

SAVIANI, Dermeval. A Política Educacional no Brasil. IN: STEPHANOU, Maria e BASTOS, Maria Helena Câmara (org.). **Histórias e Memórias da Educação no Brasil**, vol. III: século XX. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2009.

SAYAD, Abdelmalek. **A imigração ou os paradoxos da alteridade**. São Paulo: EDUSP, 1998.

SCHEMES, Claudia. **Pedro Adams Filho: empreendedorismo, indústria calçadista e emancipação de Novo Hamburgo (1901-1935)**. Porto Alegre, 2006. Tese [Doutorado]. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PUCRS, Programa de Pós-Graduação em História, 2006.

SCHMIDT, Benito Bisso. História e Biografia. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (orgs.). **Novos domínios da história**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

SCHMIDT, Benito Bisso. **Em Busca da Terra da Promissão**: a História de dois líderes socialistas. Porto Alegre: Editora Palmarinca, 2004.

SCHMIDT, Benito Bisso. **Um socialista no Rio Grande do Sul**: Antônio Guedes Coutinho (1868-1945). 1. ed. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 2000.

SCHÜTZ, Liene M. M. Leopoldo Petry, vulto local. In: Anais do 5º Simpósio de História da Imigração e Colonização Alemã no Rio Grande do Sul – 1982. Campo Bom: Gráfica Caeté S/A, 1989.

SCHÜTZ, Liene M. M. **Novo Hamburgo**: sua história, sua gente. Novo Hamburgo: [s.n.], 1977.

SCHWARTZMAN, Simon. BOMENY, Helena Maria Bousquet. COSTA, Vanda Maria Ribeiro. **Tempos de Capanema**. 2. ed. São Paulo: Fundação Getúlio Vargas / Paz e Terra, 2000.

SEYFERT, Giralda. Os imigrantes e a campanha de nacionalização do Estado Novo. IN: PANDOLFI, Dulce (org.). **Repensando o Estado Novo**. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1999.

SEYFERT, Giralda. A identidade teuto-brasileira numa perspectiva histórica. In: MAUCH, Cláudia; VASCONCELLOS, Naira (orgs.). **Os alemães no sul do Brasil**: cultura, etnicidade e história. Canoas: Ed. ULBRA, 1994.

SEYFERT, Giralda. **Nacionalismo e identidade étnica**. Florianópolis: Fundação Catarinense de Cultura, 1982.

SKIDMORE, Thomas. **Brasil**: de Getúlio Vargas a Castelo Branco (1930-1964). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.

SILVA, Carla Luciana. **Onda vermelha**: imaginários anticomunistas brasileiros (1931-1934). Porto Alegre: EDIPUCRS, 2001.

SILVA, Favianni. **O caso Sady e Ágaba**: o crime da praça Comendador Felizardo Leite e a Revolta dos Estudantes do Grêmio 24 de Março na Parahyba de 1923. Fortaleza, 2014. Tese (Doutorado em Educação brasileira) – Programa de Pós-Graduação em Educação Brasileira, Universidade Federal do Ceará – UFC, Fortaleza, CE, 2014.

SILVA, Helio. **1932**: a guerra paulista. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1976.

SILVA, Paulo Julião da. **A Igreja Católica e as relações políticas com o Estado na era Vargas**. Disponível em: www.abhr.org.br/plura/ojs/index.php/anais/article/view/456/391 Acesso em: 02 mai. 2015.

SILVA, Maria Celina. Configuração e recuperação da informação em documentos de ciência e tecnologia: estudo pessoal do físico Bernhard Gross. **Perspectiva em Ciência da Informação**. v. 18, n. 3, p. 160-174, 2013.

SILVA JUNIOR, João Inácio da. **Galeria biográfica ilustrada**. Porto Alegre: [s.n.], 1937.

SONTAG, Susan. Respostas a um questionário. In: **Questão de ênfase**: ensaios. São Paulo: Cia. das Letras, 2005.

SIRIANI, Silvia Cristina Lambert. **Uma São Paulo alemã**: vida cotidiana dos imigrantes germânicos na região da capital (1827 – 1889). São Paulo: Arquivo do Estado, Imprensa Oficial do Estado, 2003. (Coleção teses e Monografias, Vol. 6).

SIRINELLI, Jean-Francois. Os intelectuais. In: RÉMOND, René (org.). **Por Uma História Política**. Rio de Janeiro: UFRJ, FGV, 2003.

SOARES, André Luis Ramos; GAUDIOSO, Tomoko Kimura; MORALES, Neida Regina Ceccim; SOUZA, Cristiële Santos de. **50 anos de História**: Imigração Japonesa em Santa Maria, Rio Grande do Sul, Brasil (1958-2008). Itajaí: Editora Maria do Cais, 2008.

SOARES, Débora Dornsbach; ERPEN, Juliana (orgs.). **O Parlamento Gaúcho**: da Província de São Pedro ao Século XXI. Porto Alegre : Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, 2013.

SOUZA, Vanderlei Sebastião de. A eugenia brasileira e suas conexões internacionais: uma análise a partir das controvérsias entre Renato Kehl e Edgard Roquette-Pinto, 1920-1930. **História, Ciência, Saúde-Manguinhos** [online]. 2016, vol.23, supl.1, p. 93-110.

SOUZA, Adriana Barreto de. **Duque de Caxias**: o homem por trás do monumento. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

SOUZA, J. P. Coelho de. **Caminhada**. 1. ed. Porto Alegre: Sulina, 1969.

SOUZA, J. P. Coelho de. **Denúncia**: o nazismo nas escolas do Rio Grande. Porto Alegre: Thurmman, 1941.

SPERB, Angela. **Sal da terra**: 160 anos da Comunidade e Escola Evangélica de Campo Bom. Canoas: La Salle, 1992.

SPERB, Dalila Clementina et. al. **Oswaldo Cruz**. 100 anos de história. Novo Hamburgo: [s.n.], 1996.

STONE, Lawrence. Prosopography. **Daedalus**. v. 100, n. 01, p. 46-79, 1971.

TAKEUCHI, Márcia Y. **O perigo amarelo em tempos de guerra** (1939-1945). São Paulo: Arquivo do Estado: Imprensa Oficial do Estado, 2002.

TAKEUCHI, Márcia Y. **Japoneses**: A saga de um povo nascente. Coord. Maria Luízia Tucci Carneiro. São Paulo: Companhia Editorial Nacional: Lazuli Editora, 2007.

TAUFER, Paulo Roberto. **Partido Libertador: formação e atuação política.** São Leopoldo, 2008. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS, São Leopoldo, RS, 2008.

TONINI, Veridiana Maria. **Uma relação de amor e ódio: o caso Wolfram Metzler (Integralismo, PRP e Igreja Católica, 1932 – 1957).** Passo Fundo, 2003. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade de Passo Fundo - UPF, Passo Fundo, RS, 2003.

TORRES, Alberto. **As fontes da vida no Brasil.** Rio de Janeiro: Papelaria Brasil, 1915.

TORRES, Alberto. **A organização nacional.** 4.ed. São Paulo: Ed. Nacional; Brasília: Ed. UnB, 1982a. (Temas brasileiros, 39).

TORRES, Alberto. **O problema nacional brasileiro: introdução a um programa de organização nacional.** 4.ed. São Paulo: Ed. Nacional; Brasília: Ed. UnB, 1982b. (Temas brasileiros, 38).

TORRES, Andréa Sanhudo. **Imprensa: política e cidadania.** Porto Alegre: EDIPUCRS, 1999.

TRAMONTINI, Marcos Justo. **Organização Social dos Imigrantes: A Colônia de São Leopoldo na fase pioneira (1824-1850).** São Leopoldo: UNISINOS, 2003.

TRAMONTINI, Marcos Justo. Ehlers, Voges e Klingelhofer: a disputa. In ELY, Nilza Huyer; BARROSO, Véra Lucia Maciel (orgs.). **Raízes de Terra de areia.** Porto Alegre: EST, 1999.

TRINDADE, Hélgio (org.). **Revolução de 30: Partidos e Imprensa Partidária no RS (1928-1937).** Porto Alegre: Ed. UFRGS, 1980.

VENDRAME, Maíra Ines; KARSBURG, Alexandre O. (orgs.). **Variações de micro-história no Brasil: temas, abordagens e desafios.** 1. ed. São Leopoldo: Oikos, 2019.

VERÍSSIMO, Érico. **O tempo e o vento.** O Continente. Tomo I. São Paulo: Editora do Globo, 1989.

VIANA, Marly de Almeida Gomes; SILVA, Érica Sarmiento; GONÇALVES, Leandro Pereira (orgs.). **Presos políticos e perseguidos estrangeiros na Era Vargas.** 1. ed. Rio de Janeiro: Mauad X; Faperj, 2014.

VIANNA, F. J. de Oliveira. **Raça e assimilação.** 2a ed., São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1934. (Francisco José Biblioteca Pedagógica Brasileira. Série V. Brasileira).

VIANNA, F. J. de Oliveira. Os imigrantes germânicos e escravos e sua caracterização antropológica. **Revista de Imigração e Colonização.** Janeiro de 1940.

VIANNA, Marcelo. **Os homens do parquet**: trajetórias e processo de institucionalização do Ministério Público do Rio Grande do Sul (1930-1964). Porto Alegre: Memorial do Ministério Público, 2013.

WEBER, Regina; GOODMAN, Glen S. Comparada, Conectada, Mundial/Global ou Transnacional: A História da Imigração entre tantos rótulos. In: ELMIR, Cláudio P.; WITT, Marcos A.; TRUZZI, Oswaldo. (Org.). **Imigração nas Américas**: estudos de história comparada. 1 ed. São Leopoldo: Oikos/UNISINOS, 2018.

WEBER, Roswithia. **As Comemorações da Imigração Alemã no Rio Grande do Sul**: o “25 de julho” em São Leopoldo, 1924-1949. Novo Hamburgo: FEEVALE, 2004.

WEIZENMANN, Tiago. **“Sou, como sabem...”**: Karl von Koseritz e a imprensa em Porto Alegre no século XIX (1864-1890). Porto Alegre, 2015. Tese [Doutorado]. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PUCRS, Programa de Pós-Graduação em História, 2015.

WEIZENMANN, Tiago. **Cortando as asas do nazismo**. Representações e imaginário sobre o nazismo na revista Vida Policial (1942 – 1944). São Leopoldo, 2008. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS, São Leopoldo, RS, 2008.

WEIZENMANN, Tiago. O texto iconográfico: a revista Vida Policial e o imaginário nazista. In: FERNANDES, Evandro; NEUMANN, Rosane Marcia; WEBER, Roswithia (Orgs.). **Imigração**: diálogos e novas abordagens. São Leopoldo: Oikos, 2012.

WERLE, Flávia. Constituição do Ministério da Educação e articulações entre níveis federal, estadual e municipal da educação. IN: STEPHANOU, Maria e BASTOS, Maria Helena Câmara (org.). **Histórias e Memórias da Educação no Brasil**, vol. III: século XX. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2009.

WITT, Marcos Antônio. **Em Busca de um Lugar ao Sol**: estratégias políticas (Imigração alemã – Rio Grande do Sul – século XIX). 2. ed. São Leopoldo: Oikos, 2015.

WITT, Marcos Antônio et. al. Os arranjos matrimoniais como instrumento de inserção e participação social de imigrantes alemães– Rio Grande do Sul – século XIX. **Revista Brasileira de História & Ciências Sociais**, v. 5, n. 9, julho/2013.

WITT, Osmar. **Igreja na migração e colonização**: a pregação itinerante no Sínodo Rio-grandense. São Leopoldo: Sinodal, 1996. (Série Teses e Dissertações, n. 8).

WOLFF, Cristina Scheibe; FLORES, Maria Bernadete Ramos. A Oktoberfest de Blumenau: turismo e identidade étnica na invenção de uma tradição. In: MAUCH, Cláudia; VASCONCELLOS, Naira (orgs.). **Os alemães no sul do Brasil**: cultura, etnicidade e história. Canoas: Ed. ULBRA, 1994.

WOORTMANN, Ellen Fensterseifer. Identidades e memória entre teuto-brasileiros: os dois lados do Atlântico. In: **Horizontes Antropológicos**. Porto Alegre: UFRGS, ano 6, nº 14, nov. 2000, p. 205-238.

WOORTMANN, Ellen Fensterseifer. **Herdeiros, parentes e compadres**. Colonos do Sul e sitiantes do Nordeste. São Paulo, Brasília: Hucitec, EDUNB, 1995.

ZICMAN, Renée Barata. História através da imprensa: algumas considerações metodológicas. **Projeto História**. São Paulo, n. 4, jun. 1985.

ANEXOS

Tabela 02: Organização do Acervo Documental de Carlos de Souza Moraes

Número da Pasta (numeração provisória)	Descrição do material / documentação
01	Pasta com edições da Revista Rua Grande (São Leopoldo) – 11 exemplares (entre os anos de 1978 e 1983 e ano de 1994)
02	Pasta com documentação, reportagens e escritos sobre Jacintho Moraes, irmão de Carlos de Souza Moraes. Jacintho foi artista plástico. Faleceu em 1982, no Rio de Janeiro. Também há partes de jornais em idiomas como inglês e árabe e um texto sobre o pintor Pedro Weingärtner, escrito por Jacintho Moraes.
03	Pasta com materiais diversos: assuntos referentes ao escritório de advocacia de Carlos de Souza Moraes; reportagens sobre imigração alemã; material referente ao período de governo de Carlos de Souza Moraes na prefeitura de São Leopoldo; material sobre o 1º Simpósio de História da Imigração e Colonização (1978), entre outros assuntos.
04	Pasta com documentação referente a assuntos escolares, sobretudo nomeação e transferência de professoras. Documentos oriundos da Câmara Municipal de São Leopoldo, Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, Secretaria Estadual de Educação e Delegacia Regional de Educação (2ª DE). Documentação datada do ano de 1966.
05	Pasta com materiais diversos: cartão de Natal e Ano Novo e cópia do discurso proferido na formatura da Turma de Direito de 1933, alusivo aos 20 anos da formatura; publicação em jornal da prestação de contas da administração Carlos de Souza Moraes em São Leopoldo; dicionário inglês-português (publicação jornal Zero Hora).
06	Pasta com documentação referente a questões de política e legislação ambiental: atual do Departamento Municipal de Água (DMA) na área de resíduos sólidos urbanos de São Leopoldo; sobre depósito de lixo no Bairro Pinheiro; anotação com as leis federais e estaduais sobre resíduos sólidos.
07	Pasta com documentação referente ao distrito de Campo Bom: ofícios e cartas enviadas ao interventor federal coronel Cordeiro de Farias e Benjamin Vargas (irmão de Getúlio Vargas) contra a anexação de Campo Bom (2º distrito) ao município de Novo Hamburgo. Também há comentários sobre os distritos de Herval e Dois Irmãos. Assinadas por Carlos de Souza Moraes. Datadas de 1938. Recortes de jornais sobre a questão. Reportagem sobre os 155 anos da Câmara Municipal de São Leopoldo.
08	Pasta com documentação diversa: entrevista realizada com Carlos de Souza Moraes pela professora Ieda Gutfreind; textos, palestras, homenagens e discursos escritos por Carlos de Souza Moraes.

09	Livro de Atas da convenção municipal do PSD (Partido Social Democrático) de São Leopoldo (05/10/1947); atas avulsas do Diretório Distrital do PSD em Campo Bom (2º distrito); lista dos delegados dos Diretórios Distritais que votaram na eleição do Diretório Municipal de São Leopoldo do PSD (27/04/1947).
10	Livro de Atas com as assinaturas de membros do PSD (Partido Social Democrático) no distrito de Guianuba (Sapucaia e Esteio). Não consta primeira página (aparentemente arrancada).
11	Registro da Sessão Solene da Câmara Municipal de São Leopoldo, em 12/07/1974, na qual foram concedidos títulos de “Cidadão Leopoldense” aos senhores Prof. Gustavo Schreiber, Dr. Ramiro Frota Barcelos, Prof. Pe. João Oscar Nedel, S.J. e Dr. Carlos de Souza Moraes
12	Pasta com documentação diversa: documentos referentes ao escritório de advocacia; cartões com felicitações; documentos referentes ao Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul (IHGRGS); anotações e correspondências.
13	Pasta com páginas de jornais com reportagens sobre homenagens a Carlos de Souza Moraes; reportagem sobre aspectos educacionais da administração de Carlos de Souza Moraes em São Leopoldo (1946); texto sobre a Feitoria do Linho Cânhamo; anotações.
14	Pasta com atestados, certidões, portarias e decretos relacionados a Carlos de Souza Moraes (certidão de casamento, atestados de bons antecedentes, decreto de nomeação como prefeito de São Leopoldo, entre outros).
15	Pasta com documentação diversa: decretos, portarias e ofícios relacionados com homenagens e títulos concedidos a Carlos de Souza Moraes; reportagens sobre Carlos de Souza Moraes; jornal e informativo da OAB (Ordem dos Advogados do Brasil); material com informações sobre o professor e historiador Telmo Lauro Müller; informações sobre o Sínodo Evangélico Luterano do Brasil (atual Igreja Evangélica Luterana do Brasil – IELB).
16	Documentação referente a processo envolvendo desfalque na filial do Banco do Rio Grande do Sul na Vila de Herval (próximo de Pelotas), em 1933. Na época, Carlos de Souza Moraes era juiz distrital na localidade. Constan também procurações avulsas, onde Carlos de Souza Moraes é nomeado procurador de um dos acusados pelo desfalque.
17	Pasta com materiais diversos: relação de publicações do Pe. Arthur Rabuske, S.J. sobre São Leopoldo; cópia de documento do município de Antônio Prado; moção de agradecimento ao Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, alusivo ao 1º Congresso de História do Município de São Leopoldo (1946); informações sobre cursos no Colégio São José (em São Leopoldo); suplemento da revista Manchete sobre o Estado Novo; mapa turístico de São Leopoldo (1950); informativo do Instituto Genealógico do RS; reportagem sobre a “Semana dos Advogados” (1970); material do jornal Correio do Povo sobre a formação do RS (1982); documentos de Mário Rossi (sogro de Carlos de Souza Moraes).

18	Pasta com decretos e leis do município de São Leopoldo, referentes ao 2º semestre de 1946.
19	Pasta com documentação referente à compra de imóvel por Carlos de Souza Moraes; cartas dirigidas ao pai de Carlos de Souza Moraes; registros de movimentação financeira do avô materno de Carlos de Souza Moraes (para inventário); correspondência de Hélio Vianna para Carlos de Souza Moraes.
20	Pasta com documentação referente ao Acajaí Country Club – São Leopoldo.
21	Pasta com documentação diversa: suplemento sobre a Assembleia Legislativa do RS no jornal Correio do Povo (1998); exemplar do jornal Vale dos Sinos (1977); exemplar do jornal Zero Hora (1975); suplemento da revista Manchete sobre a Abolição; reportagem do jornal Correio do Povo sobre a UFRGS (1983); carta de Boas Festas de A.J. Renner para Carlos de Souza Moraes; reportagem no jornal Correio do Povo criticando o discurso de Frederico Wolfenbütel sobre a política em São Leopoldo.
22	Pasta com documentação referente ao processo envolvendo terras de propriedade de Mário Rossi e Carlos de Souza Moraes em Sapucaia; planta sobre loteamento em Novo Hamburgo (1955); inventário de Reinaldo Carlos Hack e planta de terreno deixado pelo mesmo; processo envolvendo a firma Calçados Minuano, de Novo Hamburgo.
23	Pasta com documentação (correspondências) de Carlos de Souza Moraes com Carlos Reverbel e Dante de Laytano. Também há reportagens sobre estes.
24	Pasta com materiais sobre a Escola Visconde de São Leopoldo (várias datas); convite para a missa de Ação de Graças de formandas do Colégio São José (de São Leopoldo) em 1953; reportagem sobre visita do governador Walter Jobim a São Leopoldo (jornal Diário de Notícias, 1947).
25	Pasta com textos escritos por Carlos de Souza Moraes (sobre diversos temas); exemplar de jornal da Associação dos Oficiais de Justiça do RS; reportagem do jornal Correio do Povo sobre a resistência cultural dos alemães (texto de Sérgio da Costa franco, 1956); exemplar da revista Clube (1995); Mapa turístico de São Leopoldo (1950).
26	Pasta com material diverso: correspondência de A.J. Renner para Carlos de Souza Moraes; correspondência da Academia Rio-grandense de Letras; correspondência do Pe. Valentim Weschenfelder, de Dois Irmãos, para Carlos de Souza Moraes, informando dados históricos da Paróquia São Miguel de Dois Irmãos.
27	Pasta com documentação referente a licenças médicas de Carlos de Souza Moraes; 2ª via de certidão de nascimento de Carlos de Souza Moraes; certidão de nascimento e de emancipação de Carlos Rossi de Moraes (filho de Carlos de Souza Moraes).
28	Pasta com documentação da Câmara Municipal e Prefeitura Municipal de São Leopoldo (assuntos diversos).

29	Pasta com material diverso: reprodução de foto da Academia Rio-grandense de Letras; cartões postais; texto de Carlos de Souza Moraes sobre o progresso de São Leopoldo.
30	Pasta com correspondências destinadas a Carlos de Souza Moraes (origens diversas).
31	Pasta com documentação de origem política (diversos locais: Câmara Municipal de São Leopoldo e outras Câmaras Municipais; outros órgãos públicos).
32	Pasta com materiais diversos: recortes de jornal sobre legislação fiscal; reportagem do jornal O Progresso (do Partido Republicano Rio-grandense de Montenegro – PRR), datado de 1919, sobre Felisberto Porfírio de Souza (avô de Carlos de Souza Moraes); página de jornal com reportagens sobre cultura (jornal O Povo, Fortaleza, Ceará, 1995); convites diversos.
33	Descrição: Parecer de Radagasio Taborda sobre o livro <i>A Offensiva Japonesa no Brasil</i> , de Carlos de Souza Moraes (com este livro Carlos de Souza Moraes se candidatou a uma vaga na Academia Rio-grandense de Letras).
34	Pasta com material referente ao Rotary Club; artigo de Carlos de Souza Moraes sobre o VII Simpósio de História da Imigração e Colonização (1986) no jornal Vale dos Sinos; convocação para sessão solene do Instituto Histórico e Geográfico do RS; comprovantes de movimentação financeira (bancária).
35	Pasta com material referente ao Instituto Histórico e geográfico do RS (recortes de jornais, correspondências, entre outros).
36	Pasta com correspondências escritas e/ou recebidas por Carlos de Souza Moraes; mapa sobre o Loteamento Courita (São Leopoldo) e ata de reunião da Imobiliária Courita.
37	Descrição: Pasta com materiais diversos: documento referente ao Serviço de Esgoto do Município de São Leopoldo (questão envolvendo multa por não cumprimento de prazos); mapa (provavelmente da região do atual município de Morro Reuter e arredores); homenagem ao prefeito Germano Hauschild (São Leopoldo); informativo do Rotary Club de São Leopoldo; texto de Leandro Telles sobre o pastor Wilhelm Rotermund; texto sobre Justino Vasconcelos (Academia Rio-grandense de Letras); ata de comparecimento em homenagem ao escritor Ramiro Frota Barcelos; contrato de venda de imóvel (de Carlos de Souza Moraes e esposa); material da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB).
38	Pasta com materiais diversos: reportagem do jornal Diário de Notícias com Carlos de Souza Moraes, sobre a fundação do núcleo rio-grandense da Sociedade dos Amigos de Alberto Torres (1936); texto (discurso) sobre a encampação do Serviço de Eletricidade Leopoldense pelo governo do Rio Grande do Sul (1949); texto (discurso) em homenagem ao exército brasileiro (guarnições de São Leopoldo), datado de 1952; discurso de Carlos de Souza Moraes no Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, quando do ingresso do professor Telmo Lauro Müller; reportagem sobre a formatura da Turma de Bacharéis em Direito de 1933 e outros recortes de jornais sobre justiça e advocacia (colagem); exemplar de

	“O Ateneu” (Colégio Sinodal de São Leopoldo), de novembro de 1939, com espaço dedicado a entrega do “Prêmio Cel. Theodomiro Porto da Fonseca”, criado por Carlos de Souza Moraes, aos alunos com destaque nas disciplinas de Português e História; reportagem do jornal Correio do Povo (1955) sobre “as 10 obras fundamentais da bibliografia rio-grandense”; discurso de Carlos de Souza Moraes quando de seu ingresso no Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul; texto de Walter Spalding sobre a região de São Leopoldo antes da chegada dos imigrantes alemães; discurso de Carlos de Souza Moraes na Câmara Municipal de São Leopoldo (1985); discurso de Carlos de Souza Moraes, no Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, sobre o centenário de Lindolfo Collor (1990); Revista de estudos FEEVALE (1981); reportagens de jornais sobre diversos temas (história, cultura, advocacia etc); livro com síntese biográfica dos administradores (intendentes e prefeitos) de Montenegro.
39	Texto original do livro “<i>O Colono Alemão</i>”, escrito por Carlos de Souza Moraes.
40	Descrição: 6º Anuário Econômico de São Leopoldo (suplemento do jornal Vale dos Sinos, datado de 22/03/1984)
41	Descrição: Obra “Terra Farroupilha” (volume comemorativo ao segundo centenário de fundação do Rio Grande do Sul 1737-1937). Publicado em 1937. Exemplar dado de presente a Carlos de Souza Moraes. Com dedicatória datada de 20/05/1937, com assinatura de dois diretores da obra: Armando Lima e Breno de Dornelles.
42	Descrição: Livro com a lista de associados do Grêmio Leopoldense de Letras (provavelmente também era utilizado como controle de comparecimento nas reuniões).
43	Descrição: Pasta com material diverso: texto com a palestra proferida por Ramiro Frota Barcelos em 28/05/1969, na Sociedade Orpheu de São Leopoldo, sobre o Movimento Tradicionalista no Rio Grande do Sul, com o título “Tradicionalismo e sua Carta de Princípios”; discurso proferido por Carlos de Souza Moraes, em 10/08/1984, em solenidade de concessão de diploma de Jubilação Advocacia; texto de Wilmar Lutz Farias, intitulado “Os Mucker – Resumo Histórico” (1986); reportagem do jornal Correio do Povo (14/11/1971 sobre o Círculo de Pesquisas Literárias (CIPEL); reportagens de jornais diversos; materiais sobre a “Exposição Jacintho Moraes” (artista plástico, irmão de Carlos de Souza Moraes); material do Museu Histórico Visconde de São Leopoldo (1986) visando angariar mais colaboradores para contribuírem com a manutenção do museu; material de ordem política e profissional; material sobre o centenário de nascimento de Lindolfo Collor; texto “o Chá das Cinco” (carece de maiores informações, como data, autoria); convite da Academia Rio-grandense de Letras a Carlos de Souza Moraes para eleição da Diretoria da mesma (biênio 2002/2003); convite para que Carlos de Souza Moraes escreva texto em homenagem ao Frei Rovílio Costa (1998); texto (partes) em homenagem a Ramiro Frota Barcelos; materiais diversos

44	Descrição: Pasta com material diverso: edição do jornal Vale dos Sinos (04/02/1993); edição do jornal Vale dos Sinos (18/07/1974) com reportagens sobre o Sesquicentenário da Imigração e entrega de títulos de “Cidadão Leopoldense” (entre os homenageados está Carlos de Souza Moraes); informativo da Ordem dos Advogados do Brasil – Rio Grande do Sul (OAB/RS) – Subseção São Leopoldo (agosto de 1985); documentação sobre casa de Carlos de Souza Moraes em Morro Reuter.
45	Descrição: Pasta com materiais diversos: recortes de jornal sobre literatura; trechos transcritos (datilografados) do livro de Arsène Isabelle “Viagem ao Rio Grande do Sul” (1835) sobre a Colônia de São Leopoldo (tradução de Dante de Laytano); correspondência enviada a Carlos de Souza Moraes por sobrinha residente no Rio de Janeiro (1996); comprovante bancário; documento referente ao Condomínio Rossi (Morro Reuter), com informações sobre nova divisão da planta do mesmo; recorte do jornal Vale dos Sinos (1994) com artigo de Germano Moehlecke sobre o livro “Feitoria do Linho Cânhamo” de Carlos de Souza Moraes; material destinado aos promotores públicos do Rio Grande do Sul; recortes de jornal com informações sobre aspectos históricos do Rio Grande do Sul; reportagem do jornal Correio de São Leopoldo (11/06/1949) sobre homenagem a Carlos de Souza Moraes na Câmara Municipal de São Leopoldo; material com informações sobre jornais editados em São Leopoldo; material com informações sobre a Universidade de Porto Alegre; mapa do Loteamento Courita (São Leopoldo)
46	Descrição: Pasta com materiais diversos: textos relacionados ao Rotary Club; informativo do Museu Histórico Visconde de São Leopoldo (2002); recibos; recortes e páginas de jornais variados (assuntos diversos); reportagem sobre o falecimento de Carlos Reverbel (Zero Hora, 26/06/1997); exemplar do informativo “O Torreano do sul”, do Colégio “Voluntários da Pátria” de Porto Alegre (23/06/1936); carta datilografada do Pe. Arthur Rabuske, S.J. a Carlos de Souza Moraes (13/11/2000); recortes com informações sobre Leo Verbist (professor e ex-vereador de São Leopoldo); correspondências diversas; reportagem do Jornal da Manhã (1º/11/1936) sobre a obra social de Alberto Torres; recortes de fotos com realizações do governo municipal leopoldense (1943); discurso proferido por Carlos de Souza Moraes em homenagem ao professor major Mario Flores, em nome das alunas do Ginásio São José de São Leopoldo; convite para homenagem ao deputado federal e ex-prefeito de São Leopoldo coronel Theodomiro Porto da Fonseca (15/06/1946); reportagens sobre homenagem a Leopoldo Petry (ex-prefeito de Novo Hamburgo).
47	Material sobre a Comanda Maria Emília de Paula (2002), produzido pela Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Desporto e Lazer da Prefeitura Municipal de São Leopoldo. Carlos de Souza Moraes recebeu esta comanda em 2002.
48	Pasta com documentação de origem políticas (documentos do Partido Social Democrático – PSD; documentos da administração

	municipal de São Leopoldo na gestão de Carlos de Souza Moraes; recortes de jornal, entre outros.
49	Pasta com correspondências recebidas por Carlos de Souza Moraes (assuntos diversos).
50	Documentação referente ao I Congresso Nacional dos Municípios Brasileiros (1950), no Rio de Janeiro.
51	Pasta com manuscrito sobre a história dos clubes de Tiro ao Alvo de São Leopoldo (1878 – 1959), datado de 1959, de autoria de João Alfredo Panitz.
52	Pasta com material diversos: cartão (folder) do Grupo arte 15; texto (datilografado) sobre sociedade de Tiro e Bolão; relatório da Secretaria Municipal de Urbanismo (SEMURB) da Prefeitura Municipal de São Leopoldo, datado de 1999, coma relação de obras realizadas entre 1993 e 1999.
53	Pasta com material diverso: página do jornal Vale dos Sinos (6/11/1996), cor artigo de Telmo Lauro Müller sobre os 25 anos do referido jornal; texto de Carlos de Souza Moraes sobre o transporte e os meios de comunicação no decênio farroupilha; manuscrito do livro Feitoria do Linho Cânhamo.
54	Pasta com material diverso: informativo das indústrias Rossi; recortes de jornais variados (assuntos diversos); laudos de avaliação de imóveis em São Leopoldo com fotos dos mesmos (Bolsa de Avaliação de Imóveis do Rio Grande do Sul); planta de propriedades atingidas pelas obras do Plano Diretor de São Leopoldo (abertura da Avenida Mauá e ampliação da Praça Felipe Portinho); documento sobre a nacionalização de ensino em São Leopoldo, onde se comenta que o vigário da paróquia católica do Distrito de Dois Irmãos se coloca e faz pregações contra a nacionalização.
55	Pasta com documentos diversos: documentos da Companhia de Participações Maisonnave; documentos das indústrias Amadeu Rossi S/A (e representantes); contrato Vila Construtora (São Leopoldo); planta Parque Residencial Casablanca (São Leopoldo); documentos do Club Recreio Juvenil e Club Riograndense, datados de 1938, informando Carlos de Souza Moraes de seu aceite como sócio dos citados clubes.
56	Pasta com materiais diversos: edições do jornal O Ferrabraz (1950 – jornal editado no então distrito de Sapiranga), com reportagens sobre os episódios dos Mucker; recorte do jornal Vale dos Sinos (25/07/1985), com artigo de Telmo Lauro Müller sobre o Instituto Histórico de São Leopoldo; reportagens do jornal Correio do Povo e outros sobre a posse de Carlos de Souza Moraes como prefeito de São Leopoldo (1944); reportagem do Jornal SL (13/08/1960) com Carlos de Souza Moraes, sobre a fundação do Acajá Country Club; documento com resumo biográfico de Carlos de Souza Moraes endereçado a direção da Sociedade Orpheu (1978); texto de Telmo Lauro Müller sobre a Feira do Livro de São Leopoldo (jornal Vale dos Sinos, 16/10/1987); reportagens do jornal Vale dos Sinos (23/09/1994) sobre o lançamento do livro Feitoria do Linho Cânhamo, de Carlos de Souza Moraes, e sobre o XI Simpósio de História da Imigração e Colonização; documentos das indústrias

	Amadeu Rossi S/A (e representantes); manuscritos diversos de Carlos de Souza Moraes; discurso proferido pelo paraninfo de formatura do Ginásio Sinodal de São Leopoldo (sem data e autoria).
57	Pasta com documentação referente ao escritório de advocacia de Carlos de Souza Moraes (diversos).
58	Pasta com assuntos diversos: anotações de Carlos de Souza Moraes; informativo de mandato de deputado estadual (Manuel Maria, PTB, junho-julho/1999); edição do jornal Correio de São Leopoldo (12/12/1940), sobre a administração do coronel Theodomiro Porto da Fonseca em São Leopoldo (Carlos de Souza Moraes foi diretor do jornal entre 1938 e 1943).
59	Pasta com documentação referente às usinas hidrelétricas de São Leopoldo e à Diretoria de Eletricidade de São Leopoldo, vinculada a Prefeitura Municipal (relatórios, recortes de jornais diversos, correspondências, entre outros). Documentos datados entre as décadas de 1920 e 1940.
60	Pasta com documentação diversa (correspondências com assuntos variados).
61	Pasta com documentação diversa: material de divulgação da exposição “O Milagre do vale: a epopéia de um povo” ocorrida durante o Sesquicentenário da Imigração (1974-1975); exemplar do caderno Cultural do Centro Cultural 225 de Julho “Vale do Taquari” (1986); transcrição do discurso de Carlos de Souza Moraes no Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul (IHGRGS); documentação do escritório de advocacia de Carlos de Souza Moraes; transcrição de mensagem proferida por Carlos de Souza Moraes na noite de Natal de 1990, em reunião familiar; tradução do artigo “A atual situação dos teuto-brasileiros” (originalmente escrita em alemão, publicada na revista Deutsche Arbeit, ano 38, fascículo 8, agosto de 1938).
62	Pasta com documentação diversa: documentos relacionados com o escritório de advocacia de Carlos de Souza Moraes; artigos diversos escritos por Carlos de Souza Moraes (publicados em jornais, revistas); discursos e palestras transcritas de Carlos de Souza Moraes, proferidos nos Rotary Club de São Leopoldo (5/12/1962), de Montenegro (15/09/1952) e Campo Bom (1967); discurso transcrito em homenagem a Dante de Laytano no Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul (IHGRGS); discurso transcrito sobre a fundação da Faculdade de Economia em São Leopoldo no ano de 1959 (vinculada com a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, mantida pelos padre jesuítas, que originou a UNISINOS em 1969); reportagem do jornal Zero hora sobre Mario Quintana (30/09/1994); discurso proferido pelo coronel Theodomiro Posto da Fonseca (ex-prefeito de São Leopoldo entre 1928 e 1944) na posse de Carlos de Souza Moraes como prefeito de São Leopoldo, em 1944; discurso de Carlos de Souza Moraes na cerimônia de sua posse como prefeito de São Leopoldo, em 1944.
63	Pasta com material diverso: recorte da revista Rua Grande (2000);discurso do vereador leopoldense Leo Verbist (PDS), datado de 1983, homenageando Carlos de Souza Moraes pelos 50 anos do

	exercício da advocacia; correspondência (26/03/1965) do 19º Regimento de Infantaria (São Leopoldo), agradecendo Carlos de Souza Moraes por aceitar o convite de proferir a palestra de encerramento das solenidades comemorativas do 1º aniversário da “revolução de 31 de março de 1964”; documento do Tribunal de Ética Profissional da Ordem dos advogados do Brasil – Seção Rio Grande do Sul (OAB/RS); convites enviados a Carlos de Souza Moraes para participação em eventos e solenidades; documentos do escritório de advocacia de Carlos de Souza Moraes.
64	Pasta com documentação referente ao núcleo sul-rio-grandense da Sociedade dos Amigos de Alberto Torres (recortes de jornal, correspondências, documentos enviados a autoridades governamentais, entre outros).
65	Documentos de Carlos de Souza Moraes relacionados com a Caixa Rural União Popular de Dois Irmãos (recibos, extratos, entre outros); documentação diversa (atestados de saúde, anotações, recibos, entre outros).
66	Pasta com documentação diversa: exemplar do jornal Diário da Manhã, de Passo Fundo (1946), com reportagem sobre o centenário de criação do Município de São Leopoldo e sobre o Congresso de História e Geografia, ocorrido em São Leopoldo; recortes e materiais com reportagens e homenagens a Carlos de Souza Moraes (Jornal VS, Revista Rua Grande); escritos de Carlos de Souza Moraes (conferências ministradas, artigos para jornais); material com informações sobre o Instituto Histórico de São Leopoldo; texto com homenagem ao Museu Histórico Visconde de São Leopoldo; fotos e imagens de Carlos de Souza Moraes, cartões de agradecimento e convites para eventos no Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul; reportagem sobre o Museu Histórico Visconde de São Leopoldo (1986); artigo de Germano Moehlecke sobre os prefeitos nomeados de São Leopoldo na década de 1940 (Jornal VS, 24 e 25/09/1994).
67	Material (livreto) sobre o Instituto Histórico de São Leopoldo - IHSL (2000); recorte de jornal sobre corretores de imóveis do estado de São Paulo; extratos bancários; texto de Carlos de Souza Moraes saudando o ingresso do Pe. Arthur Rabuske, S.J., no Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul – IHGRGS (1981); cartões postais; material da imobiliária Vila Rica (de propriedade da família de Carlos de Souza Moraes); materiais diversos.
68	Material de origem literária: anotações; cópia da obra História das Missões Orientais do Uruguai, 3º Volume, de Aurélio Porto; recortes de jornais sobre obras literárias e dados históricos.
69	Pasta com exemplares e recortes de jornais abordando temas relacionados com história, acervos, museus e cultura.
70	Pasta com discursos de Carlos de Souza Moraes; anotações diversas; material com dados históricos.
71	Pasta com reportagens de jornais (Correio do Povo, Correio de São Leopoldo e O Globo) sobre São Leopoldo e suas administrações municipais (décadas de 1920, 1930 e 1940); material sobre evento no qual representantes do Aeroclube de São Leopoldo participaram

	em Montevideu, no Uruguai; convite para exposição fotográfica na Sociedade Orpheu, de São Leopoldo (1996).
72	Cópia de exemplar do jornal O Progresso (vinculado ao Partido Republicano Rio-grandense – PRR – de Montenegro), datado de 1919, noticiando o falecimento de Felisberto Porfírio de Souza, líder político local pelo PRR e avô materno de Carlos de Souza Moraes; prestação de contas da administração Carlos de Souza Moraes em São Leopoldo, publicado no jornal Correio do Povo (13/12/1947); reportagem sobre os festejos do Sesquicentenário da Imigração com ex-prefeitos de São Leopoldo (Jornal VS, 1974); reportagem no jornal Correio do Povo sobre exposição do artista plástico Jacintho Moraes (irmão de Carlos de Souza Moraes) em Porto Alegre (1971); recorte com reportagem sobre as 10 obras fundamentais da bibliografia rio-grandense; parte do regimento do I Congresso Estadual de Vereadores Rio-grandenses.
73	Pasta com documentação referente ao escritório de advocacia de Carlos de Souza Moraes e seus sócios (balancetes financeiros, relatórios de despesas, entre outros).
74	Pasta com material diverso: telegrama relacionado ao Partido Social Democrático (PSD); telegrama felicitando Carlos de Souza Moraes pela sua nomeação como prefeito de São Leopoldo (1944); material (datilografado) com informações sobre São Leopoldo (informações administrativas, históricas, culturais, entre outras); recortes de jornais sobre eventos em que Carlos de Souza Moraes esteve presente; recortes de jornais com informações históricas (temas diversos); materiais sobre a Sociedade Ginástica de São Leopoldo (1985); convite endereçado a Carlos de Souza Moraes para cerimônia na sede da Ordem dos Advogados do Brasil – seção Rio Grande do Sul (OAB/RS) em Porto Alegre; discurso escrito por Carlos de Souza Moraes; cópias de discursos e palestras proferidos por outras pessoas; telegrama do Pe. Arthur Rabuske, S. J. para o Prof. Telmo Lauro Müller acerca de documentação que está em posse de outras pessoas.
75	Pasta com material diverso: exemplar da Revista Rua Grande (1978); reportagem de jornal sobre os 120 da instalação do Município de São Leopoldo (1984); material de origem judicial (mandado de cancelamento e escritura de renúncia de usufruto); reportagem de jornais sobre assuntos políticos, jurídicos, históricos, de literatura e cultura.
76	Pasta com discursos e textos de Carlos de Souza Moraes (eventos e ocasiões diversas).
77	Pasta com discursos e textos de Carlos de Souza Moraes (eventos e ocasiões diversas).
78	Livro de Registro das Listas de Votantes de São João do Montenegro (atual município de Montenegro) - 1890.
79	Pasta com material diverso (que deveria ter originado a publicação de Boletim Municipal): material escrito por Leopoldo Petry, sobre a fundação da Colônia de São Leopoldo; material com dados administrativos, culturais, econômicos, sociais, religiosos e históricos de São Leopoldo. Material datilografado com a transcrição

	das Atas da Câmara Municipal da Vila de São Leopoldo (10/01/1848 a 24/11/1849); cópias de decretos da administração de Carlos de Souza Moraes em São Leopoldo (1946).
80	Pasta com materiais relacionados às comemorações do Sesquicentenário da Imigração Alemã no Brasil.
81	Pasta com material diverso: exemplares do jornal Correio de São Leopoldo (entre 1950 e 1951); documentos referentes ao Sesquicentenário da Imigração Alemã (1974); correspondência endereçada a Secretaria Municipal de Planejamento de Sapucaia do Sul (1986).
82	Pasta com material diverso: relação dos professores federais do município de São Leopoldo; correspondências endereçadas a Secretaria Estadual de educação do Rio Grande do Sul; documentos (procurações, declarações, entre outros) vinculados com a atuação de Carlos de Souza Moraes como advogado e juiz distrital na Vila de Herval; documentos referentes ao processo de inscrição de Carlos de Souza Moraes como jornalista (tanto de órgãos como o Tribunal de Segurança Nacional como da Associação Rio-grandense de Imprensa); documentos referentes a assuntos da Prefeitura Municipal de São Leopoldo.
83	Pasta com documentação referente ao período de atuação de Carlos de Souza Moraes como vereador na Câmara Municipal de São Leopoldo (1947 – 1951): regimentos internos; Lei Orgânica municipal; requerimentos, pareceres; correspondências com outras câmaras municipais; projetos de lei; material da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul.
84	Pasta com material referente ao livro <i>A ofensiva japonesa no Brasil</i> , de Carlos de Souza Moraes: recibos referentes as vendas de exemplares do livro; correspondências divulgando a segunda edição da obra (1942); correspondências solicitando informações sobre imigração japonesa (endereçadas, por exemplo, aos interventores federais dos estados do Pará e Amazonas, ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e ao Departamento Nacional de Imigração); recortes e jornais com comentários e reportagens sobre o livro <i>A ofensiva japonês no Brasil</i> .
85	Pasta com material diverso: documentos referentes ao núcleo rio-grandense da Sociedade dos Amigos de Alberto Torres (correspondências, recortes com reportagens de jornais, lista das diretorias regionais, discursos, entre outros); decreto de criação e projeto de regulamento do Patronato Agrícola Visconde de São Leopoldo (1939); material com informações sobre Clubes Agrícolas Escolares; material da Diretoria de Terras e Colonização da Secretaria de Agricultura, Indústria e Comércio do Estado do Rio Grande do Sul.
86	Projeto do Código de Posturas do Município de São Leopoldo (Câmara Municipal de São Leopoldo – 1948)
87	Pasta com material referente ao livro <i>A ofensiva japonesa no Brasil</i> , de Carlos de Souza Moraes: manuscrito do livro; reportagens de jornais sobre o “perigo da imigração japonesa”; gravuras para utilização na publicação do livro; correspondências acerca da

	publicação deste livro; revista abordando o nazismo; documentos utilizados por Carlos de Souza Moraes como fontes para sua obra; outros materiais.
88	Pasta com documentação referente à atuação de Carlos de Souza Moraes como advogado e juiz distrital da Vila de Herval (correspondências, processos, escrituras, entre outros); documento do Conselho Administrativo do Estado do Rio Grande do Sul referente ao projeto de lei da Prefeitura de São Leopoldo, datado de 1945 (governo Carlos de Souza Moraes), que denominava praça do distrito de Sapiranga com o nome de “Coronel Theodomiro Porto da Fonseca” (necessitou de avaliação do Conselho por se tratar de denominar local público com nome de pessoa ainda viva).
89	Pasta com material diverso: documentação (correspondências, recibos, certidões, procuração) referente ao processo de naturalização do médico austríaco Rodolpho Carlos Heisler, do distrito de Ivoti (ex-Bom Jardim), sendo Carlos de Souza Moraes o procurador do referido médico; material da Secretaria da prefeitura de São Leopoldo, com subsídios para reorganização de serviços e reclassificação de cargos (1949); documentação diversa referente ao Partido Social Democrático (PSD): correspondências, listas de votantes nas indicações de delegados eleitores na convenção municipal do partido (outubro de 1947); recortes de jornais; entre outros.
90	Pasta com documentos referentes ao Congresso Estadual e aos Congressos Regionais de Vereadores do Rio Grande do Sul (1949).
91	Pasta com material diverso: material com fotografias e legendas (portas de casas antigas, casas antigas); cópia de partes dos autos de medição judicial de terras da Real Feitoria do Linho Cânhamo; carta do então governador do Rio Grande do Sul, Ildo Meneghetti, ao governador do Estado do Mato Grosso, por conta de viagem de Carlos de Souza Moraes (correligionário de Meneghetti no Partido Social Democrático – PSD) à cidade de Cuiabá (1956); mapas (Estados Unidos, Ásia); documento da Prefeitura Municipal de São Leopoldo acerca da denominação da Banda Municipal, que se denominou “Banda Municipal Maestro Leopoldo Vieira”; material do Grêmio Leopoldense de Letras; material com dados sobre os limites de São Leopoldo; reportagem sobre a posse de Carlos de Souza Moraes como prefeito de São Leopoldo (jornal Correio de São Leopoldo, 1944); reportagens de jornais sobre obras importantes para a bibliografia rio-grandense; parecer acerca da manifestação dos distritos de Sapiranga e Araricá na tentativa de emanciparem-se de São Leopoldo (1952); envelope com fotos utilizadas no livro <i>Crônicas de minha cidade</i> , de Carlos de Souza Moraes.
92	Pasta com material diverso: manuscrito com informações sobre a Real Feitoria do Linho Cânhamo; material com informações sobre o Prof. Gustavo Schreiber; recorte de jornal com reportagem sobre os molhes de Rio grande (Correio do Povo, 07/09/1980); material sobre o Félix da Cunha (com falta de algumas partes do material).
93	Pasta com material diverso: informações sobre a organização e composição do Poder Executivo da Administração Federal; recorte

	de jornal com reportagem sobre homenagem ao vereador Carlos de Souza Moraes (jornal Diário de Notícias, 12/06/1949); exemplar do Jornal dos Bairros (de São Leopoldo) com homenagem a Carlos de Souza Moraes (1994); exemplar do jornal O Independente (de Porto Alegre), datado de 29/01/1905, com reportagem sobre José Álvaro Pereira de Moraes (pai de Carlos de Souza Moraes), intendente de Montenegro; texto de Walter Spalding, publicado no jornal Correio de Povo (24/04/1962), sobre a cidade de Montenegro; material sobre os festejos do Centenário da Cidade de São Leopoldo (1946); convite do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul (1986), para solenidade em memória de Adroaldo Mesquita da Costa; reportagem do jornal O Progresso (do partido Republicano Rio-grandense – PRR), datado de 13/01/1921, comentando o falecimento de José Álvaro Pereira de Moraes; reportagem do jornal Vale dos Sinos (26/09/1986) sobre a Feira do Livro de São Leopoldo; manuscrito com informações sobre Adroaldo Mesquita da Costa; recorte do jornal A Nota (do Rio de Janeiro), datado de 03/01/1937, com entrevista realizada com Carlos de Souza Moraes falando sobre a situação do Rio Grande do Sul no período; recorte do jornal Vale dos Sinos (25/07/1995). Com artigo do Prof. Telmo Lauro Müller sobre o Instituto Histórico de São Leopoldo – IHSL; exemplar do jornal da Ordem dos Advogados do Brasil – Seção Rio Grande do Sul (OAB/RS), de dezembro de 1995; convites emitidos pelo Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul – IHGRGS, pela Academia Rio-grandense de Letras e pelo Instituto Histórico de São Leopoldo – IHSL; manuscrito sobre navegação fluvial; reportagem sobre a casa que pertenceu à família Blauth (margem do Rio dos Sinos, em São Leopoldo); reportagens de jornais diversos.
94	Pasta com manuscritos de Carlos de Souza Moraes (artigos, crônicas); discursos sobre Leopoldo Petry; exemplares do jornal da Ordem dos Advogados do Brasil – Seção Rio Grande do Sul (OAB/RS), 1995; autobiografia de Leopoldo Petry; reportagem do jornal Correio do Povo sobre o Congresso Estadual de Vereadores do Rio Grande do Sul (1949); reportagens diversas de jornais (como o jornal da Tarde, 1977).
95	Pasta com material referente à atuação de Carlos de Souza Moraes como advogado e juiz distrital da Vila de Herval.
96	Pasta com material relativo às finanças do Município de São Leopoldo (década de 1920, 1930 e 1940).
97	Relatório da Diretoria da Fazenda do Município de São Leopoldo (1945); relatório da Diretoria de Obras do Município de São Leopoldo (1949); documentos referentes ao projeto de lei que cria a Taxa Hospitalar, para a manutenção do Hospital Centenário (1946); esboço de documento solicitando que o governo estadual auxilie na construção de uma hidráulica para o fornecimento de água para o distrito de Esteio.
98	Relatório apresentado pelo prefeito Theodomiro Porto da Fonseca (de São Leopoldo) ao interventor federal do Rio Grande do Sul, tenente-coronel Ernesto Dornelles (1943); relatórios da Diretoria da Fazenda do Município de São Leopoldo (1945 – 1946); documentos

	sobre execução orçamentária; decreto sobre locação de imóveis urbanos.
99	Material com dados sobre a instrução pública no Município de São Leopoldo (reportagens de jornais, relatórios, entre outros).
100	Relatório da Diretoria da Fazenda do Município de São Leopoldo (1947).
101	Pasta com materiais diversos: relatórios da Diretoria da Fazenda do Município de São Leopoldo; decretos exonerando e nomeando subprefeitos para o distrito de Campo Bom; rascunhos de Carlos de Souza Moraes; estatuto da Cooperativa de Consumo dos Funcionários Públicos de São Leopoldo; documentação referente ao processo que a Associação Comercial e Industrial de São Leopoldo moveu contra a Prefeitura de São Leopoldo; relatórios diversos.
102	Cópia do discurso de Ney Câmara, pronunciado em 1944, na Sociedade Orpheu, em comemoração ao Centenário de Fundação da Capela Curada de São Paulo.
103	Pasta com material diverso: documento assinado por Porfírio Felisberto de Souza e José Álvaro Pereira de Moraes (avô materno e pai de Carlos de Souza Moraes, respectivamente), sobre venda de colônia de terras em Alfredo Chaves (atual município de Veranópolis/RS); manuscrito de Carlos de Souza Moraes respondendo perguntas feitas por entrevistadora da secretaria Municipal de Educação e Cultura de São Leopoldo (SEMEC); reportagens de jornais sobre problemas ambientais (diversas épocas); cartões (de aniversário e de felicitação pela publicação do livro <i>Feitoria do Linho Cânhamo</i> , de Carlos de Souza Moraes).
104	Discursos de Carlos de Souza Moraes (ocasiões diversas).
105	Pasta com documentação referente ao processo (tentativa) de aquisição de terras no Estado de Mato Grosso (Carlos de Souza Moraes e outros).
106	Pasta com documentação diversa: recibos de origem financeira; cartão de boas festas; convite para evento do Instituto Histórico de São Leopoldo – IHSL; documentos referentes a encampação da eletricidade de São Leopoldo pela companhia Estadual de Energia Elétrica – CEEE; carta do Pe. Luiz Marobim, S. J. (de 1999), solicitando que Carlos de Souza Moraes transforme em documento oficial seu depoimento sobre o Padre Reus, para ser anexado no processo de Beatificação do mesmo; textos sobre a Biblioteca Municipal Olavo Bilac (de São Leopoldo); outros manuscritos.
107	Pasta com recortes de jornais sobre temas relacionados com cultura, História, Literatura e Meio Ambiente.
108	Pasta com textos de Carlos de Souza Moraes (discursos, crônicas, artigos).
109	Pasta com material diverso: material com a história do Grupo Editorial Sinos (1957 – 1984); livreto <i>São Leopoldo – Micro-História</i> de Germano Moehlecke; mapa da França; recorte de jornal com crônicas.
110	Pasta com materiais diversos sobre o político e escritor Aurélio Porto.

111	Pasta com telegramas; correspondências e mensagens sociais endereçadas a Carlos de Souza Moraes.
112	Pasta com material diverso: cópias de documentos da Câmara Municipal de Vereadores de São Leopoldo; textos de Carlos de Souza Moraes; reportagens de jornais sobre Carlos de Souza Moraes; correspondências entre Carlos Reverbel e Carlos de Souza Moraes; documento de Traslado (documento judicial).
113	Pasta com reportagens de jornais (diversos), vinculados principalmente com questões ambientais (sobretudo desmatamento e reflorestamento).
114	Pasta com material diverso: materiais sobre o Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul (IHGRGS); materiais sobre o Instituto Histórico de São Leopoldo (IHSL); recortes de jornais sobre assuntos relacionados com História; exemplar do jornal Capilé (de São Leopoldo); outros documentos.
115	Pasta com material diverso: correspondências; documentos de origem política; reportagens de jornais sobre assuntos diversos; revistas; fotos do Patronato Agrícola de São Leopoldo; material sobre a Sociedade dos Amigos de Alberto Torres (regimento); outros materiais.
116	Pasta com material diverso: correspondências; planta de área de terras em Caxias do Sul; material do Instituto Histórico de São Leopoldo (IHSL); recibos diversos; escritos de Carlos de Souza Moraes; material sobre Direito; reportagens de jornais; outros materiais.
117	Pasta com documentação sobre o I Congresso Brasileiro de Municípios (1950); documentação sobre os Congressos de Vereadores (regionais, estadual e nacional); entre outros.
118	Pasta com documentos referentes ao distrito de Ivoti (ex-Bom Jardim).
119	Pasta com material diverso: Recorte de jornal com a indicação de Carlos Octaviano de Paula como candidato a intendente de São Leopoldo e lista de apoiadores (27/07/1920); recorte de jornal sobre a Revolução Farroupilha (Zero Hora, 20/09/2000); Cópia de documento do período imperial, acerca de concessão de terreno; livreto da Sinoscap (espécie de revista); documentos sobre mudança de denominação da Praça 15 de Novembro, que passou a se chamar Carlos Octaviano de Paula (1956); cópia da ata de inauguração do Fórum da Comarca de São Leopoldo (1913); cópia de documentos da Câmara de Vereadores de São Leopoldo (1956); cópias de correspondências de Borges de Medeiros para Mansueto Bernardi (intendente de São Leopoldo), em 1920; material com biografia de Maria Emília de Paula (vereadora e prefeita de São Leopoldo); cópia de documento (sem data precisa); reportagem do jornal Zero Hora (26/07/1973) sobre a exposição fotográfica “O Milagre do vale”; texto sobre o cinema ao ar livre, Departamento de Patinação e Departamento Esportivo do Clube Recreio Juvenil (São Leopoldo); reportagem do jornal Diário de Notícias sobre imigração (25/07/1959); reportagem do jornal Correio do Povo sobre literatura; cópia do documento de D. Pedro I que concede a José Feliciano

	Fernandes Pinheiro o título de Visconde de São Leopoldo; reportagem do jornal Vale dos Sinos (25 e 26/02/1989) sobre os 50 anos de vida religiosa dos padres Olmiro e Orlando Algayer (padres jesuítas que atuaram na Paróquia Nossa Senhora da Conceição de São Leopoldo); cópias do periódico O Guayba (1856); cópia do discurso de Félix da Cunha na Assembleia Provincial do Rio Grande do Sul (04/10/1862); material biográfico sobre José Feliciano Fernandes Pinheiro; fotos da residência de Carlos Octaviano de Paula (localizada na Avenida Dom João Becker com a Praça Tiradentes, ao lado da Igreja Nossa Senhora da Conceição); reportagem com entrevista concedida por Aurélio Porto (1943); correspondência de Carlos Octaviano de Paula endereçada a João Dutra e Guilherme Ludwig (20/01/1924); histórico da construção do quartel do 8º B.C. do Exército, em São Leopoldo; correspondência do Pe. José Maria Kroetz, vigário da Paróquia de Dois Irmãos, ao prefeito Theodomiro Porto da Fonseca (02/03/0941).
--	---

Fonte: Tabela organizada por Rodrigo Luis dos Santos.